

A Colônia do Sacramento, situada na margem esquerda do Rio da Prata – em território que é actualmente do Uruguai – foi fundada, em 1680, pelo governador do Rio de Janeiro, D. Manuel Lobo, em obediência ao plano do príncipe regente D. Pedro (o futuro rei D. Pedro II) de expandir os domínios portugueses na América, afim de assegurar vantagens territoriais e económicas à Coroa portuguesa. Por entre inúmeras e por vezes dramáticas vicissitudes, e com alguns intervalos em que regressou a domínio espanhol, a Colónia manteve-se sob administração portuguesa até 1777.

O presente livro do Prof. Paulo César Possamai descreve a vida quotidiana na Colónia do Sacramento, através do estudo e análise de uma grande variedade de documentos, na sua maior parte constituída pelas cartas enviadas pelos governadores de Colónia e Buenos Aires aos governos de Lisboa e Madrid. Reconstituem-se assim, num trabalho profundamente inovador sobre um episódio não muito conhecido da história da presença portuguesa na América do Sul, as relações dos portugueses com os espanhóis e com os indígenas durante este período; as condições de vida dos militares que constituíam a guarnição da fortaleza; e a existência diária de agricultores e artesãos, do clero católico e, ainda, dos mercadores e contrabandistas que, cada um a seu modo, desenvolveram e fizeram prosperar a região.



ED. TORA LIVROS DO BRASIL

ISBN 972-38-2771-9



9 789723 827712

PAULO POSSAMAI

A VIDA QUOTIDIANA NA COLÓNIA DO SACRAMENTO

48

COLEÇÃO
VIDA
QUOTIDIANA

P A U L O P O S S A M A

A VIDA QUOTIDIANA NA COLÓNIA DO SACRAMENTO

*Um bastião português
em terras do futuro Uruguai*



Prof. Paulo César Possamai nasceu em Esteio, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, em 1967. Formou-se em História, em 1995, na Unilassale (Canoas - RS), e é doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo, onde em 2002 defendeu a sua tese de doutoramento sob a orientação da Prof. Doutora Laura de Mello e Souza, com o título «O Quotidiano da Guerra: a vida na Colônia do Sacramento, 1715-1735». Actualmente é professor do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

**A VIDA QUOTIDIANA
NA
COLÓNIA DO SACRAMENTO
(1715-1735)**

Titulo da edição original: A VIDA QUOTIDIANA NA COLÓNIA DO SACRAMENTO
(1715-1735)

Autor: PAULO CÉSAR POSSAMAI

Capa: R2 D2 – Daniel Barradas

Revisão: Mónica Brito

Composição e paginação: Luís Correia

Copyright ©: LIVROS DO BRASIL, 2006

Reservados todos os direitos pela legislação em vigor

1ª Edição. Lisboa, Abril de 2006

ISBN: 972 – 38 – 2771 – 9

Dep. Legal nº 238767-06

Impressão e acabamento: Rolo & Filhos II, S.A. - Indústrias Gráficas - Mafra

EDITORA LIVROS DO BRASIL

Cernaxide:
Estrada da Outeira, 121
2794-051
Tel: 21 346 26 21
Fax: 21 342 84 87

PORTO:
Rua de Ceuta, 80
4050-189
Tel.: 22 205 25 41
Fax.: 22 206 60 20

Email: geral @ livrosdobrasil.com
Site: www. livrosdobrasil.com

PAULO CÉSAR POSSAMAI

**A VIDA QUOTIDIANA
NA
COLÓNIA DO
SACRAMENTO
(1715-1735)**

*Versão revista da Tese de Doutoramento
apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo*

Orientado pela
Prof.ª Dr.ª Laura de Melo e Souza



EDITORA LIVROS DO BRASIL

*"Aquello no era servicio
Ni defender la frontera
Aquello era ratoneira"*

José Hernandez
Martin Fierro

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento do processo de pesquisa no Brasil e em Portugal, sem o qual este trabalho dificilmente seria concluído.

Estou profundamente grato à minha orientadora, Professora Doutora Laura de Mello e Souza, que acreditou no meu trabalho e aceitou orientar-me por ocasião do falecimento da saudosa Professora Doutora Ilana Blaj. Gostaria também de agradecer à Professora Doutora Zilda M. Gricoli Iokoi pelo apoio durante o período em que fiquei sem orientador. Aos Professores Doutores Pedro Puntoni, Fernando A. Novais e John M. Monteiro pelas sugestões e críticas por ocasião do exame de qualificação.

Aos Professores Doutores Martín N. Dreher e Ieda Gutfreind pelo incentivo à pesquisa do cotidiano na Colônia do Sacramento. À Professora Doutora Helen Osório pelas indicações bibliográficas sobre a controversa história do gaúcho. Ao Professor Doutor Luiz Mott pelo fornecimento dos dados da sua pesquisa sobre a presença do Santo Ofício em Sacramento. Ao Professor Doutor Fernando O. Assunção pelo esclarecimento sobre algumas fontes manuscritas.

Em Portugal, gostaria de agradecer aos Professores Doutores Pedro Cardim, meu coorientador em Lisboa; Fernando Doris Costa, que gentilmente me cedeu alguns artigos de sua autoria sobre a questão do recrutamento militar em Portugal e Tiago Miranda, pelas indicações bibliográficas. No Rio de Janeiro, ao sargento Mauro, responsável pela Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército.

Aos colegas de curso, Cleber Cristiano Prodanov, pelas indicações bibliográficas sobre a produção das minas de Potosí, e Fábio Pestana Ramos, pelas informações sobre o quotidiano nas embarcações portuguesas. Aos amigos Adriana Lemes e Waldinei de Souza Costa pela revisão gramatical. A Osvaldo de Moraes Medeiros pela paciência e atenção para comigo e com todos os alunos do sector de pós-graduação do departamento de História da USP.

Agradeço também aos meus pais pelo incentivo e apoio financeiro e aos meus tios Paulo e Irene Nicolao pela hospedagem durante os meus primeiros meses em São Paulo. Aos amigos que, directa ou indirectamente contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa: Joaquim José da Fonseca Alves, Joiceley Vieira de Souza, Luiz Eduardo Philipps da Silva e Marcelo Moura da Costa.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	11
RESUMO/ABSTRACT	17
LISTA DE ABREVIATURAS	19
INTRODUÇÃO	21
1. – UM TERRITÓRIO EM DISPUTA	37
1.1. – O FASCÍNIO PELO RIO DA PRATA	38
1.1.1. – A rota oficial de comércio com as colónias espanholas	40
1.1.2. – O contrabando no Rio da Prata nos séc XVI e XVII	43
1.1.3. – A Fundação da Colónia do Sacramento	51
1.1.4. – O Gado, a Riqueza da Terra	63
1.1.5. – A Guerra de Sucessão Espanhola e suas Consequências no Prata	66
1.2. – O ESPAÇO DA CAMPANHA	81
1.2.1. – Resistências ao Tratado de Utrecht	83
1.2.2. – A Disputa pela Exploração do Gado Selvagem	88
1.2.3. – Fornecedores e Colaboradores	95
1.3. – OS INDÍGENAS PLATINOS	107
1.3.1. – Tentativas Espanholas de Conversão dos Indígenas	107
1.3.2. – O Projecto Reduccionista do Regimento de D. Manuel Lobo	110
1.3.3. – Apostas num Novo Tipo de Relacionamento	111

1.4. – A FUNDAÇÃO DE MONTEVIDÉU	123
1.4.1. – A Expedição de Manuel Freitas da Fonseca	123
1.4.2. – As Consequências da Nova Fundação Espanhola	126
1.4.3. – A Cavalaria, uma Arma Indispensável no Prata	131
1.5. – O CONTROLE DAS VIAS DE COMUNICAÇÃO	139
1.5.1. – A Navegação no Rio da Prata	139
1.5.2. – O Caminho Terrestre entre Colônia e São Paulo	147
2. – O BASTIÃO DO SUL	161
2.1. – O RECRUTAMENTO	162
2.1.1. – Soldados para a Colônia do Sacramento	167
2.1.2. – O Recrutamento para as Expedições de Socorro (1735-1737)	177
2.1.3. – Os Oficiais	185
2.2. – AS CONDIÇÕES DE VIDA	195
2.2.1. – Os Soldos	195
2.2.2. – A Alimentação	206
2.2.3. – O Fardamento	212
2.2.4. – O Sistema de Saúde	214
2.2.5. – As Diferentes Funções dos Soldados	220
2.3. – AS FORMAS DE RESISTÊNCIA	234
2.3.1. – Baixas e Licenças	234
2.3.2. – A Deserção	238
2.3.3. – Os Motins	247
3. – UMA NOVA LUSITÂNIA	255
3.1. – UMA COLONIZAÇÃO DIRIGIDA	257
3.1.1. – A Restauração do “Jardim da América”	267
3.2. – OS ESQUECIDOS	283
3.2.1. – As Mulheres na Colônia do Sacramento	283
3.2.2. – Os Escravos Negros	287
3.2.3. – Os índios	293

3.3. – UM CLERO ENGAJADO	300
3.3.1. – O Clero Secular	300
3.3.2. – Os Jesuítas	304
3.3.3. – Os Franciscanos	308
3.3.4. – Os Carmelitas	312
3.3.5. – As Irmandades	313
3.3.6. – A Presença da Inquisição	315
3.4. – UMA PRAÇA MUITO ESPECIAL	321
3.4.1. – Festas para a Glória da Coroa	321
3.4.2. – A Transformação numa Praça de Guerra	326
4. – “UM NINHO DE CONTRABANDISTAS”	341
4.1. – OS LUCROS	342
4.1.1. – As Vias do Contrabando	342
4.1.2. – Um Comércio Rentável e Seguro	352
4.1.3. – O Comércio numa Praça de Guerra	355
4.1.4. – O Couro, a Moeda da Região Platina	363
4.1.5. – A Prata, o Principal Interesse	372
4.2. – OS PREJUÍZOS	385
4.2.1. – Os Ingleses, os Principais Concorrentes	385
4.2.2. – Um Centro de Descaminhos	400
CONCLUSÃO	409
FONTES E BIBLIOGRAFIA	417
I – FONTES	417
A) Fontes Manuscritas	417
B) Fontes Impressas	423
II – BIBLIOGRAFIA	428
A) Obras de Referência	428
B) Artigos, Livros e Teses	429

RESUMO

Este trabalho tem por propósito reconstituir a vida quotidiana na Colónia do Sacramento através do estudo e análise de grande variedade de documentos, em sua maior parte constituída pelas cartas enviadas pelos governadores de Colónia e Buenos Aires aos governos de Lisboa e Madrid. A fim de melhor compreendermos o quotidiano da população que habitava esse pequeno povoado português, optámos por dividir o foco do nosso estudo em quatro capítulos: no primeiro, procurámos reconstituir as relações dos portugueses com os espanhóis e indígenas no espaço de campanha. No segundo, a nossa atenção concentra-se sobre as condições de vida dos militares que constituíam a guarnição da fortaleza. No terceiro, o foco recai sobre a população civil dedicada à produção agrícola e artesanal, assim como ao clero católico. No quarto, abordámos o dia-a-dia dos mercadores, os seus problemas com a repressão ao comércio ilícito, praticada pelas autoridades espanholas, e a concorrência dos contrabandistas ingleses.

ABSTRACT

This paper aims at reconstituting the daily routine in Colônia do Sacramento through the study and analysis of a great variety of documents – the majority of which comprise letters sent by the governors of Colônia and Buenos Aires to the governments of Lisbon and Madrid. In order to better understand the everyday lives of the people who inhabited this small Portuguese settlement, we have opted to divide the focus of our studies into four chapters. In the first chapter, we seek to reconstitute the relationships of the Portuguese settlers amongst the Spanish settlers and the indigenous people within the domains of the camp. In the second chapter, we focus upon the living conditions of the military who formed the crew stationed at the garrison. In the third chapter, the focus is placed upon the civil population dedicated to farming and handicraft, as well as to the Catholic clergy. In the fourth chapter, we approach the everyday lives of the merchants – the problems they faced with the competition against the English smugglers and the Spanish officials-attempts to inhibit illegal trade.

LISTA DE ABREVIATURAS

- AAHS – Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
- ABNRJ – Anais da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)
- AHU – Arquivo Histórico Ultramarino
- AHEX – Arquivo Histórico do Exército (Rio de Janeiro)
- ANRJ – Arquivo Nacional (Rio de Janeiro)
- ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa)
- ARC – Archivo Regional de Colônia
- BNL – Biblioteca Nacional de Lisboa
- DH – Documentos Históricas
- DI – Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo
- IEB – Instituto de Estudos Brasileiros
- IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
- RAPM – Revista do Arquivo Público Mineiro
- RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
- RIHGRS – Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
- RIHGU – Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay

- cód. – código
- doc. – documento
- f. – folha
- reg. – registro
- v. – verso
- vol. – volume



INTRODUÇÃO

A Colônia do Sacramento foi fundada na margem esquerda do Rio da Prata em 1680 por D. Manuel Lobo, obedecendo ao plano do príncipe regente D. Pedro de expandir os domínios portugueses na América, a fim de assegurar vantagens territoriais e económicas à Coroa portuguesa. A ocasião era propícia, pois a decadente Espanha de Carlos II, o último Habsburgo espanhol, não parecia capaz de opôr resistência aos velhos projectos expansionistas portugueses que visavam dominar o estuário platino e, através dele, assegurar a manutenção do fluxo da prata contrabandeada das minas de Potosí para Lisboa, por via dos portos brasileiros.

Se a metrópole espanhola estava enfraquecida, a isolada fortaleza de D. Manuel Lobo não pôde resistir ao ataque combinado das forças coloniais espanholas e dos exércitos indígenas das missões jesuíticas, grupos para os quais a presença portuguesa no Prata constituía uma grande ameaça. A destruição de Colônia, levada a cabo oito meses após a sua fundação, irritou profundamente o príncipe regente que, sob ameaça de guerra, forçou a Coroa espanhola a restituir-lhe a posse do território de Sacramento, através do Tratado Provisional de 1681.

Foram bastante difíceis os primeiros anos que se seguiram ao restabelecimento dos portugueses em Colônia em 1682, quando as restrições do governo de Buenos Aires, que procuravam impedir o contrabando e a exploração do gado selvagem que abundava nos campos da margem norte do Rio da Prata, se somaram à corrupção generalizada que marcou o governo de

Cristóvão Orneias de Abreu (1683-1689). A situação melhorou sensivelmente sob as administrações de Francisco Naper de Lencastre (1689-1699) e do seu sucessor, Sebastião da Veiga Cabral (1699-1705), com o incremento da política de povoamento e a intensa exploração das riquezas pecuárias do actual território do Uruguai. Porém, a Guerra da Sucessão Espanhola colocaria Portugal e Espanha em campos opostos na Europa, resultando no desencadeamento das hostilidades no Prata e no abandono de Colónia às forças de Buenos Aires em 1705.

A guerra terminou com a assinatura dos tratados de Utrecht, nos quais Filipe V teve de fazer várias concessões a fim de obter o reconhecimento das nações europeias à ascensão dos Bourbons ao trono espanhol. O tratado de paz com Portugal, assinado em 1715, assegurou aos portugueses a devolução do território da Colónia do Sacramento. A partir de então, a Coroa portuguesa iniciou uma verdadeira política de povoamento na região, através do envio de sessenta casais da província de Trás-os-Montes. A retomada do contrabando garantiu a remessa de grandes quantidades de prata, ao passo que a exploração do gado selvagem trouxe como consequência a luta com os espanhóis e indígenas pelo domínio do território, marcando a fase mais próspera e dinâmica da história da Colónia do Sacramento.

Se os primeiros tempos ainda foram difíceis devido aos problemas de abastecimento que marcaram o governo de Manuel Gomes Barbosa (1716-1722), a situação mudaria radicalmente com a chegada do seu sucessor. A junção do apoio decidido da Coroa à grande capacidade administrativa do governador António Pedro de Vasconcelos (1722-1749) foram os factores responsáveis por um período de grande desenvolvimento que pode ser considerado como o apogeu da presença portuguesa no Rio da Prata.

Porém, a prosperidade dos habitantes da Colónia do Sacramento preocupava a Coroa espanhola, lesada pelo intenso contrabando, enquanto os colonos e os índios das missões conviviam a contragosto com a concorrência portuguesa na exploração do gado selvagem. Um incidente diplomático em Madrid, sem maiores consequências na Europa, forneceu aos

espanhóis um motivo para tentar desalojar os portugueses do Prata, dando início ao cerco de Colónia, que se estendeu de Outubro de 1735 a Setembro de 1737. O envio de reforços e expedições navais conseguiu impedir a retomada de Sacramento, mas não teve sucesso em romper o cerco espanhol, que foi mantido após o armistício, marcando o fim da crescente expansão portuguesa pelo interior do território.

O sítio de 1735 marca, portanto, o início de uma nova fase na história de Sacramento. Depois da assinatura do armistício em 1737 e, particularmente, durante o reinado de Fernando VI (1746-1759), que foi marcado pela reaproximação das Coroas ibéricas, o contrabando voltou a florescer, mas a exploração da riqueza pecuária fez-se mais através da cooperação com os indígenas e espanhóis que da presença efectiva dos portugueses no pampa. Também acabou a expansão agrícola, uma vez que a manutenção do campo de bioqueio impediu a criação de novas quintas nas terras fora do controle dos portugueses.

Embora o Tratado de Madrid, em 1750, estipulasse a troca da Colónia do Sacramento pelos Sete Povos das Missões, ela nunca foi efectivada, sendo que o Tratado de El Pardo, de 1761, anulou o anterior. A guerra voltaria ao Prata como consequência do conflito europeu que opôs os Bourbons à maior parte das demais nações europeias, entre as quais Portugal, resultando na capitulação de Colónia frente ao governador de Buenos Aires, em Setembro de 1761. Pelo Tratado de Paris, assinado em Fevereiro de 1763, a influência da Inglaterra, novamente líder vitoriosa de outra liga contra Espanha e França, obrigou a Coroa espanhola a devolver Colónia aos portugueses.

Entretanto, uma nova guerra entre Espanha e Portugal, desta vez sem a participação dos seus poderosos aliados europeus (respectivamente França e Grã-Bretanha), possibilitou a reconquista de Sacramento pelos castelhanos em 1777. Sem a ajuda dos britânicos, os portugueses não puderam assegurar seu retorno ao Prata, sendo que o Tratado de Santo Ildefonso, assinado em Outubro do mesmo ano, manteve Colónia em poder da Espanha, situação que seria ratificada pelo Tratado de El Pardo, assinado em Março do ano seguinte.

Face a tantas guerras e tratados, é natural que os historiadores que se dedicaram à história da Colónia do Sacramento buscassem, antes de tudo, ressaltar os aspectos militar e diplomático da conturbada presença portuguesa no Rio da Prata. Embora as primeiras tentativas de escrever a história de Sacramento remontem ao século XVIII¹, a sua abordagem actual limita-se a pequenos capítulos em publicações que tratam do período colonial dos países marcados pela sua história. Poucas são as publicações que se ocupam especificamente da história da Colónia do Sacramento, sendo que a maioria delas foi escrita dentro de uma concepção bastante tradicional da História, na qual se privilegiam os aspectos diplomáticos entre as potências colonizadoras, ao mesmo tempo que se descrevem em minúcias as diversas batalhas travadas entre portugueses e espanhóis junto aos muros da fortaleza. Em resumo, trata-se de uma abordagem marcadamente factual, no estilo denominado *histoire événementielle* pelos historiadores ligados à Escola dos *Annales*².

Uma nova abordagem sobre a história de Colónia foi feita por Luís Ferrand de Almeida em 1973, na sua tese de doutoramento pela Universidade de Coimbra, intitulada *A Colónia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*. O historiador delimita a sua área de pesquisa entre 1680 e 1705 e, embora ainda centralize o enfoque na situação político-diplomática de Colónia, analisando-a e relacionando-a com o contexto europeu, dedica um capítulo ao estudo dos diferentes grupos que compunham a população de Sacramento e outros dois à agricultura, à pecuária e ao comércio dos couros, principais fontes de renda da população de Colónia na época.

Não é nosso objectivo desacreditar a abordagem tradicional, senão abordar a história de Sacramento sob uma nova óptica, seguindo o caminho já apontado por Luís Ferrand de Almeida. Antes de tudo, buscaremos fugir ao que foi pejorativamente chamado de "história-batalha" pelos historiadores da Escola dos *Annales*³. Deixando de lado o tradicional estilo narrativo que privilegia a descrição das batalhas e o tempo histórico contínuo e linear que marcaram muitas das obras escritas sobre o papel

militar desempenhado por Sacramento, nas quais a ênfase nos actos heróicos privilegiava as funções patriótica e comemorativa, pretendemos elaborar um estudo cujo centro de interesse é a reconstituição do quotidiano das pessoas que viveram em Colónia.

Uma vez apontado o estudo do quotidiano como a abordagem que privilegiamos a fim de tentarmos reconstituir a história das pessoas que viveram em Sacramento, faz-se necessária uma breve explanação sobre o conceito de história do quotidiano que norteará a nossa pesquisa. Para os historiadores ligados à chamada *École des Annales*, o quotidiano e o estudo da vida privada são, essencialmente, uma maneira de abordar a história económica e social. A história da vida quotidiana não é definida somente pelo estudo do habitual por oposição ao excepcional nem é, tão-pouco, concebida como a descrição do cenário de uma época. Para esse grupo, a história do quotidiano deve ser feita através do estudo do habitual imbricado na análise dos equilíbrios sociais e económicos que subjazem às decisões e aos conflitos políticos⁴.

À primeira vista, parece difícil delimitar a área de actuação do quotidiano daquela da vida privada, situação que originou um proveitoso debate entre os historiadores para definir e especificar o âmbito de cada um desses conceitos. Segundo Ronaldo Vainfas, o quotidiano diz respeito ao tempo, sendo passível de ligar-se às estruturas e ao social global, enquanto a vida privada estaria ligada à domesticidade, à familiaridade ou a espaços restritos. Embora enfatize a diferença entre os dois conceitos, Vainfas assegura que não há razão "*para pensá-los como necessariamente excludentes, uma vez que a dimensão da familiaridade ou da intimidade pode ou deve ser perfeitamente percebida na cotidianidade*"⁵.

Laura de Mello e Souza e Fernando A. Novais afirmam que "*quotidiano e vida privada assumem contornos específicos em situações históricas específicas*", relacionando o quotidiano ao espaço público e a vida privada com o espaço privado, ressaltando que a diferenciação entre o público e o privado ultrapassa os limites da familiaridade, pois "*o âmbito privado deve ser associado ao indivíduo e simultaneamente oposto ao âmbito público onde*

se espalha o estado". Contudo ressaltam que "no mundo pré-capitalista, e na ausência de um estado definido, os contornos entre cotidiano e vida privada se esfumariam⁶".

Outra preocupação dos historiadores consiste em ligar a história do cotidiano à análise das estruturas da sociedade, o que levou Jacques Le Goff a criticar duramente a coleção *A Vida Quotidiana*, editada pela Hachette a partir de 1939, na qual, ao lado de grandes obras, verificou a existência de "obras medíocres, que mais não são do que uma poalha de anedotas, de dados dispersos, de instantâneos, que nada tem a ver com o verdadeiro cotidiano e, ainda menos, com a história". Por isso ressaltou que "o cotidiano só tem valor histórico e científico no seio de uma análise dos sistemas históricos que contribuem para explicar o seu funcionamento⁷".

Peter Burke segue o seu pensamento ao afirmar que o desafio do historiador social é mostrar que o cotidiano faz parte da História, relacionando a vida quotidiana aos grandes acontecimentos, como a Reforma ou a Revolução Francesa, ou às tendências a longo prazo, como a ocidentalização ou a ascensão do capitalismo⁸. Ao sugerir o estudo do cotidiano durante os grandes acontecimentos, Burke abre a possibilidade de estudá-lo na curta duração, numa perspectiva diferente da abordagem feita pela longa duração braudeliana. Michel Vovelle também defende a revalorização do estudo da curta duração, rejeitado durante a ofensiva dos historiadores ligados à Escola dos *Annales* contra a história factual⁹. Segundo o mesmo, o tempo curto recupera a sua importância quando se dá uma ruptura na sociedade, tal como aconteceu na França durante a Revolução Francesa¹⁰.

Seguindo esse raciocínio, concordamos que grandes mudanças na sociedade conduzem a consideráveis alterações na vida quotidiana, pois, como exemplo, acreditamos que o dia-a-dia de um alemão, qualquer que fosse seu papel na sociedade, sofreria uma grande transformação por ocasião da passagem da República de Weimar para o governo do Terceiro Reich. Consideramos que, embora não haja uma ruptura desse nível na sociedade colonial a qual nos propomos estudar, a transferência

de emigrantes e degredados para o Rio da Prata não se fez sem algum tipo de rompimento com o cotidiano vivido anteriormente por essas pessoas.

Uma vez definido o âmbito público como o espaço privilegiado e a curta duração para o recorte cronológico do nosso estudo da história da vida quotidiana na Colônia do Sacramento, buscaremos, apoiados na argumentação de Sheila de Castro Faria, "pensar a noção de cotidiano até mesmo nas práticas produtivas, económicas, colectivas, ou individuais, pois não é possível separar trabalho (ou mesmo o não trabalho) – qualquer que seja e onde quer que esteja – do cotidiano¹¹".

É nessa tentativa de buscar o cotidiano nas práticas produtivas que concordamos com Alf Lüdtke, que sustenta que os trabalhadores devem situar-se no seio das pesquisas feitas pela história do cotidiano. Porém, se o cerne da vida quotidiana é reconstituir o dia-a-dia dos "pequenos", dos que não têm voz na história oficial e são tratados como simples cifras numéricas na história económica, Lüdtke não deixa de enfatizar que "a influência, o estatuto, o poder e o prestígio dos 'grandes' não podem ficar entre parêntesis. Os títulos de poder e propriedade, mas também as suas representações simbólicas revelam particularmente ser o emblema das relações sociais e dos conflitos sociais¹²".

Uma vez apontadas as referências teóricas que orientarão o nosso trabalho, buscaremos ligá-las aos factores responsáveis pela especificidade do cotidiano vivido pelos luso-brasileiros que se instalaram às margens do Rio da Prata. A principal característica da vida quotidiana na Colônia do Sacramento, devido ao seu carácter de posto avançado numa região que pode ser considerada uma verdadeira fronteira viva com a América espanhola, era a forte tensão permanentemente vivida pela sua população em função dos conflitos bélicos e suas consequências, que frequentemente assolavam a região. Os constantes bloqueios a que esteve submetida a população de Colônia ao longo da sua história foram os principais factores responsáveis pela constituição de um cotidiano que se diferenciou do vivido pelas populações que habitavam outras regiões da América sob o domínio

português, onde se deram os conflitos contra os indígenas e não contra os europeus, exceptuando-se o período de ocupação holandesa no nordeste e as eventuais invasões francesas que ocuparam determinadas parcelas do território por pouco tempo.

Se, para os comerciantes, durante os raros períodos de paz que viveu Colónia, o comércio ocupava a posição central da vida quotidiana, da mesma forma que a religião para o clero ou a agricultura para os casais povoadores, a tensão gerada pelo perigo da guerra atingia todos os segmentos da população de Sacramento, não se restringindo apenas aos militares. Essa tensão permanente originou um quotidiano fortemente marcado por uma sensação de sobressalto, pois enquanto o Rio de Janeiro, principal ponto de apoio, estava distante quatorze dias de viagem com bom vento, o inimigo vivia nas proximidades, podendo coordenar um ataque eficiente a qualquer momento.

Embora a tensão originada pela vizinhança com os espanhóis seja a principal característica do quotidiano dos habitantes de Colónia, é impossível abordar a vida quotidiana da Colónia do Sacramento durante todo o período em que esteve sob o domínio português, pois de 1680 a 1777 não temos uma Colónia, mas várias. O breve período do governo de D. Manuel Lobo, que vai da fundação, em Janeiro de 1680 à sua destruição, em Agosto do mesmo ano, é um período marcado pela provisoriedade, em razão da oposição dos espanhóis ao estabelecimento dos portugueses. O governo de Cristóvão de Ornelas de Abreu (1683-1689) foi fortemente marcado pela rede de contrabando que beneficiava o governador em detrimento dos comerciantes e pelo fraco interesse do mesmo no desenvolvimento da povoação.

Já os governos de Francisco Naper de Lencastre (1689-1699) e Sebastião da Veiga Cabral (1699-1705) foram marcados pelo incremento do processo de povoamento e da exploração da riqueza representada pelo gado selvagem. Sob as administrações de Manuel Gomes Barbosa (1715-1722) e António Pedro de Vasconcelos (1722-1749), a Coroa pretendeu fazer de Sacramento um importante pólo de desenvolvimento da colonização portuguesa no Prata, através da implantação de uma política

efectiva de povoamento e pelas sucessivas tentativas de alargar o domínio português pelo litoral e pelo interior do território.

O período final da administração de António Pedro de Vasconcelos (1737-1749) e os governos de Luís Garcia de Bivar (1749-1760), Vicente da Silva da Fonseca (1760-1762), Pedro José Soares de Figueiredo Sarmento (1763-1775) e Francisco José da Rocha (1775-1777) foram caracterizados, sobretudo, pela tentativa de preservar a lucratividade do comércio ilícito, uma vez que, desde 1735, o bloqueio constante imposto pelos espanhóis impediu os portugueses de continuar a política de povoamento através do incentivo à agricultura e à exploração dos recursos naturais. Se, antes do estabelecimento do bloqueio espanhol, a Colónia do Sacramento era vista como um importante pólo colonizador que inquietava as autoridades espanholas, depois de 1735 a sua situação pode ser comparada à de outras praças de guerra confinadas a um estreito território como Macau e Mazagão.

A nossa pesquisa tem como objectivo reconstituir o quotidiano na Colónia do Sacramento, de 1715 até 1735. O ano de 1715 foi marcado pela assinatura do Tratado de Utrecht, pelo qual a Espanha teve de devolver Sacramento a Portugal, iniciando-se então uma nova etapa do estabelecimento dos portugueses às margens do Rio da Prata. O ataque espanhol de 1735, por sua vez, marca o fim de um período em que parecia que a colonização lusitana criara raízes definitivas no Prata, pois, desde então, o território de Colónia foi restrito à área de alcance da artilharia portuguesa pelo campo de bloqueio instituído pelos espanhóis. Esse período, relativamente curto, de vinte anos, foi marcado por uma intensa mobilização de recursos e homens com os quais a Coroa portuguesa pretendeu firmar a sua posição no Rio da Prata.

A fim de abordarmos as principais características da história de Colónia, optámos por dividir este trabalho em quatro capítulos: "Um Território em Disputa", "O Bastião do Sul", "Uma Nova Lusitânia" e "Um Ninho de Contrabandistas". Essa divisão pretende abarcar as principais facetas da história de Sacramento: as tentativas de expansão pelo interior a fim de assegurar a posse da riqueza representada pelo gado selvagem, o seu carácter de

fortaleza fronteiriça; a tentativa de recriar um novo Portugal às margens do Rio da Prata e um importante entreposto do comércio ilícito com as colónias espanholas.

O primeiro capítulo dedica-se ao estudo da dinâmica da expansão portuguesa pelo interior, feita por meios pacíficos ou não. A luta pela exploração das abundantes manadas de gado selvagem que habitavam os campos da margem norte do Rio da Prata foi fonte de fortes tensões e constantes atritos entre portugueses, espanhóis e indígenas; pois elas representavam a principal riqueza numa região que não contava com a agricultura de exportação nem com a existência de minas de metais preciosos, que chegavam do Alto Perú através do contrabando. A disputa pelos lucros, que podiam ser obtidos através da exportação de sebo e couros fornecidos pelo gado selvagem, acirrou a luta entre portugueses e espanhóis e foi um importante motivador para que o *cabildo* de Buenos Aires e os jesuítas das Missões apoiassem os frequentes ataques a Colónia.

No segundo capítulo, abordaremos o quotidiano dos militares, elemento de importância vital numa região onde dois projectos expansionistas se encontravam, originando um foco de tensão permanente. A nossa abordagem privilegiará o sistema de recrutamento, as dificuldades económicas resultantes dos constantes atrasos no pagamento dos soldos, os problemas de abastecimento de alimentos e fardas, os atritos com os oficiais, a deserção como a principal forma de resistência à violência da vida militar e os castigos a que estavam sujeitos os desertores capturados.

O terceiro capítulo é dedicado ao estudo dos problemas quotidianos das diferentes categorias sociais que viviam em Colónia, que não os militares e comerciantes. Um grupo importante em Sacramento era formado pelos sessenta casais transmontanos que chegaram em 1718 para incrementar o povoamento da região, com os objectivos de marcar a presença efectiva dos portugueses no Prata, iniciar o cultivo da terra para diminuir a dependência das remessas de alimentos enviados do Rio de Janeiro e também de servir como soldados nas frequentes guerras com os espanhóis.

O clero também tinha uma importante função no que pode ser considerado um autêntico *front* da expansão portuguesa, pois a sua presença assegurava aos soldados a administração dos sacramentos necessários para garantir a vida eterna, preocupação constante dos homens da Idade Moderna. Enquanto o clero secular procurava sacralizar a ordem vigente através das irmandades, o clero regular tinha a importante missão de tentar converter as tribos pagãs que viviam nos campos da margem norte do Prata para, através desse processo, garantir a submissão dos indígenas às autoridades portuguesas.

Apesar das fontes fazerem breves referências ao trabalho dos escravos negros em Colónia, tentamos retomar esse tema pela sua importância, pois os cativos estiveram presentes em vários sectores: nos serviços domésticos, nos ofícios manuais, na agricultura, na caça ao gado selvagem e, em época de conflitos bélicos, foram armados e organizados em agrupamentos de soldados auxiliares.

No quarto capítulo faremos uma análise da importância do contrabando na Colónia do Sacramento, procurando reconstruir as diferentes técnicas que os contrabandistas utilizavam para fugir da repressão exercida pelas autoridades coloniais espanholas, ao comércio ilícito. Uma análise detalhada, tendo como base os documentos pertencentes aos agentes de uma sociedade de comerciantes portugueses instalados em Colónia, permitirá a reconstituição do quotidiano desses mercadores através das tensões que permeavam as dificuldades de fugir à vigilância das autoridades espanholas, a concorrência comercial dos ingleses, os atritos com os militares da guarnição e os problemas relacionados com o transporte e demanda das mercadorias.

Além da pesquisa bibliográfica, procurámos nas fontes manuscritas e impressas as informações necessárias à reconstituição do quotidiano das pessoas que viveram na Colónia do Sacramento. No Arquivo Nacional do Rio de Janeiro pode ser consultada boa parte da correspondência mantida entre os governadores do Rio de Janeiro e de Colónia. No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, há um número considerável de cópias dos registos das consultas do Conselho Ultramarino que fazem referência directa à Colónia do

Sacramento. A mapoteca do Arquivo Histórico do Exército guarda a maior parte dos mapas existentes sobre Colónia.

O acervo do Archivo Regional de Colónia compõe-se de poucos documentos originais entre os quais se encontram algumas cartas, um alvará régio de 1751 e dois folhetos sobre as festas realizadas em Sacramento em 1730 e em 1752. Embora o arquivo apresente um pequeno número de documentação original, possui importantes documentos referentes à história de Colónia que foram fotocopiados no Archivo Histórico Nacional, de Montevideú; Archivo General de la Nación, de Buenos Aires; Archivo General de Índias, de Sevilha e na Biblioteca e Arquivo Distrital de Évora.

No Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, em oito caixas, estão guardadas inúmeras cartas e requerimentos de autoridades residentes em Colónia que foram encaminhadas à Coroa. Dedicamos especial atenção às cartas enviadas pelo governador António Pedro de Vasconcelos ao rei D. João V, nas quais informa o soberano sobre as mais diversas particularidades do território e da população que estava encarregado de administrar. Além dessa colecção, no mesmo arquivo, encontramos mais fontes referentes à história de Sacramento entre os documentos colectados por Eduardo de Castro e Almeida e reunidos à documentação referente à capitania do Rio de Janeiro.

No Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, na documentação reunida sob o título de *Manuscritos do Brasil*, encontramos algumas das cartas escritas pelo capitão Manuel de Barros Guedes Madureira, comandante do regimento de Dragões de Minas Gerais, endereçadas ao governador interino de Minas, Martinho de Mendonça de Pina e de Proença. Essas cartas revelam importantes aspectos do quotidiano dos soldados que foram enviados para reforçar a guarnição de Sacramento, aquando do sítio espanhol que se estendeu de 1735 a 1737. Nos documentos registrados nos livros da "Chancelaria de D. João V" e do "Conselho de Guerra", também há algumas fontes que ajudam a conhecer alguns dos homens que viveram em Colónia.

Na Secção de Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa, encontram-se o Regimento Militar de 13 de Novembro de 1707,

o Regimento para o Exército, de 1708, e a Relação das festas organizadas pelo governador Luís Garcia de Bivar na Colónia do Sacramento, em 1753, para comemorar a aclamação de D. José I. Na grande quantidade de documentos reunidos na Colecção Pombalina, muitos fazem referência à Colónia do Sacramento, porém a maior parte deles refere-se unicamente aos aspectos diplomáticos da disputa do território de Colónia entre as Coroas de Espanha e Portugal, sendo de pouco interesse para a reconstituição do quotidiano.

Além das fontes primárias consultadas nos arquivos, é importante citar a colecção de documentos publicados nos *Anais da Biblioteca Nacional, Documentos Históricos, Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, e nas revistas dos institutos históricos e geográficos. A maioria dos historiadores que se dedicaram a estudar a história da Colónia do Sacramento, tiveram o cuidado de anexar às suas obras importantes colecções de documentos que foram essenciais para a nossa pesquisa. Assim, pudémos consultar importantes fontes publicadas nas obras de António Bermejo de la Rica, Jonathas da Costa Rego Monteiro, Luís Ferrand de Almeida, Luís Enrique Azarola Gil e Moacyr Domingues.

O nosso estudo sobre as fontes espanholas deve-se fundamentalmente às fontes publicadas por Jaime Cortesão em *Manuscritos da Colecção De Angelis*, Carlos Corrêa Luna em *Campaña del Brasil, Antecedentes Coloniales*, e pelos padres Pablo Pastells e F. Mateos em *Historia de la Compañia de Jesus en la Provinda del Paraguay Según los Documentos Originales del Archivo General de Indias*.

Seguindo a orientação dos professores que presidiram a banca do exame de qualificação, optámos por actualizar a ortografia das fontes citadas no decorrer deste trabalho. Também optámos por traduzir para o português todas as citações feitas em línguas estrangeiras, ao invés de actualizar a sua ortografia. As traduções, assim como as actualizações, são de responsabilidade exclusiva do autor.

A cartografia apresentada nesse trabalho, salvo algumas excepções que estão indicadas nos mapas e plantas, foi reproduzida

a partir das cópias feitas por Jonathas da Costa Rego Monteiro na mapoteca do Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro, e publicadas no segundo volume da sua obra, "A Colônia do Sacramento, 1680-1777".

O QUOTIDIANO DA GUERRA A VIDA NA COLÔNIA DE SACRAMENTO (1715-1735)

NOTAS

¹ Sebastião da Veiga Cabral, "Descrição Geográfica e Coleção Histórica do Continente da Nova Colônia da Cidade do Sacramento", in *RIHGU*, tomo XXIV [1713]; Simão Pereira de Sá, *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata* [1727]; Silvestre Ferreira da Silva, *Relação do Sítio da Nova Colônia do Sacramento* [1748].

² Citamos como exemplos da produção dessa escola historiográfica as obras hoje clássicas: Antônio Bermejo de la Rica, *La Colônia del Sacramento*; Luís Enrique Azarola Gil, *La Epopeya de Manuel Lobo*; Jonathas da Costa Rego Monteiro, *A Colônia do Sacramento (1680-1777)*.

³ Cf. Nuno Severiano Teixeira, "A História Militar e a Historiografia Contemporânea", in *A Defesa Nacional*, nº 768, pp. 83-96.

⁴ Mary del Priore, "História do Cotidiano e da Vida Privada", in Ciro F. Cardoso e Ronaldo Vainfas (orgs.), *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*, pp. 265-266.

⁵ Ronaldo Vainfas, "História da Vida Privada: Dilemas, Paradigmas, Escalas", in *Anais do Museu Paulista*, vol. 4, p. 14.

⁶ Laura de Mello e Souza e Fernando A. Novais, "Comentário VI", in *Anais do Museu Paulista*, vol. 4, pp. 64-65.

⁷ Jacques Le Goff, "A História do Cotidiano", in Georges Duby et alii, *História e Nova História*, p. 93.

⁸ Peter Burke, "A Nova História, seu Passado e seu Futuro", in Peter Burke (org.), *A Escrita da História*, pp. 24-25.

⁹ Michel Vovelle, *A Mentalidade Revolucionária: Sociedade e Mentalidades na Revolução Francesa*, pp. 9-10.

¹⁰ Michel Vovelle, "L'Histoire et la Longue Durée", in Jacques Le Goff (dir.), *La Nouvelle Histoire*, p. 99.

¹¹ Sheila de Castro Faria, "Comentário IX", in *Anais do Museu Paulista*, vol. 4, p. 91.

¹² Alf Lüdtke, "Qu'est-ce que L'histoire du quotidien, et qui la pratique?" in Alf Lüdtke (dir.), *Histoire du Quotidien*, p. 25.

1 – UM TERRITÓRIO EM DISPUTA

Logo que passou a interessar-se pela América do Sul, a Coroa portuguesa procurou balizar os seus domínios pelos maiores rios descobertos, o Amazonas ao norte e o Prata ao sul. Não procurava propriamente estabelecer fronteiras naturais, mas sim garantir o controle das vias de acesso ao interior do continente. Devido a problemas dinásticos, Portugal só pôde desenvolver o povoamento da região platina depois de conseguir a restauração da sua independência, mas, mesmo então, contou com forte oposição da Coroa espanhola, que defendia os seus direitos sobre ambas as margens do Rio da Prata.

A fundação da Colónia do Sacramento, em 1680, não representou a concretização do desejo de estender os domínios portugueses até ao Prata, pois, embora os espanhóis fossem forçados a restituir a Portugal, por várias vezes, o pequeno entreposto lusitano, conseguiram impedir a anexação da margem norte do Rio da Prata ao império colonial português. Diferentes interpretações sobre as terras que correspondiam ao chamado "território da Colónia do Sacramento" obstaculizaram a realização do projecto expansionista lusitano. É sobre a longa disputa travada entre portugueses e espanhóis pelas terras que hoje constituem o território uruguaio que trataremos nas páginas seguintes.

1.1. – O FASCÍNIO PELO RIO DA PRATA

Muito cedo Portugal mostrou interesse pelo Rio da Prata. Se, ao contrário da propaganda oficial da Coroa, não é possível provar que os portugueses chegaram ao Prata em 1501, na expedição dirigida por Américo Vespúcio, efectivamente eles foram os primeiros europeus a navegar o rio sob a direcção de Henrique Froes (ou Flores).

Pilotada por João de Lisboa e armada por D. Nuno Manuel e Cristóvão de Haro, esta expedição percorreu a costa brasileira rumo ao sul, onde descobriu o cabo de Santa Maria (actual Punta del Este) e penetrou no Rio da Prata em 1512, chegando provavelmente até ao ponto onde mais tarde seria fundada a Colónia do Sacramento¹. Na viagem de regresso, o capitão-mor trouxe como presente ao rei um machado de prata, a fim de provar a existência de metais preciosos no sertão.

Pensava-se, então, que o Rio da Prata levava ao Oceano Pacífico, descoberto por Balboa ao atravessar o istmo do Panamá no mesmo ano. A notícia da expedição portuguesa preocupou o rei da Espanha que, em 1515, mandou para o Atlântico Sul uma expedição comandada pelo português, a serviço da Coroa espanhola, João Dias de Solis. Composta de três navios, a expedição subiu o Rio da Prata até perto da foz do rio Uruguai, onde Solis e alguns companheiros que desembarcaram consigo foram trucidados pelos indígenas².

Os portugueses voltaram ao estuário platino em 1521-1522 sob o comando de Cristóvão Jaques³, enquanto os espanhóis marcaram sua presença na região com as expedições de Magalhães (1520), Caboto (1526-1529) e Diogo Garcia (1526-1529)⁴. A disputa pelo Prata era alimentada pelos relatos de viajantes e aventureiros⁵ que falavam de ricas terras desconhecidas às quais chamavam de "*Costa do Ouro e da Prata, serra da Prata, rio da Prata, rei Branco...*". Indubitavelmente, a esperança de encontrar a fabulosa serra de prata, a partir da navegação do Rio da Prata, contribuiu para que o nome dado pelos portugueses ao rio suplantasse a denominação "Rio de Solis", dada ao mesmo pelos espanhóis em homenagem ao seu suposto descobridor.

Outro importante passo na disputa pelo Rio da Prata foi tomado quando D. João III enviou uma armada de cinco navios a fim de tomar posse das terras que descobrisse dentro da demarcação portuguesa. A frota, sob o comando de Martim Afonso de Souza, partiu rumo ao Brasil em 3 de Dezembro de 1530. Ao chegar a Pernambuco, Martim Afonso enviou duas caravelas para explorar o rio Amazonas e, com o resto da armada, continuou a sua viagem em direcção ao sul. Embora, em fins de Outubro do ano seguinte, na entrada do estuário platino, uma tempestade provocasse o naufrágio da nau capitânia, Martim Afonso e a maior parte da tripulação conseguiram salvar-se a nado.

Devido ao mau estado dos navios e aos fortes temporais que agitavam as águas do Prata, o conselho convocado pelo capitão foi favorável ao retorno da expedição. O irmão de Afonso de Souza, Pêro Lopes de Souza, foi encarregado de, com um bergantim tripulado por trinta homens, dar prosseguimento à missão, colocando padrões nas margens do rio a fim de assegurar a sua posse para a Coroa portuguesa. Pêro Lopes e seus homens deram, então, prosseguimento à viagem, costeando a margem norte do Rio da Prata, passando pela enseada de Montevidéu e ao largo das ilhas de São Gabriel e Martim Garcia, chegando ao delta do Paraná em 2 de Dezembro de 1531. A viagem prosseguiu rio acima até o dia 11 do mesmo mês, quando se iniciou o regresso, após efectuar-se a instalação de dois padrões no lugar que os índios identificaram como sendo a terra dos Carandins⁷.

A expedição de Martim Afonso de Souza gerou protestos por parte do governo espanhol, sendo que a imperatriz D. Isabel mandou o seu embaixador em Lisboa pedir a D. João III que se abstivesse de mandar novas expedições ao Rio da Prata, pois afirmava ser notório que o rio ficava dentro da demarcação de Castela. Porém, para o Conselho das Índias, a única solução para resolver a questão seria o envio de uma armada para povoar a região platina. Seguindo essa política, em Maio de 1534, D. Pedro de Mendoza foi nomeado governador e capitão geral das províncias do Rio da Prata⁸.

A expedição de Mendoza chegou ao Rio da Prata em 1536, onde fundou Buenos Aires na margem direita e Corpus Christi

e Buena Esperanza às margens do Paraná. No mesmo ano, Mendoza enviou o seu lugar-tenente, Juan de Ayolas, com 170 homens e três navios, à procura da lendária Serra de Prata. Juan de Salazar, mandado em socorro de Ayala, fundou, em 1537, a cidade de Assunção, na margem esquerda do Paraguai, em frente à foz do rio Pilcomayo. Dessa nova base saíram outras expedições exploradoras espanholas. Em fins de 1547, Martínez de Irala deixou Assunção com 250 espanhóis e mais de dois mil índios rumo à Serra da Prata. No entanto, foi grande a desilusão de Irala ao verificar que a famosa serra já havia sido conquistada pelos espanhóis que tinham vindo pelo norte. Identificara-se, afinal, a lendária serra com o Alto Peru ou, mais precisamente, com a região de Chuquisaca e Potosí⁹.

1.1.1. – A Rota Oficial de Comércio com as Colónias Espanholas

A exportação das riquezas extraídas das minas peruanas, assim como o suprimento do mercado consumidor que nasceu com as mesmas, fez-se pelo mesmo caminho pelo qual se deu a conquista do Peru, ou seja, através do istmo do Panamá, ponto onde se encontravam as rotas do Atlântico e do Pacífico. Quando se descobriu que através do Rio da Prata e seus afluentes também se poderia escoar as riquezas do Alto Peru para Espanha, já estava em vigor uma rota oficial de comunicações que privilegiava o Caribe.

Em 1503, com a fundação da *Casa de Contratación*, a Coroa espanhola instituiu o monopólio régio sobre o comércio ultramarino através da sua centralização em Sevilha, único porto autorizado a comercializar com as colónias espanholas¹⁰, que até então se limitavam às Antilhas. As ordenanças de 18 de Outubro de 1564, complementadas nos anos seguintes, regulamentaram a saída de duas frotas anuais. Uma deveria partir na primavera, rumo ao México, enquanto a outra deveria zarpar no verão para a chamada Terra Firme (litoral caribenho da actual Colômbia) e o Panamá.¹¹

O comércio com o Peru deveria ser feito através do istmo panamiano. Essa centralização objectivava manter sob um rígido controle todas as operações mercantis com as colónias, especialmente as remessas de metais preciosos para Espanha.

A partida das frotas anuais tardava frequentemente e parecia mesmo que a maioria delas partiu com atraso. Por sua vez, a demora no regresso à Europa prejudicava a regularidade das viagens de volta à América, pois os comerciantes sevilhanos tinham de esperar a chegada das mesmas para obter os metais preciosos com os quais compravam as mercadorias destinadas às Índias de Castela. Em mais de um ano não zarpar frota alguma de Espanha com destino às suas colónias, que sempre estiveram insuficientemente abastecidas de produtos de consumo europeus. Essa situação não era de todo desagradável para os comerciantes sevilhanos, já que a escassez das mercadorias aumentava em muito o seu valor, resultando em altas taxas de lucro que compensavam todos os riscos do transporte atlântico¹². Para os monopolistas espanhóis, um tráfico limitado significava maiores lucros e menos riscos, já que a concorrência entre os compradores em adquirir produtos num mercado mal provido proporcionava aos vendedores uma grande lucratividade na venda das suas mercadorias¹³.

Único porto autorizado a comercializar com o Peru, Portobelo vivia dias de euforia quando a cidade se enchia com a multidão de funcionários, mercadores, comissários, artesãos e carregadores que afluíam à cidade por ocasião da chegada da frota de Sevilha. Dali, as mercadorias eram transportadas em pequenas embarcações pelo rio Chagres até Cruzes, onde eram transportadas em lombo de muias até ao porto do Panamá, na costa do Pacífico. Do Panamá, as mercadorias eram embarcadas para Callao, na costa peruana, onde chegavam depois de três semanas de viagem. Daquele porto, as mercadorias, conduzidas por tropas de muias, chegavam a Lima e eram distribuídas a todos os recantos do Vice-Reino do Peru.

A longa extensão da rota comercial, a diversidade dos meios de transporte empregues, as inúmeras baldeações, a precariedade das vias, as taxas alfandegárias e as altas taxas de lucro

auferidas pelos comerciantes elevavam enormemente os preços das mercadorias que seguiam a rota oficial de comércio. A isso deve acrescentar-se que a norma das feiras do istmo foi sempre taxar o valor das mercadorias pelo dobro do preço que tinham em Espanha. Para alguns géneros, entretanto, não eram raros lucros de 150, 300 e 500%¹⁴. Considerando o elevadíssimo preço com que as mercadorias do monopólio chegavam ao consumidor peruano, não é de se estranhar que o contrabando então exercesse uma incrível força de atracção.

A fim de defender os seus lucros através da manutenção do monopólio do comércio, a exemplo dos seus colegas de Sevilha, os comerciantes de Lima reuniram-se numa corporação de mercadores chamada *consulado*. Para a Coroa espanhola o sistema monopolista facilitava a fiscalização, para os comerciantes dos *consulados* representava a exclusão dos rivais, estrangeiros ou não, já que os portos menores da Espanha e da América estavam rigorosamente proibidos de participar no comércio atlântico¹⁵. Se o sistema monopolista funcionava e correspondia à situação económica e política da Espanha durante o século XVI, o crescimento demográfico, que ampliou a demanda do consumo no século seguinte, atraiu, contudo, a intervenção dos comerciantes estrangeiros¹⁶.

Outro factor que contribuiu para aumentar a participação dos estrangeiros no comércio ilícito com a América espanhola foi a decadência do sistema de frotas, verificada a partir de 1620. Embora incapaz de suprir as necessidades dos colonos, a Coroa insistiu na manutenção do sistema monopolista¹⁷. Deve-se salientar que a insistência das autoridades espanholas em garantir a manutenção da rigidez das rotas comerciais tinha como objectivo exercer o controle total sobre o comércio com as suas possessões ultramarinas, já que, reservando-se a exclusividade comercial, a metrópole buscava acumular capital às expensas das economias coloniais. Segundo Fernando A. Novais "*o comércio foi de facto o nervo da colonização do Antigo Regime, isto é, para incrementar as actividades mercantis processava-se a ocupação, o povoamento e a valorização das novas áreas*"¹⁸.

1.1.2. – O Contrabando no Rio da Prata nos Séculos XVI e XVII

Apesar da sua posição estratégica, Buenos Aires teve um início pouco promissor, pois a conjugação de factores desfavoráveis como a estagnação económica, a propagação de epidemias e os ataques dos indígenas, levaram ao abandono da cidade em 1541. Ela voltaria a ser fundada por Juan de Garay em 1580, com o objectivo de facilitar o acesso do Paraguai ao mar, a fim de estabelecer uma via comercial directa com a Espanha. Contudo, a esse plano opuseram-se os grupos monopolistas de Lima e Sevilha¹⁹. Desde então, fugindo às restrições do monopólio régio que favorecia as rotas comerciais já estabelecidas, a cidade de Buenos Aires tornou-se um importante centro contrabandista, alimentado pela prata extraída das minas de Potosí.

Vários factores predispunham o Rio da Prata a desempenhar um importante papel no desenvolvimento do comércio ilícito, especialmente durante o período da União Ibérica (1580-1640): a posição atlântica afastada das rotas oficiais, a vastidão do estuário, que impedia uma vigilância eficiente, a relativa facilidade de acesso ao interior através das vias fluviais, a grande necessidade da população em abastecer-se de bens manufacturados e a possibilidade da sua obtenção através do contrabando, em maiores quantidades e a preços muito inferiores aos obtidos através da rota oficial de comércio²⁰.

Apesar da legislação restritiva, os lucros que podiam ser obtidos através do comércio ilícito eram muito altos para que os sectores mais empreendedores da sociedade colonial se submetessem às leis criadas pelas autoridades metropolitanas. Também é importante assinalar que antes de iniciar-se a exploração comercial do gado selvagem, no século XVIII, através da exportação de couros em larga escala, a única forma de acumulação possível em Buenos Aires foi a participação activa no contrabando.

A primeira tentativa que conhecemos no sentido de estabelecer uma rota comercial entre o Prata e o litoral brasileiro foi executada sob as ordens do bispo de Tucumã, D. Francisco de Victoria,

um português de nascimento que, em 1585, enviou um navio mercante à Bahia. Sob o pretexto de descobrir a rota marítima para o Brasil e dali trazer jesuítas, o bispo mascarou os objectivos comerciais da expedição, que foi bem recebida em Salvador e nas escalas que fez em São Vicente, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

A expedição só não foi coroada de êxito devido ao apresamento do navio na entrada do estuário do Prata por um pirata inglês que despojou os espanhóis das mercadorias adquiridas no Brasil. Porém, o bispo de Tucumã, senhor de vastos recursos e com boas relações com os membros da Audiência de Charcas e as autoridades coloniais portuguesas, não desanimou e organizou novas expedições comerciais aos portos brasileiros²¹. De facto, falando da visita da nau episcopal, frei Vicente do Salvador conta-nos que *"daí por diante não houve ano em que não fossem alguns navios de permissão real ou de arribada com fazendas, que lá muito estimam e cá o preço universal que por elas trazem"*²².

Entretanto, a iniciativa de D. Francisco²³ não foi bem recebida pelas autoridades espanholas e a real cédula de 28 de Janeiro de 1594, dirigida ao vice-rei do Peru, proibiu a continuação do comércio efectuado pelo porto de Buenos Aires, numa tentativa de enquadrá-lo no sistema comercial preexistente, visando defender os interesses económicos já criados em Lima e Sevilha. A medida da Coroa contrariou a perspectiva dos portenhos de aproveitar as vantagens excepcionais do seu porto como acesso ao Atlântico para as povoações espanholas da bacia platina, reduzindo o papel de Buenos Aires a simples mercado consumidor dependente de Lima²⁴.

No entanto, mesmo proibido, o comércio com o Brasil continuou florescente. Francisco Soares, um mercador português estabelecido no Rio de Janeiro, informava ao seu irmão na Europa, em 1596, que de três em três meses ou quatro, seguiam para o Prata embarcações de 30 a 40 toneladas, conduzindo açúcar, arroz, tafetás e outras mercadorias²⁵. A razão da continuação do comércio era o alto lucro que proporcionava, pois, segundo Soares, com 500 ducados um comerciante poderia lucrar 5.000 em cinco meses²⁶.

Na tentativa de legalizar essa rota comercial, as autoridades portenhas escreveram diversas vezes para a metrópole, embora sem resultado. Como as razões locais de carácter económico eram negligenciadas pela Coroa, passou-se a insistir sobre argumentos de ordem política, como o risco que corria um porto de tamanha expressão estratégica de cair em mãos de piratas ou de alguma potência estrangeira e então servir de ponta de lança para um ataque às minas de Potosí. Esse argumento parece ter sido decisivo, pois, visando assegurar o desenvolvimento da cidade a fim de atender às razões de ordem estratégica, Filipe III concedeu a Buenos Aires o direito de exportação para o Brasil e Guiné em 1602. Essa permissão foi prorrogada sucessivamente até 1618, quando uma real cédula permitiu que dois navios por ano, de no máximo cem toneladas, saíssem de Sevilha para transportar mercadorias para o Rio da Prata, sendo que estavam autorizados a tocar os portos brasileiros na ida, mas não na volta, a fim de impedir o fluxo de prata para o Brasil²⁷. Eram os chamados *navios de registro* ou *navios de permiso*. Porém, esses navios nem sempre chegavam a Buenos Aires com regularidade²⁸.

Novas medidas, na tentativa de impedir que o porto de Buenos Aires concorresse com os monopolistas limenhos, através do abastecimento das províncias do interior, foram oficializadas através da real cédula de 07 de Fevereiro de 1622, a qual proibiu a entrada de moedas de ouro e prata na cidade e instituiu uma aduana seca em Córdoba, onde se taxavam as mercadorias entradas pelo porto de Buenos Aires que seguiam para o Alto Peru em 50% do seu valor. Posteriormente, em 1690, a aduana seca foi transferida para Jujuy, ao norte, na fronteira com o distrito mineiro do Alto Peru, trazendo como consequência imediata a conquista do mercado de Tucumã pelo porto de Buenos Aires²⁹.

Apesar das medidas repressoras, o contrabando, único meio de escapar às restrições ao livre comércio, florescia em Buenos Aires, onde, durante o século XVII, segundo Lafüente Machaín, *"todos os habitantes se fizeram mercadores, uns abertamente e outros ocultamente, mediante o contrabando realizado por conta e risco próprio ou consentindo-o"*³⁰. Por vezes, o comércio ilícito era incentivado pelos próprios governadores³¹,

que também participavam dos seus lucros. Segundo Veiga Garcia, "a convivência das autoridades fazia do comércio ilícito a tónica da economia portenha"³². Na verdade, a corrupção chegou a tal ponto que, antes mesmo de deixar Espanha, Diego de Gónzora, nomeado para governar Buenos Aires (1619-1623), já havia contratado certos comerciantes portugueses para se unirem a eles no comércio ilícito no Prata³³.

Os interesses ligados ao contrabando eram tão fortes que, quando chegavam ao Prata governadores determinados a fazer cumprir a legislação restritiva ao comércio ilícito, não tardavam em sofrer a oposição do *cabildo*. A lei pela qual Filipe II autorizou a venda de determinados cargos públicos possibilitou aos contrabandistas o acesso ao *cabildo* portenho, de onde podiam defraudar o fisco com maior facilidade e preparar a resistência contra os governadores e oficiais reais que pretendessem aplicar as ordens régias de repressão ao comércio ilícito³⁴.

Os principais elementos responsáveis pelo desenvolvimento da rede contrabandista eram os portugueses. A sua influência era tão grande no pequeno burgo platino, que Lafuente Machaín afirma que o mesmo não poderia subsistir sem o apoio do comércio patrocinado pelos lusitanos³⁵. A importância do comércio ilícito praticado entre Buenos Aires e o Alto Peru pode ser avaliada pelo facto de que, durante a década de 1620, o contrabando confiscado constituiu a principal fonte de ingressos na Caixa Real do Rio da Prata³⁶.

A relativa proximidade do Prata com os portos brasileiros e a facilidade da obtenção de escravos nas suas feitorias em África eram os principais factores da preponderância comercial dos luso-brasileiros em Buenos Aires. A permissão, concedida pela Coroa espanhola em 1595, para que os navios negreiros portugueses pudessem levar a sua carga ao Rio da Prata, serviu indirectamente como um incentivo ao contrabando, já que esses barcos, além de escravos, geralmente levavam mercadorias destinadas ao comércio ilícito³⁷.

Apesar de inconveniente para o sistema monopolista espanhol, a importação de escravos era de necessidade vital para exploração das minas americanas, uma vez que as doenças

trazidas pelos europeus dizimaram a população indígena. Segundo Salvador Gonçalves, é farta a documentação relativa ao emprego de escravos africanos no serviço das minas. Os principais factores que predispunham a reposição frequente de mão-de-obra nas regiões mineiras eram a ampliação das áreas de exploração do subsolo e o alto índice de mortalidade causado pelas epidemias, pelas rudes condições de trabalho e pelas baixas temperaturas do planalto andino³⁸.

Embora a União Ibérica assegurasse uma certa independência administrativa entre as Coroas de Portugal e Castela, verificada não só na metrópole como também na administração das suas colónias, ela favoreceu os contactos comerciais entre o Prata e o Brasil. Mas, se a burguesia portuguesa tinha visto na união das Coroas um meio de garantir o acesso à prata espanhola, os seus desejos foram frustrados pelas restrições que os Habsburgos, instados pelos monopolistas de Sevilha, fizeram ao comércio directo entre Portugal e as Índias de Castela, ao mesmo tempo que não se interessaram em financiar com a prata espanhola o comércio das especiarias. O contrabando configurou-se então como o único meio de obtenção do metal necessário à continuidade do comércio oriental³⁹.

A prata era essencial no comércio com a China, onde esse metal precioso era escasso. Além de várias mercadorias, como seda e porcelana, o mercado chinês era muito atraente porque ali se podia trocar ouro, que o país produzia em boa quantidade, por prata em condições muito vantajosas. Em princípios do século XVII, os portugueses trocavam com os chineses 5,5 pesos de prata por *um peso* de ouro enquanto que na Europa e no Japão o *peso* de ouro valia 12 pesos de prata⁴⁰.

Como a totalidade da prata importada do Japão, principal mercado desse metal para os portugueses no Oriente, se destinava ao comércio com a China, havia escassez de prata na metrópole e nos domínios ultramarinos. Portanto, desde logo o contrabando com o Rio da Prata despertou o interesse dos portugueses. Já durante o século XVI, a Bahia exerceu a função de centro exportador de produtos manufacturados para Buenos Aires, ao lado do Rio de Janeiro e de Pernambuco⁴¹. Viajantes

estrangeiros que passaram por Salvador observaram a grande quantidade de prata em circulação na cidade. Desse comércio não ficava à margem o porto de São Vicente e a vila de São Paulo, onde também circulavam as moedas espanholas⁴².

Além dos escravos africanos obtidos por via dos portos do Brasil, as principais mercadorias brasileiras importadas por Buenos Aires eram produtos alimentícios de São Paulo, açúcar e melado da Bahia e Pernambuco. De Portugal vinham pipas de sardinha, sal, pimenta, azeite, vinhos, tecidos do norte da Europa, ferro, estanho, aço, instrumentos agrícolas, utensílios domésticos, madeiras e móveis. Os principais meios de pagamento dessas mercadorias eram os metais preciosos, exportados em forma de jóias, moedas ou barras. Completavam as remessas de metal a exportação de farinha de trigo de Tucumã, carne salgada, couros e sebo para a fabricação de velas⁴³.

François Pyrad, aventureiro francês que visitou a América do Sul durante o período da União Ibérica, deixou-nos um interessante relato de como os contrabandistas burlavam a vigilância dos agentes reais em Buenos Aires:

"O Rio da Prata jaz a trinta e cinco graus da banda do sul da América, que é à mesma altura, pouco mais ou menos, do Cabo da Boa Esperança; mas, os que ali vão, fazem-no secretamente e com temor, porquanto o rei de Espanha tem defendido o tratado por estas partes, para não ser defraudado nos seus direitos; e todo o dinheiro que se tira por esta via é tão secretamente que se não pode descobrir, pois a defesa é tão estreita que leva à pena de morte. De sorte que para levarem o dinheiro, atam os sacos cheios dele às âncoras, e depois de saídos os oficiais de el-rei, levantando as âncoras, o guardam, e assim todo o dinheiro que daquelas partes se tira, é roubando e defraudando os direitos de el-rei de Espanha. E nem por isso deixam de tirar dali muito, porque todo o dinheiro que corre no Brasil e em Angola de lá vem⁴⁴".

Os comerciantes portugueses não só auferiam lucros fabulosos através da venda das suas mercadorias, como também lucravam na conversão da prata. O padre Diego de Altamirano afirmava que os comerciantes lusitanos podiam vender as suas mercadorias em Buenos Aires com preços 50% inferiores aos dos navios de registro e a muitíssimo menor preço que as mercadorias vindas do Peru pela rota oficial. Acrescentava ainda que os portugueses lucravam ainda mais nos pagamentos feitos em prata, já que, no Brasil, ela valia o dobro do preço que tinha em Buenos Aires⁴⁵.

Segundo Pierre Chaunu, a prata desviada para o Brasil e Portugal talvez tenha chegado a 10%, 20% ou mesmo 25% da produção de Potosí por volta dos dois primeiros decênios do século XVII⁴⁶. Para Lynch, o comércio com Buenos Aires foi impulsionado pela prata de Potosí, porém não coincidiu com a queda na produção que se seguiu a 1650. As suas suspeitas são de que ou a produção mineira não declinou tanto como mostram as cifras oficiais ou a rede comercial drenou para a rota ilícita do Atlântico quantidades crescentes de metal, a fim de evitar os altos preços das mercadorias fornecidas pelos comerciantes ligados ao sistema monopolista⁴⁷.

Provavelmente, uma boa parte dos contrabandistas portugueses que actuavam na região platina era constituída de cristãos-novos, já que a emigração para a América espanhola crescia durante as visitas inquisitoriais ao Brasil. A entrada era mais fácil por Buenos Aires, onde, durante os primeiros tempos, não havia comissário do Santo Ofício, que pelos portos caribenhos, severamente vigiados pela Inquisição.

Entretanto, a imigração luso-brasileira não se dava somente em razão das perseguições movidas pelo Santo Ofício, mas também por interesses económicos, os quais motivavam até os clérigos a aventurar-se na América espanhola, pois, alegando a falta de bispo no Rio de Janeiro e os perigos da navegação para a Bahia, muitos deles passavam a Buenos Aires para receberem ali a sua ordenação. Enquanto alguns se estabeleciam na cidade, outros seguiam para o Peru "por ser a terra mais rica⁴⁸". Contudo, a forte presença dos cristãos-novos marcava esta onda emigratória,

levando as autoridades espanholas a identificar todos os imigrantes luso-brasileiros como sendo "judeus" ou "judaizantes"⁶⁰.

Favorecidos, em certos aspectos, pela União Ibérica, mas ainda vítimas das perseguições inquisitoriais, os cristãos-novos portugueses desempenharam importante papel na vida econômica do Rio da Prata. Todavia, a prosperidade alcançada por eles não deixou de suscitar inveja e acusações como a de darem ajuda aos inimigos da Espanha a fim de minar o monopólio comercial da Coroa⁶¹. Com a restauração da independência portuguesa, em 1640, a pressão contra os luso-brasileiros em terras espanholas aumentou muito. Em Buenos Aires chegou-se a condenar à morte os portugueses vindos da Bahia com a notícia da rebelião lusitana, atitude que revelava o temor das autoridades de que uma parcela significativa da população da cidade aderisse ao movimento da Restauração.

Em 1642, iniciaram-se maiores restrições aos portugueses, em cumprimento às reais cédulas de 1641, que ordenavam a expulsão dos estrangeiros residentes em Buenos Aires. Consistiam em vigilância severa e, em caso conveniente, destituição dos cargos públicos, proibição de fixarem residência em terras de Espanha, remoção para o interior dos que habitavam o porto e interdição de terem relações comerciais com os súbditos de Castela. O governador do Rio da Prata, Jeronimo Luiz de Cabrera, ordenou então o registro e desarmamento de todos os portugueses estabelecidos em Buenos Aires, que seriam aproximadamente 370 pessoas, isto é, um quarto da população da cidade, então avaliada em 1.500 habitantes⁶¹.

Mesmo com as restrições tomadas contra os portugueses, em 1640⁶², enquanto durou a guerra da Restauração e subsistiu a esperança espanhola de vencer os portugueses, o contrabando entre o Brasil e Prata não foi totalmente interrompido até à assinatura da paz, em 1668, quando o reconhecimento da independência portuguesa consumou a separação dos dois países e revigorou a política proteccionista da Coroa espanhola⁶³. Apesar de fortemente combatido, o contrabando não foi completamente erradicado, pois sob o pretexto da ordenação de sacerdotes no bispado de Buenos Aires, muitos navios deixavam os portos

brasileiros abarrotados de mercadorias, situação que levou a Coroa a ordenar que, em 1678, o bispo Azcona Imberto iniciasse uma devassa que incriminou o governador D. Andrés de Robles e seus sobrinhos⁶⁴.

1.1.3. – A Fundação da Colônia do Sacramento

Ao fim da Guerra da Restauração (1640-1668), Portugal encontrava-se em péssima situação financeira, pois estava pesadamente endividado com as nações que o auxiliaram a garantir a sua independência em relação a Espanha. Esse fenómeno era agravado pelo grande número de concessões feitas aos estrangeiros no comércio colonial, para assegurar o reconhecimento da ascensão da dinastia de Bragança ao trono português e também pelo início da produção açucareira nas Antilhas, responsável pela baixa no preço internacional do açúcar, até então a principal fonte de rendimentos da Coroa. Com vista à baixa dos rendimentos dos produtos coloniais, entre o Tratado de Londres de 1661 e os acordos de Methuen (1703), o comércio externo português concentrou-se na venda da produção metropolitana: vinhos para a Inglaterra e sal de Setúbal para os Países Baixos⁶⁵.

A rebelião contra os Habsburgos não prejudicou só o comércio com Buenos Aires, mas também o que era desenvolvido com as Filipinas, onde, desde sua expulsão do Japão, em 1639, os portugueses adquiriam a prata proveniente da Nova Espanha, mercadoria essencial no comércio com a China⁶⁶. Para reactivar o comércio com as colónias, a Coroa adoptou uma política que visava o desenvolvimento das potencialidades económicas da América portuguesa, já que o comércio oriental passara para as mãos dos holandeses e parecia definitivamente perdida qualquer ilusão de rearticulação do antigo monopólio comercial português no Oriente⁶⁷.

A cessão de Cochim e Cananor como parte da indemnização devida aos holandeses pelo abandono das suas pretensões no

nordeste brasileiro⁵⁸ e a decisão de, em 1678, revogar a proibição que impedia a aclimação de plantas indianas no Brasil (a partir da ordem para que o vice-rei da Índia enviasse mudas de plantas produtoras de especiarias para a América portuguesa, com o objectivo de escapar ao controle holandês nas regiões produtoras do Oriente) podem ser vistas como marcos dessa política⁵⁹.

No mesmo contexto, os recursos africanos foram prontamente valorizados. Ainda em 1640, apesar da guerra aberta contra a Espanha, D. João IV autorizou a venda de escravos africanos para a América espanhola, desde que um terço dos negros se reservasse ao mercado brasileiro. Em 1647, retirou-se a exigência de reserva de mercado para o Brasil e, quatro anos depois, o Conselho Ultramarino deu preferência, em Luanda, aos navios provenientes da América espanhola, enquanto impedia o acesso dos que vinham directamente da Espanha, já que os primeiros traziam prata, enquanto os outros traziam mercadorias que concorriam com as que eram introduzidas pelos portugueses⁶⁰.

A partir de então, fica claro o deslocamento do eixo dinâmico do Oriente para o Atlântico. Assim, foi a concentração dos esforços na América portuguesa e nos entrepostos africanos, que permitiu à Coroa portuguesa manter e mesmo expandir a área da colonização⁶¹. Dentro dessa política de recuperação económica, o Rio da Prata voltou a interessar aos portugueses, especialmente aos comerciantes do Rio de Janeiro, pois, desde 1640, quando irrompeu a guerra contra a Espanha, o comércio carioca entrou em decadência acentuada, ocasionando uma baixa no preço oferecido pelo contrato dos dízimos, facto que demonstra a importância da rota comercial com o Prata. Em várias ocasiões, desde então, a câmara do Rio pediu à Coroa que encontrasse um meio de reabrir o comércio com Buenos Aires a fim de aliviar a pobreza dos habitantes da cidade⁶².

Salvador Corrêa de Sá, interrogado em 1643 sobre como reabrir o lucrativo comércio com Buenos Aires, sugeriu nada menos que a conquista da cidade e a construção de uma fortaleza em suas proximidades. A conquista seria facilitada pela ajuda dos paulistas, que deveriam atacar o Paraguai para impedir o

envio de reforços espanhóis⁶³. Da mesma opinião era o P.^o António Vieira, que advogava a conquista do Rio da Prata como consolação à cessão de Pernambuco aos holandeses em troca de paz⁶⁴. Aliás, o padre António Ruiz de Montoya, apóstolo do Paraguai, orgulhava-se ao alegar que a pretensa invasão de Buenos Aires e do Peru fora evitada pela vitória que seus índios conquistaram sobre os bandeirantes em Mbororé⁶⁵.

Porém, o Conselho Ultramarino desaprovou a execução de uma expedição contra Buenos Aires. Ao invés de um ataque directo aos holandeses no nordeste e aos espanhóis no Prata, cumpria antes reconquistar Angola, o que retiraria dos holandeses a sua reserva de mão-de-obra, ao mesmo tempo em que se reabriria o acesso aos escravos, a fim de equipar os engenhos e restaurar o tráfico com Buenos Aires⁶⁶.

Contudo, Salvador Corrêa de Sá não renunciou às suas ambições no sul⁶⁷. Em 1646, quando foi nomeado governador e capitão-general do Rio de Janeiro pela terceira vez, requereu à Coroa a concessão de uma capitania no território ainda não ocupado pelos europeus entre São Vicente e o Rio da Prata. A donataria deveria abranger trezentas milhas de costa, com extensão indefinida para o interior. Corrêa de Sá comprometia-se a fazê-la crescer e prosperar com seus próprios recursos, mas não ficou esquecida a possibilidade de reabrir o comércio com Buenos Aires. Embora esse pedido tivesse o parecer favorável de um grupo de altos funcionários administrativos e eclesiásticos, foi deixado de lado por D. João IV. Após a morte do rei, o pedido foi reapresentado, mas a rainha regente não tomou nenhuma decisão definitiva, a despeito do parecer favorável de dois funcionários⁶⁸.

A doação foi efectivada somente em 1676, quando, sob a regência do príncipe D. Pedro, os portugueses revigoraram a sua política expansionista no sul. Foram beneficiados o segundo visconde de Asseca e João Corrêa de Sá, herdeiros de Salvador Corrêa de Sá. Em 5 de Março de 1676, ficou estabelecido que a nova capitania teria 75 léguas de costa, a serem contadas do cabo de Santa Maria para o norte⁶⁹. Nessa concessão, o príncipe regente reservou para si:

"o mais terreno da boca do Rio [da Prata] para dentro, que fica para a parte do sul da linha de demarcação e há de correr pelo interior da terra, pertence à Coroa, (...), e estas hão de ser sempre realengas, sem terem outro domínio ⁷⁰".

Embora os Corrêa de Sá nunca chegassem a tomar posse efectiva das terras concedidas, o que ocasionou a reversão das terras à Coroa em 1727⁷¹, a busca de metais preciosos incentivou o progressivo povoamento das terras ao sul de Cananéia. Assim, em 1648, surgiu Paranaguá; em 1658, São Francisco do Sul e, em 1668, Curitiba. No decénio seguinte, o paulista Francisco Dias Velho requereu uma sesmaria na ilha de Santa Catarina, onde desenvolveu lavouras e erigiu uma capela em honra a Nossa Senhora do Desterro. Algum tempo depois, as incursões dos corsários que frequentavam a ilha causaram a morte de Dias Velho e levaram os seus dois filhos a refugiar-se em Laguna, onde o vicentino Domingos de Brito Peixoto iniciara uma povoação⁷².

Como bem observou Mário Clemente Ferreira, até à criação da Colónia do Sacramento, o poder público seguia a iniciativa privada na expansão rumo ao sul, sancionando-a e fortalecendo-a⁷³. Na nova fundação, a acção da Coroa precederia a iniciativa particular, tendo em vista que as terras a serem povoadas estavam muito próximas a uma região já ocupada pelos espanhóis, situação que poderia dar origem a um conflito. Outra razão, que também não se pode negligenciar, é de que a Coroa deve ter pensado em controlar directamente o fluxo da prata, que se pensava seguir-se à reabertura do comércio de Buenos Aires com o Rio de Janeiro.

Em 1669, o governador-geral do Brasil e, em 1671, João da Silva de Souza, governador do Rio de Janeiro, alertaram o príncipe regente sobre a conveniência de se povoar as terras ermas que seguiam até o Rio da Prata. Uma informação de Manas de Mendonça, que estivera em Buenos Aires, aconselhava a ocupação da ilha de Maldonado e a terra firme, de onde se podia obter grande quantidade de couros⁷⁴. Outro factor de

atração constituía-se dos boatos que corriam entre portugueses e espanhóis sobre a existência de minas próximas ao Rio da Prata que estariam a ser secretamente exploradas pelos jesuítas⁷⁵.

Em fins de 1672, o rei prorrogou o governo de Silva de Souza por mais três anos, para que o mesmo passasse ao Prata a fim de fortificar um dos portos que parecesse mais apto para assegurar o comércio com Buenos Aires: Maldonado, Montevideu ou as ilhas de São Gabriel. Recomendava ainda que seguisse para São Paulo e dali conduzisse 600 homens e os índios que achasse necessários. Embora a expedição não se tenha realizado, os espanhóis tomaram conhecimento dos planos dos lusitanos através de alguns seminaristas que foram ordenar-se em Buenos Aires. Em carta de 13 de Junho de 1673, o governador do Rio da Prata deu conta das pretensões portuguesas à Coroa espanhola, salientando que a condição para a conservação de Buenos Aires era permitir o comércio entre a cidade e o Rio de Janeiro, argumentando *"que os daqui são tão portugueses como aqueles ⁷⁶".*

A prudente, porém efectiva, política de expansão rumo ao Prata que a Coroa portuguesa adoptou a partir da Restauração, foi legitimada pela criação da diocese do Rio de Janeiro, uma importante vitória diplomática do príncipe regente D. Pedro junto à Santa Sé. Já no memorial em que o Dr. Lourenço de Mendonça, administrador eclesiástico do Rio de Janeiro escreveu, por volta de 1630, sobre a necessidade da criação de um bispado na cidade, descrevia a costa brasileira correndo da boca do Rio da Prata até o cabo do Norte, na província do Maranhão e Rio das Amazonas⁷⁷. Efectivamente a Prelazia do Rio de Janeiro, criada em 19 de Julho de 1576, tinha como limite sul o Rio da Prata, o que foi confirmado um século depois, quando da criação do bispado do Rio, em 22 de Novembro de 1676, pela bula *Romani Pontificis*, na qual Inocêncio XI estabeleceu o alcance da nova diocese que, do Espírito Santo, seguia *"até o Rio da Prata, pela costa marítima e pelo sertão⁷⁸".*

A confirmação, obtida através da bula que criara a diocese do Rio de Janeiro, de que o território em litígio que corria de Cananéia ao Rio da Prata fazia parte do Brasil, legitimou a tentativa de fundar uma povoação na região platina. Outro factor

favorável à retomada pelos portugueses do velho projecto de ocupar as margens do Rio da Prata foi a decadência da Espanha. De facto, o reinado do último Habsburgo espanhol, Carlos II, *el hechizado* (1664-1700), pode ser descrito como “*um completo desastre, uma melancólica história de derrota militar, bancarrota da coroa, retrocesso intelectual e fome generalizada*”. A soma desses factores, aliada à necessidade de metal precioso, motivou a Coroa portuguesa a passar à acção.

Em 1677, o príncipe D. Pedro instruiu secretamente o tenente-general Jorge Soares de Macedo a visitar Paranaguá, a fim de determinar o valor de supostas minas de prata, e de lá passar ao Rio da Prata, onde deveria erguer uma fortificação na ilha de São Gabriel⁸⁰. Tendo chegado a São Paulo em fins de 1678, com o intuito de arregimentar homens e mantimentos, Macedo foi informado pelos sertanistas de que uma expedição ao Prata, por terra, seria impossível sem a demora de dois anos, o que contrariava o seu propósito de cumprir com brevidade a sua missão⁸¹.

Contando com esse problema, Jorge Soares de Macedo optou pela viagem marítima e, a 10 de Março de 1679, sob seu comando, partiram do porto de Santos sete sumacas rumo ao Rio da Prata. Entretanto, por duas vezes, tempestades obrigaram a frota a regressar ao porto. Na terceira tentativa, uma tempestade ainda maior dispersou a frota, sendo que quatro embarcações conseguiram regressar a Santos, enquanto outras três foram dar à ilha de Santa Catarina. Ainda abatido pelo malogro da expedição, Macedo foi informado de que deveria seguir para o Rio de Janeiro, a fim de entrar em contacto com o novo governador, D. Manuel Lobo, que entrementes havia sido escolhido por D. Pedro para comandar a nova fundação⁸².

Seguindo as instruções de Lisboa, logo que D. Manuel Lobo tomou posse do governo do Rio de Janeiro, em 9 de Maio de 1679, tratou de dar início à preparação da expedição que viria a fundar a Colónia do Sacramento. Tendo fretado três charruas, o governador mandou carregá-las com todas as provisões possíveis de ser encontradas no Rio. Dirigiu-se depois a Santos, onde o governador Diogo Pinto do Rego colaborou com o

fornecimento dos mantimentos necessários à expedição. Mais duas sumacas foram fretadas em Santos, de onde passaram a Cananéia para buscar farinha de mandioca⁸³.

A pequena frota chegou sem maiores problemas à ilha de São Gabriel em 20 de Janeiro de 1680. Porém, ao tomar conhecimento da chegada da expedição, o governador de Buenos Aires, D. José de Garro, enviou ao seu encontro uma comissão a fim de requerer ao comandante dos navios que abandonasse as terras do rei de Espanha, pois se não o fizesse com toda a brevidade, usaria da força para desalojá-lo da região. Embora D. Manuel Lobo tenha recebido os emissários espanhóis com amabilidade, não deixou de demonstrar firmeza na discussão que se seguiu entre portugueses e espanhóis sobre a posição em que a linha de Tordesilhas passava no sul da América, encerrando-a com a afirmação de que sem a ordem expressa do príncipe regente, não voltaria atrás um passo⁸⁴.

Alguns autores, como Henrique Alexandre Fonseca⁸⁵ e Azarola Gil⁸⁶, definiram a escolha das terras de São Gabriel como um grave erro de estratégia, acreditando que uma fundação em Maldonado ou Montevidéu tinha maior chance de resistir aos ataques dos espanhóis. Outros, como Capistrano de Abreu⁸⁷, Rego Monteiro⁸⁸ e Luís Ferrand de Almeida⁸⁹ defendiam que o objectivo da Coroa em fundar uma povoação em frente a Buenos Aires revelou o desejo de marcar o ponto extremo das pretensões de Portugal.

Mas então porquê Portugal insistia em afirmar que a linha de Tordesilhas passava nas proximidades de Buenos Aires? E qual o motivo de reservar para si as terras da margem norte do Rio da Prata, evitando concedê-las como uma capitania a particulares? No nosso ponto de vista, a escolha das terras de São Gabriel como o sítio da nova fundação portuguesa obedeceu antes às conveniências que o local oferecia ao comércio ilícito com Buenos Aires, que a uma busca de estabelecer limites e ocupar terras, embora essas finalidades não fossem alheias ao plano do príncipe regente D. Pedro.

A enseada de Colónia era o porto da margem norte mais próximo a Buenos Aires, ao mesmo tempo que era o último ponto

onde as naus transoceânicas podiam chegar. Dali em diante a navegação deveria ser feita em pequenas embarcações, que podiam internar-se nos pequenos canais do delta do Paraná e passar pelos bancos de areia sem grandes problemas. Essas eram vantagens essenciais para o progresso do comércio ilícito⁹⁰. Justamente por isso a ilha de São Gabriel era um antigo refúgio de piratas e contrabandistas, principalmente dos holandeses⁹¹, situação que não deve ter sido ignorada pelos portugueses, uma vez que eles eram os principais agentes do comércio ilícito no Rio da Prata.

Provavelmente o desejo de avanço em relação aos holandeses, que ambicionavam estabelecer-se na região⁹², também contribuiu para a escolha da ilha que, segundo o regimento de D. Manuel Lobo, era *"a de melhor surgidouro, fundo, com água, lenha, sítio sadio e fácil ao desembarque dos navios e resguardo dos tempos, e dentro da demarcação e senhorio desta Coroa"*⁹³.

A fundação não se deu exactamente na ilha, foi executada na margem continental defronte a mesma, em Janeiro de 1680. Por certo a posição era de difícil assistência em caso de um ataque espanhol, porém cremos que não foi levada em consideração a concretização de algum acto hostil por parte do governo de Carlos II, bastante enfraquecido, já que a situação internacional era favorável a Portugal, e os espanhóis temiam uma provável aliança luso-francesa⁹⁴.

Antes que estabelecer limites, a Coroa planeava então criar um entreposto através do qual seria reaberto o lucrativo comércio ilícito com Buenos Aires. Como a rede comercial já estava instalada, inverteram-se as etapas que os portugueses seguiram durante o século XV na Guiné e no século XVI na Índia, quando trataram de estabelecer feitorias comerciais. Se antes, procuravam primeiramente activar o comércio para um ponto do litoral que depois seria fortificado para defender o monopólio régio⁹⁵, no Prata, a fortificação precedeu o estabelecimento do entreposto.

Por sua vez, o domínio da navegação do Rio da Prata poderia facilitar aos portugueses a conquista do território banhado pelos seus afluentes, a fim de obter o controle da linha de comunicações entre Buenos Aires e as minas do Alto Peru. Para

Portugal, enquanto potência mercantil, a noção de fronteira era móvel, já que estava ligada à expansão dos seus interesses económicos⁹⁶. Logo, eram plenamente fundados os receios dos espanhóis de que, com a fundação de Colónia, os portugueses procuravam dominar todo o Vice-Reino do Peru⁹⁷ e por isso não mediram esforços para desalojá-los do estuário platino.

Tendo em vista a resistência dos portugueses, o governador Garro deu ordem para a mobilização do exército espanhol, solicitando também a ajuda de três mil índios requisitados às missões jesuíticas. Na madrugada de 7 de Agosto iniciou-se o ataque, que se destacou pelo massacre realizado pelos índios, de todos os portugueses que continuaram a resistir, somente escapando os que se refugiaram na igreja e D. Manuel Lobo, salvo pela intervenção do comandante espanhol, Vera y Muxica. Segundo Lobo, a ferocidade dos Índigenas era atizada pelos jesuítas, que lhes davam repetidas ordens para que nenhum português permanecesse vivo⁹⁸, já que a presença lusitana nas proximidades das suas reduções era um factor de perigo para a sobrevivência das mesmas.

Parecia ter acabado melancolicamente o sonho da Coroa portuguesa de reabrir o lucrativo comércio com o Rio da Prata e, ao mesmo tempo, aumentar seu poder através do domínio e exploração de uma vasta região ainda não ocupada por nenhuma potência europeia. Entretanto, o príncipe D. Pedro não aceitou pacificamente a destruição dos seus planos de recuperação económica do Reino através da exploração das riquezas coloniais. Confiante no apoio da França, ao mesmo tempo em que se assegurava da neutralidade da Inglaterra, preocupada em equilibrar os seus interesses entre Lisboa e Madrid, D. Pedro deu ordem para a mobilização das tropas portuguesas junto à fronteira luso-espanhola. Negando-se a conceder audiência ao embaixador espanhol, o príncipe regente enviou um *ultimatum* à Espanha, que, dentro de quinze dias, teria de dar satisfação do ocorrido, castigar o governador Garro, libertar os prisioneiros e devolver o território ocupado⁹⁹.

Intimidada, Espanha cedeu e, em 7 de Março de 1681, foi assinado em Lisboa o Tratado Provisional pelo qual Carlos II se

comprometia a castigar os excessos do governador Garro, restituir todas as armas, munições e ferramentas tomadas aos portugueses e libertar todos prisioneiros de guerra. D. Pedro, por sua vez, comprometia-se a ordenar que somente se fizesse reparos nas fortificações feitas de terra e se construísse abrigos para os soldados, pois ficava impedida a construção de novas fortalezas em Colónia, bem como de edifícios de pedra ou taipa. Não se poderia aumentar o número de gente e armas e ficava proibida a comunicação e o comércio entre os portugueses e os súbditos espanhóis, fossem eles brancos ou índios.

O príncipe deveria mandar averiguar os excessos cometidos pelos paulistas e devolver os indígenas e o gado apresados pelas bandeiras, enquanto que os habitantes de Buenos Aires continuariam a gozar do direito de uso e aproveitamento das terras de São Gabriel, bem como do porto de Colónia. O tratado regulamentava ainda que nomear-se-iam comissários em igual número para ambas as partes para que, dentro de dois meses, se reunissem numa conferência em que seriam definidos os limites do meridiano de Tordesilhas. Caso os comissários não chegassem a nenhum acordo dentro de no máximo três meses, a disputa seria resolvida pelo Papa, que teria um ano para arbitrar a questão¹⁰⁰.

O Tratado Provisional possibilitou a reconstrução de Colónia pelos portugueses. Todavia, algumas das suas cláusulas problematizaram a reinstalação dos lusos no Prata, como a proibição da construção de novas fortificações e aumento no número de povoadores e soldados. Não foi respeitada, a exigência de que os bandeirantes devolvessem o gado e os indígenas apresados durante as suas incursões, o que deu margem a que os espanhóis pudessem argumentar que o tratado nunca fora cumprido na íntegra. O direito de explorar as terras de São Gabriel, concedido aos habitantes de Buenos Aires, tornou-se a fonte de constantes atritos entre portugueses e espanhóis na exploração do gado selvagem da Banda Oriental¹⁰¹, enquanto que a proibição do comércio e a comunicação entre os portugueses e os súbditos espanhóis (o que incluía os índios missionários) possibilitou a fundação da guarda do rio de São João, criada na margem esquerda do Prata para impedir a expansão portuguesa pela campanha¹⁰².

Forçada pelas contingências da diplomacia europeia a ceder para Portugal a posse provisória do território de Sacramento, a decisão da Coroa espanhola contrariava importantes interesses na região platina, pois, se a reconstrução de Colónia era vista com bons olhos pelos contrabandistas de Buenos Aires, parceiros comerciais dos portugueses, ela era uma ameaça para os mercadores ligados ao sistema monopolista, ao passo que os jesuítas temiam que o expansionismo lusitano acabasse por anexar as suas reduções.

Essa situação não era de facto inusitada, pois a defesa dos interesses metropolitanos era sempre favorecida à custa dos interesses coloniais. A Coroa portuguesa também enfrentou dificuldades em apoiar a rebelião pernambucana contra os holandeses, sem provocar uma guerra contra a Holanda na difícil conjuntura das guerras contra a Espanha pela restauração da independência lusitana¹⁰³. Por sua vez, no Estado da Índia, as relações eram tensas entre os ingleses e os portugueses na Província do Norte, desde que a ilha de Bombaim fora cedida à Inglaterra como parte do dote de Catarina de Bragança, por altura do seu casamento com Carlos II¹⁰⁴.

Embora a tensão dominasse os súbditos espanhóis, era impossível opôr-se ao Tratado Provisional sem rebelar-se abertamente contra o monarca, situação que possibilitou que, em 30 de Janeiro de 1683, uma pequena frota, composta de três navios e um patacho e comandada por Duarte Teixeira Chaves, aportasse na enseada de Colónia para tomar posse do território em nome do rei de Portugal. O governador de Buenos Aires, D. José Herrera de Sotomayor, comandou a entrega da praça ao mesmo tempo que tratou de impedir a comunicação entre espanhóis e portugueses, mandando publicar um bando em que ameaçava com pena de morte e confisco de bens a pessoas que negociassem com os lusitanos¹⁰⁵.

A cinco léguas ao norte de Colónia, às margens do rio São João, Herrera instituiu um posto militar, onde um cabo e 30 soldados tinham como missão afugentar o gado selvagem das proximidades de Sacramento, impedir o contacto dos portugueses com os indígenas e vigiá-los para que não construíssem novas

fortificações. Embora fosse criada para isolar os portugueses, essa guarda também serviu como um centro de contrabando e de refúgio aos desertores de Colónia¹⁰⁶. Outra medida tomada pelo governador de Buenos Aires para conter a expansão portuguesa foi apoiar o retorno dos jesuítas para a margem esquerda do rio Uruguai, de onde haviam sido expulsos pelos bandeirantes na primeira metade do século XVII. A partir de então, as reduções passaram a ser criadas e seriam depois conhecidas como os "Sete Povos das Missões"¹⁰⁷.

Em Março de 1683, Teixeira Chaves voltou para o Rio de Janeiro, deixando no governo de Colónia o tenente Cristóvão de Orneias de Abreu. Parcela considerável da culpa pelo fraco desenvolvimento de Colónia durante os primeiros anos do restabelecimento dos portugueses, deve-se à má administração de Orneias de Abreu, que se preocupou mais em enriquecer que em buscar o desenvolvimento da povoação. A difícil situação dos portugueses no Prata, onde eram estreitamente vigiados pelos espanhóis, chegou ao ponto de originar discussões sobre o abandono de Sacramento.

Contudo, a Coroa continuou a sua política de apoio a Sacramento e, quando as notícias sobre a má administração de Orneias chegaram a Lisboa, o rei mandou substituí-lo, em 1690, por D. Francisco Naper de Lencastre que participara da expedição de D. Manuel Lobo. Sob a administração de Naper, a Colónia do Sacramento deixou de ter o carácter exclusivo de presídio militar, para se transformar num activo centro colonizador. Ao comércio, sempre incerto, com os espanhóis, acrescentou-se o aproveitamento da campanha através da agricultura e da caça ao gado chimarrão¹⁰⁸.

1.1.4. – O Gado, a Riqueza da Terra

A origem do gado, que foi a principal fonte de recursos da região platina durante o período colonial, liga-se, em parte, às

reses que Martim Afonso de Souza introduziu na capitania de São Vicente, de onde algumas foram levadas ao Paraguai em 1555, e de outra introdução de animais por via do Peru em 1568. De Assunção, o gado alastrou-se pela região de Comentes e pela mesopotâmia argentina, sendo introduzido em larga escala no Rio Grande do Sul pelos jesuítas espanhóis em 1634.

Cinco anos (1636-1641) de investidas dos bandeirantes contra as Missões do Tape forçaram os jesuítas e indígenas a abandonar o território sul-rio-grandense, porém parte do gado ficou e, graças às óptimas condições naturais da região, reproduziu-se espantosamente, dispersando-se pela Banda Oriental e voltando ao estado selvagem. Essas manadas chimarronas, somadas ao resultado da reprodução das reses que o governador do Rio da Prata, Hemandarias de Saavedra, havia introduzido na margem norte do Prata nas primeiras décadas do século XVII¹⁰⁹, e ao gado criado nas reduções de San Francisco de Olivares, San Juan de Céspedes e Santo Domingo Soriano, na margem oriental do rio Uruguai¹¹⁰, deram origem à chamada Vacaria do Mar, que abrangia o actual território uruguaio e a região sul do estado do Rio Grande do Sul.

Quando, no século XVIII, se intensificou a disputa entre portugueses, espanhóis e jesuítas pela posse do gado selvagem que habitava a Banda Oriental, a sua origem passou a servir como meio de legitimação da sua exploração pelos diferentes grupos interessados. Assim, os jesuítas justificavam as suas pretensões a ser os únicos donos legítimos da "Vacaria do Mar" com a alegação de que ela fora formada a partir da proliferação das reses abandonadas pelas antigas missões do Tape, durante as incursões dos bandeirantes.

O *cabildo* de Buenos Aires fundamentou a sua autoridade em conceder licenças de caça ao gado da Banda Oriental no facto de que a introdução dos animais na margem norte do Rio da Prata fora obra do governador Hemandarias. Por sua vez, os santafesianos, que recolham gado em Entre Rios com licença do seu próprio *cabildo*, não reconheciam o rio Uruguai como limite que separava a administração de Santa Fé da de Buenos Aires, sendo que alguns deles ainda sustentavam que, por serem descendentes

de Hemandarias, tinham todo o direito de “vaquear” na Banda Oriental¹¹¹.

Já os portugueses, com bem menos razão que os demais, justificavam as suas pretensões com base na suposta introdução de gado que Martim Afonso de Souza teria feito por ocasião da sua viagem de exploração ao Rio da Prata¹¹².

A exploração do gado chimarrão pelos portugueses começou cedo, pois já a expedição de D. Manuel Lobo abatera algumas reses em Maldonado, onde se verificou a abundância de gado. O mesmo não se dava então em Colónia, onde o fundador e, três anos depois, Duarte Teixeira Chaves, se queixaram da sua inexistência nas proximidades, onde só se encontravam pequenos cervos. Durante o governo de Cristóvão de Orneias, os portugueses iniciaram a caça ao gado nas proximidades do rio de Santa Luzia, mas foi durante o governo de Naper de Lencastre que essa actividade se desenvolveu em larga escala. Das margens do rio de Santa Luzia, as expedições de caça seguiam cada vez mais para o leste, seguindo a marcha das reses, fixando-se especialmente às margens do rio do Rosário. Os caçadores desciam o estuário platino em variados tipos de embarcações até ao local do desembarque. Dali, grupos de militares e civis, ajudados por escravos indígenas e africanos, internavam-se na campanha em busca de manadas de gado chimarrão¹¹³.

Dando seu parecer sobre a Colónia do Sacramento, Naper de Lencastre alertava o rei sobre a grande riqueza representada pela exploração do gado, dizendo-lhe que numa expedição que organizara para dar caça ao gado selvagem, quatorze caçadores extraíram seis mil couros das reses que abateram a tiro. Se se conseguira tão elevado número de couros com poucos homens, que dependiam de embarcações para chegar até ao local onde se encontravam as manadas, pensava que, com o uso de cavalos e carretas, a produção poderia subir para vinte ou vinte cinco mil couros por ano. O governador descobrira um meio de garantir a manutenção de Colónia, pois sugeria que a courama que se fizesse fosse dividida entre a Coroa e os soldados, enquanto que a carne dos animais abatidos serviria para o consumo da população¹¹⁴.

Nem mesmo a substituição de D. Francisco Naper de Lencastre por Sebastião da Veiga Cabral no governo de Colónia, em Março de 1699, devido às constantes queixas contra o génio violento e enérgico do governador, deteve o ritmo do desenvolvimento iniciado sob sua administração¹¹⁵. Porém, a exportação de grande quantidade de couros, possibilitada pela exploração das manadas de gado chimarrão pelos portugueses, alertou os espanhóis para as riquezas da Banda Oriental, até então pouco exploradas comercialmente. De facto, a comercialização dos couros poderia tornar-se numa importante fonte de desenvolvimento para uma região que até então se debatia com a escassez de recursos naturais¹¹⁶.

Por sua vez, os jesuítas viam com desconfiança a presença portuguesa tão próxima das reservas de gado das suas missões. Além de explorar as manadas que supriam as reduções, o expansionismo português ameaçava a própria existência do sistema de aldeamento promovido pelos religiosos espanhóis. Mas, como vassalos da Coroa espanhola, os índios tapes não podiam atacar os portugueses sem a ordem expressa do rei. Por isso, os jesuítas optaram pela intimidação. Bandos de índios percorriam a campanha e, quando encontravam agrupamentos portugueses de caça ao gado, os incidentes eram inevitáveis, provocando mortes, aprisionamentos e roubos, gerando um clima de total insegurança nos campos¹¹⁷.

Em 1699, o *cabildo* de Buenos Aires, assustado com o crescimento de Colónia, pediu ao rei para “*exterminar a dita Colónia de São Gabriel, levando-a a fogo e sangue*”¹¹⁸. Contudo, embora continuasse a animosidade do *cabildo* e os protestos dos governadores de Buenos Aires e dos jesuítas contra os avanços dos portugueses no pampa, a situação internacional ainda favorecia os portugueses e impedia a Espanha de expulsá-los do Prata. Em 1700, surgia o problema da sucessão espanhola que, num primeiro momento, favoreceu a aproximação das monarquias ibéricas.

1.1.5. – A Guerra de Sucessão Espanhola e suas Consequências no Prata

A crise dinástica na Espanha teve a sua origem na saúde frágil de Carlos II, factor que lhe impediu que viesse a ter filhos apesar de se ter casado por duas vezes. Os principais interessados em herdar os domínios de Carlos II eram Luís XIV, de França, e o imperador Leopoldo I, ambos filhos e esposos de princesas espanholas. Tendo em vista manter o equilíbrio europeu em relação ao problema sucessório, a França, a Holanda e a Inglaterra assinaram o Tratado de Haia em 1698, que previa que a Espanha e suas colónias, juntamente com os Países Baixos Espanhóis, seriam herdadas pelo eleitor da Baviera, José Emanuel, uma criança com cinco anos de idade na época. Milão passaria a um filho do imperador, enquanto Nápoles, a Sicília, os presídios da Toscana, o País Basco e a província espanhola de Guipuzcoa seriam doados a um neto de Luís XIV. A notícia da partilha suscitou vivos protestos em Viena e Madrid e, a fim de impedir o desmembramento do império espanhol, Carlos II legou a totalidade dos seus domínios a José Emanuel. A morte do príncipe bávaro, em 6 de Fevereiro de 1699, cancelou esse plano e levou a outro tratado de partilha, que previa a sucessão espanhola ao arquiduque Carlos, segundo filho do imperador Leopoldo I, enquanto o neto de Luís XIV receberia as províncias previstas anteriormente e ainda o Milanês, que seria trocado pela Lorena¹¹⁹.

Enquanto as principais potências europeias planeavam a partilha das possessões da Coroa espanhola, na corte de Madrid crescia a influência do “partido francês”, formado pelo grupo que entendia que Luís XIV era o único monarca que poderia manter a integridade dos domínios do ramo espanhol da Casa de Habsburgo. Carlos II acabou por ceder às pressões e, um mês antes de sua morte, ocorrida em Novembro de 1700, reconheceu o duque d’Anjou, neto do rei da França, como seu único herdeiro, deixando-lhe em testamento o conjunto das suas possessões¹²⁰.

A aceitação do testamento de Carlos II por Luís XIV, em 16 de Novembro, preocupou a corte portuguesa que, entretanto, foi

logo acalmada pelo soberano francês, que garantiu a D. Pedro II que os acontecimentos recentes não alterariam a amizade que seu reino mantinha com Portugal, sendo que a ascensão de Filipe ao trono espanhol reforçaria os laços entre a França, a Espanha e Portugal, que ainda poderiam ser estreitados através de uma aliança defensiva. A proposta agradou a D. Pedro II que reconheceu Filipe V como o novo rei da Espanha¹²¹.

O Tratado de Aliança entre Portugal, França e Espanha foi assinado em 18 de Junho de 1701. Entre outras coisas, D. Pedro II garantia o testamento de Carlos II, comprometendo-se a fechar os portos portugueses aos navios das nações que o contestassem. Em compensação, Portugal assegurou pleno direito ao território da Colónia do Sacramento, independentemente da discussão sobre os limites da linha de Tordesilhas. O reconhecimento da soberania portuguesa sobre Sacramento possibilitou a emissão de uma ordem para a construção de uma fortaleza de pedra e cal, o que antes era impedido pelos termos do Tratado Provisório. No mesmo documento em que incumbiu o Conselho Ultramarino de reforçar as fortificações de Sacramento, D. Pedro II encarregou-o também de mandar fortificar Montevidéu, obra que seria seguida da construção de um forte na ilha de Maldonado.

Entretanto, esses planos enfrentaram problemas na sua aplicação, pois as autoridades espanholas da América tinham diferente interpretação da defendida pelos portugueses com relação ao 14º artigo do Tratado de Aliança¹²². Pelo Tratado, Filipe V, cedia a D. Pedro II as terras nas quais estava situada Colónia, mas o item que especificava “como ao presente o tem” criou margem para que o governador de Buenos Aires e o vice-rei do Perú entendessem que o reconhecimento do domínio português não deveria estender-se além dos campos adjacentes a Sacramento. Isso criava dificuldades para a concretização dos planos de ocupação de Montevidéu e Maldonado que a Coroa portuguesa entendia fazerem parte do território de Colónia, o qual, na sua interpretação, abrangia toda a margem norte do Rio da Prata, ligando-se ao Brasil pelo sertão e incluindo até mesmo as missões do Uruguai, que se pretendiam manter após a troca dos jesuítas espanhóis por portugueses¹²³.

Na prática, o Tratado de Aliança não mudou muita coisa no Prata, pois, se os portugueses puderam melhorar as fortificações de Colônia, ainda estavam proibidos de fazer novas povoações, ao mesmo tempo que a guarda de São João continuava a impedir as incursões dos portugueses pela campanha. Neste sentido, em 1702, com a chegada do novo governador de Buenos Aires, Alonso Juan de Valdés Inclán, reforçaram-se as medidas restritivas ao comércio e expansão portugueses através do reforço da guarnição real e da fortificação da redução de Santo Domingo Soriano¹²⁴.

Se a aliança com Espanha não garantiu uma significativa mudança nas relações entre os portugueses e espanhóis na região platina, na Europa a situação continuava tensa, pois, se a Holanda e a Inglaterra haviam reconhecido a ascensão de Filipe V ao trono espanhol, a Áustria ainda se recusava a fazê-lo. Algumas atitudes de Luís XIV aumentaram a desconfiança de que o equilíbrio europeu estava em perigo: em primeiro de Fevereiro de 1701 o rei-sol reconheceu oficialmente o direito de Filipe V à Coroa francesa e no dia nove mandou seu exército ocupar os Países Baixos Espanhóis. A concessão do contrato de *asiento*, que garantia o fornecimento de negros às colônias espanholas, a uma companhia francesa revoltou os comerciantes ingleses e holandeses, que temiam que os franceses monopolizassem o comércio com a América espanhola.

A conjunção de interesses políticos e comerciais aproximou a Inglaterra e a Holanda da Áustria, levando à assinatura, em sete de Setembro de 1701, de um tratado pelo qual os aliados ameaçavam ocupar os Países Baixos Espanhóis se os franceses não se retirassem desse território dentro de dois meses. Em resposta, em 16 de Novembro, Luís XIV reconheceu Jaime III, que se encontrava exilado na França, como o legítimo rei da Inglaterra. Essa atitude revoltou a opinião pública inglesa, que levou ao poder o partido Whig, anticatólico e hostil à França. Formou-se, então, a Grande Aliança de Haia, composta pela Áustria, Inglaterra, Holanda e Prússia que, em 15 de Maio de 1702, declarou guerra à França¹²⁵.

Para os inimigos de Luís XIV, era muito importante que Portugal aderisse à Grande Aliança, pois o uso de seus portos

facilitaria as operações navais dos aliados junto à costa espanhola e no Mediterrâneo. A situação era bastante delicada para Portugal, forçado a optar entre a adesão aos aliados, que traria como consequência a invasão do país pelas tropas franco-espanholas ou manter-se fiel ao tratado de aliança com a Espanha, sujeitando-se a manter uma guerra marítima de consequências funestas para a segurança das suas possessões ultramarinas. Protelando sua decisão, D. Pedro II optou pela neutralidade, tomando a resolução de não fechar os portos do seu reino e manter a amizade com todas as potências europeias. A atitude portuguesa trouxe como consequência a perda de todas as vantagens obtidas pelo Tratado de 1701. Por isso, em Março de 1702, D. Pedro II mandou suspender os preparativos para a fundação de Montevidéu, aplicando-se todos os recursos que haviam sido destinados à nova fundação para a melhoria das fortificações de Colônia¹²⁶.

Porém, a neutralidade portuguesa não agradou a nenhum dos blocos em conflito e, rompida a aliança com a Espanha e a França, aumentaram as pressões inglesas para a adesão de Portugal à Grande Aliança. A destruição da frota espanhola da prata e dos navios franceses que a escoltavam pela esquadra anglo-holandesa, em 23 de Outubro de 1702, no porto de Vigo, não deixou de impressionar os portugueses, sempre preocupados com a segurança das suas possessões ultramarinas¹²⁷. A política da neutralidade apresentava grandes riscos à integridade das possessões portuguesas, pois frente à decadência dos países ibéricos nos séculos XVII e XVIII, só fora possível preservar a manutenção do império colonial através da inserção no sistema de alianças europeias, explorando os conflitos entre as potências emergentes através de concessões comerciais na metrópole e nas colônias. Por outro lado, a persistência na aliança com a Inglaterra, embora tivesse como consequência enfrentar a guerra no Portugal continental, visava assegurar a preservação da economia atlântica¹²⁸.

Contudo, apesar das pressões, a adesão portuguesa fez-se somente após longas negociações, sendo assinada em 16 de Maio de 1703. Pelo acordo, em caso de vitória dos aliados, a

França seria forçada a renunciar às suas pretensões sobre as terras situadas entre os rios Oiapoque e Amazonas e a Espanha cederia algumas cidades da Estremadura e da Galícia e reconheceria a soberania portuguesa sobre toda a margem norte do Rio da Prata, o qual passaria a servir de limite aos domínios de ambas as Coroas¹²⁹. Entretanto, a entrada efectiva de Portugal na guerra só se daria no ano de 1704, quando o arquiduque Carlos, segundo filho de Leopoldo I e pretendente ao trono espanhol (em virtude da renúncia de seu pai aos direitos de sucessão) chegou a Lisboa, de onde os aliados prepararam a invasão do território espanhol rumo a Madrid¹³⁰.

A guerra entre as Coroas ibéricas logo chegou aos seus domínios americanos e, na madrugada de 18 de Outubro de 1704, as tropas espanholas acamparam à vista das muralhas de Colónia. O exército invasor, comandado pelo sargento-mor D. Baltasar de Garcia Ros, contava com duzentos cavaleiros e duzentos e oitenta infantas, aos quais se acrescentavam quatro mil índios vindos das missões jesuíticas. Apesar da esmagadora desproporção entre o número dos atacantes e o dos defensores, que não passavam de setecentos soldados, o governador Sebastião da Veiga Cabral soube organizar a resistência e recusou todas as propostas de rendição feitas por Garcia Ros. As tentativas de assalto foram frustradas com fortes perdas, o que levou os espanhóis a esperar que a fome obrigasse à rendição dos portugueses, já que uma pequena frota impedia o abastecimento de Colónia¹³¹.

Em 9 de Janeiro de 1705, o governador de Buenos Aires, Valdés Inclán, dirigiu-se ao acampamento espanhol com mais 200 soldados. Apesar da demonstração de força, as propostas de rendição feitas pelo governador Inclán foram recusadas por Veiga Cabral, que já estava informado que se preparava no Rio de Janeiro uma pequena frota para buscar a guarnição e os moradores de Colónia¹³². A decisão do abandono da praça ligava-se à precária situação do Rio de Janeiro, onde se temia um ataque francês e sofria-se com a actividade dos piratas que assolavam a costa. Por sua vez, os problemas internos eram ainda mais graves, pois o êxodo para as minas privava a cidade

dos homens e mantimentos necessários para o envio de uma expedição de socorro¹³³.

A frota portuguesa, composta de quatro navios, chegou a Sacramento após romper o bloqueio naval espanhol em 05 de Março de 1705. No dia 11, o governador deu ordem de embarque aos civis, mas a evacuação completa da Colónia do Sacramento só se deu na noite de 14 de Março, provavelmente devido à notícia dada por um desertor espanhol de que Garcia Ros planeava tomar de assalto a cidade¹³⁴. Veiga Cabral ordenou que se cravassem as peças de artilharia que não se pudesse levar, a fim de evitar que os inimigos se aproveitassem delas. E, para que os espanhóis não percebessem a evacuação da cidade, mandou colocar espantalhos nos postos da muralha que costumavam ser guarnecidos pelos soldados¹³⁵. No dia seguinte, os soldados que ficaram na retaguarda puseram fogo às construções e, às duas da tarde, embarcaram em duas lanchas e quatro botes, para alcançar os navios que os aguardavam ancorados a duas léguas do porto, onde ficaram até o dia 17, seguindo depois para o Rio¹³⁶.

A fome que castigava os habitantes militares e civis de Colónia durante o cerco espanhol, continuou a ser um flagelo durante a viagem marítima. Quando os retirantes finalmente chegaram, em 23 de Abril, "*dobrou-se a pena popular nos moradores do Rio de Janeiro, vendo os intrépidos soldados fugirem mais da fome que da guerra*"¹³⁷. A guarnição da fortaleza evacuada instalou-se então no Rio, onde conservou a denominação de "Terço¹³⁸ da Colónia", participando da defesa da cidade por ocasião do ataque francês sob o comando de Duguay-Troin. Também continuou a acumular-se nas arcas reais a arrecadação que se fazia para o sustento da Colónia do Sacramento, claro indício de que a Coroa portuguesa pretendia recuperar o território perdido¹³⁹.

O abandono da Banda Oriental pelos portugueses ocorreu no momento em que se valorizava o principal recurso económico da região, o couro. Como vimos anteriormente, uma das principais consequências da subida dos Bourbons ao trono espanhol, foi a concessão de inúmeras vantagens comerciais à França, de entre elas o contrato de *asiento*, pelo qual os franceses foram

autorizados a introduzir escravos negros na América espanhola. Os *asientistas* não se limitaram ao comércio de escravos, mas também impulsionaram o negócio dos couros. A presença dos franceses em Buenos Aires valorizou uma mercadoria que antes tinha poucas chances de ser exportada devido às restrições que a Coroa espanhola impunha ao porto platino. Iniciou-se então a exploração em larga escala do gado chimarrão, que em breve desapareceu das campanhas de Buenos Aires e Santa Fé. Pouco tempo depois da evacuação de Sacramento em 1705, os campos da Banda Oriental já passam a ser percorridos pelos santafesinos em busca de couros, embora somente em 5 de Dezembro de 1714 eles tenham recebido a permissão do *cabildo* de Buenos Aires para fazê-lo¹⁴⁰.

As expedições organizadas pelos vaqueiros de Santa Fé para reunir e guiar o gado através de largas distâncias exigiam vários meses de trabalho e o investimento de importantes quantias a fim de reunir um prático na campanha, homens de armas, grande quantidade de peões e cavalos, canoas para a travessia dos rios e uma generosa provisão de erva-mate, tabaco e aguardente. O pagamento do pessoal poderia ser feito com base na divisão das reses arreadas ou mesmo através do pagamento de salários.

Nas vacárias, termo que tanto podia significar o local de grande concentração de gado chimarrão, como também o acto de arrear as manadas selvagens para repovoar as estâncias¹⁴¹, os homens estabeleciam-se numa determinada região durante dois ou três meses. Enquanto um grupo de peões cuidava do gado apesado, outro ia ao campo a fim de buscar mais animais. O transporte de grandes manadas exigia grande cuidado dos peões para evitar que a tropa se assustasse e, nas paradas para o pernoite, deveriam acender-se fogueiras para afugentar as feras e os cães chimarrões¹⁴².

Nas vacárias dedicadas à extracção de couros, escolhia-se um local onde se encontravam animais em abundância. Uma vez localizada a manada, o cavaleiro, armado de uma longa haste de cerca de dois metros de diâmetro, em cuja ponta havia um instrumento cortante em forma de meia-lua, chamado *dejarreteadeira*,

perseguia a rês a todo o galope a fim de cortar-lhe os tendões da pata traseira. Assim que o animal caía, os peões cravavam-lhe o punhal na nuca. A seguir, vinham os coureadores, que rapidamente extraíam o couro, que era estirado em estacas antes de ser levado ao acampamento. Enquanto o sebo e a graxa eram reunidos em boios e envoltos em couros, a carne era deixada no campo, causando a proliferação de feras e cães chimarrões. Esse sistema de produção, primitivo, depredatório e puramente extractivo foi predominante nos pampas até o fim do século XVIII¹⁴³.

Enquanto nos pampas os espanhóis e indígenas exploravam, sem a concorrência portuguesa, a riqueza constituída pelo gado selvagem, na Europa a Guerra da Sucessão Espanhola aproximava-se do fim. Em 17 de Abril de 1711, morria o imperador José I que, em 1705, sucedera a seu pai, Leopoldo I. O facto modificou os rumos da guerra, pois, se o arquiduque Carlos, segundo filho de Leopoldo I, assumisse a coroa espanhola, reconstituir-se-ia o império de Carlos V através da união da Áustria e Espanha. A Inglaterra não desejava tal união e por isso entrou em negociação directa com a França, sendo logo seguida pela Holanda. As negociações de paz iniciaram-se, então, em 29 de Janeiro de 1712, na cidade holandesa de Utrecht¹⁴⁴.

A Guerra de Sucessão Espanhola marcou a ascensão da Inglaterra à supremacia europeia, através da expansão ultramarina e do enfraquecimento dos seus inimigos no continente europeu. À conquista de parte das colónias francesas da América do Norte, somou-se a obtenção de importantes vantagens nos impérios coloniais espanhol e português e a conquista dos mercados orientais, de onde, aos poucos, os ingleses iam expulsando os holandeses¹⁴⁵. Apesar do declínio, a França ainda seguia preponderante no continente, enquanto a Inglaterra lançava as bases de um poderoso império ultramarino. A rivalidade entre essas duas potências atravessou todo o século XVIII e permitiu a sobrevivência dos sistemas coloniais dos aliados menores, Espanha e Portugal¹⁴⁶.

Quanto a Portugal, as vantagens adquiridas em Utrecht não foram muito grandes: com França obteve a fixação das

fronteiras do Estado do Maranhão com a Guiana no rio Oiapoque e o abandono das pretensões dos franceses de navegação no rio Amazonas. Contudo, a questão dos limites entre os domínios franceses e portugueses não se resolveu com a definição da fronteira no rio Oiapoque, já que não havia consenso sobre a sua localização¹⁴⁷. Por sua vez, as negociações entre Portugal e Espanha em Utrecht também não foram nada fáceis, pois, se Filipe V relutava em devolver a Colônia do Sacramento, para D. João V a questão tinha-se tornado um ponto de honra¹⁴⁸. O duque de Cadaval, um dos principais conselheiros de D. João V, era favorável à renúncia da posse de Sacramento, sob o argumento de que um rei cujas conquistas produziam tanto ouro não tinha necessidade de um território cuja principal riqueza se constituía na extracção de couros¹⁴⁹. Mas como poderia o jovem monarca renunciar a um território conquistado por um inimigo que afinal fora derrotado, sem envergonhar a sua nação perante as demais cortes europeias?

O tratado de paz entre Portugal e Espanha, assinado em 6 de Fevereiro de 1715, dedicava os artigos VI e VII exclusivamente à situação de Colônia, que deveria ser restituída à Coroa portuguesa. Contudo, como o tratado não especificava o que devia ser entendido pela expressão "território da Colônia do Sacramento", logo surgiram divergências entre portugueses e espanhóis sobre a sua interpretação¹⁵⁰.

Embora os representantes portugueses em Utrecht, conde de Tarouca e D. Luís da Cunha, alegassem que a palavra "território" havia sido colocada nos termos do tratado com a finalidade de dar base jurídica a possíveis alargamentos territoriais¹⁵¹, é provável que a indefinição de limites precisos se ligue à falta de informações dos embaixadores sobre as terras em litígio. Em 1719, quando D. Luís da Cunha se dirigiu a Madrid a fim de tentar entrar em acordo com a Coroa espanhola sobre a questão do território de Colônia, ainda não sabia exactamente quais eram as terras pretendidas por D. João V e por isso pediu-lhe um mapa da região em disputa¹⁵². Por sua vez, quando o embaixador inglês em Utrecht, Lord Lexington, recebeu instruções de seu governo para que conseguisse da Espanha a devolução da Colônia do

Sacramento para a Coroa portuguesa, confessou que ignorava totalmente onde ela se situava¹⁵³.

Em Utrecht os portugueses perderam a oportunidade de anexar definitivamente a Banda Oriental à América portuguesa. A falta de uma delimitação precisa entre os domínios ibéricos na região platina mostrou-se favorável aos interesses espanhóis, pois os mesmos utilizariam os mesmos argumentos que foram usados aquando da discussão sobre o território de Colônia que se seguiu à assinatura do Tratado de Aliança de 1701, ou seja, que o domínio português não se estendia muito além das proximidades da Colônia do Sacramento.

Notas

¹ Rolando Laguarda Frías, "Antecedentes Políticos de la Fundación de la Colônia del Sacramento", in Ernesto Daragnès Rodero (org.), *300 Años de Colônia: Ciclo Conmemorativo*, pp. 35-36.

² Luís Ferrand de Almeida, *A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil*, pp. 19-20. Sobre as dúvidas acerca da nacionalidade de Solís e as razões por que ele é considerado o verdadeiro descobridor do Rio da Prata, consultar Rolando Laguarda Frías, *op. cit.*, pp. 37-38.

³ Rolando A. Laguarda Frías, "Cristóvão Jaques e as Armadas Guarda-Costa", in *História Naval Brasileira*, vol. I, tomo I, p. 261.

⁴ Luís Ferrand de Almeida, *op. cit.*, p. 21.

⁵ O mais famoso desses aventureiros foi o português Aleixo Garcia, náufrago da expedição de Solís, que partiu do litoral paranaense em 1523, numa expedição rumo ao sertão, acompanhado por quatro ou cinco outros náufragos e uns dois mil índios guaranis. A expedição chegou até às actuais regiões de Potosí e Sucre, onde saqueou algumas povoações incaicas. Embora Aleixo Garcia tenha sido assassinado pelos índios no Paraguai, alguns dos seus companheiros conseguiram chegar à ilha de Santa Catarina com algumas amostras dos tesouros andinos. Cf. Jaime Cortesão, *História do Brasil nos Velhos Mapas*, tomo I, p. 368.

⁶ Sérgio Buarque de Holanda, *O Extremo Oeste*, p. 107.

⁷ Rolando A. Laguarda Frías, "A Viagem de Martim Afonso de Souza", in *História Naval Brasileira*, vol. I, tomo 2, pp. 381-383.

⁸ Luís Ferrand de Almeida, *op. cit.*, pp. 24-27.

⁹ Luís Ferrand de Almeida, *op. cit.*, pp. 30-31.

¹⁰ Emanuel S. da Veiga Garcia, *O Comércio Ultramarino Espanhol no Prata*, p. 14.

¹¹ José C. Williman e Carlos Paulizza Pons, *História Uruguaya*, tomo 1, pp. 39-40.

¹² Richard Konezke, *América Latina*, tomo II (La Epoca Colonial), p. 276.

¹³ Gregorio Funes, *Ensayo de la Historia Civil del Paraguay, Buenos Aires y Tucumán*, tomo 2, p. 159.

- ¹⁴ Alice Piffer Canabrava, *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*, pp. 44-46.
- ¹⁵ Murdo J. Macleod, "A Espanha e a América: O Comércio Atlântico, 1492-1720", in Leslie Bethell (org.), *História da América Latina*, vol. 1, p. 368.
- ¹⁶ John Lynch, *La España del Siglo XVIII*, pp. 128-129.
- ¹⁷ Murdo J. Macleod, *op. cit.*, p. 373.
- ¹⁸ Fernando A. Novais, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, p. 72.
- ¹⁹ Luís Ferrand de Almeida, *Páginas Dispersas*, p. 164.
- ²⁰ Luís Ferrand de Almeida, *A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*, p. 148.
- ²¹ Alice Piffer Canabrava, *op. cit.*, pp. 82-85.
- ²² Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil (1500-1627)*, p. 251.
- ²³ Gonçalves Salvador salienta a origem cristã-nova dos envolvidos no tráfico: "Na Bahia, o governador Manuel Teles Barreto enviou até presentes ao bispo Vitória. No Espírito Santo, achava-se à frente da Capitania o segundo Vasco Fernandes Coutinho, cunhado do ilic. Ruano Tellez, fiscal de Chuquisaca, e em São Vicente o capitão-mor, Jerônimo Leitão, genro do judeu Tristão Mendes. No Rio de Janeiro, Salvador Corrêa de Sá", in José Gonçalves Salvador, *Os Magnatas do Tráfico Negro*, p. 142.
- ²⁴ Alice Piffer Canabrava, *op. cit.*, p. 64.
- ²⁵ José Gonçalves Salvador, *op. cit.*, p. 143.
- ²⁶ C. R. Boxer, *Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*, p. 90.
- ²⁷ Alice Piffer Canabrava, *op. cit.*, pp. 70-77.
- ²⁸ Richard Koneczke, *op. cit.*, p. 275.
- ²⁹ Magnus Mörner, "Panorama de la Sociedad del Rio de la Plata Durante la Primera Mitad del Siglo XVIII", in *Estudios Americanos*, vol. XVII, p. 204.
- ³⁰ R. Lafuente Machaín, *Buenos Aires en el Siglo XVII*, p. 85.
- ³¹ Sobre o envolvimento de vários governadores no comércio ilícito, consultar José Torre Revello, "Los Gobernadores de Buenos Aires (1617-1777)", in Ricardo Levene (dir.), *História de la Nación Argentina*, tomo III, pp. 327-370.
- ³² Emanuel Soares da Veiga Garcia, *op. cit.*, pp. 30-31.
- ³³ Magnus Mörner, *Actividades Políticas e Económicas de los Jesuitas en el Rio de la Plata*, p. 40.
- ³⁴ José Torre Revello, *Crônicas del Buenos Aires Colonial*, p. 7.
- ³⁵ R. Lafuente Machaín, *op. cit.*, p. 88.
- ³⁶ Magnus Mörner, *Actividades Políticas e Económicas de los Jesuitas en el Rio de la Plata*, p. 26.
- ³⁷ Richard Koneczke, *op. cit.*, p. 310. De acordo com Alencastro, entre 1597 e 1645, entraram 18.100 escravos no porto de Buenos Aires, número que deve ser multiplicado por dois para incluir o contrabando. Cf. Luiz Felipe de Alencastro, *O Trato dos Vivos*, p. 110.
- ³⁸ José Gonçalves Salvador, *op. cit.*, p. 151.
- ³⁹ Eduardo D'Oliveira França, *Portugal na Época da Restauração*, pp. 324-342.
- ⁴⁰ A. J. R. Russell-Wood, *A World on the Move*, p. 144.
- ⁴¹ Frei Manuel Calado assim descrevia Olinda no período anterior ao domínio holandês: "O ouro e a prata eram sem número e quase não se estimava o açúcar tanto que não havia embarcações para o carregar [...]. O fausto e aparato das casas eram excessivos, porque por mui pobre e miserável se tinha o que não tinha o seu serviço de prata. Os navios que vinham de arribada, ou furtados aos direitos do Peru, ali descarregavam o melhor que traziam". Citado por Luís Ferrand de Almeida, *A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil*, p. 80.
- ⁴² Alice Piffer Canabrava, *op. cit.*, pp. 121-123.
- ⁴³ Alice Piffer Canabrava, *op. cit.*, pp. 138-147.

- ⁴⁴ François Pyrad, "Do Tráfico no Brasil (1611)", in Darcy Ribeiro e Carlos de Araújo Moreira Neto, *A Fundação do Brasil (Testemunhos, 1500-1700)*, pp. 350-351.
- ⁴⁵ Vicente D. Sierra, *Historia de la Argentina*, vol. 1, p. 489.
- ⁴⁶ Pierre Chaunu, *Sevilha e a América nos Séculos XVI e XVII*, p. 203.
- ⁴⁷ John Lynch, *op. cit.*, pp. 14-15.
- ⁴⁸ Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, p. 161.
- ⁴⁹ Vicente D. Sierra, *op. cit.*, tomo 1, p. 157.
- ⁵⁰ Luís Ferrand de Almeida, *A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*, pp. 32-33.
- ⁵¹ Alice Piffer Canabrava, *op. cit.*, pp. 179-180.
- ⁵² Apesar das ameaças de expulsão, a maioria dos portugueses permaneceu na cidade. Em 1680, quando dava início aos preparativos para atacar a Colônia do Sacramento, o governador de Buenos Aires escreveu ao vice-rei do Peru que "esta cidade, senhor, compõe-se em sua maior parte de portugueses, seus filhos e descendentes, e a ardente paixão destes aos outros, que com pouca dissimulação dão a conhecer, me faz desconfiar do que lhes dêem a mão, ainda mais estando a povoação em distância tão curta de oito léguas". Citado por Jonathas da Costa Riego Monteiro, *A Colônia do Sacramento (1680-1777)*, vol. I, p. 57.
- ⁵³ Carlos Corrêa Luna, *Campaña del Brasil*, p. XXXIII.
- ⁵⁴ Rómulo D. Carbia, *Historia Eclesiástica del Rio de la Plata*, tomo II, pp. 20-21.
- ⁵⁵ Evaldo Cabral de Mello, *O Negócio do Brasil*, pp. 248-249.
- ⁵⁶ A. J. R. Russell-Wood, *op. cit.*, pp. 137-138.
- ⁵⁷ Mário Rodríguez, "Dom Pedro of Braganza and Colônia do Sacramento, 1680-1705", in *Hispanic American Historical Review*, vol. XXXVIII, pp. 180-184.
- ⁵⁸ Evaldo Cabral de Mello, *op. cit.*, p. 247.
- ⁵⁹ A. J. R. Russell-Wood, *op. cit.*, pp. 152-153.
- ⁶⁰ Luiz Felipe de Alencastro, *op. cit.*, p. 31.
- ⁶¹ Frédéric Mauro, *Portugal, o Brasil e o Atlântico*, vol. 2, pp. 252-254.
- ⁶² Mário Rodríguez, *op. cit.*, p. 185.
- ⁶³ Luís Ferrand de Almeida, *A Diplomacia Portuguesa... op. cit.*, pp. 99-100.
- ⁶⁴ António Vieira, *Escritos Históricos e Políticos*, p. 221.
- ⁶⁵ Sérgio Buarque de Holanda, "A Colônia do Sacramento e a Expansão no Extremo Sul", in *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. I, p. 325.
- ⁶⁶ Luiz Felipe de Alencastro, *op. cit.*, p. 226.
- ⁶⁷ Logo a seguir à reconquista de Angola, Salvador Corrêa de Sá reiniciou o tráfico de escravos para Buenos Aires. Cf. Luiz Felipe de Alencastro, *op. cit.*, p. 263.
- ⁶⁸ C. R. Boxer, *Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*, p. 308.
- ⁶⁹ Moacyr Domingues, *A Colônia do Sacramento e o Sul do Brasil*, p. 32.
- ⁷⁰ O Regimento de D. Manuel Lobo (1678), in Luís Ferrand de Almeida, "Origens da Colônia do Sacramento". *Separata da Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXIX, p. 119.
- ⁷¹ Miguel Frederico do Espírito Santo, *O Rio Grande de São Pedro entre a Fé e a Razão*, p. 27.
- ⁷² Sérgio Buarque de Holanda, "A Colônia do Sacramento..." *op. cit.*, p. 322.
- ⁷³ Mário Clemente Ferreira, *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional*, p. 38.
- ⁷⁴ Luís Ferrand de Almeida, *A Diplomacia Portuguesa... op. cit.*, pp. 103-104.
- ⁷⁵ Mário Rodríguez, *op. cit.*, p. 193.
- ⁷⁶ Martínez de Salazar ao rei de Espanha, 13 de Junho de 1673, in *Campaña del Brasil*, tomo I, p. 31.
- ⁷⁷ Luís Ferrand de Almeida, *A Diplomacia Portuguesa... op. cit.*, p. 54.
- ⁷⁸ Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. 6, p. 534.
- ⁷⁹ D. A. Branding, "A Espanha dos Bourbons e seu Império Americano", in Leslie Bethell (org.), *História da América Latina*, vol. I, p. 391.

⁹⁰ Mário Rodriguez, *op. cit.*, pp. 187-188.

⁹¹ Luís Ferrand Almeida, *A Diplomacia Portuguesa... op. cit.*, p. 112.

⁹² Aurélio Porto, *História das Missões Orientais do Uruguai*, parte I, pp. 387-388.

⁹³ Jonathas da Costa Rego Monteiro, *op. cit.*, vol. 1, pp. 43-44.

⁹⁴ Luís Ferrand de Almeida, *Diplomacia Portuguesa... op. cit.*, pp. 116-117.

⁹⁵ Henrique Alexandre Fonseca, *A Colônia do Sacramento*, p. 4.

⁹⁶ Luís Enrique Azarola Gil, *La Epopeya de Manuel Lobo*, p. 30.

⁹⁷ João Capistrano de Abreu, "Sobre a Colônia do Sacramento", introdução a Simão Pereira de Sá, *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata*, p. XXVII.

⁹⁸ Jonathas da Costa Rego Monteiro, *op. cit.*, vol. 1, p. 39.

⁹⁹ "A fundação da Colônia do Sacramento, em 1680, não foi um episódio súbito e isolado, mas sim o termo lógico de um processo com profundas raízes históricas, que chegam até ao Tratado de Tordesilhas e aos problemas relacionados com a sua aplicação no Novo Mundo", in Luís Ferrand de Almeida, *Páginas Dispersas*, p. 163.

¹⁰⁰ Horácio A. Diffréti, *Buenos Aires: Geohistoria de una Metrópoli*, pp. 18 e 63.

¹⁰¹ Anibal M. Riveros Tula, "Historia de la Colônia del Sacramento", in *RIHGU*, tomo XXII p. 39.

¹⁰² Luiz Alberto Moniz Bandeira, *O Expansionismo Brasileiro e a Formação dos Estados na Baía do Prata*, p. 39.

¹⁰³ *O Regimento de D. Manuel Lobo [1678]*, *op. cit.*, p. 118.

¹⁰⁴ Luís Ferrand de Almeida, *A Diplomacia Portuguesa... op. cit.*, p. 155.

¹⁰⁵ Luiz Felipe de Alencastro, *op. cit.*, p. 75.

¹⁰⁶ Sobre a política expansionista portuguesa nas bacias platina e amazônica, consultar Luiz Alberto Moniz Bandeira, *op. cit.*, pp. 43-52.

¹⁰⁷ O Conselho de Estado alertava Carlos II de que a fundação de Colônia "é uma matéria de suma gravidade e que, se não se atalha logo, não somente se destruirão os comércios, senão [que] se perderá todo o império das Índias, pois de perder-se a cidade de Trinidad e porto de Buenos Aires, que ficaria em suas mãos, [os portugueses] teriam porta franca para apoderar-se de todo o Peru". Consulta do Conselho de Estado de 13 de Agosto de 1680, in Luís Ferrand de Almeida, *A Diplomacia Portuguesa... op. cit.*, p. 338.

¹⁰⁸ Luís Enrique Azarola Gil, *op. cit.*, pp. 54-57.

¹⁰⁹ Anibal M. Riveros Tula, *op. cit.*, pp. 81-82.

¹¹⁰ Tratado Provisional de 1681, in *RIHGU*, vol. 352 pp. 914-928.

¹¹¹ "Banda Oriental" era o nome dado pelos espanhóis ao território situado na margem leste do rio Uruguai, região hoje dividida pela República Oriental do Uruguai e pelo estado do Rio Grande do Sul.

¹¹² "Campanha" é um termo genérico utilizado pela documentação, tanto portuguesa como espanhola, para designar os campos da região do pampa. No caso, especificamente os campos da Banda Oriental.

¹¹³ Consultar Evaldo Cabral de Mello, *O Negócio do Brasil*.

¹¹⁴ C. F. Boxer, *O Império Colonial Português*, p. 144.

¹¹⁵ Jonathas da Costa Rego Monteiro, *op. cit.*, vol. 1, pp. 98-101.

¹¹⁶ Anibal M. Riveros Tula, *op. cit.*, p. 96.

¹¹⁷ Vicente D. Sierra, *op. cit.*, vol. 1, p. 487.

¹¹⁸ Embora pouco utilizados ou mesmo desconhecidos na historiografia brasileira, no decorrer deste trabalho optamos pela utilização de vocábulos correntes nas historiografias Sul-rio-grandense e platina. A palavra catalã *cimarrón* (aportuguesada para "chimarrão") que, a princípio, designava o marinheiro indolente, aplicou-se na América espanhola a tudo o que, tendo sido doméstico ou civilizado, voltava ao estado livre ou selvagem, empregando-se para qualificar animais, plantas e até mesmo o homem. Talvez tenha sido aplicada pela primeira

vez aos marinheiros e escravos que desertavam dos navios buscando refúgio nos cumes (cumas em espanhol) das regiões serranas das ilhas caribenhas. Por extensão, denominaria mais tarde os animais domésticos que fugiam dos estabelecimentos rurais e as plantas importadas que, sem intenção prévia do colono, germinavam adquirindo características agrestes. Cf. Fernando O. Assunção, "El Gaucho", in *RIHGU*, vol. XXIV, pp. 84-85.

¹¹⁹ Luís Ferrand de Almeida, *A Colônia do Sacramento... op. cit.*, pp. 96-100.

¹²⁰ Marta Canessa de Sanguinetti, "La Importancia de la Fundación de la Colônia del Sacramento en la Cuenca del Plata", in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, n.º 7-12, p. 166.

¹²¹ Magnus Mømer, "Os Jesuítas, as suas Missões Guarani e a Rivalidade Luso-Espanhola pela Banda Oriental, 1715-1737", in *Revista Portuguesa de História*, tomo IX, pp. 143-144.

¹²² Sebastião da Veiga Cabral, "Descrição Geográfica e Coleção Histórica do Continente da Nova Colônia da Cidade do Sacramento", in *RIHGU*, tomo XXIV, p. 123.

¹²³ Luís Ferrand de Almeida, *A Colônia do Sacramento... op. cit.*, p. 107.

¹²⁴ Parecer de D. Francisco Naper de Lencastre sobre a Colônia do Sacramento, 10 de Janeiro de 1694. In Luís Ferrand de Almeida, *Colônia do Sacramento... op. cit.*, p. 339.

¹²⁵ Jonathas da Costa Rego Monteiro, *op. cit.*, pp. 128-135.

¹²⁶ Heróides Antigas Mariño, *Colônia del Sacramento. Memórias de una Ciudad*, p. 14.

¹²⁷ Luís Ferrand de Almeida, *A Colônia do Sacramento... op. cit.*, pp. 169-170.

¹²⁸ Representação da cidade de Buenos Aires a Sua Majestade Católica, 19 de Dezembro de 1699, in *Campaña del Brasil*, tomo 1, pp. 376-380.

¹²⁹ André Corvisier, *La France de Louis XIV*, pp. 324-325.

¹³⁰ Gaston Zeller, "Les Temps Modernes: De Louis XIV à 1789", in Pierre Renouvin (org.), *Histoire des Relations Internationales*, tomo II, 2ª parte, p. 83.

¹³¹ Luís Ferrand de Almeida, *A Colônia do Sacramento... op. cit.*, pp. 198-199.

¹³² "Art.º 14. E para conservar e firme amizade e aliança que se procura conseguir com este Tratado, e impedir todos os motivos que possam ser contrários a este efeito, Sua Majestade Católica cede e renuncia a todo e qualquer direito que possa ter nas terras sobre as quais se fez o Tratado Provisional entre ambas Coroas em 7 de Maio de 1681, nas quais está situada a Colônia do Sacramento; o qual Tratado ficará sem efeito e o domínio da dita Colônia e uso do campo à Corona de Portugal, como ao presente o tem". "Extracto del Tratado de alianza entre Espana y Portugal, firmado en Lisboa el 16 Junio de 1701", in Luís Enrique Azarola Gil, *op. cit.*, pp. 207-208.

¹³³ Luís Ferrand de Almeida, *A Colônia do Sacramento... op. cit.*, pp. 213-221.

¹³⁴ Mário Rodriguez, *op. cit.*, p. 206.

¹³⁵ O eleitor de Brandemburgo aceitou participar da coalizão contra a França em troca do reconhecimento, pelo imperador, da elevação do seu ducado da Prússia a reino. Cf. André Corvisier, *op. cit.*, pp. 328-330.

¹³⁶ Luís Ferrand de Almeida, *A Colônia do Sacramento... op. cit.*, pp. 232-235.

¹³⁷ Luís Ferrand de Almeida, *A Colônia do Sacramento... op. cit.*, pp. 240-241.

¹³⁸ Fernando A. Novais, *op. cit.*, pp. 18-19.

¹³⁹ Luís Ferrand de Almeida, *Colônia do Sacramento... op. cit.*, pp. 255-256.

¹⁴⁰ Gaston Zeller, *op. cit.*, p. 90.

¹⁴¹ Sobre os acontecimentos referentes à tomada de Colônia em 1705, consultar "Relacion del sitio, toma y desalojo de la Colônia..." Lima, 1705, in *RIHGU*, tomo VI, n.º 1, pp. 197-206.

¹⁴² Luís Ferrand de Almeida, *Colônia do Sacramento... op. cit.*, pp. 285-286.

¹⁴³ Maria Fernanda Batista Bicalho, *A Cidade e o Império*, pp. 214-215.

¹⁴⁴ "Relacion del Sitio, toma y desalojo de la Colônia..." in *op. cit.*, p. 206.

¹⁴⁵ Simão Pereira de Sá, *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata*, p. 47.

¹³⁸ "Relacion del Sitio, toma y desalojo de la Colonia...", *op. cit.*, p. 206.

¹³⁹ Simão Pereira de Sá, *op. cit.*, p. 47.

¹³⁶ A expressão "Terço" origina-se na prática da divisão da infantaria romana em legiões e da alemã e francesa em regimentos de três mil homens. Como as frações da infantaria, na península ibérica, raramente excediam o número de mil homens, ou seja, a terça parte de uma legião ou um regimento, foram denominadas "Tercios" na Espanha e "Terços" em Portugal. Cf. Raphael Bluteau, *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol. 8, 1721.

¹³⁵ Anibal M. Riveros Tula, *op. cit.*, p. 142.

¹⁴⁰ Emílio A. Coni, *El Gaucho*, pp. 87-88.

¹⁴¹ O termo "estância" é um castelhanismo utilizado no Rio Grande do Sul para designar uma fazenda dedicada à pecuária. Originou-se da expressão castelhana *suerte de estancia*, que designava a unidade mínima para o pastoreio, equivalendo a 1.875 hectares. Cf. Helen Osório, *Apropriação da Terra no Rio Grande de São Pedro e a Formação do Espaço Platino* p. 40. Em 1777, o membro de uma expedição militar enviada ao sul incluía o vocábulo entre as palavras então em uso no Rio Grande do Sul: "As fazendas, isto é, aos seus campos - Estância", Francisco Ferreira de Souza, "Descrição da viagem ao Rio Grande", in *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*, vol. III, p. 270.

¹⁴² Na amplidão dos pampas, não somente o gado se convertia em chimarrão, também os cães passaram por transformação parecida. Acarete du Biscay, no século XVII, e os padres Gervasoni e Cattaneo, na primeira metade do século seguinte, fazem referência aos cães chimarrões, animais domésticos que voltaram ao estado selvagem, os quais, em bandos, atacavam os terneiros e potros. Além desse aumento, devoravam a carne do gado que era abatido somente para a extração do couro. Porém, nos lugares onde o gado escasseava, os cães selvagens passavam a ser perigo para as criações e mesmo para os homens. Cf. Fernando O. Assunção, *op. cit.*, p. 81.

¹⁴³ Júlio Millot e Magdalena Bertino, *História Económica del Uruguay*, pp. 54-55.

¹⁴⁴ André Corvisier, *op. cit.*, p. 338.

¹⁴⁵ Gaston Zeller, *op. cit.*, pp. 100-108.

¹⁴⁶ Fernando A. Novais, *op. cit.*, p. 27.

¹⁴⁷ André Ferrand de Almeida, *A Formação do Espaço Brasileiro e o Projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*, pp. 50-54.

¹⁴⁸ Luís Ferrand de Almeida, *Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madrid (1735-1750)*, p. 9.

¹⁴⁹ C. R. Boxer, *A Idade de Ouro no Brasil*, p. 259.

¹⁵⁰ "Vi. Sua Majestade Católica não somente restituirá o território e Colônia do Sacramento, sita na margem setentrional do Rio da Prata, a Sua Majestade Portuguesa, mas cederá assim em seu nome, como de todos seus descendentes, sucessores e herdeiros, de toda a acção e direito que pretendia ter ao dito território e Colônia...". Tratado de Utrecht de 6 de Fevereiro de 1715, in *RHGB*, tomo 352, p. 932.

¹⁵¹ Luís Ferrand de Almeida, *Alexandre de Gusmão... op. cit.*, pp. 7-8.

¹⁵² D. Luiz da Cunha e Diogo de Mendonça de Corte Real, Secretário de Estado, Madrid, 15 de Dezembro de 1719, in Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, parte III, tomo I, pp. 187-190.

¹⁵³ John Lynch, *op. cit.*, p. 36.

1.2. - O ESPAÇO DA CAMPANHA

Embora o Tratado de Utrecht não tenha resolvido o problema da indefinição entre os domínios portugueses e espanhóis na região platina, ainda em 1715, o Conselho Ultramarino iniciou a elaboração de relatórios a fim de estabelecer como seria feita a reinstalação dos portugueses nas terras readquiridas. O conselheiro António Rodrigues da Costa expôs o seu parecer de que se reconstruísse a fortaleza no mesmo local onde esteve antes, considerando que serviria de protecção para a cidade que havia de fundar-se nas suas proximidades.

Do Rio de Janeiro, devia seguir o terço que se destinara à fundação de Montevidéu, ao qual se acrescentariam 200 soldados do Reino, para que a guarnição contasse com, pelo menos, 500 homens. Ainda do Rio, deveriam seguir 50 ou 60 cavalos, 32 peças de artilharia, duas mil balas, 6.250 quintais de pólvora, 600 mosquetes e madeiras para a construção. Essas despesas, bem como o pagamento dos militares, deveriam ser cobertas pela arrecadação da alfândega do Rio. De Portugal, deveriam seguir 30 a 40 casais da província de Trás-os-Montes, para se dedicar à agricultura e aos ofícios de pedreiro, ferreiro, sapateiro, alfaiate, etc.

Quanto à relação com os espanhóis, o governador não deveria consentir em estabelecer os limites, caso fosse solicitado a isso pelo governador de Buenos Aires. Deveria pedir que os espanhóis abandonassem o arraial de Vera¹ e a guarda de São João. Caso se negassem a fazê-lo, deveria ainda assim tomar posse de Colônia e com "toda a indústria e arte há-de procurar-se com dissimulação e sem estrondo apoderar-se ou empossar-se da terra que vai do sítio da Nova Colônia até o Rio do

Uruguai”. O governador deveria protestar caso os espanhóis fundassem alguma povoação na margem norte do Prata, ao mesmo tempo que aconselhava a fundação de povoações entre Laguna e Sacramento “para atar esta Colónia com os mais domínios da América portuguesa”.

Embora acentuassem o carácter colonizador da nova reinstalação dos portugueses em Colónia, os conselheiros não descuraram de garantir a continuidade do lucrativo comércio com os espanhóis. Por isso, o relatório do conselheiro João das Neves preocupou-se em estipular taxas alfandegárias para as relações comerciais entre portugueses e espanhóis em Colónia. Por outro lado, também insistiu no aumento da povoação, sugerindo o envio de 60 casais e a isenção de taxas alfandegárias para o material de construção³.

Para coordenar o restabelecimento dos portugueses em Sacramento, ainda antes da assinatura do tratado, a Coroa designou D. Pedro António de Noronha, primeiro marquês de Angeja, para o posto de vice-rei do Brasil. Com experiência administrativa na Índia, experiência militar e com fama de disciplinador, recebeu a incumbência de apoiar a reconstrução da Colónia do Sacramento⁴.

Para tomar posse do governo de Colónia, D. João V escolheu o governador de Santos, Manuel Gomes Barbosa, militar de carreira, dono de uma excelente folha de serviços no Estado da Índia e no Reino, onde participou activamente nas batalhas da Guerra da Sucessão Espanhola. Deveria ainda ter uma forte personalidade, somada a uma grande capacidade de liderança, pois, em 1699, quando foi nomeado capitão do socorro enviado a Mombaça, na África Oriental, os soldados ofereceram-se voluntariamente para a expedição, devido ao bom tratamento que Gomes Barbosa dispensava aos seus subordinados⁵.

Nas “instruções” que o rei forneceu a Gomes Barbosa, nota-se que o mesmo aceitou muitas das propostas feitas por seus conselheiros. Do Rio de Janeiro, o governador deveria levar os militares que já tinham servido em Colónia e as munições e mantimentos necessários. Assim que chegasse ao Prata, deveria mandar avisar o governador de Buenos Aires da sua chegada e

que vinha tomar posse do território de Colónia, pois o mesmo deveria fazer a entrega imediatamente, sem ter de recorrer ao vice-rei do Peru.

No auto da entrega, deveria averiguar o inventário feito pelos espanhóis aquando da tomada de Colónia sobre a artilharia e munições confiscadas, requerendo a sua devolução. Caso os espanhóis quisessem definir os limites do território de Colónia, deveria procurar estendê-lo “até o Rio Uruguai por ser este o terreno mais fértil e de maiores esperanças, e do sítio da Colónia para a foz do Rio da Prata⁶”. Quanto à relação com os indígenas, ordenava que se empenhasse em obter a sua amizade para que não impedissem aos portugueses a expansão pela campanha.

Nota-se, então, que, agora sim, surgia a preocupação em definir limites, buscando-se para isso o curso dos rios Uruguai e da Prata. Ao contrário do que aconteceu por ocasião da fundação de Colónia, quando ainda se insistia em delimitar o alcance da linha de Tordesilhas, a busca de marcos naturais para definir a fronteira prefigurou a política que Alexandre de Gusmão colocaria em prática durante as negociações que resultaram na assinatura do Tratado de Madrid, em 1750. Na verdade, a busca em conseguir estabilizar os limites com os domínios espanhóis parece ter sido uma constante preocupação de D. João V, pois, durante o reinado de D. Pedro II, as ambições portuguesas na Banda Oriental iam da Colónia do Sacramento até a foz do Prata, uma vez que a Coroa nunca requisitara anteriormente o reconhecimento do rio Uruguai como limite de seu domínio.

1.2.1. – Resistências ao Tratado de Utrecht

A chegada da notícia da devolução da Colónia do Sacramento não foi bem recebida em Buenos Aires. O *cabildo* reagiu, numa representação ao rei, dizendo que a entrega de Colónia aos lusos resultaria num gravíssimo prejuízo à Coroa espanhola e aos habitantes das províncias de Buenos Aires,

Paraguai e Tucumã, assim como também aos índios das missões jesuíticas. Dizia que todos necessitavam da exploração do gado selvagem que vivia na Banda Oriental, uma vez que a contínua exploração e a seca haviam extinguido o gado na campanha bonaerense. Pedia ainda que Sua Majestade Católica, com base no 7º artigo do Tratado de Útrecht, oferecesse à Coroa portuguesa *"outra coisa que seja de menos atraso e prejuízo aos seus reais haveres e a todos os vassallos que habitam nestes reinos"*.

A resistência do *cabildo* à devolução do território de Colônia liga-se, essencialmente, à tentativa de manutenção do monopólio de exportação de couros, valorizados desde a concessão do contrato do *asiento* aos franceses⁸. A passagem do contrato aos ingleses, convencionada em Útrecht, só aumentou o interesse pela courama, pois, já em 1715, ano da sua chegada a Buenos Aires, os *asientistas* ingleses pediram permissão para comprar 45.000 couros. O *cabildo* então procedeu à autorização para a extracção de 20.000 couros na campanha bonaerense e 30.000 na Banda Oriental⁹.

Ao mesmo tempo em que crescia o interesse dos portenhos pelo gado existente nos campos da outra margem do Prata, o aumento da população indígena nas reduções levava os jesuítas a intensificar as retiradas de gado da mesma região. Em 1716, havia 121.000 índios nos Trinta Povos, que eram anualmente abastecidos por aproximadamente cem mil reses chimarronas trazidas da "Vacaria do Mar"¹⁰. A anunciada chegada dos portugueses, potenciais concorrentes na exploração do gado selvagem, só fazia crescer as apreensões na região platina.

Em 7 de Dezembro de 1715, o governador de Buenos Aires, D. Baltasar Garcia Ros, mandou uma carta ao rei, na qual expôs as consequências da volta dos portugueses ao Prata. Nela argumentava que, com a chegada dos portugueses, as Missões se despovoariam, pois os lusos abateriam o gado, que era o principal alimento dos índios, ao mesmo tempo que ataçariam as tribos livres a atacar as reduções. Quanto ao contrabando dizia que *"ainda que o governador fosse um Argos e os soldados linceas, não poderiam estorvar a introdução do ilícito comércio"*¹¹.

Ao mesmo tempo, expôs três diferentes interpretações sobre o território da Colônia do Sacramento:

*"A primeira entendendo pela Colônia e seu território unicamente a situação em que esteve a fortaleza e sua circunvalação, à distância de tiro de canhão, que é só o que tinham possessão os portugueses. A segunda, dar mais extensão a esta palavra, território, incluindo nela o uso das campanhas daquela banda para as provisões de carnes, couros, sebos e graxa para sua manutenção, e os contínuos despachos que fazem para o Rio de Janeiro. E a terceira, a todas as terras que pretende a Coroa de Portugal, sendo infalível que em qualquer classe destas que se dê cumprimento à cessão serão prejudicados gravemente os domínios e real serviço de Vossa Majestade"*¹².

Dizia ainda que as pretensões de Portugal incluíam Potosí, Chuquisaca, Santa Cruz de la Sierra, Tarija, Assunção, mais de trinta reduções jesuíticas, Corrientes, Santa Fé, Santo Domingo Soriano, metade de Buenos Aires e muitas outras cidades. Embora essa fosse, realmente, uma antiga pretensão dos portugueses, naquele momento, a sua interpretação do território de Colônia incluíam somente os actuais Uruguai e Rio Grande do Sul¹³, ou seja, a segunda interpretação de Garcia Ros.

Entretanto, para o governador de Buenos Aires, o território de Colônia era somente o coberto pela artilharia da praça, pois, segundo ele, se antes tinham o usufruto da campanha, o mesmo não passava de roubo, o que seria evitado com o povoamento da margem norte do Rio da Prata. Como equivalente de Colônia, propunha a autorização para que dois navios viessem anualmente ao Prata trocar produtos brasileiros pelos produtos da região: couro, sebo, graxa e carne salgada¹⁴.

Segundo Mário Rodríguez, a implementação da política do "tiro de canhão" deveu-se à influência dos interesses dos colonos junto ao governador, já que a exploração do gado era a principal fonte de riqueza dos habitantes de Buenos Aires¹⁵. De facto, na

proposta de Garcia Ros fica clara a defesa dos interesses da elite portenha, que desejava o comércio com o Brasil desde que ele se realizasse de acordo com as suas regras, ou seja, lhe assegurasse o monopólio da exploração das riquezas naturais da região platina.

A disputa pelo território não implicava somente razões económicas e estratégicas importantes para as Coroas europeias. Para a Espanha, o controle das duas margens do Rio da Prata, era de importância vital para a defesa do monopólio comercial com as suas colónias na América do Sul. Para Portugal, a posse da Banda Oriental significava o acesso à prata através do contrabando, além da participação no lucrativo negócio do comércio de couros¹⁶. Mas, se o domínio da Banda Oriental era muito importante para assegurar os interesses metropolitanos, a disputa pelos seus recursos era ainda mais intensa pelas pessoas que habitavam a região, um factor de atrito a acrescentar-se na rivalidade luso-espanhola. Enquanto os colonos espanhóis aumentavam a exploração do actual Uruguai, os súbditos portugueses de Laguna iniciavam a exploração do Rio Grande do Sul. O avanço das colonizações portuguesa e espanhola tendia a aumentar a intensidade dos choques, antes restritos às proximidades da Colónia do Sacramento.

Tendo em vista a convergência dos interesses coloniais e metropolitanos, as queixas das autoridades espanholas no Prata foram bem recebidas em Madrid, onde a questão de Sacramento continuava a preocupar a Coroa. O embaixador espanhol em Lisboa, marquês de Capecelatro, ofereceu aos portugueses como equivalente de Colónia, um comércio regulamentado entre o Prata e o Brasil, isto é, seguia o pensamento de Garcia Ros. Entretanto, a resposta dos portugueses à proposta espanhola foi que o dito equivalente era mais vantajoso para a Espanha do que para Portugal¹⁷.

A contraproposta apresentada pelos portugueses baseou-se em três pontos: o pedido de um porto na Galícia para abrigo de tempestades e corsários aos navios que vinham do Brasil e o direito de comerciar com Buenos Aires, sem excluir a extracção de prata. Se nos pontos antecedentes houvesse dificuldade na

sua aceitação, propunham que a cada ano e para sempre, os espanhóis cedessem trezentas mulas ou trezentos cavalos, alternativamente. Recusando a contraproposta, Capecelatro propôs que se reduzisse a questão a uma soma em dinheiro, o que não foi aceite¹⁸.

Como as contrapropostas portuguesas também foram recusadas, Filipe V ordenou, pela real cédula de 11 de Outubro de 1716, que o governador de Buenos Aires fizesse a entrega imediata da Colónia do Sacramento aos portugueses. Contudo, adoptou o ponto de vista de Garcia Ros ao ordenar que o território cedido não deveria passar do alcance de um tiro de canhão disparado dos muros da fortaleza, distância que Arthur Ferreira Filho calculou em cerca de três quilómetros¹⁹. Ros deveria manter as guardas de Soriano e São João para barrar toda a tentativa de expansão além do limite traçado, como também opôr-se à criação de novas povoações lusas no Prata, além de impedir qualquer transacção entre portugueses e espanhóis ordenando *"que nem para o mais preciso no abastecimento se permita o comércio."*²⁰

Embora, em ordens anteriores, Filipe V sempre fizesse menção à sua vontade expressa de restituição imediata do território de Colónia aos portugueses, na real cédula de 26 de Outubro de 1716, ordenou que, caso ainda não houvesse sido feita a cessão, Garcia Ros deveria protelá-la enquanto se tratava das negociações por um equivalente. Essa ordem deveria permanecer secreta, ficando o governador expressamente proibido de alegar a vontade real como fundamento na demora da restituição do território de Sacramento, *"porque assim convém ao meu real serviço e decoro"*²¹.

Porém, quando esta última ordem chegou a Buenos Aires, já se havia dado a entrega oficial da Colónia do Sacramento aos portugueses, efectuada em 5 de Novembro de 1716. Na tomada de posse, o governador Manuel Gomes Barbosa expôs o que os portugueses entendiam como sendo o território de Colónia: *"tanto para a parte do norte, por onde se continua actualmente o domínio de Portugal, como para a parte do leste e foz do Rio da Prata"*²². Por isso pediu aos comissários espanhóis a retirada da guarda do rio São João, o que lhe foi negado com base no estipulado no

Tratado Provisional, que era a forma pela qual os espanhóis justificavam a limitação do território ao que fosse alcançado pelo tiro de canhão.

Seguindo as ordens de Lisboa, Gomes Barbosa fez registrar o seu protesto contra a limitação imposta pelos espanhóis. É de se frisar que o protesto de Manuel Gomes Barbosa tinha plena capacidade legal, pois a referência ao Tratado Provisional era uma flagrante contravenção ao Tratado de Utrecht, já que o mesmo fazia menção expressa sobre a anulação do Tratado de 1681.

1.2.2. – A Disputa pela Exploração do Gado Selvagem

Se, em fins do século XVII, já surgiram os primeiros atritos entre espanhóis, jesuítas e portugueses pela exploração da riqueza pecuária da Banda Oriental, a partir do restabelecimento dos portugueses em Colónia, as tensões agravar-se-iam muito, tendo em vista a valorização do couro, em consequência da sua exportação em larga escala através dos navios de *asiento*. Em 1716, além dos vizinhos de Buenos Aires, aproximadamente quatrocentos santafesinos, capitaneados por Andrés López Pintado, dedicavam-se a arrebanhar gado e a extrair couros na margem norte do Rio da Prata²⁵.

As regras do convívio com os portugueses foram expostas na resposta que o governador de Buenos Aires deu a Manuel Gomes Barbosa quando este lhe pediu um vaqueiro para recolher algumas reses para o sustento da guarnição. D. Bruno de Zabala avisou-o então que os portugueses deveriam manter-se dentro do raio de alcance de um tiro de canhão e que, se quisessem gado, deveriam comprá-lo aos espanhóis²⁶. Com essa medida, as autoridades portenhas pretendiam manter o domínio da exploração da campanha ao mesmo tempo que podiam contar com um promissor mercado de consumo.

A princípio, Gomes Barbosa buscou prudentemente evitar conflitos, tentando impedir que os casais transmontanos, vindos

para povoar o território de Sacramento, se dispersassem pela campanha atrás do gado chimarrão, dando-lhes todas as quartas-feiras e os sábados seis reses para seu sustento. Entretanto, embora alegasse que pretendia proteger os casais de perderem-se na campanha ou serem apanhados pelos espanhóis da guarda de São João, o governador foi acusado de querer monopolizar a exploração do gado em proveito próprio²⁵.

Em Julho de 1718, o governador Zabala voltava a salientar a importância das reservas de gado da Banda Oriental ao ressaltar que, em Buenos Aires, *“não ficou gado algum em cem léguas que há daqui a Santa Fé”*. Para impedir a ruína económica da província, que se seguiria ao domínio português da margem esquerda do Prata e o consequente fim das exportações espanholas de couro, o governador defendia o bloqueio das suas tentativas de expansão, argumentando que *“não podendo os portugueses desfrutar da campanha, será mais difícil [que] se mantenham nos limites de sua redução”*²⁶.

A chegada dos portugueses não podia ser bem vista num território onde já se travava uma luta jurídica entre espanhóis e jesuítas pelo direito de explorar a riqueza representada pela Vacaria do Mar²⁷. A competição pela exploração do gado selvagem envolvia os interesses do *cabildo* de Buenos Aires, dos portugueses de Colónia, dos tapes das Missões e dos santafesinos que, devido aos constantes ataques das tribos do Chaco às estâncias situadas a oeste de Santa Fé, buscavam explorar as reservas de gado situadas a leste, primeiro na actual mesopotâmia argentina e depois na Banda Oriental²⁸.

O litígio entre os súbditos espanhóis só foi resolvido em 1722, quando ficou determinado que aos jesuítas caberia a exploração do território ao norte do Rio-Negro, enquanto o sul permaneceria sob o controle do *cabildo* de Buenos Aires²⁹. Mesmo assim, só foi permitido aos jesuítas retirar o gado suficiente para o sustento das Missões, sendo-lhes proibido comerciá-lo. Em todo o caso, o arreamento do gado para as reduções continuava a preocupar o *cabildo*, que convenceu o governador a enviar à Banda Oriental o capitão Juan de San Martín para investigar a actuação dos índios e pedir que se retirassem dali com *“toda urbanidade e cortesia”*³⁰.

A par das tensões entre espanhóis e jesuítas pelo gado chimarrão, as autoridades espanholas não hesitaram em aproveitar-se do rancor que opunha os índios aos portugueses a fim de livrarem-se do concorrente mais perigoso. De facto, os índios das missões jesuíticas tinham um ódio determinado contra os portugueses, herança ainda do tempo em que os bandeirantes, identificados com o próprio demónio³¹, atacavam os seus povoados. Em 1698, o *cabildo* de Buenos Aires dizia *“que estes índios eram antípodas dos portugueses, a cujas desordens punham limite e freio”*³².

Entretanto, o ódio aos portugueses não era a única razão pela qual as patrulhas missioneiras eram um perigo quotidiano para as expedições que partiam de Colónia em busca de couros. Os rebanhos da Vacaria do Mar eram o sustentáculo das Missões, preocupação maior dos jesuítas que estavam convencidos de que *“se no futuro faltar aos índios carne, sem a qual não podem viver, há perigo de que abandonem as reduções de novo e se dirijam às selvas para viver ali da caça”*³³.

Portanto, as Missões tinham de manter um considerável rebanho vacum se quisessem contar com a fidelidade dos indígenas ao ideal jesuítico. Cada povoado missioneiro possuía uma ou várias estâncias, largas extensões de campos, onde as reses viviam mais ou menos em liberdade. Como em cada redução eram abatidos diariamente de vinte a quarenta bois para o consumo da população, o rebanho tinha de ser periodicamente renovado. Os jesuítas dispunham da Vacaria do Mar como uma reserva, para onde mandavam os indígenas em busca de gado. Em cerca de dois ou três meses, um agrupamento de índios conseguia arrebanhar de cinco a seis mil animais que eram depois levados para repovoar as estâncias das Missões³⁴.

O conflito dos tapes com os portugueses pela posse do gado chimarrão da Banda Oriental não se fez esperar e o primeiro confronto com os indígenas aconteceu em fins de Dezembro de 1718, quando o padre Juan de Yegros e o irmão Marcos Villodas, da Companhia de Jesus, patrulhavam a campanha com quatrocentos índios missioneiros e alguns soldados espanhóis comandados pelo tenente Francisco Gutierrez. Esse grupo encontrou

alguns portugueses nas proximidades do Rio Rosário, onde tinham vários ranchos, cavalos, dois currais e algumas carretas. Embora o tenente Gutierrez se recusasse a tomar qualquer iniciativa, o irmão Villodas, com a ajuda de mais três índios, foi reconhecer o acampamento português, abandonado logo que se avistaram os índios, pondo fogo aos ranchos e aos cerca de duzentos couros encontrados.

Um mês depois, segundo informe do próprio Villodas, seus índios atacaram outra estância portuguesa, que distava várias horas de viagem de Colónia. De novo os portugueses se puseram em fuga, porém levaram a notícia à praça, de onde saiu um destacamento de soldados que dispersou o agrupamento missioneiro. Um irmão jesuíta, ferido no combate, foi conduzido a Sacramento, onde o mesmo foi alvo da atenção dos jesuítas portugueses e do próprio governador, que, depois de curado, libertou-o, enviando-o para a guarda de São João³⁵.

Os constantes ataques que as patrulhas missioneiras desfecharam aos portugueses na campanha levaram o governo de Lisboa a queixar-se directamente ao Geral dos Jesuítas em Roma, padre Tamburini que, em 1720, escreveu ao provincial do Paraguai para que proibisse os índios de inquietar os súbditos da Coroa portuguesa estabelecidos em Colónia. Entretanto, em oposição às ordens do Padre Geral, o jesuíta Daubenton, confessor de Filipe V, aconselhava-o a não permitir que os portugueses ultrapassassem os limites do tiro de canhão³⁶. Como se pode observar, os conflitos de interesses também existiam dentro da Companhia de Jesus, onde supostamente deveria haver obediência cega às ordens emanadas pela sede em Roma.

Em 1721, por ordem do governador de Buenos Aires, os jesuítas enviaram-lhe duzentos índios armados para ajudar os espanhóis a tentar conter a expansão portuguesa na campanha.³⁷ No mesmo ano, uma patrulha hispano-indígena queimou dois ranchos com currais e mais de 1.500 couros nas proximidades do rio de Santa Luzia e, em Montevideu, queimou três ranchos e mais de 2.500 couros, pondo em fuga os portugueses que se retiraram para Colónia a bordo de um bergantim³⁸. Tendo em vista a actividade dos lusos na campanha, o *cabildo* de Buenos

Aires, preocupado com a extinção do gado selvagem na Banda Oriental, fez uma representação ao rei contra *“os grandes danos que fazem os portugueses da Colônia do Sacramento e os índios Minuanos, que habitam os campos de São Gabriel”*⁶⁹.

Na verdade, os maiores culpados pela exploração predatória do gado chimarrão eram os santafesinos, principais fornecedores de couros aos portugueses. Ainda em 1721, alguns jesuítas e espanhóis fizeram uma declaração contra os estragos que os homens de Santa Fé faziam na Vacaria do Mar, os quais *“não somente permaneceram nas ditas vacarias por muitos meses retirando grandes quantidades de vacas, destruindo e matando para fazer graxa e sebo e couros etc., assolando os campos, mas também não reparando no tempo da multiplicação e parição”*⁷⁰.

Apesar do conflito de interesses entre bonaerenses, santafesinos e jesuítas, a Coroa espanhola preocupou-se mais em conter a expansão dos portugueses na campanha, já que estes eram os únicos a desafiar abertamente a sua soberania sobre a Banda Oriental. Em 1720, Filipe V escreveu ao governador de Buenos Aires para que ele delimitasse o território de Sacramento, o qual não deveria passar do alcance de um tiro de canhão de 24 libras disparado da praça. Especificava ainda que a peça deveria ser carregada com material correspondente a seu calibre, sem servir-se de outro tipo de pólvora que a comum para o uso dos canhões e que o tiro não se fizesse por elevação⁴¹.

Naturalmente, os homens que governaram Colônia nunca aceitaram as intimações dos governadores de Buenos Aires para aplicar a regra do “tiro de canhão”, já que a Coroa portuguesa tinha outra noção do que era o território de Sacramento. Em 1723, o Conselho Ultramarino escrevia a Antônio Pedro de Vasconcelos que *“nos convém se faça a demarcação do território”*. Se os espanhóis se negassem a iniciar a contagem a partir do Rio Negro, *“podia-se entrar na negociação de partir pelo rio de São João, continuando pelas partes que aponta até parar nos serros de Maldonado”*. Os conselheiros sabiam que não seria fácil convencer o governo espanhol a aceitar o seu ponto de vista acerca do alcance do território de Colônia e por isso recomendavam que, enquanto a questão permanecesse em negociação,

dever-se-ia insistir junto à corte de Madrid para que os espanhóis *“nos deixassem usar daquele mesmo terreno por alguns anos”*⁴².

Porém, a Coroa espanhola estava firmemente decidida a fazer prevalecer o seu ponto de vista sobre o território de Colônia e, para impedir que os portugueses se afastassem da praça, ordenou o contínuo patrulhamento dos campos vizinhos. Como era de se esperar, em consequência dessa medida, os atritos não demoraram muito a acontecer. Pouco tempo depois do restabelecimento dos portugueses em Colônia, os espanhóis tomaram aos lusos várias carretas que traziam mantimentos da campanha, roubando a carga e aprisionando os escravos e os condutores, que foram manietados e levados para a guarda de São João. Embora Gomes Barbosa tenha condenado qualquer tipo de retaliação, a fim de não entrar em conflito aberto com os espanhóis, o capitão Estevão Rodrigues de Azevedo, dono de algumas das carretas apresadas, dispôs-se a resgatar os seus bens.

Com seus escravos e alguns amigos dirigiu-se às proximidades da guarda de São João, onde deixou seus companheiros de vigia e, vestindo-se como um camponês, ofereceu-se para trabalhar como criado do comandante espanhol, o qual não percebeu o ardil e aceitou seus serviços. Durante a noite, depois do comandante adormecer, Rodrigues de Azevedo foi conversar com a sentinela, convidando-a para alguns goles de vinho que não tardaram a fazê-la dormir. Com o caminho livre, o capitão português roubou as chaves do comandante espanhol e libertou os prisioneiros, que correram para junto dos que haviam ficado de vigia⁴³.

Em 1722, um agrupamento espanhol que vigiava as vizinhanças de Sacramento, constituído por dez soldados e comandado por um alferes, capturou um transporte de couros composto por sete carretas e conduzido por quatorze escravos. Entretanto, alguns escravos cavaleiros conseguiram escapar e retomaram a Colônia a todo o galope, onde informaram o seu amo, Cristóvão Pereira de Abreu⁴⁴, do acontecido. Sem mesmo pedir autorização ao governador, Pereira de Abreu reuniu oito homens e partiu no encalço dos castelhanos, os quais encontrou no momento em que faziam a partilha do saque. Atacados de surpresa pelos

portugueses, os espanhóis puseram-se em fuga tão precipitadamente que, três dias depois do ocorrido, o alferes escreveu a Cristóvão Pereira pedindo-lhe que lhe devolvesse a capa e a espada, que tinha perdido na fuga. O seu pedido não só foi atendido pelo sertanista, como também foram soltos os dois espanhóis que haviam sido feitos prisioneiros⁴⁵.

Se um homem poderoso como Cristóvão Pereira de Abreu podia reagir violentamente a fim de recuperar os seus bens, mesmo sem contar com o auxílio das autoridades, a mesma atitude não podia ser tomada pelas pessoas que, com poucos recursos, se dedicavam à extracção de couros. Embora deva ter sido grande o número de homens que buscavam na campanha um complemento da produção agrícola, ao recorrer ao governador para que as tropas os ajudassem a recuperar os seus bens, estavam sujeitos a ouvir a resposta seca de *“que não tinha o rei de Portugal tropas para fomentar negócios particulares e que quem os mandava sair sem licença das guardas de São João e Montevideú”*⁴⁶.

Contudo, a necessidade de libertar-se da vigilância espanhola na campanha era muito importante para que os portugueses, que se dedicavam ao comércio dos couros, não sofressem os prejuízos decorrentes do confronto com as patrulhas castelhanas e missionárias. Mesmo sem poder impedir a acção da guarda de São João, os portugueses podiam vigiar seus movimentos para se prevenirem de algum ataque surpresa. Com este objectivo, o governador Gomes Barbosa mandou instalar uma guarda portuguesa às margens do rio São Pedro, próximo à guarda castelhana. Graças a ela, segundo Riveros Tula, duas embarcações provenientes do Rio de Janeiro puderam carregar uma partida de couros armazenada em Montevideú sem serem vistos pelos espanhóis⁴⁷.

1.2.3. – Fornecedores e Colaboradores

Apesar da disputa entre as Coroas Ibéricas pela posse da Banda Oriental, as relações entre os súbditos portugueses e espanhóis na região platina não foram marcadas somente pelos confrontos, mas também pela cooperação motivada pela soma de muitos interesses em comum. Se muitos espanhóis lucravam mais em vender os couros que faziam na campanha aos portugueses do que em participar do comércio legal, os próprios soldados, encarregados de barrar o acesso dos portugueses à campanha, podiam fazer vistas grossas às suas expedições de caça ao gado mediante o suborno.

Em 1717, o governador Garcia Ros informava à Coroa espanhola que a guarda de São João servia mais de centro de espionagem do que de um eficaz meio de bloquear o acesso dos lusitanos à campanha. Por isso também deu ordens para que agrupamentos de espanhóis e índios missioneiros patrulhassem os campos⁴⁸. Já Gomes Barbosa se queixava ao rei de que *“os castelhanos impedem o uso da campanha, e não querem que [se] tirem vacas para comer como também todo o mais uso dela”*⁴⁹. A contradição entre os informes dos governadores sobre a actuação da guarda de São João sugere que os soldados estavam mais interessados em extorquir propinas aos portugueses que quisessem internar-se na campanha do que em bloquear o acesso dela aos mesmos.

Segundo o governador Manuel Gomes Barbosa, a cavalaria espanhola costumava patrulhar os campos a uma distância de cerca de duas léguas de Sacramento e embora, durante seu governo, nunca tenha impedido os moradores de buscar lenha no rio Rosário, a cerca de oito léguas da povoação, tentava impedir os portugueses de explorar o gado chimarrão. Contudo, a repressão às vacarias portuguesas poderia ser evitada através do uso do suborno. Antes de se internarem na campanha, as pessoas que desejavam extrair couros deviam negociar com o capitão da guarda espanhola, sem se esquecerem do oficial que os vinha render, pois, caso contrário, arriscavam-se a ser presos e verem a courama queimada. Uma vez presos, era necessário subornar

o comandante para voltar à liberdade. Por vezes, eram os próprios oficiais e soldados da guarda de São João que iam à campanha extrair couros que depois levavam até às proximidades de Colónia, onde os portugueses podiam ir comprá-los sem risco algum⁵⁰.

Em janeiro de 1724, o governador António Pedro de Vasconcelos escrevia à Coroa sobre a conveniência do seu governo dispor de alguma quantia, com a qual pudesse subornar a guarda espanhola que vigiava os passos dos portugueses na campanha. A resposta só chegou em Fevereiro de 1726, quando D. João V autorizou a quantia anual de quatrocentos mil réis para que o governador a usasse em “gastos secretos⁵¹”. Parece que então a compra de favores dos oficiais espanhóis não se fazia através da oferta de dinheiro, mas sim do oferecimento de presentes, que podiam consistir em caixas de açúcar ou barris de vinho e azeite⁵².

Em 1730, Vasconcelos volta a referir-se ao relacionamento com os espanhóis, dizendo que, apesar dos mesmos levarem boa parte dos lucros do campo, não podia negar que a vizinhança com Buenos Aires era a principal causa da prosperidade de Sacramento. Completava dizendo que “*por assim o entender, não desprezo nenhuma ocasião de cultivar a vontade ao governador, aos oficiais reais e cabildantes⁵³*”. Quatro anos depois, voltava a afirmar que, para retirar lucros da campanha, portugueses e espanhóis “*não podem viver sem se acordarem⁵⁴*”.

As relações dos portugueses com os espanhóis, contudo, não se limitavam ao suborno da guarda de São João, pois eram muito mais intensas com os vaqueiros santafesinos e portenhos. Estes homens, que se dedicavam à exploração das manadas de gado chimarrão da Banda Oriental, converteram-se nos principais fornecedores de couro e gado aos habitantes de Colónia.

A principal razão da estreita colaboração de vários espanhóis pode ser encontrada na asfixiante política monopolista com que o *cabildo* de Buenos Aires pretendia controlar o comércio de couros exportados através do seu porto. Desde 1718, os seus membros procuravam lucrar com a exploração do gado chimarrão, concedendo licenças aos homens que se propunham a arrematar o

direito às caçadas, os quais, a partir de então, passaram a ser conhecidos como *accioneros*⁵⁵.

Era o *cabildo* quem, até 1732, repartia a quantidade de couros pedida pelos *asientistas* entre os *accioneros* de Buenos Aires, negociando o preço em nome dos mesmos⁵⁶. O monopólio que esse órgão possuía sobre a comercialização do couro exportado, permitia aos seus membros o auferimento de uma boa margem de lucro, pois o mesmo avaliava os couros a preços baixos e vendia-os aos comerciantes do *registro* aceitando um terço do valor da courama em dinheiro e dois em tecidos, deixando aos *registrantes* trezentos por cento de lucro no preço das fazendas vendidas. O governador Zabala não deixou de escrever ao rei contra esse tipo de transacção, que gerava odiosos ressentimentos entre os desfavorecidos pelo monopólio. Porém, a sua queixa não tinha muitas hipóteses de ser ouvida em Madrid, já que o *cabildo* portenho tinha o apoio dos comerciantes metropolitanos, aos quais assegurava os lucros do comércio oficial com o Rio da Prata⁵⁷.

Os baixos preços alcançados pelos couros e pelo gado, vendidos através do monopólio portenho, acabaram por servir de incentivo para que os espanhóis preferissem vender os seus produtos aos portugueses da Colónia do Sacramento, pois assim evitavam o pagamento de impostos e a intermediação do *cabildo*, que aviltava o preço das matérias-primas em proveito próprio. De resto, o gado, na Banda Oriental, valia a metade do preço pelo qual era vendido em Buenos Aires, onde os preços já eram baixos, como constatou o padre Cattaneo durante o aprovisionamento que o grupo em que viajava fez numa estância espanhola próxima ao rio das Vacas, a fim de prosseguir na navegação do rio Uruguai rumo às Missões⁵⁸.

A tentação de aumentar a lucratividade da exploração do gado chimarrão, através do comércio com os portugueses, atingiu até mesmo os homens encarregados pelo *cabildo* de buscar gado na Banda Oriental para repovoar as estâncias bonaerenses. Era mais fácil e lucrativo realizar o massacre do gado com o único fim de vender os couros em Colónia ou aos navios franceses que frequentavam a costa, do que levar grandes

manadas de gado selvagem, muito mais difícil de ser conduzido do que o doméstico, através dos vastos campos e da perigosa travessia do rio Uruguai⁶⁰.

Em Maio de 1726, o governador Vasconcelos informava D. João V sobre a boa correspondência que mantinha com o governador de Buenos Aires, que se reflectia nas boas relações entre portugueses e espanhóis na campanha. Acrescentava ainda que os moradores compraram cento e dezoito mil couros aos espanhóis, comércio no qual não lucravam somente os comerciantes que davam saída às suas fazendas, como também os lavradores, que transportavam os couros nas suas carretas²¹³. Ainda no mesmo mês, informava o rei de que dois santafesinos lhe tinham vendido oitocentos cavalos ao preço de três mil réis cada. Não deixava de orgulhar-se por ter conseguido levar a termo a transacção, apesar das severas proibições que o governo espanhol fazia a esse tipo de comércio⁶⁰.

No ano seguinte, Zabala escreveu a Filipe V acerca do seu zelo em tentar impossibilitar a actividade dos contrabandistas, porém agregava que nem *“os contínuos castigos que experimentam, de tirar-lhes o que se lhes encontrava, lhes servia de desengano para desistir de vender couros a todo risco aos portugueses⁶¹”*. Informava ainda que, na tentativa de impedir que a partir de Santa Fé se introduzissem mulas com destino ao mercado consumidor de Minas Gerais, mandara cinquenta e cinco homens vigiar o canal do Rio Grande. Neste sentido, em 1729, um destacamento espanhol conseguiu interceptar uma tropa de gado e mueres vinda de Santa Fé com destino a Laguna⁶². Porém, o próprio governador não acreditava no êxito da repressão ao contrabando, pela experiência que tinha da *“gente deste país, [que] sabia ocultar com bastante malícia e sagacidade suas maldades⁶³”*.

O comércio de tropas de mueres para Laguna era negócio antigo, pois, em Janeiro de 1723, o capitão-mor da vila, Francisco Brito Peixoto, informava o governador de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, que um grupo de cinco espanhóis chegara a Laguna a fim de conseguir permissão para vender na vila as 800 reses, entre as quais muitas mulas, que os seus companheiros

retinham no Rio Grande. Parece que vinham pela segunda vez, pois Brito Peixoto conhecia um deles a quem, em outra ocasião, dera licença para passar a Colónia. Dizia ainda ao governador que *“como os primeiros que vieram tiveram bom passaporte, o mesmo terão estes outros, porque presente tenho a recomendação de Vossa Excelência a amizade com os castelhanos⁶⁴”*.

A valorização dos couros, a partir da concessão do contrato de *asiento de negros* aos franceses, levou as autoridades de Buenos Aires a procurar aumentar o controle sobre os campos da Banda Oriental. Contudo, elas não puderam impedir que um número crescente de homens, em sua maioria provenientes de Santa Fé, se instalasse na campanha a fim de participar da exploração do gado chimarrão. Aos primeiros vaqueiros santafesinos e portenhos, uniram-se aventureiros de diversas regiões (Cuyo, Salta, Paraguai, Chile), índios tapes foragidos das missões, charruas e minuanos destribalizados, escravos foragidos e desertores espanhóis e portugueses que se reuniam em torno de um chefe, formando pequenos grupos que percorriam as campanhas para extrair couros que depois eram vendidos aos contrabandistas⁶⁵.

Encarados pelas autoridades espanholas como uma verdadeira praga que infestava os campos, onde se dedicavam a um negócio que contrariava o interesse do *cabildo* de preservar o monopólio da exploração do gado selvagem, estes homens logo foram chamados de *“gente vagabunda e ociosa⁶⁶”*, vindo depois a ser conhecidos por *“gaudérios”* ou *“gaúchos⁶⁷”*. Contudo, a denominação de *changadores*, explica melhor as suas actividades: quando juntavam um bom número de couros na campanha, desciam os rios em jangadas até ao porto de Colónia, onde tratavam de vendê-los. Devido ao meio de transporte utilizado, esses homens passaram a ser chamados *“jangadeiros”* pelos portugueses, origem da palavra *changadores*, como vieram a ser conhecidos em Buenos Aires⁶⁸.

Antes de tudo, os homens que posteriormente ficaram conhecidos como gaúchos eram indivíduos marginalizados pela sociedade colonial espanhola, que, sob severas penas corporais e carcerárias, pretendia garantir a imobilidade social através da obrigatoriedade da permanência de toda a mão-de-obra

disponível sob as ordens dos estancieros, os quais eram os únicos autorizados a criar gado, impedindo assim a formação de uma classe independente, proprietária de pequenas parcelas de terra. A fim de escapar ao controle das autoridades coloniais, muitos fugiram para o interior da campanha, onde caçavam o gado selvagem sem a licença das autoridades, já que ela somente era dada aos *vecinos*⁶⁹ das cidades espanholas da América.

Poucos anos depois do retorno dos portugueses a Sacramento, em 1718, as patrulhas dos índios missioneiros encontraram, a uma distância remota de Colónia, dois acampamentos onde os portugueses *"unidos aos infieis, executam suas fainas de sebo e graxa, e sucede que costumam juntar-se diferentes homens, assim como os deste país, que levados pela liberdade solicitam acompanhar-se dos bárbaros para induzir-lhes aquele género de trabalho pela utilidade que logram"*⁷⁰.

Para evitar a extinção do gado selvagem, assim como a colaboração dos espanhóis com os portugueses, em Dezembro de 1721, o *cabildo* de Buenos Aires ordenou a retirada da Banda Oriental de todos os *faeneros*, como eram conhecidos os homens que tinham licença para explorar o gado na região. A única excepção foi feita ao capitão Juan de Rocha e seus peões, encarregados de abastecer a cidade⁷¹. D. Sebastián Delgado, encarregado da operação, prendeu dez homens sob a acusação de vagabundagem e queixou-se de que alguns peões estavam a converter-se em estancieros⁷². Malgrado os interesses da elite portenha, que desejava que a Banda Oriental permanecesse como uma gigantesca estância à sua disposição, começava o povoamento da terra.

No ano seguinte, D. Bruno Maurício de Zabala quis estender a proibição de explorar as reservas da Vacaria do Mar aos índios das missões jesuíticas. Contra essa ordem, escreveu o padre José de Aguirre, alegando que a dizimação do gado chimarrão não era obra dos índios, mas sim dos espanhóis de Santa Fé, Comentes e Buenos Aires, os quais, além desse inconveniente, entravam em contacto com os habitantes da Colónia do Sacramento *"ajudando-os nas suas fainas, vendendo-lhes*

*cavalos, couros, sebo e graxa, comprando-lhes seus géneros proibidos"*⁷³. Numa declaração conjunta de espanhóis e jesuítas contra os estragos feitos pelos vaqueiros de Santa Fé na Vacaria do Mar, o capitão D. Pedro José de Vera declarou que, nas proximidades de Colónia, *"viu em vários arroios e rios que os portugueses faziam couros ocultamente e que um mercador português chamado D. Jerónimo Solto estava num arroio chamado Santa Luzia com loja aberta concheando moços e peões para fazer courama"*⁷⁴.

De facto, era intensa a participação dos espanhóis nas actividades que os portugueses desenvolviam na campanha. Cristóvão Pereira de Abreu, um dos principais negociantes de couro na Colónia do Sacramento, senão o maior deles, provavelmente contava com a colaboração de muitos peões de origem espanhola nas arreadas de gado que promovia. Segundo Riveros Tula, o principal tropeiro a serviço do mesmo era um castelhano chamado Roque Sorria⁷⁵. José Mascarenhas de Figueiredo Cavaleiro, candidato ao posto de alferes de infantaria paga, conta que, em 1724, durante uma expedição para recuperar os corpos de alguns portugueses mortos pelos indígenas, manteve três espanhóis assalariados à sua custa, encarregados de trocar os cavalos cansados por novos⁷⁶.

Apesar das medidas restritivas adoptadas pelo governador de Buenos Aires, a colaboração entre espanhóis e portugueses continuava em 1724, quando D. Bruno de Zabala informou Filipe V da participação de súbditos espanhóis nas vacarias portuguesas, dizendo que *"seriam mais de 300 os que em diferentes tropas os serviam, sem poder-se impedir por serem práticos do país"*. Informava ainda que, como havia acabado o gado chimarrão na margem direita do Prata, os habitantes de Buenos Aires passavam para *"a parte setentrional deste rio, e os que passam por ele se juntam aos portugueses"*. Completava dizendo que *"estando empregada muita gente naquele campo, é evidente que entrem e saiam da Colónia do Sacramento por mais que o procure o governador evitar"*⁷⁷.

Porém, se esses homens geralmente mantinham boas relações com os portugueses aos quais, além do fornecimento de

couros, eventualmente serviam de exploradores e espiões contra as forças de Buenos Aires, conforme a conveniência, podiam passar para o lado espanhol e passar a hostilizar seus antigos aliados. Ao criar uma companhia de migueletes⁷⁸, com o objectivo de desalojar os portugueses da península de Montevidéu e impedi-los de se estenderem pela campanha, D. Bruno de Zabala conseguiu a adesão de vários "gaúchos" à causa espanhola. Nesse momento, o principal incentivo ao recrutamento foi a autorização dada pelo governador aos membros da nova companhia de se apossarem livremente das presas feitas ao inimigo⁷⁹. Simão Pereira de Sá conta-nos que, em torno dos migueletes, "a fama dos insultos fez congregar muita gente dispersa, que vivia de roubar e gostando desta ocupação perigosa⁸⁰". Em 1735, integraram-se vários "gaúchos" às tropas hispano-indígenas que sitiavam Colónia⁸¹, onde, com certeza esperavam participar do saque em caso de vitória espanhola.

NOTAS

¹ Conhecido pelos portugueses como arraial ou "arrealde de Vera", e pelos espanhóis como "Real de Vera", o mesmo situava-se na margem oposta da enseada de Colónia, a cinco quilómetros da povoação portuguesa. O vocábulo "real" tinha então o sentido de campo militar e recebeu esse nome por ter servido de local de acampamento para as tropas de D. António de Vera y Muxica durante o seu ataque a Colónia, em 1680. Cf. Luís Enrique Azarola Gil, *op. cit.*, pp. 147-148.

² Relatório do conselheiro António Rodrigues da Costa (1715), in Jonathas da Costa Rego Monteiro, *op. cit.*, vol. 2, pp. 59-62.

³ Relatório do conselheiro João das Neves (1715?) in Jonathas da Costa Rego Monteiro, *op. cit.*, vol. 2, pp. 70-72.

⁴ A. J. R. Russell-Wood. "Governadores e Agentes", in Bethencourt e Chaudhruri, *História da Expansão Portuguesa*, vol. 3, p. 176.

⁵ Folha de serviços de Manuel Gomes Barbosa, in Luís Enrique Azarola Gil, *op. cit.*, pp. 211-213.

⁶ Instruções para Manuel Gomes Barbosa tomar posse da Colónia do Sacramento e seu território, in Jonathas da Costa Rego Monteiro, *op. cit.*, vol. 2, pp. 55-57.

⁷ Representação da cidade de Buenos Aires a Sua Majestade Católica, 20 de Novembro de 1715, in *Campaña del Brasil*, tomo 1, pp. 452-453.

⁸ Entre 1708 e 1714, os franceses compraram 174.000 couros em Buenos Aires e, entre 1715 e 1726, os ingleses, sucessores dos franceses no contrato de *asiento*, levaram 218.242. Cf. R. Sérgio Villalobos, *Comércio y Contrabando en el Rio de la Plata y Chile*, p. 32.

⁹ Elena F. S. Studer, *La Trata de Negros en el Rio de la Plata*, p. 201-203.

¹⁰ Magnus Mörner, *Actividades Políticas y Económicas...* *op. cit.*, p. 122.

¹⁰ Segundo Espírito Santo, que também estudou o documento citado em sua obra, "Argos" é um personagem mitológico, filho de Aristor. Tinha cem olhos. Enquanto cinquenta dormiam, outros cinquenta permaneciam abertos. 'Lince', por sua vez, é um animal carnívoro, do género *felix linx* que, conforme a tradição, vê através das paredes. Cf. Miguel F. do Espírito Santo, *op. cit.*, p. 99, nota 33.

¹¹ Baltasar de Garcia Ros ao rei de Espanha, 7 de Dezembro de 1715, in *Campaña del Brasil*, tomo 1, p. 454.

¹² Jaime Cortesão, in "Território da Colónia, vaga expressão que abrangia as regiões que hoje se dividem entre o Uruguai e o Rio Grande do Sul", "O Território da Colónia do Sacramento e a Formação dos Estados Platinos", in *Revista de História*, n° 17, p. 135.

¹³ Baltasar de Garcia Ros ao rei de Espanha, 7 de Dezembro de 1715, in *Campaña del Brasil*, tomo 1, pp. 453-457.

¹⁴ Máio Rodríguez, *op. cit.*, pp. 199-200.

¹⁵ A exportação de couros constituiu, nos séculos XVII e XVIII, um dos géneros de grande importância no comércio colonial brasileiro, sendo que a sua receita em certos momentos chegou a ocupar o segundo lugar na pauta de exportações, só perdendo para o açúcar. Cf. Corcino Medeiros dos Santos, *Relações Comerciais do Rio de Janeiro com Lisboa (1763-1808)*, p. 173.

¹⁶ Marquês de Capecilatro ao rei de Espanha, 23 de Agosto de 1716, in *Campaña del Brasil*, tomo 1, p. 458.

¹⁷ Marquês de Capecilatro ao rei de Espanha, 22 de Setembro de 1716, in *Campaña del Brasil*, tomo 1, pp. 458-460.

¹⁸ Arthur Ferreira Filho, *História Geral do Rio Grande do Sul (1503-1964)*, p. 32.

¹⁹ Real cédula de 11 de Outubro de 1716, in *Campaña del Brasil*, tomo 1, p. 461.

²⁰ Real cédula de 26 de Outubro de 1716, in *Campaña del Brasil*, tomo 1, p. 463.

²¹ Registro do protesto enviado ao governador de Buenos Aires, in Jonathas da Costa Rego Monteiro, *op. cit.*, vol. 2, pp. 58-59.

²² Emílio A. Com, *op. cit.*, p. 68.

²³ Consulta do Conselho Ultramarino de 25 de Agosto de 1718, in BNL, Reservados, *Colecção Pombalina*, 481. fts. 364-369.

²⁴ Gomes Barbosa ao rei, 26 de Dezembro de 1719, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 1, doc. 58.

²⁵ Zabala ao marquês de Grimaldo, 04 de Julho de 1718, in Pablo Pastells e F. Mateos, *Historia de la Compania de Jesus en la Provincia del Paraguay*, tomo VI, pp. 170-171.

²⁶ Sobre esse assunto, consultar a documentação reunida em *Manuscritos da Colecção De Angelis: Tratado de Madrid - Antecedentes: Colónia do Sacramento (1669-1749)*, (Introdução, notas e sumários por Jaime Cortesão), pp. 179-235.

²⁷ Magnus Mörner, *Actividades Políticas y Económicas...* *op. cit.*, p. 76.

²⁸ Júlio Millot e Magdalena Bertino, *op. cit.*, tomo I, p. 53.

²⁹ Magnus Mörner, "Os Jesuítas, as suas Missões Guarani..." *op. cit.*, pp. 155-156.

³⁰ Os índios contavam que o demónio fazia aparições na figura de um bandeirante. Cf. Maxime Haubert, *Índios e Jesuítas no Tempo das Missões*, p. 158.

³¹ Consulta do Conselho das Índias de 15 de Julho de 1716, in Pablo Pastells e F. Mateos, *op. cit.*, tomo VI, pp. 63-68.

³² Carta do padre António Betschon ao padre Javier Am-Rhin, 1719, in *RIHGU*, tomo VII, p. 248.

³³ Maxime Haubert, *op. cit.*, p. 210.

³⁴ Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, parte I, tomo II, pp. 34-38.

³⁵ Magnus Mörner, "Os Jesuítas, as suas Missões Guarani..." *op. cit.*, pp. 152-153.

³⁶ Interrogatório sobre a possibilidade dos Índios guarani pagarem tributo, 2 de Dezembro de 1735, in *Manuscritos da Colecção de Angelis*, *op. cit.*, p. 312.

³⁷ Zabala ao rei de Espanha, 02 de Setembro de 1721, in Pablo Pastells e F. Mateos, *op. cit.*, tomo VI, pp. 243-244.

³⁸ Representação da cidade de Buenos Aires a Sua Majestade Católica, 12 de Setembro de 1721, in Pablo Pastells e F. Mateos, *op. cit.*, tomo VI, pp. 244-245.

³⁹ Declaração de alguns padres jesuítas e civis espanhóis, 16 de Janeiro de 1721, in *Manuscritos da Coleção De Angelis*, *op. cit.*, pp. 179-181.

⁴⁰ Real cédula de 27 de Janeiro de 1720, in *Campaña del Brasil*, tomo 1, pp. 469-470.

⁴¹ Consulta do Conselho Ultramarino de 08 de Junho de 1723, in IHGB, Arq. 1.1.21, fls. 173-178.

⁴² Simão Pereira de Sá, *op. cit.*, p. 55.

⁴³ Nascido, provavelmente, em 1680 em Ponta de Lima, Portugal, Cristóvão Pereira de Abreu, deve ter vindo bem moço para o Brasil, onde uma das primeiras referências à sua pessoa é de 1702, quando, no Rio de Janeiro, arrematou o contrato dos dizimos dos couros extraídos nos campos da Colônia do Sacramento. Em 1710, Pereira de Abreu teria arrematado o contrato do tabaco do Rio de Janeiro e, no ano seguinte, participou das negociações que resgatou a cidade dos franceses comandados por Duguay-Trouin. Documentos datados de 1719 ainda fazem referência a Cristóvão Pereira de Abreu como residindo no Rio, onde se casou com D. Clara de Amorim, pertencente a uma das mais importantes famílias da cidade. Em 1722, estava em Colônia, onde se dedicou à extração e exportação de couros. Cf. Aurélio Porto, *op. cit.*, parte II, pp. 106-114.

⁴⁴ Simão Pereira de Sá, *op. cit.*, p. 57.

⁴⁵ "Sistema entre un Portuguez y unjenobes..." in ARC, Reg. 217, 38, T5, doc. 4, fl. 37.

⁴⁶ Aníbal M. Riveros Tula, *op. cit.*, p. 159.

⁴⁷ García Ros ao rei de Espanha, 11 de Fevereiro de 1717, in Pablo Pastells e F. Mateos, *op. cit.*, tomo VI, pp. 134-135.

⁴⁸ Consulta do Conselho Ultramarino de 17 de Dezembro de 1718, in IHGB, Arq. 1.1.21, fls. 111v-112.

⁴⁹ Gomes Barbosa ao rei, 14 de Junho de 1723, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 1, doc. 102.

⁵⁰ Vasconcelos ao rei, 6 de Junho de 1727, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 179.

⁵¹ Vasconcelos ao rei, 5 de Abril de 1730, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 220.

⁵² Vasconcelos ao rei, 5 de Abril de 1730, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 220.

⁵³ Vasconcelos ao rei, 17 de Fevereiro de 1734, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 3, doc. 276.

⁵⁴ Júlio Millot e Magdalena Bertino, *op. cit.*, tomo I, p. 53.

⁵⁵ Magnus Mörner, "Panorama de la Sociedad del Río de la Plata...", *op. cit.*, p. 207.

⁵⁶ Gregório Funes, *op. cit.*, tomo 2, p. 161.

⁵⁷ Cattaneo a seu irmão, 25 de Abril de 1730, in Lodovico A. Muratori, *Il Cristianesimo Felice nelle Missioni del Patri della Compagnia di Gesù nel Paraguai*, pp. 178-179.

⁵⁸ Heroides Artigas Mariño, *Colônia del Sacramento, Memórias de una Ciudad*, p. 14.

⁵⁹ Vasconcelos ao rei, 13 de Maio de 1726, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 165. As pessoas que não dispunham de carretas, alugavam-nas aos comerciantes. O pagamento fazia-se em couros e em carne salgada. Cf. "Sistema entre un Portuguez y un jenobes...", ARC, Reg. 217, 38, T5, doc. 4, fl. 38.

⁶⁰ Vasconcelos ao rei, 4 de Maio de 1726, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 158.

⁶¹ Real cédula de 22 de Janeiro de 1728, in *Campaña del Brasil*, tomo I, p. 493.

⁶² Magnus Mörner, "Os Jesuítas, as suas Missões Guarani...", *op. cit.*, p. 164.

⁶³ Real cédula de 22 de Janeiro de 1728, in *Campaña del Brasil*, tomo I, p. 494.

⁶⁴ Brito Peixoto a Rodrigo César de Meneses, 22 de Janeiro de 1723, in *DI*, vol. XXXII, pp. 289-291.

⁶⁵ Fernando O. Assunção, *op. cit.*, pp. 141-143.

O padre Cattaneo fala de Índios que castigados "por não viverem com a piedade e deiticação dos outros" e "não querendo retornar ao bom caminho", fugiam das Missões para juntar-se às tribos nômadas a fim de "viver a seu capricho". Ocorria o mesmo com alguns espanhóis que, para fugir da justiça ou para viver em completa liberdade, também se juntavam aos indígenas como na Itália os bandidos se juntavam aos assassinos. Cf. Cattaneo a seu irmão, 25 de Abril de 1730, in Lodovico A. Muratori, *op. cit.*, p. 186.

⁶⁶ Ricardo Rodríguez Molas, *Historia Social del Gaucho*, p. 87.

⁶⁷ A questão da abordagem histórica da figura do gaúcho é muito controversa. Alguns historiadores apresentam o gaúcho como um homem cruel e violento, avesso ao sentimento de pátria, justificando assim sua marginalidade social através do seu carácter. Outros, preocupados com a construção da identidade nacional na Argentina e Uruguai e regional no Rio Grande do Sul, mitificaram o gaúcho, apresentando-o como um homem "sem rei nem lei", destemido e solitário cavaleiro que não admitia trabalhar sob as ordens de um patrão e ter domicílio fixo. A historiografia recente, principalmente a argentina, tem-se dedicado a desmistificar os chamados "centauros do pampa", apresentando-os como homens que viviam em pequenos ranchos na campanha, onde cultivavam pequenas lavouras, actuando também como trabalhadores ocasionais nas estâncias. Convém entretanto ressaltar que suas análises têm como base o estudo da população rural que vivia na campanha de Buenos Aires em fins do século XVIII. Consultar Heloísa J. Reichel e Ieda Gutfreind, *As Raíces Históricas do Mercosul*, pp. 18-28 e 171-176.

⁶⁸ Fernando O. Assunção, *La Colônia del Sacramento*, p. 13.

⁶⁹ Os brancos "legítimos" eram os únicos que podiam obter a categoria de *vecino*, título que, em Buenos Aires, dava o direito de caça ao gado chimarrão. No princípio, esse título estava reservado aos fundadores das cidades e seus descendentes, mas posteriormente estendeu-se a todos que tivessem residência fixa, possuíssem cavalos e armas e periodicamente servissem nas milícias. Cf. Ricardo E. Rodríguez Molas, *op. cit.*, p. 18.

⁷⁰ Zabala ao marquês de Grimaldo, 4 de Julho de 1718, in Pablo Pastells e F. Mateos, *op. cit.*, tomo VI, p. 170.

⁷¹ Acordos do cabildo de Buenos Aires de 10 e 13 de Dezembro de 1721, in *Campaña del Brasil*, tomo I, pp. 474-745.

⁷² Juan Carlos Garavaglia, "¿Existieron los Gauchos?" in *Anuário IEHS*, n.º 2, pp. 42-52.

⁷³ Padre José de Aguirre ao governador Zabala, 9 de Julho de 1722, in *Manuscritos da Coleção De Angelis*, pp. 181-186.

⁷⁴ Declaração de alguns padres jesuítas e civis espanhóis, 16 de Janeiro de 1721, in *Manuscritos da Coleção De Angelis*, pp. 179-181.

⁷⁵ Aníbal M. Riveros Tula, *op. cit.*, pp. 161-162.

⁷⁶ Consulta do Conselho Ultramarino de 26 de Fevereiro de 1729, in *ABNRJ*, vol. XLVI, p. 4.

⁷⁷ Zabala ao rei de Espanha, 31 de Maio de 1724, in Pablo Pastells e F. Mateos, *op. cit.*, tomo VI, pp. 312-313.

⁷⁸ Os Migueletes constituíam-se numa companhia de voluntários criada em 1724 para engrossar o exército espanhol que desalojou Manuel de Freitas da Fonseca de Montevideú. Denominavam-se *migueletes* os fuzileiros que actuavam nas montanhas da Catalunha, cujo primeiro chefe se chamava Miguelot de Pras, denominação que depois se estendeu a todos os corpos de voluntários. Cf. Ernesto Daragnès Rodero, "Las Costas del Departamento de Colônia: Una Excursión Cultural", in Ernesto Daragnès Rodero (org.), *op. cit.*, p. 125.

⁷⁹ Consulta do Conselho Ultramarino de 28 de Abril de 1725, in IHGB, Arq. 1.1.21, fl. 315.

⁸⁰ Simão Pereira de Sá, *op. cit.*, p. 61.

⁸¹ Simão Pereira de Sá, *op. cit.*, pp. 78-79.

1.3. – OS INDÍGENAS PLATINOS

A luta dos portugueses pelo domínio da Banda Oriental não se restringiu aos confrontos com os índios das missões jesuíticas e com os espanhóis da guarda de São João, mas também com as tribos indígenas ainda não enquadradas nos sistemas coloniais espanhol e português. Uma maneira eficaz de garantir o domínio do território era conquistar a amizade e aliança dos índios que habitavam a região platina. Em busca desse objectivo, portugueses e espanhóis procuraram desde cedo conseguir a submissão dos indígenas através da implantação do sistema de aldeamento.

1.3.1. – Tentativas Espanholas de Conversão dos Indígenas

Aquando da fundação da Colónia do Sacramento pelos portugueses, a Banda Oriental era maioritariamente habitada por tribos das nações minuana e charrua e por grupos menores de índios bohanes, chanás e iaros. Os charruas habitavam ambas as margens do rio Uruguai e o actual departamento de Colónia. A sua população foi estimada por Ítala Basile Becker, para os séculos XVII, XVIII e XIX, num total de mil a mil e cem indivíduos, cifra que se teria mantido mais ou menos estável durante esse período. Destes, aproximadamente quatrocentos habitavam a margem ocidental do rio Uruguai¹. Por sua vez, os minuanos somavam de novecentos a mil indivíduos. Aproximadamente quatrocentos desses indígenas viviam junto à lagoa Mirim, deslocando-se

posteriormente para o sudoeste do actual estado do Rio Grande do Sul. A restante população minuana vivia no território que se situava entre o rio Negro e Montevideú².

Apesar do pequeno número, a oposição dos charruas aos europeus foi sempre uma fonte de preocupação para os colonos, fossem eles portugueses ou espanhóis. Em fins do século XVIII, Félix de Azara escrevia que *"quijá tenham derramado os charruas até hoje mais sangue espanhol que os exércitos do Inca e de Montezuma, e sem embargo não chegam ao dia a quatrocentos varões de armas"*.

De facto, as relações dos charruas e minuanos, povos dedicados à caça, à pesca e à colecta, com os colonizadores ibéricos foram muito diferentes da que os conquistadores tiveram com os ameríndios dedicados à agricultura, os quais logo foram enquadrados no sistema colonial, seja através da *encomienda* ou dos aldeamentos controlados pelos missionários. Desde os seus primeiros contactos com os europeus, os charruas e minuanos mostraram-se pouco amigáveis, já que, ciosos de sua liberdade, recusavam-se a submeter-se aos recém-chegados, mantendo os espanhóis afastados das suas terras através de sangrentas batalhas⁴.

Em 1624, ao assumir o governo da província do Rio da Prata, Francisco de Céspedes passou a desenvolver uma política reducionista que visava submeter os indígenas que ocupavam o extenso território situado entre Buenos Aires e as reduções que os jesuítas vinham implantando no médio Uruguai. O principal objectivo dessa política era dar fim aos constantes ataques das tribos nómadas que prejudicavam o sucesso da evangelização dos guaranis, bem como impediam as comunicações entre Buenos Aires e as missões jesuíticas. Para conduzir à redução dos indígenas, foram enviados o frei Juan de Vergara e o jovem doutrinante Pedro Gutierrez, conhecedor das *"línguas gerais"*.

Fundaram-se, então, as missões de San Francisco Olivares de los Charruas, na ilha de Vizcaíno, no encontro dos rios Negro e Uruguai, em 1625, e San António de los Chanaes, a dez léguas de distância da primeira. Embora a redução entre os chanás se

mostrasse mais promissora que entre os charruas, já que eles praticavam a agricultura, em 1628 ambas já não mais existiam⁶.

O nomadismo dos charruas e minuanos, que impedia a sua adaptação ao sistema agrícola adoptado pelas reduções espanholas, fortaleceu-se com a introdução do gado bovino e equino na região platina, pois, a partir de então, esses grupos indígenas passaram a contar com caça farta além de uma grande mobilidade adquirida através da domesticação dos cavalos selvagens. O facto de esses povos não falarem o guarani⁷, a língua mais utilizada pelos missionários para evangelizar os indígenas, também deve ser considerado como um factor a mais para dificultar a sua conversão.

Uma nova tentativa entre os chanás foi coroada de êxito, vindo a redução de Santo Domingo Soriano a tornar-se a mais importante do baixo Uruguai. Fundada às margens do rio Yaguari Miní, no actual território argentino, foi transferida para a ilha de Vizcaíno entre 1702 e 1708, de onde, alguns anos mais tarde, foi novamente transferida para terra firme, desta vez para a outra margem do Uruguai, junto à foz do rio Negro⁸.

Nessa fundação reafirmou-se a estratégia dos espanhóis de controlarem o principal meio de comunicação de Buenos Aires com as missões dos tapes, a via fluvial representada pelo rio Uruguai.

Enquanto as margens do Uruguai eram o principal foco de atenção do projecto reducionista desenvolvido pelo governo de Buenos Aires, a margem norte do Prata deixou de ser oficialmente atingida pelas missões espanholas. Em 1657, o viajante Acarette du Biscay assim descreveu o local:

"O país do lado norte do Rio da Prata é de muita extensão e habitado somente por selvagens chamados charruas. Desde o cabo de Castilhos até o rio Negro, parece ser excelente, atravessando as planícies pequenos riachos que vêm dos montes. Mais acima do rio Negro baixei com frequência à terra, não me distanciando nunca de três quartos de légua terra adentro. Vêm-se poucos selvagens, pois têm eles as suas moradas no interior do país".

É provável que essa descrição também seja válida vinte e três anos depois, quando, em 1680, os portugueses desembarcaram na margem norte do Prata, em frente à ilha de São Gabriel, com a finalidade de fundar uma fortaleza na região.

1.3.2. – O Projecto Reduccionista do Regimento de D. Manuel Lobo

D. Manuel Lobo partira de Lisboa com instruções meticulosas sobre a nova fundação que estava encarregado de efectuar. De entre as inúmeras instruções recebidas, muitas regulamentavam as futuras relações entre os portugueses e os indígenas platinos, bem como providenciavam a sua conversão ao catolicismo.

O primeiro passo a ser dado na conversão do “gentio” deveria ser a conquista da sua confiança, através da entrega de presentes e da proposta de aliança contra seus inimigos¹⁰. Logo deveria dar-se início ao aldeamento dos índios, que deveriam ser governados pelo seu cacique no temporal e pelo pároco no espiritual. Os indígenas que se recusassem a submeter a este sistema, mantendo contudo amizade e comércio com os portugueses, deveriam ser protegidos pelo governador de qualquer hostilidade que partisse dos seus subordinados¹¹.

Visando impedir que a ambição dos seus súbditos em conseguir mão-de-obra barata, através da escravização dos indígenas, desse origem a hostilidades, o príncipe regente ordenou a D. Manuel Lobo que impedisse a “vexação do gentio” pelos brancos, bem como proibisse a sua escravização, devendo-se sempre pagar pelos serviços prestados. Para dar exemplo, o próprio príncipe renunciava a toda a repartição de indígenas feita a favor da Coroa, ordenando “que não haja deles repartição, assim para meu serviço, como dos particulares, e que estes sirvam voluntariamente a avença de uns e de outros, assim como neste Reino se pratica com brancos que servem¹²”.

O regimento dava plena liberdade ao indígena para recusar o trabalho que não lhe agradasse, tendo também garantido o seu

direito a reclamar junto ao Ouvidor, caso fosse lesado no pagamento dos serviços prestados aos portugueses. Para o príncipe regente, não deveria haver “*distinção alguma de brancos a índios, assim como no Reino se pratica de brancos a brancos*” pois “*que não há nenhuma diferença de vassallos a vassallos*”¹³.

O 19º artigo do regimento impedia expressamente a captura dos indígenas platinos, mesmo em caso de rebelião, podendo o súbdito português pagar com a própria vida pela escravização dos índios. O índio que movesse guerra contra os portugueses deveria ser considerado inimigo da Coroa, “*ficando prisioneiro na forma que se praticava na guerra deste Reino com o de Castela, e em nenhuma maneira ficará cativo*”¹⁴.

A atitude da Coroa, de castigar severamente a escravização dos indígenas platinos, contrasta com a atitude muito mais branda adoptada pelo príncipe regente no regimento de 1691, pelo qual ordenou ao governador-geral do Brasil que garantisse a liberdade dos índios na sua jurisdição. Contudo, a “liberdade” defendida pelo governo metropolitano restringia-se à entrega dos indígenas capturados em guerras aos cuidados de religiosos que deveriam substituir os seculares na administração dos aldeamentos¹⁵.

Reacções contra essa lei não tardaram a aparecer e, em 1696, D. Pedro II concedeu “*aos moradores de São Paulo, e seus descendentes por linha masculina ou feminina, administração dos Índios que têm descido do sertão, e se acham em seu serviço*”¹⁶.

A política indigenista da Coroa portuguesa era pragmática, ditada pelos interesses regionais e circunstanciais. O tratamento diferenciado dado às nações indígenas das margens do Prata pela Coroa, quando se considera a sua atitude com relação aos indígenas das capitánias brasileiras, liga-se, sobretudo, à difícil situação estratégica da nova fundação, encravada entre três áreas submetidas à Coroa castelhana: Buenos Aires ao sul, as reduções franciscanas entre os chanás a noroeste e as missões jesuíticas entre os guaranis ao norte. O principal objectivo dos portugueses era firmar alianças com as tribos insubmissas aos espanhóis que habitavam a margem norte do Prata, numa tentativa de obter um equilíbrio de forças na região. A fim de assimilar

os indígenas à sociedade portuguesa, D. Pedro chegou ao ponto de igualá-los juridicamente aos seus súditos brancos, assim como ordenou punir com a pena capital quem ousasse escravizá-los.

Mesmo que o uso da força, a fim de conseguir a conversão dos pagãos, fosse autorizado pelo próprio clero, tendo-se como exemplo a posição do padre Anchieta que, dos indígenas, dizia que *"para este género de gente não há melhor pregação do que espada e vara de ferro"*¹⁷, na redução dos charruas e minuanos ela só teria como consequência a aliança dos índios aos espanhóis, tornando inviável a presença dos portugueses na região platina. Não era, pois, possível utilizar o projecto jesuíta de conversão do indígena à conquista colonial através do uso da força como, por exemplo, foi feito com os tupinambás que habitavam a costa brasileira¹⁸.

O rápido fim do empreendimento de D. Manuel Lobo que, devido ao ataque dos espanhóis e guaranis, durou somente sete meses, impediu a aplicação do plano reducionista exposto no regimento. Embora as relações entre portugueses e charruas se mostrassem amistosas, marcadas pela troca de alimentos por mercadorias, é difícil crer que os charruas se submetessem ao aldeamento agrícola proposto pelos portugueses, pois já haviam rechaçado semelhante proposta feita por frades espanhóis em princípios do século XVII.

1.3.3. – Apostas num Novo Tipo de Relacionamento

A violenta reacção dos espanhóis à presença portuguesa no Prata levou o governo de Lisboa a repensar a sua política indigenista na região. Com o retorno dos lusitanos a Colónia, em 1683, recomeçaram as tentativas de aproximação com os índios, mas desta vez não se procurou implantar os artigos do regimento de D. Manuel Lobo relativos à redução dos charruas, pois a permanência portuguesa era provisória, enquanto prosseguiram na Europa os debates sobre o alcance da linha de Tordesilhas.

Por isso, em 1692, quando o governador Naper de Lencastre incentivou um cacique charrua e sua tribo a prestar obediência ao rei de Portugal, a Coroa vacilou em apoiar a iniciativa do governador. Para evitar um atrito com o governo espanhol, o rei escreveu a Naper dizendo-lhe que *"no caso de estes charruas virem a viver debaixo dessa fortaleza voluntariamente, e [se] os castelhanos vo-los pedirem, os ponhais em sua liberdade, para que façam de si o que lhes parecer"*¹⁹.

Alguns anos depois, o governador do Rio de Janeiro, Artur Sá e Meneses, deu licença a António Moreira da Cruz para caçar gado na região que ia de São Francisco até Castilhos. Para facilitar o êxito da expedição e assegurar a presença portuguesa na Banda Oriental, Sá e Meneses alegava ser fundamental fomentar a amizade com os indígenas, pois quem tivesse *"a vontade daqueles índios era 'senhor de toda a campanha' e, portanto das suas 'riquezas e interesses"*. A importância das boas relações com os índios era salientada pelo governador, dizendo que, na América, *"quem for senhor dos índios é senhor de tudo o mais"*. Acrescentava ainda que era um coadjuvante do projecto serem os charruas *"inimicíssimos dos castelhanos"*²⁰. Assim, com a ajuda dos índios, a expedição de Moreira da Cruz conseguiu caçar 250 reses por dia nas cercanias de Montevideú.

Foi, porém, durante o governo de Sebastião da Veiga Cabral que o processo de conquista da amizade dos indígenas tomou impulso. Na sua *Descrição*, destinada ao rei de Portugal, Veiga Cabral afirmou que um dos seus objectivos em Sacramento era a *"conversão do Inumerável gentilismo (sic) que habita aquelas terras"*. Descrevendo os charruas como *"a excepção dos índios por serem homens de extraordinária corpulência, de sumo valor, intrepidez, indústria, verdade e palavra"*, Cabral exaltou suas virtudes guerreiras, afirmando que 20 deles valiam por 200 guerreiros de outras nações indígenas, ressaltando assim o principal interesse dos portugueses em garantir a sua aliança²¹.

A partir de então, desenvolveram-se ainda mais as relações entre os charruas e os portugueses. Em troca de cavalos, os índios recebiam facas, armas, dejetadeiras, roupas e outros utensílios. No início de 1701, os índios iniciaram uma aproximação

maior que teria por fim uma aliança com os lusitanos. Em Maio, um grupo de oito charruas visitou Colónia, onde foram bem recebidos por Veiga Cabral, que lhes deu diversos presentes como mostra de amizade. Entretanto, essas actividades acabaram por atrair a desconfiança dos espanhóis, especialmente depois da chamada "confederação dos guenoas", que uniu os charruas aos iaros e boganes, ter iniciado o ataque às missões dos tapes. Os jesuítas e espanhóis não tardaram em protestar contra o ataque ao governador de Colónia, acusando-o de incitar os índios contra as reduções. Naturalmente, Veiga Cabral negou qualquer tipo de envolvimento no ocorrido²².

Embora, segundo Luís Ferrand de Almeida, faltem documentos que provem a participação directa dos portugueses na criação da "confederação dos guenoas" e a instigação dos mesmos para um ataque às Missões, acreditamos que o governador de Colónia não deixou de utilizar-se da acção dos índios como um meio de minar o poderio espanhol na região. Veiga Cabral seguia ordens de Lisboa, no sentido de evitar qualquer atrito com os castelhanos, a fim de não criar um motivo de desentendimento entre as Coroas ibéricas. Deveria agir de maneira bastante subtil, escondendo, a todo o custo, qualquer tipo de envolvimento com a "confederação dos guenoas".

Mais tarde, aquando do desencadeamento das hostilidades entre espanhóis e portugueses, os charruas continuaram a dar mostras da sua fidelidade à aliança com os lusitanos durante o segundo sítio de Colónia, que durou de Setembro de 1704 a Março de 1705, através de ataques constantes à retaguarda do exército espanhol e do fornecimento de víveres aos sitiados²³. Com a retirada dos portugueses de Sacramento, em 1705, mais uma vez as relações com charruas foram cortadas.

Alguns anos mais tarde, Veiga Cabral expôs ao rei um plano destinado a retomar o projecto reductionista, por altura da devolução da Colónia do Sacramento. A Coroa deveria ordenar ao governador de São Paulo e Minas Gerais que mandasse alguns paulistas entrar em contacto com os charruas e bohanes para tratar da sua conversão e aldeamento. A partir de então, os índios deveriam servir aos portugueses "com inviolável sujeição",

sempre prontos "a executar quanto se lhe ordenasse por mar e terra, ou o trabalho fosse militar ou artificial] das Minas e couros". Enquanto os homens estivessem na campanha, suas mulheres e filhos deveriam permanecer nos aldeamentos, "onde receberiam a instrução e doutrina de nossa santa fé em que queriam viver, e nela serão doutrinados por suas mulheres e filhos depois que estes estivessem doutrinados e instruídos pelos nossos jesuítas²⁴".

A conversão dar-se-ia através do velho projecto dos jesuítas, os quais, desde o padre Nóbrega, concentravam os seus esforços na catequese das crianças para, através delas, chegar à conversão dos adultos²⁵. Uma vez convertidos e reunidos em aldeias, controladas por religiosos designados pelo governador, os indígenas converter-se-iam numa importante reserva de recursos humanos à disposição das autoridades coloniais.

A insistência no projecto reductionista revela o quanto o sistema de aldeamento era um importante elemento a serviço do processo de colonização. As reduções deveriam funcionar como um espaço de integração do indígena à sociedade colonial. Um local onde deveriam esquecer os seus costumes tribais e aprender princípios básicos da religião e de alguns ofícios a fim de se converterem em mão de obra qualificada²⁶.

Exemplos não faltam de como os indígenas poderiam ser transformados em bons trabalhadores e soldados à disposição dos portugueses. Os diversos aldeamentos dos arredores da vila de São Paulo constituíam-se em autênticas reservas de mão-de-obra, utilizadas tanto por particulares como pelas autoridades para o serviço pessoal, exploração do sertão, construção e conservação de obras públicas²⁷. No Rio de Janeiro, as aldeias de São Lourenço (Niterói), São Francisco Xavier (Itinga-Itaguaí) e São Barnabé (Macacú), visavam sobretudo a defesa da cidade, enquanto São Pedro de Cabo Frio funcionava como uma guarda avançada na defesa do litoral²⁸.

Com a reconstrução da Colónia do Sacramento, em 1716, os portugueses buscaram retomar a aliança com os charruas e minuanos. A situação parecia ser favorável, pois, de Novembro de 1715 a Janeiro de 1716, uma expedição hispano-missionária

tentou retirar os charruas de Entre Rios a pedido dos jesuítas. Embora os santafesinos, que eventualmente contavam com ajuda dos charruas na caça ao gado, se opusessem à campanha, não puderam impedi-la, expondo-se assim à fúria dos índios que se refugiaram na Banda Oriental, de onde podiam aliar-se aos portugueses num ataque contra as missões e as povoações espanholas²⁹.

Nas instruções dadas ao governador Manuel Gomes Barbosa, ordenava-se-lhe que se utilizasse de *"grande cautela com os índios vizinhos, mas com tal advertência, que os não escandalizeis, antes procureis atraí-los com indústria, tendo entendido que a sua amizade vos pode servir de grande benefício e, pelo contrário, a sua inimizade de notável prejuízo e que poderão os castelhanos com a mão destes bárbaros fazer-vos dano, e impedir-vos o uso da campanha sem a qual não poderá subsistir a Colónia"*³⁰.

Mesmo sabendo da importância da ajuda dos indígenas platinos, a Coroa não parece ter-se preocupado em fornecer a Gomes Barbosa os meios necessários para conquistar a amizade dos índios. Em Janeiro de 1718, o governador queixou-se ao rei de que as autoridades do Rio de Janeiro lhe negaram uma remessa de mercadorias com as quais pretendia atrair os minuanos (tabaco, aguardente e tecidos) sob a justificativa de que não havia *"dinheiro para nada, porque Vossa Majestade o manda ir todo para Lisboa"*³¹. A situação deve ter sido logo sanada, pois em Abril do mesmo ano, informava o vice-rei do Brasil que os minuanos lhe tinham vendido muitos cavalos³². Na verdade, graças à ajuda dos indígenas, os portugueses conseguiram povoar uma pequena estância, a duas léguas de Colónia, com mais de quinhentas montarias³³.

Além do fornecimento de gado e cavalos, os índios ajudavam os portugueses através dos ataques que faziam aos espanhóis. Em 1719, e também no ano seguinte, o governador de Buenos Aires escreveu para Madrid queixando-se que os minuanos hostilizavam os seus soldados, opondo-se às patrulhas que faziam na campanha. Para evitar o confronto com os índios, o rei deu-lhe ordens para que procurasse atraí-los *"por meios suaves"* até

conseguir a sua vassalagem. Porém, se *"em força de se verem agasalhados dos portugueses continuarem a sua inimizade com os meus vassalos e prosseguirem em fazer hostilidades, solicitareis em tal caso, atacá-los"*³⁴.

Entretanto, parece que as actividades do governador de Buenos Aires só deram fruto em 1724, quando D. Bruno de Zabala informou Filipe V de que os portugueses pretenderam conseguir a amizade dos minuanos que habitavam próximo ao Rio Grande através de presentes e da concessão, em nome do rei de Portugal, de patentes de amigos e defensores da terra. Zabala conseguiu, porém, convencer alguns desses índios a aliar-se aos espanhóis, aos quais entregaram as patentes portuguesas. E, em resposta ao bando que fez publicar, oferecendo a sua amizade, *"apresentaram-se muitos, fugindo dez de Colónia, levando quatrocentos cavalos"*³⁵. A súbita mudança de alianças deve ter sido a responsável pela morte de dois oficiais e cinco soldados portugueses, executados pelos minuanos a trinta léguas de Colónia, onde foram comprar algumas montarias³⁶.

Embora, tanto os portugueses como os espanhóis buscassem, através da vassalagem ao monarca, assegurar a lealdade dos indígenas aos seus projectos coloniais, eles nunca conseguiram assegurar-se da fidelidade dos índios nómadas por muito tempo, já que os charruas e minuanos procuravam alianças que só duravam enquanto conseguiam tirar vantagem delas. Apesar das despesas que fazia com os índios, António Pedro de Vasconcelos não deixava de queixar-se da inconstância dos minuanos³⁷.

O governador advertia D. João V que muito dificilmente os jesuítas conseguiriam cristianizar os minuanos pelos métodos tradicionais, condição indispensável para conseguir-se uma aliança duradoura, já que, segundo o juízo do mesmo, *"este gentio é tão inútil e tão pouco astuto que igualmente pesa na balança a boa e má correspondência com ele"*³⁸. Por sua vez, D. Bruno Maurício de Zabala, governador de Buenos Aires, desprezava os minuanos dizendo que se vendiam a quem lhes dava *"um pedaço de baeta, uma faca, ou, o que mais estimam, um copo de aguardente, e sua propensão se inclina sempre ao último que lhes dá de beber"*³⁹.

Os portugueses nunca deixaram de aproveitar o facto de que, através da produção agrícola brasileira, tinham mais facilidade que os espanhóis em conseguir tabaco e aguardente, com os quais compravam a amizade dos índios. O Conselho Ultramarino apontava, em 1724, a conveniência de *“ter aos índios nossos vizinhos afeiçoados, mandando-lhes todos os anos para se reparar por eles 200\$000 réis, empregados aqui naqueles géneros que estimam os mesmos índios”*⁴⁰.

Com o dizimar do gado chimarrão nas áreas mais próximas a Colónia, os minuanos migraram para o leste, onde ainda podiam encontrar manadas chimarronas. A partir de então, começaram a entrar em conflito com os espanhóis estabelecidos em Montevideu. Como resultado do afastamento dos índios, Vasconcelos alertou a Coroa de que poderia cessar a remessa de duzentos mil réis anuais em géneros que o rei mandara distribuir aos minuanos⁴¹.

Durante o conflito com os espanhóis que se seguiu ao ataque de Colónia em 1735, portugueses e aqueles, voltaram a solicitar a adesão dos indígenas à sua causa. Em 1736, o conde das Galveas, vice-rei do Brasil, escrevia à Coroa portuguesa dizendo que, se os *“charruas e minuanos que se conservam neutrais, não se pode temer que se interessem a favor dos castelhanos, principalmente tendo os portugueses um modo tão fácil de os contentar e adquirir com o tabaco e águas ardentes que eles nos compram a preço de cavalos de que muito necessitamos”*⁴². No mesmo ano, junto com o socorro enviado para Colónia, José da Silva Pais mandou para o governador Vasconcelos dez rolos de tabaco pesando 106 arrobas, para que, com ele e a aguardente que já tinham mandado, conseguisse dos índios gado e cavalos⁴³.

No ano seguinte, Silva Pais escrevia ao governador Gomes Freire de Andrade que, em Maldonado, entrara em contacto com um cacique minuano, o qual, após receber alguns presentes, prometeu-lhe fornecer gado aos portugueses. Porém, apesar das promessas, os índios tardaram em voltar, dando origem à preocupação de que não passavam de espiões a serviço dos espanhóis⁴⁴.

A fim de conseguir os seus objectivos, os europeus também usavam a tática de jogar uma nação indígena contra a outra, através da incitação de inimizades ancestrais e da entrega de presentes. Em 1720, o governador Manuel Gomes Barbosa informava a Coroa de que tinha oferecido aguardente aos charruas que habitam entre os rios Negro e Uruguai para que o avisassem dos movimentos dos tapes, fazendo-lhes todo o mal que pudessem⁴⁵. Alguns anos mais tarde, por ocasião da expedição portuguesa que pretendeu fortificar Montevideu, Aires de Saídanha de Albuquerque, governador do Rio de Janeiro, escreveu a António Pedro Vasconcelos dizendo-lhe que *“me parece bom ver se podemos agregar os minuanos a nós e incitá-los contra os tapes, favorecendo-os”*⁴⁶.

Ainda em 1721, o governador de Buenos Aires dizia que era *“impossível evitar a comunicação que frequentam os índios minuanos com portugueses e de alguns espanhóis práticos do país refugiados ao abrigo deles”*. Como último recurso, propôs *“valer-se dos índios tapes das doutrinas dos padres da Companhia de Jesus”*. Porém, receava *“que esta gente nas campanhas se acostume a viver na sua liberdade com demasiada licença”*⁴⁷. Realmente, parece que o governador tinha razão em temer que a liberdade dos campos pudesse tentar os missionários a esquecer da disciplina jesuítica que marcava o quotidiano das Missões. Muitos dos índios das patrulhas missionárias não voltariam nunca mais para as reduções e, mesmo apesar do ódio tradicional aos portugueses, os tapes não hesitavam em ajudá-los, quando convenientemente pagos pelos seus serviços.

A colaboração tornou-se evidente durante o cerco a Colónia, iniciado em 1735. No ano seguinte, D. Miguel de Salcedo, governador de Buenos Aires ordenou aos jesuítas que retirassem os seus índios do campo de bloqueio, onde, além de viver em constante atrito com os espanhóis, dedicavam-se *“a introduzir carne na praça, se não de ir de 30 em 30 à nossa vista e voltar da praça com tanta sem-vergonhice de dia claro”*. Salcedo indignava-se dizendo que *“em lugar de ter amigos, parecem por suas operações serem inimigos declarados, pois tiveram a ousadia de sair de noite (...) a atacar a grande guarda nossa; delito que não há forcas bastantes para castigar tal excesso”*⁴⁸.

A instabilidade das relações com os indígenas que, se um dia eram amigos, noutro podiam tornar-se inimigos, através do aliciamento dos espanhóis, era a tônica de um quotidiano tenso, no qual a falta de segurança era uma constante. Aventurar-se pela campanha era correr risco de vida, pois nunca se sabia com quem se podia deparar. Mesmo para os espanhóis, mais firmemente estabelecidos na região, o relacionamento com os índios, era uma situação delicada, pois se os tapes, considerados fiéis vassallos e tradicionais inimigos dos portugueses, podiam eventualmente colaborar com eles, o que dizer então das tribos insubmissas, sempre prontas a colaborar com quem satisfizesse as suas necessidades imediatas?

NOTAS

¹ Ítala I. B. Becker, "El Índio y la Colonización – Charrúas y Minuanes", *Pesquisas*, nº 37, p. 196.

² Ítala I. B. Becker, *op. cit.*, p. 204.

³ Felix de Azara, "La Nación Charrúa", in Álvaro Barros-Lémes (comp.), in *V Centenario en el Río de la Plata*, p. 65.

⁴ As primeiras tentativas dos espanhóis no sentido de submeterem os indígenas da Banda Oriental podem ser consultadas em Pablo Blanco Acevedo, *El Gobierno Colonial en el Uruguay y los Orígenes de la Nacionalidad*, tomo I, pp. 3-22.

⁵ Anibal Barrios Pintos, "Poblamiento y Aspectos Económicos de la Banda Septentrional", in *Análisis del Simposio Comemorativo do Bicentenario da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*, vol. I, p. 213.

⁶ Ítala I. B. Becker, *op. cit.*, p. 32.

⁷ Fernando O. Assunção, "El Gaucho", in *RIHGU*, tomo XXIV, p. 88.

⁸ Ítala I. B. Becker, *op. cit.*, p. 32.

⁹ Citado por Pablo Blanco Acevedo, *op. cit.*, pp. 19-20.

¹⁰ Já o regimento de Tomé de Souza, de 1548, determinava que se devia incorporar os guerreiros das tribos amigas às forças militares da colônia, uma vez que as autoridades coloniais ainda não tinham condições de defender as conquistas unicamente com suas próprias forças. Cf. Pedro Puntoni, "A Arte da Guerra no Brasil. Tecnologia e Estratégia Militar na Expansão da Fronteira da América Portuguesa, 1550-1700", in *Novos Estudos*, nº 53, p. 190.

¹¹ O Regimento de D. Manuel Lobo (1678), in Luís Ferrand de Almeida, "Origens da Colônia do Sacramento", *Separata da Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXIX, p. 119-120.

¹² O Regimento de D. Manuel Lobo (1678), *op. cit.*, p. 121.

¹³ O Regimento de D. Manuel Lobo (1678), *op. cit.*, p. 121.

¹⁴ O Regimento de D. Manuel Lobo (1678), *op. cit.*, p. 120.

¹⁵ Registro do regimento de Sua Majestade sobre a liberdade dos índios carijós, 11 de Outubro de 1691, in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, vol. X, pp. 67-70.

¹⁶ Alvará sobre a liberdade dos índios, 19 de Fevereiro de 1696, in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, vol. X, pp. 70-75.

¹⁷ Carta ao Geral Diogo Lainez, 16 de Abril de 1563, in José de Anchieta, *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões*, p. 196.

¹⁸ Mário Maestri Filho, "Jesuítas e Tupinambás: A Catequese Impossível", in Francisca L. N. de Azevedo e John Manuel Monteiro (orgs.), *Confronto de Culturas: Conquista, Resistência, Transformação*, pp. 213-228.

¹⁹ D. Pedro II a Naper de Lencastre, 10 de Novembro de 1696, in Luís Ferrand de Almeida, *Colônia do Sacramento... op. cit.*, p. 364.

²⁰ Citado por Luís Ferrand de Almeida, *A Colônia do Sacramento... op. cit.*, pp. 176-177.

²¹ Sebastião da Veiga Cabral, "Descrição Geográfica e Coleção Histórica do Continente da Nova Colônia da Cidade do Sacramento", in *RIHGU*, tomo XXIV, p. 19.

²² Luís Ferrand de Almeida, *op. cit.*, pp. 177-180.

²³ Sebastião da Veiga Cabral, *op. cit.*, pp. 19-20.

²⁴ Sebastião da Veiga Cabral, *op. cit.*, p. 164.

²⁵ Sobre as técnicas de conversão adotadas pelos jesuítas na conquista espiritual do Brasil, consultar Serafim Leite, *Breve História da Companhia de Jesus no Brasil (1549-1760)*, pp. 1-37.

²⁶ Angela Domingues, *op. cit.*, p. 92.

²⁷ Pasquale Petrone, *Aldeamentos Paulistas*, pp. 201-221.

²⁸ Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. VI, p. 95.

²⁹ Magnus Mörner, "Os Jesuítas, as suas Missões Guarani..." *op. cit.*, p. 150.

³⁰ Instruções para Manuel Gomes Barbosa tomar posse da Colônia do Sacramento e seu território, in Jonathas da Costa Rego Monteiro, *op. cit.*, vol. 2, pp. 55-57.

³¹ Gomes Barbosa ao rei, 6 de Janeiro de 1718, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 1, doc. 38.

³² Gomes Barbosa ao vice-rei, 12 de Abril de 1718, in *DH*, vol. LXXI, p. 31.

³³ Anibal M. Riveros Tula, *op. cit.*, p. 153.

³⁴ Real cédula de 26 de Maio de 1721, in *Campaña del Brasil*, tomo I, pp. 472-474.

³⁵ Zabala ao rei de Espanha, 31 de Maio de 1724, in Pablo Pastells e F. Mateos, *op. cit.*, pp. 312-313.

³⁶ Consulta do Conselho Ultramarino de 26 de Fevereiro de 1729, in Luis Enrique Azarola Gil, *op. cit.*, pp. 218-220.

³⁷ Consulta do Conselho Ultramarino de 08 de Junho de 1723, IHGB, Arq. 1.1.21, fls. 173-178.

³⁸ Vasconcelos ao rei, 8 de Junho de 1727, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 180.

³⁹ Citado por Anibal M. Riveros Tula, *op. cit.*, p. 160.

⁴⁰ Consulta do Conselho Ultramarino de 23 de Agosto de 1724, in IHGB, Arq. 1.1.21, fls. 277v-279v.

⁴¹ Vasconcelos ao rei, 8 de Junho de 1727, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 180.

⁴² Conde das Galveias a Diogo de Mendonça Corte Real, Secretário de Estado, 6 de Julho de 1736, in Jonathas da Costa Rego Monteiro, *op. cit.*, vol. 2, pp. 87-91.

⁴³ Silva Pais a Martinho de Mendonça, 11 de Março de 1736, in *RIHGRS*, n.º 100, p. 298.

⁴⁴ Silva Pais a Gomes Freire, 2 de Fevereiro de 1737, in Jonathas da Costa Rego Monteiro, *op. cit.*, vol. 2, pp. 106-107.

⁴⁵ Gomes Barbosa ao rei, 5 de Janeiro de 1720, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 1, doc. 59.

⁴⁶ Aires de Saldanha a Vasconcelos, 01 de Novembro de 1723, in *RIHGB*, tomo 32, pp. 5-174.

⁴⁷ Zabala ao rei de Espanha, 2 de Setembro de 1721, in Pablo Pastells e F. Mateos, *op. cit.*, tomo VI, pp. 243-244.

⁴⁸ Ordem de D. Miguel de Saicedo ao Padre Lorenzo Daffe para que se retire com seus índios do sítio de Colónia, 28 de Fevereiro de 1736, in *Manuscritos da Coleção de Angelis*, p. 334.

1.4. – A FUNDAÇÃO DE MONTEVIDÉU

Com o duplo objectivo de dominar a navegação do Rio da Prata e aumentar o controle sobre a campanha, a Coroa portuguesa retomou o velho projecto de fundar uma fortificação em Montevidéu. De facto, desde a conclusão de um tratado de aliança entre Portugal e Espanha, em 1701, pelo qual a Coroa espanhola renunciava a qualquer direito que tivesse sobre as terras de que tratou o Tratado Provisional de 1681, o governo de Lisboa alimentou o desejo de povoar o sítio de Montevidéu.

O plano incluía a construção de uma fortaleza em pedra e cal, feita de acordo com as plantas mandadas de Lisboa. D. Pedro II encarregou o governador militar de Entre-Douro-e-Minho de recrutar 460 homens para guarnecer a nova fortaleza, que seria comandada por um governador que não seria subordinado ao de Colónia. Porém, imprecisões nos termos do tratado que se referiam ao alcance do território cedido aos portugueses e, principalmente, à mudança da orientação política portuguesa, que num primeiro momento buscou a neutralidade e depois entrou na guerra da Sucessão Espanhola contra os Bourbons, foram os principais factores que levaram ao malogro do plano de povoar Montevidéu¹.

1.4.1. – A Expedição de Manuel Freitas da Fonseca

Apesar de repetidas ordens da Coroa espanhola aos governadores de Buenos Aires para que dessem início à fortificação de Maldonado ou Montevidéu, antes que os portugueses o fizessem,

a ordem nunca foi cumprida. Talvez os governadores tenham cedido às pressões dos portenhos, aos quais não interessava povoar a Banda Oriental, já que ela lhes servia como uma gigantesca reserva de gado, onde podiam extrair couros e buscar reses para repovoar as suas estâncias. A criação de novas povoações na região pressupunha a chegada de novos concorrentes na exploração do gado chimarrão. Nesse sentido, para defender os interesses da população e do fisco portenho, os governadores resistiam às ordens de estabelecer povoados na margem norte do Rio da Prata. Mesmo o progresso da redução de Santo Domingo Soriano, na margem esquerda do rio Uruguai, era mais contido do que estimulado pelas autoridades de Buenos Aires².

O projecto de povoar o sítio de Montevideu também enfrentava resistências entre os habitantes de Colónia. O governador Sebastião da Veiga Cabral julgava que o local não contava com um porto conveniente, nem com água e lenha suficientes para sustentar uma povoação. Argumentava então que para ocupar a região em nome de Portugal, bastava a construção de um pequeno forte, com reduzida guarnição. Porém, parece que o governador estava preocupado com o prejuízo que uma nova povoação traria aos vaqueiros de Colónia, já que, a região que vai de Montevideu a Castilhos seria onde se encontravam as maiores manadas de gado chimarrão³.

Entretanto, mesmo contra os interesses locais, fazia-se necessária a criação de fortificações que defendessem a margem norte, a fim de melhor defender o território das ambições da Coroa rival. De 1702 a 1720, os espanhóis fortificaram a redução de Santo Domingo Soriano. Notícias de que pretendiam fazer o mesmo em Montevideu levaram o governador do Rio de Janeiro, Aires de Saldanha, a escrever a António Pedro Vasconcelos, ordenando-lhe que impedisse tal disposição a todo o custo, usando de ameaças, se necessário. Em 29 de Junho de 1723, chegaram ordens de Lisboa para que Aires de Saldanha se antecipsse aos espanhóis, organizando uma expedição para dirigir-se ao Rio da Prata a fim de ocupar o sítio de Montevideu.

A expedição, sob o comando do Mestre de Campo Manuel de Freitas da Fonseca, partiu do Rio de Janeiro, embarcada em

dois navios, em 4 de Novembro de 1723. Era composta de três companhias de veteranos, fazendo o total de 150 soldados, aos quais se acrescentaram mais cem homens, entre degredados, índios e serventes. Para auxiliar a realização do projecto, o governador Vasconcelos deveria mandar cavaleiros para reforçar a infantaria de Freitas da Fonseca, assim como deveria providenciar o gado que fosse necessário para garantir a alimentação dos militares.

Tão logo chegaram à enseada de Montevideu, os portugueses encontraram uma lancha espanhola que não tardou a levar a Buenos Aires a notícia da presença dos lusos na região. Ao tomar conhecimento do ocorrido, o governador D. Bruno de Zabala escreveu a Vasconcelos protestando contra o caso, mas não hesitou em iniciar os preparativos para desalojar os portugueses da nova fundação. Convocou as tropas da província do Rio da Prata e pediu reforços aos governos de Corrientes e Mendoza e aos jesuítas das Missões. Armou ainda dois navios para impedir a comunicação dos homens de Freitas da Fonseca com Colónia e enviou para a guarda de São João 250 cavaleiros. Esse destacamento, sob as ordens do tenente Alonso de la Vega dirigiu-se para Montevideu e, no caminho, devastou as cercanias de Sacramento, arrebanhando gado vacum e cavalar, destruindo plantações e incendiando colheitas e ranchos.

Ao chegar a seu destino, de la Vega enviou emissários a Freitas da Fonseca, intimando-o a abandonar a sua posição. Em resposta, o comandante português alegou o direito de posse de Portugal às terras onde se encontrava. As duas partes prozelavam a discussão enquanto esperavam por reforços. Mas, enquanto o exército missionário já estava a caminho, e os navios de registro procuravam cortar a comunicação fluvial, o governador do Rio de Janeiro encontrava dificuldades de mandar uma nova expedição ao Prata, pedindo para isso a ajuda do vice-rei.

Tendo presente a desvantagem em que se encontrava, frente a forças superiores às suas, Manuel de Freitas da Fonseca decidiu abandonar Montevideu em 19 de Janeiro de 1724. Para Rego Monteiro, parte da culpa pelo fiasco de Montevideu deve ser imputada a Aires de Saldanha, que subestimou o poder dos

espanhóis de, em pouco tempo, reunir um grande exército através da convocação de colonos e indígenas. Também culpou o governador por achar que o pequeno contingente de 150 homens que mandou ao Prata, somados ao reforço de 40 soldados de Colónia seriam suficientes para vencer a resistência dos castelhanos⁴.

Contudo, é necessário ressaltar que o governador do Rio de Janeiro não obteve ajuda das demais capitânias brasileiras, nem da metrópole, para a realização desse delicado empreendimento. Aires de Saldanha comunicou ao rei que, para a expedição de Montevidéu, escolhera os melhores soldados da guarnição do Rio de Janeiro, da qual não se atrevia a tirar mais gente, embora soubesse da sua necessidade, pois a mesma compunha-se de somente seiscentos homens, *"entre os quais há muitos velhos quase estropeados e muitos soldados novos"*.

O fracasso sairia bastante caro aos portugueses, pois, logo após a sua retirada, D. Bruno de Zabala ordenou a construção de uma fortificação no local⁵. A colonização da região ficou sob a responsabilidade de alguns casais de Buenos Aires, aos quais se juntaram, algum tempo depois, casais vindos das ilhas Canárias. Com Montevidéu em poder dos espanhóis, ficava mais fácil cortar a comunicação fluvial e terrestre de Colónia com a América portuguesa. O Conselho Ultramarino logo percebeu o facto, por isso pediu ao rei que fosse posto em prática com a maior prontidão o antigo projecto de criar povoações na costa que ia da ilha de Santa Catarina até a barra do Rio Grande⁷.

1.4.2. – As Consequências da Nova Fundação Espanhola

Aquando da fundação de Montevidéu, o governador de Buenos Aires criou uma companhia de migueletes, cujos cavaleiros foram encarregados de impedir os movimentos dos portugueses na campanha. Com o forte incentivo de ficar com as presas tomadas ao inimigo, os migueletes tornaram-se o flagelo dos campos vizinhos a Sacramento. Em 1725, Vasconcelos escrevia

ao rei que os castelhanos já haviam levado para Buenos Aires dois mil e cem cavalos, capturados das estâncias portuguesas⁸.

Parece que no ano seguinte os ataques diminuíram de intensidade, já que então os portugueses começaram a reorganizar a produção pecuária. Contudo, quando Vasconcelos decidiu implantar uma estância às margens do rio Sauce, não deixou de informar o governador Zabala de que a sua criação lhe era necessária devido à escassez de pastos nas vizinhanças de Colónia. A informação tinha como principal objectivo avisar o governador para que ordenasse aos espanhóis que não molestassem os peões e, aos soldados da guarda de São João, que não fossem courear o gado dos portugueses. Por sua vez, Zabala ordenou-lhe que retirasse os seus homens e gado da região, pois não podia permitir a criação de uma nova povoação nas terras do seu soberano. Como o governador de Buenos Aires deixou de responder à uma nova carta de Vasconcelos, pela qual lhe afirmava que era impossível retirar o gado da região sem graves consequências para a manutenção de Sacramento, deu-se o caso por encerrado⁹. No entanto, segundo uma representação dos moradores ao rei, a manutenção das estâncias só era possível graças à permissão das autoridades espanholas, sendo necessário o pagamento de um tributo para conservá-las¹⁰.

Em 1727, os espanhóis retomaram as represálias contra os habitantes de Colónia que insistiam em aproveitar os recursos da campanha. Então, Zabala informou ao rei da Espanha ter tomado aos portugueses 1.200 vacas e 150 cavalos¹¹. No mesmo ano, António Pedro de Vasconcelos escreveu à Coroa sobre a chegada de doze casais para iniciar a povoação de Montevidéu, em cujas proximidades os espanhóis tomaram aos portugueses treze carretas carregadas de couros e oitenta juntas de bois. Apesar do protesto de Vasconcelos, o governador de Buenos Aires restituiu somente os sete negros que as guiavam.

O Conselho Ultramarino não deixou de avaliar correctamente os prejuízos trazidos pela nova fundação castelhana, *"a qual necessariamente há de impedir o uso da campanha aos nossos e sem ela totalmente fica inútil a nova Colónia"*. Por isso

aconselhou o rei para que ordenasse a criação urgente de novas povoações entre a ilha de Santa Catarina e o Rio Grande de São Pedro, sem deixar de reconhecer a conveniência de "ocupar a ilha de Maldonado, porque nesta forma ficará bloqueada Montevideú, e Vossa Majestade senhor da entrada do Rio da Prata¹²". Contudo, a fundação de Rio Grande foi adiada até 1737, quando o governo de Lisboa foi forçado a agir em resposta ao ataque espanhol contra a Colónia do Sacramento.

Enquanto a Coroa portuguesa hesitava em retornar a sua política de ocupação da região platina depois do revés de Montevideú, aumentavam as pressões espanholas para restringir o acesso dos portugueses à campanha. Em 1729, Zabaia escreveu a Vasconcelos para que ordenasse o abandono das estâncias, que então se estendiam até as proximidades da guarda de São João, a oeste, e já ultrapassavam a outra margem do rio Rosário, a leste de Colónia¹³. Como as estâncias foram mantidas até à chegada das tropas do governador Salcedo, em 1735, supõe-se que Vasconcelos deve ter tratado de subornar as autoridades espanholas, como denunciavam os moradores numa representação a D. João V.

Os habitantes da Colónia do Sacramento, também se queixavam de que, desde a fundação de São Filipe de Montevideú, estavam privados do comércio de couros com os espanhóis que viviam na campanha. As constantes patrulhas que saíam de Montevideú e da guarda de São João, assolavam os campos, queimando couros e sebo e confiscando gado, cavalos e carretas. Os portugueses que caíam nas mãos dos inimigos só voltavam à liberdade após a chegada de ordens do governador de Buenos Aires nesse sentido. Ainda assim, os soldados só libertavam os prisioneiros depois de lhes roubarem até as roupas¹⁴.

Mesmo quando as patrulhas castelhanas não confiscavam os couros extraídos pelos portugueses, exigiam propina para deixá-los passar com a carga, como se vê na descrição que os comerciantes José Meira da Rocha e Damião Nunes de Brito fizeram da situação vivida pelos comerciantes em 20 de Setembro de 1733:

"Os couros puseram-se de repente a 750 réis a dinheiro por chegar aqui notícia que nessa se preparava um navio em direcção para esta, e o pior é que nem assim aparecem por razão de estar o gado já quase de todo acabado, e o pouco que aparece é lá sobre Castilhos que dista desta praça para cima de 150 léguas, e nem lá escapa porque mesmo lá se vai perseguir, e matar gastando os carros que conduzem os couros para cima de dois meses a chegar a esta praça com grande despesa feita com guardas castelhanas para concederem licença, e nem assim deixaram de tomar este ano para cima de 160 carros com bois, e tudo o mais dos moradores desta povoação que ficaram arrastados, e a maior parte deles incapazes de levantar mais a cabeça, que a tudo está sujeito, e muito mais quem vive em presídio tão fraco, e de pouca força como este¹⁵".

Do relato, também ficamos a saber que a intensa exploração do gado selvagem efectuada por portugueses, espanhóis, gaúchos, índios reduzidos e livres, somada ao ataque de feras selvagens e dos cães chimarrões, havia reduzido sensivelmente o número de manadas chimarronas no sudoeste da Banda Oriental. Entretanto, no mesmo ano o *cabildo* de Buenos Aires propunha vedar a venda de couros aos ingleses, tendo em vista falta de gado nas campanhas das duas margens do Rio da Prata¹⁶.

As exigências dos *asientistas* e a concorrência portuguesa conduziram a uma importante mudança nos métodos de exploração do gado selvagem, pois, se, até princípios do século XVIII, as expedições de caça só recolhiam reses durante dois meses por ano, agora as caçadas prosseguiram durante o ano inteiro, sem interrupção¹⁷.

O aspecto predatório da exploração do gado chimarrão impedia a reprodução natural da espécie, pois além da carnificina realizada nas vacarias para a extracção de couros, os bezeros não resistiam às longas marchas a que eram submetidas as manadas arrebanhadas para repovoar as estâncias¹⁸.

As vacarias deslocavam-se, então, cada vez mais para o leste, na direcção de Castilhos, onde o controle espanhol, através da guarnição de Montevideu, era mais efectivo. Com a extinção do gado chimarrão nas terras próximas a Colónia, diminuíram os conflitos entre portugueses e espanhóis nas suas vizinhanças. Segundo o governador Vasconcelos, em 1731, viviam *“neste país mui pacificamente os vassallos de ambas as Coroas por haver cessado o motivo das perturbações no campo, extinguindo-se o gado ou, ao menos, retirando-se para parte que faz impracticável a condução dos carros¹⁹”*.

De facto, com o deslocamento das vacarias para o leste, diminuiu a presença dos portugueses na caça ao gado selvagem e aumentou a dependência dos negociantes com relação aos coureadores espanhóis, já que o perigo de ser preso e ver a mercadoria apreendida era muito maior nas proximidades de Montevideu. Contudo, a situação viria a deteriorar-se em princípios de 1735, quando o novo governador de Buenos Aires, seguindo as ordens da Coroa espanhola, tentou impor à força a delimitação do território com base no alcance de um tiro de canhão. Em Fevereiro, Vasconcelos queixava-se ao rei de que as tropas da guarda de São João atravessavam as estâncias portuguesas quando se dirigiam a Montevideu e que aumentara a vigilância contra as embarcações portuguesas que frequentavam a margem oposta do Prata²⁰.

A pressão exercida pelos espanhóis crescia constantemente, como parte dos preparativos para o ataque ao estabelecimento português. Em Maio, José Meira da Rocha escrevia ao comerciante lisboeta Francisco Pinheiro avisando-lhe *“que de nenhum modo carregue para aqui coisa alguma porque está isto tão miserável que nem sequer lenha nos deixam os castelhanos tirar da campanha, tomando para seu poder todos os carros e escravos que a vão buscar, e mandando dizer depois aqui vergonhosíssimas graças e chascos²¹”*.

1.4.3. – A Cavalaria, uma Arma Indispensável na Pampa

As tácticas de guerra no Prata diferiam bastante das utilizadas nos outros recantos da América portuguesa, constituindo mais um ponto específico na história da Colónia do Sacramento. O espaço físico da campanha, formado por extensos campos com pouca arborização, exigia o emprego da cavalaria à nação que pretendesse assegurar o domínio da Banda Oriental. Além da vantagem militar, o uso dos cavalos fornecia o meio de locomoção indispensável para localizar e perseguir as manadas de gado chimarrão.

O governador Manuel Gomes Barbosa mostrou, já em 1718, conhecer a importância da cavalaria na região platina, dizendo que, em Colónia, era melhor um regimento de Dragões que um terço de infantaria, pois *“quem tiver mais cavalaria será senhor da campanha, em razão da muita gente que há de retirar gado às escondidas²²”*. Gomes Barbosa tratou logo de equipar os seus homens com montarias suficientes para iniciar a exploração da campanha. Em 1718, informava o rei que os índios minuanos lhe venderam muitos cavalos²³ e, no ano seguinte, relatava que, além dos 510 cavalos que tinham sido furtados pelos tapes de diversos proprietários, a guarnição contava então com 1.825 cavalos²⁴.

O seu sucessor, António Pedro de Vasconcelos, antes mesmo de assumir o governo de Colónia em 1722, escrevia, do Rio de Janeiro, à Coroa dizendo *“depende a conservação e aumento da dita Colónia de haver nela um corpo de cavalaria, reduzindo-se toda a sua guarnição a um regimento de Dragões de seiscentos homens²⁵”*. Embora, no mesmo ano, o rei passasse uma provisão ao governador do Rio de Janeiro, ordenando-lhe que desse o suporte financeiro necessário para que António Pedro de Vasconcelos procedesse à criação de um regimento de Dragões em Sacramento, a medida não chegou a concretizar-se²⁶.

O pequeno regimento de cavalaria de Colónia, organizado por Gomes Barbosa, foi desbaratado durante os conflitos com os espanhóis por ocasião da fundação de Montevideu. Para reconstituir o regimento, o governador Vasconcelos comprou oitocentos

cavalos em 1726. Nessa ocasião não recorreu aos índios e sim aos espanhóis, que forneciam animais já domesticados. Vasconcelos também procurou racionalizar o uso das montarias, que foram mantidas sob a guarda de um cabo e quatro soldados, encarregados de impedir a retirada de qualquer animal sem a ordem do governador.

Após o fim de cada missão, os cavalos requisitados deveriam ser devolvidos à estância. Os militares que não devolvessem a montaria que haviam retirado estavam sujeitos a ter o valor do animal extraviado, descontado no seu soldo. Segundo António Pedro de Vasconcelos, tal rigor era necessário para a manutenção da cavalaria, pois, antes da adopção dessas medidas, era tão grande o descontrole que os capitães ficavam por vezes impedidos de realizar alguma missão por falta de montarias²⁷.

De facto, não era fácil guardar grandes quantidades de animais numa área tão extensa como as campanhas da Banda Oriental, onde os campos ainda não estavam cercados, sendo, portanto, difícil garantir a propriedade do gado bovino e equino. Já Manuel Gomes Barbosa tivera de suportar acusações contra seu governo por castigar certos homens que tomavam cavalos alheios para ir à campanha, devolvendo-os depois completamente estropiados²⁸.

Entretanto, parece que as explicações de Vasconcelos não foram suficientes para convencer o rei, pois foi severamente repreendido pelos gastos feitos. Argumentou, então, que a despesa era absolutamente necessária porque, sem cavalos, não podia fazer o serviço da praça, alertando para as diferenças dos costumes equestres platinos em relação aos da Europa. Dizia que, enquanto em Portugal bastava uma montaria para cada homem, no Prata eram precisos mais de doze, já que ali ninguém tinha o costume de andar a pé. Mostrava o seu zelo pelo património real acrescentando que ainda mantinha o mesmo número de cavalos que havia comprado, ao contrário dos particulares, que estavam sempre a comprar novos cavalos devido às constantes perdas de animais²⁹.

A preocupação da Coroa em conter os gastos, numa área tão essencial à manutenção da segurança, não podia deixar de

prejudicar seriamente todo o esforço feito até então para desenvolver o povoamento da Colónia do Sacramento. Em princípios da década de 1730, os moradores fizeram uma petição ao rei para que fossem criadas mais duas tropas de cavalaria em Colónia. O monarca pediu, então, o parecer do governador Vasconcelos, o qual voltou a aconselhar a criação de um regimento de Dragões a fim de se manterem as campanhas *"limpas de índios e de outras nações"*³⁰.

No entanto, a criação do regimento de Dragões em Colónia seria constantemente postergada até que estourou um novo conflito com os espanhóis, quando a sua ausência do campo de batalha colocou os portugueses em situação de desvantagem em relação aos inimigos. Cristóvão Pereira de Abreu, encarregado pelo governador de São Paulo de socorrer Colónia por terra durante o sítio de 1735-1737, criticou o facto de que a estratégia portuguesa para salvar Sacramento se concentrava unicamente na actividade da marinha. Argumentava então que, sem o domínio do interior, *"pouco importará conservar a Colónia e ganhar Montevideo sem termos cavalos com que nos façamos senhores da campanha, que o inimigo facilmente pode conservar e ter-nos em dois currais"*³¹.

Entretanto, parece que a concentração do esforço de guerra nas operações marítimas não se devia à falta de visão dos estrategas portugueses, mas sim à falta de homens para organizar um maciço ataque terrestre. Os paulistas, que eram os homens a quem a Coroa sempre recorria quando precisava de gente para desbravar o sertão, estavam dispersos pelas minas. Mesmo que o conde de Sarzedas tivesse conseguido recrutar mais do que os cento e sessenta homens que se juntaram a Cristóvão Pereira de Abreu³², não seria possível formar bons cavaleiros num breve espaço de tempo, uma vez que, segundo o brigadeiro José da Silva Pais, as lides do campo levam muitos meses para ser apreendidas³³.

Porém, como a superioridade dos espanhóis era muito grande em terra e a concentração dos esforços na marinha não apresentava os resultados esperados, a Coroa decidiu reorganizar as suas forças terrestres no Prata. Em Dezembro de 1736 o

conde de Assumar, que então ocupava o cargo de "Mestre de Campo General dos Exércitos com o governo da Cavalaria e director do Reino"³⁴, respondia a uma consulta do cardeal da Mota, sobre a formação de um corpo de Dragões na Colónia do Sacramento dizendo que: "*sempre entendi que eram mais convenientes os Dragões naquela praça, que em qualquer outra*"³⁵.

O regimento de Dragões de Colónia foi finalmente criado através de uma provisão régia em 1737. Deveria constituir-se de um corpo de cavaleiros cujo núcleo básico seria composto por uma companhia de Dragões de Minas Gerais, para o qual seguiriam oficiais recrutados na metrópole, sob a chefia do coronel Diogo Osório Cardoso. Segundo os seus idealizadores, esse corpo deveria possuir uma grande mobilidade táctica e capacidade de improvisação, devendo até mesmo lutar como um corpo de infantaria se fosse necessário³⁶.

Na fragata Nossa Senhora da Boa Viagem, que chegou a Sacramento no primeiro de Setembro de 1737 com a notícia do armistício assinado em Paris, que pôs fim ao cerco espanhol iniciado dois anos antes, chegaram os oficiais portugueses destinados à formação do regimento de Dragões de Colónia. Porém a chegada de Diogo Osório Cardoso, nomeado coronel comandante do futuro regimento, acompanhado de dois capitães, um ajudante, quatro alferes e cinco sargentos provocou a reacção negativa dos militares que serviam em Colónia, que pretendiam os mesmos postos. O governador Vasconcelos procurou remediar a situação propondo para as vagas restantes os nomes de alguns deles, mas, em todo o caso, a formação do novo regimento não se concluiu, pois a medida fora tomada tarde demais.

O estreito bloqueio espanhol que foi mantido até à conquista definitiva da fortaleza, em 1777, cortou a livre comunicação dos portugueses com a campanha, impedindo a aquisição dos cavalos e mesmo o acesso às pastagens necessárias para alimentá-los. António Pedro de Vasconcelos sugeriu, então, que o regimento de Dragões recém-criado fosse transferido para o novo estabelecimento de Rio Grande, solução que foi aceite pelo General Gomes Freire de Andrade, que mandou embarcar os Dragões ao novo destino³⁷.

O bloqueio, mantido após o armistício, impediu o retomar da expansão na campanha e mostrou à Coroa que o domínio do interior era crucial para a manutenção de Colónia. Em 1737, quando chegou ao Brasil a notícia de que os representantes de Espanha e Portugal se preparavam para assinar o armistício em Paris, o governador interino de Minas Gerais preocupava-se com o futuro de Colónia, caso permanecesse o bloqueio espanhol, comparando a sua situação à de Mazagão, em Marrocos, onde os portugueses viviam num espaço restrito³⁸. Para evitar isso, aconselhou o general Gomes Freire de Andrade a ter o máximo cuidado durante as negociações com os espanhóis em Sacramento, sugerindo-lhe mesmo o suborno dos representantes de Espanha, "*porque conservar um quarto de légua mais, ou menos, pode ser escusa de se haver de perder ou conservar a Colónia*"³⁹.

Ainda em 1741, através de Sebastião José de Carvalho, futuro marquês de Pombal, a Coroa portuguesa fez apresentar na corte de Londres um ofício no qual reafirmava enfaticamente que toda a margem norte do Rio da Prata fazia parte do território de Sacramento. Lembrava ainda que o domínio português começava nas proximidades de Colónia até ao Rio Grande de São Pedro, reivindicação que a Coroa inglesa sempre deveria sustentar, pois ela sempre prestara o seu apoio a Portugal durante os tratados nos quais a Espanha restituía o território da Colónia do Sacramento ao soberano lusitano⁴⁰.

NOTAS

¹ Luís Ferrand de Almeida, *A Colónia do Sacramento...*, op. cit., pp. 210-236.

² Alberto Zum Felde, *Proceso Histórico del Uruguay*, pp. 16-17.

³ Luís Ferrand de Almeida, *A Colónia do Sacramento...*, op. cit., pp. 220-222.

⁴ Jonathas da Costa Rego Monteiro, op. cit., vol. I, pp. 182-192.

Sobre a expedição de Manuel de Freitas da Fonseca, consultar "Documentos relativos à Colónia do Sacramento, Montevideu, Buenos Aires, e prisão de fabricantes de moeda falsa, etc." in *RIHGB*, tomo 32, pp. 5-174.

⁵ Aires de Saldanha ao rei, 30 de Setembro de 1723, in *RIHGB*, tomo 32, p. 23.

⁶ Em Outubro de 1725, em Montevideu encontravam-se cento e vinte soldados espanhóis e trezentos índios das missões jesuíticas, encarregados dos trabalhos de fortificação do local. Cf. Consulta do Conselho das Índias de 23 de Novembro de 1726, in Pablo Pastells e F. Mateos, *op. cit.*, tomo VI, p. 523.

⁷ Consulta do Conselho Ultramarino de 07 de Fevereiro de 1728, in *DH*, vol. XCVI, pp. 26-27.

⁸ Consulta do Conselho Ultramarino de 25 de Janeiro de 1726, in IHGB, Arq. 1.1.21, fls. 346-347v.

⁹ Vasconcelos ao rei, 4 de Maio de 1726, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 2, doc. 158.

¹⁰ Representação dos povoadores da Colónia do Sacramento, AHU, *Rio de Janeiro*, cx. 33, doc. 7695.

¹¹ Aníbal M. Riveros Tula, *op. cit.*, p. 163.

¹² Consulta do Conselho Ultramarino de 07 de Fevereiro de 1728, in IHGB, Arq. 1.1.26, fl. 41.

¹³ Consulta do Conselho Ultramarino de 19 de Abril de 1730, in IHGB, Arq. 1.1.26, fls. 67-71v.

¹⁴ Representação dos povoadores da Colónia do Sacramento, AHU, *Rio de Janeiro*, cx. 33, doc. 7695.

¹⁵ José Meira da Rocha a Francisco Pinheiro, 20 de Setembro de 1733, in Luís Lisanti, *Negócios Coloniais*, vol. 4, p. 361.

¹⁶ Em 1733, de um total de 380.818 couros exportados do Prata, 184.505 saíram de forma clandestina. Cf. Elena F. S. Studer, *op. cit.*, p. 221.

¹⁷ Magnus Mörner, "Os Jesuítas, as suas Missões Guarani...", in *op. cit.*, p. 147.

¹⁸ Carlos Machado, *Historia de los Orientales*, tomo 1, p. 15.

¹⁹ Vasconcelos ao rei, 5 de Abril de 1731, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 2, doc. 226.

²⁰ Vasconcelos ao rei, 27 de Fevereiro de 1735, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 3, doc. 303.

²¹ Meira da Rocha a Francisco Pinheiro, 30 de Maio de 1735, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 388.

²² Gomes Barbosa ao marquês de Angeja, 12 de Abril de 1718, in *DH*, vol. LXXI, p. 31.

²³ Gomes Barbosa ao vice-rei, 12 de Abril de 1718, in *DH*, vol. LXXI, p. 31.

²⁴ Corcino M. dos Santos, *Economia e Sociedade do Rio Grande do Sul*, pp. 6-7.

²⁵ Consulta do Conselho Ultramarino de 14 de Março de 1722, in IHGB, Arq. 1.1.21, fls. 78-81v.

²⁶ Provisão real a Aires Saldanha, 3 de maio de 1722, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 1, doc. 73.

²⁷ Vasconcelos ao rei, 4 de Maio de 1726, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 2, doc. 158.

²⁸ Certificado de António Rodrigues Cameiro sobre o governo de Manuel Gomes Barbosa, 12 de Janeiro de 1720, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 1, doc. 58.

²⁹ Curiosamente, desta vez, Vasconcelos faz referência a setecentos cavalos, enquanto na carta anterior falava em oitocentos. Cf. Carta de Vasconcelos ao rei, 5 de Junho de 1727, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 2, doc. 178.

³⁰ Vasconcelos ao rei, 20 de Abril de 1731, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 2, doc. 232.

³¹ Cristóvão P. de Abreu a Gomes Freire, 8 de Novembro de 1736, in RIHGB, n.º 109 a 112, pp. 16-17.

³² Affonso de E. Taunay, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, vol. 8, pp. 509-513.

³³ Silva Pais a Gomes Freire, 21 de Março de 1737, in RIHGB, tomo 32, p. 121.

³⁴ Manuel Artur Norton, *D. Pedro Miguel de Almeida Portugal*, p. 80.

³⁵ Resposta da consulta feita pelo cardeal da Motta ao conde de Assumar sobre a formação de um Corpo de Dragões na Colónia do Sacramento, Évora, 12 de Dezembro de 1736, in ARC, Reg. 304, 11.1, Tl. doc. 2, pp. 3-17.

³⁶ Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, p. 92, nota 18.

³⁷ Jonathas da Costa Rego Monteiro, *op. cit.*, vol. I, pp. 333-334.

³⁸ Martinho de Mendonça a Gomes Freire, 18 de Julho de 1737, in RAPM, vol. II, pp. 446-447.

³⁹ Martinho de Mendonça a Gomes Freire, 20 de Julho de 1737, in RAPM, vol. II, p. 448.

⁴⁰ Ofícios que o conde de Oeiras passou em Londres ao duque de Newcastle em Maio de 1741 in BNL, Reservados, *Colecção Pombalina*, 638, fls. 500-501.

1.5. – O CONTROLE DAS VIAS DE COMUNICAÇÃO

Outra maneira de se obter o domínio sobre a Banda Oriental era garantir o controle das ligações entre o território da Colônia do Sacramento e os demais núcleos de ocupação na América portuguesa. Se era possível chegar-se a Colônia por terra, o caminho era muito longo e a falta de povoações na extensa região que ia de Laguna ao Rio da Prata tornava essa via de acesso uma autêntica aventura que era deixada a cargo dos sertanistas mais experientes. Portanto, desde a sua fundação, Sacramento sempre dependeu das comunicações marítimas com o Rio de Janeiro e Lisboa. Se a navegação marítima não era segredo para os portugueses, a navegação no Rio da Prata exigia uma série de precauções devido às particularidades desta grande massa d'água.

1.5.1. – A Navegação no Rio da Prata

Incorrectamente chamado de rio, o Prata é na verdade um gigantesco estuário que mede cerca de 350 km de comprimento. Entre Colônia e Buenos Aires, a sua largura aproxima-se a 40km, chegando a 180 km entre Punta del Leste e Punta Rasa, onde atinge a sua amplitude máxima. Contudo, apesar da espantosa massa d'água, o estuário é pouco profundo, apresentando diversos bancos de areia que são perigosíssimos para a navegação¹. Por causa dessas características, a navegação no Prata exigia o emprego de embarcações de pequena tonelagem, adaptadas à navegação em pouca profundidade, ao mesmo

tempo que também era necessário o emprego de *práticos* que soubessem a localização dos canais que levavam aos portos do estuário.

Antes mesmo da fundação de Buenos Aires, os portugueses serviam como *práticos* da navegação platina e, especialmente durante o período da União Ibérica, continuaram a ser contratados pelos espanhóis para esse serviço. Segundo Alice Piffer Canabrava, uma das razões pelas quais os portugueses se destacaram nessa actividade é que, graças à relativa proximidade do Prata com os portos do Brasil, puderam contar com as pequenas embarcações empregues na navegação de cabotagem do litoral brasileiro. Essa era uma grande vantagem dos portugueses em relação aos navegantes de outras nações, que pretendiam navegar no estuário platino com os grandes navios com que tinham cruzado o Atlântico².

Depois da fundação de Montevidéu, o seu porto tornou-se parada obrigatória para os navios espanhóis que chegavam da Europa rumo a Buenos Aires, pois ali deveriam receber a bordo o *prático* encarregue de guiar o navio até ao seu destino³. Mas, mesmo antes do seu povoamento, Montevidéu, último ponto do Rio da Prata onde a navegação para os grandes navios podia ser feita com relativa segurança, era visitada pelos *práticos* que esperavam pelos navios vindos da Europa. Em 1721, o tenente Manuel Félix Correia foi por terra até Montevidéu esperar a chegada da nau Santa Catarina, vinda de Lisboa com gente e mantimentos para Colónia, a qual conseguiu guiar até ao seu destino sem maiores problemas⁴.

Como na navegação platina a orientação baseava-se em pontos visíveis, a navegação nocturna era desaconselhada. As tentativas nesse sentido geralmente resultaram em desastre. Por isso, em 1726, o governador de Colónia, António Pedro de Vasconcelos, pediu ao vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses que proibisse todos os mestres de embarcações do Brasil, que se dirigissem a Sacramento, de navegar no Rio da Prata durante a noite. Como exemplo do prejuízo em que podia resultar a navegação nocturna citava o encalhe, no banco inglês, de uma charrua que vinha do Rio de Janeiro, carregada com tecidos e farinha⁵.

Completava dizendo que, antes dela, perderam-se quatro outras embarcações "*por navegarem de noite (...) porque este rio é um mar sem água, e o práctico só de dia pode acertar*"⁶.

A mesma situação voltou a repetir-se em 1736, quando uma charrua com destino ao Rio de Janeiro e carregada com 10.210 couros de touro e 127 de vaca, encalhou no mesmo banco de areia. Segundo o governador Vasconcelos, o "*capitão, fiado em ser homem do mar, seguiu a barbaridade de velejar de noite*"⁷. José Fernández Romero, autor de uma "instrução" sobre a navegação do Prata, também não deixou de avisar os viajantes dos perigos acarretados pela navegação nocturna, citando como exemplo o encalhe de seis navios portugueses (entre 1723 e 1727) que tiveram a temeridade de navegar à noite⁸.

A fim de impedir novos encalhes em consequência da navegação nocturna, em 1728, o governador do Rio de Janeiro obrigou os capitães dos navios que demandavam ao porto de Sacramento a assinar um documento em que se comprometiam a pagar dois mil cruzados de multa no caso de navegar no Rio da Prata durante a noite. Embora o próprio governador duvidasse de que essa medida impedisse novos acidentes, uma vez que o risco de perda dos navios e suas cargas não compelia os capitães à prudência, não deixou de exigir que os mesmos lhe trouxessem de Colónia um atestado de que haviam navegado somente durante o dia na viagem de ida, comprometendo-se a fazer o mesmo na viagem de retorno⁹.

Outros perigos que ameaçavam a navegação no Rio da Prata eram a imprevisibilidade das marés e força dos ventos que assolavam a região. O estuário platino está submetido a fortes ventos, especialmente o do sudeste (*sudestada*) e o do sudoeste (*pampero*), extremamente perigosos para a navegação à vela. Ventanias imprevistas podiam atirar as embarcações contra a margem norte, conhecida como "a costa do carpinteiro" por receber os restos dos navios naufragados¹⁰.

A fúria das tempestades marítimas, que lançavam as embarcações ao sabor dos ventos e das ondas era fatal no Prata, onde a navegação não podia deixar os canais sem correr o risco de chocar com recifes e bancos de areia¹¹. A própria ancoragem oferecia

problemas e, por isso, Fernández Romero aconselhava que *“sempre que se dê fundo neste rio, será com a maior e melhor âncora que o navio tenha”*¹². William Toller, tripulante do primeiro navio do *asiento* inglês a chegar a Buenos Aires, acrescentava que era preciso levar ao Prata âncoras mais pesadas do que as que eram normalmente utilizadas noutras paragens¹³.

Além do perigo de naufrágio, os ventos fortes podiam aumentar em vários dias uma viagem. Francisco Miliou escrevia, em 1772, que fortes ventos contrários podiam fazer uma viagem de lancha entre Montevideú e Buenos Aires, que normalmente durava entre dezesseis e vinte horas, estender-se de seis a oito dias ou até mais. Se os navios podiam fazer o mesmo trajecto em três ou quatro dias, com ventos contrários podiam demorar de quinze a trinta dias para chegar a seu destino¹⁴. Concolorcorvo confirma o relato de Miliou dizendo que, com vento favorável, fazia-se a viagem entre Montevideú e Buenos Aires em cerca de 24 horas, mas, com ventos contrários, a mesma podia durar até quinze dias. Por isso, aconselhava que, antes de deixar o porto de Montevideú, a lancha fosse provida de alimentos suficientes para enfrentar quatro ou cinco dias de navegação¹⁵.

Nem mesmo o porto de Colónia oferecia abrigo suficiente aos navios durante as tempestades mais fortes, como a descrita pelo governador Vasconcelos que, na noite de 18 para 19 de Setembro de 1746, lançou contra a costa sete embarcações¹⁶.

Mas, se o porto de Sacramento não estava seguro contra a força dos ventos que frequentemente assolavam o Rio da Prata, a situação do porto de Buenos Aires era ainda pior, já que, devido à costa baixa, os navios não podiam aproximar-se da margem, pois o mesmo não contava com a protecção que a enseada de Colónia podia proporcionar contra os ventos mais fracos.

A frota em que viajava o padre Cattaneo teve de permanecer ancorada por quatro dias ao largo de Buenos Aires, pois o vento pampeiro impediu o desembarque. Não admira que o jesuíta não visse outra vantagem no local onde a cidade foi fundada do que a segurança contra o ataque de qualquer potência marítima europeia, devido às dificuldades de navegação e atracagem¹⁷.

Em condições favoráveis, as distâncias a partir de Colónia, em tempo de viagem numa embarcação à vela, eram aproximadamente as seguintes: menos de um dia para chegar a Buenos Aires, dois dias para Montevideú, sete para Santa Catarina e quatorze para o Rio de Janeiro¹⁸. A viagem de Lisboa para Sacramento levava entre dois meses e meio e três, sendo aconselhável partir em Setembro para chegar ao Prata em princípios de Janeiro, quando começa o verão austral¹⁹. Partindo do Rio de Janeiro, a melhor época para viajar para Colónia era em fins de Fevereiro e no mês de Março. A volta devia ser feita em Abril para chegar antes da partida da frota do Rio, que seguia para Lisboa em fins de Junho²⁰.

Graças aos jesuítas, contamos com interessantes relatos de viagem que nos mostram como as dificuldades de navegação no Rio da Prata eram enfrentadas pela tripulação dos navios. O padre jesuíta Florián Paucke, que chegou à Colónia do Sacramento em 29 de Dezembro de 1748, a caminho das missões do Paraguai, vinha a bordo de um navio português em companhia do padre Ladislau Oros e outros jesuítas²¹.

Em seu relato de viagem, Paucke escreveu que assim que o navio entrou no Rio da Prata o capitão ordenou que dia e noite uma sentinela se mantivesse no mastro para observar os eventuais perigos à navegação²².

Porém, os problemas enfrentados pelos viajantes não se restringiram às dificuldades naturais apresentadas pela navegação do rio, mas também à falta de experiência do práctico que conduzia a embarcação. Sigamos o relato do padre Paucke:

“Tínhamos conosco um practicum como perito desta região, porém suas practiquem [práticas] deram a conhecer puras páticas (sic), pois não sabia onde estava e para onde devia navegar e guiar o barco e assim mesmo tomou baixo sua direcção a derrota do navio. Em vista e consideração de um guia tão inexperto e – poderia dizer-se – cego, o perigo e os sustos que passamos foram grandes. Nós desejávamos que o capitão comandasse em pessoa, porém, como já relatei, o capitão não deve

intrometer-se e deve deixar fazer o que dito practicus (sic) estime conveniente²³”.

Imagina-se o desespero da tripulação ao verificar que, apesar da inabilidade do prático, nem mesmo o capitão podia interferir no seu serviço! Em regiões de difícil navegação, como o Rio da Prata, recorria-se ao auxílio de um prático, que então assumia as atribuições do piloto do navio, cuja autoridade era inquestionável, mesmo quando vinha acrescentada de inexperiência e de teimosia²⁴. A presença de práticos na navegação platina era indispensável às embarcações que partiam em direcção a Sacramento e por isso, já em 1703, o governador-geral do Brasil, D. Rodrigo da Costa, ordenou às autoridades do Rio de Janeiro que tivessem sempre práticos à sua disposição, a fim de impedir a demora nas expedições de socorro a Colónia²⁵.

Embora, segundo o padre Diogo Soares, houvesse entre os portugueses práticos com a experiência de mais de trinta viagens ao Rio da Prata²⁶, mesmo o mais hábil deles tinha dificuldades em guiar um navio naquele rio, onde os canais eram inconstantes, alterando-se de acordo com a crescente anual do rio Paraná, que leva ao estuário um grande volume de sedimentos, responsáveis pela formação dos bancos sub-fluviais²⁷. Não admira que o prático que conduzia o navio em que viajava o padre Cattaneo, em 1729, se referisse ao Prata como o “Inferno²⁸”!

Ainda assim, era grande a responsabilidade do prático, que podia sofrer as consequências de seguir uma rota errada. Em 1718, o prático da nau capitânia da pequena frota que conduzia os casais transmontanos fugiu depois desta ir a pique nas proximidades de Colónia²⁹. Mesmo seguindo a instrução dos práticos, um dos navios da frota portuguesa que em 1736 foi em socorro a Sacramento, ficou três dias encalhado num banco de areia, o que levou o comandante a comentar que *“tanto creio eu nos práticos como em Maomé, nada do que têm dito achei certo³⁰”*. A única solução que se apresentava para solucionar esse problema era iniciar a sondagem do fundo do rio. Ainda segundo o relato do padre Paucke:

“Começaram a lançar a sonda para reconhecer quantas braças d’água tinha o navio e que classe de fundo havia por debaixo d’água.

A sonda era de chumbo, tinha na parte de baixo um grande oco que estava cheio de sebo. Ao lado direito, fora do navio, estavam parados dois marinheiros com tais sondas; lançavam-nas cada três ou quatro minutos e gritavam: tantas e tantas braças d’água! Depois, segundo estas, deve dirigir-se ao capitão, que necessitava saber quantas braças d’água o seu barco precisa para flutuar. O motivo do oco da parte de baixo da sonda que foi preenchido com sebo é que se reconheça sobre qual fundo se navega; deste, à caída da sonda, fica pendente algo no sebo, seja ele barro ou areia e se o navio começa a assentar-se sobre esta, não há ninguém capaz de salvá-lo, pois uma vez que pare, o mar atira de contínuo mais areia contra ele e enterra tanto mais fortemente o navio no fundo³¹”.

Um relato parecido foi-nos dado pelo padre jesuíta António Sepp, que partiu de Cádiz no dia 17 de Janeiro de 1691, e chegou ao porto de Buenos Aires em 6 de Abril. A longa viagem, feita sem escalas, teve todos os incómodos dos quais os viajantes não deixavam de se queixar³². O padre Sepp conta-nos que a entrada dos navios no estuário platino trazia certas dificuldades e por isso o navio não seguiu a toda vela, mas bem devagar. A partir de Maldonado, não se podia navegar à noite porque o piloto precisava de dirigir o navio sempre no meio do canal, pois, se se desviasse, havia o risco de encalhar num banco de areia³³. Iniciava-se então uma navegação cuidadosa, admiravelmente descrita pelo padre Sepp:

“Para nos desviarmos desses bancos de areia, quatro homens sondaram hoje incessantemente o fundo de ambos os lados do navio e observaram a correnteza, ocasião em que a camada de cera da sonda revelava a

conformação do fundo. Os resultados das suas medições eram gritados em alta voz aos outros marinheiros e soava da seguinte maneira: 'Vinte e uma e meia braças, lama! – Dezoito braças, areia! – Vinte e uma braças, chão duro! – Dezenove braças – cenosidade!' – Os capitães tinham o máximo cuidado para que os navios também velejassem em linha recta e não se desviassem, o que num rio de 70 milhas mui facilmente se podia dar⁸⁴”.

Seguimos esses relatos de viagem na convicção de que os problemas de navegação do Rio da Prata não apenas se constituíam numa preocupação frequente dos marinheiros que faziam essa rota, como também de todos os moradores da Colónia do Sacramento, que dependiam da rota marítima para escoar a produção local de couros e receber remessas de mercadorias e mantimentos.

Eram tantas as dificuldades apresentadas pela navegação no Rio da Prata que os navegadores nunca deixaram de pensar sobre novas formas de aumentar a sua segurança. Na frota em que viajou o padre Gaetano Cattaneo, os navios menores seguiam na frente, sendo precedidos por batéis nos quais os marinheiros iam cuidadosamente sondando o fundo do rio, cena que pareceu ao jesuíta semelhante à dos cães de caça que precediam os seus donos durante as caçadas. Por maior precaução, apesar das sondagens feitas no batel, elas também não deixavam de ser feitas nos navios, sendo que os que seguiam na frente enviavam sinais por meio de bandeiras e tiros de artilharia, quando não encontravam água suficiente para a navegação das embarcações maiores que seguiam atrás⁸⁵.

A soma das dificuldades da navegação no rio da Prata podem ser resumidas por um dos integrantes da expedição de socorro a Sacramento: *“Sete para oito meses nos conservamos no Rio da Prata, ou para melhor dizer, no inferno; sem se conhecerem senão seis dias de bonança, todos os mais foram acompanhados de furiosos ventos, rápidas correntes, soberbíssimos mares e infinitos raios⁸⁶”*. Contudo, apesar das dificuldades representadas pelas características físicas do Rio da Prata, a via marítimo-fluvial

continuou a ser o principal meio de comunicação da Colónia do Sacramento com o Brasil e com a metrópole, uma vez que a abertura de um caminho terrestre apresentava mais entraves que a navegação platina.

1.5.2. – O Caminho Terrestre entre Colónia e São Paulo

Sérgio Buarque de Holanda afirmou que a criação de um caminho terrestre entre a Colónia do Sacramento e o Brasil cedo despertou a atenção das autoridades, a fim de corrigir *“o insulamento em que se encontrava o presidio platino⁸⁷”*. Diríamos ainda que, além da importância estratégica de ligar por terra Colónia aos demais núcleos da América portuguesa também pesou a ideia de que, além da exploração do gado selvagem para a produção de couros, a região platina poderia contribuir para a receita da Fazenda Real com remessas de montarias destinadas às áreas de mineração.

Já Jorge Soares de Macedo pensara em conduzir por terra a expedição destinada à fundação de Colónia. Entretanto, as advertências dos paulistas, que lhe asseguram que a viagem não se faria em menos de dois anos, levaram-no a optar pela via marítima. Mas, como prova de que mesmo sendo difícil, o caminho poderia ser feito, alguns soldados desertores da expedição de D. Manuel Lobo conseguiram chegar a São Paulo por terra⁸⁸.

Muito longo e perigoso, o caminho para Sacramento só voltou a ser cogitado em princípios do século XVIII, quando os portugueses intensificaram a exploração do gado chimarrão. O primeiro roteiro que temos do caminho que, pelo litoral, ligava a Colónia do Sacramento a Laguna, foi feito por Domingos da Filgueira em 1703, no qual o autor descreveu as principais etapas a serem vencidas:

“Saindo da povoação da Colónia, se buscará o caminho do norte, que por vinte e três dias se seguirá, e andarão dois a dois com as espingardas sempre na mão

e prontas por causa das onças, passando a noite em quartos e cuidadosa vigia com fogo ao pé.

Nesta forma se continuará a viagem por espaço de vinte e três dias, no fim dos quais se chega à Serra de Maldonado, gastando na sua passagem oito dias sem receio das suas cavidades, não largando o rumo; e se nos ditos dias se não avistar a costa ou lagoa de Castilhos, se seguirá o caminho de leste a buscar a dita costa; tanto que se der com a lagoa de Castilhos se andarà à roda dela, até se tornar a tomar e buscar e meter na praia que nunca mais se largará até dar em povoado³⁹.

Começava então o longo caminho da praia, no qual o viajante seguia a costa arenosa rumo ao norte, sem medo de perder a direção. As maiores dificuldades a serem encontradas eram as travessias dos rios, em primeiro lugar, a barra do Rio Grande, depois os rios Tramandaí, Mampituba e Araranguá. Filgueira fez o caminho de Colônia até Castilhos em vinte e quatro dias. Dali até o Rio Grande de São Pedro, dezesseis, aos quais se acrescentaram mais trinta até à sua chegada a Laguna. A duração da viagem foi calculada então em setenta dias, *“todos de jornada, e os que faltam para os quatro meses, que me demorei, estivemos parados em ranchos pelas muitas chuvas que nos impediram o seguir jornada⁴⁰”*. Porém, somente dois anos depois da abertura desse caminho, ele já perdia a sua utilidade, pois, em 1705, Colônia foi reconquistada pelos espanhóis, ficando em seu poder até 1716, quando os portugueses a retomaram, tendo em vista o acordado no Tratado de Utrecht.

Se, nos primeiros tempos, só o couro e o sebo eram exportados, o desenvolvimento da mineração no Brasil central fez os portugueses voltarem a sua atenção para as planícies do sul, onde havia gado vacum, cavalos e mulas em abundância que poderiam suprir as necessidades das minas⁴¹. O aumento da população em Minas Gerais desenvolveu importantes correntes comerciais que necessitavam de mulas para efectuar o transporte das mercadorias através do acidentado relevo da região mineira. Além de servir no transporte dos artigos de consumo, os muares também

eram utilizados para escoar a produção de ouro e diamantes até ao litoral⁴².

Por sua vez, o novo mercado consumidor de muares, criado nas áreas mineiras do Brasil, atraiu a atenção dos criadores platinos, já que as minas do Alto Peru, principal centro consumidor de muares da América espanhola, enfrentavam um período de decadência acentuada. Alfredo Elias Júnior afirma mesmo que a venda de muares para as minas-brasileiras teria incrementado o povoamento e a evolução política, social e económica de centros como Buenos Aires, Montevideu, Entre Rios e Comentes, uma vez que o que denominou de “ciclo do luar” duraria até à instalação das linhas férreas⁴³.

Para facilitar o escoamento do gado e das montarias da região platina, a ligação por terra de Sacramento a Laguna necessariamente teria de ser retomada, o que foi feito sem perda de tempo. Tendo em vista a devolução do território de Colônia, em 1715, o governador do Rio de Janeiro, Francisco de Távora, deu ordem a Francisco Brito Peixoto, capitão-mor da vila de Laguna, para examinar a campanha até Sacramento, a fim de averiguar se nenhum ponto do território se encontrava ocupado por estrangeiros. Cumprindo a ordem, um grupo de cinco homens brancos e alguns escravos explorou a região costeira até a redução espanhola de Santo Domingos Soriano, entre os rios Negro e Uruguai⁴⁴.

Em 1725, por ordem do governador de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, Brito Peixoto organizou outra expedição, comandada pelo seu genro, João de Magalhães. O grupo seguiu rumo ao sul até alcançar a margem norte da barra do Rio Grande, onde instalou currais na região do Estreito. A intenção das autoridades, de controlar a passagem do gado pela barra, ficou clara quando o tenente general David Marques Pereira, enviado à região para auxiliar o empreendimento colonizador dos lagunenses, designou os capitães João da Costa e Estácio Pires como superintendentes dos serviços de passagem do gado procedente da margem direita⁴⁵. A partir de então rearticulou-se o antigo caminho litorâneo aberto por Domingos da Filgueira. O transporte do gado dava-se pela rota costeira até Laguna, onde era embarcado até aos portos de Santos, Iguape, Parati e Rio de Janeiro⁴⁶.

Contudo, a fim de facilitar o transporte do gado, era necessário abrir um caminho terrestre que ligasse Laguna ao centro consumidor de Minas Gerais. Em 1720, Bartolomeu Pais de Abreu⁴⁷ requereu à Coroa autorização para abrir uma estrada que ligasse São Paulo à Colônia do Sacramento, alegando que *“toda esta campanha do Rio Grande para diante produz gados vacuns e cavalgadas em muita quantidade, sem mais utilidade para a real Coroa de Vossa Majestade que alguma courama fabricada na mesma Colônia”*. Porém, o acesso às manadas de gado chibarrão que povoavam as planícies sulinas era prejudicado pela *“falta de caminho de terra, que pela costa não permitem as seranias, matas e baías do mar; e só terá lugar esta extração abrindo-se caminho pelo interior do sertão, vindo-se do Rio Grande a demandar a comarca desta cidade”*⁴⁸.

Como pagamento pelo empreendimento, Pais de Abreu pedia como mercê a concessão de uma donataria de quarenta léguas de terra, vinte ao norte e vinte ao sul da barra do Rio Grande, incluído todo o sertão; a patente de capitão-mor do distrito do Rio Grande; o cargo de guarda-mor das minas que se descobrissem e isenção de impostos, por nove anos, para os animais exportados por ele ou seus sócios.

Na carta régia de 6 de Fevereiro de 1721, dirigida a Rodrigo César de Meneses, governador de São Paulo, D. João V pediu-lhe o seu parecer sobre o assunto. O governador respondeu que Pais de Abreu estava em Mato Grosso e só com o seu regresso poderia dar o seu parecer. No ano seguinte, uma nova carta régia ordenava a Meneses que zelasse pela abertura do caminho para o Rio Grande, que alegava ser de muita importância ao real serviço e de grande conveniência aos vassallos⁴⁹.

A principal razão pela qual Pais de Abreu não recebeu a autorização para a abertura do caminho terrestre foi a falta de apoio de Rodrigo César de Meneses, com o qual se desentendera por razões políticas. Também é preciso ressaltar a oposição dos criadores nos Campos Gerais, em sua maior parte moradores das vilas de Paranaguá, Curitiba e Santos, que temiam a concorrência do gado platino⁵⁰. Da falta de apoio do governador à proposta de Bartolomeu Pais de Abreu, a câmara de São Paulo haveria de

se queixar mais tarde dizendo que *“só os paulistas se animam aos descobrimentos dos sertões, sem temerem os seus perigos nem fazerem despesas a Vossa Majestade, e os que governam esta capitania não sabem conhecer esta verdade”*⁵¹.

Embora negasse o seu apoio a Pais de Abreu, o governador sabia da importância da abertura do caminho terrestre para Colônia. Em carta ao rei, escrita em 1722, falou que recebera boas informações e um mapa *“de um castelhano de boa capacidade e inteligência, que há bastantes anos tem feito grande serviço à Real Coroa de Vossa Majestade na Colônia do Sacramento”*, a respeito da conveniência de se iniciar uma povoação no Rio Grande⁵².

Rodrigo César de Meneses incumbiu então Manuel Godinho de iniciar a abertura do caminho, mas como ele não pôde iniciar logo os trabalhos, o governador fez novo contrato com Luís Pedroso de Barros em 1724, em troca da mercê do hábito de Cristo e a tença de sessenta mil réis anuais⁵³. Apesar do empenho de César de Meneses, somente em 1727, com a posse do novo governador de São Paulo, António Caldeira da Silva Pimentel é que foram iniciados os trabalhos para a abertura do caminho para Colônia. Coube a Francisco de Souza Faria a sua direcção, uma vez que o mesmo tinha larga experiência no transporte de gado até Laguna, pois, no regimento que levava, Silva Pimentel alegava que:

*“na pessoa de Francisco de Souza Faria concorrem as circunstâncias necessárias para esta importante empresa por me constar sua grande actividade e inteligência pela experiência que tem daquelas campanhas até à Colônia, conhecimento e amizade com os índios com quem tem comerciado (como o fazem algumas pessoas e ainda castelhanos que com eles conduzem gados e cavalgadas à vila da Laguna) de onde por não haver caminho se não transporta para as demais partes desta capitania, onde se faz necessário”*⁵⁴.

Para cumprir a sua missão, Souza Faria receberia armas, munições e ferramentas em Santos, de onde deveria seguir para Paranaguá, São Francisco e Santa Catarina a fim de alistar homens e reunir mantimentos e animais, com os quais se dirigiria a Laguna para, dali iniciar o caminho por terra até Curitiba. Entretanto, apesar das amplas atribuições das quais só devia dar conta ao governador, Francisco de Souza Faria encontrou forte oposição ao seu empreendimento, como nos conta Cristóvão Pedreira de Abreu, através da "prática" que fez a pedido do padre Diogo Soares, encarregado pela Coroa da elaboração de mapas sobre a América portuguesa:

"A esta diligência foram sempre opostos vários moradores das ilhas (sic) de Santos, Paranaguá e Curitiba e da mesma sorte os da vila da Laguna, e de Santa Catarina, estes porque vivendo retirados, ou por crimes ou por outros iguais motivos, como réculos sem obediência nem terror algum de justiça, receosos de que com a abertura do novo caminho perderiam as suas liberdades, o fizeram impossível; e aqueles, porque sendo senhores de algumas limitadas fazendas que há nos campos de Curitiba, temiam o ficar com muito menos valor, e por seguirem a sua opinião publicando com arrestos falsos de paulistas antigos serem aqueles sertões impraticáveis, querendo também persuadir-nos que sendo aquelas terras confinantes com as aldeias dos padres castelhanos, poderíamos ser invadidos por Gennelas [guenoas] aldeados⁵⁵".

O mesmo Cristóvão Pereira de Abreu, importante negociador de animais e couros, conta que, ao saber da abertura do novo caminho, saiu de Colônia, onde se achava, dirigindo-se imediatamente para Laguna. A intervenção de Pereira de Abreu conseguiu vencer as resistências do capitão-mor de Laguna, Francisco de Brito Peixoto, o qual, a fim de defender os seus interesses e os dos seus parentes em Santos, Paranaguá e Curitiba, tentava impossibilitar o cumprimento da missão de Souza Faria. Graças

à intermediação de Pereira de Abreu que, infelizmente se calou sobre os argumentos que utilizara, a expedição de Souza Faria deu início à abertura do caminho para Curitiba em 11 de Fevereiro de 1728, na barra do rio Araranguá⁵⁶.

Francisco de Souza Faria iniciou o percurso da sua expedição onde, a serra do Mar, mais se aproxima da costa, e onde apresenta as maiores dificuldades para a subida. A demora e a falta de orientação de Faria levou o governador de São Paulo, em 31 de Janeiro de 1729, a nomear o sertanista António Afonso para se pôr à vanguarda da expedição, levando consigo Francisco Rodrigues Chaves e mais alguns brancos e índios que Souza Faria deveria fornecer-lhe. Esta ordem deixava claro que estava abalada a confiança do governador em Francisco de Souza Faria, que deveria seguir na retaguarda de António Afonso a fim de pôr o caminho aberto "na sua última perfeição". Em 8 de Setembro de 1730, a expedição finalmente chegou a Curitiba⁵⁷.

Segundo o padre Diogo Soares, as inúmeras dificuldades enfrentadas por Souza Faria na abertura do caminho⁵⁸, deve-se à intervenção de Brito Peixoto que, com a intenção de impossibilitar o sucesso da missão, convenceu-o a tomar o rumo mais difícil, ao invés de seguir um velho roteiro que Souza Faria trazia consigo e que aconselhava a subida da serra a partir das imediações do rio Tramandaí⁵⁹.

O melhor homem para levar a termo a missão da abertura do novo caminho teria sido Cristóvão Pereira de Abreu, o qual, não apenas tinha grande conhecimento das características físicas do sul, como também tinha grandes interesses na exploração do gado da região. Em Agosto de 1731, num ofício dirigido ao P.^o Diogo Soares, Pereira de Abreu afirma ter onze anos de experiência nas campanhas da margem norte do Rio da Prata. Além da descrição da região costeira até Laguna, não deixou de alertar o jesuíta para a conveniência da abertura do comércio de gado e cavalgadas para a região mineira. Advogava a criação de um registro no Rio Grande, onde os tropeiros deveriam pagar o quinto dos rebanhos, sendo que, em São Paulo poder-se-ia cobrar ainda duas oitavas por cabeça, como direito de entrada. Acrescentava ainda que somente se deveria permitir a passagem de manadas

no Rio Grande a quem levasse uma licença do governador de Colônia, a fim de evitar o roubo de animais e a deserção de soldados⁶⁰.

Depois de dissipar as resistências encontradas por Souza Faria em Laguna, Cristóvão Pereira de Abreu voltou para a Colônia do Sacramento, em cujo território arrebanhou uma tropa de oitocentas cavalgadas que conduziu até a barra do Rio Grande, onde chegou em fins de outubro de 1731. Na margem norte, encontrou outros tropeiros que pretendiam seguir pelo caminho novo, mas que esperavam notícias de que o mesmo já estivesse concluído. Eles também estavam receosos de seguir adiante por medo de um ataque dos índios missioneiros. Acompanhado de três pessoas, Pereira de Abreu saiu na vanguarda, percorrendo os campos de cima da serra por dois dias, onde não avistou índio algum.

Voltou então para o Rio Grande, onde deixou a tropa na margem norte, embarcando para Santos a fim de convencer o governador de São Paulo a fornecer-lhe pessoas, mantimentos, ferramentas e munições para explorar o caminho novo. Retornando ao litoral sul, com a ajuda de um piloto e mais de sessenta pessoas, reiniciou o trajecto de Souza Faria, partindo da foz do rio Araranguá. Chegando ao planalto, mandou seguir a tropa retida no Rio Grande que, somada à sua, alcançava o número aproximado de três mil cavalgadas entre muares e cavalos, guiados por mais de cento e trinta pessoas. Treze meses depois, os tropeiros chegaram à vila de Curitiba após melhorar a rota de Souza Faria, através da construção de mais de trezentas pontes e da escolha de melhores sítios para abrir caminho, a fim de evitar ao máximo as escarpas da serra. A tropa que conduziu rendeu mais de dez mil cruzados à Fazenda Real⁶¹.

Devido à grande importância da sua missão, Cristóvão Pereira de Abreu continuou a ser fortemente apoiado pelas autoridades coloniais. Em Setembro de 1733, o governador de São Paulo, conde de Sarzedas, deu ordem para que o sertanista não fosse molestado pelos seus credores, a fim de não atrapalhar o seu encargo, pois havia *"entrado pelo novo caminho de Curitiba para vir a esta cidade com um grande número de cavalaria"*⁶².

O apoio de Sarzedas era muito importante, pois os interesses contrários à abertura do novo caminho, que procuraram por todos os meios impedir a missão de Souza Faria, continuaram a manifestar-se.

Em Novembro do mesmo ano, o ouvidor geral da vila de Paranaguá escreveu ao rei dizendo-lhe que o novo caminho cortava os campos de cima da serra onde existia numeroso gado vacum da propriedade dos jesuítas espanhóis, sendo que o conflito com os índios missioneiros seria inevitável se se insistisse na utilização da rota aberta por Souza Faria. Enquanto o governador de São Paulo continuava a defender a manutenção do novo caminho, o procurador da Coroa, baseado no relato do ouvidor geral de Paranaguá, era favorável ao abandono do mesmo. O Conselho Ultramarino, por sua vez, alegou que não tinha informações suficientes para deliberar sobre o assunto, pedindo ao rei que ordenasse que um dos chamados "padres matemáticos", acompanhado por Maninho Mendonça de Pina, fizesse um mapa do novo caminho⁶³.

Em 1735, quando se iniciou o cerco espanhol a Sacramento, Cristóvão Pereira de Abreu já estava em Minas Gerais⁶⁴. O caminho que, do rio Araranguá subia a serra, foi dentro em pouco abandonado em favor da rota aberta por Pereira de Abreu após 1738, que partia do litoral sul-rio-grandense na altura do actual município de Santo António da Patrulha, subindo a serra até alcançar São Francisco de Paula, atravessando então os campos de Vacaria, Lages, Curitiba e Itararé até chegar a Sorocaba. A partir de então, o caminho aberto por Souza Faria ficaria conhecido como "dos Conventos", enquanto que o de Pereira de Abreu passaria a ser chamado de "Estrada Real"⁶⁴.

Se, a princípio, a Colônia do Sacramento foi imaginada, sobretudo, como uma porta de entrada para a prata proveniente do Alto Peru, canalizada através do contrabando, os entraves impostos pelas autoridades espanholas ao desenvolvimento do comércio ilícito levaram os portugueses a procurar na exploração

das riquezas naturais da Banda Oriental uma nova fonte de receitas. A exportação de couros constituiu-se então no principal recurso económico explorado pelos lusitanos.

Para garantir a lucratividade desse comércio, era necessário obter o controle da campanha, o que só poderia ser feito através do reconhecimento, pelos espanhóis, da soberania portuguesa sobre a Banda Oriental. Apesar dos diplomatas portugueses em Utrecht terem incluído a palavra "território" nos termos do tratado pelo qual a Espanha se comprometia a restituir a Portugal a Colónia do Sacramento, a falta de uma definição exacta sobre as terras que correspondiam ao território de Colónia possibilitou o surgimento de várias interpretações que impediram o desenvolvimento do processo de colonização portuguesa iniciado na margem norte do Rio da Prata com a fundação de Sacramento, em Janeiro de 1680.

O retorno dos portugueses ao Rio da Prata, em 1716, não podia ser bem visto pelos súbditos da Coroa espanhola, fossem eles representados pela elite portenha, vaqueiros santafesinos ou pelos índios das missões jesuíticas, pois para todos eles os portugueses representavam um forte rival na exploração do gado chimarrão.

Contudo, logo se criaram interesses em comum que permitiram aos portugueses contar com a ajuda dos espanhóis que viviam na Banda Oriental na extracção de couros, que rendiam mais no contrabando que no comércio oficial, controlado pelo *cabildo* de Buenos Aires. Por sua vez, os guardas espanhóis, encarregados de impedir a livre movimentação dos portugueses na campanha, assim como de evitar o contacto entre os súbditos das duas coroas ibéricas, mostraram-se favoráveis à colaboração quando convenientemente subornados.

O quotidiano dos homens que frequentavam o espaço da campanha era, principalmente, marcado pelo tipo de relacionamento que os mesmos mantinham com os espanhóis. Se se sujeitassem às condições impostas pelas patrulhas inimigas, poderiam contar com uma relativa segurança durante as fainas da extracção de couros. Se, porém, negligenciassem o pagamento de propinas poderiam sofrer duras consequências, ser

aprisionados e ver a courama queimada ou mesmo mortos pelos espanhóis.

A fim de assegurar o domínio sobre a campanha, também era muito importante conseguir a aliança com os indígenas que habitavam a região. As primeiras tentativas feitas pelos religiosos espanhóis no sentido de conseguir o aldeamento dos índios nómadas da Banda Oriental não foram bem sucedidas. O ambicioso projecto indigenista dos portugueses, exposto no regimento de D. Manuel Lobo, não teve melhor sorte. As relações entre os europeus e os charruas e minuanos raramente passaram da formação de curtas e frágeis alianças, obtidas através do oferecimento de presentes: aguardente, fumo e tecidos, sobretudo.

A perspectiva dos bonaerenses de manter a Banda Oriental como uma gigantesca estância à sua disposição foi uma das principais responsáveis pela falta de iniciativa em relação às repetidas ordens com que a Coroa espanhola procurava fomentar o povoamento da região. Essa resistência passiva às ordens da metrópole não pôde continuar depois de os portugueses tentarem estabelecer-se em Montevidéu. A imediata reacção, coordenada pelo governador D. Bruno de Zabala, que expulsou os luso-brasileiros comandados por Manuel Freitas da Fonseca e deu início à construção de uma fortaleza no local, comprometeu o projecto expansionista português na margem norte do Rio da Prata.

O controle das vias de comunicação era muito importante para garantir a conservação da Colónia do Sacramento, uma vez que ela se encontrava quase que isolada das demais povoações da América portuguesa. A principal via de acesso a Sacramento era representada pelo Prata, um rio que, devido às suas características naturais, era extremamente perigoso para a navegação. A fundação de Montevidéu pelos espanhóis e o fracasso em conquistá-la na guerra de 1735-1737 marcaram o fim das esperanças de controlar o canal norte que dá acesso ao porto de Colónia.

A abertura de um caminho terrestre entre São Paulo e Sacramento representou uma importante tentativa dos portugueses em romper a dependência dos habitantes de Colónia das comunicações marítimas, ao mesmo tempo que visava abrir o mercado de Minas Gerais aos mueres sulinos. Contudo, a instalação de

um campo de bloqueio espanhol ao redor da Colônia do Sacramento, poucos anos após a abertura do novo caminho, impediu que os moradores continuassem a explorar os recursos da campanha, vindo alguns deles a transferir-se para o Rio Grande de São Pedro que, a partir de então, passou a centralizar as actividades pecuárias dos portugueses na região platina.

NOTAS

- ¹ Eizear S. Giuffra, *La Republica del Uruguay*, pp. 65-75.
² Alice Piffer Canabrava, *op. cit.*, pp. 149-151.
³ Francisco Millau, *Descripción de la Provincia del Rio de la Plata*, p. 35.
⁴ Consulta do Conselho Ultramarino de 26 de Fevereiro de 1729, in Luis Enrique Azarola Gil, *op. cit.*, pp. 218-220.
⁵ A tripulação conseguiu salvar-se procurando refúgio em Montevideu onde se encontrava o governador Zabala, que a recebeu e mandou avisar Vasconcelos sobre o naufrágio. Contudo, nove dias de ventos contrários impediram o resgate da charrua Nossa Senhora da Esperança. Os portugueses somente conseguiram recuperar alguns destroços que incluíam alguns barris e tábuas que foram dar à margem sul e foram resgatados por um oficial enviado a Buenos Aires. Poucos dias depois, a charrua Nossa Senhora da Oliveira, que seguia para o Rio de Janeiro carregada com 10.216 couros e grande quantidade de prata, encalhou no banco inglês. A tripulação conseguiu salvar-se buscando abrigo em Montevideu, mas desta vez a rapidez no resgate garantiu a recuperação da prata embarcada, evitando-se que os espanhóis se apoderassem do metal como fizeram anteriormente, por ocasião do naufrágio da nau Caravela. Cf. carta de Vasconcelos a D. João V, 13 de Maio de 1726, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 165.
⁶ Vasconcelos ao vice-rei, 23 de Março de 1726, in J. C. Rego Monteiro, *op. cit.*, vol. 2, pp. 72-74.
⁷ Vasconcelos ao vice-rei, 8 de Abril de 1726, in J. da Costa Rego Monteiro, *op. cit.*, vol. 2, pp. 77-78.
⁸ José Fernández Romero, "Instrucción exacta y útil de las derrotas y navegación de ida y vuelta, desde la gran bahia de Cádiz hasta la boca del gran Rio de la Plata", in *Revista Histórica*, tomo XIX, p. 637.
⁹ Vahia Monteiro a Vasconcelos, 30 de Novembro de 1728, in ANRJ, cód. 87, vol. 3, fl. 167.
¹⁰ Horacio A. Difreri, *op. cit.*, p. 61.
¹¹ Cattaneo a seu irmão, 18 de Maio de 1729, in Lodovico A. Muratori, *op. cit.*, p. 157.
¹² José Fernández Romero, *op. cit.*, p. 635.
¹³ William Toller, "The History of a Voyage to the River of Plate & Buenos Aires from England", in *Revista Histórica*, tomo XXIII, fl. 16v.
¹⁴ Francisco Millau, *op. cit.*, pp. 87-88.
¹⁵ Concolcorvo, *El Lazarillo de Ciegos Caminantes*, p. 23.
¹⁶ Consulta do Conselho Ultramarino de 29 de Junho de 1748, in *DH*, vol. XCIV, p. 140.
¹⁷ Cattaneo a seu irmão, 18 de Maio de 1729, in Lodovico A. Muratori, *op. cit.*, pp. 163-

¹⁸ Dauril Alden, *Royal Government in Colonial Brazil*, pp. 69-70.

¹⁹ Frédéric Mauro, *op. cit.*, vol. 1, p. 111.

²⁰ Relatório do Conselheiro António Rodrigues da Costa [1715], in *ABNR*, vol. XLVI, p. 111.

²¹ A viagem dos jesuítas ao Rio da Prata foi favorecida pela rainha de Portugal, D. Maria Ana d'Áustria, provavelmente devido ao facto de metade do grupo dos missionários ser constituída por padres austríacos. Cf. carta do padre Ladislau Oros à D. Maria Ana d'Áustria, rainha de Portugal, Buenos Aires, primeiro de Julho de 1749, in IEB, *Coleção Lamego*, cód. 1.14, AB.

²² Flórián Paucke, "El Silberfluss, Montevideo y la Colônia del Sacramento", in Álvaro Barros-Lémez (comp.), *Vº Centenário en el Rio de la Plata*, p. 71.

²³ Flórián Paucke, *op. cit.*, p. 72.

²⁴ Paulo Micell, *O Ponto Onde Estamos*, p. 108.

²⁵ Jonathas da Costa Rego Monteiro, *op. cit.*, vol. I, p. 148.

²⁶ Diogo Soares ao rei, 27 de Junho de 1731, in Jonathas da Costa Rego Monteiro, *op. cit.*, vol. I, p. 80.

²⁷ Horacio A. Difreri, *op. cit.*, p. 61.

²⁸ Cattaneo a seu irmão, 18 de Maio de 1729, in Lodovico A. Muratori, *op. cit.*, p. 157.

²⁹ Zabala ao marquês de Grimaldo, 5 de Abril de 1718, in Pablo Pastells e F. Mateos, *op. cit.*, tomo VI, pp. 165-167.

³⁰ Abreu Prego a Gomes Freire, 6 de Novembro de 1736, in *RIHGRS*, n.º 104, p. 368.

³¹ Flórián Paucke, *op. cit.*, p. 72.

³² António Sepp, *Viagens às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos*, pp. 67-68.

O quotidiano a bordo das longas travessias oceânicas não variou muito até ao aparecimento dos navios a vapor. Sobre o assunto, consultar: Paulo Micell, *op. cit.*; Fábio Pestana Ramos "Os problemas enfrentados no quotidiano das navegações portuguesas da carreira da Índia", in *Revista de História*, n.º 173 e Bernardo Gomes de Brito (org.), *História Trágico-Marítima*.

³³ António Sepp, *op. cit.*, pp. 96.

³⁴ António Sepp, *op. cit.*, p. 98.

³⁵ Cattaneo a seu irmão, 18 de Maio de 1729, in Lodovico A. Muratori, *op. cit.*, p. 162.

³⁶ "Outra Relação da Guerra da Nova Colônia", in *RIHGRS*, n.º 99, p. 116.

³⁷ Sérgio B. de Holanda, "A Colônia do Sacramento e a Expansão no Extremo Sul", *op. cit.*, p. 359.

³⁸ Sérgio B. de Holanda, "A Colônia do Sacramento e a Expansão no Extremo Sul", *op. cit.*, p. 359.

³⁹ Domingos Filgueira, "Como viajar por terra, da Colônia do Sacramento a Laguna", in Guilhermino César, *Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul (1605-1801)*, p. 57.

⁴⁰ Domingos Silveira, *op. cit.*, pp. 58-59.

⁴¹ Guilhermino César, *O Contrabando no Sul do Brasil*, p. 31.

⁴² Mafalda P. Zemella, *O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII*, pp. 90-97.

⁴³ Alfredo Ellis Júnior, "O Ciclo do Muar", in *Revista de História*, vol. I, pp. 73-80.

⁴⁴ Visconde de São Leopoldo, *Anais da Província de São Pedro*, pp. 64-65.

⁴⁵ A expedição de João de Magalhães abriu caminho à ocupação dos campos de Viamão, onde começaram a instalar-se povoadores provenientes de São Paulo e Laguna, entre os quais o próprio Magalhães, que abandonara o Estreito. Em 1732, quando Brito Peixoto requereu em sesmaria as terras que iam do rio Tramandai até a barra do Rio Grande, recebeu a resposta que a região já estava ocupada por inúmeros criadores de gado. Cf. Guilhermino César, *História do Rio Grande do Sul*, pp. 91-92.

⁴⁶ Roberto C. Simonsen, *História Económica do Brasil (1500-1820)*, p. 161.

⁴⁷ Figura importante em São Paulo, em princípios do século XVIII, Bartolomeu Pais de Abreu, ocupava as funções de procurador do conselho e juiz da câmara municipal da vila de São Paulo, onde detinha parte da propriedade de seu sogro (Pedro Taques), que recebera quando se casara com sua filha. Em 1713, foi aquinhoado com terras nos sertões de Curitiba e entre os rios Grande e das Mortes, em Minas Gerais, onde criava gado. Cf. Ilana Blaj, "Agricultores e Comerciantes em São Paulo", in *Revista Brasileira de História*, nº 36, vol. 18, pp. 281-296.

⁴⁸ Bartolomeu Pais de Abreu ao rei, 23 de Maio de 1720, in José Alípio Goulart, *Tropas e Tropeiros na Formação do Brasil*, pp. 206-207.

⁴⁹ João Borges Fortes, "Cristóvão Pereira de Abreu", in *RIHGRS*, III e IV trimestres de 1931, ano XI, pp. 132-134.

⁵⁰ Cecília Maria Westphalen, "Bartolomeu Pais de Abreu", in Maria Beatriz Nizza da Silva (org.), *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*, p. 7.

⁵¹ Carta da Câmara de São Paulo ao rei, 02 de Outubro de 1737, in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, vol. LXXIII, pp. 179-180.

⁵² Rodrigo César de Meneses ao rei, 8 de Outubro de 1722, in *DI*, vol. XXXII, pp. 50-51. Segundo Taunay, o espanhol que se teria colocado ao serviço dos portugueses chamava-se Roque Soria, o qual, como vimos anteriormente, trabalhou para Cristóvão Pereira de Abreu. Cf. Afonso de E. Taunay, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, vol. 8, p. 440.

⁵³ José Alípio Goulart, *op. cit.*, p. 45.

⁵⁴ Regimento do sargento-mor Francisco de Souza Faria para a abertura do caminho ao Rio Grande de São Pedro, 19 de Setembro de 1727, in José Alípio Goulart, *op. cit.*, pp. 210-213.

⁵⁵ Terceira "notícia prática" dada pelo coronel Cristóvão Pereira de Abreu ao padre Diogo Soares, in *RIHGB*, tomo LXDC, parte I, pp. 255-256.

⁵⁶ João Borges Fortes, *op. cit.*, pp. 136-137.

⁵⁷ João Borges Fortes, *op. cit.*, pp. 138-139.

⁵⁸ No caminho, Souza Faria encontrou a "Vacaria dos Pinhais", reserva de gado que os jesuítas criaram nos campos de cima da serra a partir da década de 1720, com o envio de mais de oitenta mil reses tiradas da "Vacaria do Mar", onde a concorrência dos espanhóis e portugueses na exploração do gado chimarrão aumentava dia a dia. Cf. Magnus Mörner, *Actividades Políticas y Económicas...* *op. cit.*, p. 123.

⁵⁹ "Roteiro do sertão e minas de Inhangüera, vindo da Vila de Curitiba", in *RIHGB*, tomo LXIX, parte I, p. 243.

⁶⁰ Ofício de Cristóvão Pereira de Abreu ao padre Diogo Soares, 29 de Agosto de 1731, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 237.

⁶¹ Terceira "notícia prática" dada pelo coronel Cristóvão Pereira de Abreu ao padre Diogo Soares, in *RIHGB*, tomo LXIX, parte I, pp. 256-259.

⁶² Ordem do conde de Sarzedas para que Cristóvão Pereira de Abreu não seja molestado pelos seus credores, 14 de Setembro de 1733, in *DI*, vol. XXII, pp. 58-59.

⁶³ Consulta do Conselho Ultramarino de 5 de Março de 1735, in Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid - Antecedentes do Tratado*, tomo II, parte III, pp. 421-423.

⁶⁴ Aurélio Porto, *op. cit.*, parte II, p. 118.

⁶⁵ José Alípio Goulart, *op. cit.*, p. 46.

2 – O BASTIÃO DO SUL

Antes de tudo, a Colônia do Sacramento foi uma praça de guerra destinada a defender os interesses comerciais e territoriais da Coroa portuguesa no Rio da Prata. Devido a esta característica marcante, julgamos oportuno destacar no nosso estudo sobre o quotidiano em Colônia a análise das condições de vida dos militares que viveram nesse posto avançado do expansionismo lusitano no sul da América.

2.1. – O RECRUTAMENTO

Com raras excepções, a carreira militar não desfrutou de grande prestígio entre os plebeus do Antigo Regime, uma vez que as condições de vida do soldado eram muito difíceis, submetido que estava à violência dos oficiais (em geral membros da nobreza) e aos frequentes atrasos de pagamento. Tendo em vista essa situação, não admira que os governos normalmente recorressem a meios violentos no momento do recrutamento, uma vez que poucos se apresentavam como voluntários para o serviço militar.

Em Portugal, o sistema de recrutamento foi estabelecido pelo Regimento das Ordenanças de 1570, o qual regulamentava que toda a população masculina, dos 16 aos 60 anos, exceptuando os privilegiados, estava enquadrada no regime de ordenanças, que tinha por principal função recrutar homens para as tropas de linha e tropas auxiliares¹. Constituindo um dos suportes fundamentais da estruturação das relações de poder ao nível local, essa organização subsistiu até à vitória do regime liberal, já no século XIX². Nos corpos de ordenança, os privilégios de uma patente militar não se traduziam em ganhos monetários, mas em prestígio e posição de comando. Para a Coroa, interessada em reduzir os gastos com a administração, não era de todo inconveniente fornecer alguma parcela de poder em troca do serviço não remunerado³.

Se a incorporação aos corpos de ordenança era mesmo desejada por uma parcela da população, o mesmo não ocorria em relação ao recrutamento para a tropa de linha. Como só em 1779 um decreto estabeleceu em dez anos a duração do serviço militar, antes dessa data a incorporação ao exército era encarada como uma condenação perpétua, sentimento reforçado pelos autores militares, que se referem ao serviço militar como uma forma de “servidão”, ou mesmo de “escravidão”⁴. Tendo em vista essa situação, é natural que os homens procurassem por todos os meios evitar a conscrição obrigatória. Se, a princípio, todos os homens celibatários, entre os 17 e 30 anos, estavam aptos para ser inscritos nas tropas regulares, uma série de privilégios concedidos pela Coroa a determinadas profissões e devoções

religiosas oferecia refúgio a muita gente contra a actuação dos recrutadores⁵.

A disseminação dos privilégios que, muitas vezes se estendiam aos subordinados dos detentores dos mesmos⁶, permitiu a criação de amplas redes de protecção contra o recrutamento compulsório⁷, fazendo com que o alvo principal dos recrutadores recaísse sobre os vagabundos, malfeitores, trabalhadores itinerantes e todos aqueles que não contavam com a protecção das comunidades locais⁸. Via de regra, esta era uma situação bastante comum na Europa durante o Antigo Regime, onde as monarquias buscavam evitar o recrutamento dos privilegiados e das camadas produtivas da sociedade⁹.

A exemplo da metrópole, a defesa dos domínios coloniais portugueses era feita pelas tropas regulares pagas, pelas tropas auxiliares (que, sem direito a soldo, deveriam fornecer o apoio necessário às tropas regulares) e pelos corpos de ordenanças (que eram formados pela população local e que, também sem direito a pagamento, estavam encarregados de manter a ordem interna das capitánias). Enquanto os corpos de ordenança não estavam obrigados a deslocar-se do seu território de actuação, as tropas auxiliares poderiam ser enviadas para onde fosse necessário o auxílio às tropas regulares, sendo que seus efectivos eram recrutados junto à população civil e alistados em corpos separados formados por brancos, pardos e negros¹⁰.

Se os recrutas das tropas regulares deveriam preferencialmente ser *“homens brancos, robustos e de boa aparência, solteiros, desembaraçados de compromissos e que não fizessem falta a seus pais”*, a realidade do recrutamento era bem diferente, pois o serviço militar era muito impopular em Portugal e nos seus domínios ultramarinos, onde as tropas, quando eram pagas, recebiam frequentemente metade do soldo, mesmo em tempo de guerra. Uma vez que, como vimos anteriormente, o recrutamento para as guarnições da metrópole era difícil de ser executado sem recorrer à violência, dado o escasso número de voluntários, não é de surpreender que a maioria dos soldados que serviram nas colónias fosse gente recrutada à força, sobretudo deportados como castigo pelos mais variados tipos de crimes.

Assim, a Coroa portuguesa fez intenso uso do degredo como uma forma de garantir o incremento da população branca nas colônias, ao mesmo tempo que tentava libertar-se de elementos indesejados na metrópole e que, por sua vez, poderiam ser úteis na defesa dos domínios ultramarinos. Boxer refere-se a essa política, dizendo que foram sentenciados ao degredo "*multidões de larápios insignificantes e de criminosos menores a períodos longos de prisão ou ao exílio, por crimes que hoje em dia seriam esquecidos através de uma caução ou de uma pequena multa*"¹².

Os crimes punidos com degredo para o Brasil, segundo as ordenações filipinas, incluíam os atentados contra a Igreja (as pessoas acusadas de feitiçaria poderiam ter a pena capital comutada à sentença de degredo), contra o Estado (alteração de textos oficiais, uso de moeda falsa, falsificação de selos oficiais, resistência aos oficiais de justiça, falso testemunho e aceitação de suborno entre outros), e os acusados de atentar contra a sociedade (adúlteros, alcoviteiros, amantes de clérigos, falsificadores de pesos, comerciantes desonestos, ladrões, assaltantes, desocupados, jogadores que falsificavam cartas ou dados, responsáveis pela derrubada de árvores frutíferas, etc.)¹³.

Enquanto as penas por assassinato eram relativamente leves, ladrões, ciganos e vadios podiam ser exilados por toda a vida. Boxer conta que uma brasileira acusada de cumplicidade no assassinio do marido foi condenada a dez anos de degredo em Angola, ao passo que uma viúva e suas duas filhas foram condenadas ao exílio perpétuo, também em Angola, simplesmente por serem ciganas¹⁴.

Se, a princípio, a escolha do local de exílio era feita de acordo com a gravidade do crime cometido, em fins do século XVII, o sistema de degredo passou a ser utilizado como um instrumento muito claro de colonização, buscando assegurar a remessa de gente às regiões aonde a imigração livre não chegava¹⁵. Assim sendo, o número de degredados teria variado muito de colônia para colônia.

Numa tentativa de aumentar a presença portuguesa no Prata, um decreto real, assinado em 29 de Outubro de 1689,

ordenou que os homens e as mulheres condenados ao degredo no Brasil podiam ter suas sentenças comutadas para a Colônia do Sacramento¹⁶, para onde foram enviados quinze homens em 25 de Janeiro de 1690¹⁷. Além da Coroa, o governo do Rio de Janeiro também costumava enviar degredados para lá. Em 1685, um bando do governador condenou ao degredo para Sacramento qualquer pessoa que fosse apanhada mascarada nas ruas do Rio, devido ao grande número de abusos e violências causadas pelos mascarados¹⁸.

Contudo, se até fins do século XVII foi difícil encorajar a emigração para o Brasil, tendo a Coroa que empregar a pena do degredo em larga escala, com a descoberta do ouro em Minas Gerais a situação mudou por completo, pois a partir de então a metrópole passou a restringir cada vez mais a emigração a fim de impedir o despovoamento de certas regiões do Reino e também para evitar a criação de um grave problema social que seria a integração de um numeroso contingente de imigrantes na economia colonial. Surgiram então diversas provisões, decretos e alvarás que, em 1694, 1707, 1709, 1713, 1720, 1724 e 1744 tentaram impedir a emigração em massa para o Estado do Brasil¹⁹.

A lei de 20 de Março de 1720 proibiu a viagem para o Brasil a todos que não fossem preencher algum cargo civil, militar ou eclesiástico. Os comerciantes que pudessem provar ser absolutamente necessária a viagem para a concretização de transações comerciais deveriam pedir um passaporte em Lisboa, Porto ou Viana do Castelo. Para punir possíveis infractores, a lei regulamentava que os navios deveriam ser revistados antes da partida, sendo que os homens encontrados a bordo sem passaporte deveriam ser alistados no exército se tivessem idade suficiente. Caso contrário deveriam ser remetidos a Lisboa, onde permaneceriam presos por seis meses, além de pagar uma multa de cem mil reis, cabendo o degredo de três anos em África aos que não pudessem pagá-la. Os capitães e mestres dos navios que escondessem passageiros sem passaporte deveriam pagar quatrocentos mil reis de multa. Nova revista da embarcação deveria ser feita nos portos de destino e, se fosse constatada a presença de gente sem passaportes, esta deveria ser remetida presa ao Reino²⁰.

Também como consequência do desenvolvimento da colonização portuguesa na América, a Coroa autorizou a utilização do degredo em Angola como punição aos indesejados no território brasileiro. Um decreto, datado de 1722, suspendeu o exílio para o Estado do Brasil, incluindo a Colônia do Sacramento, e instruiu os juizes para que banissem os degredados para o Maranhão, Cabo Verde, Ceará, Angola, Índia ou Castro Marim, na fronteira luso-espanhola²¹.

Talvez esse decreto tenha sido expedido em resposta ao pedido que o governador Manuel Gomes Barbosa fez à Coroa no ano anterior para que cessasse o envio de degredados para a Colônia do Sacramento, *“por ser esta casta de gente os que desinquietam e reduzem todos os mais a que fujam”*²². Entretanto, embora cessasse o envio de exilados do Reino para Colônia, até à década de 1770 os governadores do Rio de Janeiro, e depois os vice-reis que viviam nessa cidade, continuaram a remeter civis e soldados como degredados para Sacramento²³. Como exemplo de um crime punido com o exílio em Colônia, citamos um bando do governador Aires de Saldanha de Albuquerque que, em 1724, condenava a três anos de degredo os negros forros que vendessem peixe sem licença nas praias do Rio de Janeiro²⁴.

Como a maioria dos portugueses condenados ao degredo era obrigada a alistar-se no exército, tal sistema deu origem à confusão entre soldados e criminosos, confundindo até mesmo as autoridades quando tentavam distinguir os soldados voluntários dos forçados²⁵. “Solteiro”, “soldado” e “degredado” acabaram por tornar-se sinónimos, uma vez que, segundo Coates: *“em consequência da sua constante escassez de efectivos, o exército dos primórdios da época moderna estava intimamente ligado aos criminosos e à sua punição: estes dois sistemas, aparentemente sem qualquer relação entre si, eram, na realidade, interdependentes. De facto, a organização mais imediatamente ligada à figura do renegado era a instituição militar e não a judicial”*²⁶.

A política de implementar o povoamento através da deportação não foi exclusividade dos portugueses, uma vez que a mesma fazia parte da doutrina mercantilista seguida na Idade

Moderna, que preconizava o favorecimento da emigração voluntária e involuntária como um meio de livrar a metrópole de elementos indesejados ao mesmo tempo que aumentava a oferta da mão-de-obra nas colônias²⁷. Contudo, apesar dos exemplos de outros reinos, o uso do degredo e do recrutamento forçado foi muito maior em Portugal do que nos demais países da Europa, uma vez que, dada a reduzida base demográfica do país, o material humano era demasiado valioso para ser mantido no cárcere ou ser condenado à pena capital, forçando assim a emigração das camadas marginais da população portuguesa, formadas por prostitutas, órfãs, grandes e pequenos criminosos, ciganos, pecadores e cristãos-novos, a fim de povoar e defender os territórios ultramarinos²⁸.

2.1.1. – Soldados para a Colônia do Sacramento

Normalmente, o alistamento dos oficiais destinados à guarnição de Sacramento fazia-se no Reino, enquanto os soldados poderiam também vir da metrópole ou do Rio de Janeiro, a cujo governo Colônia estava subordinada. Já em 1679, ao organizar a expedição que viria a fundar a Colônia do Sacramento, D. Manuel Lobo ordenou o recrutamento compulsório de quantos homens pôde capturar no Rio de Janeiro: operários, aprendizes, comerciantes, mendigos e mesmo os presos, aos quais foi concedido o perdão em troca do alistamento²⁹. A câmara da cidade não deixou de protestar ao rei contra o procedimento do governador, pois, a fim de evitar o serviço militar, muitos agricultores e operários fugiram para as matas³⁰, abandonando os engenhos, prejudicando desse modo a economia local³¹.

Se houve violência no recrutamento, o príncipe regente tentou garantir a boa vontade dos recrutas, ordenando a D. Manuel Lobo que pagasse um mês de soldo adiantado aos oficiais e soldados, enquanto os efectivos da cavalaria deveriam receber dois meses adiantados³². Contudo, o fundador não demorou a queixar-se da *“incapacidade da gente que trouxe do Rio de*

Janeiro”, soldados que, até então, “considerava maus só no militar os experimentei malíssimos em todas as suas acções”, o que não surpreende se nos lembrarmos da forma como foi feito o recrutamento. Reclamou ainda que, aproveitando-se da enfermidade que padecia, “os brasileiros se licenciaram tanto que desobedeciam a seus oficiais”. Segundo Lobo, os melhores soldados eram os reinóis³³, já que, com poucas excepções, os brasileiros “iam muito pouco às faxinas e nelas trabalhavam o que queriam, que era muito pouco, e com aquela calma com que no Brasil costumam fazer todas as coisas³⁴”.

As queixas contra os soldados brasileiros são constantes na documentação pesquisada. O governador Sebastião da Veiga Cabral reclamou ao rei que, dos soldados que pedira ao Rio de Janeiro, “só doze eram capazes, e os mais inúteis, por despídos e descalços, e outros mulatos”. O preconceito de Veiga Cabral contra os soldados mulatos não deixou de ser severamente reprovado pela Coroa, que estranhou a atitude do governador de Sacramento, respondendo-lhe que “ainda que fossem mulatos, como destes de que se compõe a maior parte do Brasil, e não haverem muitos outros de diferente qualidade, e neste Reino, em que podia haver muito maior escrúpulo, serviram muitos, e occuparam postos³⁵”.

Em 1718, o governador Manuel Gomes Barbosa queixava-se ao vice-rei do Brasil que muitos dos seus soldados eram aleijados e doentes³⁶. Escreveu também à Coroa sobre a grande quantidade de desertores que resultava da má qualidade da tropa, composta por soldados novos e mulatos, sendo em sua maioria “degredados, uns por ladrões e outros por vários crimes”. Por isso achava melhor que se fizesse o recrutamento em Portugal e nas ilhas. Mas ainda achou necessário acrescentar que os recrutas não deveriam desembarcar no Rio de Janeiro “por não tomarem a língua da terra, que só desta sorte me parece não desertarão, por não saberem o viver do Brasil³⁷”.

Segundo a opinião do governador António Pedro de Vasconcelos, “o Brasil não tem gente para o recrutar, e a experiência mostra não serem os filhos daquele país mui próprios para a guerra”. O Conselho Ultramarino não deixou de dar razão ao

governador, dizendo que nos brasileiros “se acha mais frouxidão e [são] menos sofredores do trabalho³⁸”. Em favor dos militares do Reino, contava o facto de que geralmente já tinham experiência militar antes de chegar aos domínios ultramarinos. José de Miralles, escrevendo sobre o ataque espanhol de 1735, escrevia que, face à cavalaria inimiga, composta por mil e duzentos soldados, os portugueses só contavam com cento e sessenta soldados, “porém quase todos estes, transmontanos, da Beira, de Entre Douro e Minho, já disciplinados, e bem instruídos na guerra passada, e tropas das ditas províncias de donde tinham vindo no ano de 1717 povoar a Colónia³⁹”.

A falta de apreço pelos soldados brasileiros ia mais além do que o simples preconceito dos oficiais e governadores, reinóis em sua maioria. O recrutamento compulsório que visava a obtenção da maior quantidade de homens no menor tempo possível, paralelamente ao objectivo de livrar as cidades dos elementos indesejados, foi o principal factor responsável pela baixa qualidade do soldado recrutado na América portuguesa. Outro factor que pesava contra o soldado brasileiro era a falta de experiência no cavalgar, arte de extrema importância no pampa.

Alertando sobre as dificuldades em recrutar homens qualificados para a formação de um regimento de cavalaria, o governador interino de Minas Gerais, Martinho de Mendonça⁴⁰, escrevia que: “formar os regimentos de homens que nasceram na América, criaram-se nos portos de mar e sustentaram-se com bananas, e esperar de tal gente efeitos vigorosos, é mal conhecer o carácter das nações”. Completava o seu raciocínio com o velho preconceito dos reinóis: “Eu antes quisera duas tropas de europeus que oito de brasileiros⁴¹”.

Contudo, em situação de perigo, quando o recrutamento era feito à pressa, mesmo os soldados do Reino eram depreciados, como em 1736, quando Gomes Freire de Andrade, se queixou a Martinho de Mendonça que os navios recém-chegados da metrópole para o socorro de Colónia “trazem mui bisonha guarnição⁴²”. Pareceu-lhe, então, ser preciso acrescentar à expedição duas companhias de granadeiros e cem homens escolhidos de entre a guarnição do Rio de Janeiro.

De facto, se atentarmos à documentação, o que vemos é que o recrutamento compulsório de gente indesejável era o principal responsável pela baixa qualidade dos recrutas e não a sua terra de origem. Em 1732, o governador do Rio de Janeiro queixou-se de que António Pedro Vasconcelos lhe remetera o soldado Diogo de Faria, considerado pelo governador de Sacramento como de ânimo *"ferino e matador"*. Em resposta aos protestos enviados ao Conselho Ultramarino, Vahia Monteiro comprometeu-se a não mais enviar para Colónia *"nem fracos porque não servem para o serviço, nem os de génio matador, ainda que esse seja o ofício dos soldados"*⁴³.

Laura de Mello e Souza ressalta que, devido às questões de fronteira, o sul da América portuguesa foi, durante o século XVIII, o principal destino reservado aos desclassificados da sociedade colonial. *"Prender para Montevidéu, para a 'Nova Colónia', para o rio da Prata ou genericamente para o Sul são expressões correntes na documentação por todo o período"*. À repressão que se seguiu aos levantes ocorridos durante o governo do conde de Assumar em Minas Gerais, seguiu-se a prisão dos *"cabeças do motim, e muitos ociosos e vagabundos para Montevidéu"*⁴⁴. As medidas repressivas, que visavam a restauração da ordem na capitania, também serviram o propósito de recrutar soldados para a expedição que então se organizava com o objectivo de fortificar o sítio de Montevidéu.

Com a finalidade de tomar a carreira militar mais atractiva, em 1731 a Coroa limitou o serviço no Brasil a dez anos e em Angola a seis anos, ao fim dos quais os militares poderiam pedir transferência para Portugal, caso não tivessem contraído matrimónio nesse meio tempo. Os incentivos, porém, não conseguiram aumentar consideravelmente o número de recrutas para as colónias⁴⁵. O que garantia um certo número de militares era o costume de seguir a profissão paterna. Neste contexto, o oficial Manuel Ferreira de Sande, fez um requerimento ao rei pedindo-lhe que dispensasse seu filho da idade mínima prescrita pelo regimento para o recrutamento, pois ainda lhe faltavam três anos. Alegava que era um costume do rei dispensar os filhos dos oficiais em tais circunstâncias⁴⁷.

Ainda assim, o alistamento compulsório dos degredados do Reino e dos desclassificados da colónia era absolutamente necessário para a manutenção do efectivo das tropas coloniais, já que os constantes atrasos dos soldos e a violência do quotidiano militar eram motivos suficientes para afastar os voluntários. Por sua vez, os privilégios concedidos pela Coroa às ordens religiosas e a determinadas profissões, nos quais se incluía a isenção do serviço militar, tornou extremamente penosa a função do recrutamento.

Em 1762, o governo interino da Bahia informou a Coroa sobre as dificuldades que encontrava para completar o terço de auxiliares, *"sendo a causa desta grande falta o grande número de privilegiados que tem esta terra"*. Entre os privilegiados listavam-se os pedidores da S. S. Trindade, Santo António e Meninos Órfãos, Tesoueiros da Bula da Santa Cruzada, familiares do Santo Ofício, moedeiros, relojoeiros, tanoeiros, carvoeiros, marceneiros, carpinteiros e calafates. Quanto aos *"homens de negócio e seus caixeiros só querem alistar-se nas ordenanças, querendo entrar no número dos privilegiados, o que tudo faz: um grande número de homens com que não só se podia completar o Terço de Auxiliares, mas ainda fazer outro"*⁴⁶. Não é de se estranhar que se buscasse antes a incorporação aos corpos de ordenança que às tropas auxiliares, uma vez que as ordenanças não só asseguravam um certo *statutus* social, como também garantiam a seus membros que não seriam enviados em missões para fora da área de actuação do regimento.

No Rio de Janeiro, principal centro de recrutamento para a Colónia do Sacramento na América portuguesa, também era grande o número de pessoas isentas do serviço militar, englobando os que serviam ou serviram nos cargos eleitos da governança, os senhores de engenho e seus criados, os moedeiros, os familiares do Santo Ofício e os Cavaleiros das Ordens Militares. Por sua vez, os desprivilegiados não hesitavam em fugir para o mato cada vez que se ameaçava com o recrutamento compulsório, não restando ao governador outra alternativa senão ordenar o alistamento dos vadios. Além da dificuldade em conseguir novos soldados, as autoridades cariocas tinham de combater a contínua

deserção dos soldados que, desde inícios do século XVIII, fugiam para o sertão, atraídos pelas riquezas de Minas Gerais⁴⁹.

De facto, buscava-se escapar ao alistamento de todas as maneiras, pois, devido às péssimas condições da vida do soldado, a carreira militar era execrada pela população pobre que não tinha condições financeiras para ascender na hierarquia militar.

Em 1761, o governo interino informou à Coroa que, na Bahia, era *"muito abominável o nome de soldado, e por este motivo não há ninguém que por seu gosto queira sentar praça, e todo aquele que foi obrigado o seu maior empenho e diligência é o livrar-se de soldado"*. Os poucos que buscavam o serviço militar voluntariamente faziam-no forçados pela total falta de perspectiva, como o governo baiano alertava Lisboa, dizendo que os voluntários eram *"quase todos crianças, filhos de gente tão pobre que andam pelas ruas nus só com a camisa, que chegando à idade que já se envergonham de andar assim, vêm sentar praça por terem [com] que vestir e com que se alimenta"*⁵⁰.

A situação não era diferente em São Paulo, de onde o governador, Morgado de Mateus, escrevia em 1765, sobre a dificuldade em alistar homens nas tropas auxiliares *"pela repugnância com que os povos fogem de ser soldados, como também pela falta de gente capaz, e com possibilidade de se poder sustentar sem soldo por estar esta capitania reduzida pela maior parte a suma pobreza"*⁵¹. Não admira que, nessas condições, a moral do soldado fosse tão baixa que o mesmo acabava sendo escarneado até pelos escravos, situação que levou José Rodrigues de Oliveira, governador interino de São Paulo a publicar um bando, em 1738, pelo qual condenava a serviço forçado nas obras da fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande os negros *"que queiram perder o respeito aos soldados ou qualquer homem branco, ou brigarem uns com os outros"*⁵².

A resistência ao serviço militar era tão grande que boatos sobre o recrutamento perturbavam o quotidiano de vilas e cidades. Em Agosto de 1704, o governador-geral escreveu ao sargento-mor da vila do Camumú, na Bahia, para remeter presos a Salvador os viajantes que passaram pela vila espalhando o boato que ele mandara *"prender gente para a Nova Colónia"*⁵³. De facto,

bastava um boato para que a população buscasse na mata um refúgio contra os recrutadores⁵⁴.

Entre os espanhóis, principais adversários dos portugueses no Rio da Prata, a situação não era muito diferente. Em Buenos Aires, o serviço militar compulsório também era aplicado aos homens considerados vagabundos pelas autoridades coloniais da cidade. Contudo, ali não era o ócio ou a vagância que serviam para qualificar os desclassificados como vagabundos, mas sim a ausência de propriedade fundiária⁵⁵. Durante o século XVII, os habitantes da campanha de Buenos Aires eram obrigados a possuir um documento chamado "papeleta", por meio do qual as autoridades se certificavam de que o seu portador trabalhava como peão em alguma estância.

À medida que o couro se valorizava no mercado internacional, aumentava o controlo do Estado sobre a vida privada dos pobres, castigando severamente os que não tivessem endereço fixo e pressionando para que todos se enquadrassem no sistema, seja trabalhando numa estância ou alistando-se no exército⁵⁶. Enquanto os brancos deveriam incorporar-se na cavalaria da milícia portenha, os mestiços e pardos eram encarregados do cuidado dos cavalos, carretas, corte de lenha e outros serviços auxiliares. Quando algum branco se apresentava como voluntário, em geral era incorporado no corpo de Dragões⁵⁷.

O principal meio de resistência ao recrutamento forçado, tanto entre os portugueses quanto entre os espanhóis, era a deserção, gesto que acabava por gerar um círculo vicioso, pois quanto maior o número de desertores, maior era o número de recrutas necessários. No Rio de Janeiro a situação era especialmente delicada, pois os seus governadores constantemente deveriam mandar homens ao Prata, ao mesmo tempo que não deveriam descuidar a defesa da capitania, nem comprometer a capacidade produtiva da economia local.

Tudo indica que a qualidade dos soldados remetidos para Colónia variou muito de acordo com a política adoptada pelos governadores do Rio, já que os que não queriam desfalcocar a guarnição da cidade remetiam os homens que não fariam falta, enquanto os que eram mais cuidadosos em garantir a segurança

do estabelecimento platino tratavam de enviar à Colónia alguns dos melhores soldados da guarnição carioca. O governador António Pais de Sande queixou-se, em 1693, de que a guarnição do Rio *“estava reduzida a três companhias de soldados bisonhos, visto que os melhores elementos da tropa eram seguidamente retirados e enviados para a Colónia do Sacramento, a fim de preencher os claros que as contínuas deserções causavam na respectiva guarnição”*⁵⁸.

Para fazer frente à constante falta de soldados, os governadores do Rio de Janeiro usavam todos os meios possíveis para prover ao recrutamento. As constantes chegadas de gente atraída pelas minas chamaram logo a atenção das autoridades para o seu enquadramento no sistema militar. Como vimos anteriormente, a lei de 20 de Março de 1720 impedia o embarque para o Brasil de pessoas sem passaportes. Contudo, ela não conseguiu cumprir o seu intento de restringir a emigração dos portugueses, já que havia um grande desleixo na fiscalização dos navios, especialmente no Porto, principal ponto de embarque da região mais povoada do Reino⁵⁹. Se muitos homens optavam pela emigração como uma forma de escapar ao recrutamento militar na metrópole⁶⁰, nos portos brasileiros, especialmente no Rio, os recrutadores estavam à sua espera.

Antes mesmo de assumir o governo da Colónia do Sacramento, quando se encontrava no Rio de Janeiro à espera da saída de uma embarcação que o levasse ao Rio da Prata, António Pedro de Vasconcelos entrou em acordo com o governador Aires de Saldanha sobre a melhor maneira de aproveitar o grande número de pessoas que continuamente chegavam àquele porto em busca de novas oportunidades no Brasil. Ao partir para Sacramento, Vasconcelos levou consigo trinta ilhéus que haviam chegado ao Rio sem passaporte e foram constrangidos pelo governador a segui-lo⁶¹.

Parece que a ideia de António Pedro de Vasconcelos tornou-se prática comum a partir de então. Embora a lei obrigasse a remeter a Lisboa as pessoas presas por falta de passaportes, Luís Vahia Monteiro, sucessor do governador Aires de Saldanha, alegou que a contínua deserção em Colónia quase extinguiu a

sua guarnição, por isso, movido pela urgência, transgredia a lei para melhor servir a Coroa. Ordenou então, em Fevereiro de 1729, que os homens recentemente chegados do Porto sem passaportes fossem alistados e remetidos para a Colónia do Sacramento⁶².

Em Maio de 1735, o brigadeiro José da Silva Pais, governador interino do Rio, informava a Coroa sobre a chegada de duas embarcações vindas das ilhas Terceira e Faial, nos Açores, cuja *“maior parte da sua carga é de passageiros, gente pedinte e que querem passar às minas não só a buscar vida senão ainda só a pedir esmolas”*⁶³. Como a maior parte dos que chegavam não possuía passaporte, Silva Pais tratou de impedir a passagem para Minas Gerais dos que não tinham sido chamados pelos pais ou parentes ou que tivessem uma forte razão para prosseguir a viagem. Os homens capazes para o serviço foram enviados para Colónia, para onde o governador já tinha mandado vinte e sete no decurso de dois meses. Contudo, quando se tratou de enviar um casal com dois filhos, Silva Pais teve de enfrentar o provedor da Fazenda Real, que não concordou em pagar as suas passagens, como convinha aos que partiam como povoadores.

Além de passageiros sem passaportes, o recrutamento compulsório atingia os homens que de alguma forma perturbavam a ordem pública. Em Março de 1726, Vahia Monteiro enviou a Sacramento, como recruta, André de Siqueira, acusado de *“inquieter uma mulher casada”*, o qual substituiria um soldado que deveria ser remetido ao Rio *“para a consolação de seu pai”*. Tal procedimento tinha como objectivo evitar desfalcar a guarnição de Colónia quando os familiares pediam a volta de um soldado ao Rio, como voltou a ocorrer em 1728, quando Vahia Monteiro mandou um recruta para que, em seu lugar, a pedido de seu avô, retomasse à guarnição carioca o soldado José Nunes. Curiosamente, fora o próprio avô de José Nunes quem pedira ao governador para enviá-lo a Sacramento alguns anos antes, e depois, já velho, pedia pelo seu retorno⁶⁵.

Parece mesmo que, além de local de degredo para os indesejados pelas autoridades do Rio de Janeiro, Colónia também serviu como um local de castigo para pessoas que causavam

problemas aos seus familiares, pois além do caso de José Nunes, temos o requerimento de um pai que pede que seu filho, um negro forro, que "*por algumas extravagâncias*", seja enviado para Colônia, de onde Vahia Monteiro pedia a Vasconcelos que não o deixasse sair. Ali, deveria "*ganhar a sua vida trabalhando nas obras ou em outros ministérios*".

O recrutamento compulsório também servia como uma maneira eficaz de desembaraçar-se de alguma pessoa inconveniente. Por provisão real de 30 de Janeiro de 1738, José Inácio da Fonseca conseguiu licença de um ano a fim de voltar a Portugal para resolver negócios pendentes. Queixava-se de que devido a desavenças com o seu sócio, este o inscrevera como soldado, o que lhe arruinou o comércio e o crédito, pois vários comerciantes de Lisboa lhe fiaram grande quantidade de fazendas, sendo que só a D. Paulo Jerônimo Medici devia mais de dez mil cruzados⁶⁷. Em 1742, Manuel Tavares da Silva, soldado Dragão da guarnição de Rio Grande, representou ao brigadeiro Silva Pais "*que ele suplicante veio potenciosamente das Minas, por pessoa sua inimiga, que avilosamente maquinou destruí-lo*"⁶⁸.

Não era raro que algumas pessoas abusassem do poder que lhe fora conferido pelo sistema de ordenanças, a fim de proceder a vinganças pessoais. Maninho de Mendonça escrevia a Gomes Freire, em 1736, que "*os oficiais das milícias nada desejam tanto como estas prisões*"⁶⁹. Nos momentos de emergência, como durante o cerco espanhol a Colônia, as autoridades perdiam os poucos escrúpulos que ainda tinham com relação ao recrutamento compulsório e fechavam os olhos às arbitrariedades executadas pelos recrutadores. Não é à toa que personalidades que se destacavam nas comunidades fizessem questão de obter cargos de comando nas ordenanças. Romero Magalhães sintetizou o poder de que estavam vestidos com uma frase: "*Fazer soldados, poder tremendo! Não os fazer, maior ainda*"⁷⁰.

Porém, a Colônia do Sacramento não era vista somente como um local de degredo, mas também como um promissor campo de trabalho para um jovem que buscasse os lucros do

contrabando. Em 1726, o governador Vasconcelos remeteu, no mesmo navio em que veio do Reino, onde sentou praça, João Francisco Jorge, o qual "*vindo com um sócio português a estabelecer uma casa de negócio, o seu fim não era ser soldado mais do que no nome*"⁷¹. Para João Francisco Jorge, o engajamento no serviço militar seria uma forma de se introduzir no lucrativo comércio ilícito com os espanhóis que se desenvolvia em Colônia.

2.1.2. – O Recrutamento para as Expedições de Socorro (1735-1737)

Se a maioria dos militares vinha do Rio de Janeiro e da metrópole, em situações de grande perigo mobilizavam-se todos os recursos humanos e materiais do Estado do Brasil, como ocorreu durante o cerco de 1735-1737, quando foram enviados para Sacramento reforços provenientes da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo. Em 1735, em resposta aos pedidos de socorro de Antônio Pedro de Vasconcelos, o governador interino do Rio de Janeiro, José da Silva Pais, mandou lançar um bando para sentar praça a toda pessoa que quisesse participar no socorro à praça sitiada. A fim de conseguir a rápida adesão de voluntários, oferecia o fornecimento imediato de fardas, mantimentos e três meses de soldo adiantado a título de ajuda de custo. Findo o cerco, o voluntário poderia dar baixa após entregar o fardamento e as armas, sendo que, se quisesse continuar no serviço, teria a permissão de escolher a companhia do seu agrado nas guarnições de Sacramento ou do Rio de Janeiro. Oferecia ainda passagem e sustento aos casais que manifestassem o desejo de seguir para Colônia⁷².

Todavia, os incentivos oferecidos pelo governador sofreram a oposição do procurador da Coroa e do provedor da Fazenda Real, que alegaram não haver nenhuma ordem real que permitisse semelhante despesa. O impasse foi resolvido por Silva Pais, que ordenou que as suas ordens fossem rigorosamente

cumpridas⁷⁹. Apesar dos incentivos, o número de voluntários não deve ter sido grande, pois quando o governador ordenou a concentração dos efectivos do socorro no largo do Carmo, a fim de passar mostra às tropas de voluntários, também fez menção "a todos os mais que se têm sentado praça involuntários"⁸⁰.

Numa emergência como esta, não era possível recorrer somente ao recrutamento dos indesejados pela sociedade, mas também foi preciso incorporar às expedições de socorro, que se sucederam de 1735 a 1737, elementos activos na economia colonial. Além do comércio, a agricultura e a manufactura foram prejudicadas pelo recrutamento compulsório de uma importante parcela da sua mão-de-obra.

João Lopes, patrão-mor do porto do Rio de Janeiro, queixava-se que um moço que se tinha oferecido para trabalhar para ele, fora recrutado à força, "do que poucos tem escapado, e eu não pude ser-lhe bom porque logo, na mesma altura, matricularam-no". Diante de tal situação, Lopes tentou buscar a ajuda de um destacado comerciante da cidade, João Rodrigues da Silva, a fim "de o botarmos para fora sem ele dar fiança, para ver se lhe posso dar alguma escápula para alguma parte, mas vejo isto mui apertado, eu também tinha um moço em casa, e o senhor Gomes Freire de Andrade, mo mandou para a Colónia, sem também poder ser-lhe bom"⁸¹.

Nas situações de emergência, o recrutamento compulsório fazia-se com tal violência que a pessoa presa dificilmente tinha chance de escapar ou mesmo de organizar os seus negócios antes da partida. Um soldado artilheiro da guarnição do Rio Grande requereu, em 1742, que se lhe desse uma licença de seis meses para voltar ao Rio de Janeiro, onde tinha uma loja, precisando de resolver alguns negócios pendentes que a brevidade da sua convocação para o serviço militar o impediu de fazer⁸².

Embora o recrutamento se fizesse de modo violento e sem mais método do que arranjar o maior número possível de soldados, a influência de uma personagem importante ou mesmo de um comerciante destacado podia ser útil a fim de escapar à conscrição militar. João Lopes pediu a Francisco Pinheiro, importante comerciante em Lisboa e com boas relações na Corte, que

conseguisse "um alvará de Sua Majestade para dar baixa a um caixeiro meu que se acha na Nova Colónia do Sacramento, pois é pessoa de quem me fiava e me descansava nos meus negócios, o qual se chama Serafim José Carvalho de Oliveira que à falta deste me tem servido de grande prejuízo"⁸³. Contudo, não sabemos se seu pedido foi atendido.

A primeira expedição de socorro, sob o comando do sargento-mor Tomás Gomes da Silva, deixou o Rio em 15 de Dezembro de 1735. Compunha-se de seis embarcações e levava trezentos e sessenta marinheiros, duzentos e cinquenta infantes, quarenta e dois Dragões das tropas de Minas Gerais e trinta e cinco artilheiros. Ao lado dos militares seguiam ainda oitenta e seis prisioneiros e vinte e cinco índios⁸⁴, o que sugere que o sistema de recrutamento compulsório aplicado à população masculina do Rio foi insuficiente para completar o número de soldados necessários, tendo que recorrer-se aos prisioneiros.

Na Bahia, o vice-rei, conde das Galveias, tratou de organizar uma expedição de socorro que saiu de Salvador em 31 de Dezembro de 1735. Compunha-se de um destacamento de duzentos soldados, retirados dos dois Terços que guarneciam a cidade, três capitães de infantaria e um de artilharia, três alferes, seis sargentos e cinquenta artilheiros que seguiram a bordo de dois navios⁸⁵. A escala das tropas da Bahia no Rio trouxe o medo da deserção e por isso o governador ordenou que todos os oficiais e soldados estivessem sempre a postos nos quartéis consignados, sendo castigados como desertores os que se ausentassem deles. O castigo incluía as pessoas que ajudassem os desertores, incorrendo em pena de cinco anos de degredo em Angola⁸⁶. Porém não havia só o risco de deserções, pois enquanto se esperava a partida da frota para Sacramento irromperam distúrbios entre os reforços vindos da Bahia e a guarnição do Rio de Janeiro, causando um número de baixas não especificado por Simão Pereira de Sá, entre mortos e encarcerados⁸⁷.

Em resposta ao pedido de ajuda de Gomes Freire de Andrade, que então acumulava os governos do Rio de Janeiro e Minas Gerais, o conde de Sarzedas, governador de São Paulo, alegou que não tinha como acudir ao governador Vasconcelos,

uma vez que a sua capitania não contava com tropas nem equipagem para organizar um socorro por terra numa distância tão grande como a que havia entre São Paulo e Colônia. Também julgava difícil reunir os paulistas sem lhes oferecer grandes vantagens, uma vez que a maioria deles se encontrava dispersa pelas minas, sendo que os poucos que conseguira reunir haviam sido enviados ao Mato Grosso para atacar os índios paiaguás, que dificultavam o acesso às minas de Cuiabá. Informava ainda que a guarnição de Santos não passava de duzentos e oitenta homens carentes das munições necessárias e que também lhe era difícil contribuir com farinha para os socorros, porque havia falta dela em toda a capitania⁹².

Contudo, Sarzedas conseguiu convencer Cristóvão Pereira de Abreu a partir em socorro a Colônia. Abreu reuniu 170 homens que sustentou à sua custa com a promessa do saque livre nas terras espanholas⁹³ e, apesar deste pequeno destacamento não poder fazer frente aos espanhóis, o mesmo contribuiu para a manutenção de Colônia através de remessas de carne bovina e peixes⁹⁴. Também contribuiria aquando da construção de uma fortaleza da barra do Rio Grande de São Pedro, coordenada pelo brigadeiro José da Silva Pais, em 1737.

A notícia de que a Coroa espanhola preparava duas naus com reforços para D. Miguel de Salcedo, fez D. João V ordenar a ida de novos reforços para Colônia⁹⁵. A 25 de Março de 1736, zarpavam de Lisboa duas naus de 60 peças e uma fragata de 54, sob o comando do coronel Luís de Abreu Prego que, com o pretexto de acompanhar a frota mercante do Rio de Janeiro, destinavam-se a reforçar a presença naval de Portugal no Rio da Prata. Seguiu com o coronel Prego o mestre de campo André Ribeiro Coutinho, considerado um dos mais brilhantes oficiais portugueses, com larga experiência no Estado da Índia. D. João dava preferência à tomada de Montevideu, mas também ordenava a fortificação da margem sul da barra do Rio Grande⁹⁶.

Na altura das ilhas Canárias, os navios de guerra adiantaram-se aos navios mercantes da frota e seguiram para o Rio de Janeiro, para onde a Coroa já havia mandado um navio com ordem para que o governador Gomes Freire de Andrade seguisse

para o Rio de Janeiro, onde deveria assumir o governo da capitania⁹⁷. O brigadeiro José da Silva Pais, governador interino do Rio desde 12 de Março de 1735, fora encarregado de armar alguns navios leves para se juntarem aos reforços que em breve chegariam de Lisboa, devendo incorporar-se à expedição de socorro para comandar as operações terrestres contra os espanhóis⁹⁸.

Apesar do novo ânimo que a notícia da vinda de reforços de Lisboa deu à população carioca, Silva Pais não deixou de encontrar dificuldades em recrutar marinheiros para equipar a frota. Por isso lançou um bando, pelo qual ordenava que todo o homem que houvesse sido marinheiro, ou sendo-o e não servindo em outra embarcação, sentasse praça imediatamente sob pena de ter de trabalhar seis meses acorrentado nas obras de fortificação, aos quais se seguiriam dois anos de degredo em Angola. A mesma pena seria imposta às pessoas que os ocultassem ou não os denunciassem⁹⁹.

O recrutamento forçado trazia diversos problemas de entre os quais o principal era a dificuldade em manter a disciplina entre homens sem treino militar. Mal desembarcado o destacamento da Bahia em Colônia *"começaram os soldados com distúrbios, e desgostos a inquietar a praça. Mostravam que da guerra não tinham experiência, [e ainda] menos sofrimento para os trabalhos de um sítio rigoroso. Sabiam melhor contender com os domésticos, que disputar com os estranhos"*¹⁰⁰. A exemplo do que ocorria em Sacramento, os Dragões que haviam chegado de reforço da Espanha ameaçavam rebelar-se em Montevideu contra a falta de pagamento, além de constantemente entrar em atrito com a população¹⁰¹.

Somando-se ao esforço de guerra, em 20 de Maio de 1736, Sarzedas publicou um bando pelo qual prometia honrarias e concedia saque livre de gado, ouro, prata e o que mais fosse tomado ao inimigo aos homens que se alistassem no socorro que enviava por terra a Colônia. A todos que se recusassem ao alistamento ou se escondessem dos recrutadores, ameaçava com os castigos destinados aos rebeldes e desertores. Às famílias que se dispusessem a ir povoar o Rio Grande do Sul,

prometia a concessão de sesmarias além dos privilégios e isenções que se davam aos povoadores⁹².

Embora o governador de Pernambuco promettesse a Silva Pais remeter ao Rio de Janeiro duzentos homens⁹³, não cumpriu a promessa, sendo severamente repreendido pelo secretário de Estado por agir com frouxidão na organização do socorro que a capitania devia para Colônia. Além da demora no apresto, a Coroa estranhou a ordem de suspensão dada pelo governador à organização da expedição de socorro, assim que recebeu a notícia de que os espanhóis levantaram o cerco depois da chegada dos reforços enviados pelo Rio de Janeiro. Deveria, pois, remeter com urgência para o Rio um destacamento dos melhores homens das guarnições pernambucanas e proceder ao recrutamento para substituir os que partiam para o sul. O governador ficava advertido que *“em tudo o mais que se lhe pedir para ajuda da conservação ou restauração dos domínios daquelas partes ponha vossa senhoria a maior diligência e cuidado porque de toda negligência que houver neste particular se dará Sua Majestade por muito mal servido”*⁹⁴.

Antecipando a situação de emergência, intensificava-se o recrutamento forçado. Em Outubro, o governador interino de Minas Gerais, Martinho de Mendonça, escrevia a Gomes Freire sobre *“os inconvenientes de prender gente para recrutas, cometendo as prisões e a facilidade com que desertam, de que aqui há bastantes exemplos, andando já nas Minas alguns dos que Vossa Excelência mandou por castigo para a Colônia, por esta razão não entro a preparar recrutas sem ordem de Vossa Excelência, que executarei com o primeiro aviso”*⁹⁵. Em Novembro, Mendonça ainda não havia recebido ordens de organizar uma nova leva de soldados em Minas Gerais, pois Gomes Freire havia reconhecido *“a pouca utilidade das recrutas, e a vexação que causam pelas paixões dos executores [do recrutamento]”*. Contudo, apesar disso, continuava-se a pensar no serviço militar como uma maneira eficaz de livrar a sociedade dos elementos indesejáveis, pois o governador interino afirmava que *“sempre remeterei alguns recrutas que servirão mais para limpar esta capitania que para socorrer a outra”*⁹⁶.

O imenso esforço de guerra já começa a preocupar as autoridades coloniais. Embora o vice-rei escrevesse à corte que não tinha os meios necessários para socorrer Colônia, uma vez que lhe faltavam munições, armas e mesmo dinheiro para pagar os terços da guarnição de Salvador, além de alegar que não encontrara no porto nenhum navio capaz que se pudesse armar para transportar os reforços a Sacramento⁹⁸, conseguiu mandar novo socorro em 3 de Dezembro de 1736. Composto de cem soldados retirados dos terços da guarnição, cinquenta artilheiros, dois capitães e um alferes, este segundo socorro chegou quando os espanhóis já haviam levantado o cerco, sendo, portando, enviado para reforçar o novo estabelecimento criado no Rio Grande de São Pedro⁹⁹. Em janeiro do ano seguinte, o vice-rei, conde das Galveas, queixou-se a Martinho de Mendonça de que para acudir Sacramento *“será necessário destruir todas as praças da América dos meios de se poderem defender porque em todas vai faltando o dinheiro, a gente e os mantimentos”*¹⁰⁰.

O recrutamento forçado já começava a ameaçar a economia das áreas onde era praticado com maior intensidade. Em Março de 1737, Maninho de Mendonça escrevia a Gomes Freire sobre a falta de oficiais nas forças de Minas Gerais, constantemente sangradas em benefício da Colônia do Sacramento. Dos últimos homens que enviara ao Rio de Janeiro, para dali seguirem rumo ao Prata, tecia um comentário pouco lisonjeiro, já que se tratavam de *“novatos, e eram o último refugio de todos os destacamentos”*¹⁰¹. Em Maio, o mesmo queixava-se de que *“nas vilas do caminho velho se prende para a Colônia não só os vadios e moradores, mas os homens do caminho que vão buscar carregações ou vêm com elas”*. Preocupava-o, então, que o abuso no recrutamento compulsório, praticado nos caminhos que ligavam ao litoral, poder-se-ia gerar uma crise no abastecimento de Minas Gerais¹⁰².

Alguns dias depois, voltava a escrever a Gomes Freire, dizendo-lhe: *“verei se acho recrutas para os Dragões e se não os achar, alistarei alguns por força, [por] que as cousas do Rio Grande têm metido tal horror que os não haverá por outro modo”*¹⁰³. Em Junho, informava que ordenara o recomeço do

recrutamento. Contudo, então, “*não dei maior pressa alistando-os por força, esperando com algum tempo achá-los voluntários, evitando assim os discursos quiméricos que se haviam de formar*”¹⁰⁴. No mês seguinte, queixava-se de que “*no ano passado tinha tropas, tinha oficiais, hoje falta tudo, os novos recrutas são paisanos com vestido uniforme [e] os cabos de esquadra, faltam os mais capazes*”¹⁰⁵.

O armistício de 1737 parece ter salvo o governo colonial de um colapso no seu sistema defensivo. Porém, até à assinatura de um novo tratado que delimitasse precisamente a fronteira meridional, a situação continuaria tensa no Rio da Prata. Por sua vez, a fortificação erigida no Rio Grande de São Pedro continuava a exigir mais homens, armamentos e mantimentos para a sua manutenção. Como as capitânicas do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia foram as que mais contribuíram para o esforço de guerra, encontravam-se então esgotadas de recursos para continuar a enviar reforços para o sul.

A morte do conde de Sarzedas, em 1737, quando viajava para Goiás a fim de organizar o combate contra os índios paí-gauás que dificultavam o acesso ao Mato Grosso, colocou a capitania de São Paulo sob o governo interino de Gomes Freire de Andrade¹⁰⁶. Aproveitando-se dessa situação, Gomes Freire não perdeu tempo em inserir os paulistas no esforço de guerra. Em Abril de 1738, escreveu ao governador de Santos dizendo-lhe que:

“Do estabelecimento do Rio Grande se me pede com grande instância recrutamento de gente; a capitania do Rio de Janeiro, e esta [de MG] têm dado para Colónia, e para o dito estabelecimento mais gente do que eu esperava no princípio desta guerra; e só a capitania de São Paulo tem sido a mais aliviada, e como agora se não pode dispensar de acudir a esta necessidade vossa senhoria mandará logo fazer nas partes que entender mais convenientes o maior número de recrutas que puder declarando-lhes que vão servir a el Rei os soldados de cavalo, e que hão de ter soldo por dia um tostão livre de farda, e

hospital, e tanto que vossa senhoria tiver alistado número suficiente os mandará transportar ao Rio Grande em alguma embarcação, ou embarcações que vossa senhoria lhe parecer, e a brevidade desta diligência hei por muito recomendada a vossa senhoria por importar muito ao serviço de Sua Majestade e conservação daquele estabelecimento”¹⁰⁷.

A partir desse momento, a capitania de São Paulo passou a ser a principal responsável em sustentar com homens e alimentos a defesa da fronteira meridional¹⁰⁸, já que, além das capitânicas brasileiras envolvidas no esforço de guerra, Portugal também encontrava dificuldades em garantir a segurança do novo povoado. Na verdade, ao desgaste causado na metrópole para socorrer Colónia entre 1735 e 1737, seguiu-se uma crise na Índia portuguesa, onde, entre 1737 a 1740, os maratas conquistaram Baçaim e a fértil província do norte. A situação crítica no Oriente obrigou a Coroa a continuar o esforço de guerra na forma de constantes envios de homens, armamentos e dinheiro, tornando impossível socorrer Sacramento e Rio Grande caso estourasse um novo conflito com os espanhóis. Por sua vez, a “Guerra da Orelha de Jenkins”¹⁰⁹, entre a Inglaterra e a Espanha contribuiu para aproximar as Coroas ibéricas, possibilitando a abertura das negociações que levaram à assinatura do Tratado de Madrid em 1750, no qual Portugal e Espanha procuraram regularizar as suas fronteiras coloniais¹¹⁰.

2.1.3. – Os Oficiais

Enquanto muitos dos soldados vinham do Rio de Janeiro ou eram recrutados em Colónia entre os filhos dos casais que vieram povoá-la em 1718, a maioria dos oficiais vinha da metrópole. Na sua relação do sítio de 1735-1737, Silvestre Ferreira da Silva relacionou o nome e a naturalidade dos oficiais envolvidos na defesa de Colónia. Dos quinze capitães, doze eram reinóis e

somente dois tinham nascido na América portuguesa: os capitães de infantaria João de Abreu e Teodósio Gonçalves Negrão. Silva não citou a naturalidade do capitão de auxiliares João da Costa Quintão. Por sua vez, todos os alferes, sargentos e o tenente de mestre de campo que foram relacionados também eram provenientes do Reino¹¹¹. Na cavalaria, arma que necessitava de um bom conhecimento de equitação, a maioria dos efectivos também era constituído pelos reinóis¹¹².

Um importante documento que nos possibilita analisar como se fazia o recrutamento dos oficiais no Reino é a resposta da consulta feita pelo cardeal da Mota¹¹³ sobre a formação de um corpo de Dragões na Colónia do Sacramento ao conde de Assumar, então Mestre de Campo General da Cavalaria do Alentejo¹¹⁴. Se, dadas as condições do território, muito mais propício ao uso da cavalaria que ao da infantaria, havia grandes facilidades em manter um regimento de Dragões em Colónia, não era nada fácil recrutar homens capazes para suprir os postos que se criariam, como Assumar ressaltava ao Cardeal da Mota:

*"A maior dificuldade que hoje se encontra para propor a Sua Majestade oficiais capazes para o irem servir fora do Reino, são os grandes embaraços em que todos eles se acham, uns pela miséria a que estão reduzidos, outros, ou quase todos, por serem casados e carregados de filhos, sem terem com que deixar a subsistência às suas famílias, e por se considerarem desterrados de suas casas por toda a vida, e por isso fogem de um serviço que os reduz a uma espécie de cativo"*¹¹⁵.

Para diminuir a sensação de degredo perpétuo que dava o serviço militar no além-mar, Assumar propunha que se limitasse o tempo de serviço conforme a graduação e a idade do militar em questão. Aos mais jovens dos postos inferiores, propunha um serviço de sete ou oito anos e aos mais graduados e de idade mais avançada, de cinco a seis anos, pois pensava que assim *"irão todos mais gostosos, e se conseguirá que muitos se deixem ficar voluntariamente se os forem promovendo aos postos que*

vagarem". Aconselhava também que se garantisse aos militares que retomassem ao Reino um lugar nos postos vagos, *"porque todas estas esperanças os fariam ir, e servir de melhor vontade"*.

Para não alertar os espanhóis sobre o aumento das forças portuguesas no Prata, propunha que se deveria dar como pretexto à nomeação dos novos oficiais o aumento das companhias de Dragões de Minas Gerais e, *"nesta ocasião mais que em nenhuma outra se devem procurar pessoas destemidas e conhecidamente valorosas"*. Sugeriu, então, para o posto de tenente-coronel o capitão José de Moraes Cabral, que se destacou na guerra de Sucessão Espanhola e na repressão da revolta de 1720, em Minas Gerais, na qual impediu a sublevação da comarca do rio das Velhas. Ao capitão Manuel de Barros Guedes, que também se distinguiu na repressão da mesma revolta, sugeriu o posto de sargento-mor. Mas, se numa carta anterior sugerira que o cargo de coronel fosse dado ao tenente-general João Ferreira Tavares, mudara de opinião, já que, podendo *"dar-se o caso de que este oficial por algum acidente poderia ficar governando na Colónia; acho que na conjuntura presente, e na situação daquela praça não ser tão a propósito, por ter um génio ardente, e ainda que o suponho mais moderado, não se deve pôr no risco de que por falta de moderação possa pôr nunca a dita praça em alguma contingência"*.

Por essa razão julgava melhor indicar o capitão Diogo Osório Cardoso, que então servia no regimento de Dragões do Alentejo, *"por ser um oficial que tem tanto de maduro e de prudente como de valoroso, com entendimento e capacidade, que serviu toda a guerra com distinção"*. Embora anteriormente Diogo Osório Cardoso devesse comandar, com a patente de tenente coronel, a expedição que viria fundar Montevidéu, D. João V mudou de ideia e nomeou para o referido posto um dos coronéis do Rio de Janeiro. A desventura de ficar em Lisboa esperando pela partida que não aconteceu, somou-se não se lhe ter passado a patente de sargento-mor em 1714, por achar-se que merecia a de tenente-coronel e, devido à indecisão da Coroa, ficou muito tempo sem receber promoção alguma e por isso achava-se *"sumariamente descontente, e desgostoso por ver adiantados dois capitães da*

sua mesma antiguidade no posto de tenentes coronéis". O conde de Assumar ressaltava as qualidades de Diogo Osório, dizendo que:

"Este oficial tem de mais a circunstância de ser solteiro, inteligente do serviço, e hoje com prática de Dragões; é abastado de bem, e serve só por brio e honra, e por inclinação; sei de certo que o seu desgosto o fará ir servir à Sua Majestade aonde o mandar nomeando-o coronel, e que irá muito gostoso se juntamente fôr Sua Majestade servido nomear juntamente para ir com ele a dois sobrinhos seus que têm praça neste Regimento um deles chamado Tomás Luís Osório para capitão, o outro José António Cardoso para tenente; ambos são filhos do capitão-mor do Cartaxo, Francisco de Fonseca Osório, pessoas nobres e que têm o foro, ambos aplicados e assistentes no serviço, sabendo o exercício de Dragões admiravelmente e com grande desembaraço"¹⁶.

O documento ainda faz referência a vários militares que poderiam ocupar os cargos de capitão, tenente e ajudante, destacando como suas principais qualidades a prática do exercício da cavalaria e o facto de serem solteiros, o que desobrigaria a Coroa de garantir o sustento das suas famílias. E de se ressaltar que, embora fosse considerada importante, durante o Antigo Regime, a autoridade dos oficiais não estava directamente ligada à experiência militar, mas sim à fidalguia ou à riqueza. Os fidalgos sempre se referiam a si próprios como voluntários, já que a nobreza reagia contra qualquer sinal de obrigação¹⁷, como vemos no caso de Diogo Osório Cardoso, que fez questão de salientar que servia somente por "brio e honra".

Mas, se a nobreza predominava no oficialato da infantaria e, sobretudo, da cavalaria, a carreira na artilharia estava aberta também à classe média, já que, mais do que um bom nascimento, essa arma requeria especialização no serviço¹⁸. Essa particularidade permitiu ao governador António Pedro de Vasconcelos pedir que a Coroa se utilizasse do recrutamento compulsório a fim de

conseguir-lhe novos oficiais de artilharia, situação a que a fidalguia jamais se submetteria.

De facto, quando se intensificaram as pressões do novo governador de Buenos Aires para que os portugueses se mantivessem no limite do alcance do tiro de canhão, Vasconcelos, prevendo o pior, escreveu ao rei pedindo-lhe novos artilheiros, pois os vinte e um com quem contava "são incapazes por velhos e estropiados; e o mesmo sucede aos seus oficiais". Reforçava então à Coroa o pedido que fizera ao vice-rei para que lhe mandasse seis oficiais e cinquenta soldados de artilharia. Pedia a D. João V que ordenasse ao vice-rei o recrutamento compulsório de Diogo Pais, que servira anteriormente em Colónia como ajudante de artilharia e que, após casar-se em Salvador, abandonara o serviço militar. Embora recomendasse o emprego da força, Vasconcelos aconselhava que se lhe desse, ou promettesse, a patente de capitão, a fim de que Diogo Pais fosse para Sacramento "com mais gosto"¹⁹.

NOTAS

¹ António Camões Gouveia e Nuno G. Monteiro, "A Milícia", in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. 4, p. 199.

² Fernando Dores Costa, "Os problemas do recrutamento militar no final do século XVIII e as questões da construção do Estado e da nação", in *Análise Social*, vol. XXX (130), p. 121.

³ Graça Salgado (coord.), *Fiscais e Meirinhos*, p. 111.

⁴ Fernando Dores Costa, "Condicionantes sociais das práticas de recrutamento militar (1640-1820)", *Separata das Actas do VII Colóquio "O Recrutamento Militar em Portugal"*, p. 13.

⁵ Fernando Dores Costa, "O bom uso das paixões: caminhos militares na mudança do modo de governar", in *Revista Análise Social*, vol. XXXIII, (149), p. 972.

⁶ Fernando Dores Costa, "Os problemas do recrutamento militar...", *op. cit.*, p. 130.

⁷ Fernando Dores Costa, "Condicionantes sociais...", *op. cit.*, p. 15.

⁸ Fernando Dores Costa, "Os problemas do recrutamento militar...", *op. cit.*, p. 126.

⁹ Com a ascensão dos Bourbons, procurou-se adaptar o exército espanhol ao modelo francês. Sob a pressão das necessidades surgidas em consequência da Guerra de Sucessão Espanhola, a lei de 8 de Novembro de 1704 impôs um recrutamento selectivo: de cada cem homens, em determinada localidade, recrutava-se um soldado que deveria ser solteiro e estar

na faixa dos 18 a 30 anos. Depois de três anos de serviço, era desmobilizado e na sua localidade de origem sorteava-se o seu substituto. Contudo, a influência social e a corrupção faziam recair o recrutamento compulsório sobre as camadas mais desprotegidas da população, como os pobres, mendigos e criminosos. Cf. John Lynch. *La España del Siglo XVIII*, pp.113-114.

¹⁰ Graça Salgado (coord.), *op. cit.*, pp. 97-98.

¹¹ Nanci Leonzo, "Instituições Militares", in Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, *História da Expansão Portuguesa*, vol. VIII, p. 326.

¹² C. R. Boxer, *O Império Colonial Português (1415-1825)*, p. 298.

¹³ Emília Viotli da Costa, "Primeiros Povoadores do Brasil: O Problema dos Degredados", in *Revista de História*, vol. XIII, n.º 27, pp. 3-23.

¹⁴ C. R. Boxer, *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica*, p. 33.

¹⁵ Timothy J. Coates, *Degradados e Órfãs*, p. 187.

¹⁶ Dauril Alden, *Royal Government in Colonial Brazil*, p. 70, nota 32.

¹⁷ Rego Monteiro publicou a relação dos degredados, os quais seriam: Manoel da Fonseca, Francisco Antunes, Pedro Martins, Manoel da Silva, Paulo de tal (sic), António Vaz, Francisco Corrêa, Manoel Rodrigues Faria, Manoel Alvares, Matheus Alvares, Domingos Gomes, Francisco Luiz de Borba, Manoel Marques, Francisco da Costa, António de Jesus. Cf. Jonathas da Costa Rego Monteiro, *A Colônia do Sacramento (1680-1777)*, vol. 2, p. 54.

¹⁸ Vivaldo Coaracy, *O Rio de Janeiro no Século 17*, p. 201.

¹⁹ Corcino Medeiros dos Santos, *Relações Comerciais do Rio de Janeiro com Lisboa*, p. 137.

²⁰ Lei de 20 de Março de 1720, in ANRJ, cód. 60, vol.18, fls. 224v-226.

²¹ Timothy J. Coates, *op. cit.*, pp. 143-144.

²² Consulta do Conselho Ultramarino de 6 de Março de 1722, in IHGB, Arq. 1.1.21, fls. 67-67v.

²³ Dauril Alden, *op. cit.*, p. 70, n. 32.

²⁴ Bando do governador Aires Saldanha, 16 de Novembro de 1724, in ANRJ, cód. 60, vol. 14, fls. 84v-85.

²⁵ Timothy J. Coates, *op. cit.*, p. 120.

²⁶ Timothy J. Coates, *op. cit.*, p. 156.

²⁷ Laura de Mello e Souza, *Desclassificados do Ouro*, p. 59.

²⁸ Timothy J. Coates, *op. cit.*, p. 287.

²⁹ Jonathas da Costa Rego Monteiro, *op. cit.*, vol. 1, p. 42.

³⁰ A prática de buscar nas matas refúgio contra o recrutamento compulsório continuou a ser comum durante bastante tempo. Em 1722, o governador do Rio de Janeiro informou que não tinha homens disponíveis para enviar à Colônia "e caso que os houvesse, estes mais facilmente desertam fugindo pelo mato, como tinha mostrado a experiência". Cf. Consulta do Conselho Ultramarino de 17 de Março de 1722, in IHGB, Arq. 1.1.21, fls. 75v-76.

³¹ Vivaldo Coaracy, *op. cit.*, p. 191.

³² *Regimento de D. Manuel Lobo*, in Jonathas da Costa Rego Monteiro, *op. cit.*, vol. 2, p. 7.

³³ Das quatro companhias que formavam a guarnição de Sacramento no tempo de D. Manuel Lobo, uma fora recrutada na metrópole, enquanto as outras foram formadas no Brasil. Cf. Luís Ferrand de Almeida, *A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*, p. 51.

³⁴ D. Manuel Lobo ao príncipe regente, 21 de Setembro de 1680, in Jonathas da Costa Rego Monteiro, *op. cit.*, vol. 2, p. 33.

³⁵ D. Pedro II ao governador Sebastião da Veiga Cabral, 22 de Outubro de 1699, in Luís F. de Almeida, *A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil*, p. 560.

³⁶ Gomes Barbosa ao marquês de Angeja, 12 de Abril de 1718, in Jonathas da Costa Rego Monteiro, *op. cit.*, vol. 2, p. 67.

³⁷ Gomes Barbosa ao rei, 15 de Dezembro de 1718, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 1, doc. 40.

³⁸ Consulta do Conselho Ultramarino de 14 de Abril de 1722, in IHGB, Arq. 1.1.21, fls. 78-81 v.

³⁹ José de Mirales, "História Militar do Brasil", in *ABNRJ*, vol. XXII, p. 95.

⁴⁰ Martinho de Mendonça foi um dos mais destacados representantes do Iluminismo em Portugal. Na sua prolífica carreira contam-se estudos de Filosofia em Coimbra, viagens pela Europa central, participação na batalha de Belgrado contra os turcos, aulas ao infante D. Manuel em Haia e a organização da Biblioteca Real e da Academia Real da História Portuguesa. Antes de passar a Minas Gerais a fim de examinar a mudança da forma de arrecadação dos quintos, havia assistido o embaixador português em Madrid sobre questões de limites do Brasil, o que lhe deu uma boa capacidade de análise sobre a actuação dos portugueses na campanha pela defesa de Colônia, como podemos observar nas suas cartas para Gomes Freire. Chegou ao Brasil em Janeiro de 1734, quando o governador de Minas Gerais era o conde das Galveas. No ano seguinte, o conde dirigiu-se à Bahia, onde recebeu o título de vice-rei, enquanto o governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, assumiu o governo de Minas. A fim de organizar a defesa da Colônia do Sacramento frente ao ataque espanhol, Gomes Freire voltou ao Rio, deixando em seu lugar Martinho de Mendonça como governador interino em Vila Rica. Cf. Rómulo de Carvalho, "Apostamentos sobre Martinho de Mendonça de Pina e de Proença (1693-1743)", Separata da *Revista Ocidente*, vol. LXV.

⁴¹ Martinho de Mendonça a Gomes Freire, 26 de Março de 1737, in *RAPM*, vol. II, p. 402.

⁴² Gomes Freire a Martinho de Mendonça, 30 de Maio de 1736, in *RAPM*, vol. II, p. 240.

⁴³ Vahia Monteiro a Vasconcelos, 29 de Agosto de 1732, in *ANRJ*, cód. 83, vol. 4, fl. 104v.

⁴⁴ Laura de Mello e Souza, *op. cit.*, p. 83.

⁴⁵ Laura de Mello e Souza, *op. cit.*, p. 111.

⁴⁶ C. R. Boxer, *A Idade de Ouro do Brasil*, pp. 163-164.

⁴⁷ Requerimento de Manuel Ferreira de Sande, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 3, doc. 260.

⁴⁸ Ofício do governo interino para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 22 de Julho de 1762, in *ABNRJ*, vol. 31, p. 503.

⁴⁹ Maria Fernanda Batista Bicalho, *A Cidade e o Império*, pp. 210 a 233.

⁵⁰ Ofício do governo interino para Francisco Xavier de Mendonça, 25 de Dezembro de 1761, in *ABNRJ*, vol. 31, p.469.

⁵¹ Morgado de Mateus ao Conde da Cunha, 10 de Novembro de 1765, in *DI*, vol. LXXII, p. 113.

⁵² Bando do governador de Santos, 13 de Setembro de 1738, in *DI*, vol. XXII, p. 124.

⁵³ Rodrigo da Costa ao sargento-mor da vila do Camamú, 14 de Agosto de 1704, in *DH*, vol. XL, p. 171.

⁵⁴ Enrique Peregalli, *O Recrutamento Militar no Brasil Colonial*, p. 22.

⁵⁵ Ricardo Rodríguez, *História Social del Gaúcho*, p. 109.

⁵⁶ Ricardo Rodríguez, *História Social del Gaúcho*, p. 114.

⁵⁷ José Torres Revello, *Crônicas del Buenos Aires Colonial*, pp. 27-28.

⁵⁸ Vivaldo Coaracy, *op. cit.*, p. 215.

⁵⁹ A. J. R. Russell-Wood, "A Emigração: Fluxos e Destinos", in Bethencourt e Chaudhuri, *História da Expansão Portuguesa*, vol. 3, p. 164.

⁶⁰ A. J. R. Russell-Wood, *op. cit.*, p. 158.

⁶¹ Vasconcelos ao rei, 25 de Setembro de 1722, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 1, doc. 76.

⁶² Portaria do governador Luís Vahia Monteiro, 2 de Fevereiro de 1729, in ANRJ, cód. 60, vol. 17, fl. 17v. Seriam mais de setenta os homens alistados nessa ocasião. Cf. Carta de Vahia Monteiro a Vasconcelos, 4 de Fevereiro de 1729, in ANRJ, cód. 87, vol. 3, fl. 182.

- ²⁰ José da Silva Pais ao rei, 12 de Maio de 1735, in *RIHGRS*, n.º 109 a 112., pp. 84-85.
- ²¹ Vahia Monteiro a Vasconcelos, 8 de Março de 1726, in ANRJ, cód. 87, vol. 3, fl. 27v.
- ²² Vahia Monteiro a Vasconcelos, 16 de Abril de 1728, in ANRJ, cód. 87, vol. 3, fls. 135-135v.
- ²³ Vahia Monteiro a Vasconcelos, 4 de Fevereiro de 1729, in ANRJ, cód. 87, vol. 3, fl. 182v.
- ²⁴ Provisão real e despacho de licença do cabo José Inácio da Fonseca, 10 de Dezembro de 1742, in *AAHRS*, vol. I, pp. 190-191.
- ²⁵ Requerimento que fez Manuel Tavares, 18 de Julho de 1742, in *AAHRS*, vol. I, p. 178.
- ²⁶ Maninho de Mendonça a Gomes Freire, 28 de Outubro de 1736, in *RAPM*, vol. II, p. 374.
- ²⁷ Citado em Fernando Dorcas Costa, "Os problemas do recrutamento militar..." *op. cit.*, p. 121.
- ²⁸ Vasconcelos ao rei, 9 de Junho de 1727, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 181.
- ²⁹ Bando do governador Silva Pais, 19 de Novembro de 1735, ANRJ, cód. 60, vol. 19, fl. 181.
- ³⁰ Portaria do governador Silva Pais, 22 de Novembro de 1735, ANRJ, cód. 60, vol. 19, fls. 187-188.
- ³¹ Bando do governador Silva Pais, 8 de Dezembro de 1735, ANRJ, cód. 60, v. 19, fl. 194v.
- ³² João Lopes a Francisco Pinheiro, 20 de Junho de 1735, in Luís Lisantí (org.), *Negócios Coloniais: Uma Correspondência do Século XVIII*, vol. 3, p. 550.
- ³³ Requerimento de Frutuoso José Braga, 16 de Julho de 1742, in *AAHRS*, vol. I, p. 175.
- ³⁴ João Lopes a Francisco Pinheiro, 21 de Julho de 1741, in Luís Lisantí (org.), *op. cit.*, p. 686.
- ³⁵ Simão Pereira de Sá, *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata*, p. 87.
- ³⁶ José de Mirales. *op. cit.*, p. 172.
- ³⁷ Bando do governador Silva Pais, 10 de Janeiro de 1736, in ANRJ, cód. 60, vol. 19, fls. 199-199v.
- ³⁸ Simão Pereira da Sá, *op. cit.*, p. 94.
- ³⁹ Sarzedas a Gomes Freire, 16 de Novembro de 1735, in DI, vol. XLI, pp. 307-309.
- ⁴⁰ Simão Pereira de Sá, *op. cit.*, p. 110.
- ⁴¹ Cristóvão Pereira de Abreu a Silva Pais, 5 de Dezembro de 1736, in *RIHGRS*, n.º 104, p. 417.
- ⁴² Simão Pereira de Sá, *op. cit.*, p. 107.
- ⁴³ Abeiliard Barreto, "A Expedição de Silva Pais e o Rio Grande de São Pedro", in *História Naval Brasileira*, vol. 2, tomo 2, p. 9.
- ⁴⁴ Gomes Freire chegou ao Rio em 20 de Maio de 1736; de lá manteve intensa correspondência com Maninho Mendonça, a cujo cargo ficara o governo interino de Minas Gerais. Cf. Carta de Gomes Freire a Martinho de Mendonça, 21 de Maio de 1736, in *RAPM*, vol. II, p. 239.
- ⁴⁵ Abeiliard Barreto, *op. cit.*, pp. 12-16.
- ⁴⁶ Bando do governador Silva Pais, 3 de Março de 1736, in ANRJ, cód. 80, vol. 19, fls. 214v-215.
- ⁴⁷ Simão Pereira de Sá, *op. cit.*, p. 96.
- ⁴⁸ Simão Pereira de Sá, *op. cit.*, p. 156.
- ⁴⁹ Bando do conde de Sarzedas, 20 de Maio de 1736, in DI, vol. XXII, pp. 105-106.
- ⁵⁰ Silva Pais ao rei, 28 de Janeiro de 1738, in *RIHGRS*, n.º 109-112, p. 47.
- ⁵¹ António Guedes Pereira, Secretário de Estado, ao governador de Pernambuco Duarte Sodré Pereira, 27 de Julho de 1736, in *RIHGRS*, n.º 104, p. 447.
- ⁵² Martinho de Mendonça a Gomes Freire, 28 de Outubro de 1736, in *RAPM*, vol. II, p. 374.

⁵³ Refere-se aqui ao recrutamento e não aos recrutas.

⁵⁴ Martinho de Mendonça a Gomes Freire, 23 de Novembro de 1736, in *RAPM*, vol. II, pp. 383-384.

⁵⁵ Consulta do Conselho Ultramarino de 15 de Junho de 1736, in *DH*, vol. XCI, pp. 58-61.

⁵⁶ José de Mirales, *op. cit.*, p. 172.

⁵⁷ Conde das Galveas a Maninho de Mendonça, 10 de Janeiro de 1737, in *RAPM*, vol. II, p. 217.

⁵⁸ Martinho de Mendonça a Gomes Freire, 26 de Março de 1737, in *RAPM*, vol. II, p. 402.

⁵⁹ Martinho de Mendonça a Gomes Freire, 22 de Maio de 1737, in *RAPM*, vol. II, p. 429.

⁶⁰ Martinho de Mendonça a Gomes Freire, 28 de Maio de 1737, in *RAPM*, vol. II, p. 431.

⁶¹ Martinho de Mendonça a Gomes Freire, 27 de Junho de 1737, in *RAPM*, vol. II, p. 442.

⁶² Martinho de Mendonça a Gomes Freire, 6 de Julho de 1737, in *RAPM*, vol. II, p. 446.

⁶³ Odair Rodrigues Alves, *Homens que Governaram São Paulo*, pp. 21-22.

⁶⁴ Gomes Freire ao governador de Santos, 24 de Abril de 1738, in *Revista do Arquivo Municipal*, vol. LXXX, pp. 166-167.

⁶⁵ Sobre o importante papel de São Paulo, a partir da segunda metade do século XVIII, nas guerras do sul, consultar Enrique Peregalli, *Recrutamento Militar no Brasil Colonial*.

⁶⁶ O desencadeamento do conflito entre a Inglaterra e a Espanha esteve principalmente ligado ao interesse dos ingleses de participar directamente do comércio com a América espanhola. As queixas que os comerciantes ingleses apresentaram no Parlamento contra as violências praticadas pelos navios guarda-costa espanhóis às tripulações dos navios britânicos serviram de desculpa para a declaração de guerra, feita em 1739. Entre os queixosos que se apresentaram ao Parlamento estava o capitão Robert Jenkins, que tivera o seu navio apresado pelos espanhóis, em 1731, em cuja ocasião tivera sua orelha cortada. Para dar mais veracidade à sua narrativa, apresentou aos parlamentares uma garrafa onde conservara sua orelha, situação que deu origem ao nome dado ao conflito. Cf. Olga Pantaleão, *A Penetração Comercial da Inglaterra na América Espanhola de 1713 a 1763*, pp. 247-254.

⁶⁷ C. R. Boxer, *A Idade de Ouro do Brasil*, pp. 304-305.

⁶⁸ Silva não especificou a região de origem de todos os oficiais, limitando-se, na maioria dos casos, a citar como local de origem o Brasil ou o Reino. O capitão de cavalaria Inácio Pereira da Silva e o sargento-mor Manuel Botelho de Lacerda eram naturais de Trás-os-Montes; o capitão de infantaria António Rodrigues Ferreira e o alferes de infantaria José Mascarenhas eram naturais de Lisboa; o capitão de ordenança José Ferreira de Brito era natural de Barcelos; o capitão de infantaria Manuel Carvalho Simões, de Coimbra; o alferes de infantaria Francisco Saraiva da Cunha, da Serra da Estrela; o alferes de infantaria Teodósio Guerreiros, do Alentejo; o alferes de infantaria Francisco Fernandes, dos Açores; o alferes de ordenança João Corrêa de Matos, do Porto; o capitão de ordenança Manuel do Couto havia servido no regimento do Porto. Cf. Silvestre Ferreira da Silva, *Relação do Sítio da Nova Colônia do Sacramento*, pp. 51-66.

⁶⁹ José de Mirales, *op. cit.*, p. 95.

⁷⁰ O cardeal João da Mota e Silva exerceu informalmente o cargo de primeiro-ministro português, de 1736 até à sua morte, em 4 de Outubro de 1747. Cf. Maria Emília Cordeiro Faia, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, p. 573.

⁷¹ D. Pedro de Almeida Portugal, terceiro conde de Assumar e sucessivamente marquês de Castelo Novo e de Alorna, distinguiu-se como militar durante a guerra de Sucessão Espanhola. De 1717 a 1721 governou a capitania de São Paulo e Minas Gerais, onde se destacou pela violenta repressão à revolta de Vila Rica em 1720. Em 1744, foi nomeado vice-rei da Índia, onde obteve importantes vitórias militares. Cf. Laurá de Mello e Souza, "D. Pedro de Almeida Portugal e a Revolta de 1720 em Vila Rica", in Maria B. Nizza da Silva (coord.), *Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz*, pp. 193-213.

¹¹⁵ Resposta da consulta feita pelo Cardeal da Mota ao Conde de Assumar sobre a formação de um corpo de Dragões na Colónia do Sacramento, Évora, 12 de Dezembro de 1736, in ARC, Reg. 304, 11.1, TI, doc. 2, fls. 3-4.

¹¹⁶ Resposta da consulta feita pelo Cardeal da Mota ao Conde de Assumar... in ARC, Reg. 304, 11.1, TI, doc. 2, fl. 8.

¹¹⁷ Fernando Dores Costa, "O bom uso da paixões..." *op. cit.*, pp. 1001-1002.

¹¹⁸ David Ogg, *Europe of the Ancien Regime*, p. 154.

¹¹⁹ Vasconcelos ao rei, 14 de Julho de 1735, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 3, doc. 313.

2.2. – AS CONDIÇÕES DE VIDA

2.2.1. – Os Soldos

Como vimos anteriormente, os soldados portugueses eram frequentemente mal pagos ou tardiamente pagos o que, porém, não era característica exclusiva do exército lusitano. Mesmo na poderosa França de Luís XIV, os soldados eram mal pagos e costumavam receber os soldos em atraso. Geralmente o capitão tinha de tirar dinheiro do seu próprio bolso para pagar aos seus subordinados. E, se no exército francês os motins eram raros, as deserções eram frequentes¹. A situação não era muito diferente entre os espanhóis. Em 1716, o governador de Buenos Aires escrevia à Coroa espanhola sobre a difícil situação económica entre os soldados da guarnição da cidade, os quais estavam com os soldos atrasados havia dezoito anos e onze meses²!

Uma vez restabelecida a posse portuguesa sobre o território de Colónia, o governador do Rio de Janeiro tratou logo de enviar para o escrivão de Sacramento, em 1716, um regimento que regulamentava como deveria ser feito o pagamento do soldo dos militares. O mesmo deveria realizar-se por ocasião das "mostras", quando os soldados e oficiais deveriam apresentar-se perante os oficiais superiores, o governador e o escrivão. O militar que não comparecesse à chamada, apresentando-se em outra ocasião, teria os dias contados como falta, entre a data daquela e o da sua apresentação, e seriam descontados do seu soldo quando houvesse nova chamada para o pagamento. O desconto atingia ainda

os que tinham licença dos seus superiores para se ausentarem, já que a licença *"só lhe serve para na sua fé de officios [constar] que se não ausentou"*.

Contudo, se a falta fosse justificada por ordens superiores, tendo em vista o cumprimento de alguma diligência do serviço real, não deveria haver desconto algum. Os que não comparecessem à mostra por motivo de doença, deveriam ser pagos pelo escrivão no local em que se encontravam, hospital ou quartel. O dinheiro do pagamento dos soldos deveria ser guardado num cofre com três chaves, uma das quais deveria permanecer em poder do governador, outra do escrivão e a restante com o tesoureiro⁸.

Em 1725, o governador do Rio de Janeiro, Luís Vahia Monteiro, enviou um "formulário" ao escrivão da Fazenda Real de Colónia que, em geral, reafirmava as disposições do regimento de 1716, com algumas especificações, como a pena da perda dos postos aos oficiais que deixassem de informar a falta de algum dos seus subordinados à mostra. Estipulava ainda que, além dos doentes, os que estivessem presos também deveriam ser pagos⁹. O endurecimento do sistema de controle, que passava a punir os oficiais dos soldados faltosos, e a referência aos presos, devem relacionar-se com as deserções constantes que marcaram o quotidiano da guarnição de Sacramento, das quais falaremos adiante.

O aumento do controle também deveria fazer-se através da regularização da chegada das informações, pois o escrivão deveria, a cada seis meses, infalivelmente, enviar uma relação ao Provedor da Fazenda do Rio de Janeiro das armas e munições existentes e o estado em que se encontravam. Deveria ainda acompanhar uma relação dos militares no activo, na qual deveria constar até quando estavam com os soldos e mantimentos ajustados. Especificava também que *"pelo menos se deve passar mostra a cada dois meses quando os pagamentos se dilatam por mais tempo"*.

Assim, era muito comum que o pagamento dos soldos fosse efectuado com atrasos de meses e até mesmo anos, pois, aquando da reconstrução de Colónia, a Coroa insistiu em manter o

velho sistema, que tantos problemas já causara aos governadores do Rio de Janeiro, de retirar das dízimas cobradas na alfândega da cidade o valor que cobriria os soldos da guarnição de Sacramento⁷. O governador António Brito de Menezes não tardou em reclamar que as rendas alfandegárias não poderiam suprir as despesas das guarnições do Rio e de Colónia conjuntamente⁸.

Uma junta convocada pelo governador para debater o problema resolveu que deveriam ser retirados cinquenta mil cruzados da Casa da Moeda para fazer frente às despesas com o estabelecimento da Colónia do Sacramento⁹. Porém, apesar dos esforços do governo do Rio, já em Janeiro de 1718, o governador Manuel Gomes Barbosa informava que os soldados estavam com os seus soldos atrasados em um ano e os pedreiros em um ano e dois meses¹⁰. No ano seguinte, o sargento-mor Manuel Botelho de Lacerda informava que a guarnição contava com poucos soldados, *"por haverem desertado para Buenos Aires parte deles, e estarem mal fardados e se lhe deverem onze meses dos seus socorros"*¹¹.

A falta de mantimentos e materiais era tão grande que os soldados e os casais tiveram de vender *"as camisas para comprarem biscoitos aos castelhanos"*¹² e quando já não tinham mais nada para vender *"comiam ervas e funcho"*¹³. O número de soldados, então, não passava de cento e noventa e, como no Rio de Janeiro, pela falta de homens aptos, era difícil recrutar gente nova, o Conselho Ultramarino recomendou que fossem enviados de Lisboa duzentos soldados¹⁴. Também recomendava que o efectivo do Terço se mantivesse em trezentos homens¹⁵ e, em 1722, sugeriu que o mesmo fosse elevado para quinhentos¹⁶.

Antes mesmo de assumir o governo de Colónia, em Março de 1722, António Pedro de Vasconcelos já se preocupava com o problema da deserção. Por isso escreveu à Coroa que, para evitá-la, era necessário manter em dia o pagamento dos militares, o que poderia ser feito através de empréstimos feitos aos comerciantes cariocas, que seriam ressarcidos por letras sacadas sobre a Fazenda Real do Rio de Janeiro. Todavia, o Conselho Ultramarino entendeu que os empréstimos deveriam ser feitos

junto aos comerciantes sediados em Colônia, aos quais se passariam letras cambiáveis no Rio, recomendando-se ao governador e ao provedor da Fazenda Real que tivessem todo o cuidado no pagamento das letras, *"porque não sendo assim não será fácil haver quem queira continuar com as ditas assistências"*¹⁷. Em maio, D. João V escrevia ao governador do Rio para que entrasse em acordo com os comerciantes da praça a fim de que, através dos seus agentes em Colônia, fornecessem os recursos necessários ao governador Vasconcelos, sob a garantia de serem ressarcidos através de letras de câmbio, a serem pagas pela Fazenda Real¹⁸.

Assim que assumiu o governo de Sacramento, Vasconcelos constatou que os soldos dos militares, assim como os dos artífices que trabalhavam no serviço real, estavam atrasados desde o primeiro de Maio de 1720. Para fazer frente aos gastos necessários para pôr em dia o pagamento da tropa, o governador necessitava da enorme quantia de 27.633.451 réis. Chamou então os comerciantes e, com base no que fora ajustado com os seus colegas no Rio de Janeiro, pediu-lhes que entregassem ao almoxarife o dinheiro que tinham em mãos, fazendo o mesmo com o que a partir de então entrasse. Com a soma recebida dos agentes comerciais, Vasconcelos pôde pagar mensalmente o valor referente a três meses de soldo atrasado, *"por ser assim mais suave a quem me dá o dinheiro como também para não carregar de um salto a Fazenda Real do Rio de Janeiro com tão grande porção de dinheiro"*¹⁹.

Em Outubro, os comerciantes já tinham entregue ao governador, em troca de letras de câmbio a serem pagas no Rio, 20.288.193 réis, valor que foi empregue no pagamento de 21 meses de soldos atrasados à guarnição. Vasconcelos esperava terminar de pagar os salários em atraso até Fevereiro do ano seguinte, quando então deixaria que os agentes comerciais enviassem algum dinheiro aos seus colegas no Rio. Enquanto necessitasse dos recursos do comércio, continuaria a impedir a saída da moeda que entrava em Colônia através do contrabando.

Embora a Fazenda Real do Rio tivesse satisfeito com prontidão a todas as letras que o governador tinha passado, alguns

comerciantes, provavelmente com receio de perder o seu dinheiro, procuravam remeter para os seus colegas os recursos originados pelo contrabando. Para evitar a retirada ilegal de prata, Vasconcelos ordenou então que se revistassem os navios antes da partida, a fim de fazer desembarcar o metal que fosse en-contrado a bordo. Com o objectivo de defender-se de possíveis reclamações das pessoas que coagira, alegou ao rei que, apesar do uso da violência, não deixava de favorecer os comerciantes, já que os livrava do risco do transporte até o Rio, assim como os ajudava a manter a lucratividade dos seus negócios em Sacramento, uma vez que o pagamento da guarnição garantia a preservação do mercado interno²⁰.

Entretanto, com a posse do novo provedor da Fazenda Real no Rio de Janeiro, em 1723, os comerciantes começaram a enfrentar problemas na hora de receber os valores das letras de câmbio passadas em Colônia. Em resposta ao protesto de Vasconcelos, o novo provedor informou à Coroa que continuava a pagar as letras apresentadas, mas que, devido às grandes despesas, não podia pagá-las todas de uma só vez e por isso pedia ao governador de Sacramento que não as passasse todas juntas, a fim dar-lhe tempo para proceder ao seu pagamento²¹.

Por sua vez, António Pedro de Vasconcelos afirmou ao rei que já esperava que surgisse algum problema com a entrada de outra pessoa no emprego de provedor da Fazenda Real. Queixava-se de que enquanto fora provedor Manuel Correia Vasques, nunca os comerciantes tiveram problemas em resgatar o valor das letras de câmbio, mas que a situação se modificara a partir da posse de Bartolomeu de Siqueira Cordovil. Como tinha de pagar as dívidas deixadas por seu antecessor no governo de Colônia, concluía dizendo que *"bem reconheço que foi grande a saca das letras, mas a culpa nasceu da falta que houve de assistir o Rio de Janeiro a esta praça, com o que Vossa Majestade nas suas repetidas ordens manda"*²².

No entanto, a prática de tomar empréstimos compulsórios aos comerciantes continuou a ser praticada até à posse do novo governador do Rio de Janeiro, Luís Vahia Monteiro, em Maio de 1725, quando foi interrompida. Ao sargento-mor Manuel-Botelho

de Lacerda, encarregado por Vasconcelos de apresentar a situação financeira de Colônia ao novo governador, Vahia Monteiro declarou que era impossível garantir o pagamento das letras passadas no tempo do seu antecessor, porque a Fazenda Real *"estava exausta de meios"*. Porém, a partir do primeiro de Janeiro de 1726, garantia a remessa mensal de cinco mil cruzados para o pagamento da guarnição. Vasconcelos aprovou a decisão do governador do Rio, mas informou à Coroa de que aquela era inútil se Vahia Monteiro não obrigasse os comerciantes cariocas a mandarem os seus agentes em Colônia entregar-lhe a soma devida, assim como ordenar que *"suspendessem as recomendações que sempre estão repetindo, de não entregarem os seus comissários [em Sacramento] dinheiro algum à Fazenda Real"*²³.

A falta de apoio do governador do Rio de Janeiro, sob cuja responsabilidade estava a manutenção de Colônia, somada à pressão que os espanhóis exerciam sobre o contrabando e às incursões portuguesas na campanha, levaram o governador Vasconcelos a apelar para o vice-rei, ainda em 1726, já que a guarnição estava com o soldo atrasado em dez meses²⁴. Entretanto, tudo leva a crer que nem mesmo o apelo à autoridade vice-real ajudou a resolver a questão, pois, em 6 de Abril do ano seguinte, Vasconcelos voltou a escrever ao governador do Rio de Janeiro, informando-lhe que as dificuldades que se enfrentavam em Sacramento eram tantas que *"soldados e paisanos vendiam até as suas camisas para comprarem biscoitos"*²⁵.

Ainda que o Rio de Janeiro lucrasse muito com a presença portuguesa no Rio da Prata, através do contrabando por vezes intenso com Buenos Aires, a cidade devia continuamente enviar recursos para a manutenção da guarnição platina. Na sua correspondência com António Pedro de Vasconcelos, o governador Vahia Monteiro queixava-se frequentemente da falta de recursos em que se encontram os cofres cariocas, fazendo sempre ressaltar que era à custa de atrasos no pagamento e fardamento da guarnição do Rio que tentava manter o seu compromisso de sustentar a Colônia do Sacramento. Embora o Conselho Ultramarino tivesse fixado em sessenta mil cruzados o valor com que anualmente o Rio de Janeiro deveria contribuir para a

manutenção de Colônia, o mesmo não se preocupou em garantir o sustento da guarnição carioca, para desespero de Vahia Monteiro, sempre às voltas com problemas financeiros para a manutenção do seu governo e da dependência platina. Por isso, somente em Janeiro de 1728, pôde remeter quatro mil cruzados referentes à consignação de 1726²⁶.

Como o governador dependia do dinheiro dos comerciantes para pagar às tropas, em Colônia os militares tinham a sua situação financeira atrelada ao andamento do contrabando com os espanhóis. Em Abril de 1731, o governador Vasconcelos escrevia que a guarnição estava paga até Setembro passado, sendo que não haveria nenhum atraso no pagamento, se a chegada do navio do *asiento* inglês a Buenos Aires não tivesse diminuído o ritmo do contrabando com os espanhóis e a conseqüente entrada de prata²⁷. Já no ano seguinte, quando a actividade comercial se revigorou, trazendo como conseqüência a entrada de grande quantidade de prata, a prosperidade parecia ser geral, pois o governador escrevia que a tropa estava bem fardada e pontualmente paga, sendo que *"regularmente se lhe assistia todos os três dias com o pão de munição mais excelente que o deste Reino"*²⁸.

Entretanto, em Março de 1734, quando D. Miguel de Salcedo assumiu o governo de Buenos Aires e, seguindo as ordens de Madrid, passou a adoptar rígidas medidas para bloquear o avanço dos portugueses na campanha, assim como o desenvolvimento do comércio ilícito, a redução da entrada de prata em Sacramento ocasionou mais um atraso no pagamento dos soldos da guarnição. Em Fevereiro de 1735, Vasconcelos informou à Coroa que devido à paralisação do contrabando e à dificuldade em receber o valor das letras feitas em nome da Fazenda Real do Rio de Janeiro, o pagamento dos soldos estava atrasado em seis meses²⁹. Observa-se, a partir desses dados, que o quotidiano dos militares estava completamente ligado à situação económica de Colônia, pois o seu salário dependia do bom desempenho económico do entreposto platino.

Se o atraso no pagamento dos soldos era uma situação bastante comum, ele podia trazer funestas conseqüências por ocasião de um ataque inimigo, como aconteceu no início do cerco

espanhol em 1735, quando a guarnição, *"aflita e cansada, sobre a queixa de mal paga, violentamente obedecia, e servia com repugnância"*. A situação foi remediada pelo oferecimento ao governador de uma grande soma por parte dos comerciantes, entre os quais Simão Pereira de Sá relaciona Domingos Álvares Calheiros e José de Meira da Rocha, *"com que se fez pagamento geral às tropas, contentando assim àqueles que pelas queixas se podiam fazer rebeldes aos superiores, traidores à pátria"*. Certamente os comerciantes contavam em pedir posteriormente à Fazenda Real a devolução do dinheiro emprestado, pois como ainda observa Pereira de Sá, *"sempre foram os vassallos ricos o tesouro mais seguro de seus príncipes"*³⁰.

De facto, tudo indica que a prática dos comerciantes a fornecer empréstimos para o pagamento das tropas foi comum até os últimos tempos da presença dos portugueses em Colónia, pois, durante o governo de Figueiredo Sarmento (1763-1775), um comerciante com a patente de alferes declarava que *"rodava com a tropa paga, sem vencimento algum do soldo da Fazenda Real, antes por muitas vezes assistia a mesma com dinheiro por empréstimo, para pagamento das tropas e mais despesas do Hospital Real"*³¹.

Os mercadores não só emprestavam ao Estado para o pagamento das tropas, como também aos próprios soldados, já que os constantes atrasos no pagamento dos soldos obrigavam os soldados a endividar-se junto aos comerciantes, que lhes adiantavam mercadorias, muitas vezes superfacturadas, por conta dos salários a que tinham direito. Era um factor a mais a ligar o soldado ao exército, pois, caso desse baixa sem ter pago o que devia, poderia ser preso por dívidas³². Este era do caso de Luís Vieira, soldado preso pela Inquisição em 1725, que declarou sustentar-se com seu soldo e não ter *"mais que os vestidos e roupa de seu uso"*. Acrescentou ainda que devia *"a um mercador chamado João Fernandes Jales, setenta e um mil e quinhentos réis de dinheiro e fazenda que lhe dava nas ocasiões em que se lhe faltavam os soldos para efeito da sua sustentação"*³³.

O único meio dos militares conseguirem pôr em dia os soldos atrasados, sem usar da violência, era pedir uma licença

temporária. Em 1733, Vasconcelos queixava-se à Coroa de que os soldados, que tiveram aprovados os seus pedidos de licença para irem tratar de problemas particulares no Reino, permaneceram em Colónia depois de o governador lhes ter dado os soldos e fardas em atraso. Ali, dedicaram-se a outros ofícios que não o serviço militar, *"porque se persuadem a que jamais os podem puxar para a antiga praça"*³⁴.

Mas, se era comum o atraso no pagamento dos soldados da tropa regular, tudo leva a crer que a situação era ainda pior entre os homens que participaram nas expedições formadas a partir do desejo da Coroa. Cristóvão Pereira de Abreu escrevia que para acalmar os seus comandados era *"preciso usar mais da manha que do rigor, sem vencerem soldos, sendo uns pobres que os mais deles deixaram nas suas casas mulheres e filhos em uma suma miséria e as suas lavouras de que vivem ao desamparo"*³⁵.

Se para os soldados os constantes atrasos no pagamento dos seus soldos implicavam dificuldades que ameaçavam a própria sobrevivência, para os oficiais esse problema, assim como o baixo valor dos soldos, causava, sobretudo, um embaraço social. Gomes Freire de Andrade queixou-se à Coroa da penosa situação financeira dos oficiais militares, desde que lhes fora proibido participar do comércio para aumentar suas rendas. Pedia o aumento dos soldos a fim de preservar um certo *statutus* que garantisse o respeito da população aos militares. Explicava que o soldo de 535 mil réis anuais, pago ao mestre de campo, era muito pouco para a manutenção de uma pessoa cujo posto ficava imediatamente abaixo do governador. Somente de aluguer, o mestre de campo pagava 150 mil réis, pouco lhe restando para se manter durante o ano, donde *"se seguia serem [os oficiais] dependentes dos homens de negócio, com cujas filhas ou viúvas casam, como aconteceu a todos os que àquela capitania passaram solteiros"*. O governador pedia o aumento do soldo para várias patentes, alegando que assim se *"livrariam de casar alguns tão indignamente que era afronta das tropas"*³⁶.

Se no Rio de Janeiro Gomes Freire se insurgia contra a penúria do salário de seu imediato, imagina-se que na Colónia do Sacramento, onde o cargo de governador correspondia à patente

de mestre de campo, a situação fosse bem pior, já que o povoado era famoso pelo alto custo de vida. Em 1725, Vasconcelos pediu à Coroa que lhe dobrasse o soldo, medida que deveria ser retroactiva à sua posse no governo de Colónia. Justificava o seu pedido dizendo que o seu soldo era menor que a despesa, tendo em vista os altos preços dos alimentos em Sacramento e os gastos que era obrigado a fazer para governar uma praça fronteiriça, onde, além de dever manter-se com igual dignidade às autoridades espanholas de Buenos Aires, frequentemente tinha de hospedá-las e presenteá-las a fim de que, bem tratadas, não causassem problemas aos portugueses. Tendo em vista tais gastos, o governador devia mais de cinco mil cruzados e, por isso, pedia a intercessão do rei, sem a qual, alegava Vasconcelos *"mal poderão meus credores serem embolsados, ainda que me recolham a alguma prisão"*³⁷.

Apesar da precária situação financeira do governador, o seu pedido não foi atendido pela Coroa, embora, no ano seguinte, ela autorizasse o repasse da quantia anual de quatrocentos mil réis para que Vasconcelos a usasse para *"comprar"* a boa vontade dos espanhóis³⁸.

Em Janeiro de 1730, para festejar o casamento do príncipe D. José com a infanta de Espanha, D. Maria Ana Vitória, o governador António Pedro Vasconcelos tomou a seu encargo a realização de uma grande festa, na qual gastou mais de cinco mil cruzados, esperando ressarcir-se no aumento do soldo, pois argumentava que *"é mui limitada a cõgrua de três mil cruzados, que ainda quatro não poderão chegar a quem viver sem o cuidado e parcimónia com que ele se maneja"*³⁹. O pedido foi endossado pelo Procurador da Fazenda e pelo Conselho Ultramarino que, em 03 de Julho de 1734, aconselhou um acréscimo anual no valor de mil cruzados no soldo do governador de Colónia, medida que foi aprovada por D. João V em 27 do mesmo mês.

Contudo, em Outubro do mesmo ano, Vasconcelos voltou a escrever à Coroa, pedindo que o acréscimo de mil cruzados no seu soldo lhe fosse pago a partir do momento da posse no governo de Sacramento. O Conselho Ultramarino passou o requerimento ao rei dizendo que *"parece que esta matéria é de mera*

*graça a que Vossa Majestade deferirá como for servido"*⁴⁰. D. João V decidiu então que o aumento do salário do governador começasse a contar a partir de 27 de Julho de 1734, data da concessão do aumento e não a da posse de António Pedro de Vasconcelos no governo de Colónia, ocorrida em 14 de Março de 1722⁴¹.

A situação financeira do governador tornar-se-ia ainda pior no cerco de 1735-1737, durante o qual, *"acudindo a tudo, ainda à custa da sua fazenda, de que se seguiu ficar totalmente arruinado e empenhado, depois do que, passados alguns anos, lhe sobreveio uma forte ameaça de estupor e com a cura fez novos gastos e empenhos"*⁴². Vasconcelos queixava-se ainda que tivera que vender o seu cargo de escrivão do Registro da Casa das Obras para pagar a sua passagem para Colónia, onde deveria assumir o governo da praça, pois não recebeu nenhuma ajuda de custo para efectuar a viagem que fora ordenada pela própria Coroa. Em 1743, Vasconcelos ainda teve de dar dinheiro do seu próprio bolso para pagar os soldos atrasados, uma vez que do Rio de Janeiro não lhe tinham enviado o dinheiro suficiente⁴³.

Como se não bastassem as contínuas despesas particulares que deveriam ser feitas para justificar um bom desempenho no serviço real, António Pedro de Vasconcelos ainda teve o pagamento dos seus soldos embargado por um decreto, devido à situação confusa do seu cargo. Como a Colónia do Sacramento era considerada uma *"praça particular e não governo de distrito"*, o soldo do governador era regulado pela sua patente militar de mestre de campo, situação que foi remediada pela Coroa pelo aumento do soldo para três mil cruzados e, posteriormente, para quatro mil cruzados, sem, entretanto, resolver a pendência sobre salário referente ao cargo que ocupava. Essa situação deu margem a uma confusão administrativa e, em 1748, mandou-se suspender o pagamento do soldo do governador até que o mesmo devolvesse a diferença paga a mais que até então vinha recebendo. O problema só foi resolvido no ano seguinte, quando o Conselho Ultramarino deu um parecer favorável à derrubada do decreto que embargou o pagamento dos soldos de António Pedro de Vasconcelos⁴⁴.

2.2.2. – A Alimentação

Subordinados ao governador, a maior autoridade tanto civil quanto no militar em Colónia, havia diversos “oficiais”, cujas funções se relacionavam, sobretudo, com a Fazenda Real: tesoureiro, escrivão, almoxarife, provedor de defuntos e ausentes. O almoxarife deveria velar para que os armazéns reais se mantivessem limpos e em bom estado para poderem estocar os mantimentos recebidos, os quais deveriam ser armazenados em ordem, cuidando-se para que não se estragassem, pois, havendo ameaça de putrefação dos mantimentos, o governador deveria ser logo avisado para que tomasse as medidas necessárias. Estava terminantemente proibido o uso de mais de uma medida, que deveria ser afilada pela câmara e marcada com a marca real. Provavelmente a medida utilizada em Sacramento deveria ser afilada pela Câmara do Rio de Janeiro, pois a Colónia do Sacramento estava privada dessa importante instituição. De facto, o governador do Rio insistia em manter o controle sobre o que se passava em Colónia, ordenando ao escrivão que trabalhava junto ao almoxarife que enviasse os cadernos de despesa à Casa de Contos do Rio de Janeiro a cada seis meses, onde deveriam ser passadas as certidões de despesa.

O almoxarife deveria fornecer aos sargentos, a cada dez dias, a ração de farinha que os mesmos deveriam distribuir aos soldados. Depois de publicado o bando para o pagamento ou se passar ordem para mostra, não deveria ser admitida nenhuma baixa nas listas, sendo que os faltosos deveriam ser considerados ausentes do período da mostra antecedente até aquela data, devendo ser descontado do soldo do sargento a ração de farinha adquirida em nome do faltoso. O almoxarife e o escrivão ainda eram avisados de que, se fizessem algo proibido à sua profissão, teriam como pena a perda de um ano de soldo, seguida da suspensão dos seus ofícios⁴⁵.

Em 1718, as armas e os alimentos remetidos aos soldados, que também eram descontados de seus soldos, foram tabelados em razão dos seus preços no Rio de Janeiro⁴⁶, medida que, com certeza, pretendia evitar que os fornecedores cobrassem

preços extorsivos pelos mantimentos vendidos à guarnição, como ocorrera durante o governo de Cristóvão de Orneias de Abreu, quando o mesmo se mancomunou com o governador do Rio, Duarte Teixeira Chaves e o comerciante António Rider a fim de açambarcar o comércio dos géneros que seguiam para Colónia⁴⁷.

Contudo, parece que a exploração dos soldados continuou, pois, em 1732, o governador Vasconcelos pediu ao Tesoureiro do Conselho Ultramarino que lhe mandasse uma relação exacta dos fornecimentos que se faziam à tropa, para se proceder ao desconto dos soldos, já que “*géneros ali se compravam por preços disformes dos que eram remetidos por este Conselho*”⁴⁸. Quase tudo o que era fornecido pelo Estado era descontado do soldo dos soldados e o que eventualmente sobrava, era destinado, a pagar as dívidas com os comerciantes.

A falta de transpore era um dos principais factores que dificultavam o envio de suprimentos para Sacramento, pois, se a Coroa obrigou o governador do Rio de Janeiro a socorrer Colónia enviando mantimentos a cada navio que para lá se dirigisse, essa medida não resolveu todos os problemas, uma vez que a ligação com o Prata não era regular. A fim de evitar gastos, os governadores do Rio geralmente hesitavam em fretar um navio para enviar as mercadorias necessárias em Sacramento.

Discussões sobre as despesas do frete marítimo são frequentes em toda a documentação, pois, como sempre, a Coroa preocupava-se em tentar gastar o mínimo na manutenção das colónias. Mesmo no transporte dos soldados da metrópole para Sacramento, procurava-se evitar o pagamento do frete. Em 1720, o Conselho Ultramarino aconselhava ao rei que, para evitar essa despesa, por ocasião do envio de duzentos soldados de reforço para a guarnição de Colónia, se poderia isentar das taxas alfandegárias as mercadorias que os donos do navio transportassem, concedendo-lhes ainda o direito de, na viagem de retorno, fazer escala em qualquer porto da costa brasileira e mesmo voltar ao Reino sem a obrigação de acompanhar a frota, “*interesses tais que poderão mover a muitos a que se convidem a fazerem a dita viagem*”⁴⁹.

Nove anos depois, o governador do Rio de Janeiro ordenou ao Provedor da Fazenda que só pagasse a passagem para a Colônia do Sacramento aos soldados, pois as pessoas que se aproveitavam do costume vigente durante os primeiros anos do repovoamento, que dava a viagem grátis aos novos povoadores, deveriam agora pagá-la do próprio bolso, enquanto que a passagem dos degredados deveria ser paga pela justiça. Ordenava também que fizesse novo ajuste com os capitães dos navios, pois, em vista do baixo preço dos mantimentos, achava exorbitante o preço da passagem orçado em doze mil e oitocentos réis por pessoa⁵⁰.

Por sua vez, o governador Gomes Barbosa reclamava que os navios que ligavam Colônia ao Rio eram muito pequenos, não podendo carregar os mantimentos necessários nem transportar as cargas dos particulares no regresso. Em resposta, D. João V enviou uma carta ao governador do Rio para que só permitisse o envio de navios de mais de 350 toneladas ao Prata⁵¹, medida coerciva que não deve ter melhorado muito os problemas de transporte, pois, nos primeiros anos de restabelecimento dos portugueses em Colônia, os interesses comerciais eram ainda pequenos e as dificuldades de navegação do Rio da Prata exigiam o emprego de embarcações de pequeno calado.

Como o governador Vasconcelos não concordou com a representação feita pelo seu antecessor no governo de Sacramento, escreveu ao rei dizendo que a proibição da ida de embarcações pequenas para Colônia só teria sentido se aquela rota fosse o privilégio de alguma companhia comercial. Também argumentava que o governador do Rio de Janeiro teria muita dificuldade em obrigar os comerciantes da cidade a comprar navios de mais de 350 toneladas. Concluía dizendo que o melhor para o desenvolvimento da povoação era que o seu porto continuasse aberto a todo o tipo de embarcações, a fim de que as visitas frequentes possibilitassem a chegada de mercadorias e mantimentos, assim como assegurassem a saída da produção local⁵².

Embora todos os navios que deixavam o porto do Rio em direcção ao Prata fossem obrigados a levar uma carga de farinha, esta ordem nem sempre era cumprida, como se queixava Vahia

Monteiro, dizendo "*já não tenho paciência para aturar as omissões de tudo quanto governo nesta terra*"⁵³. Para fazer frente às dificuldades de aprovisionamento e diminuir a dependência das remessas de víveres do Rio de Janeiro, o desenvolvimento da agricultura nos arredores de Sacramento deveria ser incentivado, como Vahia Monteiro fez questão de lembrar ao governador Vasconcelos, ordenando-lhe que todo o trigo colhido fosse distribuído entre os soldados como ração⁵⁴.

A insuficiência da produção local de trigo, somada às dificuldades em receber provisões através do porto do Rio de Janeiro, aumentava a importância das caçadas de gado chimarrão, importante fonte de alimento como também de comércio, através da venda da courama extraída. O costume de fornecer ração diária de carne à guarnição, "*desde o governador até ao último trombeta*" fora iniciado por Manuel Gomes Barbosa, que também deu início à prática de comprar gado aos espanhóis, argumentando que desse modo causava menos despesa à Fazenda Real, já que, na organização de uma vacaria, além dos gastos em contratar peões práticos na campanha, arriscava-se a estropear a cavalaria e muitos soldados⁵⁵.

Embora os governadores tenham organizado algumas expedições de caça ao gado selvagem⁵⁶, tudo indica que a compra a quem se dispusesse a fornecê-lo, nas imediações da praça, era a prática mais comum. Ainda que os documentos consultados geralmente façam menção a fornecedores espanhóis, é muito provável que uma boa parte do gado destinado à alimentação da guarnição fosse adquirida junto a sertanistas portugueses, entre os quais figuravam grandes negociantes de gado, como Cristóvão Pereira de Abreu.

Entretanto, se durante os primeiros tempos não havia dificuldade em adquirir reses, a crescente exploração do gado selvagem, praticada por espanhóis, indígenas e portugueses, logo acabou com as manadas que viviam nas áreas mais próximas a Sacramento. Em 1726, os práticos da campanha asseguravam ao governador Vasconcelos que andavam mais de trinta léguas sem encontrar uma única vaca e acreditavam que, em menos de dois anos, seriam extintas as manadas chimarronas⁵⁷. A preocupação com o

fim do comércio dos couros e com a escassez de carne para alimentar a guarnição levou o governador a tentar racionalizar a exploração do gado.

Ordenou então a compra de doze mil cabeças que fez conduzir a um local situado a sete léguas da praça, às margens do rio Sauce, onde uma guarda constituída por um cabo e onze soldados foi instituída para vigiar o gado.

Para evitar qualquer problema com relação aos custos da instalação da estância do Sauce com a Fazenda Real, Vasconcelos garantiu à Coroa que os dez mil cruzados que empregou na compra do gado seriam ressarcidos dentro de três anos pelo rendimento dos couros extraídos, cujo valor anual calculava em cerca de três mil cruzados. Esse gado destinava-se, antes de tudo, à manutenção da guarnição. A cada dois meses, um certo número de cabeças era retirado da estância e levado para um pasto nas proximidades da povoação, onde era entregue, mediante recibo, a uma guarda, composta por um cabo e quatro soldados. Dali, algumas cabeças⁵⁸ eram enviadas à praça, duas vezes por semana, onde eram abatidas e a carne distribuída à guarnição. Os couros extraídos eram entregues ao "rancheiro" da estância, o qual, com a ajuda de dois índios, estava encarregue de estacar os couros e devolvê-los secos ao cabo da guarda, que deveria conferir os recibos para verificar se o número dos couros entregues era o mesmo do gado abatido⁵⁹.

Não obstante a necessidade de manter uma reserva de gado para o consumo da guarnição, D. João V repreendeu Vasconcelos pelo gasto feito, dizendo-lhe que "*mesmo aos governadores de maior graduação que a dele não era lícito fazer despesas novas, quanto mais de tão grande monta*". O governador defendeu-se dizendo que, com a extinção do gado selvagem na campanha de Buenos Aires, muitos espanhóis passaram a vaquear na Banda Oriental e, se os mesmos, sendo senhores da campanha, cuidavam em criar estâncias para o aproveitamento do gado, maior razão tinha ele em utilizar o mesmo método numa povoação que estava tão distante dos demais domínios portugueses. A fim de demonstrar que a despesa efectuada se revelava uma importante fonte de economia de divisas, estimava em

32.739 cabeças o consumo da praça durante os seis anos precedentes, consumindo-se cerca de quatro mil reses por ano. Ora, tal gasto poderia ser evitado pela reprodução natural do gado, que já passava de vinte cinco mil cabeças, segundo o levantamento que Vasconcelos mandara fazer para a prestação de contas⁶⁰.

Todavia, apesar das explicações do governador, o rei voltou a pedir informações a respeito do fornecimento de carne aos soldados, situação única em todos os domínios de Portugal. Segundo Vasconcelos, o costume de se dar ração de carne aos soldados foi comum desde o estabelecimento dos portugueses no Rio da Prata, em 1680, seja através da sua compra em Buenos Aires, seja através da caça de veados nas proximidades do rio Rosário. A situação teria sido informalmente institucionalizada a partir das primeiras caçadas ao gado chimarrão, organizadas pelo governador Naper de Lencastre, em fins do século XVII.

O governador concluiu a sua explicação afirmando que, na estância que criara no rio Sauce, a reprodução natural do gado era suficiente para a continuação do fornecimento de carne aos militares, desobrigando assim a Fazenda Real de novos gastos com a compra de reses. Também não deixou de advertir o rei de que, com o fim do fornecimento de carne, "*nenhum soldado deixará de ir-se embora e os oficiais padecerão enquanto não buscarem algum jeito de se livrarem deste presidio, porque os soldos a ninguém fazem conveniência que seja poderosa a detê-los, e menos havendo de comprar carne, que pela falta de gado na campanha vai subindo de preço todos os anos*"⁶¹. Este argumento deve ter posto um fim à controvérsia, pois não encontramos outros documentos em que a Coroa voltasse a contestar a criação da estância do Sauce.

Conforme uma avaliação feita depois de assinado o armistício de Paris, em 1737, a estância e guarda do rio Sauce estava orçamentada em quatrocentos e cinquenta mil réis; a do Riachuelo, onde se guardavam os cavalos, em duzentos e cinquenta mil réis; a da lagoa dos Patos⁶², em trezentos e setenta e cinco mil réis, valor pelo qual era avaliada a estância que existia nas proximidades da praça⁶³. Provavelmente as propriedades relacionadas

tenham sido super-avaliadas, pois os seus valores constam numa relação que tinha por objectivo avaliar os prejuízos causados pelo cerco espanhol.

2.2.3. – O Fardamento

De acordo com o regimento de 1716, os cobertores e enxergões que se davam aos soldados, assim como os casacos que se ofereciam às sentinelas, deveriam ser cuidados pelos seus oficiais, encarregados da sua conservação e controle⁶⁴. Porém, ainda que o valor das fardas fosse descontado dos soldos⁶⁵, a distribuição do fardamento, a exemplo dos soldos, também costumava atrasar. Vasconcelos queixou-se de que encontrou a guarnição quase nua no ano em que tomou posse do governo de Colónia, situação que remediou com o fardamento que havia trazido do Rio de Janeiro⁶⁶. Em 1730, a entrega do fardamento estava atrasada há três anos⁶⁷. Também acontecia das roupas não chegarem em número suficiente para abastecer toda a tropa, como ocorreu dois anos depois, quando o governador Vasconcelos reclamou que recebia anualmente trezentas fardas, mas que devia vestir trezentos e setenta homens⁶⁸.

O sistema de descontar dos soldados as despesas com o vestuário era especialmente penoso para os recrutas, que se viam privados do fardamento enquanto não recebessem o seu primeiro pagamento. Uma queixa nesse sentido foi enviada ao governador do Rio pelos soldados de Colónia. Embora Vahia Monteiro escrevesse a António Pedro de Vasconcelos que “*do poucas vezes crédito a semelhantes requerimentos*”, não deixou de adverti-lo de que as fardas deveriam ser repartidas entre todos os soldados, mesmo àqueles que ainda não tivessem recebido o seu soldo, aos quais deveria entregar as roupas sob fiança⁶⁹.

Os problemas com a qualidade do fardamento enviado para Colónia também eram constantes. O principal problema dizia respeito à diferença do clima de Sacramento com relação ao do Rio de Janeiro, principal porto de transbordo das provisões enviadas

do Reino para o Rio da Prata, situação que, parece, as autoridades metropolitanas demoraram a entender. Para enfrentar o clima frio dos invernos platines, Manuel Gomes Barbosa pediu à Coroa o envio de “*doze cessações com seu capuz de pano de retalho, forrado de baeta ou de pario da Serra bem apisoado, para as sentinelas repararem o frio da noite no inverno*”⁷⁰.

Em 1723, Vasconcelos informava ao rei de que a guarnição necessitava de um fardamento novo a cada ano e que este deveria ser de melhor qualidade do que o que lhe era enviado de Lisboa, cujo tecido, segundo a opinião do governador, “*era demasiadamente ralo*”⁷¹. Em 1730, Vasconcelos informou à Coroa que o clima na Colónia do Sacramento era “*tanto ou mais frio que [n]a Beira Alta*”, por isso era melhor que lhe remetessem tecidos de lã ao invés dos de linho que havia recebido do Rio de Janeiro. Voltou então a insistir na boa qualidade dos tecidos com que deveriam ser feitas as fardas destinadas a guarnição. Completava dizendo que era justo que, além das serafinas e forros, fosse dado a cada soldado três camisas, duas ceroulas, duas gravatas, dois pares de meias de lã branca, um chapéu e dois pares de sapatos⁷².

Tudo leva a crer que as reclamações do governador surtiram efeito na corte, pois em 1733 o Conselho Ultramarino declarou que o fardamento enviado às guarnições do Brasil deveria ser de melhor qualidade que aquele fornecido aos soldados do Reino, a fim de que não se estragasse durante a viagem. A compra de tecidos de melhor qualidade não se faria com despesa da Fazenda Real, já que as roupas eram descontadas dos soldos. Contudo, as fardas não deveriam “*exceder a frugalidade com que devem fardar-se as tropas, nem tampouco os preços, porque até agora se faziam estes assentos, por não gravar com maior despesa o limitado soldo que vencem os soldados*”⁷³.

Problemas com a burocracia eram frequentes. Quando o governador do Rio ordenou ao provedor da Fazenda Real que fornecesse os uniformes necessários aos trinta homens que mandara para Sacramento, o provedor alegou que as fardas disponíveis pertenciam à guarnição da cidade e que os soldados poderiam fardar-se na própria Colónia. O governador mandou

que a sua ordem fosse cumprida "porque os soldados se acham absolutamente nus sem mais cobertura do que um bocado de baeta⁷⁴". Em 1734, Vasconcelos queixa-se de que a guarnição estava sem receber fardas novas há dois anos. Como os pedidos feitos ao governador do Rio não foram satisfeitos, resolveu seguir a sugestão do provedor da Fazenda Real para que recorresse directamente ao rei⁷⁵.

2.2.4. – O Sistema de Saúde

Para cuidar da saúde dos soldados e povoadores, em 1717, a Coroa enviou para a Colónia do Sacramento Baltasar dos Reis que, com o cargo de cirurgião-mor, deveria receber quinze mil reis mensais de soldo. Além de um bom período de experiência prática, conseguido durante os quatro anos e meio em que trabalhou no Hospital Real de Lisboa, Baltasar dos Reis foi examinado e aprovado pelo cirurgião-mor do Reino, em cujos registos "tinha nota de bom exame, o que conseguiram poucos⁷⁶".

Esta parece ter sido a única providência tomada por Lisboa para garantir a saúde dos habitantes de Colónia, pois, em 1722, ano de sua posse, o governador Vasconcelos verificou que os soldados doentes estavam desamparados por falta de um hospital. Ordenou, então, o término de uma construção que, a princípio, se destinava a servir de ferraria, para que ela servisse de enfermaria para a guarnição. Seguindo o procedimento dos hospitais portugueses, os soldados doentes deixariam de receber os soldos e a ração enquanto estivessem internados, os quais seriam revertidos em benefício da enfermaria⁷⁷.

Na enfermaria improvisada, com capacidade máxima para atender quatorze pacientes, um enfermeiro, auxiliado por um índio, estava encarregado de cuidar dos doentes. Tendo em vista a precária situação, Vasconcelos não deixou de alegar à Coroa que poderia ter construído um hospital maior e melhor equipado se as letras de câmbio que passava aos comerciantes fossem prontamente pagas no Rio de Janeiro⁷⁸. Também pediu ao rei que

enviasse um médico para Sacramento, pois nenhum dos que havia no Rio de Janeiro se dispusera a aceitar o convite anteriormente feito pelos moradores⁷⁹.

No ano seguinte, o governador voltou a pedir à Coroa o envio de um médico para Colónia. Soubera que um médico ia transferir-se de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, o qual poderia ser convencido a instalar-se em Sacramento, se o rei o contratasse, pois a população oferecera-se para completar o seu salário com uma contribuição⁸⁰. De facto, Luís de Almeida Ramos, procurador da população da Colónia do Sacramento, já havia apresentado um requerimento ao rei no qual pedia providências para a criação de um hospital e da formação da Irmandade da Misericórdia no povoado, sendo para tanto necessário o envio de um médico e um boticário⁸¹.

Apesar do empenho do governador e da população de Sacramento, o máximo que se conseguiu foi a vinda de um boticário, João Pedro Freire, em 1723, Vasconcelos contratou-o com o salário mensal de dois mil e quinhentos réis, entregando-lhe os medicamentos que lhe foram enviados do Rio de Janeiro e de Lisboa. Contudo, como a maior parte dos remédios encontrava-se estragada, o governador autorizou Freire a vender os seus próprios, pelo preço do regimento de Lisboa⁸². A administração dos remédios aos soldados e oficiais doentes ficava por conta da Fazenda Real, pois não eram descontados dos seus soldos⁸³.

Se nenhum médico se dispôs a seguir para o Rio da Prata, duas pessoas disputaram cargo de cirurgião-mor em 1724. Francisco Soares de Almeida, nomeado pela Coroa "cirurgião-mor de Colónia" foi impedido de assumir o seu posto por Baltasar dos Reis, que ainda ocupava o posto em questão. Para resolver o problema, Almeida teve de retornar à metrópole a fim de apresentar uma petição ao rei, na qual lhe pedia uma decisão salomónica. Pedia que Baltasar dos Reis fosse mantido no cargo de cirurgião-mor da guarnição, visto que quando o mesmo chegou a Sacramento, lá não havia mais gente que os militares, enquanto ele deveria ser empossado no cargo de cirurgião-mor da praça, encarregado de tratar da população civil⁸⁴. Solução que parece ter sido aceite por D. João V.

Em 1732, os militares e povoadores da Colônia do Sacramento enviaram à Coroa um requerimento no qual protestavam que muitas pessoas morriam pela falta de médico. Embora a praça contasse então com dois cirurgiões, alegava-se que eles não sabiam curar febres nem identificar os sintomas das doenças que acometiam a população. Pediam, então, que o rei mandasse para Colônia um médico, *"porque Vossa Majestade costuma mandá-los para a Índia, Angola e mais Américas e eles suplicantes não desmerecem da mesma graça por serem vassallos de Vossa Majestade e necessitarem dele como os demais"*⁸⁵. Queixavam-se ainda de que uma vez internados, os seus soldos eram destinados ao hospital, do qual eram expulsos se o valor dos seus salários fosse insuficiente para pagar o tratamento. A situação era, na verdade, precária, pois, *"uns morrem à necessidade, outros fogem por lhe não ficar com que se sustentarem ao depois [do tratamemo]"*⁸⁶.

Chamado a dar seu parecer, o governador negou a gravidade da situação, dizendo que não permitia que os soldados morressem ao desamparo nem concordava com o pretexto dado à deserção, a qual julgava *"mero vício"*. Contudo, voltou a ressaltar a necessidade da construção de um hospital, pois a pequena enfermaria não era capaz de atender à guarnição, que então contava com mais de 450 praças de infantaria. Para custear a construção de um hospital⁸⁷, pedia a aplicação de 400.000 réis anuais a serem retirados dos dízimos, valor que seria acrescido com os soldos dos internos, conforme a prática nos demais estabelecimentos de saúde⁸⁸.

No mesmo ano, Vasconcelos noticiava à corte de Lisboa o falecimento do cirurgião-mor Francisco Soares de Almeida e aproveitava a ocasião para pedir, mais uma vez, a vinda de um médico para Colônia. Atento para as constantes preocupações da Coroa em não aumentar os gastos com a manutenção do império colonial, Vasconcelos sugeriu que o gasto da Fazenda Real seria reduzido se o novo médico recebesse o salário do falecido cirurgião-mor, ao qual se poderia acrescentar um aumento, enquanto a população se responsabilizaria em acrescentar cento e vinte mil réis ao seu soldo anual. O governador também não se esqueceu

da necessidade de uma parteira para o povoado em constante crescimento, acrescentando que ela não deixaria *"de ter suficiente lucro em terra tão fecunda, e onde as pagas são mui avantajadas"*.

Em Setembro do ano seguinte, o Conselho Ultramarino deu parecer, aprovado pelo rei em Outubro, que se escrevesse ao governador do Rio de Janeiro para que ele providenciasse o envio de uma parteira e também que se remetesse da metrópole um médico com experiência comprovada para trabalhar em Colônia. O salário do médico deveria ser de quatrocentos mil réis anuais, constituído de cento e vinte mil réis pagos pela própria população e cento e vinte mil réis do salário do falecido cirurgião-mor, *"vindo por esta forma fazer somente de nova despesa à Fazenda Real, cento e sessenta mil réis cada ano"*⁸⁹.

Contudo, apesar da disposição da Coroa, o primeiro médico de Colônia só chegou na tarde do dia 25 de outubro de 1735, a bordo do primeiro socorro que o governador do Rio enviou ao povoado, então sitiado pelos espanhóis. Chamava-se José Ribeiro Pinhão e fora embarcado à força no Rio de Janeiro, providência que foi muito útil à população sitiada, que sem demora começou a sofrer de doenças causadas pelo consumo de alimentos salgados e deteriorados⁹⁰.

Durante o sítio espanhol, as condições de higiene pioraram sensivelmente com a superpopulação do povoado, já que as pessoas que viviam no subúrbio buscaram refúgio no recinto fortificado. Como os mantimentos se faziam cada vez mais escassos e de pior qualidade, a disenteria fez várias vítimas, principalmente entre velhos e crianças. Para atender à urgência da ocasião, em 1736, o governador criou às pressas três hospitais para cuidar dos doentes, entregando ao boticário João Pedro Freire todos os medicamentos encontrados nos armazéns reais, além de garantir-lhe dois mil e quinhentos réis mensais para aviar as suas receitas⁹¹.

O pedido do brigadeiro José da Silva Pais, comandante dos socorros enviados ao Rio da Prata, ao governador do Rio, Gomes Freire, de que se colocasse fim aos abusos nos gastos com os remédios, que já passavam de três mil cruzados, parece sugerir

que houve super-facturamento no valor dos mesmos⁹². No entanto, há muito tempo, João Pedro Freire pedia o reajuste dos preços dos medicamentos que administrava à guarnição, alegando que com a morte de seu pai, boticário estabelecido em Lisboa, ele ficou impossibilitado de continuar a vender os seus medicamentos de acordo com os preços regulamentados pelo regimento. A partir de então, os remédios que encomendara no Reino e no Brasil chegavam-lhe pelo dobro do preço dos que lhe eram fornecidos pelo seu pai. Tendo em vista essa situação, o boticário recorreu ao governador, que, por sua vez, para não alterar sem consentimento os gastos com a guarnição, recomendou-lhe que recorresse directamente à Coroa. Então as relações pessoais entraram no jogo, pois Freire buscou a ajuda do agente comercial José Meira da Rocha, de quem era amigo, para que Francisco Pinheiro, importante comerciante lisboeta, intercedesse por ele junto aos membros do Conselho Ultramarino⁹³. Porém, ainda em 1739, continuava a pedir licença à Coroa para vender os seus remédios pelo dobro do preço que era ajustado pelo regimento de Lisboa⁹⁴.

Os crescentes gastos com a saúde parecem relacionar-se antes ao aumento do número de doentes que com a melhoria nas condições do atendimento. Silva Pais libertou os reforços do Rio de Janeiro do desconto a que eram submetidos para a assistência do hospital, pois embora esta fosse disposição do regimento do Rio, a guarnição de Colónia não era obrigada a contribuir com as despesas do hospital, através do desconto do seu soldo. Contudo, os militares cariocas não deixaram de reclamar que no hospital de Sacramento *"morrem muitos soldados à míngua, por não terem um caldo de galinha e são tratados como se pode, e [portanto] não devem dar o vintém e eles o que lhe toca"*⁹⁵.

No inverno de 1736, aumentaram os protestos dos soldados, especialmente dos que chegaram com os reforços do Rio de Janeiro e da Bahia, que não estavam acostumados ao clima frio da região platina. Às doenças causadas pelo frio, contribuíam para aumentar o descontentamento dos soldados a falta de mantimentos e o atraso no pagamento dos soldos⁹⁶. Segundo Simão Pereira de Sá, nessa ocasião mesmo os animais domésticos

foram sacrificados para conter a fome dos sitiados. As poucas galinhas que restavam eram vendidas a quatro mil réis, os gatos custavam meio peso espanhol e um quarto de cão, oitenta réis. Ervas silvestres e ratos também serviram de fonte de alimentação para os sitiados, enquanto as poucas rações de carne salgada, muitas vezes já em estado de putrefacção, eram reservadas aos doentes⁹⁷.

Quando chegavam remessas de alimentos nos navios de socorro, não se sabia como cozinhá-las, pois não havia madeira disponível, e por isso *"já não há casa que a tenha por ulterior, nem coisa de madeira que se não tenha queimado e muitos comprando carros para o mesmo efeito"*⁹⁸. Além do problema ocasionado pela falta de lenha, havia a circunstância de que a maior parte dos mantimentos recebidos era composta de farinha de mandioca e carne salgada, alimentos impróprios para ser consumidos pelos doentes, que ao invés de melhorarem, morriam por causa da dieta que lhes era imposta pelas circunstâncias⁹⁹.

Por sua vez, as constantes remessas de alimentos com que as cidades do litoral brasileiro eram obrigadas a contribuir para com o esforço de guerra prejudicavam bastante a população local. D. Pedro António d'Estrés, imediato da nau Nossa Senhora da Conceição, avisava Gomes Freire que seria impossível manter por muito tempo a Colónia do Sacramento sem garantir o acesso livre à campanha, onde se poderiam conseguir alimentos frescos, pois os salgados continuaram a causar muitas doenças e o Rio de Janeiro não poderia continuar a remeter mantimentos sem experimentar escassez de víveres que já acometia Salvador¹⁰⁰.

A falta de alimentos frescos também era a principal responsável pelo aumento do número de doentes entre a tripulação da marinha de guerra. Muitas vezes todo o alimento disponível na frota resumia-se a farinha e água¹⁰¹, sendo que só se recorria à pesca quando faltava farinha¹⁰², situação responsável pela disseminação do escorbuto entre a tripulação e os soldados¹⁰³. A nau Conceição chegou a ter duzentos doentes a bordo, a nau Vitória, noventa e cinco e a Lampadoza, cento e oitenta¹⁰⁴. Em Dezembro de 1736, Gomes Freire escrevia ao coronel Prego que, dos cento

e dezessete doentes remetidos ao Rio de Janeiro, cinco morreram durante a viagem, mas muitos se restabeleceram antes da chegada, de modo que só quarenta e três foram internados no hospital¹⁰⁵.

O impressionante número de homens que se restabeleceu durante a viagem do Rio da Prata para o Rio de Janeiro sugere que o fingimento de doenças era uma das formas de resistência ao recrutamento forçado. Gomes Freire irritava-se com as constantes enfermidades que acometiam as tropas, dizendo que, dos reforços da Bahia, logo voltaram oitenta e cinco, *“sem mais remédio que dormirem algumas noites nos quartéis”*. Realmente, tudo indica que nem todos os que se queixavam de moléstias realmente estavam doentes, pois, quando Silva Pais pediu ao comandante da nau Conceição que enviasse ao hospital os 213 doentes que estavam a bordo, o número de enfermos reduziu-se subitamente a vinte e seis, dos quais o brigadeiro achava que somente seis padeciam de alguma doença. Por isso Gomes Freire insistia que se fizesse um exame rígido entre os soldados que alegavam doenças para averiguar se realmente sofriam de algum mal, pois, para o governador do Rio, na maioria dos casos, as queixas dos soldados não passavam de *“mandriices ou bisonharias”*¹⁰⁶.

2.2.5. – As Diferentes Funções dos Soldados

As funções dos soldados da guarnição da Colônia do Sacramento não se limitavam ao serviço militar propriamente dito, pois o seu trabalho era constantemente requisitado para participar na construção de prédios públicos, especialmente das fortificações. Durante os primeiros anos do governo de Manuel Gomes Barbosa, as tarefas da reconstrução de Colônia foram prejudicadas pela falta de recursos. Em 1718, o governador pediu ao rei que olhasse pelos soldados que trabalhavam na construção de trincheiras, dois quartéis, dois armazéns, um corpo de guarda e nas casas do governador, do ferreiro e dos jesuítas, *“sem se lhes dar um só real, que todas estas obras são feitas de pedra e barro,*

*e no fim do que, digo-lhe, pagam do Rio de Janeiro com matá-los à fome”*¹⁰⁷.

Como no passado, as fortificações de Colônia voltaram a ser construídas de terra e faxina¹⁰⁸, já que, além de serem os materiais mais baratos e fáceis de trabalhar, possuíam a importante vantagem de resistirem bem ao bombardeio inimigo, sofrendo menos com o impacto das balas de canhão que os muros de pedra¹⁰⁹. Embora fosse mais fácil trabalhar a terra que a pedra, os trabalhos na fortificação seguiam a passo lento, devido ao aprovisionamento deficitário. Barbosa queixava-se ao vice-rei que se *“não me mandam dinheiro para a fortificação que, sem este, mal se pode fazer; não tenho senão quatro oficiais de pedreiro, que são poucos para tanta obra que está para fazer”*¹¹⁰. Contudo, apesar das adversidades, segundo o testemunho do sargento-mor Manuel Botelho de Lacerda, o governador nunca deixou de *“continuar as obras da fortificação por se achar sem nenhum meio: nem dinheiro, nem de mantimentos, nem de materiais para poder trabalhar”*¹¹¹.

Antes mesmo de assumir o governo de Colônia, António Pedro de Vasconcelos pediu à Coroa um engenheiro para cuidar da construção das fortificações, pois não confiava na capacidade do que lá se encontrava, o tenente-general José Vieira Soares. Aires Saldanha, governador do Rio de Janeiro, suspeitava que Vieira Soares estivesse a serviço dos espanhóis, passando-lhes importantes informações sobre a Colônia do Sacramento. Por essa razão, o governo metropolitano ordenou a Vasconcelos que investigasse o caso com muita cautela e caso fosse comprovada a traição, o engenheiro deveria ser preso e embarcado para Lisboa com uma cópia do auto da prisão. Na mesma ocasião, o Conselho Ultramarino preocupou-se em substituir José Veiga Soares, recomendando a partida imediata do engenheiro substituto na frota que estava a preparar-se para seguir para o Rio de Janeiro¹¹².

No entanto, o novo engenheiro, tenente de mestre de campo general Pedro Gomes de Figueiredo, só chegou a Sacramento em 18 de Novembro de 1724, no mesmo ano em que se dera a tentativa frustrada dos portugueses de se estabelecer em Montevidéu.

No momento em que se reacendia o conflito com os espanhóis, mais do que nunca era necessário dar atenção ao sistema defensivo, mas, se o engenheiro tinha chegado, não havia dinheiro para o início das obras¹¹³.

Como Vasconcelos não gostava de perder tempo, imediatamente ordenou a execução de reparos nas fortificações. A madeira necessária para o início do trabalho tinha de ser buscada muito longe, pois na campanha somente existia vegetação de grande porte nas margens dos rios. Ainda em 1724, uma companhia de cavalaria e outra de infantaria, conduzindo cem carretas, dirigiram-se ao rio do Rosário, distante oito léguas da Colônia, a fim de adquirir a madeira necessária para restaurar as suas fortificações, levando seis dias para cumprir a missão¹¹⁴. Entretanto, a fragilidade do material às intempéries não lhe dava uma grande durabilidade, pois, cinco anos depois, o governador escrevia à metrópole que a praça se encontrava outra vez sem muralhas¹¹⁵.

Em 1726, o governador Vasconcelos escreveu ao vice-rei informando-lhe que dera início a uma fortificação dedicada a São Pedro de Alcântara e destinada a defender o ancoradouro. Informava ainda que a obra andava adiantada e que não duvidava de que terminasse no mesmo ano, se houvesse dinheiro necessário para o pagamento dos trabalhadores, *"porque a pedra, areia, serventes e água lhe não custa nada, e a cal mui pouco; por haver descoberto pedra que a faz mui boa, e com os índios se corta a faxina com que se cozem várias foadas"*. Para dar prosseguimento à obra, pedia a contribuição com algum dinheiro das rendas reais de Salvador, já que, *"do Rio de Janeiro se não dá providência aos soldos da guarnição, a que se devem dez meses, menos razão tenho de esperar que se mande para esta obra"*¹¹⁶.

Entretanto, ao invés de receber ajuda, Vasconcelos foi censurado pelo Conselho Ultramarino por ter dado início às obras de fortificação sem a autorização da Coroa, *"principalmente havendo de fazer tão consideráveis despesas como promete e se percebe da sua delineação nem também a devia pôr em execução, sem consultar a planta feita pelo tenente general engenheiro que*

assiste naquela praça". Os conselheiros ainda argumentavam que essas obras podiam provocar problemas com os espanhóis, mas concordavam na sua utilidade em caso de um ataque, já que a Coroa espanhola insistia no argumento de que o território de Colônia não deveria passar do alcance de um tiro de canhão. Sugeriram então que, ou se fizesse a fortificação com toda a brevidade, ou então se suspendesse a obra até se chegar a algum acordo com o governo de Madrid¹¹⁷.

Os trabalhos nas fortificações não deixaram de chamar a atenção dos espanhóis, pois em Março de 1727, o governador de Buenos Aires informou à Coroa espanhola sobre a chegada de várias embarcações carregadas de materiais de construção ao porto de Colônia, onde era grande o esforço dos portugueses em melhorar o estado de defesa da praça¹¹⁸. Mas, se a fortificação que defendia o porto prosseguia, em Junho do mesmo ano, Vasconcelos escrevia que Sacramento não contava com *"género algum de fortificação pela parte da terra mais que com uma leve trincheira que ele e seu antecessor levantaram"*¹¹⁹. Tendo em vista o aumento da povoação e o incremento do povoamento espanhol em Montevideu, o Conselho pediu ao rei que escrevesse ao governador mandando-lhe pôr a trincheira no melhor estado possível, cuidando para que os moradores não erguessem construções que prejudicassem a defesa da praça.

Em 1730, Vasconcelos informou à Coroa que as chuvas haviam espalhado a terra que se juntara para fazer uma trincheira, a qual, *"nenhum respeito fazia na forma em que se achava, ainda aos mesmos naturais"*¹²⁰. Por isso pediu ao governo que separasse doze mil cruzados da consignação de quarenta mil cruzados que a alfândega carioca destinava à construção das fortificações da cidade para melhorar o sistema defensivo de Colônia. Segundo o governador, os gastos não seriam muito elevados, argumentando que *"no Brasil se não podia considerar menos preço nos materiais, e que como Vossa Majestade tem ali engenheiro, um Terço de infantaria, e bastantes índios separados do tráfico da terra, nenhum embaraço podia haver para ser efectivo o trabalho da muralha, podendo-se esperar do serrado dela não fosse tão continuada a deserção que por ora não se podia evitar"*¹²¹.

Os trabalhos de fortificação foram impulsionados pela chegada dos chamados “padres matemáticos”, jesuítas enviados pela Coroa com o objectivo de elaborar mapas da América portuguesa. Ao ter conhecimento da sua chegada ao Rio de Janeiro, Vasconcelos escreveu ao governador Vahia Monteiro para que os enviasse a Colónia antes que adentrassem nos sertões, a fim de regularizar o desenho das fortificações¹²². Em Outubro de 1730, os padres Diogo Soares e Domingos Capassi deslocaram-se para Sacramento¹²³.

Em Junho de 1731, o padre Diogo Soares informava ao rei que da nova fortificação só havia o desenho do terreno e lugar onde havia de se construir a muralha.

Escrevia ainda que *“nem o custo e a despesa poderá ser excessiva, porque a pedra é muita, a cal de Vossa Majestade, o salário dos índios limitado, os presos e degredados, que também trabalham, inumeráveis”*. Até então a defesa da praça consistia em *“quatro montões de terra, que aqui se acham já arruinados”*, sobre os quais havia quatro barracas de couro e palha, que não garantiam a defesa, mas antes *“servem sim para a continuação da deserção da soldadesca, sem que o cuidado deste governador, que neste particular é excessivo, basté a impedi-la”*¹²⁴.

No ano seguinte, D. João V mandou dar prosseguimento às obras de fortificação, ordenando ao provedor da alfândega do Rio de Janeiro que, durante quatro anos, remetesse dois mil cruzados anuais, retirados da dízima da alfândega, para os reparos do sistema defensivo. Contudo, Vasconcelos e o engenheiro encarregado da obra voltaram a manifestar-se, argumentando que a soma a ser aplicada era pequena demais até para o simples reparo das ruínas, o que levou a Coroa a destinar para a obra os cinco mil cruzados destinados à construção do edifício da cadeia do Rio de Janeiro¹²⁵.

Ainda assim as obras continuaram em ritmo lento. Em Abril de 1733 ainda se estava a abrir o fosso do primeiro baluarte da nova fortificação¹²⁶, sendo que o trabalho prosseguiu somente até Dezembro, quando acabou o dinheiro da consignação da alfândega do Rio¹²⁷. Parece que a Coroa só se deu conta da extrema lentidão com que seguiam as obras quando os espanhóis iniciaram

os preparativos para o ataque a Colónia. Com a aproximação do inimigo, a primeira preocupação do governador foi reforçar a fortificação, ainda inconclusa. Mas, como a nova muralha que se levantava ainda não passava dos alicerces, decidiu restaurar o reduto antigo¹²⁸. Em Setembro, Vasconcelos ordenou que toda a população, sem excepção de sexo, ajudasse a guarnição a reparar as defesas, que as chuvas haviam danificado¹²⁹ de tal maneira que Simão Pereira de Sá escrevia *“que toda a muralha eram portas”*¹³⁰.

Os trabalhos de restauração da fortificação continuaram sem parar nos domingos ou dias santos, com a participação de toda a população, inclusive dos meninos da escola, que executavam o serviço cantando como uma forma de suavizar o árduo trabalho¹³¹. Segundo Pereira de Sá, o governador Vasconcelos trazia-os dedicados ao serviço à custa de alguns vinténs e, para dar o exemplo, fora o primeiro a começar o trabalho¹³². Todavia, apesar do empenho do governador e de toda a população, tudo leva a crer que não se conseguiu fazer muita coisa, a não ser melhorar um pouco o estado das fortificações. Assim, logo que o brigadeiro José da Silva Pais e o mestre de campo André Ribeiro Coutinho chegaram a Colónia, em 1736, a fim de ajudar na conclusão das obras do sistema defensivo, *“ficaram maravilhados do mal que estava fortificada e de que não sendo necessária brecha para ser entrada no princípio deste sítio”*¹³³.

Convém ressaltar que o objectivo das muralhas não se limitava a assegurar a defesa da praça, pois também visava a garantia da manutenção da ordem interna. Como vimos antes, entre os argumentos do governador Vasconcelos e do padre Diogo Soares para que a Coroa providenciasse a conclusão das obras de fortificação, estava presente a expectativa de que cessasse a deserção. Coates salientou que as restrições à mobilidade faziam com que a sorte dos soldados se assemelhasse à dos degredados, obscurecendo assim ainda mais as distinções que pudessem restar entre fortaleza militar e cadeia¹³⁴. Na realidade, a construção de muralhas facilitava aos oficiais o controle sobre as entradas e saídas do recinto fortificado¹³⁵.

Outra maneira de garantir a vigilância sobre os soldados era alojá-los em quartéis. Como os soldados solteiros tinham maior

propensão à deserção, uma vez que nenhum vínculo familiar os prendia à Colónia do Sacramento, eles foram instalados em "dois galpões construídos por ordem de Manuel Gomes Barbosa. Estes edificios deveriam ser grandes estruturas onde não havia qualquer tipo de privacidade, onde um sargento ou um cabo que dormia com a soldadesca estava encarregado de impedir as saídas nocturnas. Se os soldados que pernoitavam no alojamento estavam sujeitos a um controle severo, os que pudessem pagar tinham o direito de alugar uma casa, situação que levou os menos favorecidos a enviar uma petição a Lisboa para pedir a construção de quartéis em Sacramento¹³⁶."

Devido ao elevado custo de vida em Colónia, é provável que pouquíssimos soldados solteiros pudessem pagar um aluguer, tendo, pois, de se contentar com o alojamento comum. Já os oficiais e os soldados casados podiam construir a casa própria no terreno doado pelo governador. Porém, tudo indica que nos primeiros tempos nem todos conseguiram recursos para a construção, já que, em 1719, Gomes Barbosa registrava a existência de dezesseis ou dezessete barracas feitas com couros, nas quais moravam os soldados casados pobres, enquanto os oficiais e outros soldados viviam em cinquenta e uma casas de pedra e barro¹³⁷.

Além de ser usada como mão-de-obra na construção das fortificações e dos alojamentos, a guarnição também foi chamada a participar das obras da igreja matriz, na qual os soldados trabalharam duas horas pela manhã e duas todas as tardes durante o governo de António Pedro de Vasconcelos¹³⁸. A intensa participação da soldadesca nas obras públicas era possível porque o serviço militar não exigia dedicação exclusiva. Fora o serviço de vigia, que deveria ser constante, o regimento do exército limitava-se a exigir que, ao menos uma vez por semana deveriam acontecer exercícios militares e que *"de tempo em tempo se distribuirá pólvora aos soldados, tanto em guarnição, como em campanha, para ensiná-los a atirar"*¹³⁹.

Embora os documentos não façam referência expressa ao trabalho dos militares nas obras públicas, acreditamos que ele era imposto, sobretudo, aos soldados solteiros, pois há numerosas

referências ao trabalho dos soldados casados na agricultura e na manufactura. Aliás, como os militares definitivamente não podiam contar em receber o seu salário em dia, tinham que garantir a sua sobrevivência através de alguma actividade económica que pudesse ser realizada durante os períodos em que não estavam no serviço militar activo.

Se, nos fins do século XVII, durante o governo de D. Francisco Naper de Lencastre, a maioria dos soldados procurava garantir a subsistência através da prática da agricultura¹⁴⁰, a situação não deve ter mudado muito no século seguinte. Em 1720, segundo o governador Manuel Gomes Barbosa, os militares foram os responsáveis pela maior parte da produção de trigo¹⁴¹. Porém, se os oficiais geralmente cultivavam as suas terras através do trabalho escravo, além de provavelmente explorarem o serviço dos subordinados¹⁴², a maioria dos soldados casados trabalhava no campo, onde, na maioria dos casos, só contavam com a ajuda da sua família.

Como a triticultura não exigia trabalho durante todo o ano, mas somente durante o período da aragem e sementeira, que ia de fins de Maio a Julho e durante a colheita, realizada de Dezembro a Fevereiro¹⁴³, havia a possibilidade de conciliar o trabalho na agricultura com o serviço militar, que na sua maior parte consistia na execução de rondas nocturnas. O mesmo deveria passar-se na guarda espanhola do rio de São João, onde os portugueses iam comprar pão quando havia carestia de trigo em Colónia¹⁴⁴.

NOTAS

- ¹ André Convisler, *La France de Louis XIV*, p. 180.
- ² García de Ros ao rei de Espanha, 3 de Junho de 1716, in Pablo Pastells e F. Mateos, *Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay*, tomo VI, p. 57.
- ³ Registro de um regimento que se remeteu para a Colónia do Sacramento, 27 de Setembro de 1716, in *AAHRS*, vol. 1, p. 28.
- ⁴ Registro de um regimento que se remeteu para a Colónia do Sacramento, 27 de Setembro de 1716, in *AAHRS*, vol. 1, pp. 28-29.
- ⁵ Registro do formulário criado por Vânia Monteiro para o escrivão da Fazenda e o almoxarife da Colónia do Sacramento, 28 de Julho de 1725, in *AAHRS*, vol. 1, pp. 30-31.
- ⁶ Registro do formulário criado por Vahia Monteiro para o escrivão da Fazenda e o almoxarife da Colónia do Sacramento, 28 de Julho de 1725, in *AAHRS*, vol. 1, p. 32.
- ⁷ Carta régia ao governador do Rio de Janeiro, in *ABNRJ*, vol. XXXIX, p. 369.
- ⁸ António Brito de Menezes ao rei, 4 de Março de 1718, in *ABNRJ*, vol. XXXIX, p. 370.
- ⁹ Auto da deliberação da junta convocada pelo governador António Brito de Menezes, 1 de Outubro de 1717, in *ABNRJ*, vol. XXXIX, p. 370.
- ¹⁰ Gomes Barbosa ao rei, 6 de Janeiro de 1718, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 1, doc. 38.
- ¹¹ Consulta do Conselho Ultramarino de 18 de Janeiro de 1720, in IHGB, Arq. 1.1.25, fls. 246v-248.
- ¹² Consulta do Conselho Ultramarino de 9 de Novembro de 1720, in IHGB, Arq. 1.1.25, fls. 294-295v.
- ¹³ Gomes Barbosa ao rei, 6 de Janeiro de 1718, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 1, doc. 38.
- ¹⁴ Consulta do Conselho Ultramarino de 18 de Janeiro de 1720, in IHGB, Arq. 1.1.25, ff. 246v-248.
- ¹⁵ Consulta do Conselho Ultramarino de 10 de Novembro de 1720, in IHGB, Arq. 1.1.25, fls. 296v-298v.
- ¹⁶ Consulta do Conselho Ultramarino de 6 de Março de 1722, in IHGB, Arq. 1.1.21, fls. 66-66v.
- ¹⁷ Consulta do Conselho Ultramarino de 14 de Abril de 1722, in IHGB, Arq. 1.1.21, fls. 78-81v.
- ¹⁸ Provisão real passada ao governador do Rio de Janeiro, Aires de Saldanha de Albuquerque, 3 de Maio de 1722, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 1, doc. 73.
- ¹⁹ Vasconcelos ao rei, 18 de Outubro de 1722, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 1, doc. 81.
- ²⁰ Vasconcelos ao rei, 18 de Outubro de 1722, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 1, doc. 81.
- ²¹ Consulta do Conselho Ultramarino de 5 de Novembro de 1723, in IHGB, Arq. 1.1.21, fls. 248-251.
- ²² Vasconcelos ao rei, 4 de Fevereiro de 1723, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 1, doc. 92.
- ²³ Vasconcelos ao rei, 20 de Maio de 1726, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 2, doc. 168.
- ²⁴ Vasconcelos ao vice-rai, 31 de Março de 1726, in J. C. Rego Monteiro, *op. cit.*, vol. 2, p. 77.
- ²⁵ Jonathas da Costa Rego Monteiro, *op. cit.*, vol. 1, p. 196.
- ²⁶ Vahia Monteiro a Vasconcelos, 19 de Janeiro de 1728, in ANRJ, cód. 87, vol. 3, fls. 124v-125.
- ²⁷ Vasconcelos ao rei, 5 de Abril de 1731, AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 1, doc. 226.
- ²⁸ Consulta do Conselho Ultramarino de 2 de Setembro de 1733, in IHGB, Arq. 1.1.26, fls. 193-195.
- ²⁹ Vasconcelos ao rei, 27 de Fevereiro de 1735, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 3, doc. 303.
- ³⁰ Simão Pereira de Sá, *op. cit.*, p. 75.
- ³¹ Translado do instrumento em pública forma do registro de duas atestações passadas por Francisco Vaz de Carvalho e Manuel dos Santos Pereira, a 20 de Maio de 1777... IEB, *Coloção Lamego*, cód. 19.14.A8.
- ³² Enrique Peregalli, *op. cit.*, p. 82.
- ³³ Anita W. Novinski, *Inquisição: Inventário de Bens Confiscados a Cristãos Novos*, pp. 180-181.
- ³⁴ Vasconcelos ao rei, 19 de Agosto de 1733, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 3, doc. 268.
- ³⁵ Cristóvão Pereira de Abreu a Silva Pais, 5 de Dezembro de 1736, in *RIHGRS*, nº 104, p. 418.
- ³⁶ Consulta do Conselho Ultramarino de 21 de Julho de 1738, in *ABNRJ*, vol. XLVI, p. 431.
- ³⁷ Vasconcelos ao rei, 22 de Junho de 1725, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 2, doc. 144.
- ³⁸ Vasconcelos ao rei, 6 de Junho de 1727, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 2, doc. 179.
- ³⁹ Consulta do Conselho Ultramarino de 3 de Julho de 1734, in IHGB, Arq. 1.1.26, fl. 204v.
- ⁴⁰ Consulta do Conselho Ultramarino de 7 de Janeiro de 1736, in IHGB, Arq. 1.1.26, fls. 248v-249v.
- ⁴¹ Provisão de 28 de Janeiro de 1736, in ANTT, *Chancelaria de D. João V*, livro 131, fls. 45-46v.
- ⁴² Consulta do Conselho Ultramarino de 26 de Abril de 1749, in *ABNRJ*, vol. L, pp. 60-61.
- ⁴³ Jonathas da Costa Rego Monteiro, *op. cit.*, vol. 1, p. 350.
- ⁴⁴ Consulta do Conselho Ultramarino de 26 de Abril de 1749, in *ABNRJ*, vol. L, pp. 60-61.
- ⁴⁵ Forma que deve observar o almoxarifado da Colónia do Sacramento e seu escrivão, 28 de Julho de 1725, in *AAHRS*, vol. 1, pp. 33-36.
- ⁴⁶ Ordem do governador António Brito de Menezes, 14 de Janeiro de 1718, in ANRJ, cód. 60, vol. 12, fls. 351v-352. Ordem do governador, 9 de Setembro de 1719, in ANRJ, cód. 60, vol. 13, fl. 57v.
- ⁴⁷ Moacyr Domingues, *A Colónia do Sacramento e o Sul do Brasil*, p. 103.
- ⁴⁸ Consulta do Arquivo Ultramarino de 10 de Agosto de 1733, in IHGB, Arq. 1.1.26, S. pp.184-186.
- ⁴⁹ Consulta do Conselho Ultramarino de 10 de Novembro de 1720, in IHGB, Arq. 1.1.25, fls. 296v-298v.
- ⁵⁰ Portaria de Vahia Monteiro, primeiro de fevereiro de 1729, in ANRJ, cód. 60, vol. 17, fls. 17v-18.
- ⁵¹ Carta régia a Aires de Saldanha, 22 de maio de 1722, in ANRJ, cód. 60, vol. 14, fls. 18v-19.
- ⁵² Vasconcelos ao rei, 2 de Fevereiro de 1723, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 1, doc. 89.
- ⁵³ Vahia Monteiro a Vasconcelos, 30 de Novembro de 1728, in ANRJ, cód. 87, vol. 3, fl. 167.
- ⁵⁴ Vahia Monteiro a Vasconcelos, 16 de Abril de 1728, in ANRJ, cód. 87, vol. 3, fls. 135-135v.
- ⁵⁵ Vasconcelos ao rei, 10 de Fevereiro de 1723, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 1, doc. 98.

⁸² O tenente Manuel Félix Correia participou de muitas vacarias que se fizeram no decurso de nove meses, em 1720, empregando, em algumas delas, doze dias consecutivos. No mesmo ano, percorreu os campos com sessenta homens para atugentar os índios das redondezas de Colónia e em 1724, foi mandado buscar 800 vacas para o sustento da praça, "o que executou dentro de dez dias, vencendo as dificuldades e embaraços das guardas castelhanas". Domingos da Luz e Souza, que também participou da missão, diz ter "experimentado grandes perigos e trabalhos por lhe ser preciso caminhar de noite por vias diferentes, por se descontra de quem o pudesse invadir". Cf. Consulta do Conselho Ultramarino de 26 de Fevereiro de 1729, in *ABNRJ*, vol. XLVI, pp. 2-3.

⁸³ A crescente dificuldade em encontrar manadas selvagens inflacionou o preço do gado. Se, em 1722, o governador pagou 160 réis por cabeça, no ano seguinte, os preços oscilaram entre 160 e 180 réis. Em 1724, o preço variou de 200 a 295 réis, chegando a 320 em 1725 e 1726. Cf. Carta de Vasconcelos ao rei, 4 de Junho de 1727, in *AHU, Colónia do Sacramento*, cx. 2, doc. 177.

⁸⁴ Em 1723, Vasconcelos escrevia que se matavam a cada semana cerca de cinquenta reses para o consumo da guarnição. Cf. Carta de Vasconcelos ao rei, 10 de Fevereiro de 1723, in *AHU, Colónia do Sacramento*, cx. 1, doc. 98.

⁸⁵ Vasconcelos ao rei, 4 de Maio de 1726, in *AHU, Colónia do Sacramento*, cx. 2, doc. 158.

⁸⁶ Vasconcelos ao rei, 5 de Junho de 1727, in *AHU, Colónia do Sacramento*, cx. 2, doc. 178.

⁸⁷ Vasconcelos ao rei, 14 de Julho de 1728, in *AHU, Colónia do Sacramento*, cx. 2, doc. 199.

⁸⁸ Pequena lagoa existente nas proximidades de Sacramento, não confundir com a homónima, situada no Rio Grande do Sul.

⁸⁹ "Extracto das perdas e danos executados pelas tropas espanholas..." in *RIHGRS*, nº 99, pp. 53.

⁹⁰ Registro de um regimento que se remeteu para a Colónia do Sacramento. 27 de Setembro de 1716, in *AAHRS*, vol. 1, p. 29.

⁹¹ Portaria de Aires de Saldanha, 25 de Outubro de 1724, ANRJ, cód. 60, vol. 14, fls. 81v-82.

⁹² Vasconcelos ao rei, 18 de Outubro de 1722, in *AHU, Colónia do Sacramento*, cx. 1, doc. 81.

⁹³ Vasconcelos ao rei, 4 de Abril de 1730, in *AHU, Colónia do Sacramento*, cx. 2, doc. 219.

⁹⁴ Consulta do Conselho Ultramarino de 10 de Agosto de 1733, in *IHGB*, Arq. 1.1.26, fls. 184-186.

⁹⁵ Vahia Monteiro a Vasconcelos, 7 de Abril de 1728, in ANRJ, cód. 87, vol. 3, fls. 133-134.

⁹⁶ Consulta do Conselho Ultramarino de 10 de Janeiro de 1720, *IHGB*, Arq. 1.1.25, fls. 237-239.

⁹⁷ Vasconcelos ao rei, 8 de Fevereiro de 1723, in *AHU, Colónia do Sacramento*, cx. 1, doc. 96.

⁹⁸ Vasconcelos ao rei, 4 de Abril de 1730, in *AHU, Colónia do Sacramento*, cx. 2, doc. 219.

⁹⁹ Consulta do Conselho Ultramarino de 10 de Agosto de 1733, in *IHGB*, Arq. 1.1.26, fls. 184-186.

¹⁰⁰ Portaria de Aires de Saldanha, 28 de Setembro de 1724, in ANRJ, cód. 60, vol. 14, fls. 70v-71.

¹⁰¹ Vasconcelos ao rei, 17 de Fevereiro de 1734, in *AHU, Colónia do Sacramento*, cx. 3, doc. 276.

¹⁰² Carta patente do cirurgião-mor da Colónia do Sacramento, Baltasar dos Reis, 18 de Fevereiro de 1717, in ANRJ, cód. 60, vol. 12, fls. 329v-330.

¹⁰³ Vasconcelos ao rei, 18 de Outubro de 1722, in *AHU, Colónia do Sacramento*, cx. 1, doc. 81.

¹⁰⁴ Vasconcelos ao rei, 11 de Maio de 1725, in *AHU, Colónia do Sacramento*, cx. 2, doc. 135.

¹⁰⁵ Vasconcelos ao rei, 18 de Outubro de 1722, in *AHU, Colónia do Sacramento*, cx. 1, doc. 81.

¹⁰⁶ Vasconcelos ao rei, primeiro de Fevereiro de 1723, in *AHU, Colónia do Sacramento*, cx. 1, doc. 98.

¹⁰⁷ Vasconcelos ao rei, 11 de Maio de 1725, in *AHU, Colónia do Sacramento*, cx. 2, doc. 135.

¹⁰⁸ Atestado do governador António Pedro de Vasconcelos sobre os serviços prestados pelo boticário João Pedro Freire, 20 de Julho de 1731, in *ABNRJ*, vol. XLVI, pp. 339-340.

¹⁰⁹ Vasconcelos ao rei, 14 de Julho de 1728, in *AHU, Colónia do Sacramento*, cx. 1, doc. 81.

¹¹⁰ Requerimento do cirurgião Francisco Soares de Almeida ao rei, 11 de Janeiro de 1726, in *AHU, Colónia do Sacramento*, cx. 2, doc. 150.

¹¹¹ Requerimento dos militares e povoadores ao rei, in *AHU, Colónia do Sacramento*, cx. 3, doc. 256.

¹¹² Requerimento dos soldados de Colónia, in *AHU, Colónia do Sacramento*, cx. 2, doc. 233.

¹¹³ O Regimento de 1708 previa que os valores das muitas impostas aos oficiais seriam destinadas à manutenção dos hospitais reais. Os oficiais que vendessem postos em seus regimentos ou companhias deveriam restituir o valor recebido (§ 24). Os que faltassem às rondas nocturnas deveriam ser presos por quinze dias e privados de seus soldos (§ 44). As autoridades militares e judiciárias que consentissem desertores nos seus distritos deveriam pagar vinte mil réis de multa ao hospital da província de origem do desertor (§ 217). Cf. *Regimento para o Exército*, Lisboa, 1706.

¹¹⁴ Vasconcelos ao rei, 18 de Abril de 1731, in *AHU, Colónia do Sacramento*, cx. 2, doc. 233.

¹¹⁵ Consulta do Conselho Ultramarino de 02 de Setembro de 1733, in *IHGB*, Arq. 1.1.26, fls. 193-195.

¹¹⁶ Simão Pereira de Sá, *op. cit.*, p. 77.

¹¹⁷ Jonathas da Costa Rego Monteiro, *op. cit.*, vol. 1, pp. 243-244.

¹¹⁸ Silva Pais a Gomes Freire, 4 de Janeiro de 1737, in *RIHGRS*, nº 104, p. 393.

¹¹⁹ Meira da Rocha a Pinheiro, 26 de Junho de 1731, in Luís Lisanti (org.), *op. cit.*, vol. 4, pp. 339-340.

¹²⁰ Requerimentos de João Pedro Freire, in *AHU, Rio de Janeiro*, cx. 45, doc. nº 10.612-10.616.

¹²¹ Registro de uma proposta do comissário da expedição a Silva Pais, 11 de Novembro de 1736, in *AAHRS*, vol. 1, p. 37.

¹²² Silvestre Ferreira da Silva, *op. cit.*, p. 95.

¹²³ Simão Pereira de Sá, *op. cit.*, p. 105.

¹²⁴ Abreu Prego a Gomes Freire, 4 de Janeiro de 1737, in *RIHGRS*, nº 104, p. 349.

¹²⁵ Vasconcelos a Abreu Prego, 11 de Fevereiro de 1737, in *RIHGRS*, nº 99, p. 87.

¹²⁶ D. Pedro António d'Estrés a Gomes Freire, 19 de Dezembro de 1736, in *RIHGRS*, nº 109-112, p. 18.

¹²⁷ "Relação da campanha do Rio da Prata, escrita por Henrique Manuel de Miranda Padilha, imediato da fragata Nossa Senhora da Esperança", in *RIHGRS*, nº 99, p. 73.

¹²⁸ "Outra relação da guerra da Nova Colónia", in *RIHGRS*, nº 99, p. 116.

¹²⁹ Abreu Prego a Vasconcelos, 4 de Maio de 1737, in *RIHGRS*, nº 99, p. 91.

¹³⁰ "Outra relação da guerra da Nova Colónia", in *RIHGRS*, nº 99, p. 116.

- ¹⁰² Gomes Freire a Abreu Prego, 06 de Dezembro de 1736, in *RIHGRS*, n.º 104, p. 366.
- ¹⁰³ Gomes Freire a Abreu Prego, 25 de Fevereiro de 1737, in *DI*, vol. L, pp. 296.
- ¹⁰⁴ Gomes Barbosa ao rei, 6 de Janeiro de 1718, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 1, doc. 38.
- ¹⁰⁵ Sobre a construção das fortificações em 1680 e de 1683 a 1705, consultar Luís Ferrand de Almeida, *A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*, pp. 52-53 e 70-71.
- ¹⁰⁶ John Keegan, *Uma História da Guerra*, p. 333.
- ¹⁰⁷ Gomes Barbosa ao vice-rei, 12 de Abril de 1718, in *DH*, vol. LXXI, pp. 30-31.
- ¹⁰⁸ Certificado de Manuel Botelho de Lacerda sobre a administração de Manuel Gomes Barbosa, 16 de Dezembro de 1719, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 1, doc. 58.
- ¹⁰⁹ Consulta do Conselho Ultramarino de 14 de Abril de 1722, in *IHGB*, Arq. 1.1.21, fls. 78-81v.
- ¹¹⁰ Consulta do Conselho Ultramarino de 25 de Janeiro de 1726. *IHGB*, Arq. 1.1.21, fls. 348v.-347v.
- ¹¹¹ Consulta do Conselho Ultramarino de 26 de Fevereiro de 1729, in *ABNRJ*, vol. XLVI, pp. 2-3.
- ¹¹² Consulta do Conselho Ultramarino de 19 de Abril de 1730, in *IHGB*, Arq. 1.1.26, fls. 67-71v.
- ¹¹³ Vasconcelos ao vice-rei, 31 de Março de 1726, in Jonathas da Costa Rego Monteiro, *op. cit.*, vol. 2, pp. 75-77.
- ¹¹⁴ Consulta do Conselho Ultramarino de 26 de Novembro de 1726, in *DH*, vol. XCIV, pp. 9-10.
- ¹¹⁵ Real cédula de 22 de Janeiro de 1728, in *Campanha del Brasil*, vol. 1, p. 493.
- ¹¹⁶ Consulta do Conselho Ultramarino de 7 de Fevereiro de 1728, in *DH*, vol. XCIV, pp. 26-27.
- ¹¹⁷ Consulta do Conselho Ultramarino de 9 de Novembro de 1730, in *IHGB*, Arq. 1.1.26, fls. 83-84v.
- ¹¹⁸ Consulta do Conselho Ultramarino de 2 de Março de 1732, in *IHGB*, Arq. 1.1.26, fls. 147v.-151.
- ¹¹⁹ Vasconcelos ao rei, 9 de Abril de 1731, in *ABNRJ*, vol. XLVI, pp. 134-135.
- ¹²⁰ André Ferrand de Almeida, *A Formação do Espaço Brasileiro e o Projeto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*, pp. 100-142.
- ¹²¹ Diogo Soares ao rei, 27 de Junho de 1731, in Jonathas da Costa Rego Monteiro, *op. cit.*, vol. 2, pp. 80-82. Se o padre Diogo Soares fala somente no trabalho dos índios, presos e degredados nas obras de fortificação, acreditamos que os escravos negros também participaram desse trabalho, pois a sua presença foi constante na história de Sacramento. Em 1777, Francisco Vaz de Carvalho, sargento-mor de Colônia atestava que o comerciante e alferes Joaquim Vicente dos Reis trabalhou "com sua pessoa e escravos nas faxinas da fortificação da Praça". Cf. "Transferido do instrumento em pública forma do registro de duas atestações...", in *IEB, Coleção Lamego*, cód. 19.14, A8.
- ¹²² Consulta do Conselho Ultramarino de 23 de Agosto de 1733, in *IHGB*, Arq. 1.1.26, fls. 195v.-196.
- ¹²³ Consulta do Conselho Ultramarino de 2 de Março de 1734, in *IHGB*, Arq. 1.1.26, fls. 199-201.
- ¹²⁴ Vasconcelos ao rei, 17 de Fevereiro de 1734, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 3, doc. 276.
- ¹²⁵ "Relação do princípio da Guerra da Colônia...", in *RIHRS*, n.º 99, p. 41.
- ¹²⁶ Certificados referentes aos serviços e méritos funcionais de Caetano de Couto Veloso, in *ARC*, Reg. 217, 38 T5, doc. 3, fl. 20.
- ¹²⁷ Simão Pereira de Sá, *op. cit.*, p. 72.

- ¹³¹ "Notícia Prática..." in *Revista Histórica*, tomo VII, n.º 22, p. 607.
- ¹³² Simão Pereira de Sá, *op. cit.*, p. 72.
- ¹³³ "Outra relação da guerra da Nova Colônia", in *RIHRS*, n.º 99, p. 108.
- ¹³⁴ Timothy J. Coates, *op. cit.*, p. 161.
- ¹³⁵ O padre Diogo Soares também defendia a fortificação do Rio Grande de São Pedro, argumentando que a par de vantagens económicas, a nova fortaleza poderia ajudar a conter a deserção dos soldados da guarnição de Colônia. Escrevia que "não são poucos os desertores, não obstante o ter-me mostrado a experiência que estes buscam antes a guarda de São João que o Rio Grande, e quando o busquam, como o passo é único, é fácil o represá-los e rematê-los outra vez a esta Praça". Cf. Carta de Diogo Soares ao rei, 2 de Junho de 1731, in Jonathas da Costa Rego Monteiro, *op. cit.*, vol. 2, pp. 80-82.
- ¹³⁶ Vasconcelos ao rei, 4 de Maio de 1732, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 3, doc. 249.
- ¹³⁷ Gomes Barbosa ao rei, 19 de Dezembro de 1719, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 1, doc. 47.
- ¹³⁸ Consulta do Conselho Ultramarino de 2 de Março de 1734, in *IHGB*, Arq. 1.1.26, fls. 199-201.
- ¹³⁹ *Regimento para o Exército*, Lisboa, 1708, § 60, § 62.
- ¹⁴⁰ Luís Ferrand de Almeida, *A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*, p. 85.
- ¹⁴¹ Gomes Barbosa ao rei, 11 de Abril de 1720, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 1, doc. 64.
- ¹⁴² Os casais povoadores queixaram-se ao rei da concorrência da produção agrícola dos oficiais militares, dizendo que os mesmos exploravam as suas terras com o trabalho de escravos e de "outras pessoas que por respeito lhe lavram e semeiam o dito campo". Cf. Representação dos povoadores da Colônia do Sacramento, in AHU, Rio de Janeiro, cx. 33, doc. 7695.
- ¹⁴³ Jorge Gelman, "¿Gaúchos o Campesinos?" in *Anuário IEHS*, n.º 2, p. 58.
- ¹⁴⁴ Vasconcelos ao rei, 25 de Setembro de 1722, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 1, doc. 76.

2.3. – AS FORMAS DE RESISTÊNCIA

Os homens que haviam sido violentamente recrutados não tinham muitas oportunidades de escapar ao serviço militar. Legalmente, só podiam voltar à vida civil através da baixa, cuja concessão era monopólio pessoal do monarca, ou com a obtenção de licenças temporárias. A saída mais frequente era a deserção que, apesar de ser passível de pena de morte, segundo o regimento militar¹, na prática era frequentemente perdoada, já que era uma prática banal nos exércitos do Antigo Regime.

2.3.1. – Baixas e Licenças

O único meio legal de sair do exército colonial era conseguir a permissão para a baixa dos quadros das forças armadas. Contudo, era bastante difícil consegui-la, visto que, devido à dificuldade do recrutamento e da manutenção dos quadros das forças armadas, a Coroa dificultou ao máximo a concessão de baixas. Promoções e baixas necessitavam da aprovação pessoal do monarca, recurso que estava fora do alcance da maior parte dos soldados². Por isso, os militares esforçavam-se para conseguir licenças temporárias, alegando todo o tipo de obrigações que fossem incompatíveis com o serviço militar. Licenças temporárias que permitiam a locomoção dentro do Estado do Brasil podiam ser concedidas pelos governadores, porém para se dirigir à metrópole, desde 1735, era necessária a aprovação real³.

Difíceis de conseguir em tempos de paz, as dispensas do serviço militar eram quase impossíveis de ser obtidas durante a

guerra. Por isso a maioria dos pedidos de baixa de que dispomos de documentação refere-se ao fim da campanha contra os espanhóis pela manutenção da posse de Sacramento. Analisaremos alguns pedidos de concessão de licenças relativos aos militares da guarnição de Rio Grande, para onde foram enviados muitos dos homens que participaram das expedições de socorro a Colônia, depois da assinatura do armistício, em 1737.

Por intermédio de um procurador, a irmã do soldado Henrique Soares apresentou um pedido ao vice-rei, pedindo-lhe a volta de seu irmão a Salvador. O pedido foi encaminhado ao governador de Colônia o qual, por sua vez, enviou-o ao comandante do Rio Grande, onde Soares então servia. Alegando ter partido como voluntário na expedição de socorro a Sacramento e que, no decurso de sete para oito anos de vida militar, jamais tivera nota alguma contra seu serviço, pedia para voltar para a sua praça de origem, onde a sua irmã necessitava da sua ajuda, visto não ter outro rendimento. Devido à influência do vice-rei, Henrique Soares teve o seu pedido aceite⁴.

Bernardo da Fonseca, soldado do destacamento de Dragões de Colônia que foi transferido para o Rio Grande, pediu licença de seis meses para voltar ao Rio de Janeiro, a fim de cobrar algumas dívidas. Na falta de fiador, oferecia um escravo para trabalhar nas obras da fortificação até à sua volta, como uma forma de garantia de que voltaria para assumir o seu posto. O pedido foi aceite por Silva Pais, que ordenou que o escravo passaria a pertencer à Fazenda Real caso o soldado não retornasse do Rio de Janeiro⁵. Assim, os pedidos de licença eram mais fáceis de conseguir para quem possuísse algum escravo para dar de garantia durante a sua ausência. Nestas mesmas condições, em 1742, os soldados Frutuoso José Braga⁶, Francisco José Xavier⁷, João de Lemos Pereira⁸, Bernardo da Silva Lobo⁹ e Manuel Gomes Pereira conseguiram seis meses de licença para voltar ao Rio de Janeiro¹⁰, enquanto Manuel Tavares¹¹ pôde voltar para Minas Gerais e José de Araújo¹² para Pernambuco.

Os soldados que não possuíam escravos podiam deixar como garantia bens móveis e imóveis. Durante as licenças, não tinham direito a soldo nem à contagem do tempo no serviço real.

Pedidos no sentido de continuar a ganhar os soldos durante o licenciamento, baseados no bom comportamento, foram recusados pelo comandante, como foi o caso de João Gomes de Oliveira¹³.

Por sua vez, os militares que queriam voltar à praça de origem deveriam conseguir que outro homem ocupasse o posto abandonado. Embora um decreto de 1719 proibisse a concessão de baixa a qualquer soldado, antes que o seu posto fosse provido por outro que o substituísse¹⁴, em alguns casos o comandante confiava na palavra empenhada no sentido de se conseguir um substituto. Tal foi o caso do soldado Dragão Salvador de Moraes, que conseguiu uma licença de seis meses para voltar a Santos, onde alegava ter deixado a mãe viúva e duas irmãs ao desamparo, pretendendo no decurso deste tempo encontrar um homem que o substituísse na guarnição de Rio Grande¹⁵.

Se, apesar de difícil, era possível conseguir-se a obtenção de uma licença temporária, receber a baixa do exército colonial era quase impossível, já que nem mesmo graves problemas de saúde eram considerados motivos suficientemente fortes para obtê-la. Caso um soldado Dragão não conseguisse mais montar no seu cavalo devido a alguma enfermidade, poderia trocar de posto com um seu colega da infantaria ou artilharia. Tal foi o caso de Carlos Gomes, que passou para a artilharia, enquanto António dos Santos assumiu o seu posto no regimento de Dragões de Rio Grande¹⁶. O mesmo foi permitido a José Rodrigues Pimentel, que passou para a infantaria no lugar Inácio Torres, enquanto este assumia o seu posto entre os Dragões¹⁷.

João da Rosa, soldado da guarnição de Sacramento, pediu à Coroa a sua baixa após mais de dez anos de serviço militar, alegando que problemas em dois dedos da mão esquerda e numa perna impediam-lhe de fazer marchas, sentinelas e demais operações militares. Além dos problemas de saúde, atestados por uma certidão emitida pelo cirurgião, acrescentava um atestado do padre vigário, testemunhando que João da Rosa era pobre e que não podia sustentar a mulher e cinco filhos apenas com o soldo e a ração de farinha a que tinha direito como soldado. Pedia como mercê a sua baixa do exército, a fim de *"poder fazer as*

*suas sementeiras de trigo e ganhar com o suor do seu rosto sustento para seus filhos e mulher, o que sendo soldado não pode fazer*¹⁸".

O rei devolveu a petição ao governador Vasconcelos, pedindo-lhe o seu parecer. Para o governador, João da Rosa procedeu mal em pedir a baixa, pois o mesmo não apenas perderia os recursos do soldo, mas também o fornecimento de fardamento, farinha e carne, pois, segundo Vasconcelos, Rosa sempre recebera mais licenças do que os outros soldados, já que, além de trabalhar na agricultura, ele também exercia o ofício de carpinteiro. Porém, em consideração aos anos de serviço e a sua idade, o governador deu parecer favorável à concessão da baixa com a condição de que Rosa ficasse em Colónia com a família, sem tentar retornar ao Rio de Janeiro.

Tudo indica que as autoridades se preocupavam mais com o número de soldados que com a sua qualidade, pois evitavam conceder a baixa de homens doentes e velhos demais para o serviço militar. Tal foi o caso do capitão João Gonçalves Vieira que, embora contasse com quase cinquenta anos de serviço militar, dos quais trinta no posto de capitão, só conseguiu um ano dos dois que pedira para tratar da sua saúde em Portugal, devendo depois reassumir o seu posto¹⁹.

António Pedro de Vasconcelos não apreciava esse tipo de sistema, que impedia o desligamento dos soldados mesmo quando eles não tinham mais capacidade para o serviço militar, argumentando que, em tal estado, os homens *"só fazem número de gente e despesa sem nenhum préstimo"*. Acusado pelo Conselho Ultramarino de conceder baixas em desacordo com o regulamento pelo regimento militar, respondeu que concedera o desligamento do serviço real a aleijados e cegos, dos quais recebera informações dos seus oficiais e atestados do cirurgião. Não deixou de acrescentar que *"não me consta que nenhum depois melhorasse, em forma que se possa dizer que fui enganado"*²⁰.

2.3.2. – A Deserção

A deserção era o principal meio de resistência encontrado pelos homens que haviam sido recrutados à força e que, uma vez engajados, se viam submetidos às mais difíceis privações, muitas vezes sem alimentação e vestuário suficientes e com os seus soldos constantemente em atraso²¹. Contudo, também não se pode esquecer do interesse de portugueses e espanhóis em fomentar a deserção nas tropas contrárias, uma vez que os desertores podiam servir de informadores sobre as atividades dos inimigos²².

Na verdade, a prática de aliciamento à deserção através do oferecimento de um prémio pecuniário, comum nas guerras da península ibérica²³, também foi utilizada durante o sítio de Colónia, quando, em fins de 1735, Salcedo ofereceu terras e gado aos portugueses que passassem para o lado espanhol, enquanto Vasconcelos, por sua vez, oferecia cinquenta pesos em prata ao inimigo que desertasse, buscando refúgio entre os portugueses²⁴. Mesmo em períodos de paz, o aliciamento era constante. Se o governador Vasconcelos se queixava de que *“Colónia era o viveiro da gente com que Sua Majestade Católica povoava as suas Índias”*²⁵, não deixava de receber desertores, como aconteceu em 1741, quando se negou a extraditar alguns marinheiros espanhóis que buscaram refúgio em Sacramento²⁶.

Embora as dificuldades vividas pelo soldado no serviço militar e o aliciamento feito pelos inimigos fossem as principais causas da deserção, segundo o governador Vasconcelos, alguns desertores buscavam na fuga para o território espanhol um meio de se livrar das dívidas feitas nos domínios portugueses, principalmente em Minas Gerais²⁷. Também se deve ter em conta nas tentativas de deserção, o desespero em não conseguir saldar as dívidas contraídas junto aos comerciantes que, como já tivemos ocasião de apontar, vendiam alimentos e mercadorias a prazo aos soldados durante os frequentes períodos em que o pagamento dos soldos atrasava.

Já nos primeiros anos do restabelecimento dos portugueses em Colónia surgiram as primeiras notícias sobre os desertores.

Em Abril de 1718, Manuel Gomes Barbosa informou ao vice-rei sobre a chegada dos oficiais das tropas que tinham servido em Sacramento antes da evacuação da fortaleza, em 1705, *“excepto o capitão de cavalos José Pereira Barrete que fugiu no Rio de Janeiro quando o governador o mandou embarcar”*²⁸. Situação que mostra que o problema da deserção não se restringia à soldadesca, pois também atingia o oficialato. De facto, a deserção entre os oficiais não parece ter sido um fenómeno raro. Em 1737, o governador Gomes Freire de Andrade mandou prender o tenente general da artilharia do Rio de Janeiro, porque o mesmo se recusou a embarcar com os reforços que então seguiam para a Colónia do Sacramento²⁹.

Em 1719, a infantaria só contava com 193 soldados, pois 51 tinham fugido para a guarda espanhola do rio de São João. Contudo, a situação era ainda pior na cavalaria, que só contava com 66 soldados, depois da deserção de 51 homens. A artilharia contava então com 12 homens, registrando-se dois desertores, enquanto nas companhias de ordenança estavam registrados 102, depois da fuga de 8 indivíduos³⁰. Para aumentar os efectivos da guarnição, o Conselho Ultramarino propôs ao rei que se enviassem duzentos soldados da metrópole, pois o governo do Rio de Janeiro não tinha como ajudar, uma vez que a guarnição da cidade estava incompleta³¹.

Sugeria também que, junto com os reforços, deveria seguir um substituto para Manuel Gomes Barbosa, sobre o qual pesavam acusações de maus tratos. O parecer dos conselheiros propunha que assim que os reforços chegassem ao Prata, deveriam ser integrados ao terço de Colónia, sendo que o mestre de campo e os capitães de infantaria deveriam cuidar para que seu efectivo não baixasse de trezentos homens, com cada companhia formada por vinte e cinco soldados. Se as deserções persistissem, diminuindo o número de militares, os oficiais teriam o seu soldo cortado pela metade, *“pois esta pena os porá na obrigação de atenderem muito a que não falte no terço a dita infantaria mencionada, sendo eles também os que vigiam e impeçam as ditas licenças como negócio tão importante para a sua conveniência”*. Aconselhava ainda que se deveria negociar com o governo

espanhol acerca da devolução dos desertores refugiados em Buenos Aires, onde o governador se negava a fazê-lo com "*excusas frívolas*". Por sua vez, o embaixador português em Madrid deveria insistir no facto de que os desertores levavam consigo por ocasião da fuga "*armas e cavalos, sendo reputados neste caso como ladrões que em toda a parte não podem ter acolhimento*"³².

Observa-se que os conselheiros reconheciam que a violência quotidiana a que estavam submetidos os soldados era uma das razões que levavam à deserção, e por isso sugeriam a substituição do governador. Por outro lado, o Conselho Ultramarino apostava na repressão para conseguir controlar a situação, colocando a responsabilidade pela manutenção do efectivo nos oficiais, ao mesmo tempo em que se buscava recuperar os desertores refugiados no território espanhol através de negociações com a Espanha.

Na realidade, as notícias de deserções são constantes em toda a história da Colónia do Sacramento, onde a sua situação como praça fronteiriça ajudou muitos desertores a conseguir os seus intentos. Se na Índia, onde também as fronteiras eram muito próximas, muitos não hesitaram em fugir para outros estabelecimentos europeus ou mesmo para reinos muçulmanos e hindus, onde renegaram a fé cristã³³, muito mais fácil parece ter sido ir procurar refúgio nos espanhóis, entre os quais não havia diferença de religião e as dificuldades com a língua eram mínimas.

Uma vez foragidos, o campo das possibilidades era restrito para os desertores. Se tivessem algum conhecimento técnico poderiam tentar a vida em Buenos Aires, caso contrário, poderiam tornar-se peões em qualquer estância. Outra opção era unirem-se aos desertores espanhóis que viviam da extracção e contrabando de couros. Afinal, também entre os espanhóis a deserção era alta. A principal razão das deserções entre os soldados espanhóis era a mesma que entre os portugueses, pois, em 1716, o governador Garcia de Ros escreveu ao seu rei sobre os "*lamentáveis clamores daquela guarnição*", que não era paga há dezoito anos e onze meses³⁴. Em 1724, o governador Zabala queixava-se à Coroa espanhola de que a guarnição de Buenos

Aires estava reduzida a 389 soldados, já que, às baixas causadas pela epidemia de varíola de 1718, acrescentava-se a deserção contínua motivada pelo soldo pago pela metade³⁵.

Porém, nem todos os fugitivos queriam permanecer na região platina, seja integrando-se à sociedade colonial espanhola ou inserindo-se em algum grupo de gaúchos. Provavelmente em busca do retorno à família, alguns portugueses pretenderam voltar à Europa a bordo dos navios do *asiento* inglês que frequentavam o porto de Buenos Aires³⁶. Numa tentativa de impedir essa rota de evasão, Vasconcelos pediu à Coroa que entrasse em negociação com o governo inglês, para que ele proibisse os seus súbditos de ajudar os desertores portugueses. Ao examinar o assunto, o Conselho Ultramarino mostrou-se bastante céptico, alegando que se poderia tentar recorrer a Londres, "*mas sem a esperança de ter o efeito desejado*"³⁷.

Num porto bastante movimentado como o de Colónia, as autoridades tinham dificuldade mesmo em fazer com que os degredados cumprissem a pena, pois eles aproveitavam a primeira oportunidade para voltar à terra de origem. Em 1736, Gomes Freire de Andrade informava a Martinho de Mendonça que "*Manuel Mendes, que Vossa Excelência mandou para a Colónia por falsaria, tornou para sua casa onde vive muito contente*"³⁸. A excêntrica posição geográfica de Sacramento, praticamente encravada nos domínios espanhóis, sendo frequentemente visitada por navios nacionais e estrangeiros, atraídos pelo contrabando, contribuía para aumentar a mobilidade que dificultava o controle sobre os soldados e degredados.

Contudo, apesar das dificuldades, as autoridades coloniais procuraram de todas as maneiras impedir a prática da deserção. Segundo o regimento de 1716, caso parecesse necessário, o governador poderia ordenar uma "mostra seca", cujo objectivo era verificar ausências desautorizadas dos oficiais e soldados³⁹. Quando era constatada a falta de algum militar da guarnição, o governador não hesitava em ordenar a sua busca, que não diferia da perseguição a um criminoso ou mesmo de um escravo foragido. A cavalaria era então chamada a patrulhar a campanha em busca dos desertores⁴⁰.

Manuel Félix Correia declarou, por ocasião da sua candidatura ao posto de capitão da cavalaria, que no decorrer de dez anos de serviço na guarnição da Colônia do Sacramento, aonde chegou em 1718, ajudou a reconduzir à praça mais de cem soldados que haviam tentado desertar para o Rio de Janeiro ou para a guarda espanhola de São João. Outro candidato ao mesmo posto, Domingos da Luz e Souza, declarou que, em 1724, andou dois dias e duas noites até encontrar um desertor, que conseguiu prender e reconduzir a Colônia⁴¹.

Na teoria, os fugitivos que fossem apanhados estavam sujeitos a sofrer a pena capital, mas na prática a deserção era encarada com uma certa naturalidade, pois então ela ainda não estava associada aos conceitos de traição à pátria e desonra que surgiram no século XIX. Durante o Antigo Regime, a defesa da honra era uma preocupação constante da nobreza, que não podia ser cobrada dos soldados, homens recrutados à força, que na maioria dos casos provinham das camadas marginalizadas da sociedade⁴². Por isso, a pena capital raramente foi utilizada na punição dos desertores, que em geral eram condenados a castigos corporais, seguidos de um determinado tempo de trabalho forçado nas obras de fortificação.

O governador Manuel Gomes Barbosa reclamava, em Julho de 1718, que a punição dos desertores era prejudicada pelo longo processo burocrático que o governador deveria seguir antes de punir um desertor. Os processos deveriam ser remetidos ao Rio de Janeiro, procedimento que causava muita demora na sua resolução, dada a longa distância e as poucas embarcações que então faziam a rota entre a Guanabara e o Rio da Prata. Até então, as punições restringiam-se a um tronco e em grilhões, mas o governador queixava-se de que os soldados preferiam o castigo, a prestar guarda e trabalhar na construção das fortificações, por isso pedia à Coroa para que, junto com os dois sargentos-mores da praça, pudesse sentenciar os soldados acusados de deserção, desobediência e crimes que não merecessem a pena capital, mas somente a *polé*⁴³, argumentando que *"onde não havia castigo não havia obediência"*. O Conselho Ultramarino deu parecer favorável ao pedido de Gomes Barbosa, autorizando-o

inclusve a utilizar a *polé*, medida que também foi aprovada por D. João V⁴⁴.

Presos em grilhões, os desertores deveriam trabalhar na construção da fortaleza durante dois anos, enquanto os que, de algum modo, conseguissem fugir para Portugal, seriam condenados a dois anos de galés⁴⁵. Entretanto, a ameaça do castigo não era suficiente para impedir a deserção, pois, em 1729, o governador António Pedro de Vasconcelos informava ao rei de que *"era tal a ânsia de se verem fora todos que vendiam as próprias camisas para pagarem aos peões que os põem em São João"*⁴⁶.

Embora alguns conseguissem escapar, tendo então seus bens leiloados em favor da Fazenda Real⁴⁷, tudo indica que a maioria não conseguia fugir, pois, dois anos depois, o padre Diogo Soares escrevia que, nas obras de fortificação, *"os presos e degredados, que também trabalham [são] inumeráveis"*⁴⁸.

Na tentativa de deter as deserções, as autoridades coloniais tomaram diferentes medidas que iam do perdão aos que se apresentassem, à repressão dos renitentes e das pessoas que lhes prestassem ajuda. Em 1717, o governador do Rio de Janeiro publicou um bando pelo qual concedia o perdão a todos os soldados que, tendo cometido algum crime que não merecesse a pena de morte, se apresentassem ao seu terço no prazo de um mês, caso estivessem na cidade, e dentro de dois meses, caso se encontrassem no interior da capitania. Os que não se apresentassem seriam considerados desertores e condenados à morte ou ao tormento da *polé*, seguido de dois anos de trabalho nas fortificações, no caso de terem a sua pena aliviada. O bando ainda condenava toda a pessoa que desse qualquer forma de ajuda aos desertores, seja dando-lhes pousada, comida ou ajuda para atravessar algum rio, a pagar uma multa de vinte mil réis (valor que seria dividido entre o denunciante e as obras de fortificação), seguida de dois anos de degredo em Colônia. Toda a pessoa que denunciasse um soldado fugido recebia seis mil réis de recompensa.

Os oficiais que, tendo conhecimento do esconderijo de um desertor não o prendessem imediatamente, estavam sujeitos a perder os seus postos e serem desterrados para Sacramento,

onde deveriam servir como soldados rasos. O bando também ordenava que os capitães de ordenança vigiassem os seus distritos e prendessem os criminosos ou vagabundos que viviam nos matos perto da cidade. O capitão responderia como cúmplice se no seu distrito ocorresse algum crime, podendo então perder seu posto e ser degredado para Angola ou Colónia, de acordo com a vontade do governador. Os coronéis das ordenanças e os oficiais deveriam ter particular cuidado em executar as ordens do governador e todo o soldado auxiliar que ousasse desobedecer às ordens dos seus superiores devia ser desterrado para toda a vida na Colónia do Sacramento, onde deveria servir como soldado pago⁴⁹.

As punições geralmente não se restringiam aos soldados desertores, mas também a todas as pessoas que lhes prestassem qualquer tipo de ajuda. Em 1722, Rodrigo César de Meneses, governador de São Paulo, também lançou um bando contra os desertores da fortaleza de Santos, procedimento que segundo o governador *"se tem seguido grave prejuízo não só pela falta que fazem na guarnição daquela praça, mas também [por] levarem a arma e farda que se lhes dá"*. A fim de tentar coagir novas tentativas de deserção, Meneses mandou publicar um bando pelo qual ordenava *"que todo o soldado que fugir, sendo apanhado, levará quatro tratos de polé, e toda a pessoa em cuja casa se achar ou lhe der ajuda e favor ou sendo cabo de tropa que o leve em sua companhia pagará por cada um para a Fazenda Real quatrocentos mil réis e terá seis meses de prisão na fortaleza da barra da vila de Santos"*⁵⁰.

Em 1747, o governador de São Paulo emitiu um bando pelo qual condenava os moradores de Paranaguá e Curitiba que ocultassem desertores da ilha de Santa Catarina e do Rio Grande a serem presos e remetidos para São Paulo, para o governador *"os castigar asperamente e com todo o rigor"*⁵¹. Além das pessoas acusadas de ajudar os desertores, as punições alcançavam os parentes próximos dos soldados que abandonassem o serviço real. Embora a Coroa hesitasse em consagrar o uso de aprisionar os parentes dos desertores, esta prática era comum tanto na metrópole⁵² como nas colónias, especialmente em São Paulo por

ocasião da fundação do Iguatemi e das campanhas do sul contra os espanhóis⁵³.

Como um exemplo da violência extrema em que resultava o recrutamento compulsório, feito sem método algum, podemos citar o caso de Francisco da Costa, soldado do terço de Colónia, agregado à guarnição de Rio Grande, onde foi preso por roubar o seu camarada e desertar. Francisco livrou-se da pena capital, alegando que antes de assentar praça como soldado não tivera outra ocupação que a de marinheiro num dos bergantins de Sua Majestade em Sacramento, onde nunca recebera soldo nem fardamento e que, embora o rei obrigasse a leitura do regimento aos soldados incorporados às suas tropas, desconhecia as penas a que estavam sujeitos os soldados que cometem furto e deserção. Porém, não escapou da condenação ao trabalho forçado nas obras de fortificação, preso a um grilhão no pé esquerdo, durante cinco anos, sem direito a soldo⁵⁴. A pena era consideravelmente menor para os que fossem apanhados na tentativa de fuga. Em Agosto do mesmo ano, também em Rio Grande, quatro soldados foram surpreendidos quando se preparavam para desertar, sendo condenados *"a dois anos de serviço nestas fortificações, sem soldo, com grilhão no pé direito, para mais segurança e exemplo dos mais"*⁵⁵.

Apesar de todas as medidas de repressão à deserção, tomadas pela Coroa e pelas autoridades coloniais, os desertores podiam arrepende-se do seu acto e pedir para voltar ao seu posto militar, especialmente se não encontrassem a melhoria de condição que esperavam encontrar passando-se para os espanhóis. De facto, parece não ter sido muito raro o facto de que certos desertores, já na guarda de São João, dessem mostra de arrependimento e pedissem o perdão do governador de Colónia⁵⁶.

Em 1722, António Pedro de Vasconcelos promulgou um perdão geral aos desertores que se apresentassem dentro de três meses. Entretanto, a burocracia do sistema absolutista, que pretendia controlar todas as questões administrativas, não viu com bons olhos o acto do governador e o Conselho Ultramarino julgou que Vasconcelos não tinha autoridade para conceder o

indulto, que era monopólio real. Todavia, como o bando já fora publicado, aconselhava o rei a aprová-lo, pois não convinha prender os desertores que voltassem à praça tendo em vista o perdão concedido. Embora D. João V tenha seguido o conselho, não deixou de advertir o governador de que não voltasse a promulgar novos perdões sem sua ordem expressa⁵⁷.

Se a Coroa hesitou em aprovar o perdão concedido pelo governador Vasconcelos, ela mesma não hesitava em concedê-lo aos desertores e renegados em ocasiões de grave falta de soldados, como ocorreu durante as guerras da Restauração (1640-1668) contra os espanhóis, quando ela chegou a ponto de oferecer a cidadania a todos os ciganos que se alistassem, ou ainda durante as lutas contra os holandeses no ultramar (1640-1662)⁵⁸. O que deixou o rei exasperado foi a ousadia do governador em conceder o perdão sem antes receber a sua aprovação, uma vez que o Magnânimo era muito cioso das suas prerrogativas.

No ano seguinte, o governador Vasconcelos informou ao governo de Lisboa de que tinham desertado para a guarda espanhola de São João dez soldados e alguns oficiais mecânicos, mas que só conseguira capturar o mestre oleiro Alexandre Martins e o pedreiro Manuel Francisco. Avisava ainda que depois que expedira um bando com severas penas contra a deserção, ela cessara de todo. Porém, desta vez, o Conselho Ultramarino colocou-se contra a excessiva severidade do bando do governador de Colónia que taxava os desertores de traidores. Os conselheiros alegaram que essa medida poderia causar atritos com os espanhóis, já que se estava em paz com os mesmos e que, ao invés de tratar os desertores como traidores, se deveria considerá-los como meros "trânsfugas". Como castigo, deliberavam que os soldados e oficiais reinóis que haviam recebido ajuda de custo para a viagem a Sacramento deveriam ser postos a trabalhar nas obras de fortificação, presos em grilhões. Aos moradores e oficiais brasileiros presos no acto de deserção, assim como às pessoas que lhes prestaram ajuda, deixavam o castigo a cargo do governador, *"porque convém muito neste particular comensurar a pena de maneira que a exasperação dela não dê ocasião à sua maior ruína"*⁵⁹.

Contudo, em 1725, o Conselho Ultramarino voltou a censurar o governador Vasconcelos pelo perdão geral concedido a todos os desertores, alegando que o mesmo não tinha autoridade suficiente para tomar tal decisão. Os soldados desertores deveriam ser exemplarmente castigados através do trabalho forçado nas fortificações durante dois anos. Quanto aos soldados pagos que voltassem ao Reino sem licença, deveriam ser presos e encaminhados a Lisboa onde deviam ser condenados às galés. De resto, o perdão geral não teve grande resultado, pois segundo Vasconcelos, só dois se apresentaram, um dos quais voltou a desertar depois de lhe pagarem o prometido, o que dá a entender que além do perdão também se prometia um prémio em dinheiro. Por isso pedia a pena capital para os que fossem apanhados no acto de deserção *"porque só o medo de os arcabuzarem os poderá fazer conter e conservar"*⁶⁰.

As difíceis condições de vida dos soldados, recrutados à força, sofrendo com a brutalidade dos oficiais⁶¹ e com soldos sempre em atraso não parecia sensibilizar as autoridades, que viam a deserção como um mero vício⁶², que deveria ser castigado com penas exemplares. Entretanto, quando as condições de vida eram melhores, como em 1732, quando a tropa estava regularmente paga, fardada e bem alimentada, o governador teve que admitir ter quase cessado a deserção dos soldados⁶³.

2.3.3. – Os Motins

Se era necessário garantir a manutenção da disciplina nas fortalezas, mesmo que à custa do embrutecimento dos soldados, ela era imprescindível durante a viagem marítima dos reforços que seguiam para o Rio da Prata, quando um motim a bordo podia prejudicar a navegação. Por isso parece estranho que nos primeiros tempos os recrutas fossem enviados a Colónia sem a presença de oficiais responsáveis, pois, em 1720, o governador do Rio de Janeiro escreveu que os soldados embarcados para Colónia sem o acompanhamento de um oficial, geralmente causavam desordens a bordo⁶⁴.

Para evitar esse problema, os capitães de navios encarregados de transportar as tropas requeriam à Coroa licença para poder castigar os desordeiros, como fez o capitão José Barreiro de Carvalho em 1724, quando foi incumbido de transportar soldados e alguns casais para Colônia⁶⁵.

Por vezes, um oficial era encarregado de zelar pela ordem entre os soldados, como aconteceu em 1722, quando D. João V recomendou a António Teixeira de Carvalho, então nomeado capitão da infantaria paga da Colônia do Sacramento, que disciplinasse os soldados que seguiam consigo para Colônia, pondo todo o cuidado em *“evitar algumas desordens que possam acontecer na dita navegação com gente que é tão bisonha”*⁶⁶.

No regimento que, em 1735, o conde das Galveas, vice-rei do Brasil, entregou ao capitão Tomás Rodrigues Banhos, comandante do regimento de infantaria que seguiu de socorro à Colônia do Sacramento, podemos ver quais as condições em que viajava a tropa. O navio que conduzia os militares deveria sair do porto de Salvador e fazer uma escala no Rio de Janeiro antes de seguir para Colônia. Durante a viagem, o capitão deveria ter *“particular cuidado em que toda a infantaria e artilheiros que vão embarcados se conservem em grande paz e quietação, de sorte que não haja entre uns e outros diferença alguma; e o mesmo fará praticar com a gente do mar”*.

Os cuidados do capitão iam da manutenção da disciplina a bordo, proibindo os jogos de azar, até preocupações religiosas, como obrigar os militares a confessarem-se e comungarem antes do embarque. Também tinha a seu encargo velar pela saúde dos soldados e vigiar a navegação, não devendo fiar-se em nenhum navio que encontrasse na sua rota, mantendo sempre à vista a embarcação que acompanhava o navio, e *“no caso de que não possa evitar a peleja com qualquer nação da Europa que o cometer, procurará obrar de maneira que repute as armas de Sua Majes-tade e o crédito da nação”*. Chegando ao porto do Rio de Janeiro, não deveria deixar que nenhum militar *“desembarcasse, enviando logo a carta do vice-rei ao governador, a quem deveria subordinar-se, acatando as suas ordens, “às quais há-de executar pronta e inteiramente sem dúvida ou repugnância alguma”*⁶⁷.

As difíceis condições de vida dos soldados, submetidos a uma severa vigilância a fim de impedir a deserção, somada às punições embrutecedoras e aos longos atrasos no pagamento dos soldos, por vezes desencadeou rebeliões, como a que aconteceu em 1705, quando os efectivos evacuados da Colônia do Sacramento chegaram ao Rio de Janeiro. Assim que desembarcou, a tropa sublevou-se, exigindo o pagamento de mais de um ano e meio de atraso nos soldos. O motim foi dirigido pelos oficiais, tendo à frente o próprio governador Sebastião da Veiga Cabral. Ao ser informado do ocorrido, o governador-geral ordenou ao Provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro que procedesse ao pagamento dos soldos em atraso⁶⁸.

Em 1720, o atraso de nove meses nos soldos provocou um levantamento na infantaria. A pronta intervenção dos oficiais, que rapidamente prenderam os líderes do movimento, impediu que os amotinados se entrincheirassem num dos baluartes da praça. A circunstância da proximidade de Sacramento dos domínios espanhóis, para onde poderia haver uma deserção em massa, foi o principal factor responsável pela moderação com que o rei tratou do motim, escrevendo ao governador do Rio de Janeiro para que providenciasse o pagamento dos soldos atrasados⁶⁹.

Em janeiro de 1742, a guarnição do recente estabelecimento de Rio Grande rebelou-se contra as violências praticadas pelo capitão Tomás Luís Osório e contra o atraso de vinte meses no pagamento dos soldos e de três anos no fornecimento de fardas. Protestando lealdade à Coroa, os revoltosos justificaram a sua atitude pela penosa situação de miséria em que se encontravam. Enfatizando a violência com que eram tratados, alegavam *“que havendo suspeita de algum soldado querer desertar, sem prova legal, o passavam a pau pelos cabos de esquadra, na frente do Regimento, de onde iam para o hospital, e depois os têm em rigorosas prisões e galés”*. Em sua representação, os soldados não pediam o fim dos castigos físicos aos que tinham as culpas reconhecidas, mas sim pediam *“que não sejam castigados, como até aqui, pela leve presunção de quererem desertar, sem evidente prova”*⁷⁰.

O problema resolveu-se sem se fazer uso da repressão sobre os amotinados. Tomás Luís Osório foi enviado ao Rio de

Janeiro, onde se tirou devassa sobre os excessos que teria cometido, e o coronel Diogo Osório Cardoso concedeu o perdão aos revoltosos, atitude ratificada pelo governador do Rio de Janeiro e pela Coroa, já que se temia uma possível deserção em massa para os espanhóis, caso não fosse concedido o perdão⁷¹. Entre as reivindicações que foram atendidas estava o fim das punições arbitrárias. Gomes Freire ordenava *“que se não proceda a castigo grave sem prova, por suspeita de deserção, pois cai infâmia no soldado e sua família quando chega a ser castigado pelo abominável delito de desertor”⁷²*.

O Conselho Ultramarino sugeria que se abrisse devassa sobre o procedimento do coronel e do sargento-mor de Rio Grande durante o motim e se providenciasse à transferência *“para outros presídios com pretextos corados, não só os cabeças e motores da sublevação, mas todos os soldados menos obedientes e suspeitosos”*. Contudo, Gomes Freire de Andrade receava novas sublevações *“tanto pela má qualidade de muitos soldados, que têm por vida a revolução”*.

Por pouco não estalou outra revolta na ilha de Santa Catarina, sufocada a tempo pelo brigadeiro José da Silva Pais, que mandou prender José Maio da Silva, cabo de esquadra de um dos terços do Rio de Janeiro que ali estava a servir. Ao ser preso, José Maio da Silva *“exclamara para os seus camaradas que não tinham honra, pois o deixavam ir preso, e que só os do Rio Grande eram homens, rasgando a farda e dizendo que aquela lhe não dava honra”*. Depois de tirada a devassa do caso, o cabo de esquadra foi remetido ao Rio de Janeiro, onde deveria ser sentenciado.

Para o brigadeiro, os criminosos deveriam ser punidos no local do crime a fim de servir de exemplo aos seus companheiros, pois ao serem punidos em locais distantes *“não produziã aquele efeito e terror que fazia se o vissem os mesmos que presenciãram a culpa”*. Disso tinha experiência própria, pois em Rio Grande mandara arcabuzar um soldado que havia assassinado um camarada com o objectivo de roubá-lo. Mesmo que a execução não fosse cumprida, pois dera ordem para suspendê-la quando o criminoso já estava amarrado a um poste, sob a mira dos soldados,

a encenação *“fizera entre aquelas tropas um tal terror e respeito, que confessaram os mesmos oficiais do regimento nunca os viram tão sujeitos como então”⁷³*.

Com poucos recursos humanos para explorar e defender um gigantesco império colonial que se espalhava por todos os continentes, a Coroa portuguesa fez largo uso do sistema de degredo, pelo qual buscou fazer das pessoas indesejáveis na metrópole colonos e soldados nos domínios ultramarinos. O recrutamento compulsório das camadas marginais da população metropolitana era essencial para garantir a manutenção dos efectivos militares, uma vez que as difíceis condições de vida dos soldados e as poucas hipóteses de fazer carreira numa instituição que, durante o Antigo Regime, guardava as patentes superiores para os membros da nobreza, eram responsáveis pela falta de voluntários para o serviço militar.

O quotidiano dos soldados era marcado por fortes tensões que não se originavam somente da brutalidade com que eram tratados, mas que também se ligavam aos constantes atrasos no soldo e na precariedade da distribuição de fardas e alimentos, assim como à dificuldade em receber um tratamento médico adequado. Essas tensões quotidianas desencadeavam um processo de reação, no qual a deserção era o meio mais utilizado. A tentativa de pôr fim a esse problema foi uma das principais razões que levaram a Coroa portuguesa a implementar uma decidida política de povoamento na Colónia do Sacramento, através do favorecimento da emigração de casais. Pretendia-se então escapar da dependência do recrutamento compulsório, apostando na lealdade de homens casados e donos de terras que, acreditava-se, seriam menos propensos a desertar buscando refúgio nos domínios espanhóis.

NOTAS

- ¹ *Regimento para o Exército*, Lisboa, 1708, § 204.
- ² C. R. Boxer, *A Idade de Ouro do Brasil*, p. 163.
- ³ Provisão de licença do sargento-mor Manuel de Barros Guedes Madureira, 24 de Março de 1744, in *AAHRS*, vol. 1, pp. 206-207.
- ⁴ Duas petições feitas a Henrique Soares, 3 de Novembro de 1738, in *AAHRS*, vol. 1, pp. 72-73.
- ⁵ Requerimento que fez Bernardo da Fonseca, soldado Dragão do Destacamento de Colónia, 26 de Junho de 1742, in *AAHRS*, vol. 1, pp. 173-174.
- ⁶ Requerimento de Frutuoso José Braga, 16 de Julho de 1742, in *AAHRS*, vol. 1, pp. 177-178.
- ⁷ Requerimento de Francisco José Xavier, 28 de Maio de 1742, in *AAHRS*, vol. 1, pp. 166-167.
- ⁸ Requerimento de João de Lemos Pereira, 24 de Julho de 1742, in *AAHRS*, vol. 1, p. 186.
- ⁹ Requerimento de Bernardo da Silva Lobo, 24 de Junho de 1742, in *AAHRS*, vol. 1, pp. 186-187.
- ¹⁰ Requerimento de Manuel Gomes Pereira, 19 Junho de 1742, in *AAHRS*, vol. 1, pp. 187-188.
- ¹¹ Requerimento de Manuel Tavares, 18 de Julho de 1742, in *AAHRS*, vol. 1, pp. 178-179.
- ¹² Requerimento de José de Araújo, 12 de Junho de 1742, in *AAHRS*, vol. 1, pp. 168-169.
- ¹³ Requerimento de João Gomes de Oliveira, 6 de Outubro de 1742, in *AAHRS*, vol. 1, p. 188.
- ¹⁴ Decreto de 13 de Fevereiro de 1719, in ANTT, *Conselho de Guerra*, decretos, cx. 351, maço 78.
- ¹⁵ Requerimento de Salvador de Morais, 18 de Maio de 1742, in *AAHRS*, vol. 1, p. 162.
- ¹⁶ Petições de Carlos Gomes e António dos Santos, 20 de Março de 1739, in *AAHRS*, vol. 1, pp. 92-93.
- ¹⁷ Registro de alguns requerimentos e despachos do mestre de campo André Ribeiro Coutinho, 3 de Setembro de 1739, in *AAHRS*, vol. 1, p. 107.
- ¹⁸ Vasconcelos ao rei, primeiro de Junho de 1730, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 2, doc. 222.
- ¹⁹ Provisão real de 22 de Dezembro de 1725, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 2, doc. 34.
- ²⁰ Vasconcelos ao rei, 23 de Abril de 1732, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 3, doc. 244.
- ²¹ Mesmo na Europa, o fenómeno da deserção era como uma verdadeira epidemia nos grandes exércitos. Em 1622, o exército espanhol de Flandres perdeu cerca de 40% dos seus efectivos durante o cerco de Bergen-op-Zoom, na sua maior parte através da deserção. Por isso, durante a primeira metade do século XVII, a Coroa francesa costumava recrutar 40% a mais dos soldados que precisava, pois era considerado normal que se perdesse essa percentagem de soldados por deserção e doença. Cf. Geoffrey Parker, "O Soldado", in Rosário Villari, *O Homem Barroco*, pp. 42-43.
- ²² Temos vários exemplos da busca de "línguas", como os portugueses se referiam aos informantes, na "Relação do princípio da Guerra de Colónia, até à chegada da nau Conceição...", in *RHGRS*, n.º 99, pp. 41-51.
- ²³ Fernando Dores Costa, "O bom uso das paixões..." *op. cit.*, p. 976.
- ²⁴ Silvestre Ferreira da Silva, *op. cit.*, pp. 72-75.
- ²⁵ Consulta do Conselho Ultramarino de 19 de Abril de 1730, in IHGB, Arq. 1.1.26, fls. 67-71v.

- ²⁶ Jonathas da Costa Rego Monteiro, *op. cit.*, vol. 1, p. 343.
- ²⁷ Vasconcelos ao rei, 18 de Outubro de 1722, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 1, doc. 81.
- ²⁸ Gomes Barbosa ao vice-rei, 12 de Abril de 1718, in J. da Costa Rego Monteiro, *op. cit.*, vol. 2, p. 67.
- ²⁹ Manuel de Barros Guedes Madureira, capitão de Dragões, a Marinho de Mendonça, 11 de Março de 1737, in ANTT, *Manuscritos do Brasil*, livro 1, fls. 108-109v.
- ³⁰ Mapa da guarnição de Colónia, 11 de Abril de 1719, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 1, doc. 46.
- ³¹ Consulta do Conselho Ultramarino de 18 de Janeiro de 1720, in IHGB, Arq. 1.1.25, fls. 246v.-248.
- ³² Consulta do Conselho Ultramarino de 10 de Novembro, 1720, in IHGB, Arq. 1.1.25, fls. 296v.-298v.
- ³³ Timothy J. Coates, *op. cit.*, pp. 149 e 152-153.
- ³⁴ D. Baltasar Garcia de Ros ao rei de Espanha, 3 de Junho de 1716, in Pablo Pastells e F. Mateos, *op. cit.*, tomo VI, p. 57.
- ³⁵ Conselho das Índias ao rei de Espanha, 6 de Março de 1725, in Pablo Pastells e F. Mateos, *op. cit.*, tomo VI, p. 391.
- ³⁶ Vasconcelos ao rei, 9 de Fevereiro de 1723, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 1, doc. 97.
- ³⁷ Consulta do Conselho Ultramarino de 21 de Janeiro de 1726, in IHGB, Arq. 1.1.21, fls. 344v-346.
- ³⁸ Citado por Laura de Mello e Souza, *op. cit.*, p. 196.
- ³⁹ Registro de um regimento que se remeteu para a Colónia do Sacramento, 27 de Setembro de 1716, in *AAHRS*, vol. 1, p. 26.
- ⁴⁰ Vasconcelos ao rei, 9 de Fevereiro de 1723, AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 1, doc. 97.
- ⁴¹ Consulta do Conselho Ultramarino de 26 de Fevereiro de 1729, in *ABNRJ*, vol. XLVI, pp. 2-3.
- ⁴² Fernando Dores Costa, "O bom uso das paixões..." *op. cit.*, p. 979.
- ⁴³ A polé era um instrumento de tortura que também era utilizado pela Inquisição portuguesa. O tormento consistia em suspender o prisioneiro até o tecto com os braços amarrados às costas e com ferros presos aos pés. A queda brusca que se seguia provocava forçosamente o deslocamento do ombro e o rompimento do braço ou de outro membro. Cf. Elias Lipiner, *Terror e Linguagem. Um Dicionário da Santa Inquisição*, pp. 196-197.
- ⁴⁴ Consulta do Conselho Ultramarino de 10 de Janeiro de 1720, in IHGB, Arq. 1.1.25, fls. 237-239.
- ⁴⁵ Consulta do Conselho Ultramarino de 21 de Janeiro de 1726, in IHGB, Arq. 1.1.21, fls. 344v-346.
- ⁴⁶ Consulta do Conselho Ultramarino de 19 de Abril de 1730, IHGB, Arq. 1.1.26, fls. 67-71v.
- ⁴⁷ Vasconcelos ao rei, 13 de Abril de 1733, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 3, doc. 263.
- ⁴⁸ Diogo Soares ao rei, 27 de Junho de 1731, in Jonathas da Costa Rego Monteiro, *op. cit.*, vol. 2, p. 81.
- ⁴⁹ Bando de António Brito de Meneses, 16 de Outubro de 1717, in ANRJ, cód. 60, vol. 12, fls. 334v-335v.
- ⁵⁰ Bando de Rodrigo César de Meneses, 24 de Abril de 1722, in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, vol. XII, pp. 120-121.
- ⁵¹ Bando do governador Luiz Mascarenhas, 3 de Março de 1747, in *DI*, vol. XXII, p. 196.
- ⁵² Fernando Dores Costa, "O bom uso das paixões..." *op. cit.*, p. 996.
- ⁵³ Enrique Peregalli, *op. cit.*, pp. 132-133.

⁸⁴ Registro de uma portaria de Silva Pais, 4 de Julho de 1737, in *AAHRS*, vol. 1, pp. 42-43.

⁸⁵ Registro de uma portaria de Silva Pais, Primeiro de Agosto de 1737, in *AAHRS*, vol. 1, p. 43.

⁸⁶ Vasconcelos ao rei, 9 de Fevereiro de 1723, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 1, doc. 97.

⁸⁷ Consulta do Conselho Ultramarino de 8 de Julho de 1723, in IHGB, Arq. 1.1.21, fls. 191v-193.

⁸⁸ Timothy J. Coates, *op. cit.*, pp. 176-178.

⁸⁹ Consulta do Conselho Ultramarino de 5 de Novembro de 1723, in IHGB, Arq. 1.1.21, fls. 248-251.

⁹⁰ Consulta do Conselho Ultramarino de 21 de Janeiro de 1726, in IHGB, Arq. 1.1.21, fls. 344v-346.

⁹¹ O capitão da infantaria paga de Sacramento, Manuel de Macedo Pereira, foi acusado de atirar cães de fila contra os soldados. Cf. Carta de Vasconcelos ao rei, 6 de Maio de 1726, AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 159.

⁹² Consulta do Conselho Ultramarino de 19 de Abril de 1730, in IHGB, Arq. 1.1.26, fls. 67-71v.

⁹³ Consulta do Conselho Ultramarino de 2 de Setembro de IHGB, Arq. 1.1.26, fls. 193-195.

⁹⁴ Licença dada por Aires de Saldanha, 23 de Outubro de 1720, in ANRJ, cod. 60, vol. 13, fls. 125v-126.

⁹⁵ Requerimento do capitão José Barreiro de Carvalho, 5 de Abril de 1724, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 123.

⁹⁶ Carta régia de 21 de Fevereiro de 1722, in ANRJ, cód. 60, vol. 15, fls. 52-52v.

⁹⁷ Regimento dado ao capitão Tomás Rodrigues Banhos, 23 de Dezembro de 1735, in *DH*, vol. LXXVI, pp. 317-320.

⁹⁸ Anibal M. Rilveros Tula, "Historia de la Colônia del Sacramento", in *RIHGU*, tomo XXII, p. 142.

⁹⁹ Provisão régia ao governador do Rio de Janeiro, 9 de Fevereiro de 1723, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 1, doc. 97.

¹⁰⁰ Registro da representação que fez o corpo de Dragões ao governador Diogo Osório Cardoso, 13 de Janeiro de 1742, in *AAHRS*, vol. 1, pp. 152-156.

¹⁰¹ Consulta do Conselho Ultramarino de 25 de Fevereiro de 1743, in *DH*, vol. XCIV, pp. 92-97.

¹⁰² Registro do perdão que mandou o governador Gomes Freire de Andrade ao corpo de Dragões do Rio Grande, 15 de Fevereiro de 1742, in *AAHRS*, vol. 1, p. 160.

¹⁰³ Consulta do Conselho Ultramarino de 25 de Fevereiro de 1743, in *DH*, vol. XCIV, pp. 92-97.

3 – UMA NOVA LUSITÂNIA

Em 1718, viviam em Colônia e em seus arredores mais de 1.040 habitantes¹. No ano seguinte, o governador Manuel Gomes Barbosa informava ao rei que o espaço situado entre o rio e a muralha, em construção, já se encontrava totalmente ocupado pelas casas dos oficiais e soldados casados. Segundo o governador, erguiam-se no recinto imenso da praça, cinquenta e uma casas de pedra e barro e dezasseis ou dezassete feitas de couro, onde viviam os soldados casados pobres. Por falta de espaço, os casais receberam o terreno para a construção das suas casas fora do recinto fortificado².

Em 1722, no ano da posse do governador António Pedro de Vasconcelos, o padre Domingo Neyra escrevia que a povoação ainda era muito reduzida se comparada com a que havia sido destruída em 1705³, embora constatasse que muitas casas estavam esmeradamente construídas com pedras do lugar e com boas madeiras do Brasil⁴. Em Outubro do mesmo ano, foram relacionados em Sacramento e nas suas proximidades, 235 fogos, cuja população foi calculada em 630 homens, 172 mulheres, 99 meninas, 123 meninos, 45 índios, 16 índias, 204 escravos e 90 escravas. Entre as profissões relacionadas constavam: 76 lavradores, 13 mercadores, 17 pedreiros, 7 cavouqueiros, 4 oleiros, 2 espingardeiros, 2 serralheiros, 1 tanoeiro, 26 carpinteiros, 9 sapateiros, 18 alfaiates, 4 ferreiros e 3 ourives. O terço de infantaria estava constituído de 267 homens, enquanto havia 129 inscritos na cavalaria e anilharia⁵.

Em 1726, já não deveriam subsistir as moradias feitas com couros, fruto da precariedade de recursos durante os primeiros

anos do restabelecimento de Colónia, pois, nesse ano, Vasconcelos informou ao rei que já se haviam *"feito tantas casas dentro da praça que já não há chão que esteja desocupado"*. Em 1730, o governador relacionava a existência de 329 fogos, sendo que era rara a casa que não estivesse coberta de telhas e que deixasse de ter suficientes alfaias⁷. No ano seguinte, o padre Diogo Soares elaborou um mapa detalhado da Colónia do Sacramento e seus arredores. Nele, podemos observar uma fortaleza com quatro bastiões, em cujo interior se situava a igreja, a casa do governador, o armazém da pólvora e dois alojamentos para a infantaria⁸. Protegendo a povoação, onde o padre Diogo destacou a capela de Santa Rita, o colégio dos jesuítas e a alfândega, havia uma muralha que unia as duas costas da península. Duas portas permitiam a comunicação com a zona rural, dividida em duas regiões, chamadas respectivamente "casais do norte" e "casais do sul". No mesmo mapa, podemos observar a divisão dos terrenos ocupados pelos povoadores, assim como a existência de inúmeras chácaras que, pela sua extensão e pelo facto de serem mencionados os nomes dos seus donos, deveriam pertencer a elementos de destaque na sociedade local. Nas laterais do mapa, Diogo Soares desenhou as principais construções de Colónia, desenhos que constituem um raro material iconográfico sobre o aspecto material da Colónia do Sacramento.

Em 1735, Silvestre Ferreira da Silva escrevia que o povoado era formado por 327 casas, térreas na sua maioria, distribuídas ao longo de dezoito ruas, dezesseis travessas e quatro praças. O mesmo calculou a população de Colónia em duas mil e seiscentas pessoas, entre as quais estavam incluídos os efectivos da guarnição. No interior da fortaleza, situavam-se a igreja paroquial, a casa do governador, o hospital real, a residência dos franciscanos, a casa da artilharia, os quartéis e o corpo da guarda principal⁹.

Se somente encontramos breves referências ao aspecto das construções que compunham a povoação, as fontes são mais eloquentes em descrever os tipos humanos que viviam em Sacramento. Neste capítulo, procuraremos fazer um estudo sobre a população civil de Colónia: os agricultores, as mulheres,

os negros, os índios e os religiosos. Também buscaremos fazer um estudo das principais características do que seria o viver na Colónia do Sacramento, um lugar que, por ser uma praça de guerra encravada em território espanhol, proporcionava um quotidiano muito específico a seus habitantes.

3.1. – UMA COLONIZAÇÃO DIRIGIDA

A prática da Coroa portuguesa de enviar casais para incentivar o povoamento da América começou em 1550, quando D. João III concedeu passagem e alimentação gratuitas para até trezentas pessoas dos Açores que se propusessem a emigrar para a Bahia, recomendando que a maioria delas fosse casada. Em 1617, foram feitas diligências no Reino e nos Açores para conseguir casais que fossem povoar o Maranhão e o Pará a fim de impedir as tentativas de fixação dos franceses e holandeses na região, medidas essas que foram retomadas em 1646-1649 e novamente em 1674 e 1678¹⁰.

A política de povoamento através do incentivo à emigração de casais, que até então beneficiara o norte da América portuguesa, passaria a ser aplicada ao sul a partir da fundação da Colónia do Sacramento. Neste sentido, o projecto de povoamento da margem esquerda do Rio da Prata almejava muito mais do que a construção de uma pequena fortaleza na região, onde a proximidade de Buenos Aires requeria a fundação de um centro de povoamento suficientemente forte para assegurar o sucesso da colonização portuguesa. D. Manuel Lobo pensava denominar Lusitânia a futura cidade que deveria nascer nas proximidades da fortaleza do Santíssimo Sacramento.

Para o povoamento, Lobo requeria gente de Portugal, pois achava que poucos brasileiros estariam dispostos a transferir-se para o Rio da Prata, tendo em vista o clima frio da região durante o inverno. Pedia então que lhe fossem enviadas famílias de Entre Douro e Minho por via do Porto e que nas frotas de Lisboa fossem embarcados alguns alentejanos, que seriam

muito apropriados para a agricultura naquela terra que lhe lembrava as planícies do Alentejo¹¹. Todavia, o ataque e a conquista de Sacramento pelos espanhóis, poucos meses depois da sua fundação, impediu a implantação do projecto de povoamento esboçado por D. Manuel Lobo.

De 1682, quando foi reconstruída, até 1689, Colónia viu-se reduzida a um mero presídio militar que o autor anónimo da "Informação do Brasil e de suas necessidades" criticava por não se ter visto *"em parte alguma do mundo fazerem-se novas povoações sem casais"*¹². A situação mudaria sob a administração de D. Francisco Naper de Lencastre que, ao ocupar o cargo de governador interino do Rio de Janeiro, interessou-se em incentivar o povoamento da margem esquerda do Rio da Prata com o envio de mais soldados, algumas mulheres solteiras e alguns casais de brancos e índios. Em 1689, Naper assumiu o governo de Colónia, de onde pediu à Coroa que lhe fossem enviados quarenta ou cinquenta casais de lavradores do Reino ou das Ilhas. No entanto, a fim de tranquilizar a Coroa espanhola, D. Pedro II limitou-se a ordenar que, em 1694, se remetessem dez casais da ilha da Madeira, os quais não sabemos se realmente seguiram para Sacramento. Em 1699, o convite aos casais que quisessem seguir para o Prata, voluntariamente, foi estendido à população dos Açores, mas o ataque espanhol de 1705 impediu que a política de incentivar o povoamento tivesse prosseguimento¹³.

Em 1716, D. João V concedeu a António Rodrigues Carneiro a patente de sargento-mor da Colónia do Sacramento, como recompensa pelo seu oferecimento em partir como voluntário para repovoar o território devolvido pelos espanhóis em Utrecht. Carneiro, que havia ocupado vários postos militares por ocasião da guerra de Sucessão Espanhola, ofereceu-se para continuar no serviço real em Colónia, para onde, além da própria família, levaria mais trinta casais de Trás-os-Montes¹⁴.

António Rodrigues Carneiro, que contava em sua folha militar com nove anos de serviço como capitão de infantaria¹⁵, deve ter ouvido relatos entusiasmados sobre as terras platinas do antigo governador de Colónia, D. Francisco Naper de Lencastre, sob

cujas ordens serviu no terço da infantaria paga de Trás-os-Montes¹⁶. Também não se deve esquecer que o governador Sebastião da Veiga Cabral era natural de Bragança e, se o mesmo passou a maior parte da sua vida fora da província de Trás-os-Montes, deve ter contribuído para aumentar a curiosidade dos transmontanos sobre a região platina através de cartas e relatos à sua família.

Carneiro não deve ter tido muito trabalho em conseguir voluntários para acompanhá-lo à Colónia do Sacramento, uma vez que a situação económica de Portugal não era nada boa na época. Os primeiros anos do reinado de D. João V foram bastante difíceis, não só devido às consequências directas e indirectas da Guerra da Sucessão Espanhola, como também à desorganização das finanças do Estado e a uma sequência de maus anos agrícolas (1707-1711). As dificuldades económicas traduziram-se no aumento da emigração para o Brasil e na eclosão de diversos motins populares¹⁷. Circunstâncias que deveriam ser mais graves em Trás-os-Montes, região que contava com grandes áreas impróprias para o cultivo, sendo então a mais pobre e menos povoada das províncias portuguesas¹⁸.

O relatório do conselheiro António Rodrigues da Costa sobre o transporte dos casais transmontanos estabelecia que na viagem até ao porto de embarque, dever-se-ia garantir que os emigrantes recebessem alojamentos nos povoados por onde passassem e que as autoridades locais estivessem atentas para evitar a especulação no preço dos alimentos que lhes fossem vendidos. Também aconselhava que se lhes dessem algumas carruagens para o transporte das mulheres e crianças. Enquanto durasse o trajecto até ao Porto, a Coroa deveria fornecer um tostão por dia a cada pessoa, aos quais se acrescentariam doze mil réis por pessoa para a compra de roupas¹⁹.

Não encontramos relatos de como foi a viagem dos casais, do Porto ao Rio de Janeiro, mas temos razões suficientes para pensar que não deve ter sido muito confortável. Navios lotados eram sinónimo de menores gastos para a Coroa, como bem sabia o Conselho Ultramarino, que era favorável a que todos os emigrantes se concentrassem no Porto, onde *"se faria com mais*

conveniência o seu transporte, porque os levariam os navios em que fossem repartidos com muito menos preço, fazendo conta que tirariam muito maior interesse em levarem muitos²⁰.

Porém, a Coroa conseguiu mesmo livrar-se de qualquer gasto com o transporte dos casais, como constatamos no requerimento feito por Pedro da Costa Lima, que acumulava os cargos de superintendente das fábricas da ribeira do Douro e da casa da moeda do Porto. Argumentando que enviara às suas custas para a América os casais recrutados em Trás-os-Montes, Costa Lima pedia ao rei a concessão do hábito da Ordem de Cristo para seu filho²¹.

Se não localizamos fontes que nos informem sobre a travessia marítima, encontramos um processo que soldados e famílias de emigrantes moveram em 1723 contra o capitão da nau Madre de Deus, que os trouxe para Colónia, acusando-o de deixar de fornecer-lhes alguns mantimentos durante a viagem. Entretanto, como o capitão apelou para o Conselho Ultramarino e pagou fiança, a solução do caso arrastou-se por muitos anos. Em 1729, o governador Vasconcelos pediu informações sobre o andamento do processo, queixando-se de que era tanta a demora em chegar-se a uma solução, que uma parte dos interessados já tinha morrido ou fugido²². A justiça parece ter-se pronunciado somente em 1731, pois naquele ano o governador mandou depositar no almoxarifado o valor referente ao vinho que havia deixado de ser entregue pelo capitão aos 49 soldados que haviam desertado²³.

Se a Coroa conseguiu escapar às despesas da travessia marítima, preocupou-se, porém, em organizar a chegada dos povoadores à América, escrevendo ao governador do Rio de Janeiro acerca do envio de sessenta casais de lavradores da província de Trás-os-Montes, que se dirigiam à baía da Guanabara com destino a Sacramento, onde deviam restaurar as famosas quintas destruídas durante o cerco de 1705. O rei ordenava ao governador que os aquartelasse *“com boa comodidade”*, dando a cada pessoa um tostão por dia para que pudessem manter-se durante a sua permanência no Rio. Porém não deixara de proibir que saíssem da cidade, devendo o governador enviá-los para Colónia com a maior

brevidade²⁴. Com certeza, as autoridades preocuparam-se em evitar a fuga dos casais para a região mineira.

A Coroa também ordenava ao governador do Rio de Janeiro que assegurasse a alimentação dos militares e povoadores não só durante a viagem, como também durante os primeiros seis meses *“por não poderem achar na terra logo o sustento necessário”*. Do Porto seriam enviadas as sementes para o início dos trabalhos agrícolas, enquanto que de Lisboa seriam mandadas três atafonas, duas tendas de serralheiro, duas forjas e dois foles de ferreiro. O governador do Rio, por sua vez, deveria mandar vinte bois e sessenta cavalos para se distribuir entre os casais, e o governador de Sacramento deveria organizar a distribuição das ferramentas agrícolas e das terras²⁵.

Antônio Brito de Meneses, governador do Rio, esmerou-se em cumprir as ordens que recebera. Aos sessenta casais transmontanos, acrescentara mais dez casais e ainda vinte e quatro homens, entre oficiais e soldados. Informava ainda que as trezentas armas prometidas não vieram, mas somente 240, as quais mandara para que Gomes Barbosa as repartisse entre os colonos, a fim de formar companhias de ordenanças. Remetia ainda sementes, atafonas, forjas, tendas e foles de ferreiro, mas não enviara os bois e cavalos como lhe fora ordenado, sob a alegação de que custavam muito caro na cidade. Ao invés da remessa dos animais, mandava dinheiro para que o governador comprasse o gado que deveria ser distribuído aos colonos. Acrescentava ainda que, para cobrir as despesas da reconstrução de Colónia, fora obrigado a retirar cinquenta mil cruzados de empréstimo da Casa da Moeda²⁶.

Apesar da boa vontade da Coroa, a viagem do Rio de Janeiro para Colónia não foi fácil, vindo um dos navios que transportavam os casais a encalhar a duas léguas do povoado e, embora todas as pessoas se salvassem, resgatou-se apenas a metade da carga que transportava. Salvaram-se as sementes e mantimentos, porém perderam-se os materiais de construção e ferramentas agrícolas que deveriam ser distribuídos aos casais²⁷. A despeito do acidente, em dez de Fevereiro de 1718, os casais transmontanos finalmente chegaram ao seu destino.

Devemos ressaltar que os casais a que fazem referência os documentos não se limitavam propriamente a um casal com os seus filhos, mas sim a uma pequena tribo que incluía não só parentes como pais e sogros, além de muitos agregados²⁸. Assim, averiguamos que só onze homens trouxeram consigo duas pessoas; dezoito trouxeram três; sete, quatro; dez, cinco; oito, seis; cinco, sete; enquanto que Francisco de Carvalho trouxe consigo nove pessoas. No total, os sessenta chefes de casal vieram acompanhados de duzentas e quarenta e seis pessoas²⁹.

Fora do recinto murado, o governador Gomes Barbosa distribuiu terras aos imigrantes, criando dois bairros, sendo que um passou a chamar-se Casais do Norte e o outro Casais do Sul³⁰. Também lhes entregou uma égua por casal e repartiu entre os mesmos as sessenta e quatro enxadas e outras ferramentas que eram utilizadas pelos soldados na construção da fortaleza³¹. Contudo, embora as perdas no naufrágio de um dos navios de transporte não fossem muito importantes, as autoridades do Rio de Janeiro tiveram dificuldade em reabastecer os povoadores, pois, no ano seguinte, o governador queixava-se do estado miserável em que se encontravam os soldados e colonos que, por falta de mantimentos e materiais, chegavam *"a vender as camisas para comprar biscoitos aos castelhanos"*³².

Como o território era, na sua maior parte, constituído por campos, os colonos tiveram dificuldade em encontrar madeiras para construção e, por isso, as suas primeiras habitações, constituíram-se de barracas feitas com roupas de cama e couros. Para encontrar lenha tinham que se afastar de sete a oito léguas da praça, correndo o risco de sofrer ataques de indígenas ou mesmo de tropas espanholas, que tinham como missão impedir o avanço dos portugueses pela campanha³³.

A situação dos povoadores devia ser mesmo difícil, pois Gomes Barbosa informou a Coroa em 1719 que, dos filhos dos casais nascidos em Colónia já haviam falecido oito e igual número estava vivo. O elevado índice de mortalidade infantil mostra-nos a precariedade das condições materiais dos colonos. Informava ainda que, desde a chegada dos imigrantes, no ano anterior, quatorze pessoas (dois casais e alguns moços solteiros

que se agregaram aos diferentes casais) já tinham fugido para a América espanhola²⁴.

Além da penúria dos primeiros anos, acusações contra o governador Gomes Barbosa de que o mesmo extorquia dinheiro pelas terras que deveria dar gratuitamente e de que procurava aproveitar-se das mulheres dos lavradores, devem ter pesado bastante na hora de enfrentar os riscos que implicavam a deserção³⁵. Se, em 1718, os povoadores formavam um total de 321 pessoas³⁶, em Fevereiro do ano seguinte mortes e deserções tinham baixado o seu número para 294 indivíduos³⁷, descendo para 271 em Novembro do mesmo ano³⁸.

Em 1722, com a chegada do novo governador, António Pedro de Vasconcelos, retomou-se o incentivo à colonização. Já ao deixar o Rio de Janeiro rumo a Sacramento, Vasconcelos levou consigo mais *"trinta homens ilhéus, para se empregarem na lavoura"*³⁹. Segundo Coates, no mesmo ano em que Vasconcelos assumiu a administração de Colónia, 294 pessoas, na sua maior parte casais, estavam preparadas para deixar as ilhas do Pico e de São Jorge, nos Açores, com destino a Colónia⁴⁰. Na verdade, a Coroa tentou financiar mais uma leva de emigrantes para a Colónia do Sacramento, projecto que chegou até o conhecimento dos espanhóis e gerou alguma preocupação no Conselho das Índias⁴¹.

Parece que a notícia da emigração subvencionada pelo Estado em Trás-os-Montes não tardou a chegar aos Açores. Em 1723, o corregedor da comarca das Ilhas foi encarregado pela Coroa de ouvir as câmaras e o povo da ilha do Pico sobre o requerimento que os moradores fizeram, para pedir a sua transferência para Sacramento, tendo em vista as consequências de uma recente erupção vulcânica que devastara a ilha. O corregedor foi encarregado de organizar o movimento emigratório, já que o rei não somente aceitou o pedido dos ilhéus, como também ofereceu gratuitamente aos futuros emigrantes o transporte, *"terras iguais às da Europa"*, ferramentas e sementes. Ofereceram-se, então, 260 casais, somando 1.432 pessoas. Contudo, apesar do elevado número de pessoas dispostas a emigrar, continuou-se a pensar em utilizar a antiga prática de degredar criminosos, uma

vez que o corregedor acrescentava que *"no dito transporte poderão ir os presos⁴²"*.

Em 20 de Outubro do mesmo ano, o Conselho Ultramarino sugeriu ao Rei que tomasse emprestado, a juros de cinco por cento, o dinheiro que fosse necessário para o transporte dos ilhéus que se ofereceram a ir para Colónia. Porém, os conselheiros não deixaram de frisar que seria bastante difícil conseguir uma quantia tão elevada para pagar os custos dessa corrente emigratória, orçados em trezentos mil cruzados. De facto, devido ao alto custo do subsídio à política de colonização dirigida à libertação dos recursos, arrastou-se por anos, sendo que, em Outubro de 1729, a Câmara da vila das Lages, na ilha do Pico, fez nova representação ao rei pedindo-lhe que ajudasse os casais mais pobres a emigrar para o Brasil, tendo em vista os prejuízos que a população das ilhas do Pico e Faial sofreram com erupções vulcânicas e terremotos⁴³.

A indecisão da Coroa frente aos elevados custos do financiamento da política de povoamento arrastou-se por tanto tempo que, quando os recursos foram finalmente disponibilizados, os casais que se ofereceram para povoar o território de Colónia tiveram destino diferente. Foi somente a partir de 1748 que os açorianos começaram a instalar-se na ilha de Santa Catarina, sendo que novas levas foram destinadas ao Rio Grande. O novo destino era uma consequência da manutenção do bloqueio espanhol a Sacramento após o armistício de 1737, facto que impossibilitou a continuação da política de povoamento no Rio da Prata⁴⁴.

Mesmo sem contar com o apoio financeiro do governo metropolitano, muitos açorianos seguiram para Sacramento, como se pode constatar a partir do levantamento da genealogia dos povoadores que Carlos G. Rheinganz fez a partir dos livros paroquiais do povoado⁴⁵. Sabemos que, além dos trinta ilhéus trazidos do Rio por Vasconcelos em 1722, em Novembro de 1724 chegaram mais sete casais⁴⁶. Em 1728, o governador do Rio de Janeiro remeteu para Colónia uma nova *"leva de ilhéus"*, em compensação pelo recambiamento do soldado José de Nunes⁴⁷.

A maioria dessas pessoas que seguia do Rio para Sacramento não ia por vontade própria. A prática de forçar as pessoas que chegavam à cidade sem passaportes a emigrar para Colónia fora iniciada a partir do acordo feito entre António Pedro de Vasconcelos e Aires de Saldanha, governador do Rio de Janeiro, como uma forma de incrementar o número de agricultores em Sacramento, sem criar novas despesas para a Fazenda Real. Vasconcelos argumentava que, como era grande o número de pessoas que continuamente chegavam àquele porto em busca de novas oportunidades no Brasil, *"nenhuma violência se lhes fazia de os mandarem para esta terra⁴⁸"*. Com a aplicação desse método, Aires de Saldanha conseguira prender muitas pessoas e, se Vasconcelos libertou algumas delas, ainda assim conseguiu levar consigo trinta ilhéus. A ideia de António Pedro de Vasconcelos acabou por tornar-se prática comum entre os governadores do Rio de Janeiro, que continuaram a enviar os imigrantes indesejados para a Colónia.

Vasconcelos tinha em alta conta as virtudes dos ilhéus, afirmando ao rei que os que trouxera consigo do Rio *"fazem à sua proporção maiores lavouras que todos os casais vindos de Portugal, acrescentando-lhes a circunstância de ser gente mui quieta, livre de vícios e embustes que só cuida em ganhar a vida com verdade⁴⁹"*.

O governador de Sacramento não deixava escapar nenhuma oportunidade que se lhe apresentasse para aumentar a população do território sob sua administração. Em 1731, os minuanos procederam a uma série de ataques aos arredores de Montevideu, para se vingarem da morte de um índio pelos espanhóis, chegando a desbaratar uma expedição punitiva enviada pelo governador de Buenos Aires⁵⁰. Vasconcelos não deixou de aproveitar a oportunidade gerada pela falta de segurança na nova povoação espanhola para, com os recursos que o rei lhe concedeu para comprar a boa vontade das autoridades castelhanas, auxiliar algumas das famílias, que tinham vindo das Canárias, iniciar o povoamento de Montevideu e fixarem-se na Colónia do Sacramento. Com as famílias canarinas, voltaram três desertores portugueses que viviam há algum tempo em Montevideu, onde se tinham casado, trazendo consigo os seus pertences e gado⁵¹.

A política de povoamento não deixou de receber o apoio das autoridades do Rio de Janeiro, que objectivavam libertar-se do pesado encargo de continuamente suprir com recrutas a guarnição da Colónia do Sacramento, constantemente desfalcada pelas frequentes deserções. Em 1724, o governador Aires de Saldanha pedia a Diogo de Mendonça Corte Real, Secretário de Estado, que solicitasse junto ao rei a remessa de novos contingentes de povoadores para Colónia e para a nova fundação que se intentava fazer em Montevidéu. Se tal procedimento não fosse possível, pedia que as frotas da Bahia, Pernambuco e Rio sempre trouxessem gente da metrópole com esse propósito, pois, segundo o governador, *“se não fossem os lavradores, que com os seus filhos fazem hoje já bastante número, que de alguma maneira suprem [a falta de soldados], estivera aquilo em mui mau estado”*⁵².

As constantes deserções dos soldados que serviam em Sacramento levaram o Conselho Ultramarino a também defender o envio de casais, argumentando que *“à experiência de tantos desertores será melhor que vão casais porque não é tão fácil largarem suas mulheres e filhos e irem viver em reino estranho”*⁵³. De facto, da mesma forma que o uso do sistema de degredo, a política de implementar a colonização através dos casais estava intimamente ligada à instituição militar. Cedo os civis foram enquadrados no sistema militar, pois antes mesmo que chegassem ao seu local de destino, a Coroa já enviara trezentas armas para a formação de *“algumas companhias de ordenança dos mesmos casais que ajudem a defesa da dita praça”*⁵⁴.

Em 1722, eram quatro as companhias de ordenança: a companhia de cavalaria dos moços solteiros, comandada pelo capitão Manuel do Couto, que era composta de 37 homens; a companhia dos mercadores, cujo capitão era José Ferreira de Brito e estava composta por 24 homens. Os casais estavam divididos em duas companhias: uma, a cargo do capitão João de Meireles, tinha o efectivo de 29 homens; enquanto a do capitão Jerônimo de Ceuta congregava 35 homens⁵⁵.

3.1.1. – A Restauração do “Jardim da América”

A semelhança do clima da Banda Oriental com o do Reino, empolgou muitos portugueses, que julgavam poder construir um novo Portugal nas margens do Rio da Prata. O governador Sebastião da Veiga Cabral louvava a fertilidade das terras de Colónia, dizendo que elas podiam *“abundar em searas, vinhas, pomares e flores da Europa, além de produzir todos os demais frutos do Brasil”*. Contudo, não deixava de ressaltar que, se *“as terras desde Laguna até ao sítio onde esteve Colónia são boas, as que estão de Colónia até ao rio Uruguai são melhores e, sobretudo excelentes, as que correm pelas margens do rio Uruguai”*⁵⁶. Comentário que não deixa dúvidas a respeito das ambições expansionistas dos portugueses.

Veiga Cabral dizia ainda que, antes de 1694, a cada alqueire de trigo semeado, colhiam-se cinquenta e, por vezes, quantidade maior, sendo que o centeio, a cevada e o milho produziam ainda mais⁵⁷. Por algum tempo, foi tão grande a produção de trigo que quando se sentiu a falta dele em Buenos Aires, o governador de Colónia ofereceu-se para vender aos portenhos mais de doze mil fanegas do cereal⁵⁸. Contudo, parece que a fertilidade do solo estava ligada à utilização de terras virgens, pois, segundo um estudo sobre o assunto, elaborado por Luís Ferrand de Almeida, seguiu-se uma certa quebra na produção do trigo com relação às excepcionais colheitas dos primeiros anos, o que o autor pensou que talvez se devesse à falta do sistema de rotatividade de culturas⁵⁹.

Porém, mais do que pelos seus trigais, a Colónia do Sacramento ficou famosa pelas frutas e hortaliças cultivadas pelos casais nas suas famosas quintas. Entre as frutas que se colhiam nos arredores do povoado, Veiga Cabral citava melões, melancias, figos, uvas e azeitonas, distinguindo os pêssegos, os quais a *“sua extraordinária quantidade os faz comuns”*⁶⁰. Ainda segundo o governador, o número de hortaliças como salsa, hortelã, coentro e mostarda era tão grande que muitos colhiam as suas sementes para vendê-las nas demais povoações da América portuguesa.

Era lugar comum louvar a fertilidade das terras de Colônia e compará-las com vantagem às da Europa. Rocha Pitta escrevia, em princípios do século XVIII, que, em Sacramento, *"o clima e o terreno são de forma próprios para a produção de flores, frutos e sementeiras da Europa, como experimentam os nossos povoadores nos muitos e deliciosos jardins, pomares, e searas que têm já cultivado naquele frutífero e vasto país"*⁶¹. Por sua vez, o alferes Silvestre Ferreira da Silva, descrevia *"copiosas colheitas de trigos, e mais frutos necessários para a vida humana, que tudo estas terras produzem com vantagem às da Europa"*. Afirmava que nos pomares das quintas *"se achavam enxertos de toda a casta de frutas das de Portugal; e assim mesmo dilatados canteiros da mais doce e mimosa hortaliça, cujo gosto, com manifesta verdade, faz competência à mais viçosa da Europa"*⁶².

Segundo o governador António Pedro de Vasconcelos, *"os povoadores não podiam encontrar terreno que mais se assemelhasse ao em que nasceram, nem onde tenham maiores interesses que este, porque os frutos são da mesma sorte sazonados e, se tem alguma diferença, é só de serem mais saborosos"*⁶³. Descrição semelhante foi dada por Cristóvão Pereira de Abreu ao padre Diogo Soares, informando-lhe de que as terras que se estendiam de Sacramento até o Rio Grande de São Pedro produziam *"com vantagem crescida todos os frutos da Europa, assim trigo como vinhas, linho e toda casta de frutas, que pode dar inveja aos de qualquer parte do mundo"*⁶⁴.

Contudo, ao contrário do que levam a crer as entusiasmadas manifestações que continuamente louvavam o clima e a fertilidade das terras platinas, o cotidiano dos camponeses que viveram nas terras próximas à Colônia do Sacramento foi marcado por muitas dificuldades. Má qualidade das sementes distribuídas, concentração de terras, problemas climáticos, pragas e, sobretudo, o medo constante gerado pela vizinhança com os espanhóis foram os principais factores que impediram o desenvolvimento da agricultura durante os primeiros anos do restabelecimento dos portugueses às margens do Prata.

Em 1718, o superior do colégio dos jesuítas em Colônia foi a Buenos Aires buscar sementes para o plantio do trigo. Entretanto,

o governador García Ros não o autorizou a cumprir o seu intento, alegando que não lhe era permitido desobedecer aos repetidos bandos que proibiam a saída de sementes da sua jurisdição. Por isso só o autorizou a levar uma pequena quantidade de farinha para a sua alimentação. Ainda para evitar qualquer tipo de ajuda aos portugueses, García Ros ordenou que se transportasse a Buenos Aires uma pequena seara de trigo que os espanhóis semearam nas imediações de Sacramento⁶⁵.

Porém, parece que a sua ordem foi desobedecida, pois, segundo um estudo de Corcino M. dos Santos, baseado numa relação enviada à metrópole por Gomes Barbosa em 1719, apenas os que compraram sementes em Buenos Aires puderam fazer uma boa colheita de trigo. Das sementes que vieram com os casais e que foram distribuídas entre os mesmos, para dar início à lavoura, o número de grãos colhidos foi inferior ao plantado, resultado que o referido historiador relacionou ao plantio feito fora do tempo somado à má qualidade das sementes⁶⁶.

Na realidade, apesar das restrições com que as autoridades de Buenos Aires procuravam impedir a comercialização dos grãos para fora da sua área de administração, não deve ter sido muito difícil para os portugueses, habituados ao comércio clandestino no Rio da Prata, conseguirem as sementes de que necessitavam. Longe das vistas das autoridades espanholas, os portugueses não teriam problemas em negociar com os agricultores bonaerenenses que, em sua maioria, eram pobres arrendatários que muitas vezes tinham de vender a sua produção, ainda no campo, aos atravessadores, devido à falta de local apropriado para o armazenamento dos grãos⁶⁷.

Mas, se não era difícil conseguir sementes, as restrições com que as autoridades espanholas procuraram impedir o acesso à campanha aos portugueses através da guarda de São João, constituíam-se num problema quotidiano. Respondendo aos protestos de Manuel Gomes Barbosa contra a acção das patrulhas espanholas, o governador de Buenos Aires ordenou que se lhe entregassem algumas vacas leiteiras como presente⁶⁸. Gomes Barbosa não se limitou a aceitar o presente de D. Bruno Maurício de Zabala, pois, escrevendo sobre o bloqueio espanhol

ao vice-rei, dizia-lhe que *"sem embargo disso me valho da minha indústria para o gado da campanha para dar de comer a essa gente que está aqui que passa de mil e quarenta pessoas"*⁶⁹.

Na verdade, as autoridades de Buenos Aires dificilmente conseguiam impedir as relações comerciais dos portugueses, que se abasteciam de gado através dos índios e mesmo dos espanhóis. Enquanto alguns casais receberam uma junta de bois, outros tiveram de comprá-las (talvez com o dinheiro enviado pelo governador do Rio de Janeiro), pois uma relação de 1719 oferece uma lista de bois dados a alguns casais e outra refere-se às juntas de bois mansos comprados por outros. Infelizmente, o documento não informa o porquê da diferença de tratamento. Ao todo eram 67 juntas, perfazendo um total de 134 bois mansos⁷⁰.

Tudo indica que demorou bastante tempo para que os colonos conseguissem restaurar a prosperidade agrícola alcançada durante o governo de Veiga Cabral. Dificuldades em receber sementes e ferramentas embarçavam a tarefa do governador Manuel Gomes Barbosa de favorecer o desenvolvimento agrícola em Colônia. A situação precária dos primeiros tempos arrefeceu o ânimo dos colonos, que se ressentiam da falta de apoio permanente por parte da metrópole. Por isso, o Conselho Ultramarino pedia a continuidade das expedições de socorro a Colônia, como um meio de *"sossego dos novos povoadores que se mostram ali desanimados, e com algumas desconfianças da sua pouca duração e subsistência, vendo que deste Reino não são directamente visitados e socorridos"*⁷¹.

A chegada do novo governador, António Pedro de Vasconcelos, em Março de 1722, aliviou um pouco a tensão existente entre os colonos, que temiam a concessão de Colônia à Espanha em troca de algum equivalente, possibilidade que constava nos termos do Tratado de Utrecht. Porém, os temores só desapareceram por completo com a chegada de um navio que trouxe de Lisboa mais gente, armamentos e sementes⁷².

O padre Domingos Neyra, que visitou Sacramento no ano em que se deu a troca do governo local, seguindo depois para a Europa no mesmo navio em que viajou Gomes Barbosa, relatou que *"as quintas que possuíam seus habitantes estão reduzidas a*

*nada, havendo sido cada uma delas um paraíso, porque a terra é propícia a todo género de plantas"*⁷³. Porém, se havia descaso com as lavouras, o mesmo não se dava com relação à pecuária. Então, oitenta e dois casais habitavam o território de Sacramento, onde havia 110 carretas e o rebanho estava calculado em 1.931 cavalos, 3.657 cabeças de gado de criação e 355 juntas de bois⁷⁴.

Vasconcelos logo verificou que o pouco desenvolvimento da agricultura não se devia à má qualidade do solo, antes pelo contrário, já que um alqueire de semente geralmente produzia quarenta e cinco alqueires de grão, podendo chegar até setenta. Para o governador, as más colheitas de trigo deviam-se ao abandono da agricultura em favor *"da exploração do gado chimarrão"*⁷⁵. Por isso, não deixou de lembrar à população, num discurso que se seguiu à sua posse no governo, que a Coroa tinha feito grandes investimentos a fim de que os povoadores promovessem a conservação e o crescimento da Colônia do Sacramento. Alertou então que *"se o tempo que se tinha gasto com os laços se empregara nos arados, e o benefício que se aplica aos couros se repetira nas lavouras, seriam tão avultadas as colheitas quanto promete a fertilidade da terra"*⁷⁶.

Quem pensou que a preocupação do governador com a agricultura não passou de mero exercício de eloquência, logo verificou que Vasconcelos falava a sério, pois o mesmo impediu a saída para a campanha de todos os que não tratassem de semear e cultivar os seus lotes. A atitude enérgica de Vasconcelos contribuiu para que, no ano da sua posse, os campos fossem semeados com mais de mil e cem alqueires de sementes de trigo. Além da preocupação do governador em fixar a população à terra, o incentivo à agricultura tinha também o objectivo de tornar a Colônia do Sacramento auto-suficiente na produção de alimentos, libertando a guarnição da dependência das remessas de farinha de mandioca que vinham do Rio de Janeiro.

Contudo, apesar das medidas coercitivas adoptadas pelo governador para promover a tricultura, a praga da "ferrugem" que há dois anos atacava os trigais, continuou a fazer estragos. A soma da má colheita aos nove meses em que não chegou nenhuma

remessa de farinha de mandioca do Rio de Janeiro, obrigou muitos moradores a comprar pão aos espanhóis da guarda de São João, os quais não perderam a oportunidade de elevar os preços em frente à forte procura da sua produção pelos portugueses⁷⁷. A situação continuou crítica em princípios do ano seguinte, quando uma tempestade, ocorrida pouco antes da colheita, devastou os trigais, enquanto o pequeno número dos legumes colhidos só serviu para garantir a provisão de sementes⁷⁸.

Porém, no decorrer do ano de 1723, a situação melhorou bastante. Simão Pereira de Sá informa que o número de moradores nos arredores de Sacramento era superior ao número dos 350 vizinhos que, então, viviam na povoação. As quintas, que se estendiam até duas léguas da praça, estavam semeadas de trigais, pomares, hortas e jardins, onde abundavam vinhas e aves. Já nas estâncias, que se localizavam a dezesseis léguas, passava de cem mil o número de vacas, sendo que "o número dos bois, éguas e cavalos para a produção não era inferior"⁷⁹.

Entretanto, a prosperidade agrícola era ameaçada pela falta de segurança dos colonos, que estavam sempre propensos a ver as suas lavouras arrasadas por investidas dos índios ou dos espanhóis, constituindo-se num forte foco de tensão quotidiana que poderia evoluir até levar à deserção. Sobre tal perigo, alertava o jesuíta Diogo Soares, que defendia a construção de poderosas fortificações, pois, em caso contrário afirmava que "os moradores, vendo-se expostos a padecer em suas próprias casas o que sofrem todos os dias na campanha aos castelhanos, buscarão em outra parte da América [lugar onde] vivam mais seguros, e sem o temor e risco, que são comumente certos numa praça fronteira, exposta e sem defesa"⁸⁰.

A insegurança na campanha, era assim, uma preocupação constante dos povoadores. Em 1722, um militar português conseguiu entreter uma patrulha indígena comandada pelos jesuítas "pela sua afabilidade e por meio de um regalo que à custa da sua fazenda ofereceu aos ditos missionários"⁸¹. A negociação deu tempo para que os agricultores conseguissem fazer a colheita do trigo maduro. Dois anos depois, respondendo à tentativa portuguesa de povoar o sítio de Montevideu, os espanhóis atearam

fogo às searas de trigo, originando um grande incêndio que demorou doze dias para ser extinto pelos agricultores e soldados.

Depois da fortificação de Montevideu pelos espanhóis, o governador de Buenos Aires criou uma companhia de "migueletes", cavaleiros cuja função era impedir o acesso dos portugueses à campanha e que tinham permissão para ficar com todas as presas que fizessem ao inimigo. Em busca de butins, eles passaram a atacar as quintas das proximidades de Colônia, onde roubavam o gado e assaltavam as pessoas que encontravam pelo caminho⁸². Contra a acção dos migueletes, que "talavam os campos, roubavam os lavradores e infestavam escandalosamente as vizinhanças da praça", o governador Vasconcelos escreveu a D. Bruno Zabala. António Pedro de Vasconcelos queixou-se ao rei que a resposta irónica do governador de Buenos Aires ao seu protesto foi que "se para emenda necessitassem de disciplina, buscássemos os meios proporcionados do castigo"⁸³.

Ciente de que tal resposta era uma convocação para uma demonstração de força, Vasconcelos ordenou que vinte cavaleiros, sob as ordens do alferes Pedro Pereira Chaves, atacassem os migueletes. O pequeno grupamento português localizou o acampamento espanhol às margens de um riacho. Um ataque surpresa conseguiu destroçar o inimigo, pondo em fuga alguns e matando seis deles, entre os quais o seu comandante, o capitão Juan de Burgos. Segundo Simão Pereira de Sá, "Ficou deste modo desembaraçada a campanha, quieto o subúrbio, e seguros os lavradores que, livres de tão arriscados precipícios, semeavam já o grão com boas esperanças de fruto"⁸⁴. O alferes e os seus soldados ainda puderam repartir entre si os cento e cinquenta cavalos apresados aos migueletes⁸⁵.

Passados os anos críticos da luta por Montevideu, os colonos puderam desfrutar de um curto período de paz. Contudo, as secas e as pragas continuaram a ser um flagelo para os agricultores. A colheita de 1726 foi fraca devido a uma grande seca que já durava dois anos, mas, mesmo assim, conseguiu-se colher quase dez mil alqueires de trigo, porém a produção das frutas e legumes não correspondeu à sementeira⁸⁶. Nos anos

seguintes a produção deve ter aumentado, pois, se então a dízima do trigo havia rendido 172\$155 à Fazenda Real, em 1727 rendeu 360\$375 e, no seguinte, 402\$000⁸⁷.

Em 1730, apesar da praga da "ferrugem", colheram-se mais de vinte mil alqueires de trigo⁸⁸. Já no ano seguinte, a conjugação da seca e do frio excessivo causou grandes perdas nas searas, porém como se tinha semeado uma grande quantidade de terreno a fim de produzir um excedente para vender no Brasil, colheram-se mais de treze mil alqueires⁸⁹. Em 1732, o governador escrevia ao rei que "*a colheita de trigo (suposto [que] lhe dera ferrugem) chegara a vinte mil alqueires*⁹⁰".

Em 1734, uma seca muito forte fez com que só se salvassem as sementes, prejudicando também as demais lavouras e acabando com o pasto dos animais. Para poder alimentar a guarnição, o contratador do pão de munição teve de recorrer a outros centros produtores, mandando comprar trigo em Buenos Aires e buscar três mil alqueires de farinha de mandioca em Paranaguá⁹¹. Em Fevereiro de 1735, Vasconcelos escrevia que a colheita do trigo havia sido excelente, pois já se acabara a terrível seca dos anos passados. Acrescentava ainda que, como a seara não tinha ainda acabado, não sabia quanto renderia o dízimo, o qual venderia a 550 mil réis ao novo contratador do pão de munição arrematado no Rio de Janeiro⁹².

Embora o trigo se constituísse no principal plantio na Colônia do Sacramento, os documentos também fazem referência a outras plantações, como cevada e milho⁹³ que, tudo indica, se destinavam sobretudo ao sustento dos escravos⁹⁴. Deve-se lembrar que a insistência do governador Vasconcelos em promover a triticultura liga-se ao facto de que os dízimos da sua produção serviam de alimentação à tropa. Outro factor importante a se ressaltar é que o cultivo do trigo exigia o trabalho na lavoura somente durante os períodos da sementeira e da colheita⁹⁵, possibilitando aos trabalhadores alguns meses livres, nos quais podiam dedicar-se a outras tarefas, como a pecuária e a extracção de couros, que se constituía no principal recurso económico da região platina.

Outra cultura que atraiu a atenção das autoridades foi a do linho-cânhamo, matéria-prima essencial para a confecção do

cordame utilizado pela marinha. António Rodrigues Carneiro, principal responsável pela vinda dos transmontanos para o Prata, pretendia iniciar a cultura do linho-cânhamo em Colónia e por isso incluiu o pedido da superintendência dessa cultura entre os favores que solicitara à Coroa pela sua contribuição em auxiliar o repovoamento de Sacramento⁹⁶. Em 1725, o governador Vasconcelos informou à Coroa que os dois alqueires de sementes de linho-cânhamo enviados para Colónia por Pedro da Costa Lima tinham produzido bem, embora não tivessem crescido tanto quanto nas plantações de Trás-os-Montes⁹⁷.

No relato que Silvestre Ferreira da Silva fez dos estragos causados pelos espanhóis no cerco que se prolongou de 1735 a 1737, podemos ter uma ideia da produção agropecuária da Colónia do Sacramento: 2.455 alqueires de trigo, legumes, pomares, vinhas (algumas com mais de noventa mil pés de bacelo) além de grande quantidade de aves e animais domésticos criados pelos casais. Nas estâncias, a perda estava orçada em 18.443 "*cavalgaduras de toda a espécie*", 2.332 ovelhas, 87.204 cabeças de gado vacuum crioulo, além de 104 carretas, instrumentos e madeiras e 46 escravos lavradores⁹⁸.

Outra relação dos prejuízos causados pelas tropas espanholas informa-nos que existiam duzentos e quarenta quintas nos arredores de Sacramento, sendo que nem todas tinham a mesma extensão ou valor. As propriedades do tenente-general engenheiro Pedro Gomes de Figueiredo estavam orçadas em nove contos, setecentos e quatro mil e quinhentos réis; as do capitão de cavalaria Inácio Pereira da Silva em quinze contos e quinhentos e quarenta e cinco mil réis; enquanto a quinta do capitão de cavalaria da ordenança João da Costa Quintão valia vinte e seis contos, duzentos e sessenta e quatro mil e duzentos e cinquenta réis⁹⁹.

Como podemos constatar, a partir da leitura deste relato, as propriedades mais valiosas não pertenciam aos casais povoadores, mas sim a destacados elementos da sociedade local. Numa certidão passada a Caetano do Couto Veloso, escrivão da Fazenda Real, o governador Vasconcelos informava que o mesmo era "*um dos mais avantajados lavradores*", dono de várias quintas

situadas nos arredores da praça, onde abundavam pomares, vinhas, lavouras, gado vacum e cavalari. Poucos meses antes do início do sítio espanhol, Couto Veloso inaugurara uma olaria, na qual investira mais de dois mil cruzados na compra de madeiras e escravos. Somados, os bens de extra-muros do escrivão foram avaliados pelo mesmo em três contos e oitocentos e quarenta mil réis em 1736¹⁰⁰.

Além dos desastres naturais, como secas e invernos rigorosos, e das incursões indígenas e espanholas que por vezes destruíam as plantações, problemas causados pelo processo de distribuição das terras também dificultaram o desenvolvimento da agricultura na Colônia do Sacramento. Quando se discutiram, em Lisboa, os incentivos a serem dados aos casais povoadores, o parecer do conselheiro António Rodrigues da Costa foi de que se deveria dar a cada casal dez jeiras de terra de sesmaria nas proximidades da praça e uma légua de terra em quadra também em sesmaria na campanha. Por sua vez, António Rodrigues Carneiro, líder dos casais, deveria receber esses números no dobro¹⁰¹.

A carta régia de 9 de Setembro de 1719 regulamentou a maneira pela qual o governador deveria proceder à distribuição das sesmarias aos casais. Porém como persistia a controvérsia com as autoridades de Buenos Aires sobre a questão do território de Colônia, Gomes Barbosa julgou melhor não conceder títulos de propriedade, limitando-se a distribuir os lotes entre soldados e colonos¹⁰². A situação não era nova, pois os colonos que lá viviam antes da evacuação ordenada em 1705 também não tinham a posse da terra que cultivaram reconhecida através de documentos. Luís Ferrand de Almeida relata que a documentação da época fala simplesmente em dar terras, mas não há qualquer referência ao sistema de sesmarias ou à celebração de contratos agrários¹⁰³.

Embora não saibamos exactamente como se deu a distribuição dos terrenos, o facto é que ela não tardou a ser contestada pelos povoadores, os quais acusaram o governador de se beneficiar do processo. Para se defender das acusações, Gomes Barbosa pediu o testemunho de pessoas importantes na comunidade

local, como o sargento-mor António Rodrigues Carneiro, que atestou a inocência do governador, acusado de pedir dinheiro pela doação das terras¹⁰⁴. Também o padre António do Vale, superior da residência dos jesuítas em Colônia, atestou que Gomes Barbosa *"repartiu os chãos, assim dentro como fora da fortaleza, aos casais e mais moradores, que lhe pediram, sem intervir nisto interesse algum da sua parte"*¹⁰⁵.

Porém, numa representação à Coroa, os moradores queixaram-se de que, apesar da promessa de que cada casal receberia três jeiras de terra nas proximidades da praça, não tinham recebido nada além de um terreno onde edificaram as suas casas, sendo-lhes necessário *"semear muito longe seus trigos"*¹⁰⁶. Com relação à acusação de que os oficiais militares tinham sido privilegiados com a posse das terras que se situavam mais perto da povoação, o governador Vasconcelos informou o rei de que os moradores podiam fazer as suas lavouras no lugar onde escolhessem e que todos fugiam dos arredores de Colônia por serem terras demasiado secas¹⁰⁷.

Na verdade, o problema principal não consistia na maior ou menor fertilidade do solo, mas sim na segurança, pois quanto mais longe da fortificação, maior era o perigo de sofrer algum ataque, fosse por parte da guarda espanhola, fosse por parte dos índios. Procurando resolver o problema das investidas dos espanhóis e assegurar a propriedade através de títulos, os colonos pediram ao rei para que se buscasse o fim da controvérsia sobre o território de Sacramento com a corte de Madrid. O pedido dos moradores não deixou de escandalizar Vasconcelos, que alegou que essa era uma *"matéria muito alheia das suas obrigações e desnecessária em tempo que põe estâncias e levam as suas lavouras onde os convida o apetite"*¹⁰⁸.

Vasconcelos não deixou de se contradizer com essa afirmação, pois anteriormente havia escrito ao rei que a resolução da questão sobre o território de Sacramento era essencial para garantir o aumento na produção de alimentos, a fim de livrar a guarnição da dependência das remessas de farinha do Rio de Janeiro. Argumentava, então, que o domínio legal sobre o território garantiria a segurança dos lavradores, os quais poderiam

expandir as suas lavouras para o interior da campanha, o que, por sua vez, asseguraria o aumento dos dízimos da produção, com os quais poder-se-ia prover o sustento da guarnição¹⁰⁸.

Porém as queixas contra os oficiais militares não se restringiam à disputa das terras mais próximas à fortaleza. Os colonos também reclamavam da perda de parte das colheitas devido à invasão das suas lavouras pelo gado e cavalos dos poderosos e principalmente pela concorrência que os grandes proprietários de terras, geralmente militares e comerciantes, lhes moviam na produção do trigo. Como nas terras dos oficiais não havia problema de falta de mão-de-obra, uma vez que eram cultivadas por escravos "e outras pessoas que por respeito lhe lavram e semeiam o dito campo", os militares conseguiam uma produção maior que a média. Os colonos pediam então ao rei que proibisse o plantio aos oficiais militares, alegando que como o trigo "não tem saída para fora da terra [de Colônia], não tem o povo conveniência em plantar mais que para o seu sustento e de suas famílias [e] que se vendem algum para se remediarem é barato, o que não sucede aos ditos oficiais, porque como não têm necessidade de guardar para mais tarde e o reputam como querem"¹⁰⁹.

Em suma, insegurança, catástrofes naturais e contestações ao modo como foi feita a distribuição das terras, contribuíram para gerar um quotidiano bastante difícil para as pessoas que se dedicavam à agricultura no território da Colônia do Sacramento, realidade que seria muito diferente do que os idílicos relatos sobre a fertilidade do solo platino nos levam a pensar.

NOTAS

¹ Gomes Barbosa ao vice-rei, 12 de Abril de 1718, in *DH*, vol. LXXI, p. 31.

² Gomes Barbosa ao rei, 9 de Dezembro de 1719, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 1, doc. 47.

³ "O número de habitantes, que era de 333 na altura da reconstrução (1683), não deveria ser inferior a 600 nos fins de 1691, andava já à volta de 1.000 no ano seguinte e ultrapassava os 1.500 em 1699-1700", in Luís Ferrand de Almeida, *Páginas Dispersas*, p. 170.

⁴ Anibal M. Riveros Tula, "Historia de la Colônia del Sacramento", in *RIHGU*, tomo XXII, pp. 161-162.

⁵ "Mapa geral...", 24 de Outubro de 1722, Mapoteca do AHEX, S-RS-07.05.1627.

⁶ Vasconcelos ao rei, 13 de Maio de 1726, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 165.

⁷ Vasconcelos ao rei, 5 de Abril de 1730, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 220.

⁸ Segundo o engenheiro Pedro Gomes de Figueirado, que em 1732 elaborou uma planta das reformas que deveriam ser feitas na fortaleza, exceptuadas a igreja e a casa do governador "tudo se despraza por ser obra de pedra e terra, coberta de palha, e de mui pouca ou nenhuma subsistência". Cf. Mapa da Colônia do Sacramento, elaborado pelo engenheiro Pedro Gomes de Figueirado em 6 de Maio de 1732, Mapoteca do AHEX, S-RS-07.02.1443.

⁹ Silvestre Ferreira da Silva, *Relação do Sítio da Nova Colônia do Sacramento*, pp. 61-71.

¹⁰ Luís Ferrand de Almeida, "Casais e Lavradores na Colônia do Sacramento (1680-1705)", in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXX, pp. 9-15.

¹¹ D. Manuel Lobo ao príncipe regente, 12 de Março de 1680, in Jonathas da Costa Rego Monteiro, *A Colônia do Sacramento (1680-1777)*, vol. 2, p. 29.

¹² Citado por Capistrano de Abreu na introdução que fez à primeira edição da obra de Simão Pereira de Sá, *História topográfica e bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata*, p. XXVII.

¹³ Luís Ferrand de Almeida, "Casais e Lavradores..." *op. cit.*, pp. 16-32.

¹⁴ Carta patente de António Rodrigues Carneiro, 22 de Maio de 1716, ANTT, Chancelaria de D. João V, livro 146, fls. 267v.-268.

¹⁵ Consulta do Conselho Ultramarino de 9 de Dezembro de 1715, in *ABNRJ*, vol. XLVI, pp. 112-113.

¹⁶ Portaria que nomeou António Rodrigues Carneiro capitão do terço de infantaria paga da província de Trás-os-Montes, in *ABNRJ*, vol. XXXIX, p. 371.

¹⁷ Luís Ferrand de Almeida, *Páginas Dispersas*, pp. 131-151.

¹⁸ A. J. R. Russell-Wood, "A Emigração: Fluxos e Refluxos", in Bethencourt e Chaudhuri, *História da Expansão Portuguesa*, vol. 3, p. 163.

¹⁹ Relatório do conselheiro António Rodrigues da Costa sobre o transporte dos casais transmontanos, in *ABNRJ*, vol. XLVI, pp. 113-114.

²⁰ Consulta do Conselho Ultramarino de 27 de Outubro de 1716, in *ABNRJ*, vol. XXXIX, p. 354.

²¹ Requerimento de Pedro da Costa Lima a D. João V. Porto, anterior a 17 de Novembro de 1723, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 1, doc. 120.

²² Vasconcelos ao rei, 3 de Agosto de 1729, AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 216.

²³ Vasconcelos ao rei, 8 de Abril de 1731, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 228.

²⁴ Carta régia ao governador do Rio de Janeiro, 07 de Outubro de 1716, in *ANRJ*, cód. 60, v. 13, fls. 4-4v.

²⁵ Registro de uma carta régia dirigida ao governador do Rio de Janeiro, 4 de Março de 1718, in *ABNRJ*, vol. XXXIX, p. 369.

²⁶ António Brito de Meneses ao rei, 3 de Março de 1718, in Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, parte III, tomo II, pp. 418-420.

²⁷ Gomes Barbosa ao vice-rei, 12 de Abril de 1718, in *DH*, vol. LXXI, pp. 29-30.

²⁸ Maria da Conceição Vilhena, "A viagem do emigrante açoriano para o Brasil em meados do séc. XVIII", in Walter F. Piazza (org.), *Anais da 2ª Semana de Estudos Açorianos*, p. 163.

²⁹ Relação dos casais que foram para Colônia em 1718, in Jonathas da Costa Rego Monteiro, *op. cit.*, vol. 2, pp. 68-70.

³⁰ Simão Pereira de Sá, *op. cit.*, p. 57.

³¹ Gomes Barbosa ao vice-rei, 12 de Abril de 1718, in *DH*, vol. LXXI, pp. 29-34.

³² Consulta do Conselho Ultramarino de 09 de Novembro de 1720, IHGB, Arq. 1.1.25, fls. 294-295v.

³³ Representação dos povoadores da Colônia do Sacramento, in AHU, *Rio de Janeiro*, c.x. 33, doc. 7695.

³⁴ Corcino Medeiros dos Santos, *Economia e Sociedade do Rio Grande do Sul*, p. 3.

³⁵ Certificado do padre Antônio do Vale sobre a inocência do governador Manuel Gomes Barbosa, 5 de Dezembro de 1719, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 1, doc. 58.

³⁶ Gomes Barbosa ao vice-rei, 12 de Abril de 1718, in *DH*, vol. LXXI, pp. 29-34.

³⁷ Lista dos casais em 10 de Fevereiro de 1719, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 1, doc. 50.

³⁸ Lista dos casais em 3 de Novembro de 1719, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 1, doc. 50.

³⁹ Consulta do Conselho Ultramarino de 04 de Junho de 1723, in IHGB, Arq. 1.1.21, S. 168-169.

⁴⁰ Timothy J. Coates, *Degradados e Órfãos*, p. 273.

⁴¹ Consulta do Conselho das Índias de 9 de Dezembro de 1723, in Pablo Pastells e F. Mateos, *Historia de la Compañía de Jesus en la Provincia del Paraguay*, tomo VI, 292.

⁴² Corregedor da Comarca das Ilhas ao rei, 06 de Agosto de 1723, apud Walter Piazza, *A Epopeia Açórica-Madeirense (1746-1756)*, pp. 56-57.

⁴³ Câmara da vila das Lages ao rei, 30 de Outubro de 1729, apud Walter Piazza, *op. cit.*, pp. 58-59.

⁴⁴ Walter Piazza, *op. cit.*, pp. 59-64.

⁴⁵ Carlos G. Rheinganz, "Os Últimos Povoadores da Colônia do Sacramento", in *RIHRS*, ns. 113-116, pp. 329-437.

⁴⁶ Consulta do Conselho Ultramarino de 25 de Janeiro de 1726, in IHGB, Arq. 1.1.21, fl. 346v.

⁴⁷ Vahia Monteiro a Vasconcelos, 24 de Setembro de 1728, in ANRJ, Cód. 87, vol. 3, fl. 155.

⁴⁸ Vasconcelos ao rei, 25 de Setembro de 1722, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 1, doc. 76.

⁴⁹ Vasconcelos ao rei, 3 de Julho de 1728, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 196.

⁵⁰ Vasconcelos ao rei, 5 de Abril de 1731, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 226.

⁵¹ Vasconcelos ao rei, 14 de Abril de 1731, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 230.

⁵² Aires de Saldanha a Diogo de Mendonça Corte Real, Secretário de Estado, 12 de Janeiro de 1724, in *RIHGB*, tomo 32, p. 38.

⁵³ Consulta do Conselho Ultramarino de 21 de Janeiro de 1726, in IHGB, Arq. 1.1.21, fls. 344v-346.

⁵⁴ Registro de uma carta régia dirigida ao governador do Rio de Janeiro, 4 de Março de 1718, in *ABNRJ*, vol. XXXIX, pp. 369-370.

⁵⁵ "Mapa geral..." 24 de Outubro de 1722, Mapoteca do AHEx, S-RS-07.05.1627.

⁵⁶ Sebastião da Veiga Cabral, "Descrição Geográfica e Coleção Histórica do Continente da Nova Colônia da Cidade do Sacramento", in *RIHGU*, tomo XXIV, p. 113.

⁵⁷ Sebastião da Veiga Cabral, *op. cit.*, p. 46.

⁵⁸ "Relación del sitio, toma y desalojo de la Colonia..." Lima, 1705, in *RIHGU*, tomo VI, p. 200.

⁵⁹ Luís Ferrand de Almeida, *A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*, p. 313.

⁶⁰ Sebastião da Veiga Cabral, *op. cit.*, p. 47.

⁶¹ Sebastião da Rocha Pitta, *História da América Portuguesa*, p. 104.

⁶² Silvestre Ferreira da Silva, *op. cit.*, pp. 25-26.

⁶³ Vasconcelos ao rei, 25 de Setembro de 1722, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 1, doc. 76.

⁶⁴ Offício de Cristóvão Pereira de Abreu ao padre Diogo Soares, 29 de Agosto de 1731, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 237.

⁶⁵ D. Bruno de Zabaia ao marquês de Grimaldo, 4 de Julho de 1718, in Pablo Pastells e F. Mateos, *op. cit.*, tomo VI, pp. 170-171.

⁶⁶ Corcino Medeiros dos Santos, *op. cit.*, pp. 4-5.

⁶⁷ Juan Carlos Garavaglia, "El pan de cada día: el mercado del trigo en Buenos Aires, 1700-1820", in *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. E. Ravignani"*, 3ª serie, n° 4, pp. 19-20.

⁶⁸ D. Bruno de Zabaia ao marquês de Grimaldo, 5 de Abril de 1718, in Pablo Pastells e F. Mateos, *op. cit.*, tomo VI, p. 167.

⁶⁹ Parece que então os portugueses já estavam bem adaptados aos costumes vigentes no Rio da Prata, assimilando o desprezo que os súbditos espanhóis que habitavam a região platina votavam à agricultura. Segundo Rodríguez Molas, para conseguir mão-de-obra agrícola na campanha de Buenos Aires, as autoridades obrigavam mulatos, índios e mestiços a trabalhar a terra, já que para os espanhóis a agricultura era considerada um ofício para escravos, enquanto que para os *criollos*, que se dedicavam à pecuária, não era uma actividade bem vista por ser realizada a pé. Segundo Félix de Azara, "os pastores consideram os agricultores mentecaptos, pois se se tornassem pastores, viveriam sem trabalhar e sem necessidade de comer pasto, como os cavalos, porque assim chamam as saladas, legumes e hortaliças". Apud Ricardo Rodríguez Molas, *Historia Social del Gaucho*, p. 169.

⁷⁰ Vasconcelos ao rei, 25 de Setembro de 1722, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 1, doc. 76.

⁷¹ Vasconcelos ao rei, 25 de Setembro de 1722, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 1, doc. 76.

⁷² Vasconcelos ao rei, 12 de Fevereiro de 1723, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 1, doc. 100.

⁷³ Simão Pereira de Sá, *op. cit.*, p. 58.

⁷⁴ Diogo Soares ao rei, 27 de Junho de 1731, in Jonathas C. Rego Monteiro, *op. cit.*, vol. 2, pp. 80-81.

⁷⁵ Consulta do Conselho Ultramarino de 26 de Fevereiro de 1729, in *ABNRJ*, vol. XLVLI, pp. 3-4.

⁷⁶ Consulta do Conselho Ultramarino de 28 de Abril de 1725, IHGB, Arq. 1.1.21, fl. 315.

⁷⁷ Simão Pereira de Sá, *op. cit.*, p. 61.

⁷⁸ Idem

⁷⁹ Consulta do Conselho Ultramarino de 28 de Abril de 1725, IHGB, Arq. 1.1.25, fls. 315-315v.

⁸⁰ Vasconcelos ao rei, 13 de Maio de 1726 in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 165.

⁸¹ Vasconcelos ao rei, 29 de Julho de 1729 in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 215.

⁸² Vasconcelos ao rei, 5 de Abril de 1730 in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 220.

⁸³ Vasconcelos ao rei, 5 de Abril de 1731 in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 5, doc. 226.

⁸⁴ Consulta do Conselho Ultramarino de 02 de Setembro de 1733, IHGB, Arq. 1.1.26, fls. 193-195.

⁸⁵ Vasconcelos ao rei, 17 de Fevereiro de 1734 in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 3, doc. 276.

⁹⁴ Consulta do Conselho Ultramarino de 27 de Outubro de 1735, in IHGB, Arq. 1.1.26, fls. 240-242.

⁹⁵ A mesma situação dava-se então na campanha de Buenos Aires, onde dominavam as lavouras de trigo, enquanto a produção de cevada e de milho tinha uma importância bastante secundária. Cf. Juan Carlos Garavaglia, "Producción cerealera y producción ganadera en la campaña portena; 1700-1820", in *Estructuras Sociales y Mensalidades en América Latina*, p. 222.

⁹⁶ Em 1730, Vasconcelos informava o rei sobre grandes perdas nas searas devido à seca e ao frio excessivo, contudo ressaltava que "a perda do milho foi menor e se espera haja grande porção para o sustento dos escravos". Cf. Carta de Vasconcelos ao rei, 5 de Abril de 1730, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 226.

⁹⁷ Em fins de Maio, Junho e parte de Julho deveria proceder-se à aragem e à sementeira, sendo que a volta aos campos só era necessária em Dezembro e, sobretudo, em Janeiro e parte de Fevereiro para a colheita, Cf. Jorge Gelman "¿Gaúchos o campesinos?" in *Anuário IEHS*, nº 2, p. 58.

⁹⁸ Relatório do conselheiro António Rodrigues da Costa sobre o transporte dos casais transmontanos, in *ABNRJ*, vol. XLVI, pp. 113-114.

⁹⁹ Vasconcelos ao rei, 4 de Junho de 1725, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 140.

¹⁰⁰ Silvestre Ferreira da Silva, *op. cit.*, pp. 106-107.

¹⁰¹ "Extracto das perdas e danos executadas pelas tropas espanholas..." in *RIHGRS*, nº 99, pp. 52-53.

¹⁰² "Certificados referentes a los servidos y méritos funcionales de Caetano de Couto Vellozo...", ARC, Reg. 217, 38 T5, doc. 3, fls. 31-32.

¹⁰³ Relatório do conselheiro António Rodrigues da Costa sobre o transporte dos casais transmontanos, in *ABNRJ*, vol. XLVI, pp. 113-114.

¹⁰⁴ Gomes Barbosa ao rei, 26 de Dezembro de 1719, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 1, doc. 55.

¹⁰⁵ Luís Ferrand de Almeida, *A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*, p. 88.

¹⁰⁶ Certificado de António Rodrigues Carneiro, 12 de Janeiro de 1720, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 1, doc. 58.

¹⁰⁷ Certificado do padre António do Vale, 5 de Dezembro de 1719, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 1, doc. 58.

¹⁰⁸ Representação dos povoadores da Colônia do Sacramento, in AHU, Rio de Janeiro, cx. 33, doc. 7695.

¹⁰⁹ Vasconcelos ao rei, 9 de Maio de 1732, in AHU, *Rio de Janeiro*, cx. 33, doc. 7694.

¹¹⁰ Vasconcelos ao rei, 9 de Maio de 1732, in AHU, *Rio de Janeiro*, cx. 33, doc. 7694.

¹¹¹ Vasconcelos ao rei, 14 de Julho de 1728, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 199.

¹¹² Representação dos povoadores da Colônia do Sacramento, in AHU, *Rio de Janeiro*, cx. 33, doc. 7695.

3.2. – OS ESQUECIDOS

As fontes que pesquisamos não fazem muitas referências a determinados grupos da população da Colônia do Sacramento. Buscamos, contudo, aprofundar o nosso conhecimento sobre a presença das mulheres, dos escravos e dos índios que viveram em Colônia com base no estudo dos poucos dados de que dispomos.

3.2.1. – As Mulheres na Colônia do Sacramento

A política da colonização por meio do envio de casais não supriu o problema do desequilíbrio entre os sexos, gerado pela grande concentração de soldados numa pequena povoação. Em 1690, o governador D. Francisco Naper de Lencastre enviou do Rio de Janeiro doze mulheres solteiras, "algumas degredadas pela justiça e outras desimpedidas e escandalosas, para lá casarem, como já o vão fazendo". Esperava-se que na Colônia do Sacramento as mulheres solteiras, condenadas ao degredo por pequenos crimes, prostituição ou "comportamento escandaloso", se casassem com os soldados, dando origem a famílias estáveis que garantissem o sucesso da política de povoamento. Tal prática, que buscava reintegrar o comportamento desviante de certas mulheres, foi comum durante todo o período colonial, persistindo até mesmo durante o regime pombalino, quando índios, vadios, prostitutas e mulheres adúlteras ainda eram recrutados para povoar as novas vilas planeadas pelo governo português².

Mas, se algumas mulheres conseguiram enquadrar-se nos desejos das autoridades, outras foram fontes de grandes problemas, como Beatriz Furtado de Mendonça, desterrada para Sacramento por ordem do governador do Rio de Janeiro. Ela chegou a Colónia em 14 de Dezembro de 1730, onde registrou queixa contra a atitude arbitrária de Luís Vahia Monteiro, alegando que havia sido degredada sem guia de sentença em que constasse o crime pelo qual era punida⁸. Em 1731, ela pediu para voltar ao Rio a fim de tratar da recepção da herança paterna⁴. Contudo, apesar da falta de uma acusação formal, Beatriz não teve o seu pedido atendido.

A notícia da chegada a Montevideo de um homem vindo de Minas Gerais com um carregamento de ouro contrabandeado alertou as autoridades portuguesas, especialmente Vahia Monteiro, que suspeitavam que o misterioso contrabandista se tratasse de António Pereira de Souza, amante de Beatriz Furtado de Mendonça. Na opinião do governador do Rio, *"a dita Beatriz Furtado certamente é digna de exemplar castigo, não pelo pecado da fraqueza, mas pelo da valentia, para que sempre se ajuda de birbantes piores que ela"*. Por isso ordenava a Vasconcelos, em Fevereiro de 1732, que a remetesse na primeira embarcação que seguisse para a Bahia, *"onde talvez continuando os mesmos progressos lhe resulte um degredo para São Tomé"*.

Em Agosto, Vahia Monteiro voltou a escrever sobre Beatriz ao governador Vasconcelos. Supunha então que a mesma já deveria ter chegado a Salvador, de onde não tardaria a ser remetida a São Tomé. Afirmava então que *"ela é louca como Vossa Senhoria diz, e tão loucos como ela, os que olham para ela"*. Rego Monteiro afirma que o seu destino final foi o degredo em Angola⁷, local que serviu de exílio para inúmeras mulheres degredadas de Portugal e do Brasil durante o século XVIII⁹.

Nas devassas do bispado de Mariana, registradas entre Maio de 1730 e Abril de 1731, consta que Amónia Bicuda, da freguesia de São João del Rei, foi culpada de bigamia e condenada a dois anos de degredo em Sacramento. Amónia da Luz, mulher parda e forra, acusada do mesmo crime, teve pena idêntica. A negra forra Mariana, desterrada para Colónia por amor de Alexandre

Pereira, conseguiu escapar para o Rio de Janeiro, de onde mandou chamar o seu amado, que abandonou sua mulher legítima para viver ao lado da amante⁹.

Apesar da presença das desterradas, a maior parte das mulheres que viveram em Colónia chegou ao Prata na companhia dos seus maridos, militares ou colonos. Porém, todas sofreram com a insegurança de viver numa região sempre às voltas com os ataques dos inimigos. Além do perigo representado por um possível ataque surpresa, promovido por espanhóis ou indígenas, existia ainda a violência interna da própria sociedade colonial portuguesa, pois, embora desmentida pelo superior dos jesuítas, existia uma queixa contra o governador Manuel Gomes Barbosa, acusado de tentar seduzir as mulheres dos colonos¹⁰. Outro factor que gerava uma tensão latente era o medo de ver o marido ser tentado a desertar. De facto, como era bastante grande o índice de deserção, algumas mulheres devem ter sido abandonadas pelos seus maridos, como aconteceu a uma que, segundo o governador, era *"honrada e bem procedida"*¹¹.

Se a proximidade com os domínios espanhóis favoreceu a fuga de alguns homens que não hesitaram em abandonar as suas esposas, por vezes também ocorria o contrário. Em 1725, Antónia de Lemos fugiu para Buenos Aires, onde pediu divórcio do seu marido, José Martins, criando assim um curioso conflito de jurisdições eclesiásticas¹². Como vimos no primeiro capítulo, ao criar a diocese do Rio de Janeiro, a Santa Sé deu-lhe como limite sul o Rio da Prata, porém com a fundação de Montevideu pelos espanhóis, a autoridade da diocese de Buenos Aires estendeu-se à margem norte do Prata. As duas paróquias da margem setentrional, Colónia e Montevideu, obedeciam a diferentes projectos coloniais que se reflectiam na organização da Igreja na região¹³.

Em Colónia nunca se estabeleceu um convento ou um recolhimento feminino, porém, graças à vizinhança com Buenos Aires, as mulheres de Sacramento que desejavam entrar para a vida religiosa tinham grande vantagem com relação às que viviam em outras partes da América portuguesa, onde a política da Coroa de incentivar o povoamento punha entraves à criação de conventos¹⁴. O sargento-mor Manuel Botelho Lacerda requereu a permissão

real para enviar a Portugal quatro filhas que queria que se tornassem freiras no convento da vila de Murça, onde tinha bens e parentes. Se não fosse atendido, pedia que ao menos se fizesse mercê de aceitar o recolhimento das suas duas filhas mais velhas, D. Rita Joana da Trindade e D. Inês Sebastiana¹⁵. Parece que o pedido de Lacerda não foi aceite, pois em Setembro de 1745, duas de suas filhas pediram para entrar no novo convento de Santa Catarina de Siena, em Buenos Aires¹⁶.

A estrutura eclesiástica também forneceu o suporte necessário à reivindicação de muitas mulheres. O governador Vasconcelos queixou-se ao rei dos constantes requerimentos passados pelos bispados portugueses e brasileiros em favor das mulheres dos soldados casados que serviam em Colônia. Com ameaça de excomunhão, os requerimentos pediam a volta dos maridos, que deveriam fazer vida comum com as suas esposas. Exasperado pela situação, Vasconcelos pedia instruções à Coroa, alegando que apesar da ameaça, não podia dar baixa a soldado algum sem o consentimento do rei¹⁷. O procurador da Fazenda Real deu parecer, confirmado pelo Procurador da Coroa e pelo Conselho Ultramarino, de que as tais precatórias não deveriam ser atendidas, *"porque se diz [que] estes soldados assentaram praça com consentimento de suas mulheres e, se acaso então lhes não deram deviam logo reclamar o assentarem a dita praça, e não depois de passados anos"*¹⁸.

Se as esposas dos militares ausentes sofriam com a sua falta, as mulheres que viviam ao lado dos seus maridos em Sacramento mostraram a mesma coragem dos seus consortes durante as situações de perigo. Por ocasião do sítio espanhol, Símão Pereira de Sá conta-nos que mesmo as mulheres participaram da defesa da praça. Em 1736, quando os inimigos tentaram tomar de assalto o povoado, elas *"largaram as almofadas, e pegaram nas lanças, arrimando-se às muralhas com espíritos tão estranhos ao sexo, que pareceram acostumadas àquele robusto exercício"*¹⁹. O perigo iminente e a excitação popular, causada pela ofensiva espanhola, desencadearam o desejo de participar activamente na defesa dos domínios portugueses em algumas mulheres.

Enquanto Manuel de Barros, capitão dos Dragões de Minas Gerais, esperava no Rio de Janeiro um navio para transportar o seu regimento para a Colônia do Sacramento, teve a oportunidade de presenciar uma situação insólita durante o período colonial. Uma moça natural das Ilhas, de 14 para 15 anos, apresentou-se ao governador Gomes Freire em trajes masculinos e pediu-lhe para sentar praça de soldado e seguir com os reforços que se preparavam para seguir para o Rio da Prata. Segundo o capitão Manuel de Barros, o governador agradeceu-lhe o oferecimento, mas não pôde aceitar o candidato a recruta por considerá-lo de pequena estatura e por não ter completado ainda os 16 anos, como mandava o regimento militar.

Contudo, Maria de Meneses²⁰ não desistiu e continuou a apresentar-se como voluntária. A farsa foi descoberta quando Gomes Freire foi avisado de que um homem procurava a sua filha. Desconfiado, mandou chamar o pretenso voluntário que, depois de negar algumas vezes, acabou por confessar o estratagem. A moça foi então mandada para a casa de Francisco Xavier de Mesquita, onde "custou muito a mudar de traje"²¹.

Talvez Maria de Meneses sonhasse com uma vida de aventura como a de D. Maria Úrsula de Abreu, uma carioca que, em princípios do século XVIII, serviu como soldado durante quatorze anos na Índia, até que o seu verdadeiro sexo fosse descoberto, após ser gravemente ferida durante uma batalha²².

3.2.2. – Os Escravos Negros

As referências à presença dos escravos são muitas, porém poucas são as fontes que nos auxiliem a reconstituir convenientemente o seu quotidiano na Colônia do Sacramento. Infelizmente, também contamos com pouquíssimas referências sobre o tráfico de escravos africanos, que deve ter sido intenso entre Colônia e Buenos Aires. As poucas fontes de que dispomos a esse respeito referem-se às apreensões feitas pelos espanhóis de lotes de escravos trazidos ao Prata pelos portugueses.

Já em 1680, os portugueses levaram para Sacramento escravos destinados ao comércio, pois, segundo depoimento de um soldado espanhol, o filho do capitão de um navio português ofereceu-lhe dezasseis ou dezassete negros, enquanto que o capelão do mesmo navio queria vender-lhe seis ou oito escravos além de outras mercadorias. Um piloto português que o mesmo conheceu em Buenos Aires disse-lhe ainda que "trazia seis moleques para vender"²³. Alguns anos depois, numa carta datada de 1691, o governador D. Francisco Naper de Lencastre relatava que o número de escravos diminuía sensivelmente em Colónia devido à venda de muitos deles em Buenos Aires, vendas cujo montante ultrapassava a quantia de vinte mil pesos²⁴.

No Rio da Prata, a economia baseava-se primordialmente na pecuária, actividade que necessitava de pouca mão-de-obra. Portanto, nessa região, os escravos foram preferencialmente utilizados em trabalhos especializados, como artífices, capatazes, cocheiros e em vários serviços domésticos²⁵. De facto, o padre Cattaneo escrevia, em 1730, que, em Buenos Aires, os negros faziam os serviços domésticos, trabalhavam nos campos e em outras actividades. Acrescentava ainda que se não houvesse tantos escravos, não se poderia viver nas cidades da região platina, pois, por mais pobres que fossem, os espanhóis negavam-se a trabalhar, enquanto que raros eram os índios que se sujeitavam à *encomienda* ou ao trabalho remunerado²⁶.

Para além da cidade, o porto de Buenos Aires também abastecia de escravos um vasto território que compreendia as províncias do interior da actual República Argentina, o Chile, o Paraguai e, principalmente, as regiões mineiras do Alto Peru. Segundo Guilhermino César, nem mesmo a obtenção, pelos ingleses, do contrato de *asiento*, que lhes delegou o monopólio do comércio de negros na América espanhola, conteve o tráfico de escravos efectuado através de Sacramento²⁷. Assim, os directores do contrato não tardaram a pedir ao governador de Buenos Aires que publicasse um bando ordenando a captura dos escravos contrabandeados pelos portugueses²⁸.

Uma das poucas referências que temos sobre o número de escravos contrabandeados data do tempo em que o brigadeiro José da Silva Pais ocupou o cargo de governador interino da

Colónia do Sacramento (de 01/06/1744 a 31/05/1745), quando o mesmo introduziu uma taxa de sete mil e quinhentos réis para cada escravo vendido aos espanhóis. O tráfico foi bastante intenso, pois, em Dezembro de 1745, a taxa já havia rendido à Fazenda Real a quantia de três contos e duzentos e sessenta e dois mil e quinhentos réis, valores que revelam a venda de 435 escravos, de meados de 1744 ao fim do ano seguinte²⁹.

Além de servir como mercadoria no comércio com os espanhóis, os escravos desempenharam um importante papel como mão-de-obra em diversas actividades na Colónia do Sacramento, entre as quais a agricultura parece ter sido a principal delas. Porém, mais uma vez, as fontes poucas vezes fazem referência directa ao trabalho dos escravos, já que somente tomamos conhecimento da sua presença através dos relatos das investidas dos espanhóis. Simão Pereira de Sá informa-nos sobre a devastação que, durante o governo de Gomes Barbosa, a cavalaria espanhola causou num grupo de mercadores que supervisionavam o trabalho dos seus escravos numa lavoura situada a três léguas da praça³⁰. Silvestre Ferreira da Silva citava entre os prejuízos do sítio espanhol a perda de "quarenta e seis pretos, escravos grandes lavradores"³¹.

Junto a seus senhores portugueses, os escravos sofriam os riscos decorrentes das incursões hispano-índigenas, especialmente por ocasião das idas à campanha para a extração de couros. Nos frequentes ataques espanhóis às expedições portuguesas que se afastavam de Colónia, a fim de caçar o gado chimirrão, muitos cativos foram confiscados junto com couros e os carros que os transportavam. Segundo Pereira de Sá, nos primeiros tempos da administração de António Pedro de Vasconcelos, um alferes e dez soldados espanhóis capturaram sete carretas e quatorze escravos de propriedade de Cristóvão Pereira de Abreu. Como alguns negros escaparam e, chegando a Colónia, deram notícia do ocorrido ao seu senhor, este partiu no encalço dos espanhóis com oito homens, conseguindo reaver os seus bens após pôr em fuga os inimigos³².

Em 1727, os espanhóis tomaram aos portugueses treze carros carregados de couros, sendo que o governador de Buenos

Aires somente restituiu os sete negros que os guiavam³³. Quando, porém, a mesma situação voltou a repetir-se em 1733, com o confisco de setenta carros carregados de couro, o governador não procedeu à devolução dos escravos³⁴. A atitude das autoridades espanholas variava conforme o momento político, passando da cooperação, quando as duas Coroas estavam em harmonia, para a negação de qualquer pedido, quando as relações luso-espanholas eram marcadas pela tensão, cuja origem podia encontrar-se na política da metrópole ou mesmo na salvaguarda dos interesses dos habitantes de Buenos Aires.

Talvez por causa de tantos perigos, os portugueses fizessem grande uso de mão-de-obra escrava na extração dos couros, o que também é sinal de que esse era um negócio altamente rentável somente para os que dispusessem de cabedal suficiente para investir em escravos para a mão-de-obra necessária e em carretas, cavalos e bois para o transporte. Mas, se os escravos viviam numa área onde o medo de um ataque inimigo constituía uma preocupação quotidiana, um conflito hispano-português podia ser a desejada ocasião de fuga, caso fosse possível aproveitar a confusão do momento.

Nos períodos em que a permanente tensão afrouxava e havia uma maior colaboração entre as autoridades luso-espanholas, ficava mais difícil para os negros a resistência contra a escravidão através da fuga, como aconteceu em 1725, quando António Pedro de Vasconcelos escreveu ao rei dizendo-lhe que conseguira que o governador de Buenos Aires restituísse os escravos que haviam fugido de Colónia e foram capturados pelos espanhóis³⁵. Por vezes, a resistência atingiu um desesperado grau de violência, como aconteceu em Fevereiro de 1730, quando Bernardo e António de Freitas foram assassinados pelos seus escravos³⁶.

Além da presença marcante na agricultura e na extração e transporte de couros, o trabalho escravo foi muito utilizado nos serviços domésticos e mesmo em trabalhos especializados. Em Outubro de 1735, o governador Vasconcelos escrevia ao rei informando-o da chegada dos dois mestres curtidores negros que mandara vir de Pernambuco para trabalhar no curtume que pretendia instalar nas imediações do povoado³⁷.

Parece que os escravos condenados ao degredo em Colónia passavam para a propriedade do Estado, como aconteceu a um alfaiate negro chamado Sebastião, o qual foi alugado pelo governador ao mestre João Ribeiro e o valor do aluguer contabilizado entre as receitas da Fazenda Real na Colónia do Sacramento³⁸.

Em 1722, a população escrava de Colónia era de 204 homens e 90 mulheres³⁹; em 1726, atingia o número total de 387⁴⁰ que, em 1730, subiu para 687⁴¹. O aumento do número de escravos no decorrer dos anos relacionava-se com o constante desenvolvimento agrícola, pecuário e comercial da Colónia do Sacramento.

Durante o sítio de 1735-1737, os escravos foram armados e chamados para auxiliar os seus senhores a defender a povoação. Foi o caso dos cativos do escrivão da Fazenda Real em Colónia, Caetano do Couto Veloso que, com o seu filho e dez escravos de sua propriedade, apresentaram-se ao governador para ajudar a reconstruir a muralha. Os trabalhos estenderam-se por seis meses, durante os quais Couto Veloso ainda recebeu a incumbência de defender o baluarte da bandeira com os seus escravos armados de espingardas e chuços. Mais tarde, o mesmo foi transferido para o porto, onde continuou o serviço com *"os seus dez escravos que a todas as funções o acompanhavam, fazendo rondas e sentinelas por toda aquela parte"*⁴².

Silvestre Ferreira da Silva relacionou os negros que ajudaram a guarnecer a praça, sem identificar se eram escravos ou não. Nos baluartes de Santo António e no de São João estavam a postos *"alguns pretos de préstimo para o manejo da lança e da artilharia do dito baluarte"*. Na bateria de Santa Rita, quatro negros cuidavam da artilharia e na bateria de São Pedro de Alcântara, estão relacionados mais sete negros. Curiosamente, Ferreira da Silva omitiu a presença dos escravos na defesa da zona portuária, a qual foi encarregado de defender, referindo-se somente a *"cem homens avulsos"*, enquanto Simão Pereira de Sá escrevia que *"a mais parte da mencionada Marinha, guarnecia uma numerosa companhia de escravos a cargo de Silvestre Ferreira da Silva"*⁴⁴. Nessa companhia encontravam-se os cativos do escrivão de Colónia, pois Sá acrescentava que nela serviam

de oficiais Caetano do Couto Veloso, Pedro Lobo Botelho e Clemente da Silva Pais.

Os escravos continuavam a ter os piores serviços mesmo em tempo de guerra. Em 15 de Novembro, o governador mandou que Couto Veloso juntasse os seus homens às tropas do capitão Pedro Lobo, "*compostas de sessenta homens pretos*" para que, numa perigosa expedição, saísse do recinto fortificado para demolir o que restava das construções extramuros a fim de fornecer madeiras para a confecção de plataformas para a artilharia da praça⁴⁶. Algum tempo depois, todo o esquadrão de negros e uma parte da infantaria passaram quatro noites a tapar a brecha que o fogo inimigo, somado às chuvas constantes, havia aberto na muralha. Expostos à chuva e ao perigo de um ataque inimigo, os escravos cumpriram sua missão na defesa da praça⁴⁶.

Os espanhóis procuraram tirar vantagem da presença dos escravos entre os defensores de Colónia, oferecendo-lhes a liberdade caso desertassem e passassem para os domínios do rei Católico. O governador Vasconcelos também procurou favorecer a deserção entre as fileiras inimigas, porém não prometia nada aos escravos, dizendo que "*não disputa aos escravos a fuga do domínio de seus senhores, por ser contra a moral cristã*"⁴⁷. Ou seja, apelava-se para princípios religiosos a fim de salvaguardar a propriedade privada. Com certeza os portugueses não deixaram de se utilizar da contrapropaganda, como fizeram durante o cerco de 1705, quando o governador Veiga Cabral mandou espalhar o boato de que o governador de Buenos Aires queria reduzir toda a população sitiada à condição de prisioneiros e apoderar-se dos seus escravos, escravizando também os negros e mulatos livres⁴⁸.

A mobilização dos escravos negros para actuar na defesa das comunidades portuguesas em momentos de perigo foi bastante comum nos domínios ultramarinos, especialmente na Ásia portuguesa, onde tiveram importante participação no rechaçamento de um ataque persa em Ormuz (1622) e na defesa de Macau contra os holandeses no mesmo ano. Segundo Boxer, "*os portugueses confiavam muito mais nas qualidades guerreiras dos*

seus escravos africanos do que qualquer das outras nações colonizadoras europeias"⁴⁹. Entretanto, segundo esse mesmo autor, continuava a existir um forte preconceito racial que impedia a integração entre brancos e negros no exército, no qual, apesar de servirem lado a lado, persistia a política discriminatória. Apesar da vontade da Coroa em favorecer a integração, como na repreensão do governador Sebastião da Veiga Cabral, que havia recusado alguns recrutas por serem mulatos, a discriminação não deixava de ser institucional, pois a preferência no soldo e na promoção era sempre dada ao militar branco⁵⁰.

3.2.3. – Os Índios

Ao contrário dos escravos africanos, que eram propriedade de particulares, mas que poderiam ser postos ao serviço do bem público em situações de emergência, como durante um cerco inimigo, a mão-de-obra indígena era controlada directamente pelo governador, uma vez que a escravização dos índios era proibida pela Coroa. Requisitados aos aldeamentos da Coroa, os índios foram presença constante nas obras públicas de Colónia, principalmente na construção das fortificações⁵¹.

Desde a fundação da fortaleza, os governadores utilizaram o braço indígena como um auxiliar indispensável no desenvolvimento da Colónia do Sacramento. Jorge Soares de Macedo levava consigo duzentos índios flecheiros e arcabuzeiros, retirados dos aldeamentos paulistas, na sua malograda expedição de fundação⁵². D. Manuel Lobo levou consigo setenta e seis índios dos aldeamentos fluminenses de Cabo Frio e São Barnabé, entre homens, mulheres e crianças⁵³, aos quais depois se acrescentaram mais trinta, dos que haviam sido levados à ilha de Santa Catarina por Jorge Soares de Macedo⁵⁴.

Em 1689, ainda no governo interino do Rio de Janeiro, o futuro governador de Sacramento, D. Francisco Naper de Lencastre, enviou alguns casais de índios para o serviço da praça⁵⁵. Dois anos depois, o total dos índios e escravos em Colónia ultrapassava o

número de trezentos indivíduos, entre homens, mulheres e crianças⁶⁶. Logo no início do seu governo, em 1699, Sebastião da Veiga Cabral pediu o envio de sessenta índios do Rio de Janeiro para trabalhar na restauração das muralhas, pois considerava impossível dar início à obra só com o trabalho dos soldados que, além do serviço militar, tinham de garantir o próprio sustento. Também pesavam razões económicas, pois os soldados não fariam o serviço por menos de um tostão diário, enquanto que aos índios se costumava dar a metade desse valor.

O governador do Rio, Artur de Sá e Meneses, era favorável ao envio de índios retirados de várias povoações, desde Pernambuco até o Rio de Janeiro, para a criação de uma aldeia nas proximidades de Sacramento, onde o governador e os particulares poderiam utilizar-se dos seus serviços mediante pagamento. A Coroa aprovou a medida, mas recomendou que não fossem enviados índios de Pernambuco, devido à longa distância da viagem e também às dificuldades previstas na adaptação dos indígenas ao clima sulino. Ordenou então que as capitânicas do sul se encarregassem de prover Colónia dos índios requisitados. Porém, desta vez, quem se opôs foi Sá e Meneses, argumentando que os índios de São Paulo eram práticos no sertão e poderiam facilmente desertar e voltar para casa. Então a Coroa ordenou ao governador-geral para que enviasse alguns índios da Bahia, mas em 1702, desistiu desse projecto⁶⁷.

Como as demoradas consultas entre a Coroa e os governadores não levaram a nenhum resultado positivo, o governador Sebastião da Veiga Cabral queixou-se de que dos sessenta índios pedidos ao governador do Rio de Janeiro só lhe foram enviados seis, os quais, por sua vez, acabaram fugindo por não terem sido acompanhados pelas suas mulheres ao estabelecimento platino⁶⁸. É de se ressaltar que as frequentes requisições de indígenas para os serviços pessoais, expedições e o envio de considerável número de índios para as minas acabou por exaurir muitos aldeamentos, tomando a mão-de-obra indígena cada vez mais difícil de ser agrupada⁶⁹.

Na reconstrução de Sacramento, voltou-se a utilizar a mão-de-obra indígena. Numa carta escrita em Janeiro de 1718, o

governador Manuel Gomes Barbosa informava à Coroa de que devia um ano de soldo aos vinte índios empregados no serviço real. Como os demais habitantes de Colónia na mesma época, os indígenas viviam então com dificuldade, pois o governador explicava que dos vinte, "*sempre se acham seis [ou] sete doentes, e todos andam nus*"⁷⁰. Alguns meses depois, devem ter chegado mais alguns índios, pois em Abril, Gomes Barbosa fez referência a trinta e dois "*índios que se acham nesta Colónia para o trabalho*"⁷¹.

O seu sucessor, António Pedro de Vasconcelos, voltou a pedir a vinda de casais de índios de Pernambuco à Coroa, em 1722, para que trabalhassem nas obras das fortificações e ajudassem a repelir os ataques dos índios missionários⁷². Nesse ano, a população indígena de Colónia era composta de 45 homens e 16 mulheres⁷³. Embora não tenhamos notícia do embarque de um grande número de indígenas da costa brasileira para a Colónia do Sacramento, tudo indica que era contínuo o envio de pequenos grupos para o pequeno estabelecimento português às margens do Prata.

São poucas as referências aos aldeamentos de onde provinham os índios enviados para Sacramento. Tudo leva a crer que, na maioria das vezes, eram recrutados nas capitânicas do Rio de Janeiro e São Paulo. Em 1724, o governador do Rio fazia referência a seis índios que mandara embarcar para Colónia⁷⁴. No ano seguinte, um bando do governador de São Paulo ameaçava as índias que "*procuraram ficar desembaraçadas por viverem em escândalo com o degredo em Colónia, castigo a que também estaria sujeita toda aquela pessoa que as desinquietar, e concorrer para semelhante efeito*"⁷⁵.

Em 1730, continuam as referências acerca do trabalho dos índios, pois, nessa data, o governador Vasconcelos escrevia ao rei sobre a necessidade de reparar as fortificações, tarefa que seria facilitada pelo baixo preço dos materiais e pela presença de mão-de-obra constituída por um engenheiro, pelo Terço de infantaria e muitos índios⁷⁶. No ano seguinte, o padre Diogo Soares insistia sobre o assunto, informado à Coroa que a reconstrução da muralha seria de pouca despesa para a Fazenda Real, já que,

além da abundância de pedra e cal, a mão-de-obra indígena era muito barata⁶⁷.

Apesar da legislação portuguesa proibir a imposição do trabalho escravo aos indígenas, obrigando a quem se utilizasse dos seus serviços o pagamento de um salário, isso raramente acontecia. No caso específico da Colônia do Sacramento, onde a mão-de-obra indígena era essencialmente utilizada pelos governadores nas obras públicas, os índios eram sempre os últimos a receber seus salários. Logo depois da sua posse, Vasconcelos empenhou-se em garantir o pagamento dos soldos atrasados da guarnição, pagando todos os meses, três dos atrasados. Contudo, os índios não foram incluídos no esforço do governador, pois em 1724, pagaram-se 15 meses de salários em atraso e, em 1726, mais 19⁷⁰. Evidências indicam que a situação dos indígenas não era muito diversa da dos escravos africanos, pois também podiam ser "alugados" por determinado tempo a particulares, como de facto ocorreu em Julho de 1729. Nessa ocasião, o valor pago pelos seus serviços reverteu para a Fazenda Real e não para os trabalhadores⁶⁹.

A exemplo dos soldados, a principal forma de resistência dos índios ao trabalho forçado era a fuga. Por vezes tentou-se apelar à Coroa com a ajuda dos jesuítas, como aconteceu já nos primeiros tempos do estabelecimento dos portugueses no Rio da Prata, quando, através do padre jesuíta Luís de Andrade, os índios queixaram-se das duras condições de vida a que estavam submetidos. Por sua vez, o governador alegou que os indígenas não tinham motivo de queixa, pois o mesmo os assistia regularmente com alimentos e vestuário e, quando não havia provisões suficientes no armazém, oferecia-lhes dinheiro para que comprassem o que necessitassem. Alegação esta que contraria as repetidas informações que o próprio Manuel Gomes Barbosa continuamente enviava à Coroa sobre a dificuldade de receber suprimentos e dinheiro do Rio de Janeiro, situação que dificultou o desenvolvimento de Colônia durante sua administração.

Por sua vez, Gomes Barbosa acusou o padre Luís de não cumprir sua obrigação de "evitar as fugas e desordens que podem haver", pois, conhecendo um plano de fuga elaborado pelos

índios, não avisou o caso ao governador. Contudo, depois de cinco dias de buscas, um destacamento militar trouxe os fugitivos à praça, onde foram postos em grilhões. Pouco depois, uma nova tentativa de fuga, protagonizada por seis índios, foi bem sucedida⁷⁰.

Não era fácil encontrar os indígenas que fugiam, internando-se na campanha. Em 1728, um destacamento de cinco soldados procurou durante vinte dias os quatro índios tapes que fugiram do serviço nas obras reais. Se a procura não deu o resultado previsto, um índio que havia desertado há mais tempo teve a má sorte de ser encontrado pela patrulha, que assim evitou voltar à praça de mãos vazias⁷¹.

NOTAS

- ¹ D. Francisco Naper de Lencastre ao rei, 30 de Maio de 1690, in Luís Ferrand de Almeida, *A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil*, p. 524.
- ² Maria H. Ochi Flexor, "Núcleos urbanos planeados do século XVIII e a estratégia de civilização dos índios do Brasil", in Maria B. Nizza da Silva, *Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz*, pp. 79-88.
- ³ Certidão do escrivão da Fazenda Real de Colônia. 22 de Junho de 1731, in AHU, *Rio de Janeiro*, cx. 30, doc. 7.005.
- ⁴ Requerimento de Beatriz Furtado de Mendonça (1731), in AHU, *Rio de Janeiro*, cx. 30, doc. 7.004.
- ⁵ Vahia Monteiro a Vasconcelos, 13 de Fevereiro de 1732, in ANRJ, cód. 83, vol. 4, fl. 85.
- ⁶ Vahia Monteiro a Vasconcelos, 29 de Agosto de 1732, in ANRJ, cód. 83, vol. 4, fls. 104v-105.
- ⁷ Jonathas da Costa Rego Monteiro, *op. cit.*, pp. 201-202.
- ⁸ C. R. Boxer, *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica*, p. 33.
- ⁹ Laura de Mello e Souza, *Desclassificados do Ouro*, p. 157.
- ¹⁰ Certificado do padre António do Vale sobre a inocência do governador Manuel Gomes Barbosa, 5 de Dezembro de 1719, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 1, doc. 58.
- ¹¹ Gomes Barbosa ao rei, 15 de Dezembro de 1718, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 1, doc. 40.
- ¹² Aníbal M. Riveros Tula, *op. cit.*, p. 164.
- ¹³ Juan Villegas, "La Evangelización en Uruguay", in CEHILA, *Historia General de la Iglesia en el Cono Sur*, vol. 9, p. 66.
- ¹⁴ Leilia Mezan Algrantí, *Honradas e Devotas: Mulheres na Colônia*, pp. 62-72.
- ¹⁵ Vasconcelos ao rei, 27 de Agosto de 1734, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 3, doc. 291.

- ¹⁰ Aníbal M. Riveros Tula, *op. cit.*, p. 181.
- ¹⁷ Vasconcelos ao rei, 18 de Agosto de 1733, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 3, doc. 266.
- ¹⁹ Consulta do Conselho Ultramarino de 22 de Fevereiro de 1726, in IHGB, Arq. 1.1.21, ff. 351v.-352v
- ¹⁰ Simão Pereira de Sá, *op. cit.*, p. 117.
- ²⁰ Este era o seu nome, segundo Simão Pereira de Sá, *op. cit.*, p. 107.
- ²¹ Manuel de Barros Guedes Madureira a Martinho de Mendonça, 11 de Março de 1737, ANTT, *Manuscritos do Brasil*, livro I, fls. 108-109v.
- ²² C. R. Boxer, *op. cit.*, pp. 100-101.
- ²³ Declaração do soldado Fernando António de la Fuente, 11 de Fevereiro de 1680, in *Campaña del Brasil*, tomo 1, p. 134.
- ²⁴ D. Francisco Naper de Lencastre ao rei, 6 de Dezembro de 1691, in Luis Enríque Azarola Gil, *La Epopeya de Manuel Lobo*, pp. 201-204.
- ²⁵ Sérgio R. Villalobos, *Comércio y Contrabando en el Río de la Plata y Chile*, pp. 32.
- ²⁶ Gaetano Cattaneo a seu irmão, 20 de Abril de 1730, in Lodovico A. Muratori, *Il Cristianesimo Felice nelle Missioni de Padri della Compagnia di Gesù nel Paraguai*, p. 171.
- ²⁷ Guilhermino Cesar, *O Contrabando no Sul do Brasil*, pp. 19-21.
- ²⁸ Elena F. S. Studer, *La Trata de Negros en el Río de la Plata*, p. 226.
- ²⁹ Walter F. Piazza, *O Brigadeiro José da Silva Paes, Estruturador do Brasil Meridional*, p. 106.
- ³⁰ Simão Pereira de Sá, *op. cit.*, pp. 55-56.
- ³¹ Silvestre Ferreira da Silva, *op. cit.*, p. 106.
- ³² Simão Pereira de Sá, *op. cit.*, p. 57.
- ³³ Consulta do Conselho Ultramarino de 07 de Fevereiro de 1728, in IHGB, Arq. 1.1.26, ff. 41.
- ³⁴ Consulta do Conselho Ultramarino de 05 de Setembro de 1733, in IHGB, Arq. 1.1.26, fls. 195-195v.
- ³⁵ Consulta do Conselho Ultramarino de 25 de Janeiro de 1726, in IHGB, Arq. 1.1.21, ff. 346v.
- ³⁶ Aníbal M. Riveros I, *op. cit.*, p. 184. Infelizmente o autor não dá maiores detalhes do ocorrido e não faz referência alguma à fonte que pesquisou.
- ³⁷ Vasconcelos ao rei, 27 de Fevereiro de 1735, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 3, doc. 303.
- ³⁸ Vasconcelos ao rei, 18 de fevereiro de 1734, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 3, doc. 277.
- ³⁹ "Mapa geral..." 24 de Outubro de 1722, in Mapoteca do AHEx, S-RS-07.05.1627.
- ⁴⁰ Vasconcelos ao rei, 13 de Maio de 1726, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 2, doc. 165.
- ⁴¹ Vasconcelos ao rei, 5 de Abril de 1730, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 2, doc. 220.
- ⁴² "Certificados referentes a los servicios y méritos funcionales de Caetano de Couto Vellozo..." in ARC. Reg.217, 38 T5, doc. 3, ff.23.
- ⁴³ Silvestre Ferreira da Silva, *op. cit.*, pp. 51-66.
- ⁴⁴ Simão Pereira de Sá, *op. cit.*, p. 79.
- ⁴⁵ "Certificados referentes a los servicios y méritos funcionales de Caetano de Couto Vellozo..." in ARC. Reg. 217, 38 T5, doc. 3, f.27.
- ⁴⁶ "Certificados referentes a los servicios y méritos funcionales de Caetano de Couto Vellozo..." in ARC. Reg. 217, 38 T5, doc.3, f.29.
- ⁴⁷ Silvestre Ferreira da Silva, *op. cit.*, pp. 72-75.
- ⁴⁸ "Relactón del sitio, toma y desalojo de la Colónia..." Lima, 1705, in *RIHGU*, tomo VI, p. 205.

- ⁴⁹ C. R. Boxer, *O Império Colonial Português*, p. 288.
- ⁵⁰ C. R. Boxer, *O Império Colonial Português*, p. 297.
- ⁵¹ A mão-de-obra indígena também era frequentemente requisitada pelos governadores de Buenos Aires para trabalhar nas obras de fortificação da cidade. Cf. Eduardo Neumann, *O Trabalho Guarani Missioneiro no Rio da Prata Colonial*, pp. 113-145.
- ⁵² Afonso de E. Taunay, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, tomo IV, p. 155.
- ⁵³ Jorge Soares de Macedo ao governador Duarte Teixeira Chaves. 6 de Março de 1683, in: Luís Ferrand de Almeida, *A Diplomacia Portuguesa...* *op. cit.*, p. 486.
- ⁵⁴ Luís Ferrand de Almeida, *A Colónia do Sacramento...* *op. cit.*, p. 297.
- ⁵⁵ Luís Ferrand de Almeida, *A Diplomacia Portuguesa...* *op. cit.*, pp. 246 e 251.
- ⁵⁶ Luís Ferrand de Almeida, "Casais e Lavradores...", *op. cit.*, p. 25.
- ⁵⁷ Luís Ferrand de Almeida, *A Colónia do Sacramento...* *op. cit.*, pp. 63-64.
- ⁵⁸ Carta régia a Sebastião da Veiga Cabral, 22 de Outubro de 1699. in Luís Ferrand de Almeida, *A Diplomacia Portuguesa...* *op. cit.*, p. 560.
- ⁵⁹ Pasquale Petrone, *Aldoamentos Paulistas*, pp. 185-189
- ⁶⁰ Gomes Barbosa ao rei, 6 de Janeiro de 1718, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 1, doc. 38.
- ⁶¹ Mapa do terço da Colónia do Sacramento, 16 de Abril de 1718, in: *DH*, vol. LXX3, p. 33.
- ⁶² Consulta do Conselho Ultramarino de 8 de Junho de 1723 in IHGB, Arq. 1.1.21, S. 173-178.
- ⁶³ "Mapa geral..." 24 de Outubro de 1722, in Mapoteca do AHEx, S-RS-07.05.1627.
- ⁶⁴ Portaria de Aires de Saldanha, 25 de Outubro de 1724, in *ANRJ*, cód. 60, vol. 14, fls. 81v.-82.
- ⁶⁵ Bando de Rodrigo César de Meneses, 17 de Março de 1725, in *DI*, vol. XIII, pp. 56-57.
- ⁶⁶ Consulta do Conselho Ultramarino de 2 de Março de 1732, in *IHGB*, Arq. 1.1.26, fls. 147v.-151.
- ⁶⁷ Diogo Soares ao rei, 27 de Junho de 1731, in Jonathas C. Rego Monteiro, *op. cit.*, vol. 2, p. 81.
- ⁶⁸ Vasconcelos ao rei, 4 de Junho de 1727, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 2, doc. 177.
- ⁶⁹ Vasconcelos ao rei, 29 de Julho de 1729, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 2, doc., 215.
- ⁷⁰ Gomes Barbosa ao rei, 27 de Dezembro de 1719, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 1, doc. 60.
- ⁷¹ Consulta do Conselho Ultramarino de 21 de Fevereiro de 1736, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 39, doc. 9061.

3.3. – UM CLERO ENGAJADO

Como nas demais povoações portuguesas, era muito importante a presença do clero na Colónia do Sacramento. O clero em Colónia desempenhava diferentes funções, como: sacralizar a hierarquização da sociedade através das irmandades, velar pela manutenção da ordem interna, apelando para a religião, e cristianizar os indígenas. O clero estava dividido em secular, representado pelo pároco e seu coadjutor, e pelo regular, representado pelos jesuítas e franciscanos.

3.3.1. – O Clero Secular

Pelos direitos do Padroado, cabia ao rei nomear os párocos, não cabendo aos bispos mais do que a colação e confirmação dos clérigos apresentados pelo monarca. Entretanto, na maioria das vezes, o rei concedia esse privilégio aos bispos. Geralmente, quando vagava uma paróquia, adoptava-se o seguinte procedimento: criava-se um concurso público, sendo que, entre os aprovados, o que fosse julgado mais digno, tanto em idoneidade como em doutrina, era escolhido pelo bispo para que recebesse do rei a carta de apresentação. Depois da recomendação régia, o clérigo era confirmado e instituído no benefício paroquial¹.

O maior privilégio auferido pela Coroa através do regime do Padroado era a concessão do direito de recolhimento dos dízimos eclesiásticos ao rei, que, por sua vez, se obrigava a sustentar a Igreja nos seus domínios através da construção de igrejas e conventos, assim como a garantir o pagamento do salário dos

eclesiásticos, conhecido como “côngrua”. Além da côngrua, a Coroa deveria pagar a “ordinária”, como era chamada a contribuição para as despesas da manutenção do culto: farinha para hóstias, vinho para a missa, azeite para a lâmpada do Santíssimo e velas. Tanto o valor das côngruas como as quotas das ordinárias, que aos poucos foram sendo substituídas por pagamento em dinheiro, variavam de paróquia para paróquia, conforme a importância ou privilégios reais adquiridos pela mesma².

Circunstâncias específicas, como a grande distância existente entre a Colónia do Sacramento e os demais centros de colonização da América portuguesa, somadas ao perigo constante representado pelos frequentes conflitos com os espanhóis, possibilitaram que alguns clérigos justificassem o pedido de aumento dos seus salários. Em 5 de Dezembro de 1694 o bispo do Rio de Janeiro criou a freguesia do Santíssimo Sacramento da Nova Colónia, mas, somente dois anos após, foi ajustado o valor da côngrua do primeiro pároco nomeado para Sacramento, padre Manuel Ribeiro de Oliveira. O deão do Rio de Janeiro, governador do bispado, sugeriu a quantia de 150\$000 ao provedor da Fazenda Real, sob o argumento de que a paróquia de Colónia era muito distante e o custo de vida lá era muito alto. Embora, a princípio, o provedor não quisesse autorizar um pagamento superior a 50\$000 de côngrua e 23\$000 de ordinárias, que eram os valores correntes no bispado do Rio, acabou por autorizar que o novo pároco recebesse 100\$000 anuais³.

A Coroa não descuidou em nomear um pároco durante os preparativos para a restauração de Colónia. Em setembro de 1716, D. João V escreveu ao provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro para que ele pagasse a côngrua ordinária, que se dava aos demais párocos da diocese carioca, ao padre que fosse nomeado pelo bispo para a paróquia a ser criada na Colónia do Sacramento⁴. Embora Ríveros Tuia afirme que, junto com o governador Manuel Gomes Barbosa, seguiu o padre Manuel Soeiro de Moraes com o título de pároco⁵, não encontramos documentos que comprovem o facto. Somente localizamos a consulta do Conselho Ultramarino pela qual este organismo julgou conveniente que o rei aceitasse o pedido feito pelo padre Soeiro para assumir o cargo de pároco de

Colônia. A circunstância de ser doutor em Teologia e ser originário da província de Trás-os-Montes, como a maioria dos emigrantes que deveriam seguir para o Rio da Prata, pesou na aprovação do seu pedido pelo conselho⁶. Sabemos, entretanto, que, em 1720, o vigário era o padre Manuel Marques⁷.

Em 1722, o vigário era o padre José de Pina, que recebia 6.160 réis mensais, enquanto o sacristão Francisco dos Reis recebia 1.200. Já o capelão-mor da infantaria, padre frei José do Espírito Santo, tinha o soldo de 5.000 mil réis mensais, enquanto o capelão da cavalaria, padre frei João de Santa Tereza, recebia 3.500⁸. Dois anos depois, o governador Vasconcelos informava a Coroa sobre o requerimento que o vigário lhe havia feito, para que o mesmo lhe providenciasse uma ração de farinha e uma casa onde morar. O procurador da Fazenda Real achou justo o pedido do vigário para a construção de uma casa paroquial, mas opôs-se à entrega de uma ração de farinha, alegando que *"o sustento o devem [os padres] tirar das suas cõngruas que para isso se lhes assinam, e se o Cabido lha prometeu a ele deve só o Vigário Geral pedir"*. O Conselho Ultramarino também concordou com a construção da casa paroquial, mas fez a ressalva de que, embora a construção devesse ser paga pela Fazenda Real, a sua conservação deveria ser feita pelo vigário e pelos seus sucessores na paróquia de Sacramento. Acrescentava ainda *"que esta graça não fará exemplo para os mais párocos, que há nas outras Igrejas das Conquistas, porque isto se manda executar por assistir o dito pároco em um presídio fechado, aonde se lhe não considera que terá tanta conveniência, como logram os outros"*.

Em 1725, tendo em vista o aumento da população de Colônia, D. João V fez emitir um alvará no qual criava o cargo de coadjutor da paróquia de Sacramento, o qual seria provido pelo bispo do Rio de Janeiro e receberia da Fazenda Real a cõngrua de cem mil réis anuais⁹. Contudo, apesar do alvará, o padre José de Sá, que foi coadjutor da paróquia de Sacramento de 1726 a 1727, teve que recorrer à Coroa para receber os salários atrasados, já que a provedoria da Fazenda Real do Rio de Janeiro se negava a lhe pagar, alegando a falta de ordem para proceder ao pagamento¹⁰.

Ainda no mesmo ano, o rei nomeou como novo vigário o padre Manuel Pimentel Rodovalho¹², que foi o primeiro pároco colado¹³ de Sacramento. O padre Rodovalho foi apresentado e confirmado em 1733. Deveria receber a cõngrua de 200\$000, enquanto o coadjutor receberia 100\$000 e o sacristão 15\$000¹⁴. Simão Pereira de Sá informa-nos que o padre Rodovalho enfrentou vários concorrentes no concurso realizado para preencher a vaga de pároco colado de Sacramento, indicando ainda que o grande número de candidatos ligava-se ao elevado valor da cõngrua¹⁵.

A situação de Colônia como praça fronteiriça com os domínios espanhóis não favoreceu somente os vigários, que conseguiram garantir aumentos substanciais nos seus salários. Em 1726, Vasconcelos escreveu à Coroa sobre a necessidade de se aumentar a igreja matriz de Colônia, onde nas principais festas do ano só encontravam lugar as primeiras cento e cinquenta pessoas. Mas, se no ano seguinte chegaram as plantas da nova igreja, a construção demorou muito para começar, pois em 1730 o governador voltava a insistir no assunto, dizendo que, devido ao crescimento da população, era preciso aumentar o edifício em vinte e seis palmos de comprimento, metade deles pela parte da capela-mor e a outra metade pelo lado da porta principal, reforma cujos custos orçava de três a quatro mil cruzados. Desaconselhava alterar a largura da igreja, por precisar de novo madeiramento, já que acreditava não poder aproveitar o antigo. Caso as reformas fossem autorizadas, pretendia deslocar o corpo da guarda, que então se localizava perto da porta principal, *"fazendo perturbação aos sacerdotes, quando estão no altar, o sussurro dos soldados"*. Insistindo na sua política de impedir o aumento das despesas da manutenção das colônias, D. João V deu a sua aprovação às reformas propostas por Vasconcelos, reiterando que, *"quanto à igreja e fortificação, se evitem despesas supérfluas e se façam somente as precisas"*¹⁶.

Em Abril de 1733 o governador Vasconcelos informava à Coroa ter dado início às obras da igreja matriz em Setembro passado, sendo que em Março último só faltavam os acabamentos finais, que incluíam a tribuna, a sacristia, reboco, o forro e as

portas. Decidira aumentar a largura do edifício, que tinha no total quarenta e oito palmos de largura e cento e cinquenta e um de comprimento, assemelhando-se por sua arquitectura à igreja de Nossa Senhora da Encarnação, da freguesia do Alecrim, em Lisboa. Além dos pedreiros, que recebiam sete tostões e meio por dia, contribuía com o seu trabalho os soldados da guarnição durante quatro horas diárias, duas pela manhã e duas à tarde. A população civil, por sua vez, colaborou com a doação de pedras, materiais e trabalho voluntário¹⁷.

Em Abril de 1734, informava ao rei que, apesar da falta de trabalhadores devido à carência de recursos, continuavam as obras na matriz. Tendo em vista a proximidade da quaresma, pretendia que se concluíssem logo os trabalhos no forro e no reboço das paredes internas¹⁸. Porém, uma vez terminada a igreja, o vigário encaminhou um pedido a Lisboa para que lhe remetessem novos ornamentos para o templo, já que os antigos não estavam mais em condições de uso. O pedido do padre Rodvalho recebeu o apoio de dois membros do Conselho Ultramarino, que alegaram que *"àquela praça passam muitas vezes os espanhóis, e ser justo verem a igreja dela tratada com toda a decência, e não menos paramentada do que as suas igrejas"*¹⁹.

Além da igreja matriz, Colónia contava com a Igreja do colégio dos jesuítas e com as capelas de Santa Rita e São Pedro de Alcântara. Fora da praça, os franciscanos prestavam serviço religioso aos casais que viviam nas proximidades da quinta de Santo António e da capela da Conceição.

3.3.2. – Os Jesuítas

Como regra geral nos domínios portugueses até o período pombalino, os jesuítas eram os religiosos mais influentes e poderosos em Colónia, aonde os primeiros chegaram com a expedição de D. Manuel Lobo. Já em 1715, D. João V enviara uma carta régia ao governador do Rio de Janeiro para que ele providenciasse dois jesuítas para seguirem junto com a expedição

encarregada de retomar a posse do território de Sacramento, a fim de administrar os sacramentos aos soldados. O rei justificava a sua decisão ao ressaltar que os jesuítas sempre estiveram presentes na história de Sacramento, assim como pelo facto de se destacarem *"pela diferença que fazem aos outros religiosos pelo fervor e espírito com que se hão nas suas doutrinas"*. Porém, também contava na escolha dos jesuítas uma decisão política, pois o rei pensava que os jesuítas teriam mais facilidade em tratar com os indígenas, ao mesmo tempo em que contava que mantivessem boas relações com seus colegas espanhóis, *"que naqueles distritos são tão poderosos, e dominam os ditos índios, sendo este o meio de se ajudarem as conveniências da dita Colónia"*²⁰.

Quando o governador Manuel Gomes Barbosa chegou ao Prata para receber dos espanhóis o território de Colónia, vinha acompanhado de dois jesuítas. Às dificuldades dos primeiros anos, não se furtaram os padres da Companhia de Jesus. No entanto, não demorou para que os religiosos reclamassem que a cõgrua de setenta mil réis que recebiam do Rio de Janeiro era insuficiente para manterem a si e aos dois assistentes no novo estabelecimento. Além do pagamento, recebiam, então, uma ração que consistia em porções medidas de farinha de mandioca, azeite, sal, feijão e arroz²¹.

Em 1717, foi reconstruída a residência dos padres da Companhia de Jesus na Colónia do Sacramento, que recebeu o nome de São Francisco Xavier²². Além dos subsídios oficiais, a residência dos jesuítas contava com recursos colectados ou doados por particulares que, contudo, ainda eram insuficientes para responder aos gastos da mesma. Em 1722, o governador informou que os dois jesuítas residentes em Colónia eram poucos para o serviço, sendo necessário no mínimo quatro padres, um leigo para cuidar da residência e três pregarem e confessarem. Não deixava também de pedir um aumento das suas cõgruas²³.

O Conselho Ultramarino aprovou o pedido, acrescentando que um dos religiosos deveria, obrigatoriamente, ensinar a ler e escrever aos filhos dos moradores, enquanto outro deveria encarregar-se do ensino de latim²⁴. A resolução foi aprovada pelo rei no

ano seguinte, quando escreveu ao provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro, ordenando-lhe que pagasse sessenta mil réis de cômputo anual a cada um dos jesuítas que já se encontravam em Colônia, assim como aos outros dois que deveriam seguir para o mesmo destino²⁵, aos quais o governador do Rio ordenou que se dessem mais quarenta mil réis a cada um para que pagassem a sua passagem a Colônia²⁶.

A chegada de novos padres, em Outubro de 1724, obrigou o governador a ordenar a ampliação da residência dos jesuítas. A Fazenda Real contribuiu com o salário dos pedreiros e com telhas e pedras, enquanto a província jesuítica do Rio de Janeiro forneceu as madeiras necessárias para a construção. Uma das salas da parte nova do edifício foi destinada a servir de escola para os meninos²⁷.

No ano seguinte, o rei pediu informações sobre o trabalho dos jesuítas em Colônia e se o governador achava necessário aumentar o seu número, tendo em vista o aldeamento dos minuanos. Vasconcelos louvou o trabalho dos jesuítas na povoação, para a qual julgava que o número de quatro religiosos era suficiente, desestimulando o envio de mais padres para a conversão dos índios, na qual não acreditava. Para o governador, o principal obstáculo naquele momento era a indefinição da questão do território com os espanhóis, já que os minuanos não impediam a presença portuguesa na região, pois se internavam cada vez mais na campanha em busca do gado chimarrão²⁸.

A carta anual de 1728, descreve as actividades exercidas pelos jesuítas na Residência de Colônia: *"Escola para ensinar os rudimentos, as letras, e os bons costumes. Faz-se a catequese dos escravos e dos índios. Prega-se aos soldados para os conter nos seus deveres de cristãos, tanto na nossa igreja como na matriz, propondo-lhes a observância dos Mandamentos"*²⁹.

Se, na Colônia do Sacramento, os jesuítas não entraram em conflito com os colonos, como frequentemente ocorria na América portuguesa, era porque lá não houve disputa pela mão-de-obra indígena. Porém, entraram em conflito com os militares nas vezes em que actuaram na defesa dos soldados contra o abuso de poder por parte dos seus superiores. O governador

Manuel Gomes Barbosa queixou-se ao rei de que *"tinham espalhado os padres da Companhia que Vossa Majestade não quer que se poleie ninguém"*. Barbosa ficou irritado com a intromissão dos jesuítas e não deixou de alertar a Coroa de que *"onde não havia castigo não havia obediência"*³⁰.

Ao falar da presença dos jesuítas na Colônia do Sacramento, não podemos esquecer de comentar a passagem dos chamados "padres matemáticos" pelo povoado. A missão dos jesuítas Diogo Soares e Domingo Capassi consistia em elaborar mapas da América portuguesa que possibilitassem um maior conhecimento sobre o território, com a finalidade de se melhorar a exploração dos recursos e aumentar a eficácia da administração civil e eclesiástica, assim como se prevenir contra as pretensões de outras nações colonizadoras. A fim de cumprir estes objectivos, os mapas a serem feitos não deveriam limitar-se a representar o litoral, mas dar especial atenção às terras do sertão.

Os padres chegaram ao Rio de Janeiro em Fevereiro de 1730 e, ainda em Outubro do mesmo ano, deslocaram-se para Sacramento. É de se salientar que a sua ida ao Rio da Prata não havia sido ordenada pela Coroa, pois respondiam aos pedidos feitos nesse sentido pelos governadores do Rio e de Colônia. O padre Soares nos deixou três mapas importantes: "O Grande Rio da Prata na América Portuguesa e Austral", a "Carta Topográfica da Nova Colônia e Cidade do Sacramento no Grande Rio da Prata" e o "Mapa Topográfico da Barra, dos Baixos, das Ilhas e Praias do Porto da Nova Colônia dos Portugueses"³¹. O padre Capassi não deixou nenhuma contribuição para a cartografia da Colônia do Sacramento porque logo voltou ao Rio de Janeiro, após desentender-se com seu colega. Porém, ao passar por Montevideu não deixou de observar as suas fortificações, as quais julgou mais defensáveis que as de Sacramento³².

3.3.3. – Os Franciscanos

Os franciscanos estabeleceram-se em Sacramento a convite do governador Francisco Naper de Lencastre que, em 1697, escreveu ao provincial franciscano do Rio de Janeiro, pedindo-lhe o envio de religiosos para Colónia. Para a residência dos frades, oferecia uma quinta não muito distante da fortaleza que, segundo o doador, possuía duas fontes, abundância de pastos, pomar, vinhas e duas casas de madeira e tijolos cobertas de telhas. Adiantava que já havia colhido mil e seiscentos alqueires de trigo das terras próximas à quinta, sendo que, para o garantir o sustento dos religiosos, doava ainda duzentas vacas, quatrocentas ovelhas e uma quantidade não especificada de porcos, coelhos, pombas, bois e carroças³⁹.

Chamou-se a essa chácara, Quinta de Santo António e com ela ocupou-se o capítulo de 22 de Janeiro de 1701, que estabeleceu que os religiosos mandados para Colónia fossem substituídos de três em três anos e que seu visitador fosse o religioso capelão que acompanhasse a nau de Sua Majestade. Contudo, os franciscanos desfrutaram da sua quinta por pouco tempo, em virtude do ataque espanhol, desencadeado em 1704. No ano seguinte os portugueses abandonaram Colónia rumo ao Rio de Janeiro.

Com a volta dos portugueses a Sacramento, em 1716, renovaram-se os pedidos de envio de religiosos ao provincial dos franciscanos. Entretanto, esses pedidos não foram rapidamente atendidos em razão de problemas internos da Ordem no seu convento do Rio de Janeiro. Em 1727, o governador António Pedro de Vasconcelos deu início aos preparativos para a volta dos franciscanos a Colónia, encarregando o capitão Leonel da Gama Belas de reparar as ruínas da quinta de Santo António e dar início a plantações. Pedia então a vinda de quatro frades para prestar assistência religiosa aos moradores dos arredores, bem como aos espanhóis que *“descuidados dos ofícios divinos andam no campo passando-se 4 a 5 anos, sem que no decurso deles mostrem serem filhos da igreja”*³⁴. Provavelmente referia-se aos gaúchos que Rodríguez Molas descreveu como *“em geral*

*amancebados e supersticiosos, inimigos das obrigações regulares e periódicas do culto católico”*³⁵.

Porém, em lugar dos quatro religiosos solicitados, o provincial enviou a Sacramento somente dois frades: Manuel de Santa Ana, sacerdote e pregador, natural de Colónia, e Francisco de Porciúncula, irmão leigo. Os dois religiosos, encarregados pelo provincial de reerguer o recolhimento franciscano de Colónia, partiram do Rio de Janeiro em Novembro de 1728³⁶. Contudo, como o pedido da reinstalação dos franciscanos ainda não havia sido oficialmente autorizado pela Coroa, o governador Vahia Monteiro ordenou a Vasconcelos, em 4 de Fevereiro de 1729, que impedisse os frades de edificar qualquer coisa, obrigando-os a retomar ao Rio de Janeiro imediatamente *“porque eles não farão nessa Colónia outra coisa mais que perturbá-la, como têm feito nesta capitania e na de São Paulo onde actualmente continuam públicos escândalos”*³⁷.

A situação embaraçosa foi resolvida pela ordem régia de 31 de Março de 1729, pela qual D. João V comunicou ao governador Vasconcelos que daria ordens ao provincial para mandar três religiosos de missa e um irmão leigo, os quais deveriam receber anualmente a quantia de 40\$000. A princípio, os religiosos estabeleceram-se na antiga quinta de Santo António, mas, dois anos após a sua chegada, iniciaram negociações com o objectivo de se transferirem para as proximidades da capela da Conceição, situada próximo dos muros da fortaleza, num lugar chamado “Alto dos Casais do Norte”. Provavelmente os religiosos procuravam garantir a sua segurança no caso de um súbito ataque espanhol.

A capela da Conceição foi construída por Domingos Martins Feijó, que a doou aos franciscanos em 08 de Maio de 1730. Além da capela e das casas próximas, o benfeitor comprometeu-se a doar anualmente aos franciscanos a quantia de 24\$000. Como contrapartida às doações feitas, Feijó determinou que, por todo o tempo em que os religiosos recebessem a pensão monetária, seria aceite na Ordem como irmão leigo, caso o desejasse. Também exigiu que todos os sábados se rezasse uma missa em seu nome, acompanhada de ladainhas e, após a sua morte, lhe enterrassem ao pé dos degraus do altar-mor. Quanto à capela,

estabeleceu que a sua doação seria nula, caso os religiosos decidissem construir uma capela noutra lugar³⁸.

Feijó também escreveu ao rei, pedindo-lhe o envio de quatro religiosos do Reino. Porém enfrentou a oposição do governador, que achou injurioso para a província franciscana de Nossa Senhora da Imaculada Conceição do Rio de Janeiro o pedido de religiosos reinóis, argumentando que no *"procedimento dos quatro religiosos que o provincial mandou não consta que hajam manchado o hábito do Santo Patriarca com alguma nódoa de relaxação"*³⁹. Domingos Martins Feijó ainda tentou obter do rei a aplicação dos recursos do dízimo arrecadado sobre a produção agrícola que não incluía o cultivo de cereais, conhecido pelo nome de "São Joaneira", nas obras da capela da Conceição. Contudo, o governador Vasconcelos também se manifestou contra essa pretensão, alegando que, embora o rendimento da São Joaneira não desse origem a uma soma de vulto, variando conforme os resultados das colheitas, ainda assim julgava que renderia mais do que os valores necessários para as obras da capela. Segundo o governador, bastava para tanto a aplicação de trinta mil cruzados ao ano, já que o pároco também requeria recursos para comprar ornamentos para a matriz⁴⁰.

Nota-se que a doação não era de modo algum desinteressada, pois, através dela, Feijó obteve uma série de privilégios que, com certeza, aumentaram muito o seu prestígio social entre os habitantes da Colônia do Sacramento. Se por motivos puramente religiosos, por interesse de ascensão social ou mesmo pelos dois motivos, Feijó propôs-se a fazer uma generosa doação, para os franciscanos ela representou uma bênção, pois os mesmos há muito não recebiam a cônica anual de quarenta mil réis que lhes fora concedida pela Coroa, já que na concessão não se mencionara quem deveria pagar-lhes. Foi preciso que o procurador-geral da província franciscana da Conceição escrevesse à Coroa para que o rei, em 1732, ordenasse ao governador Vasconcelos o pagamento dos salários atrasados. Caso não pudesse fazer o pagamento, o governador deveria passar certidões para os religiosos serem pagos pela provedoria da Fazenda Real do Rio de Janeiro⁴¹.

Além de todas essas questões, os franciscanos enfrentaram ainda a oposição do procurador da Mitra na sua transferência para o novo local, sob a alegação de que a autorização real para a permanência dos religiosos em Colônia se referia somente à quinta de Santo Antônio. Após recorrer ao rei por intermédio do governador Vasconcelos, os franciscanos finalmente obtiveram a autorização para a sua transferência em 1734, embora a autorização do bispo só tenha chegado no ano seguinte⁴². Porém, em 1735, os espanhóis invadiram o território de Colônia e deram início ao sítio do povoado. A capela da Conceição e a quinta de Santo Antônio foram então abandonadas, sendo que na primeira os espanhóis instalaram uma bateria, enquanto a última foi ocupada pelo inimigo, que nela estabeleceu o quartel-general do campo de bloqueio.

Em consequência da guerra, os franciscanos transferiram-se para o interior da fortaleza. Em 1747, foi criada em Colônia a Ordem Terceira de São Francisco, sendo que nesse mesmo ano os franciscanos pediram autorização para construir uma residência e uma capela na praça⁴³. O pedido deve ter sido aprovado, porém, tudo indica que a sua construção ainda não estava pronta em 1750, pois, naquela data, José da Silva Pais, consultado pelo Conselho Ultramarino, manifestou parecer de que se negasse a licença para a criação do recolhimento, bem como se suspendessem as obras na capela, tendo em vista que o Tratado de Madrid estipulara a entrega de Colônia aos espanhóis⁴⁴.

Ao estudar o urbanismo português na Índia, Walter Rossa salientou uma diferença fundamental no que denominou "padrões territoriais" dos franciscanos e jesuítas em Goa: *"enquanto as construções dos primeiros guardam alguma distância em relação aos centros urbanos, as dos segundos procuram a todo o custo ser um dos elementos urbanísticos mais activos"*⁴⁵. A sua observação para o caso indiano também pode ser aplicada na experiência vivida por essas duas Ordens religiosas na Colônia do Sacramento, pois enquanto os jesuítas, desde 1680, sempre localizaram a sua residência no centro da povoação, os franciscanos só se transferiram para o núcleo urbano por ocasião dos ataques dos espanhóis, em 1705 e novamente em 1735.

Assim, enquanto os jesuítas concentravam a sua atenção nas pessoas que viviam no núcleo urbano, os franciscanos cuidavam da assistência religiosa aos casais povoadores que viviam nas quintas que se situavam nos arredores de Sacramento. Em 1734, o governador Vasconcelos informava à Coroa que, pela circunstância de habitar fora do povoado, os franciscanos eram frequentemente chamados pelos agricultores para proceder à confissão e administrar a extrema unção. Também não deixava de louvar o zelo dos religiosos, dizendo que os frades *"confirmam o que pregam com a vida religiosa que fazem"*⁴⁶.

3.3.4. – Os Carmelitas

Embora a Colônia do Sacramento oficialmente contasse com a presença de somente duas ordens religiosas, membros de outras ordens não tardaram a instalar-se no povoado. Como em Colônia esses religiosos não tinham uma casa de recolhimento da sua ordem, nem mesmo um superior, não tardaram a tornar-se fontes de problemas para o governador.

Ainda que inicialmente os carmelitas se dedicassem à criação de missões, principalmente na Amazônia, em meados do século XVIII o mister missionário não absorvia mais de vinte por cento dos quadros da Ordem do Carmo. Desordens internas, envolvimento em negócios temporais e quebra da disciplina monacal, marcaram a decadência moral da ordem⁴⁷.

A 4 de Abril de 1725, chegou a Sacramento o frei carmelita João de Santa Isabel, trazendo consigo uma patente do governador do Rio de Janeiro para ser capelão da guarnição de Colônia. Como o mesmo cargo estava ocupado há anos por outro carmelita, frei José do Espírito Santo, o qual não demonstrou boa vontade em abandonar o cargo, frei João partiu para a agressão física, atacando o seu colega em público, ferindo-o com repetidas bengaladas. Embora o vigário da Vara enviasse o processo contra o frei agressor ao provincial dos carmelitas, nada foi feito, até que um recurso junto ao rei possibilitou que o agressor fosse castigado⁴⁸.

Enquanto não chegou a decisão real, os frades devem ter-se entendido, pois quando chegou a ordem para que o governador remetesse frei João na primeira embarcação que seguisse para o Rio de Janeiro ou Salvador, Vasconcelos relatou que o mesmo era capelão da cavalaria, enquanto frei José era o capelão da infantaria. Nessa ocasião, o governador informou que se encontrava em Colônia o padre Simão Botelho, que há mais de um ano havia chegado como capelão de uma charrua vinda do Rio de Janeiro. Acrescentou ainda que frei José do Espírito Santo há muito tempo fazia pública a sua intenção de retomar a Lisboa⁴⁹.

O frei carmelita Sebastião Álvares, que residia no convento da sua ordem no Rio de Janeiro, foi chamado em 1721 para pregar uma quaresma e não quis mais retornar. Sete anos depois, o mesmo foi acusado pelo governador de se unir a Cristóvão Pereira de Abreu para vender couros aos ingleses sem pagar os quintos devidos à Fazenda Real. Vasconcelos então escreveu ao superior dos carmelitas pedindo-lhe para ordenar ao seu subordinado o retorno ao seu recolhimento, onde deveria ser castigado. Que o frei Sebastião Álvares não era o único religioso que causava problemas à ordem pública fica claro pelo comentário do governador, que defendia que a expulsão de Colônia *"também se devia praticar com mais outros que ainda ficam vivendo na sua liberdade, sem quererem admitir sujeição a ninguém"*⁵⁰. Contudo, quando chegou a ordem do rei para remeter o frade para o Rio de Janeiro, Vasconcelos nada pôde fazer, já que o mesmo se encontrava nas imediações do Rio Grande de São Pedro com uma tropa de mulas que pretendia conduzir até Minas Gerais⁵¹.

3.3.5. – As Irmandades

Além das ordens religiosas e do clero secular, as irmandades também tiveram um importante papel na vida religiosa de Colônia, pois a religiosidade do período colonial caracterizou-se pela reunião de leigos em irmandades, nas quais os fiéis assumiam e promoviam as suas próprias actividades devocionais, sem necessidade

da participação directa e constante dos padres e religiosos. Essas irmandades, além de seus objectivos de fundo religioso, eram um meio imprescindível para o reconhecimento social do indivíduo no período colonial. Também serviam como meio de hierarquização da sociedade, pois agrupavam os seus membros em grupos étnicos e sociais. Elas garantiam o apoio nos momentos difíceis da vida e da morte, quando providenciavam um funeral cristão aos irmãos⁵².

Na Colónia do Sacramento destacavam-se as seguintes irmandades: a Irmandade do Santíssimo Sacramento, formada pelos homens brancos da elite, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, formada pelos negros e mulatos, escravos e livres, e a Irmandade de Nossa Senhora do Pilar, formada pelos militares, que por sua vez, talvez se destacasse de entre as demais, dado o carácter de presídio militar que caracterizava Sacramento. Também há menção às irmandades de Santa Ana, de Santo António e das Almas⁵³.

Pensou-se também na criação da Irmandade da Misericórdia, porém, quando o rei perguntou o parecer de Vasconcelos sobre o requerimento feito pelo procurador da praça e dos moradores, Luís de Almeida Ramos, nesse sentido, o governador respondeu-lhe que achava justa a petição, mas que não via muito engajamento dos moradores nesse particular, já que a Irmandade das Almas supria as suas necessidades⁵⁴. Embora os jesuítas se esforçassem em instituir a Irmandade da Misericórdia em Colónia, falharam nos seus esforços⁵⁵. Entretanto, devem ter sido os principais responsáveis pela criação da Irmandade das Almas e pela do Santíssimo Sacramento, duas irmandades que geralmente eram favorecidas pelos padres da Companhia de Jesus⁵⁶.

Infelizmente o governador Vasconcelos não especificou quais seriam as necessidades supridas pela Irmandade das Almas. Não parece que ela se dedicasse a cuidar dos doentes, já que eram constantes as queixas a respeito da precariedade do hospital. Parece então provável que ela suprisse o importante papel que as Misericórdias tinham nos territórios portugueses de funcionar quase como estabelecimentos bancários⁵⁷, serviço que seria muito útil numa praça comercial de vulto, como era Colónia⁵⁸.

3.3.6. – A Presença da Inquisição

Outro importante aspecto da vida religiosa na Colónia do Sacramento era a presença do Santo Ofício, através dos seus comissários e familiares. As principais funções dos agentes da Inquisição consistiam em colher informações, investigar denúncias, confiscar os bens e prender as pessoas acusadas de se afastarem da ortodoxia religiosa católica. Contudo, o que levava as pessoas a candidatarem-se aos postos de agentes do Santo Ofício era antes os benefícios que os cargos traziam do que a vontade de combater a heresia.

Como os candidatos necessitavam passar por uma rigorosa selecção antes de serem aprovados, a sua entrada para os quadros da Inquisição conferia uma elevação no seu *status* social, uma vez que ficava reconhecida a "limpeza de sangue", ou seja, a ausência de qualquer tipo de miscigenação com judeus, negros, mulatos, mouros ou ciganos, pessoas extremamente discriminadas na época. Além disso, obtinham consideráveis privilégios que incluíam a isenção do pagamento de impostos e do recrutamento militar, a garantia de serem julgados por tribunais próprios, recebimento de alimentação e alojamento grátis, quando em viagem, e o pagamento por dia de serviço. Também é preciso considerar entre os atractivos dos cargos em questão, o temor que provocavam na população, pois o acto de resistir às suas pretensões podia ser encarado como desobediência à Inquisição e à colaboração com os hereges, circunstância que levou muitos agentes a utilizarem-se das suas prerrogativas para praticar a extorsão⁵⁹.

De acordo com Luiz Mott, receberam a patente de familiares do Santo Ofício os seguintes moradores da Colónia do Sacramento: *João da Costa Quintão* (1738); *António Fernandes Pereira* (1753); *Eusébio de Araújo Faria*, negociante, (1757); *António Azevedo Souza* (1758); *João Rodrigues Carvalho*, tenente de granadeiros (1758); *Bartolomeu Cesário Nogueira* (1772) e *João Francisco Viana*, negociante, (1772)⁶⁰.

Segundo Sônia A. de Siqueira, a lista de familiares inclui: *Nicolao da Costa Guimarães*, negociante (1760); *Pedro Francisco*

da Cruz, soldado (1762); João Ferreira de Miranda, mestre de obras (1763); Francisco Fernandes Chaves, negociante (1768); José Alves de Azevedo, negociante (1768); Agostinho de Fontoura, negociante (1769); Manoel Alves de Castro, soldado infante (1769); Manoel Mendes Machado, negociante e mestre tanoeiro (1769); Simão dos Santos, cirurgião (1769) e Agostinho Rodrigues de Oliveira, negociante (1770). Por sua vez, o padre Joaquim de Almeida Cardoso obteve a patente de comissário do Santo Ofício em 27 de Janeiro de 1769⁶¹.

Chama a atenção a grande presença de comerciantes entre os habilitados para o cargo de familiar do Santo Ofício. Provavelmente, a principal razão desse fenómeno liga-se ao desejo que esses homens manifestaram, de se verem livres do estigma de cristão-novo, com a qual ficaram marcadas as pessoas que se dedicavam ao comércio durante o Antigo Regime.

A acusação mais frequente entre os autuados pela Inquisição em Sacramento foi a prática do judaísmo. As pessoas que foram presas, sob a acusação de "judaizantes", eram todas naturais do Rio de Janeiro: Inês do Rosário, parte de cristã-nova, (1725); Luís Vieira de Medanha, parte de cristão-novo, 26 anos, soldado infante (1726), Domingos Cardoso Coutinho, cristão-novo, médico (1727); Ana Roiz de Jesus, cristã-nova, 25 anos (1741); Baltasar Heni da Silva, cristão-novo, sem ocupação, (1742); João Gomes de Barros, parte de cristão-novo, 35 anos, negociante (1762); Domingos Teixeira, cristão-novo, (1762); Excepções à regra foram os casos de João Fernandes, cristão-velho, mareante e natural da Ilha Terceira, preso em 1731 por blasfemar; Luís António Viana, cristão-velho, marítimo, natural de Viana, acusado de bigamia; Luís Vieira, cristão-novo, soldado, 29 anos, natural do Rio de Janeiro, preso por sodomia em 1742. A maior parte das pessoas presas em nome da Inquisição teve os seus processos resolvidos no Rio de Janeiro. Foram remetidos para Lisboa, onde abujaram, por judaísmo, Luís Vieira Medanha (1726), Domingos Cardoso Coutinho (1750), Domingos Teixeira (1765) e João Gomes de Barros (1765)⁶².

É interessante observar que nem mesmo a maior autoridade da praça estava imune às delacções. Em 1773, Joaquim Almeida

Cardoso, comissário do Santo Ofício, acusou o governador Pedro José Soares de Figueiredo de irreligiosidade: há dois anos não ouvia missa, não se confessava e faltava ao respeito ao Santíssimo Sacramento, em cuja presença não se ajoelhava e se mantinha de pernas cruzadas⁶³.

Como podemos observar, a primeira carta concedendo a patente de familiar do Santo Ofício foi concedida em 1738 a João da Costa Quintão. É possível que alguma tenha sido concedida anteriormente e que tenha escapado à pesquisa de Mott e Siqueira, o que explicaria as prisões efectuadas antes dessa data. Também é possível que os jesuítas tenham sido os responsáveis pelas primeiras prisões, pois os reitores dos colégios da Companhia de Jesus poderiam servir como comissários do Santo Ofício, com todos seus poderes, nos lugares onde não havia nenhum representante dessa instituição⁶⁴.

Além da actuação dos familiares e comissários, a Igreja tomou as visitas diocesanas um organismo complementar ao trabalho dos inquisidores⁶⁵. O bispo do Rio de Janeiro escreveu ao rei em 1732 expondo-lhe que vinha cumprindo a sua obrigação de visitar todas as paróquias da sua diocese, parte por ele mesmo, parte pelos visitantes que nomeara. O único problema era representado por Colónia, para onde só achara um clérigo formado que aceitou a incumbência, na esperança de conseguir a nomeação para alguma paróquia. Contudo, o mesmo falecera antes do embarque. Acrescentava que devido à longa distância, aos perigos da navegação no Rio da Prata e, principalmente, à falta de ajuda de custo, ninguém se propunha a fazer a viagem⁶⁶. Em vista dessa situação, em Julho de 1733, o rei concedeu oitenta mil réis a título de ajuda de custo para o visitante a ser indicado pelo bispo⁶⁷. No mesmo ano, sabemos que o Dr. Alexandre Nunes Cardoso, com o título de visitante, esteve em Sacramento⁶⁸.

NOTAS

- ¹ Eugênio de Andrade Veiga, *Os Párocos no Brasil no Período Colonial*, p. 48.
- ² Arlindo Rubert, *A Igreja no Brasil*, vol. 2, p. 316.
- ³ Arlindo Rubert, *História da Igreja no Rio Grande do Sul*, pp. 40-42.
- ⁴ Carta régia ao Provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro, 30 de Setembro de 1716, ANRJ, cód. 60, vol. 14, fl. 83v.
- ⁵ Luís Enríque Azarola Gil, *op. cit.*, pp. 80-81.
- ⁶ Consulta do Conselho Ultramarino de 16 de Maio de 1716, in AHU, *Rio de Janeiro*, cx. 17, doc. 3.516.
- ⁷ Gomes Barbosa ao rei, 11 de Abril de 1720, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 1, doc. 64.
- ⁸ "Mapa geral..." 24 de Outubro de 1722, Mapoteca do AHEX, S-RS-07.05.1627.
- ⁹ Consulta do Conselho Ultramarino de 22 de Fevereiro de 1726, in IHGB, Arq. 1.1.21, fls. 351v-352v.
- ¹⁰ Alvará ordenando a criação do cargo de coadjutor na Igreja matriz da Colônia do Sacramento, 06 de Setembro de 1725, in ANRJ, cód. 60, vol. 17, fls. 157-157v.
- ¹¹ Carta régia ao Provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro, 05 de Setembro de 1729, in ANRJ, cód. 60, vol. 17, fls. 127-127v.
- ¹² Provisão real nomeando o padre Manuel Pimentel Rodovalho, vigário da igreja matriz da Colônia do Sacramento, 12 de Setembro de 1725, in ANRJ, cód. 60, vol. 16, fls. 227-227v.
- ¹³ Pároco *colado* era o sacerdote que, depois de aprovado no concurso que seguia as normas do Concílio de Trento, recebia a apresentação do monarca e, desse modo, era instituído pelo bispo para reger a paróquia de modo definitivo. Para o pároco *encomendado* não era exigido o beneplácito régio, entretanto o seu ministério geralmente restringia-se a um ano. Cf. Eugênio de Andrade Veiga, *op. cit.*, pp. 37-38.
- ¹⁴ Arlindo Rubert, *História da Igreja no Rio Grande do Sul*, p. 44.
- ¹⁵ Simão Pereira de Sá, *op. cit.*, p. 57.
- ¹⁶ Consulta do Conselho Ultramarino de 09 de Novembro de 1730, in IHGB, Arq. 1.1.26, fls. 83-84v.
- ¹⁷ Consulta do Conselho Ultramarino de 02 de Março de 1734, in IHGB, Arq. 1.1.26, fls. 199-201.
- ¹⁸ Vasconcelos ao rei, 17 de Fevereiro de 1734, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 3, doc. 276.
- ¹⁹ Consulta do Conselho Ultramarino de 3 de Abril de 1734, in IHGB, Arq. 1.1.26, fls. 201-203.
- ²⁰ Carta régia ao governador do Rio de Janeiro, 18 de Outubro de 1715, in ANRJ, cód. 60, vol. 13, fls. 8-8v.
- ²¹ Gomes Barbosa ao rei, 26 de Dezembro de 1719, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 1, doc. 55.
- ²² Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. 6, p. 545.
- ²³ Vasconcelos ao rei, 13 de Outubro de 1722, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 1, doc. 77.
- ²⁴ Consulta do Conselho Ultramarino de 4 de Junho de 1723, in IHGB, Arq. 1.1.21, fls. 169-170.
- ²⁵ Carta régia ao Provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro, 15 de Julho de 1723, in ANRJ, cód. 60, vol. 14, fls. 52v-53.
- ²⁶ Carta régia ao Provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro, 18 de Maio de 1725, in ANRJ, cód. 60, vol. 16, fl. 67.
- ²⁷ Vasconcelos ao rei, 5 de Junho de 1725, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 141.

- ²⁸ Vasconcelos ao rei, 8 de Junho de 1727, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 180.
- ²⁹ Serafim Leite, *op. cit.*, vol. 6, p. 548.
- ³⁰ Consulta do Conselho Ultramarino de 10 de Janeiro de 1720, in IHGB, Arq. 1.1.25, fl. 237v.
- ³¹ André Ferrand de Almeida, *A Formação do Espaço Brasileiro e o Projeto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*, pp. 100 a 142. Consultar também Jaime Cortesão, "A Missão dos Padres Matemáticos no Brasil", in *Revista Studia*, vol. 1, pp. 123-150.
- ³² Martinho de Mendonça a Gomes Freire, 26 de Outubro de 1736, in RAPM, vol. II, p. 373.
- ³³ Basílio Röwer, *Páginas da História Franciscana no Brasil*, p. 471.
- ³⁴ Consulta do Conselho Ultramarino de 23 de Setembro de 1728, in DH, vol. XCIV, p. 32.
- ³⁵ Ricardo Rodríguez Molas, *op. cit.*, p. 136.
- ³⁶ Basílio Röwer, *op. cit.*, p. 472.
- ³⁷ Vahia Monteiro a Vasconcelos, 4 de Fevereiro de 1729, in ANRJ, cód. 67, vol. 3, fl. 182v.
- ³⁸ Basílio Röwer, *op. cit.*, pp. 472-474.
- ³⁹ Citado por Arlindo Rubert, *História da Igreja no Rio Grande do Sul*, p. 49.
- ⁴⁰ Vasconcelos ao rei, 27 de Outubro de 1732, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 3, doc. 258.
- ⁴¹ Carta régia de 04 de Fevereiro de 1732 in ANRJ, cód. 60, vol. 16, fls. 224v-225.
- ⁴² Basílio Röwer, *op. cit.*, pp. 474 e 475.
- ⁴³ Arlindo Rubert, *História da Igreja no Rio Grande do Sul*, p. 49.
- ⁴⁴ Consulta do Conselho Ultramarino de 12 de Outubro de 1750, in DH, vol. XCIV, pp. 163-164.
- ⁴⁵ Walter Rossa, *Cidades Indo-Portuguesas*, p. 93.
- ⁴⁶ Vasconcelos ao rei, 17 de Fevereiro de 1734, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 3, doc. 276.
- ⁴⁷ Caio Broschi, "Ordens Religiosas, Clero Secular e Missão no Brasil", in Bethencourt e Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. 3, p. 302.
- ⁴⁸ Arlindo Rubert, *História da Igreja no Rio Grande do Sul*, pp. 50-51.
- ⁴⁹ Vasconcelos ao rei, 13 de Julho de 1729, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 213.
- ⁵⁰ Vasconcelos ao rei, 3 de Junho de 1728, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 195.
- ⁵¹ Vasconcelos ao rei, 10 de Julho de 1729, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 195.
- ⁵² Mary del Priora, *Religião e Religiosidade no Brasil Colonial*, pp. 37-39.
- ⁵³ "Mapa geral..." 24 de outubro de 1722, in Mapoteca do AHEX, S-RS-07.05.1627.
- ⁵⁴ Vasconcelos ao rei, 11 de Maio de 1725, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 135.
- ⁵⁵ Vasconcelos ao rei, 8 de Junho de 1727, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 180.
- ⁵⁶ Caio Broschi, "Sociabilidade Religiosa Laica: As Irmandades", in Bethencourt e Chaudhuri (dir.), *op. cit.*, vol. 3, p. 356.
- ⁵⁷ C. R. Boxer, *O Império Colonial Português*, pp. 279-280.
- ⁵⁸ Embora a concessão de empréstimos fosse uma das características principais das Misericórdias, era também uma actividade comum nas mais variadas confrarias e irmandades. Cf. Francisco Bethencourt, "As Câmaras e as Misericórdias", in Bethencourt e Chaudhuri (dir.), *op. cit.*, vol. 3, p. 282.
- ⁵⁹ Anita Novinsky, "A Igreja no Brasil Colonial: Agentes da Inquisição", in *Anais do Museu Paulista*, tomo XXXIII, pp. 17-34.
- ⁶⁰ Agradeço ao prof. Dr. Luiz Mott por me ter fornecido estas indicações, provenientes de anotações feitas durante a sua pesquisa no ANTT, através de carta datada de 9 de Junho

de 1996. Também constam informações sobre dois moradores do Rio Grande de São Pedro: António Dias Pereira Corbello (1755) e Francisco Correia Pinto (1768).

⁶¹ Sônia A. de Siqueira, "Presença da Inquisição na Colônia do Sacramento", in *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande*, vol. I, pp. 114-117.

⁶² Ainda há o registro de "José dos Santos, cristão-velho, natural da freguesia da Feltra, bispado de Coimbra. Casado com Maria Batista, moradora na Vila de Porto Alegre. Bigamia. Preso aos 4 de Abril de 1795". A autora acredita numa persistência da jurisdição da Inquisição portuguesa em Colônia após a cessão de Sacramento à Espanha em 1773. Entretanto, pelos dados que dispomos, parece que José dos Santos foi preso em Porto Alegre, onde vivia a sua esposa, e não na Colônia do Sacramento, de onde deve ter saído em 1777. Cf. Sônia A. de Siqueira, *op. cit.*, pp. 121-123.

⁶³ Luiz Mott, *Os Homossexuais: os Esquecidos da História*, p. 6.

⁶⁴ Anita Novinsky, *op. cit.*, pp. 18-19.

⁶⁵ Caio Broschi, "Episcopado e Inquisição", in Bethencoun e Chaudhuri (dir.), *op. cit.*, vol. 3, p. 388.

⁶⁶ Consulta do Arquivo Ultramarino de 16 de Maio de 1733, in IHGB, Arq. 1.1.26, fls. 173v.-174v.

⁶⁷ Carta régia de 18 de Julho de 1733, in ANRJ, cód. 60, vol. 16, fl. 202.

⁶⁸ Consulta do Conselho Ultramarino de 3 de Abril de 1734, in IHGB, Arq. 1.1.26, fls. 201-203.

3.4 - UMA PRAÇA MUITO ESPECIAL

É possível apresentar algumas características como sendo próprias da Colônia do Sacramento já que, embora ela não fugisse por completo de muitas das particularidades comuns aos estabelecimentos do império ultramarino português, vivia uma situação muito especial por conta da sua situação geográfica.

3.4.1 - Festas para a Glória da Coroa

Uma importante especificidade de Colônia era que, pelo facto de ser uma praça encravada em território disputado entre Espanha e Portugal, deveria servir como uma espécie de vitrine do poder da Coroa portuguesa aos estrangeiros. Então, para a mentalidade barroca, a realidade abstracta tinha de ser ilustrada pela sua metáfora e, portanto, a imagem do poder chegava a ser quase tão importante quanto ele próprio, devendo, pois, traduzir-se através do brilho e do esplendor.

Enquanto as monarquias rivais se serviam da guerra como instrumento de prestígio, D. João V buscou o mesmo através da diplomacia, desviando para os domínios ultramarinos todas as ambições de glória através do serviço militar¹. Mas, se a política de pacifismo se iniciou após o Tratado de Utrecht, a ambição de equiparar a monarquia portuguesa com as principais cortes católicas europeias era um sonho antigo, que vinha do tempo da Restauração. Tímidamente esboçada durante o reinado de D. Pedro II, no período joanino desenvolver-se-ia uma política de

espectáculo que seria utilizada pela Coroa como afirmação grandiosa de soberania e instrumento de negociação².

Os quintos do ouro brasileiro deram a D. João V as condições necessárias para implementar a sua política de espectáculo. Em 1708, uma brilhante embaixada portuguesa foi enviada a Viena para ajustar o casamento do rei com a arquiduquesa Mariana. Em 1713 e 1714, foram dadas festas memoráveis em Utrecht em comemoração dos nascimentos dos príncipes D. Pedro (em breve falecido) e D. José, o futuro herdeiro do trono. Em 1715, o embaixador português fez uma esplêndida entrada em Paris, quando foram distribuídos, à mão larga, dinheiro e objectos de valor entre os cortesãos de Luís XIV, enquanto às pessoas que acompanharam o cortejo foram distribuídas duzentas medalhas de ouro e mil de prata com a effigie do rei de Portugal.

O fausto da entrada em Paris seria superado, três anos depois, quando André de Melo e Castro, elevado ao cargo de embaixador extraordinário junto à Santa Sé, fez a sua entrada oficial em Roma. Foi tão rica a comitiva portuguesa que, por largos anos, os demais países europeus deixaram de organizar entradas solenes de embaixadores na Cidade Eterna, já que nenhum se propôs igualar a cerimónia patrocinada pelos portugueses. Outra embaixada, desta vez enviada à corte de Pequim, entre 1725 e 1728, serviu de nova ocasião para alardear a riqueza e o poder de D. João V, quando foram enviados riquíssimos presentes ao imperador da China³.

Contudo, foram os casamentos entre os príncipes do Brasil e das Astúrias com as infantas Mariana Vitória de Bourbon e Maria Bárbara de Bragança, na fronteira luso-espanhola em 1729, que deram lugar *"a um dos mais impressionantes momentos de visualização do fausto joanino, num espetáculo sem precedentes de rivalidade e emulação entre duas Cortes que coincidem no mesmo local"*. Como praça fronteiriça ao império colonial espanhol, a Colónia do Sacramento não deixou de participar da política de glorificação da monarquia portuguesa. Em Janeiro de 1730, para festejar o casamento do príncipe D. José com a infanta D. Mariana Vitória, o governador António Pedro Vasconcelos tomou

a seu cargo a realização de uma grande festa, uma vez que o povoado não tinha câmara, a quem incumbia a organização de semelhantes eventos.

O governador salientou a importância da realização do festejo em Colónia, dizendo que *"foi forçoso encarregar-se dele, e sem atender à despesa, nem à circunstância de cair em empenho, por ser aquela praça fronteira, e irem testemunhá-lo de Buenos Aires pessoas graves e de character, que aceltaram seu convite"*. As festividades constaram de *"três noites de luminárias, fogos de artifício e descargas de artilharia, festa de igreja acabando por uma solene procissão, cavalhadas, touradas e comédias, dando trinta dias sucessivos, que durou a festividade, mesa pública às pessoas de distinção e aos vizinhos hóspedes"*.

Parece que o convite *"à nobreza e [aos] militares da cidade de Buenos Aires"* para celebrar os casamentos reais em Sacramento contribuiu para melhorar as relações entre portugueses e espanhóis, pois Vasconcelos informou à Coroa que o governador de Buenos Aires lhe escrevera que *"os convidados voltavam mui agradados do agasalho e cortejo que lhe fez pelo decurso de trinta dias que ali se detiveram, experimentando desde então distinta correspondência do que até ali tinham"*.

Que as festas realizadas em Sacramento tinham um carácter propagandístico que visava a glorificação da pessoa do rei e da Coroa portuguesa, servem de prova a publicação, em castelhano, da relação dos festejos, como também do sermão a São Pedro de Alcântara, pregado em Colónia por ocasião da dedicação de uma nova capela em homenagem ao santo durante as festas em comemoração do casamento dos príncipes⁷.

Outra festa, cujo relato possuímos, foi realizada no ano de 1752 para celebrar a aclamação de D. José I. No primeiro de Fevereiro, acompanhado pelos oficiais militares, o governador Luiz Garcia de Bivar dirigiu-se à igreja matriz para assistir à benção do estandarte real. O fim da cerimónia foi saudado com uma salva de artilharia. No seguimento, o meirinho, o escrivão e o porteiro saíram acompanhados de trombetas para proclamar pela praça o bando do governador que ordenava três dias de luminárias em honra ao novo monarca.

Na manhã do dia 2, reuniram-se na casa do governador os funcionários reais, os oficiais militares, o clero e seis representantes da comunidade dos comerciantes. Precedido por trombetas e tímboles e escoltado pela companhia de granadeiros, o grupo percorreu as principais ruas do povoado até chegar ao arco triunfal montado na praça. Ali, à vista da tropa formada, o governador subiu numa plataforma onde fez correr as cortinas de dossel, apresentando, assim, o retrato do novo rei de Portugal à população e à tropa. Aos vivas juntaram-se descargas de mosquete e salvas da artilharia da praça, da fortaleza da ilha de São Gabriel e dos navios que se encontravam no porto. O cortejo então dirigiu-se para a igreja matriz, especialmente enfeitada e iluminada para a ocasião, onde se entoou um solene *Te Deum*, acompanhado pelos músicos que o governador contratou em Buenos Aires. Após colocar-se o estandarte real ao lado do evangelho, celebrou-se a missa, cujo fim foi saudado por nova salva de artilharia.

Durante três dias, Luiz Garcia de Bivar ofereceu bailes de máscaras e jantares a mais de setenta "pessoas de distinção", entre as quais, alguns convidados de Buenos Aires. No terreiro em frente ao portão, realizaram-se as actividades ao ar livre que incluíram a apresentação de exercícios militares realizados pela companhia dos granadeiros, cavalhadas e touradas, para as quais foram contratados toureiros espanhóis. Numa sala do trem, os convidados puderam assistir a danças, uma trajicómédia apresentada pelos estudantes, e duas comédias, uma portuguesa e uma espanhola.

Todavia, os festejos não se limitaram à elite, pois o governador libertou presos e fez repartir esmolas entre os pobres. Durante os seis dias de festa, autorizou-se o uso de máscaras, mas o governador fez questão de recomendar "*sossego com a ameaça do castigo*". Bivar fez questão de frisar na relação das festas que elas foram realizadas sem os recursos da Fazenda Real, mas com os seus próprios recursos, sendo ajudado nas despesas por seis pessoas de entre os principais moradores da Colónia do Sacramento⁹.

Em Janeiro do ano seguinte, foram realizados novos festejos, por ocasião da chegada a Colónia do general Gomes Freire de

Andrade, encarregado pela Coroa de chefiar a comissão demarcadora portuguesa do Tratado de Madrid no sul. No dia 25, Gomes Freire encontrou-se com o governador Luiz Garcia de Bivar a um quarto de légua de Colónia. O governador esperava-o acompanhado de trinta dragões montados, com os seus oficiais. A comitiva seguiu, então, para o povoado, encontrando-se com a infantaria próximo à chácara do almoxarife, ainda fora dos muros da praça. Ao chegar ao portão, todos desmontaram, sendo que o general foi recebido por seis oficiais das ordenanças, que representavam os oficiais da Câmara, inexistente em Sacramento. Sob o pátio que sustentavam os oficiais, Gomes Freire ouviu o discurso do governador e recebeu do sargento-mor as chaves da praça numa bandeja de prata.

O cortejo seguiu então para a igreja, sendo o pátio acompanhado pela Companhia de Granadeiros, que seguia o general em duas alas. Antes de chegar a matriz, onde foi cantado um *Te Deum*, Gomes Freire foi saudado pela artilharia da praça e do forte de São Gabriel com 21 tiros, o que voltou a repetir-se quando o cortejo deixou a igreja. O general foi hospedado na casa do governador, onde foi brindado com uma ceia na qual compareceram mais de trinta pessoas. Os banquetes repetiram-se nos dias seguintes com a participação dos oficiais e na noite do dia 26 foi realizado um sarau com mais de trinta mascarados, todos vestidos com guarnições de ouro e prata e ensaiados pelo mestre de dança André da Costa, bem conhecido em Lisboa. Na noite do dia 27, houve um concerto de cinco rebecas, sendo tocadas muitas sonatas e cantadas muitas árias italianas.

No dia 19 de Fevereiro chegou ao Arraial de Veras o marquês de Valdelírios, comissário espanhol para a demarcação no sul. Gomes Freire foi buscá-lo na carruagem do governador, acompanhado de alguns oficiais. A artilharia da praça saudou o marquês com 21 tiros e a infantaria com três descargas. José Custódio de Sá e Faria não deixou de relatar que um calafate foi despedaçado, ao passar na frente de um canhão no momento do tiro. Nos dias seguintes, renovaram-se as festas. No dia 20 houve um concerto de música; no dia seguinte, sarau com mais de cinquenta mascarados e grande mesa de doces e no dia 25 cavalhadas durante o dia e sarau à noite⁹.

A preocupação em garantir que os grandes acontecimentos da corte fossem condignamente festejados na Colónia do Sacramento servia para fazer ver aos estrangeiros, principalmente aos espanhóis, o poder e a riqueza do monarca lusitano. Negligenciar as festividades seria ofuscar o brilho da Coroa portuguesa frente à espanhola, uma vez que em Buenos Aires se realizavam festas públicas por ocasião da proclamação dos monarcas, quando se seguiam dias de festas marcadas por luminárias, mascaradas, representações teatrais, jogos, corridas de touros e outros divertimentos¹⁰.

3.4.2. – A Transformação numa Praça de Guerra

Um problema específico da Colónia do Sacramento era a falta de uma administração civil, factor responsável pelo aumento excessivo do poder dos militares. Embora a metrópole se preocupasse em elevar o povoado à condição de vila através da criação de uma câmara, as dificuldades dos primeiros tempos e, como consequência, o aumento da deserção, não só entre os militares como também entre os civis, foram responsáveis por protelar indefinidamente a alteração do estatuto do novo estabelecimento. Ao informar o rei sobre a deserção de oito colonos, Gomes Barbosa opinou que, de entre os casais, havia pouca gente capacitada para ocupar os cargos da futura câmara, argumentando que *“quem não sabe governar a si, mal governará a outrem”*¹¹.

Efectivamente, tentativas no sentido de elevar o estatuto de Sacramento não deixaram de ser feitas. Em setembro de 1721, o ouvidor geral do Rio de Janeiro, Paulo de Torres Rijo, escreveu a Lisboa informando que não podia ir a Colónia tirar residência do governo de Manuel Gomes Barbosa sem uma ajuda de custo da Fazenda Real. O Conselho Ultramarino era de parecer favorável a que ele recebesse uma ajuda de custo, considerando a grande distância e a perigosidade da navegação entre o Rio de Janeiro e Colónia. A fim de cumprir sua missão, determinava ainda que

Rijó ficasse por um ano em Sacramento a fim de *“criar em vila a dita Colónia, com governo de câmara e justiça, fazendo-lhe um regimento por onde se devem governar”*¹².

Porém, tudo indica que a visita do ouvidor geral não se realizou, pois, por volta de 1731, uma representação dos moradores pediu a presença de um juiz e a elevação da povoação em vila ou cidade, e a conseqüente criação de uma câmara, enfatizando o desejo da população de que *“no governo da câmara e alfândega não entre militar algum”*¹³. Provavelmente, tal recomendação devia-se às tensões que opunham os militares aos moradores, de entre os quais o grupo mais influente era o dos comerciantes, que tinha grande interesse em afastar os militares do governo e do controle da alfândega.

Chamado pela Coroa a dar o seu parecer sobre o assunto, António Pedro de Vasconcelos deu apoio ao pedido dos moradores, especialmente à vinda de um juiz, *“porque na disposição das leis só pode obrar com acerto quem as estudou”*. Porém, protestou contra a pretensão de excluir os militares da câmara e da alfândega, sob a alegação de que os mesmos representavam a *“parte maior e mais nobre deste povo”*, enquanto que, segundo o próprio, até o momento, não havia entre os casais sujeitos idôneos para ocupar os cargos que seriam criados. Talvez prevendo as objecções do governador, os moradores já tinham incluído no seu requerimento um pedido para que a Coroa reconhecesse todos os direitos e privilégios a que tinham direito como povoadores, assim como regulamentasse os privilégios especiais concedidos, a fim de se *“poder saber qual é o mais privilegiado, por se evitarem contendas”*¹⁴. Procuravam, desse modo, criar uma *“nobreza da terra”*, habilitada a assumir os cargos públicos que seriam criados com a instalação da administração civil em Colónia.

Para a mudança de estatuto não faltavam as condições básicas, como população suficiente e a presença de um pároco. Outros povoados com menos recursos que Colónia foram elevados à condição de vila em princípios do século XVIII, como foi o caso de Laguna, que, apesar de se compor de um agrupamento de casas de pau-a-pique cobertas de palha, onde os casamentos

e baptizados somente se realizavam quando o padre a visitava, conseguiu o foral de vila em 1714¹⁸, quando não contava com mais que 42 casas e 300 pessoas adultas¹⁷.

Talvez a razão se encontre no medo de que a câmara de Sacramento fosse dominada pelos comerciantes, uma vez que, apesar do carácter essencialmente comercial do império marítimo português, o desprezo contra os comerciantes era profundo na sociedade portuguesa do Antigo Regime. Boxer lembra que, mesmo em Macau, o preconceito existia, a despeito da dependência dos seus cidadãos do comércio, actividade que assegurava a subsistência da cidade¹⁸. De facto, sobre a actividade comercial pesava fortemente o preconceito contra os judeus. No Rio de Janeiro, o conflito em torno do acesso aos lugares na câmara prolongou-se pelos séculos XVII e XVIII. A eleição de alguns comerciantes, em 1697, foi anulada pelo rei que atendeu aos protestos dos vereadores contra a entrada de "pessoas hebréias" na instituição municipal¹⁹.

Em Colónia, a maior parte dos comerciantes não passava de agentes comerciais de mercadores estabelecidos no Rio de Janeiro ou Lisboa²⁰, situação que aumentava ainda mais a discriminação, pois, se os grandes comerciantes, por vezes, conseguiram ocupar importantes cargos públicos, as resistências contra a ascensão social dos agentes comerciais ou dos pequenos mercadores eram muito maiores²¹. Deve-se observar também que a maior parte do comércio realizado em Sacramento não passava de contrabando aos olhos das autoridades espanholas. Uma câmara dominada pelos comerciantes com certeza dificultaria as sempre tensas relações entre portugueses e espanhóis.

Por não haver juiz nem câmara em Sacramento, a autoridade civil e a militar ficavam concentradas nas mãos do governador, que julgava os conflitos entre os moradores. Geralmente a pena imposta pelas infracções à lei limitava-se ao pagamento de uma multa. O taberneiro Ambrósio foi obrigado a pagar o dobro do valor das mercadorias que haviam sido furtadas da alfândega e que foram encontradas em sua casa. Timóteo Soares teve de pagar uma multa de cinquenta mil réis por ter demolido a casa

que Manuel Lopes Fernandes possuía fora da praça. A prisão de António Fernandes foi comutada numa multa orçada em quinze carregamentos de pedra para as obras reais²².

Se a falta da câmara e de um juiz favoreceu a concentração do poder local nas mãos do governador, outras circunstâncias concorreram para diminuir a sua dependência com relação aos governadores do Rio de Janeiro, aos quais o governo de Colónia era formalmente subordinado. Em primeiro lugar, citamos a enorme distância física que há entre o Rio e Sacramento, já que, conforme Russell-Wood, o alcance de controle efectivo das autoridades coloniais já mostrava sinais de atenuação a menos de cem quilómetros da sede²³. Também é importante salientar que, embora a Coroa tenha formalmente regulamentado a hierarquia entre as diferentes autoridades coloniais, na prática, ela encorajava a autonomia das capitánias com o objectivo de "*dissipar o aparecimento de uma mentalidade colonial separada, ou de uma estrutura colonial interna que pudesse desenvolver-se independentemente do controle metropolitano*"²⁴.

Porém, essa política não deixou de trazer inconvenientes, pois gerou confusões e conflitos de autoridade na estrutura hierárquica da administração colonial. Quando António Pedro de Vasconcelos foi registar a sua patente de governador na Chancelaria do Reino, os funcionários não sabiam se ele deveria pagar os direitos reais pelo posto que iria ocupar, "*por não ser aquele governo de capitães gerais, antes se entende que por ser praça particular e não governo de distrito, o soldo é só militar, quase regulado pela patente do posto que ocupava*"²⁵. Quase um ano após a sua posse no governo da Colónia do Sacramento, Vasconcelos ainda não sabia a quem devia prestar conta dos seus actos, pois então escreveu ao rei perguntando-lhe se estava subordinado ao governador do Rio de Janeiro ou se devia prestar contas somente à administração central de Lisboa²⁶.

Crescida à sombra da fortaleza do Santíssimo Sacramento, a povoação²⁷ jamais se constituiu em vila ou cidade durante o domínio português²⁸. Apesar da Coroa se preocupar em fazer de Sacramento um centro de colonização portuguesa no Rio da Prata, a vocação militar de Colónia sempre se sobrepôs ao seu

papel de núcleo de povoamento. Embora a Colónia do Sacramento não tenha evoluído até tornar-se uma importante cidade da América portuguesa, as vicissitudes no seu desenvolvimento inserem-se perfeitamente no quadro do império ultramarino português. Margarida Tavares da Conceição sustenta que o acto de "fazer fortaleza" podia "ser entendido como ritmo iniciático da implantação de soberania e, por deriva, como embrião de um conteúdo urbano, não raras vezes adiado ou abortado"²⁹.

Observamos que o próprio nome do estabelecimento português no Prata foi marcado pela provisoriedade, ditada pelo problema de ter sido fundado num território em disputa por duas Coroas rivais. Como vimos anteriormente, D. Manuel Lobo propôs ao rei denominar Lusitânia a futura cidade que planeava criar nas proximidades da fortaleza do Santíssimo Sacramento³⁰. Na verdade, as cartas de Lobo foram datadas da cidadela³¹ do Sacramento³², já que o mesmo desconhecia as denominações de "Colónia do Sacramento" ou "Nova Colónia", pelas quais a documentação passou a referir-se à sua fundação após a tomada da fortaleza pelos espanhóis, em Agosto de 1680. Fica claro que o termo "colónia" refere-se a um núcleo de povoamento ligado à fortaleza do Sacramento e não ao nome próprio do estabelecimento. A documentação produzida por ocasião da discussão que levou ao Tratado Provisório de 1681 acabou por consagrar o uso do nome Colónia do Sacramento³³, o que ilustra muito bem a situação de provisoriedade que sempre marcou a presença portuguesa nas margens do Rio da Prata.

Até 1735 a Colónia do Sacramento caracterizou-se não apenas pelo seu carácter militar de fortaleza, mas também pelo seu papel como centro de comércio e colonização. Com a implantação do campo de bloqueio espanhol, a povoação e a fortaleza fundiram-se numa praça-forte que teve que renunciar à política de povoamento. Com a ida de muitos casais para a nova fundação efectuada no Rio Grande de São Pedro, a população de Sacramento passou a compor-se, essencialmente, de militares e comerciantes, como observou o padre Florián Paucke durante a sua visita a Colónia, realizada em Dezembro de 1749³⁴. Então já não havia mais interesse da Coroa em promover a alteração do

estatuto de Sacramento, que continuou a ser governada pela autoridade militar.

Ao contrário de Damão, no Estado da Índia, onde era clara a unidade entre o núcleo urbano e o perímetro fortificado, característica principal das praças de guerra³⁵, em Sacramento essa relação formou-se aos poucos, a partir da implantação do bloqueio espanhol. No mapa de Colónia, elaborado pelo padre Diogo Soares em 1731, vemos que a fortaleza protegia a povoação mas não se confundia com ela. Já num mapa de 1752, podemos observar que parte da fortaleza foi demolida, restando somente os dois baluartes externos que, integrados à muralha, defendiam a povoação de um ataque por terra. Por sua vez, a construção das baterias costeiras de Santa Rita e São Pedro de Alcântara aumentou a segurança contra um ataque naval. Com a consolidação das fortificações perimetrais e a reforma da muralha, onde se deixou aberto somente o portão do campo, inaugurado em 1745, concluiu-se a integração total do recinto, em uma só unidade³⁶.

Viajantes dão testemunho do aspecto de praça-forte assumido desde então pela Colónia do Sacramento. Paucke descreveu-a como uma pequena cidade constituída de casas baixas, feitas de pedra. Na praça, destacou a presença da igreja paroquial, da guarda principal e da residência do governador. Sobre as fortificações, observou que, por terra, Colónia estava protegida por uma alta muralha, ocupada por peças de artilharia de ferro, e por um profundo fosso seco aberto na rocha. Defendendo o porto, notou a existência de um alto bastião, armado com seis canhões de ferro³⁷. Já Francisco Millau, na sua *Descripción del Rio de la Plata*, de 1772, descreve Sacramento como uma pequena povoação com boas casas altas e edifícios regulares, cercada de muralhas simples na costa e mais poderosas em terra³⁸.

De 1737 a 1777, o quotidiano do habitante de Sacramento foi marcado pelo bloqueio constante a que os espanhóis submeteram o povoado, perigosa situação que era temida pelas autoridades portuguesas. Na correspondência trocada entre o governador interino de Minas Gerais, Maninho de Mendonça de Pina e Proença e o general Gomes Freire de Andrade, Proença mostrava a

sua preocupação com a manutenção de uma praça mantida sob bloqueio contínuo, que comparava a Mazagão, praça-forte portuguesa situada na costa atlântica de Marrocos³⁹.

Efectivamente, a partir de então a situação de Colónia tornou-se parecida com as possessões portuguesas na costa marroquina, onde, segundo Boxer, *"as guarnições das praças só controlavam o terreno à volta das muralhas, até onde alcançava o canhão. Nesse terreno, cultivavam os cereais, vegetais, frutas e pastoreavam os cavalos e o gado"*⁴⁰. Se Mazagão foi qualificada como vila em 1536⁴¹, levando-se em consideração a população que a compunha, calculada entre 1500 e 2000 habitantes durante o período filipino⁴², ela não chegou a contar com uma câmara, pois, tal como em Colónia, a autoridade suprema residia na pessoa do governador, que dispunha do poder militar e civil⁴³.

Outras semelhanças podem ser apontadas. O padre Paucke observou que o gado era recolhido à praça durante a noite, para evitar que fosse apresado pelos espanhóis, o que também acontecia em Mazagão, onde um dos portões se chamava "porta dos bois", justamente por ser utilizado para conduzir o gado para as pastagens do campo vizinho⁴⁴. O jesuíta não deixou de comparar a situação dos portugueses em Colónia à dos judeus na Europa, ao observar a existência de sentinelas espanholas nos arredores da praça, que vigiavam continuamente as actividades dos moradores e soldados⁴⁵. Millau descreve a existência de uma forte paliçada que, de uma praia a outra, confinava os portugueses na península ocupada pela Colónia do Sacramento. No cordão de isolamento estava sempre de prontidão um destacamento de tropa que fazia parte da guarnição de Buenos Aires.⁴⁶

Porém, tanto Paucke como Millau acentuam que o carácter militar da Colónia do Sacramento não excluía a intensa actividade comercial que ali se realizava. Mais uma vez, podemos traçar um paralelo com Mazagão, que, durante o período filipino, foi um centro de comércio muito visitado pelos mercadores europeus, *"atraídos pela segurança do porto, pela inexistência de barreiras alfandegárias na entrada das mercadorias e pela facilidade dada pelas autoridades no trato com os comerciantes mouros e judeus"*⁴⁷.

A grande importância do comércio para Sacramento leva-nos também a tentar traçar um paralelo entre a fundação platina e as praças-fortes do Estado da Índia. A Colónia do Sacramento inseria-se no contexto das rotas comerciais do Atlântico, mantendo estreito contacto com o Rio de Janeiro, que supervisionava todas as actividades desenvolvidas na povoação, fossem ligadas à justiça, ou às actividades militares, civis, religiosas e comerciais. Tal dependência leva a pensar Colónia como uma feitoria carioca no Rio da Prata. Porém, mesmo considerando o papel de Sacramento como uma feitoria do Rio de Janeiro, há poucas semelhanças entre o sistema comercial implantado no Atlântico com o que existia no Índico.

No Estado da Índia, durante o século XVI, os portugueses procuravam controlar as rotas marítimas através da força, por meio da implantação do sistema de cartazes (licenças), que os comerciantes asiáticos deviam comprar para não verem os seus navios atacados pela frota portuguesa. Os cartazes eram vendidos a preços baixos, pois o lucro estava nas taxas alfandegárias que eram cobradas nas fortalezas onde os navios mercantes eram obrigados a aportar⁴⁸. Com a perda do domínio do Índico, que se seguiu à guerra com a Holanda, os portugueses tiveram que renunciar às tentativas de controlar o comércio asiático, concentrando as suas actividades na exportação de produtos orientais para a metrópole, ao passo que o comércio asiático era quase que invariavelmente feito através de associação com mercadores indianos⁴⁹. Mesmo nesse caso, os produtos comercializados eram originários das mais diversas regiões do Oriente e não se baseavam na produção dos territórios controlados pelos portugueses. O comércio de Goa era totalmente voltado para o exterior, através da redistribuição de mercadorias adquiridas num amplo espaço que ia de Moçambique a Macau, com fraca actuação sobre a sua interlândia, situação que contrasta com o que ocorria em Sacramento, que fazia da exportação dos couros extraídos na Banda Oriental o seu principal item de exportação.

Também as actuações militares desastrosas ou as heróicas defesas dos muros de Sacramento encontram muitos paralelos com a história dos portugueses no Oriente, sendo que a esta

comparação não se furtou Capistrano de Abreu ao escrever que, durante o cerco que se estendeu de 1735 a 1737, "o governador António Pedro de Vasconcelos resistiu com um esforço e heroísmo que lembra algumas das mais belas páginas da história portuguesa na Índia"⁵⁰. O mesmo se pode dizer da actuação dos portugueses nas praças de guerra do litoral marroquino, em cujas muralhas muitas vezes as mulheres combateram ombro a ombro com os homens⁵¹.

Porém, seria um erro ressaltar o carácter militar e comercial da Colónia do Sacramento em detrimento do importante papel de centro de povoamento que desempenhou até 1735. Os portugueses nunca conseguiram implantar uma colónia de povoamento no Estado da Índia. Segundo Boxer, a Coroa portuguesa desencorajava a ida de mulheres para a Ásia e África, com excepção das chamadas "órfãs d'el rei", sendo provável que elas não passassem de trinta por ano. Mesmo em número reduzido, ainda no século XVI, a Câmara de Goa pediu ao rei que não mais as enviasse, alegando que na cidade havia muitas moças, filhas de portugueses e mães asiáticas, em idade de casar⁵².

O povoamento era garantido pela miscigenação, já que a elite deixava as suas mulheres em Portugal, para onde voltava após cumprir o seu tempo de serviço, enquanto a maioria dos homens que se deixavam ficar acabava por coabitar com mulheres asiáticas⁵³.

Outra diferença fundamental com a sociedade colonial no Estado da Índia reside no facto de que, no Oriente, os portugueses subjugarão um importante número de populações autóctones, ao contrário do que se deu em Sacramento, onde o povoamento teve que ser incrementado a partir da implementação de uma política que favoreceu a emigração voluntária ou compulsória. A perda do controle das rotas marítimas no Índico, entre 1630 e 1660, desestabilizou a estrutura tradicional do Estado da Índia, baseada numa extensa rede de fortalezas e feitorias que controlavam pequenas extensões de terra. A sobrevivência foi garantida pela exploração agrícola da fértil Província do Norte, que então se constituía no maior território controlado pelos portugueses no subcontinente indiano⁵⁴. Ali, a exploração de pequenas aldeias,

onde a mão-de-obra indiana cultivava palmares e campos de arroz, garantiu a renda dos portugueses casados numa época em que declinava o comércio⁵⁵. Pearson sustenta que o impacto português no meio rural indiano foi mínimo, limitando-se às tentativas de conversão e à introdução de uma nova flora, já que os lusitanos não interferiam nas práticas tradicionais das aldeias, onde se limitavam a explorar o sistema de tributação que encontraram no momento da conquista⁵⁶.

Mais uma vez, voltamos então a traçar um paralelo entre a Colónia do Sacramento e as praças de guerra do norte da África, especialmente com Mazagão, cuja população era na sua maioria de origem portuguesa, já que eram raros os casamentos mistos, em geral feitos com pessoas que tinham sido capturadas quando crianças e convertidas ao cristianismo⁵⁷. Em Colónia, a presença dos casais povoadores garantiu que a população fosse predominantemente portuguesa, o que não exclui casos de miscigenação que, na sua maioria, eram o resultado das relações sexuais entre os senhores brancos e escravas índias e negras.

A perda da Província do Norte, conquistada pelos maratas em 1739, obrigou a Coroa portuguesa a reforçar a sua posição na Índia. Nos anos seguintes, os vice-reis marquês de Louriçal e conde de Assumar conquistaram uma grande área nas proximidades de Goa. A concentração territorial em torno da capital possibilitou a criação de uma base de apoio agrícola, demográfica e militar⁵⁸. No momento que em que Goa passava a ser a sede de um território considerável, ocorria justamente o contrário na Colónia do Sacramento, onde o bloqueio espanhol restringiu a área de actuação dos portugueses às proximidades da povoação, que assumiu então o aspecto de uma praça de guerra, cujo território não ultrapassava o alcance de um tiro de canhão.

A situação *sui generis* da Colónia do Sacramento dentro do quadro da colonização portuguesa na América levou-nos a traçar um paralelo entre a presença lusitana no Rio da Prata e no Oriente, pois, apesar do desejo manifesto da Coroa de "atar esta Colónia com os mais domínios da América portuguesa"⁵⁹, expresso através de planos de se fundarem novas povoações entre Sacramento e Laguna, por força das circunstâncias, a partir de

1735 a Colónia do Sacramento apresentou um carácter de insulamento que era característico das praças de guerra existentes na África do Norte e no Estado da Índia. Acreditamos que esse tipo de análise enriquece o nosso trabalho, na medida em que favorece o estudo das várias formas de colonização implementadas pela Coroa portuguesa nos seus vastos domínios ultramarinos.

◊

A fim de preservar seu domínio sobre a Banda Oriental, a Coroa portuguesa patrocinou a emigração de famílias que se dispuseram a deixar a metrópole para se instalarem nas terras próximas à Colónia do Sacramento. A política de povoamento procurava transformar a, até então, pequena fortaleza platina num dinâmico núcleo colonizador que garantisse a presença portuguesa no Rio da Prata, libertando o seu governador da dependência de remessas de homens e mantimentos provenientes de Lisboa e do Rio de Janeiro.

Embora a agricultura não desse os resultados esperados numa região que, pelo seu clima e pela fertilidade do seu solo, era comparada com vantagem às terras de Portugal, ela foi essencial para garantir a fixação da população numa área na qual a deserção era um autêntico flagelo para as autoridades. Nesse mesmo sentido, o clero católico também se destacou pela sua actividade, que consistia em estabilizar os diferentes grupos humanos que viviam num local que não se constituía somente num núcleo colonizador, pois, ao mesmo tempo, também era uma fortaleza militar e um lugar de degredo. Outros grupos importantes da população de Sacramento foram os escravos negros e os indígenas que, com o seu trabalho, tornaram possível o grande desenvolvimento na agricultura na pecuária, ocorrido durante o governo de António Pedro de Vasconcelos.

Os relatos que dispomos sobre as festas públicas realizadas na Colónia do Sacramento também nos mostram que, antes de tudo, elas serviam de instrumento para a glorificação do monarca e da Coroa portuguesa. Esse facto não era ditado pelo acaso, pois ligava-se à posição estratégica de Sacramento, situada nas

proximidades de Buenos Aires, e correspondia à ambição de D. João V de equiparar a corte portuguesa às suas congéneres europeias, através de uma política de espectáculo que visava encantar os estrangeiros.

Devido à sua localização numa região em disputa, Colónia distinguiu-se das demais povoações da América portuguesa. Apesar de contar com uma população considerável para a época, ela nunca teve o seu estatuto elevado a vila ou cidade, facto que a privou de um conselho municipal. As razões desse fenómeno talvez se liguem ao grande preconceito existente na época contra os comerciantes, especialmente porque, segundo as autoridades de Buenos Aires, eles não passavam de contrabandistas.

O acentuado carácter militar e comercial da Colónia do Sacramento foge às principais características dos estabelecimentos portugueses na América, porém é bastante comum entre as praças de guerra do norte de África e do Estado da Índia. Procuramos, pois, traçar um paralelo entre Colónia e as fortalezas construídas pelos portugueses no Oriente. As semelhanças são consideráveis, especialmente se consideradas a partir da implantação do campo de bloqueio espanhol, em 1735. Porém, antes dessa data, a Coroa contava fazer de Sacramento um importante pólo colonizador no Rio da Prata, a fim de assegurar a integração da Banda Oriental ao espaço da América portuguesa. A análise mostrou-nos que Colónia parecia um microcosmo do império colonial português, já que somava algumas características típicas da presença portuguesa no Oriente com a prática do sistema de povoamento implantado na América.

NOTAS

¹ António Filipe Pimentel, *Arquitectura e Poder. O Real Edifício de Mafra*, pp. 22-23.

^{*} António Filipe Pimentel, *op. cit.*, p. 76.

^{*} Rui Beblano, *D. João V. Poder e Espectáculo*, pp. 109-118.

⁴ Antônio Filipe Pimentel, *op. cit.*, p. 78.

⁵ Consulta do Conselho Ultramarino de 03 de Julho de 1734, in IHGB, Arq. 1.1.26, fl. 204v.

⁶ Consulta do Conselho Ultramarino de 19 de Abril de 1730, in IHGB, Arq. 1.1.26, fls. 67-71v.

⁷ *Gazeta de Lisboa*, 8 de Maio de 1732, in Manuel Lopes de Almeida (org.), *Notícias Históricas de Portugal e Brasil (1715-1750)*, p. 165.

⁸ *Relação das festas que fez Luiz Garcia de Bivar*, Lisboa, Oficina de Pedro Ferreira, 1753.

⁹ José Custódio de Sá e Faria, "Diário da Expedição e Demarcação da América Meridional e das Campanhas das Missões do Rio Uruguai (1750-1761)", in Tau Golin, *A Guerra Guaraniítica*, pp. 255-261.

¹⁰ José Torre Revello, *Crônicas del Buenos Aires Colonial*, pp. 31-32.

¹¹ Gomes Barbosa ao rei, 15 de Dezembro de 1718, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 1, doc. 40.

¹² Consulta do Conselho Ultramarino de 28 de Abril de 1722, in IHGB, Arq. 1.1.21, fls. 94-95.

¹³ Representação dos povoadores da Colônia do Sacramento, in AHU, *Rio de Janeiro*, cx. 33, doc. 7695

¹⁴ Vasconcelos ao rei, 9 de Maio de 1732, AHU, Rio de Janeiro, cx. 33, doc. 769.

¹⁵ Representação dos povoadores da Colônia do Sacramento, in AHU, *Rio de Janeiro*, cx. 33, doc. 7695

¹⁶ Afonso de E. Taunay, *op. cit.*, tomo VIII, p. 445.

¹⁷ Corsino Medeiros dos Santos, *op. cit.*, p. 3.

¹⁸ C. R. Boxer, *O Império Colonial Português*, pp. 303-304.

¹⁹ Francisco Bethencourt, "As Câmaras e as Misericórdias", in Bethencourt e Chaudhruri, *op. cit.*, vol. 3, p. 274.

²⁰ Respondendo ao protesto que os mercadores fizeram à Coroa contra a concorrência inglesa no comércio ilícito com os espanhóis, Vasconcelos informou ao rei que "estes homens são uns comissários que vivem da comissão que tiram da fazenda vendida". Cf. carta de Vasconcelos ao rei, 22 de Maio de 1726, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 169.

²¹ A. J. R. Russell-Wood, "Senhores de Engenho e Comerciantes", in Bethencourt e Chaudhruri, *op. cit.*, vol. 3, p. 205.

²² Relação dos rendimentos e dízimos, 30 de Março de 1732, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 3, doc. 240.

²³ A. J. R. Russell-Wood, "Governantes e Agentes", in Bethencourt e Chaudhruri, *op. cit.*, vol. 3, p. 171.

²⁴ Stuart Schwartz, "O Brasil no Sistema Colonial", in Bethencourt e Chaudhruri, *op. cit.*, vol. 3, pp. 48-149.

²⁵ Consulta do Conselho Ultramarino de 26 de Abril de 1749, in ABNRPJ, vol. L, p. 61.

²⁶ Vasconcelos ao rei, 6 de Fevereiro de 1723, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 1, doc. 94

²⁷ Bluteau assim definiu o termo povoação: "Os moradores de um lugar, vila ou cidade, ou o mesmo lugar, vila ou cidade; como quando se diz: grande ou pequena povoação. Povoação também, às vezes, vale o mesmo que colônia". Por sua vez, a definição do termo povoador remete ao seu papel específico de colonizador: "Aquele que é do número dos que fizeram alguma nova povoação ou colônia. Fundador de novas povoações". Raphael Bluteau, *Vocabulário Português e Latino*, vol. 5 (O-P). 1720.

²⁸ Colônia foi elevada a vila em 1809, quando estava sob o domínio espanhol. Cf. Anibal M. Riveros Tula, *op. cit.*, p. 241.

²⁹ Margarida Tavares da Conceição, "A Praça da Guerra: Aprendizagem entre a Aula do Paço e a Aula de Fortificação", in *Revista Oceanos*, n° 41, Jan.-Mar. 2000, p. 26.

³⁰ D. Manuel Lobo ao rei, 12 de Março de 1680, in J. C. Rego Monteiro, vol. 2, *op. cit.*, p. 29.

³¹ "Cidadela é um forte de quatro ou cinco ângulos, fabricado junto da praça, ou dentro dela, para a dominar, frear e bater, sendo necessário", in Raphael Bluteau, *Dicionário Português e Latino*, vol. 2, (B-C), 1712.

³² As cartas foram publicadas em, Luís Ferrand de Almeida, *A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil*, pp. 330-331 e J. C. Rego Monteiro, *op. cit.*, vol. 2, pp. 41-42 e 51-53

³³ Para justificar os seus direitos sobre o Rio da Prata, o governo de Portugal mandou publicar, em português, francês e espanhol, um manifesto intitulado "Notícia e justificação do Ilíu e boa lé com que se obrou a Nova Colônia do Sacramento, nas terras da capitania de São Vicente, no sítio chamado São Gabriel, nas margens do Rio da Prata", que mandou distribuir às cortes europeias. Nele, foram apresentados tratados com a Espanha, bulas papais e uma série de relatos de navegadores, geógrafos e cronistas portugueses e estrangeiros que sustentavam a tese da Coroa portuguesa de que os limites dos seus domínios americanos se estendiam até o Rio da Prata. Publicado na *Revista de História*, vol. LXVIII.

³⁴ Florián Paucke, "El Silberfluss, Montevideo y la Colônia del Sacramento", in Alvaro Barros-Lémaz (comp.), *V Centenário en el Rio de la Plata*, p. 75.

³⁵ Margarida Tavares da Conceição, *op. cit.*, p. 27.

³⁶ Miguel Angel Odrizola, "Patrimonio Arquitectónico y Urbanístico", in Ernesto Daragnès Rodero (dir.), *300 Años de Colonia*, p. 86.

³⁷ Florián Paucke, *op. cit.*, p. 75.

³⁸ Francisco Millau, *Descripción del Rio de la Plata*, p. 112.

³⁹ Martinho de Mendonça a Gomes Freire, 18 de Julho de 1737, in RAPM, vol. II, p. 446.

⁴⁰ C. R. Boxer, *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica*, Lisboa, 1977, p. 33.

⁴¹ Augusto Ferreira do Amaral, *História de Mazagão*, p. 22.

⁴² António Dias Farinha, *História de Mazagão durante o Período Filipino*, p. 56.

⁴³ António Dias Farinha, *op. cit.*, p. 89.

⁴⁴ António Dias Farinha, *op. cit.*, p. 67.

⁴⁵ Florián Paucke, *op. cit.*, pp. 75-76.

⁴⁶ Francisco Millau, *op. cit.*, pp. 112-113.

⁴⁷ António Dias Farinha, *op. cit.*, p. 55.

⁴⁸ M. N. Pearson, *Os Portugueses na Índia*, pp. 52-53.

⁴⁹ C. R. Boxer, *A Índia Portuguesa em Meados do Século XVIII*, pp. 63-69.

⁵⁰ Capistrano de Abreu, "Sobre a Colônia do Sacramento", Introdução a Simão Pereira de Sá, *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata*, p. XXVIII.

⁵¹ C. R. Boxer, *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica*, p. 17.

⁵² C. R. Boxer, *O Império Colonial Português*, pp. 137-138.

⁵³ M. N. Pearson, *op. cit.*, p. 117.

⁵⁴ Francisco Bethencourt, "O Estado da Índia", in Bethencourt e Chaudhruri, *op. cit.*, vol. 3, pp. 264-265.

⁵⁵ C. R. Boxer, *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica*, pp. 95-98.

⁵⁶ M. N. Pearson, *op. cit.*, pp. 123-126.

⁵⁷ C. R. Boxer, *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica*, pp. 15-16.

⁵⁸ Francisco Bethencourt, "O Estado da Índia", in Bethencourt e Chaudhruri, *op. cit.*, vol. 3, pp. 264-265.

⁵⁹ Relatório do conselheiro António Rodrigues da Costa (1715), in Jonathas da Costa Rego Monteiro, *op. cit.*, vol. 2, pp. 59-62.

4 – “UM NINHO DE CONTRABANDISTAS”

Capistrano de Abreu escreveu que a Colónia do Sacramento foi um “*ninho, antes de contrabandistas que de soldados*”, a fim de ressaltar a grande importância do comércio ilícito na sua história. Embora haja um certo exagero nessa afirmação, baseada principalmente na notícia de um anónimo sobre a situação de Sacramento durante o governo de Cristóvão Orneias de Abreu, pode-se afirmar que o contrabando, como meio de obter uma parcela da produção da prata extraída em Potosí, foi uma das principais razões da fundação de Colónia. Talvez a principal delas, pois a mesma foi criada numa época em que Portugal se encontrava em sérias dificuldades económicas, em decorrência dos gastos da guerra da restauração da sua independência.

4.1. – OS LUCROS

4.1.1. – As Vias do Contrabando

Foi no período que se seguiu à devolução de Sacramento aos portugueses, em 1682, que se estabeleceu a rede contrabandista que faria a fama do povoado. O contrabando foi particularmente intenso durante o governo de Cristóvão Orneias de Abreu (1683-1690), já que o governador foi um dos principais interessados no desenvolvimento do mesmo.

Nos primeiros tempos da presença lusitana em Colónia, as embarcações portuguesas que iam a Buenos Aires comprar mantimentos também transportavam mercadorias contrabandeadas. Em 1690, quando o governador de Buenos Aires, José de Herrera y Sotomayor, protestou a Orneias de Abreu contra essa via de comércio ilícito, o governador de Sacramento respondeu-lhe que fiscalizava todos os barcos que partiam de Colónia com destino a Buenos Aires e que se os marinheiros ou soldados levavam alguma mercadoria consigo, não era coisa de valor⁶.

Nos momentos em que aumentava a fiscalização espanhola sobre as embarcações portuguesas que visitavam o porto de Buenos Aires, os contrabandistas procuravam outros locais para realizar as suas transacções. As ilhas do delta do Paraná, especialmente a ilha de Martim Garcia, mostraram-se então lugares sa-tisfatórios para a prática do comércio ilícito. De facto, Herrera y Sotomayor queixou-se a Orneias de Abreu de que os portugueses iam buscar lenha na ilha de Martim Garcia, bastante frequentada pelos habitantes de Buenos Aires, quando podiam fazer o mesmo nas proximidades de Colónia⁷. Para evitar descaminhos, Herrera y Sotomayor ordenou que um destacamento ocupasse a ilha⁴.

Embora o governador de Buenos Aires tenha sido responsável por uma série de medidas de repressão ao contrabando, parece que elas serviam mais aos seus próprios interesses que aos do seu soberano, pois o ouvidor geral do Rio de Janeiro assegurava à Coroa que Orneias de Abreu se havia mancomunado com o governador de Buenos Aires a fim de controlar o comércio ilícito. Segundo o mesmo, era o próprio governador de

Colónia quem avisava Herrera y Sotomayor das actividades secretas dos contrabandistas que não estavam ligados à rede controlada pelos mesmos⁵.

O escandaloso procedimento do governador de Colónia deu origem a inúmeras queixas contra a sua administração que, com certeza, não partiram somente dos comerciantes lesados, mas também das demais camadas da população, pois, através de um comerciante que lhe servia de “testa-de-ferro”, o governador cobrava preços extorsivos pelas mercadorias e mantimentos enviados do Rio de Janeiro para o sustento dos soldados e moradores⁸. A grande distância entre Colónia e o Rio, onde foi aberta uma devassa contra a administração de Orneias, somada à ajuda dos seus amigos na cidade, permitiram ao governador escapar à condenação. Encerrada a devassa, Orneias de Abreu mandou dizer ao juiz que não pagaria os custos do processo porque era solteiro, vivia do seu soldo e o que deveriam fazer no Rio era mandarem-lhe reforços⁷!

Devem ter pesado, na defesa de Orneias, os lucros do contrabando remetidos para o Rio de Janeiro. Em 29 de Julho de 1684, a câmara do Rio deu conta à Coroa que, por via das embarcações que levaram mantimentos para Colónia, entraram na cidade muitas moedas espanholas de meio real, as quais, em comum acordo entre a câmara, o governador e o ouvidor geral, passaram a circular pelo valor de quarenta réis⁹. Em carta ao rei, datada de 25 de Julho de 1689, o então governador interino do Rio de Janeiro e futuro sucessor de Orneias de Abreu no governo de Colónia, D. Francisco Naper de Lencastre, informava Sua Majestade da chegada de um patacho vindo de Colónia com mais de cem mil cruzados em patacas, prata lavrada e pinhas. Acrescentava ainda que os donos da embarcação lhe asseguraram que era contínua a remessa de prata⁹.

Embora as reais cédulas proibissem aos espanhóis, sob pena de morte, o trato com os portugueses, a repressão ao contrabando só se tornou efectiva quando D. Augustín de Robles substituiu Herrera y Sotomayor no governo de Buenos Aires, em 1691, o que ocasionou a paralisação temporária do comércio hispano-português. Robles sempre procurou cumprir as ordens

que vedavam o comércio com os portugueses e por isso proibiu a venda de suprimentos que, através da guarda de São João, chegavam aos portugueses e que geralmente acobertavam o contrabando. A defesa dos interesses dos portenhos levou o *cabildo* de Buenos Aires a pedir ao rei a prorrogação do governo de Robles, chegando mesmo a garantir o pagamento de metade do salário do governador, se fosse atendido na sua solicitação¹⁰.

Para a reactivação do comércio ilícito, o novo governador de Colónia, D. Francisco Naper de Lencastre (1689-1699), contava com a conivência das autoridades espanholas, pois escrevia que: *"Com o comércio dos castelhanos poderá por este porto entrar no nosso Reino muita prata, como já sucedeu, e se agora está suspenso com os apertos deste governador, amanhã poderá vir outro que mesmo o solicite, porque sempre são mais os que atendem a sua conveniência que ao serviço dos seus reis"*¹¹.

O seu sucessor no governo de Sacramento, Sebastião da Veiga Cabral (1699-1705), pensava o mesmo a respeito dos seus colegas espanhóis, dizendo *"ser neles maior o empenho da conveniência própria, do que o estímulo da lei"*¹². Completava alegando que a razão do empenho das autoridades espanholas em reprimir o contrabando não se ligava ao cumprimento das suas obrigações, mas antes atendia aos seus interesses particulares, pois obtinham parte dos lucros das mercadorias trazidas nos navios de registro, transacção esta que ficava comprometida com a concorrência portuguesa. Daí o rigor com que combatiam o contrabando. Com certeza, nem todos os governadores de Buenos Aires foram tão corruptos como sugere Veiga Cabral, embora boa parte deles lucrasses efectivamente com o contrabando ou com a protecção dada aos comerciantes oficiais.

Ainda segundo o governador Sebastião da Veiga Cabral, a principal causa do aumento da repressão, durante o seu governo, ligava-se à atitude orgulhosa dos portugueses que, abertamente, faziam alarde das grandes quantidades de prata que obtinham no comércio com os espanhóis. Dizia ainda que o contrabando só fora coibido porque, até ao fim da sua administração, em 1705, os portugueses só sabiam o caminho de Buenos Aires, sendo que

as autoridades espanholas não poderiam impedi-lo se os contrabandistas utilizassem locais ermos para as suas actividades¹³.

Completava dizendo que: *"para os castelhanos nos poderem impedir o comércio não basta que lhes convenha, e o desejarem impedir: é necessário que o possam fazer, evitando a ocasião da introdução"*. De facto, a repressão ao contrabando não era uma tarefa fácil para as autoridades coloniais espanholas, tendo em vista *"a dificuldade de tão dilatadas navegações, a quantidade de tantos rios, a multidão de tantos portos, a vastidão de campinas desertas [e] a falta de guarnições"*¹⁴.

Na verdade, a ideia de escapar à vigilância dos espanhóis buscando lugares ermos para efectuar as transacções não era nova, pois, como vimos anteriormente, já em 1690 os portugueses utilizavam-se do pretexto de buscar lenha em Martim Garcia para desenvolver o contrabando na ilha, prática que talvez tenha caído em desuso durante o governo de Veiga Cabral. Também seu antecessor no governo de Colónia, Naper de Lencastre, pensara em controlar a navegação do Rio da Prata e seus afluentes, interrompendo desse modo o comércio entre as Missões e Buenos Aires através do rio Uruguai. Além disso, escondidos pela vegetação das ilhas do delta do Paraná, os portugueses poderiam roubar a prata que descia do Peru a caminho da capital da província do Rio da Prata¹⁵.

Contudo, os ambiciosos planos de Naper de Lencastre e Veiga Cabral para desenvolver o comércio ilícito no Rio da Prata foram arruinados pela ocupação da Colónia do Sacramento pelos espanhóis em 1705, como consequência da mudança da política de aliança portuguesa na Europa. Com a volta dos portugueses ao Rio da Prata, a rede contrabandista não tardaria a ser reactivada.

Em 1717, na proposta feita ao rei pelo conselheiro João das Neves sobre as condições em que se daria o restabelecimento dos portugueses em Colónia, um dos principais assuntos foi a regulamentação do comércio com os espanhóis. Previa-se a isenção por um ano das tarifas alfandegárias sobre as mercadorias trazidas pelos castelhanos: ouro, prata, couro e corantes naturais. Com o desenvolvimento do comércio, as mercadorias passariam a pagar 10% de direitos à Fazenda Real. Os tecidos vendidos

pelos comerciantes lusos aos espanhóis pagariam 10% se fossem de produção nacional e 23% se fossem estrangeiros. O açúcar pagaria 20%, enquanto o ouro, a prata e os couros comercializados em Colónia deveriam pagar o quinto¹⁶.

Como medida para acelerar o desenvolvimento da nova povoação, a Coroa portuguesa isentou de impostos, por dez anos, todas as mercadorias permitidas que fossem enviadas para Colónia. Essa medida favoreceu o tráfico com os portos brasileiros, de onde diversas embarcações se dirigiram para Sacramento¹⁷. E, se os portugueses tinham interesse em reabrir o comércio com os espanhóis, o mesmo pode ser dito a respeito de boa parte dos habitantes de Buenos Aires, já que as mercadorias dos portugueses tinham preços inferiores às vendidas pelos navios de registro e podiam ser comercializadas no Chile e no Alto Peru por três ou quatro vezes o valor de que custavam em Buenos Aires. Por isso, em meados do século XVIII, um contemporâneo escrevia que *"aquí [em Buenos Aires] todo homem de caudal é mercador e o que se toma por mais nobre está todo o dia com a vara de medir na mão"*¹⁸.

Portanto, cedo o contrabando foi restabelecido e a primeira notícia que temos dele é datada de 20 de Janeiro de 1720, quando um navio, saído do porto de Colónia em direcção ao Rio de Janeiro, encalhou em frente às barrancas do rio de Santa Luzia, próximo a Montevideu. Os tripulantes foram auxiliados pela tripulação de três lanchas espanholas comandadas pelo capitão Francisco de Amestoy. Porém, ao recuperar-se o carregamento do navio, os espanhóis encontraram grande quantidade de prata amoedada e lavrada, evidente indício de contrabando. A tripulação, incluindo os religiosos que seguiam para o Rio, foi remetida presa a Buenos Aires¹⁹. As autoridades portuguesas, em Sacramento e em Lisboa, fizeram várias tentativas no sentido de recuperar a prata confiscada, porém só conseguiram que os espanhóis depositassem as 150.997 patacas e algumas peças de prata lavrada no Colégio da Companhia de Jesus de Buenos Aires em 1725, *"por se não acharem fiadores idóneos"*²⁰.

A real cédula de 26 de Maio de 1721 fez referência ao contrabando dizendo que, todos os anos, de quatro a seis embarcações

seguiam do Brasil para Colónia e que, ao chegar ao Prata, eram descarregadas a quarenta ou cinquenta léguas de Buenos Aires, sem que fosse possível impedir tal comércio. Embora não fosse novidade a ordem de empenho na repressão ao contrabando reconhecia-se então que a origem do mesmo estava na aplicação do sistema monopolista de comércio espanhol, que dificultava o abastecimento das colónias. Por isso, o rei ordenava que *"para que daqui por diante não tenham a mais leve desculpa ou pretexto de carecer do necessário nessas províncias, dei providência para abastecê-las com frequência de roupas e géneros de Espanha"*²¹. Entretanto, apesar da vontade expressa da metrópole em garantir o abastecimento de Buenos Aires, as comunicações directas entre a Espanha e o Prata continuaram precárias, pois, em 1723, o governador queixava-se ao rei que os constantes atrasos dos navios espanhóis obrigavam os portenhos a ir comprar tecidos a Colónia²².

Até mesmo a guarnição de Buenos Aires funcionava como agente incentivador do contrabando, pois, através da real cédula de 16 de Maio do mesmo ano, Filipe V avisou o governador, D. Bruno de Zabala, que chegara ao seu conhecimento que as moedas enviadas de Potosí para o pagamento dos soldados da guarnição de Buenos Aires faziam-se invisíveis naquela cidade, pois, devido ao contrabando, todas seguiam para Colónia²³. Mantida para a defesa da cidade e para o combate ao comércio ilícito, a guarnição de Buenos Aires indirectamente acabava por contribuir para o aumento do contrabando na medida em que, através da remessa de seus soldos vindos de Potosí, burlava legalmente a limitação do envio de moeda para as províncias platinas.

Nem mesmo a guarda de São João, criada para vigiar e bloquear o avanço dos portugueses, resistia à tentação do contrabando. A redução de Santo Domingo Soriano, situada às margens do rio Negro, perto do seu encontro com o rio Uruguai, também se tornou um activo centro de comércio ilícito, onde se trocavam couro e sebo por tecidos, ouro, aguardente, tabaco e escravos. Os numerosos rios e arroios das suas proximidades serviam de refúgio e centro de abastecimento para os contrabandistas espanhóis e portugueses²⁴.

No ano de 1723, temos notícia da tentativa de abrir uma nova rota de comércio ilícito. Em carta ao governador de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, o capitão-mor de Laguna, Francisco de Brito Peixoto, informou-o sobre a chegada de cinco espanhóis à vila com o objectivo de venderem gado. Um dos espanhóis vinha de Santa Fé, de onde disse ter assegurado aos comerciantes da facilidade em abrir comércio com os habitantes de Laguna, pois os contrabandistas espanhóis buscavam meios de fugir às apreensões de mercadorias feitas pela guarda de São João²⁵. Apesar do optimismo do contrabandista santafesino, a distância entre Laguna e as povoações espanholas era muito grande para favorecer o comércio ilícito, por isso Colónia continuou a ser o principal centro de contrabando da América do Sul.

Ao chegar a Buenos Aires em Abril de 1729, o jesuíta Gaetano Cattaneo relatou que os comerciantes que vinham na mesma frota na qual viajava receberam tristemente a notícia de que no porto de Colónia se encontravam ancorados vinte navios, entre portugueses, ingleses e franceses, os quais já haviam vendido todas as mercadorias que transportavam, através do uso de pequenas embarcações que levavam furtivamente o contrabando aos compradores espanhóis²⁶. Por isso os comerciantes oficiais eram os primeiros a pressionar as autoridades coloniais espanholas para impedir o comércio ilícito, como relatava o governador Vasconcelos ao rei, dizendo, no mesmo ano, que em Buenos Aires aumentou a repressão ao contrabando depois que o contratador se queixou ao governador. Todavia, o mesmo salientava que, apesar das restrições, os altos preços das mercadorias vindas da Espanha continuavam a alimentar o comércio ilícito, já que *"não tinha cessado a passagem da prata"*²⁷.

O contrabando em larga escala no Rio da Prata acabou por forçar o abandono dessa rota pelos comerciantes oficiais, que não puderam mais suportar a concorrência dos contrabandistas. As restrições aos comerciantes espanhóis, que impediam o navio de registro de carregar mais de quinhentas toneladas de mercadorias para suprir as províncias do Rio da Prata, Paraguai e Tucumã, proibindo que por essa via as mercadorias fossem introduzidas no Peru e limitando a quantidade de moeda que de lá

podia passar para as províncias platinas, ocasionou a vitória dos contrabandistas sobre os comerciantes oficiais. O resultado do fracasso do sistema comercial espanhol foi que até mesmo o Alto Peru passou a ser suprido pelos contrabandistas, através do porto de Buenos Aires, como escreveu a Zabala o vice-rei, reclamando que os serranos já não seguiam para Lima para efectuar as suas compras²⁸.

Ainda que repetidas reais cédulas, em 1716, 1717, 1721, 1722, 1723, 1726 e 1737²⁹, ordenassem o combate ao comércio ilícito e apesar do empenho de Zabala nesse sentido, tendo durante o seu governo tomado aos contrabandistas estrangeiros mais de 200.000 couros e ordenado o confisco dos bens dos espanhóis envolvidos com o comércio ilícito³⁰, o mesmo queixava-se de que era impossível *"separar os espanhóis da comunicação com os portugueses, por estar a sua inclinação tão disposta a desprezar os riscos afim de conseguir cada um seus fins"*³¹.

Nem a eventual aplicação das severas leis das Índias, que condenavam os contrabandistas ao confisco de bens, prisão e mesmo à pena de morte, foi suficiente para impedir a acção dos mesmos, pois o contrabando não era considerado como um acto ilícito pela população, que simplesmente procurava suprir-se de artigos de necessidade pelo melhor preço. Segundo Gregorio Funes: *"Uma necessidade extrema não sofre o freio das leis: violá-las em tal caso, longe de ser um crime, é um dever"*³².

Tal era a atracção do comércio ilícito que, mesmo em épocas de conflito aberto, continuou a ser praticado. Quando, em 1737, durante o sítio espanhol, o governador interino de Minas Gerais escreveu a Gomes Freire de Andrade sobre a utilidade da permanência de algumas embarcações ligeiras em Colónia, julgou oportuno ressaltar que as mesmas deveriam ser utilizadas para *"a devida vigilância, e se não abandonassem aos interesses do comércio do contrabando"*³³.

Restabelecida a paz no Rio da Prata através do armistício de Paris, assinado em 1737, o governador Miguel de Salcedo autorizou aos portugueses a retirada de lenha da ilha de Martim Garcia, *"porém com a condição de que não se aproveitassem, como sempre, delas para seu comércio ilícito"*³⁴. Como de hábito,

a proibição não foi respeitada. Temos notícia de que, em Novembro de 1743, uns portugueses que saíram de Colónia numa lancha em direcção à ilha de Martim Garcia, foram presos pelos espanhóis por levar contrabando consigo³⁵. Como as operações contrabandistas bem sucedidas raramente são documentadas, é de se supor que as visitas à ilha eram frequentes, apesar das constantes medidas tomadas pelas autoridades espanholas na sua repressão.

Depois da paz de 1737, a Colónia do Sacramento passou a viver sob a estreita vigilância das guardas espanholas que cerraram o acesso dos portugueses à campanha. Porém, a conviência dos guardas espanhóis com os contrabandistas possibilitou a continuação do contrabando, como bem observou o jesuíta Florián Paucke em sua visita a Sacramento em 1749, dizendo que: *"Não é possível que desde o lado da terra possa introduzir-se alguma coisa se – bem entendido – as sentinelas não são astutas intermediárias. Eu não sei se tal coisa ocorre, porém é provável que seja assim"*³⁶.

Na sua *Descripción de la Provincia del Río de la Plata*, publicada em 1772, Francisco Millau fez um interessante relato do contrabando entre Buenos Aires e Colónia:

*"São os de Buenos Aires ao presente que vendem e permutam com outros os géneros que levam eles mesmos a Colónia, em cujo porto se provêm de quantas embarcações possam necessitar para continuar esse transporte, para o que em geral escolhem pequenas e de remos, para poder-se melhor livrar das lanchas corsárias que costumam apresar de quando em quando algumas das que perseguem; porém nem por isso deixa de continuar esse trato. O grande lucro dos que logram chegar bem com sua carga, que lhes custa pouco por ser de géneros baratos do país, como couros, trigo, sebo e graxa, e vendem ali por sua muita estimação, três vezes mais ou pelo menos o dobro de seu valor, anima-os a prosseguir e a outros a empreender o mesmo para conseguir igual utilidade"*³⁷.

Se, mesmo numa época em que o bloqueio a Colónia era muito rígido, como de facto o era na época em que Millau fez a sua descrição, o contrabando florescia, pode-se imaginar a intensidade que teve em épocas anteriores, quando os espanhóis ainda não possuíam os meios necessários para manter a praça sob um intenso bloqueio terrestre e marítimo. Do mesmo relato também podemos observar que não eram somente os portugueses que auferiam grandes lucros através do contrabando, pois era somente através dele que os colonos espanhóis conseguiam bons preços pelas mercadorias produzidas na região platina.

As lanchas corsárias espanholas, descritas no relato de Millau como o principal perigo a ser enfrentado pelos contrabandistas que navegavam nas águas do Rio da Prata e seus afluentes, faziam parte de uma medida tomada pelo governo espanhol em 1725, que visava a protecção do comércio dos contrabandistas. Embarcações de grande calado foram construídas para servir como navios guarda-costas no Caribe, enquanto que em Buenos Aires os governadores costumavam utilizar-se das embarcações particulares quando desejavam perseguir navios estrangeiros³⁸. O uso dessas lanchas corsárias era muito menos frequente ou mesmo pouco eficiente no período que interessa ao nosso estudo, pois não encontramos nenhum relato português a respeito do perigo representado por elas³⁹.

Ainda segundo Francisco Millau, os inúmeros pequenos canais formados pelo delta do rio Paraná constituíam um esconderijo seguro para os contrabandistas espanhóis que seguiam para Colónia em busca de mercadorias. Com vento sudeste a este era-lhes fácil o retorno, em menos de uma noite, ao delta do Paraná onde, por precaução, voltavam a esconder-se nos canais do rio, e dali faziam o desembarque das mercadorias contrabandeadas na margem direita do Rio da Prata. Durante a noite, o contrabando era passado, aos poucos, de fazenda em fazenda até chegar a Buenos Aires, cuidadoso processo que, muitas vezes, não deixou de contar com a ajuda das autoridades encarregadas de impedi-lo⁴⁰.

Como parecia ser impossível proceder a uma repressão eficaz ao contrabando, Carlos III tentou mudar a mentalidade dos

seus vassallos com a ajuda da Igreja. Uma real cédula, em 1776, ordenou aos sacerdotes e pregadores que, dos púlpitos e confessi-onários, tentassem inculcar nos fiéis o sentimento de que defraudando o rei desobedeciam também às leis divinas, pecando gravemente⁴¹. Embora tal ordem não tenha resolvido o problema, é importante fazer referência a ela como uma tentativa do governo em mudar a mentalidade da população, muito mais interessada em atender às próprias necessidades que em contribuir com o fisco real.

4.1.2. – Um Comércio Rentável e Seguro

Numa tentativa de reconstituir as preocupações quotidianas dos comerciantes estabelecidos em Sacramento, buscamos auxílio no estudo da numerosa correspondência comercial organizada por Luís Lisanti⁴². Esta fonte é de importância fundamental para o nosso estudo, uma vez que a grande maioria da documentação que pesquisamos é de origem administrativa, sendo que a portuguesa tende a generalizar os resultados do contrabando, enquanto a espanhola aborda principalmente os meios utilizados na sua repressão. Embora este estudo não abranja toda a rede de comerciantes estabelecida na Colônia do Sacramento, restringindo-se a um grupo deles, do qual dispomos de fontes, cremos que ele servirá para nos dar uma ideia sobre a actuação dos comerciantes, já que o grupo estudado provavelmente se constituía na principal casa comercial estabelecida em Colônia, a julgar pelo grande volume dos seus negócios lá realizados.

Em 6 de Junho de 1725, o comerciante português José Meira da Rocha informava Francisco Pinheiro⁴³ que, há três anos, havia partido de Lisboa com destino a Colônia do Sacramento, onde trabalhava como agente comercial de Paulus Hieronimo Mediei e Egneas Beroardi⁴⁴. Informava ainda que, em Colônia, vendia as suas mercadorias a bons preços, mas que, devido às dificuldades de relacionamento com os espanhóis, aquando da tentativa dos portugueses de se estabelecer em Montevideu, recebeu ordens de seguir para o Rio de Janeiro, a

fim de tentar vender as mercadorias restantes. No Rio, Rocha propôs a Pinheiro associar-se ao seu agente comercial na cidade, Luís Álvares Preto, no lugar de João Francisco Muzzi, que se encontrava afastado dos negócios. Caso essa associação não fosse aceite, Meira da Rocha propunha-se a servir Pinheiro como seu agente comercial em Colônia. Oferecia ainda a quantia de 50 cruzados⁴⁵ para a constituição de uma companhia comercial dedicada à compra de couros na Colônia do Sacramento⁴⁶.

Essa companhia constituiu-se, efectivamente, em Setembro do mesmo ano. Os sócios, em Lisboa, eram Carlos Brum e Carlos Martins, com dois quartos do capital inicial, fornecidos por Egneas Beroardi e Paulus Hieronimo Mediei, que também entraram como sócios com um quarto do capital, do mesmo modo que Francisco Pinheiro. Aos seus agentes na Colônia do Sacramento, Pedro Fernandes de Andrade, José Meira da Rocha e Damião Nunes de Brito, estaria reservado um quarto das comissões ao primeiro e três quartos aos dois últimos. Esses agentes estavam encarregados de comprar todos os couros grandes e limpos de polilha⁴⁷ disponíveis, os quais poderiam trocar pelas mercadorias consignadas, conquanto que não excedessem a quantia de 900 réis por cada couro posto a bordo, já pagos os direitos e comissões⁴⁸.

Entretanto, a nova sociedade não se dedicou exclusivamente ao comércio do couro, mas também buscou os lucros representados pelo comércio de manufacturados em Colônia. Como vimos, José Meira da Rocha acenava a Francisco Pinheiro com 85% a 90% de lucro no preço líquido das mercadorias vendidas na Colônia do Sacramento. Como se essa informação não fosse o suficiente para interessar ao comerciante lisboeta, acrescentou ainda uma lista de algumas mercadorias com os preços pagos por elas pelos espanhóis. Transcrevemos a lista das mercadorias em que ele fez a comparação entre seu preço em Lisboa e o alcançado em Colônia:

"Crês⁴⁹ brancos de 54 varas que se vendem em Lisboa de 12 a 14 réis a peça, na Colônia se vendem de 30 a 35 a peça. Ruões⁵⁰ brancos de França largos, [que]

chamam os franceses pontevis, de 28 a 30 varas a peça vende-se na Colónia de 500 a 560 réis a vara. Custando nessa [cidade do Rio de Janeiro] de 180 a 200 réis a vara (...)

Pano de linho que nessa custa de 200 a 240 réis a vara na Colónia se vende de 500 a 560 réis a vara.

Chapéus finos de 1.800 a 2.000 réis na Colónia se vendem de 3.500 a 3.750 réis cada um e alguns a 4.125.

Tesourinhas que nessa custam de 500 a 550 réis a dúzia e na Colónia dão de 1.500 a 1.875 réis a dúzia⁵¹.

Da lista acima verifica-se que, nas mercadorias relacionadas, os lucros chegavam a ultrapassar a casa dos 100%. Contudo, a grande margem de lucro não era a principal vantagem do comércio realizado na Colónia do Sacramento. O que atraía os comerciantes para o Prata era a circunstância de que lá as vendas faziam-se mediante o pagamento imediato e não a crédito, como era comum na América portuguesa.

No Rio de Janeiro, o ritmo dos negócios frequentemente se relacionava com nível da extração do ouro em Minas Gerais. Em 1726, Muzzi e Preto queixavam-se a Pinheiro de que os seus melhores clientes vinham faltando com a liquidação, devido à falta de pagamento de seus devedores nas Minas⁵². Em 1734, informavam que não podiam *“cobrar dos devedores que se achavam distantes desta cidade espalhados pelas minas, e [de] muitos deles não temos noticia⁵³”*. Em 1736, a queixa dizia respeito à baixa na produção aurífera e da conseqüente pouca saída dos tecidos e falta de pagamento dos credores⁵⁴.

Efectivamente, apesar dos mineiros terem acesso directo ao ouro, então considerado como um meio universal de troca, o comércio em Minas Gerais caracterizava-se por *“comprar-se tudo fiado, a pagamento de um ano, ano e meio e dois anos, e não há cousa nenhuma que se compre com pagamento à vista, senão fiada⁵⁵”*. Em toda a região, o mecanismo de endividamento da população com relação aos comerciantes era enorme, o que não deixava de ser útil para a própria administração, que também buscava financiamento junto aos grandes comerciantes⁵⁶.

Embora José Meira da Rocha reclamasse dos tempos difíceis do comércio, como em 1727 e 1728, quando se diz *“amofinado nesta Colónia⁵⁷”*, garantia que lá *“se não experimentam os eternos fiados, e arrecadações do Brasil⁵⁸”*. Com relação aos negócios no Rio de Janeiro, Damião Nunes de Brito, escrevia a Francisco Pinheiro que:

“Vejo a remessa que a Vossa Mercê têm feito os amigos do Rio, das fazendas que venderam pertencentes a Vossa Mercê e a Meira e sem dúvida que já estou bem enfasiado de tal Rio de Janeiro, havendo mandado dizer ao Rio de Janeiro, digo, aos ditos amigos, que as venderam, que me digam se as fiaram para pagar na ressur-reição das carnes; enfim eu prometo que do tal Rio, ou fundidouro, do cabedal da Europa, me não torne a colher debaixo nem em um vintém, e antes mil vezes a Colónia, que se não conto o dinheiro, sacudo, e escovo afazendo, e ou uma coisa, ou outra, acho sempre em meu poder, para ajustar a conta, no caso que a peçam, e tenho entendido, que no Rio pagam os carregadores comissões de perdas, não podendo tolerar que pelo dinheiro bem parado, de uma cargação se tire a comissão da venda dos que faliram, e não pagaram⁵⁹”.

Em meio a tantos problemas no comércio do Rio de Janeiro, a Colónia do Sacramento mostrava-se como uma área privilegiada, onde a venda à vista era um meio de segurança imprescindível para os comerciantes, já que se situava numa região de fronteira, onde as medidas de repressão ao contrabando eram uma constante.

4.1.3. – O Comércio numa Praça de Guerra

Embora o comércio à vista fosse a regra em Sacramento, encontramos algumas referências de vendas feitas a prazo, como

o caso de quatro pipas de aguardente vendidas a crédito a alguns moradores de Buenos Aires, das quais os comerciantes temiam a falta de pagamento⁶⁰. Outra referência importante é datada de 1749, quando Alexandre de Gusmão pediu ao governador de Colónia, Luís Garcia de Bivar, que intercedesse junto ao governador de Buenos Aires para que o grande mercador lisboeta, Feliciano Velho Oídemberg, recuperasse a soma de oitocentos mil cruzados que, em fazendas, havia vendido a comerciantes espanhóis⁶¹.

Embora esse documento não se refira ao período histórico abrangido por esta pesquisa, julgamos a procedência do seu estudo, pois mostra-nos claramente que, apesar das relações comerciais entre portugueses e espanhóis não passarem de contrabando aos olhos das autoridades espanholas, altas somas podiam ser reclamadas por comerciantes suficientemente poderosos para garantir a protecção de um ministro de Estado. cremos que, para os pequenos comerciantes, não havia a mesma facilidade de recorrer às autoridades para esse tipo de cobrança, já que seria muito difícil convencer as autoridades espanholas da legalidade da transacção efectuada pelos súbditos do rei da Espanha na Colónia do Sacramento.

Mas, se as vendas em Sacramento se faziam geralmente à vista dos espanhóis, o mesmo não se pode dizer em relação aos portugueses. Às vezes, alguns indivíduos usavam a sua autoridade para impor as suas condições aos comerciantes. Em Maio de 1726, Rocha pediu a Pinheiro que encaminhasse uma carta ao rei na qual, entre outras coisas, denunciava o capitão de infantaria Manoel de Macedo Pereira e seu irmão, João de Macedo. Segundo Rocha, *"quanto que algum mercador lhes não fia fazenda ou empresta dinheiro, [os irmãos Macedo] botam-lhe cães de fila, e atiram-lhes seixadas ou pedradas de maneira que os obrigam a fugir para Buenos Aires, e a mim quiseram-me lançar fogo às casas por lhes não fiar fazenda"*⁶².

Continuava a dizer que João de Macedo fora recambiado para o Rio de Janeiro pelo governador Gomes Barbosa como amotinador, mas que depois conseguira retomar a Sacramento, onde continuava a inquietar os comerciantes. Para se livrar das

perseguições dos irmãos Macedo, um mercador fora forçado a fugir para Buenos Aires, de onde passou para a Inglaterra e de lá para Lisboa a fim de queixar-se ao rei. Por ordem do Conselho Ultramarino, o governador repreendeu os dois irmãos, mas parece que de nada adiantou essa medida, pois, segundo Rocha, eles continuaram a aterrorizar as pessoas com os seus três cães de fila, forçando inclusive a deserção de alguns soldados para Buenos Aires. Concluía dizendo que não podia provar a denúncia porque ninguém da praça se atrevia a acusar os Macedo publicamente.

A interferência das autoridades, ou mesmo de certos indivíduos que usavam da sua autoridade militar como meio de amedrontar os comerciantes, era um factor de instabilidade no comércio realizado na Colónia do Sacramento que, por ser antes de tudo um presídio militar, impunha a convivência entre militares e comerciantes. Essa convivência forçada provavelmente gerou muitos outros atritos, como o relatado por Rocha, uma vez que Colónia não possuía uma câmara, onde os comerciantes pudessem fazer-se representar, sendo todo o governo da povoação dominado pelos militares que, como vimos, não deixavam de utilizar meios violentos para conseguir os seus intentos.

No entanto, o governador defendeu os irmãos Macedo, afirmando ao rei que se eles tivessem cometido a metade do que eram acusados, não teria deixado de castigá-los severamente. Para António Pedro de Vasconcelos, o principal defeito dos irmãos consistia em não terem *"a prudência de reprimirem as línguas na ocasião da ira"*. Por culpa desse seu destempero é que teriam entrado em conflito com José Meira da Rocha, o qual, segundo o governador, tinha *"mais fogo do que costumam ter os homens de negócio"*. Afirmava ainda que, para contentar Meira da Rocha, mandara prender o capitão "Macedo, mas concluía dizendo que as *"imprudências de uns e outros [eram] caso que se devia desprezar"*⁶³.

Contudo, a violência de certos elementos não se restringia aos comerciantes portugueses, mas estendia-se ainda aos espanhóis que, por serem vistos pelas autoridades de Buenos Aires como contraventores, não podiam recorrer à justiça, ficando na

dependência da autoridade do governador de Colónia, que talvez estivesse envolvido com os agressores. Em 25 de março de 1734, Meira da Rocha escrevia a Francisco Pinheiro:

"havendo-se, nos dias passados, roubado e metido no fundo deste porto violentamente a uma lancha castelhana que vinha com 2.000 patacas a comprar géneros; e o melhor deste caso é que os agressores, moradores daqui, se ficam com o dinheiro e sem castigo, isto por mais que os castelhanos roubados clamem justiça não são ouvidos por se achar o dinheiro repartido por vários sujeitos, que procuram capear e cobrir a maldade deste absurdo a que saía daqui para fora com mui diferente cor da verdadeira⁶⁴".

Compreende-se a preocupação de Rocha pelo ocorrido, na medida em que a falta de segurança para os contrabandistas espanhóis realizarem os seus negócios em Sacramento sem dúvida afectaria o comércio como um todo. Entretanto, a complicada rede de tensões entre as autoridades portuguesas e os comerciantes não se limitava aos abusos de poder, tidos como ilegais, abarcando também as ordens que emanavam de Lisboa e que prejudicavam a lucratividade dos negócios em Colónia.

Em Julho de 1728, Brito e Rocha escreviam sobre *"uma alfândega nova instituída por este governador, na qual se extorquem salários exorbitantes⁶⁵"*, contra a qual não adiantava queixar-se ao Conselho Ultramarino, pois, segundo Pinheiro, o governador Vasconcelos correspondia-se com o seu presidente, António Rodrigues da Costa⁶⁶. Apesar da acusação dos comerciantes, a criação da alfândega ligava-se, como vimos anteriormente, ao fim da concessão real de dez anos livres de taxas alfandegárias para as mercadorias enviadas para Colónia, e não à prepotência do governador.

Ainda em 1723, António Pedro de Vasconcelos informava o rei de que os navios que chegavam ao porto de Sacramento não pagavam taxa alguma, nem mesmo os quatro mil réis que toda a embarcação de três mastros que chegasse ao Rio de Janeiro era

obrigada a pagar ao governador⁶⁷. Como a Fazenda Real do Rio, principal responsável pela manutenção de Colónia, vivia em dificuldades, era muito importante contar com uma forma de arrecadação local. A taxa alfandegária de dez por cento sobre as mercadorias que entrassem em Sacramento podia ser uma importante fonte de receita, já que o comércio era a principal actividade na região. Então, de Junho de 1728 a Julho do ano seguinte, a alfândega de Colónia arrecadou a soma de 1.391\$926 réis.

Na análise de Jorge Caldeira, a política económica de Portugal com relação às suas colónias, depois da Restauração, marcou-se pelo favorecimento ao aumento da captação de impostos e à diminuição dos custos de manutenção do império. A metrópole, carente de manufacturas que pudessem atender ao mercado consumidor colonial, característica básica do sistema mercantilista, utilizou-se do fiscalismo como o método mais eficaz para drenar os recursos do império ultramarino para Lisboa. Por isso, *"na colónia, onde quer que houvesse ganhos, havia de imediato regulamentação e taxaço⁶⁸"*. Caldeira ressalta que, nesse sentido, a fundação de Sacramento teria por objectivo a taxaço do comércio com Buenos Aires, fonte de liquidez dos comerciantes cariocas desde o século XVI⁶⁹.

Contudo, parece que os comerciantes não entendiam a lógica do sistema, pois creditavam a política de fiscalismo à cupidez do governador já que, em 1730, continuavam as suas queixas contra as taxas alfandegárias e a concorrência dos ingleses, o que levou Rocha a informar Pinheiro que: *"sobre estes dois prejuízos tivemos tais controvérsias com este governador que nos chegamos a expor a alguma descortesia se não fora o procurarmos com manha livrar-nos dela⁷⁰"*. Como se observa pelo comentário de Rocha, as reclamações feitas ao governador deveriam ser feitas diplomaticamente, pois receava-se que o mesmo usasse o seu poder para prejudicar os queixosos.

Apesar do aviso de Pinheiro de que era inútil reclamar das decisões do governador ao Conselho Ultramarino, já que Vasconcelos contava com a amizade do presidente dessa instituição, em 1734, Rocha e Brito mandaram-lhe um requerimento

para que o mesmo o enviasse ao Conselho Ultramarino, reclamando dos *"tiranos salários e emolumentos que aqui nos fazem pagar, não havendo dinheiro que possa faltar a estes oficiais de guerra que estão introduzidos a oficiais de alfândega"*⁷¹. De novo aparece a oposição entre comerciantes e militares⁷², contra os quais se reclama às autoridades metropolitanas.

A queixa dos comerciantes de Sacramento era de que as mercadorias vindas do Brasil já haviam pago as taxas alfandegárias nos portos de embarque, sendo portanto duplamente taxadas em Colônia⁷³. A alfândega de Sacramento criava problemas para o costume dos comerciantes em passar as suas mercadorias de um porto ao outro, a fim de dar-lhes saída, pois influía nos preços das mesmas, aumentando-os⁷⁴. A alegação do Conselho Ultramarino para a cobrança das taxas era que foram instituídas para evitar algum descaminho à receita da Fazenda Real⁷⁵.

Porém, Rocha acusava o empenho do governador Vasconcelos em defender o responsável pela alfândega, como um meio de defender os seus próprios interesses, pois, segundo as suas próprias palavras, o governador era *"um comilão de autoridade que nesta praça se acha"*⁷⁶. A acusação é injusta, pois ainda ao dar a notícia da criação da alfândega ao rei, Vasconcelos informou-lhe que havia escrito ao vice-rei para que, a partir de então, a cobrança da dízima passasse a ser feita somente em Colônia, mas que o mesmo lhe ordenara que não se alterasse a cobrança das taxas alfandegárias, decisão que daria conta à Coroa⁷⁷. A partir desse impasse é que deve ter surgido o problema da dupla tributação, pois nenhum contratador queria abrir mão dos recursos da dízima alfandegária, situação que não havia sido resolvida em Julho de 1729⁷⁸.

A fim de levar a queixa de Rocha ao Conselho Ultramarino, Pinheiro pediu-lhe um requerimento assinado por todos os comerciantes da praça. Com certeza, esse era um meio de aumentar a importância do requerimento, ao mesmo tempo que também visava impedir que a provável cólera do governador se dirigisse unicamente contra Rocha. Porém, ao ter notícia do requerimento, o governador mandou deter por seis dias a embarcação que o levava. Nesse meio tempo, escreveu novas cartas para a Corte e

procurou as assinaturas dos comerciantes num documento que afirmava que as queixas feitas eram unicamente da responsabilidade de Rocha e de Domingos Álvares Calheiros, com o objectivo de condená-los pelo crime de amotinadores.

Para Rocha, a atitude do governador não somente dizia respeito à defesa de seus interesses na arrecadação da alfândega, mas também era uma vingança contra os mercadores que lhe negavam propinas, *"porque este homem, entendo que anda atrás de saquear esta casa, considerando-a a mais bem lívrada que há nesta praça, de onde ele não pode tirar o dinheiro que lhe parece, como faz das demais"*. Novamente encontramos outra acusação contra uma autoridade que usa de seu poder para conseguir benefícios pessoais. Pedia, portanto, o empenho de Pinheiro na sua defesa em Lisboa *"a fim de que não nos venha alguma ordem contra nós em virtude da qual seremos aqui roubados, e saqueados, até ao último real"*.

Recomendava ainda que, se o requerimento feito pelo governador chegasse ao Conselho Ultramarino, afirmasse que ele tinha sido *"feito assinar violentamente pelo governador, obrigando aos comissários com o medo e respeito do cargo que o assinassem, e tanto se intimidaram que de nenhum modo querem assinar a segunda via dizendo que tem medo que ele lhes faça alguma violência"*. Terminava dizendo que mandara as suas cartas através do padre Francisco de Oliveira, pois temia que o governador mandasse revistar a bagagem de Damião Nunes de Brito.

Não sabemos se o governador conseguiu realizar o seu intento, nem se os mercadores acusados por ele sofreram algum tipo de punição, pois, alguns meses depois do ocorrido, iniciou-se o sítio espanhol. Em Julho de 1737, do Rio de Janeiro, Meira da Rocha avisou Pinheiro que, devido à guerra, desenganado de que os portugueses conseguissem livrar-se do sítio espanhol, resolvera abandonar Colônia juntamente com os outros comerciantes⁸⁰.

Apesar das acusações de Meira da Rocha, tudo leva a crer que a pressão do governador sobre os comerciantes tinha antes o objectivo de levantar fundos para pagar as despesas da

guarnição do que tirar algum proveito próprio. Em 1727, Vasconcelos foi severamente repreendido por ter forçado os comerciantes a darem-lhe dinheiro para a compra de um grande número de cavalos e gado em troca de letras de câmbio que não eram aceites no Rio de Janeiro. Em sua defesa, o governador afirmou que *"jamais usei de meio violento, nem nenhum outro que não fosse o da urbana persuasão"*⁸¹. Provavelmente, o que o Vasconcelos entendia por "urbana persuasão" era compreendida como uma ameaça pelos comerciantes.

Nem sempre a atitude do governador era desfavorável aos comerciantes estabelecidos em Colónia. Quando o rei lhe ordenou que remetesse todos os estrangeiros, especialmente um genovês, para a Bahia ou Rio de Janeiro para que dali fosse remetido nas frotas para o Reino, Vasconcelos não deixou de cumprir a ordem régia, mas procurou defender a volta de D. Agostinho a Sacramento. O governador informou à Coroa *"que este genovês tem concorrido muito mais que nenhum outro vassalo natural para o aumento da povoação"*⁸² através de empréstimos concedidos aos moradores. Além disso, D. Agostinho comprava tecidos aos mercadores portugueses e revendia-os em côvados, dando assim saída às avarias e aos tecidos que não encontravam compradores entre os espanhóis. Outra circunstância a favor de D. Agostinho era o caso de estar estabelecido há anos em Colónia, onde se casou com uma portuguesa, de quem tivera filhos.

Em 1730, Vasconcelos avisou Lisboa que D. Agostinho voltava a Sacramento, já naturalizado e de posse de um passaporte assinado pelo Secretário de Estado Diogo de Mendonça. Ainda na mesma carta, informava ter dado permissão para que um espanhol vindo do Chile abrisse um estabelecimento comercial em Colónia, embora submetesse a sua decisão à aprovação da Coroa⁸³.

4.1.4. – O Couro, a Moeda da Região Platina

A prata e os couros eram os principais meios com que os espanhóis pagavam as suas compras em Sacramento. Mas, se a prata era acessível apenas aos comerciantes portenhos que tinham contacto com o Alto Peru ou aos soldados e funcionários que recebiam os seus salários em moeda, os couros constituíam a principal riqueza da região platina, disponível não somente aos caçadores de gado autorizados pelo *cabildo* de Buenos Aires, como também aos caçadores ilegais.

Como vimos no primeiro capítulo, embora os espanhóis e jesuítas explorassem parte das riquezas pecuárias da Banda Oriental, foram os habitantes de Colónia, particularmente durante os governos de Francisco Naper de Lencastre e Sebastião da Veiga Cabral, que iniciaram a exploração sistemática do gado charrão, com vista à exportação em larga escala de couro e sebo. Além dos couros, Lencastre também tentou dar início à exportação de carne em 1698, quando enviou à metrópole algumas pipas de carne salgada. Ao saber que a carne chegara em bom estado ao Porto depois de mais de quatro meses de viagem, o governador do Rio de Janeiro pediu a permissão real para continuar a sua exportação⁸⁴. A fim de abastecer de carne o Mercado do Rio, onde muitas vezes a mesma alcançava preços exorbitantes, o governador Artur de Sá e Meneses enviou a Colónia António Moreira da Cruz, com o objectivo de estudar a possibilidade da remessa de charque para a cidade⁸⁵.

D. Álvaro da Siqueira, sucessor de Meneses no governo do Rio, também pediu a permissão real para buscar carne em Sacramento. Em 1703, com parecer favorável do Conselho Ultramarino, D. Pedro II deu permissão para D. Álvaro mandar barricas de sal a Colónia, que na volta serviriam para o armazenamento do charque. Tanto os moradores do Rio quanto os da Colónia do Sacramento que se interessassem pelo negócio, poderiam fazê-lo com isenção de direitos alfandegários. Porém, a exportação de carne salgada não cresceu muito, porque, pouco tempo depois de recebida a ordem régia, os espanhóis começaram a bloquear o acesso dos portugueses à campanha⁸⁶.

Mesmo depois da reconstrução de Colónia, em 1716, a exportação de charque não foi retomada de forma sistemática. Talvez o malogro da produção da carne salgada se relacione aos altos preços que o sal alcançava no mercado colonial, devido ao monopólio real do sal que vigorou no Brasil de 1631 até 1801. Se, em princípios do século XVIII, a Coroa permitiu a extracção de sal no Rio Grande do Norte, Paraíba e em Cabo Frio, ele só poderia ser consumido no local, já que estava proibida a exportação para as outras capitanias, que deveriam continuar a comprar o sal português. Sem o apoio da Coroa, que controlava o monopólio do sal, dificilmente o negócio da carne salgada poderia prosperar.

Ao invés de assegurar o fornecimento do sal a preços baixos, a fim de possibilitar a criação de charqueadas, a Coroa preferia fazer do monopólio do produto um meio de garantir avultados lucros, que lhe permitissem subsidiar *“a sustentação da dita Colónia, enquanto ela não produzir os avanços que justamente se esperam da sua grande fertilidade”*⁸⁸. A política de aumentar a arrecadação de taxas e impostos tinha preferência sobre os incentivos ao desenvolvimento da produção e do povoamento. De facto, em 1728, quando o governo metropolitano enviou ao governador Vasconcelos quarenta moios de sal, insistiu em que a mercadoria fosse paga em prata e não trocada por couros, que então enfrentavam uma baixa de preços em Lisboa⁸⁹.

Contudo, embora não alcançasse a produção em larga escala, o charque continuou a ser produzido e exportado para os portos brasileiros, como pode constatar-se, a partir dos informes do governador de Buenos Aires em 1730 e do *cabildo* três anos após, que se queixam das exportações de couro e carne salgada, efectuadas pelos portugueses de Colónia⁹⁰. Se a exportação de carne salgada não foi coroada de pleno êxito, o couro manteve-se como o principal produto de exportação da região platina.

Empregado na confecção de numerosos objectos, como sapatos, artigos de montaria, folios, encadernações, cintos, tambores, chicotes, etc, o couro bruto proveniente da região do Rio da Prata tinha grande aceitação na Europa, especialmente na França. Luís XV autorizou a entrada e a compra de couro aos ingleses, mediante um certificado de que os mesmos provinham

de Buenos Aires, pois estes eram considerados os de melhor qualidade⁹¹.

Os couros exportados pelos portenhos tinham pelo uniforme, não apresentavam furos no pescoço e a cabeça, peça que curte mal, era pequena⁹². De facto, havia um rigoroso controle da qualidade do couro exportado por Buenos Aires, pois o padre Cattáneo informava que os mercadores não aceitavam qualquer tipo, mas somente os couros de touros que alcançavam as medidas prescritas para serem considerados “de lei”. Por isso, para conseguir exportar quarenta mil couros para a Europa, era necessário matar cerca de oitenta mil touros, já que nem todas as peles alcançavam o tamanho exigido⁹³.

O alto padrão de qualidade dos couros exportados pelo porto de Buenos Aires não era exigido em Colónia, onde eles se diferenciavam pelo tamanho, conforme os animais de que procediam: touro, vaca ou novilho, o que levava os comerciantes a classificá-los segundo cada um desses três géneros⁹⁴. Baseando-se num estudo de Roland de La Platière, de 1790, Símonsem ressalta que os couros exportados pelo nordeste eram geralmente salgados, enquanto os de procedência platina eram secos, provavelmente fruto da carência de sal na região. Depois de retiradas as patas, parte da cabeça e rabo, o couro era limpo, esticado, esfumado e exposto ao sol. Os couros secos tinham a desvantagem de ser atacados pela polilha e ofereciam o risco do aparecimento de furos, quando submetidos ao banho de cal que era dado para a retirada dos pêlos⁹⁵.

Os agentes comerciais de Pinheiro no Rio de Janeiro, Luís Álvares Preto e João Francisco Muzzi informavam que, em Dezembro de 1722, os couros chegados de Colónia vendiam-se no Rio a 1.400 e 1.450 réis⁹⁶. E, em Outubro do ano seguinte, asseguravam a Pinheiro que nenhum couro vinha de Buenos Aires e sim de Sacramento, pois o comércio directo estava proibido. Preocupavam-se ainda em escolher os couros grandes, de bom peso, livres da polilha e com poucos buracos⁹⁷. Em Outubro de 1724, foram enviados a Lisboa, procedentes de Colónia, 218 couros “em cabelo”, ou seja, ainda não beneficiados, custando 1.300 réis cada⁹⁸.

Os comerciantes de Lisboa frequentemente insistiam na qualidade da courama comprada pelos seus agentes na Colónia do Sacramento. Em caso de falta de couros grandes, recomendavam a compra de pequenos, mas livres de polilha, porque com ela, eles perdiam todo seu valor, além de se correr o sério risco de que as peças contaminadas destruíssem todo o carregamento. Na falta de couros, ou na falta de espaço no navio, pediam o envio de valores em patacas ou prata lavrada⁹⁹.

Em relação à quantidade, em carta de 3 de Agosto de 1725, Pinheiro pedia aos seus agentes em Sacramento que procurassem comprar, ao menos, dez mil couros¹⁰⁰, enquanto que, em 5 de Setembro do mesmo ano, aumentava a quantia solicitada de dez para doze mil¹⁰¹. Em 12 de Outubro do mesmo ano, Rocha informava Pinheiro de que, até então, somente tinha conseguido comprar dois mil couros ao preço de 750 réis a unidade, já que era frequente a chegada ao porto de navios vindos do Rio de Janeiro e da Bahia em busca dessa mercadoria¹⁰².

A situação parece ter mudado em Janeiro de 1726, quando Andrade informou Pinheiro que tinham chegado ao Rio de Janeiro três navios carregados com couros. Avisava ainda da abundância deles em Sacramento, onde Rocha tinha comprado três mil na espera de mais navios e que temia pela sua perda em razão da demora da chegada do transporte¹⁰³. Essa demora ocasionou outras preocupações a Rocha, como a impossibilidade de remeter os 16.000 couros estocados num mesmo navio, por exceder a sua capacidade de carga, o que somente possibilitou o envio de 13.500 unidades¹⁰⁴, constituindo-se o problema do frete numa grande preocupação para os comerciantes de Colónia.

Numa petição, dirigida ao rei de Portugal em 29 de Maio de 1726, Rocha informava Sua Majestade que, da Colónia do Sacramento, a nau Madre de Deus e São José partira com 11.900 couros; a nau Santa Catarina e Almas, com 11.300; a nau Alagoas, com 16.000 e navio Rosário, 13.400¹⁰⁵. Números eloquentes que mostram a importância do comércio do couro em Sacramento. De facto, o governador Vasconcelos afirmava que a intensa comercialização dos couros tomara a Colónia do Sacramento a terra "*mais considerável depois dos três primeiros portos do Brasil*"¹⁰⁶.

O ano de 1726 foi muito bom para o comércio com os espanhóis. O governador Vasconcelos informava a Coroa que, naquele ano, os portugueses compraram 118.000 couros aos espanhóis, os quais forneceram carga a vinte e um navios, "*comércio que não só dá muito consumo às fazendas, conveniência a quem os ajusta, mas também deixa considerável porção de dinheiro aos lavradores da condução dos seus carros*"¹⁰⁷.

Quando a prata escasseava devido ao aumento da fiscalização espanhola sobre o contrabando, o couro era a moeda de troca com a qual os espanhóis pagavam as mercadorias que compravam em Colónia¹⁰⁸. Mas, quando a grande oferta dele em Lisboa baixava seu preço, preferia-se o envio de prata. Essa é a razão pela qual Pinheiro escrevia, em 1728, a Rocha e Brito para que não mais lhe mandassem couros, somente prata¹⁰⁹. Em 1730, Pinheiro voltou a insistir nesse assunto, tendo em vista a pouca saída dos couros em Lisboa¹¹⁰. Assim, no ano seguinte, o governador informava a Coroa de que, tendo em vista o baixo preço dos couros no Brasil e a sua pouca saída na Europa, tal negócio "*mais arruina do que deixa lucro a quem comercia neste género*"¹¹¹.

À medida que o gado chimarrão foi escasseando, os preços dos couros começaram a subir. Outro factor da subida dos preços era a informação da chegada de um navio ao porto de Colónia, o que sugere que a compra dos couros era preferencialmente feita antes da chegada dos navios, quando os preços eram mais baixos, em razão da dificuldade de se encontrar transporte. Em Setembro de 1733, Brito e Rocha escreviam a Pinheiro informando-lhe que a notícia da vinda de um navio para Sacramento provocara um aumento no preço dos couros, que de repente se puseram a 750 réis a dinheiro. Informavam ainda que, mesmo a esse preço, não era fácil encontrá-los para a compra, pois, como não mais se encontrasse gado selvagem nas proximidades da praça, era necessário ir caçá-lo em Castilhos, a mais de 150 léguas de Colónia, com o constante perigo do apresamento da carga por parte das patrulhas espanholas¹¹².

Em 1732, o governador Vasconcelos informava à Coroa que, durante o ano anterior, 19 navios vindos de diversos portos

carregaram 17.729 couros em Sacramento, “*não obstante a dificuldade no transporte dos couros pela infinita distância em que se acha o gado*”¹¹³. Contudo, apesar das queixas da progressiva dizimação do gado chimarrão, o comércio dos couros continuava a prosperar, pois, em 1733, vinte e quatro navios saíram de Colônia, carregados “*com noventa e seis mil cento e setenta e sete couros, e quantidade de carne seca e sebo, e grossas partidas de prata*”¹¹⁴. Entretanto, em 1735, problemas no comércio causados pelo estreitamento do bloqueio espanhol fizeram o preço do couro saltar a 1.200 réis, por quintar¹¹⁵.

Os couros exigiam certos cuidados no armazenamento e transporte, devendo ser limpos de quinze em quinze dias, não devendo ser embarcados enquanto o navio não estivesse pronto para partir com brevidade¹¹⁶. O risco de perda dos couros não beneficiados também era grande durante o transporte marítimo, por isso exigiam cuidado por parte do capitão do navio, que devia mandar batê-los com frequência e evitar que fossem colocados sob cargas de açúcar ou tabaco¹¹⁷. Outro grande perigo era que a água que se infiltrasse, no porão do navio, “*por serem os couros géneros que sucedendo fazer água à dita nau, não chegarão os fretes para pagar as avarias*”¹¹⁸.

Em vista do aumento da produção de couros, ainda em fins do século XVII, a Coroa passou a cobrar o quinto da courama exportada de Colônia. A nova tributação foi instituída em 1699 sob a alegação de que os couros platines eram provenientes de caçadas e do contrabando com os espanhóis e, portanto, escapavam à tributação que recaía sobre as fazendas de criação de gado. Determinou-se então que os couros procedentes de Sacramento deveriam ser encaminhados ao Rio de Janeiro, onde pagariam o quinto do seu valor à Fazenda Real. Então, em 1705, o contrato dos couros foi arrematado por Cristóvão Pereira de Abreu¹¹⁹. No entanto, antes mesmo da Coroa implantar oficialmente esse imposto, os governadores da Colônia do Sacramento já tributavam os couros extraídos na campanha a fim de fazer frente aos gastos com a guarnição. Com a reconstrução de Sacramento, em 1716, reiniciou-se a cobrança do quinto dos couros, da qual estava então encarregado o governador¹²⁰.

Em 23 de Setembro de 1719, o governador Gomes Barbosa escrevia à Coroa sobre um requerimento que os moradores lhe entregaram e pelo qual pediam a isenção do pagamento dos quintos dos couros comprados aos espanhóis sem, entretanto, pôr em dúvida o dever de pagar o quinto dos couros provenientes das caçadas. Deliberando sobre o assunto, D. João V aprovou o parecer do conselheiro António Rodrigues da Costa, que defendia a taxaçoão indiscriminada a fim de não “*dar ocasião a que a maior parte dos couros que se fizerem na Colónia, se justifique ser comprada aos Castelhanos*”. O mesmo conselheiro era ainda favorável a que se proibisse a compra de couros aos espanhóis, alegando que “*nos convém é tirarmos deles prata e não couros*”¹²¹. Contudo, embora os moradores não conseguissem o seu intento, a Coroa isentou por cinco anos o pagamento da dízima dos couros na alfândega do Rio de Janeiro.

A suspeita da Coroa de que os habitantes de Colônia procurassem fugir ao fisco, através do subterfúgio de primeiro conseguir a isenção dos couros comprados aos espanhóis para, em seguida, passar sob essa condição a courama extraída pelos mesmos na campanha, foi desmentida pelo governador. António Pedro de Vasconcelos argumentou que “*os portugueses não deixam de fazer os couros na campanha por acharem mais conveniência nos que compram aos castelhanos senão porque não têm liberdade nenhuma na campanha por lha embarçarem*”. Completava a sua explicação dizendo que “*ainda que se diga que os compram não é outra coisa senão a permissão para o poderem fazer a qual lhe vendem os oficiais e soldados espanhóis que tem a incumbência de guardarem estas campanhas*”¹²². Embora o governador reafirmasse a sua obediência à resolução da Coroa através da cobrança regular do quinto dos couros embarcados em Sacramento, não deixou de ressaltar que lhe parecia justo o pedido de isenção dos moradores, uma vez que o governo português não poderia garantir a sua segurança na campanha.

Segundo Manuel Gomes Barbosa, chamado a dar a sua opinião, na condição de ex-governador de Colônia, eram os mercadores que tinham maior interesse na isenção dos quintos, porque pretendiam a extracção do couro em larga escala, organizando

grupos de até quarenta pessoas que negociavam com o comandante da guarda de São João a permissão para realizar vacarias. Além disso, também compravam os couros que eram extraídos pelos espanhóis em distâncias que variavam de 18 a 20 léguas da po-voação. Porém se não os fossem buscar a tempo, corriam o risco da mercadoria ser queimada pelos guardas que, apesar da conivência, tinham ordens expressas de Madrid para agir na repres-são ao contrabando.

Para o ex-governador, tal tipo de negócio não era útil nem ao rei nem aos moradores, que em sua maioria não tinham capital suficiente para arcar com os gastos de transporte de couros comprados em tão grande distância. Para a Coroa, havia o risco de descaminho da prata envolvida no comércio com os espanhóis, pois, se alguns deles aceitavam mercadorias em troca de couros, outros pediam o pagamento em prata. Melhor seria deixar os moradores negociarem com os espanhóis que viessem vender a courama nas proximidades da Colônia do Sacramento. Defendia a isenção do pagamento de direitos na alfândega do Rio de Janeiro e a manutenção da cobrança do quinto, argumentando que desse modo ficam mais aliviados os moradores e lucrava mais a Fazenda Real com a cobrança dos quintos que com a da dízima da alfândega¹²³.

Em 1725, por autorização concedida ao governador Vasconcelos pelo governador do Rio, Luiz Vânia Monteiro, o pagamento do quinto dos couros poderia ser feito em espécie¹²⁴ e, no ano seguinte, o mesmo escrevia a Vasconcelos que lhe mandasse os couros referentes aos quintos reais a fim de *"remediar a [carga] dos navios da frota, que não têm aqui uma só caixa de açúcar para carregar"*¹²⁵. Em 1728, voltava a escrever ao governador de Colônia que a exportação de couros para a Bahia era prejudicial ao comércio do Rio de Janeiro, onde se deixava de arrecadar os impostos que incidiam sobre o couro¹²⁶.

Em 1730, Vasconcelos informava ao rei que o governador do Rio tinha arrematado pelo prazo de três anos a cobrança dos quintos dos couros ao preço de cinco tostões a peça, ficando o contratador obrigado a efectuar os pagamentos em Colônia seis meses após a entrega da mercadoria. As condições do contrato

eram vantajosas, pois o contratador recebia a sua parte dos couros aquando do embarque no porto de Sacramento, livrando a Fazenda Real do Rio de Janeiro das avarias e dos gastos com o frete¹²⁷.

Com o contrato, a Coroa ainda se livrava de problemas durante o embarque dos couros, como aconteceu em 1729, quando o rei chamou a atenção de Vasconcelos de que se constatara que os 6.519 couros, referentes aos quintos enviados para Lisboa, eram de vaca ou novilho, embora fossem relacionados como sendo de touro. O governador, por sua vez, respondeu que assistira pessoalmente ao embarque dos couros pertencentes à Fazenda Real, reputando a troca dos couros a alguma confusão ocorrida no porto do Rio de Janeiro no momento do carregamento da frota¹²⁸.

O arremate do contrato dos couros produzidos em Colônia no Rio de Janeiro criava certos problemas, como alertou Vasconcelos ao rei em 1733, dizendo que, no Rio, *"não se pode perceber o estado dos couros, preço, e impossibilidade que há no transporte do campo, quando isto só na Colônia alcançam aqueles sujeitos que comerciam com os castelhanos"*¹²⁹. Segundo o governador, a falta de informações dos cariocas sobre a produção dos couros em Sacramento era a principal responsável pelo baixo preço com que foi arrematado o contrato. Enquanto o lance no Rio não passou de 550 réis por peça, os couros pertencentes à Fazenda Real em Colônia valiam ao menos 720 réis, sem quintar.

A matança indiscriminada do gado çhimarrão, feita por índios, portugueses e espanhóis, na maioria das vezes tinha como único fim a extracção da courama, pois só o couro tinha valor numa época em que a dificuldade em conservar a carne impossibilitava a sua exportação em grande escala. Sintoma dessa situação era o facto de que, em 1726, quando já se notava a diminuição das manadas de gado selvagem, sendo necessário ir buscá-las a mais de trinta léguas de distância de Colônia, o preço do couro era ainda o mesmo de uma vaca, ou seja, trezentos e vinte réis¹³⁰.

4.1.5. – A Prata, o Principal Interesse

Provavelmente datada de 1704, a informação do sargento-mor Francisco Ribeiro sobre a Colônia do Sacramento aponta o principal interesse dos comerciantes portugueses no Rio da Prata: *“A gente destas Índias, sendo riquíssima de prata, é pobríssima de roupas; tendo a estrada aberta, o remédio à porta e a necessidade urgente, naturalmente, vendo-se sem estorvo e livres de receio, nos hão de meter a prata por se cobrirem com a nossa roupa”*¹³¹.

Segundo as leis do mercado, a lucratividade na venda dos tecidos variava conforme a quantidade de mercadoria oferecida. Em Dezembro de 1723, Luís Álvares Preto escrevia a Francisco Pinheiro que a grande quantidade de tecidos enviados para Minas, Angola e Colônia causara a queda dos preços dessa mercadoria, que teve de ser vendida a preços inferiores aos do Rio de Janeiro¹³².

Em Março de 1726, José Meira da Rocha apontava a dificuldade em vender os seus tecidos como resultado da concorrência de comerciantes vindos da Bahia e, principalmente, da chegada de sete navios ingleses a Buenos Aires.¹³³ Dois anos após, queixava-se da paralisação do comércio causada pelo confisco de um navio holandês no Rio de Janeiro, cujas mercadorias foram arrematadas por preços muito baixos e logo embarcadas para Colônia, onde dominaram o mercado. Terminava dizendo que *“parecendo-nos isto castigo, pois acabados os ingleses deste porto entrou este outro embaraço.”*¹³⁴

Nas diversas cartas estudadas, nota-se que, com frequência, as mercadorias eram enviadas de Lisboa ao Rio de Janeiro, e quando não tinham boa saída no Rio, eram recambiadas para Colônia. Geralmente isso ocorria quando o mercado carioca estava saturado pela concorrência, mas, em alguns casos, os agentes comerciais procuravam livrar-se de tecidos de má qualidade remetendo-os para Sacramento.¹³⁵ Mesmo que a concorrência dos contrabandistas ingleses dificultasse a venda das mercadorias, ainda era interessante enviá-las para Colônia, *“porque ainda que lá tivesse alguma demora na saída, sempre*

*lhe havia de ter melhor conta do que vender-se aqui [no Rio] fiadas”*¹³⁶.

Em Fevereiro de 1735, quando os espanhóis revigoraram a fiscalização ao contrabando, o governador Vasconcelos informou ao rei que os mercadores se encontravam com *“as casas abarrotadas das grandes porções de fazendas”*¹³⁷. No ano seguinte, tendo em vista o sítio espanhol, Rocha remeteu ao Rio de Janeiro os tecidos que estava impossibilitado de vender em Colônia que, entretanto, foram considerados muito grossos para serem vendidos no Rio¹³⁸. Ainda em 1739, os agentes cariocas queixavam-se da falta de saída desses panos, *“por ser sua fazenda muito cheia para esta terra”*¹³⁹. A diferença de clima entre a Colônia do Sacramento e o Rio de Janeiro deve ter causado muitos problemas como esse, já que havia um constante intercâmbio de tecidos entre os dois portos, ditado pela flutuação da venda das fazendas.

Embora os tecidos fossem, de longe, o principal produto vendido na Colônia do Sacramento, outras mercadorias também forneciam elevadas taxas de lucro aos comerciantes. Uma mercadoria que tinha saída garantida entre os espanhóis era o tabaco. Em 1695, a pedido da câmara, criou-se o Contrato do Tabaco do Rio de Janeiro como meio de a cidade pagar a sua contribuição à defesa da Colônia do Sacramento. Abrangendo o Rio e as demais capitânicas do sul, com a exceção de Colônia, o contrato durou até 1757¹⁴⁰.

Os lucros do comércio do fumo em Sacramento levaram o contratador do tabaco, Francisco de Araújo, a tentar estender a abrangência do seu contrato até à povoação do Prata, porém o mesmo não obteve êxito na sua tentativa. Em 1725, José Meira da Rocha, propôs ao Conselho Ultramarino arrematar o contrato do tabaco para Colônia, que, segundo ele, podia render 350 mil a 400 mil réis anuais à Fazenda Real. Embora o seu requerimento tenha sido recusado, ele reiterou o pedido em 1727 e 1728. Propostas no mesmo sentido foram encaminhadas ao Conselho Ultramarino em 1731 por outro comerciante de Sacramento, António Ruiz Vaz, e, de novo, em 1747, por Francisco José de Carvalho, entretanto todas foram recusadas. O Conselho

Ultramarino alegou que era inútil estabelecer um contrato num território de tão poucos moradores. O tabaco vendido na Colónia do Sacramento vinha da Bahia e, por volta de 1725, o seu consumo em Colónia era de uns quarenta a cinquenta rolos por ano, vendidos à vara por preços de 240 a 320 réis. Os principais compradores eram os soldados da guarnição, mas o tabaco também era vendido aos espanhóis, colonos e principalmente aos índios que o trocavam por gado e couro¹⁴¹. No mesmo ano, Rocha informava Pinheiro de que todas as embarcações que seguiam do Rio e da Bahia para Colónia levavam grande quantidade de tabaco. Avisava ainda que neste *"negócio [era] dificultoso dar perda, somente havendo guerra"*¹⁴².

Em 1727, informava que da Bahia continuavam a chegar muitas embarcações carregadas de tabaco, o qual se vendia muito bem em Colónia¹⁴³. Em troca, seguiam cargas de couros e prata para Salvador, o que certamente explica por que a frota da Bahia chegou a Lisboa em 1721 com um carregamento de prata no valor de 704.250 réis¹⁴⁴. A intensidade do comércio baiano levou o governador Vânia Monteiro a queixar-se de que ele era prejudicial ao comércio do Rio de Janeiro, onde se deixava de arrecadar os impostos que incidiam sobre o couro¹⁴⁵.

Uma mercadoria muito apreciada pelos índios, para os quais constituía meio de troca, era a aguardente. Em todo o pampa era muito alto o consumo de aguardente que, em sua maior parte, provinha de Tucumán, San Juan e Mendoza. Mas a cachaça de origem brasileira também era muito consumida pelos espanhóis, podendo ser encontrada em quase todas as tabernas da região¹⁴⁶. Neste sentido, em 12 de Outubro de 1751, o vice-rei, conde de Atouguia, escrevia para Diogo de Mendonça Corte Real, dizendo que a Bahia exportava grandes quantidades de aguardente para o Reino, Angola, São Tomé e Príncipe, Colónia do Sacramento, Maranhão e Cacheu¹⁴⁷.

Entretanto, apesar da lucratividade, esse comércio não parece ter atraído a atenção de José Meira da Rocha e seus colegas, talvez por causa das perdas a que estava sujeito devido à evaporação durante a longa travessia marítima, pois, em 1723, Luís Álvares Preto advertia o seu tio em Lisboa que *"por nenhuma*

*forma empregue dinheiro nem as mande por sua conta por ser um género de muito risco, cada dia gasta uma pipa para cima [de] 80 réis em sumir-se"*¹⁴⁸.

Usadas como lastro dos navios, quando faltava carga mais pesada, as madeiras eram mercadorias das quais sempre havia falta na Colónia do Sacramento e que, por isso mesmo forneciam bom lucro aos comerciantes, já que o seu preço era reduzido no Rio de Janeiro¹⁴⁹. A exportação de madeiras de lei e mesmo de móveis prontos para Buenos Aires era corrente durante o período da União Ibérica. Com o fim do comércio legalizado, a partir da restauração da independência portuguesa, o Paraguai passou a ser o principal fornecedor de madeiras para o Rio da Prata, embora o comércio madeireiro com o Brasil continuasse vivo através do contrabando¹⁵⁰. De facto, em fins do século XVIII, Concolorcorvo observou que as casas de Buenos Aires possuíam *"bons móveis que podem trazer da rica madeira do [Rio de] Janeiro, pela Colónia do Sacramento"*¹⁵¹.

Como vimos anteriormente, os comerciantes sediados em Sacramento não só lucravam nos altos preços que conseguiam pela venda das suas mercadorias aos espanhóis como também na conversão da prata, que valia mais no Brasil que na América espanhola. Em 1726, Muzzi e Preto informavam a Pinheiro que, enquanto o navio da companhia se demorou no Rio, seguiram quatro embarcações da Bahia para Colónia carregadas de fazendas brancas, pois *"he bastava ganhar 20 por cento que lucravam na prata"*¹⁵².

Em 1722, o Conselho Ultramarino alertou D. João V sobre a conveniência de conservar a Colónia do Sacramento, dizendo que na última frota do Rio de Janeiro chegaram a Lisboa *"mais de trezentos mil cruzados com couros, e cinquenta mil patacas, fora o que ficou assim do primeiro género, como o de prata no mesmo Rio e se difundiu pelas mais terras do Brasil"*¹⁵³. No ano seguinte, o mesmo órgão voltou a defender a manutenção de Colónia, alegando que ela era *"a única porta por onde nos entra alguma prata de que tanto necessita este Reino"*¹⁵⁴.

António Pedro de Vasconcelos também defendeu a conservação de Sacramento, informando à Coroa que, examinando os

livros dos mercadores, verificara que nos três anos anteriores à sua posse no governo da praça, dada em 1722, remetera-se dali 650.000 cruzados em prata 110.000 couros. Acrescentava que os negócios deveriam ser ainda maiores, já que não era *"possível averiguar o que levaram os particulares"*¹⁵⁹.

Mesmo durante o auge da produção de ouro em Minas Gerais, a prata espanhola ainda era buscada com ansiedade pelos portugueses, pois, se antes supria a escassez de numerário do Brasil, agora passara a servir de moeda miúda, para trocos, em vez do cobre, metal de difícil importação¹⁶⁰.

Devido ao carácter ilícito do comércio praticado pelos portugueses no Rio da Prata, não possuímos um levantamento da quantidade total da prata remetida de Colónia para os portos luso-brasileiros. Todavia, podemos ter uma ideia desse fluxo através das remessas de prata efectuadas pelo grupo de mercadores que estamos a estudar:

12/10/1725 ¹⁵⁷	31 marcos e 4.600 patacas
25/05/1726 ¹⁵⁸	22 marcos
10/05/1727 ¹⁵⁹	1.000 patacas
20/05/1729 ¹⁶⁰	167 marcos e 300 patacas
28/04/1731 ¹⁶¹	90 marcos
10/05/1732 ¹⁶²	437 marcos e 2.170 patacas
20/09/1733 ¹⁶³	130 marcos
05/06/1734 ¹⁶⁴	100 marcos
12/02/1735 ¹⁶⁵	134 patacas

Em 1727, uma pataca valia 750 réis¹⁶⁶ e um marco de prata, 6.375 réis¹⁶⁷. Esses valores não parecem ter variado muito durante os anos seguintes, pois em 1732 os preços ainda eram os mesmos¹⁶⁸.

A fim de analisar as variações anuais do fluxo de prata que o contrabando remetia para Sacramento, procuramos relacionar a quantidade desse metal que deu entrada em Colónia com os níveis de produção das minas de Potosí. Tarefa bastante difícil, já que é impossível avaliar correctamente a produção mineira, seja

por causa da precariedade dos registros e do contrabando em grande proporção, seja por conta da confusão criada pelas diferentes unidades de medida utilizadas para registrar as quantidades de metal extraído. Muitas vezes os documentos deixam de especificar se os valores anotados são referentes aos quintos reais ou à produção total¹⁶⁹.

De um modo geral, pode afirmar-se que nos anos trinta do século XVII, a produção de Potosí sofreu um decréscimo notório. Segundo António de Ulloa, entre 1633 e 1763, só se extraiu duas terças partes da prata produzida anteriormente. O cálculo feito por Abecia Baldivieso, com base na produção anual registrada na caixa potosina, mostra-nos que a produção de prata em Potosí esteve em níveis bastante baixos no período entre os anos de 1720 e 1750, período que interessa especificamente ao nosso estudo¹⁷⁰.

Apesar da baixa verificada na produção de prata do Alto Peru, vemos que ela ainda seguia numa quantidade razoável para Colónia através da rede de contrabando. Lynch suspeita que a produção mineira não declinou tanto quanto mostram as cifras oficiais, sendo muito provável que a rede comercial ilícita tenha drenado para Buenos Aires quantidades crescentes de metal¹⁷¹.

A razão para a grande entrada de prata no ano de 1732 foi-nos revelada pela carta que o governador Vasconcelos escreveu ao Conde de Atalaia¹⁷², em 13 de Maio 1732, na qual fala de uma frequente entrada de moeda destinada à compra de tecidos. Nesse período venderam-se todas as mercadorias que, desde 1731, levaram a Sacramento 28 embarcações vindas dos portos do Brasil e de Lisboa. *"Sendo causada esta felicidade da dilação que têm feito os navios ingleses em chegarem a Buenos Aires"*¹⁷³.

Em Fevereiro de 1734, Vasconcelos informava à Coroa da *"demora dos navios de registro de Cádiz, como os do assento de Inglaterra que em todo o ano passado não se viram no porto de Buenos Aires, suprimindo as fazendas que trazem os nossos a necessidade daqueles povos"*¹⁷⁴. A quantidade da prata introduzida em Sacramento estaria, pois, antes relacionada com a concorrência dos contrabandistas ingleses que com o nível de produção das minas de Potosí.

NOTAS

- ¹ Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial*, p. 173.
- ² Cristóvão Orneias de Abreu a D. José de Herrera y Sotomayor, 26 de Fevereiro de 1690, in Luís Ferrand de Almeida, *A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil*, p. 516.
- ³ D. José de Herrera y Sotomayor a Cristóvão Orneias de Abreu, 21 de Março de 1690, in Luís Ferrand de Almeida, *op. cit.*, p. 517.
- ⁴ Auto relativo à decisão de D. José de Herrera de fazer ocupar a ilha de Martim Garcia, 8 de Abril de 1690, in Luís Ferrand de Almeida, *op. cit.*, pp. 518-519.
- ⁵ Consulta do Conselho Ultramarino de 3 de Outubro de 1687, in *DH*, vol. XCIII, p. 8.
- ⁶ Moacyr Domingues, *A Colónia do Sacramento e o Sul do Brasil*, p. 103.
- ⁷ Aníbal M. Riveros Tuia, "Historia de la Colónia del Sacramento", in *RJHGU*, tomo XXII, p. 100.
- ⁸ Consulta do Conselho Ultramarino de 6 de Novembro de 1685, in *DH*, vol. XCII, pp. 265-266.
- ⁹ Naper de Lencastre ao rei, 25 de Junho de 1689, in Luís Ferrand de Almeida, *op. cit.*, p. 510.
- ¹⁰ Mário Rodriguez, "Dom Pedro of Braganza and Colónia do Sacramento, 1680-1705", in *Hispanic American Historical Review* - II vol. XXXVIII, n.º 2, p. 201.
- ¹¹ Parecer de Naper de Lencastre sobre a Colónia do Sacramento, 10 de Janeiro de 1694, in Lins Ferrand Almeida, *op. cit.*, p. 340.
- ¹² Sebastião da Veiga Cabral, "Descrição Geográfica e Coleção Histórica do Continente da Nova Colónia da Cidade do Sacramento", in *RIHGU*, tomo XXIV, p. 63.
- ¹³ Sebastião da Veiga Cabral, *op. cit.*, p. 67.
- ¹⁴ Sebastião da Veiga Cabral, *op. cit.*, p. 64.
- ¹⁵ Naper de Lencastre ao rei, 10 de Janeiro de 1694, in Luis Enrique Azarola Gil, *La Epopeya de Manuel Lobo*, pp. 205-206.
- ¹⁶ "Condições que haviam de ter os povoadores da Nova Colónia", in ARC. Reg. 217, 38, T5. doc. 2, fs. 16-18.
- ¹⁷ Simão Pereira de Sá, *História Topográfica e Bélica da Nova Colónia do Sacramento do Rio da Prata*, p. 54.
- ¹⁸ "Pedro Juan Andreu y su carta a Mateo Andreu (1750)", in Magnus Mömer, "Panorama de la Sociedad del Rio de la Plata durante la Primera Metad del Siglo XVIII", in *Estudios Americanos*, vol. XVII, n.º 92-93, p. 206.
- ¹⁹ Aníbal M. Riveros Tuia, *op. cit.*, p. 159.
- ²⁰ Consulta do Conselho Ultramarino de 25 de Janeiro de 1726, in IHGB, Arq. 1.1.21, fl. 346v.
- ²¹ Real cédula de 26 de Maio de 1721, in *Campaña del Brasil*, tomo I, p. 473.
- ²² Real cédula de 10 de Maio de 1723, in *Campaña del Brasil*, tomo I, p. 485.
- ²³ Real cédula de 11 de Maio de 1722, in *Campaña del Brasil*, tomo I, p. 476.
- ²⁴ Fernando O. Assunção, "El Gaucho", in *RIHGU*, tomo XXIV, pp. 108-109.
- ²⁵ Francisco Brito Peixoto a Rodrigo César de Meneses, 22 de Janeiro de 1723, in *DI*, vol. XXXII, pp. 289-290.
- ²⁶ Caetano Cattaneo a seu irmão, 18 de Maio de 1729, in Lodovico António Muratori, *Il Cristianesimo Felice nelle Missioni de' Padri della Compagnia di Gesù nel Paraguai*, p. 160.
- ²⁷ Consulta do Conselho Ultramarino de 19 de Abril de 1730, in *JHGB*, Arq. 1.1.26, fs. 69-69v.
- ²⁸ Gregório Funes, *Ensayo de la Historia Civil del Paraguay. Buenos Aires y Tucumán*, tomo 2, pp. 251-252.
- ²⁹ In *Campaña del Brasil*, tomo I, pp. 461, 462, 465, 473, 476, 482, 484, 492, 523.

- ³⁰ Gregório Funes, *op. cit.*, tomo 2, p. 248.
- ³¹ Real cédula de 22 de Janeiro de 1728, in *Campaña del Brasil*, tomo I, p. 494.
- ³² Gregório Funes, *op. cit.*, tomo 2, p. 252.
- ³³ Martinho de Mendonça a Gomes Freire de Andrade, 12 de Março de 1737, in *RAPM*, vol. II, p. 397.
- ³⁴ Extracto de correspondência entre o governador de Buenos Aires e o de Colónia, Setembro de 1737, in *Campaña del Brasil*, tomo I, p. 525.
- ³⁵ Jonathas da Costa Rego Monteiro, *A Colónia do Sacramento (1680-1777)*, vol. 1, p. 347.
- ³⁶ Florian Paucke, "El Silberfluss, Montevideo y la Colónia del Sacramento", in Álvaro Barros-Lemes, *V Centenario en el Rio de la Plata*, p. 76.
- ³⁷ Francisco Millau, *Descripción de la Provincia del Rio de la Plata*, pp. 114-115.
- ³⁸ Olga Pantaleão, *A Penetração Comercial da Inglaterra na América Espanhola de 1713 a 1783*, pp. 219-221.
- ³⁹ Em 1760, o governador de Colónia escrevia ao rei sobre os prejuízos causados pelos navios de corso dos espanhóis, os quais atacavam as embarcações portuguesas que navegavam no Rio da Prata. Cf. *Consulta do Conselho Ultramarino* de 26 de Outubro de 1761, in *DH*, vol. XCV, pp. 44-47.
- ⁴⁰ Francisco Millau, *op. cit.*, pp. 115-117.
- ⁴¹ Olga Pantaleão, *op. cit.*, p. 236.
- ⁴² Luís Lisanti (org.), *Negócios Coloniais: Uma Correspondência do Século XVIII*, 5 vols.
- ⁴³ "De origem modesta, autêntico 'self-made-man', analfabeto, sabendo apenas rabis-car o seu 'sinal', este personagem tinha suficiente tino comercial para juntar razoável fortuna em Portugal, mas também para interessar-se e desenvolver amplas actividades comerciais, não só no Brasil, como em África e no norte da Europa", Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. I, p. CXXXIX.
- ⁴⁴ "Italiano estabelecido em Lisboa na tradição de outros comerciantes peninsulares que aí se fixaram. Associou-se várias vezes a Francisco Pinheiro e Paulus Hieronimo Medici para remeter carregações ao Brasil". Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. I, p. CXXXI.
- ⁴⁵ Durante o reinado de D. João V, o cruzado valia 480 réis. Cf. Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 1, p. XCV.
- ⁴⁶ Meira da Rocha a Francisco Pinheiro, 6 de Junho de 1725, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 3, pp. 13-15.
- ⁴⁷ "Polilha - espécie de traça que atacava o tecido, o tabaco e o couro", in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 1, p. LXVI.
- ⁴⁸ Beroardi e Medici a Rocha, Brito e Andrade, 5 de Setembro de 1725, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 5, pp. 446-447.
- ⁴⁹ "Cré - tecido de linho fabricado em Morlaix e sua região na Bretanha (França). Havia quatro tipos: cré largo, era o mais fino, cré comum, de qualidade inferior ao primeiro, cré 'gratienne', fabricado na paróquia de Grace, inferior ao último tipo, o 'rosconne', fabricado em Roscoff, pequeno porto perto de Saint Paul de Léon". Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 1, p. LIX.
- ⁵⁰ "Ruão - tecido de linho originário da região e cidade de Rouen em França; servia para forros, colchões, etc", Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 1, p. LXVII.
- ⁵¹ Meira da Rocha a Francisco Pinheiro, 6 de Junho de 1725, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 3, p. 19.
- ⁵² João Francisco Muzzi e Luís Álvares Preto a Francisco Pinheiro, 9 de Julho de 1726, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 3, pp. 111-114.
- ⁵³ Lima, Silva e Pereira a Pinheiro, 20 de Maio de 1734, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 3, p. 532.
- ⁵⁴ Lima, Silva e Pereira a Pinheiro, Agosto de 1736, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 3, pp. 613-614.

⁵² Citado por Júlia Ferreira Furtado, *Homens de Negócio: A Interiorização da Metrópole e do Comércio nas Minas Setecentistas*, pp. 119-120.

⁵³ Júlia Ferreira Furtado, *op. cit.*, p. 120.

⁵⁴ Meira da Rocha a Luís Álvares Preto, 20 de Maio de 1728, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 310.

⁵⁵ Damião Nunes de Brito e Meira da Rocha a Beroardi, Medici e Pinheiro, 20 de Maio de 1729, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 323.

⁵⁶ Brito e Rocha a Pinheiro, 30 de Outubro de 1732, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, pp. 359-360.

⁵⁷ Luís Álvares Preto e João Francisco Muzzi a Francisco Pinheiro, 28 de Fevereiro de 1726, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 3, p. 54.

⁵⁸ Alexandre de Gusmão a Luís Garcia de Bivar, 20 de Junho de 1749, in IEB, *Coleção Lamago*, cód. 1365, A8.

⁵⁹ Meira da Rocha ao rei, 29 de Maio de 1726, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 267.

⁶⁰ Vasconcelos ao rei, 6 de Maio de 1726, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 159.

⁶¹ Meira da Rocha a Francisco Pinheiro, 25 de Março de 1734, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 377.

⁶² Brito e Meira da Rocha a Pinheiro, 20 de Julho de 1728, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 308.

⁶³ Pinheiro a Brito e Meira da Rocha, 18 de Janeiro de 1729, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 5, p. 458.

⁶⁴ Consulta do Arquivo Ultramarino de 05 de Novembro de 1723, in IHGB, Arq. 1.1.21, fl. 249.

⁶⁵ Jorge Caldeira, *A Nação Mercantilista*, p. 172.

⁶⁶ Jorge Caldeira, *op. cit.*, p. 172.

⁶⁷ Meira da Rocha a Francisco Pinheiro, 15 de Maio de 1730, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 315.

⁶⁸ Meira da Rocha e Brito a Pinheiro, 25 de Fevereiro de 1734, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 375.

⁶⁹ Desde 1729, o responsável pela alfândega era o sargento-mor Manuel Botelho de Lacerda. Cf. Carta de Vasconcelos ao rei, 1 de Julho de 1729, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 211.

⁷⁰ Meira da Rocha a Francisco Pinheiro, 20 de Setembro de 1734, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 379.

⁷¹ Oueixas semelhantes, feitas anteriormente, haviam levado a Coroa a emitir uma carta régia em 4 de Dezembro de 1697 que concedia aos moradores do Rio de Janeiro a permissão para mandar as suas embarcações negociar em Colônia em completa liberdade, sem ter de pagar nenhum tipo de taxa aos governadores da praça. Cf. Vivaldo Coaracy, *O Rio de Janeiro no Século 17*, p. 225.

⁷² Meira da Rocha a Francisco Pinheiro, 4 de Março de 1735, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 383.

⁷³ Meira da Rocha a Francisco Pinheiro, 4 de Março de 1735, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 383.

⁷⁴ Vasconcelos ao rei, 11 de Novembro de 1728, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 203.

⁷⁵ Vasconcelos ao rei, 1 de Julho de 1729, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 211.

⁷⁶ Meira da Rocha a Francisco Pinheiro, 4 de Março de 1735, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 384.

⁷⁷ Meira da Rocha a Pinheiro, 15 de Julho de 1737, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 3, pp. 617-618.

⁷⁸ Vasconcelos ao rei, 5 de Junho de 1727, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 178.

⁷⁹ Vasconcelos ao rei, 9 de Junho de 1727, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 181.

⁸⁰ Vasconcelos ao rei, 27 de Março de 1730, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 218.

⁸¹ Jonathas da Costa Rego Monteiro, *op. cit.*, vol. 1, p. 127.

⁸² Vivaldo Coaracy, *op. cit.*, p. 227.

⁸³ Luís Ferrand de Almeida, *A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*, pp. 115-116.

⁸⁴ Myriam Ellis, "O Sal no Brasil Colonial", in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, vol. 178, pp. 139-178.

⁸⁵ Consulta do Conselho Ultramarino de 26 de Março de 1722, in IHGB, Arq. 1.1.21, fls. 73-75.

⁸⁶ Vasconcelos ao rei, 11 de Julho de 1728, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 198.

⁸⁷ Jonathas da Costa Rego Monteiro, *op. cit.*, vol. 1, pp. 198-200.

⁸⁸ Olga Pantaleão, *op. cit.*, pp. 195-196.

⁸⁹ Roberto C. Simonsem, *História Económica do Brasil*, p. 170.

⁹⁰ Caetano Cattaneo a seu irmão, 20 de Abril 1730, in Lodovico António Muratori, *op. cit.*, pp. 174-175.

⁹¹ Luís Ferrand de Almeida, *A Colônia do Sacramento... op. cit.*, p. 120.

⁹² Roberto C. Simonsem, *op. cit.*, p. 170.

⁹³ Muzzi e Preto a Francisco Pinheiro, 10 de Dezembro de 1722, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 2, p. 329.

⁹⁴ Muzzi e Preto a Francisco Pinheiro, 2 de Outubro de 1723, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 2, p. 394.

⁹⁵ Muzzi e Preto a Francisco Pinheiro, 22 de Outubro de 1724, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 2, p. 466.

⁹⁶ Pinheiro a Rocha, Brito e Andrade, 19 de Junho de 1725, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 5, p. 440.

⁹⁷ Pinheiro a Rocha, Brito e Andrade, 19 de Junho de 1725, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 5, p. 440.

⁹⁸ Pinheiro, Beroardi e Medici a Meira da Rocha, Brito e Andrade, 5 de Setembro de 1725, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 5, p. 448.

⁹⁹ Meira da Rocha a Francisco Pinheiro, 12 de Outubro de 1725, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 269.

¹⁰⁰ Andrade a Francisco Pinheiro, 4 de Janeiro de 1726, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 3, p. 40.

¹⁰¹ Meira da Rocha a Francisco Pinheiro, 25 de Maio de 1726, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 273.

¹⁰² Meira da Rocha ao rei, 29 de Maio de 1726, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 287.

¹⁰³ Vasconcelos ao rei, 17 de Fevereiro de 1734, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 3, doc. 276.

¹⁰⁴ Vasconcelos ao rei, 13 de Maio de 1726, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 165.

¹⁰⁵ In Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 5, p. 451; vol. 4, p. 309 e vol. 3, p. 359.

¹⁰⁶ Pinheiro a Meira da Rocha e Brito, 14 de Fevereiro de 1728, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 5, p. 456.

¹⁰⁷ Pinheiro a Meira da Rocha e Brito, 31 de Janeiro de 1730, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 5, p. 480.

- ¹¹¹ Vasconcelos ao rei, 5 de Abril de 1731, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 226.
- ¹¹² Brito e Meira da Rocha a Pinheiro, 30 de Outubro de 1732, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 361.
- ¹¹³ Citado por Aurélio Porto, *História das Missões Orientais do Uruguai*, II parte, p. 111.
- ¹¹⁴ Vasconcelos ao rei, 17 de Fevereiro de 1734, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 3, doc. 276.
- ¹¹⁵ Meira da Rocha a Francisco Pinheiro, 25 de Abril de 1735, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 386.
- ¹¹⁶ Pinheiro a Rocha, Brito e Andrade, 5 de Setembro de 1725, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 5, p. 447.
- ¹¹⁷ Pinheiro a Rocha, Brito e Andrade, 3 de Agosto de 1725, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 5, p. 443.
- ¹¹⁸ Luís Álvares Preto a Francisco Pinheiro, 9 de Março de 1726, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 3, p. 58.
- ¹¹⁹ Roberto C. Simonsem, *op. cit.*, p. 169.
- ¹²⁰ Consulta do Conselho Ultramarino de 10 de Junho de 1723, in IHGB, Arq. 1.1.21, fs. 171-172.
- ¹²¹ Consulta do Conselho Ultramarino de 07 de Janeiro de 1721, in IHGB, Arq. 1.1.21, fs. 24v.-28v.
- ¹²² Vasconcelos ao rei, 2 de Fevereiro de 1723, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 1, doc. 89.
- ¹²³ Gomes Barbosa ao rei, 14 de Junho de 1723, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 1, doc. 102.
- ¹²⁴ Jonathas da Costa Rego Monteiro, *op. cit.*, vol. 1, p. 193.
- ¹²⁵ Vahia Monteiro a Vasconcelos, 8 de Março de 1726, ANRJ, cód. 87, vol. 3, fl. 27v.
- ¹²⁶ Vânia Monteiro a Vasconcelos, 20 de Janeiro de 1726, ANRJ, cód. 87, vol. 3, fl. 126.
- ¹²⁷ Vasconcelos ao rei, 5 de Abril de 1730, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 220.
- ¹²⁸ Vasconcelos ao rei, 17 de Abril de 1731, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 232.
- ¹²⁹ Vasconcelos ao rei, 6 de Abril de 1733, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 3, doc. 262.
- ¹³⁰ Vasconcelos ao rei, 4 de Maio de 1726, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 158.
- ¹³¹ In Luís Ferrand de Almeida. "Informação de Francisco Ribeiro Sobre a Colônia do Sacramento", in Separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XXII, p. 67.
- ¹³² Luís Álvares Preto a Pinheiro, 6 de Dezembro de 1723, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 2, p. 408.
- ¹³³ Meira da Rocha a Francisco Pinheiro, 17 de Março de 1726, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 272.
- ¹³⁴ Brito e Meira da Rocha a Pinheiro, 20 de Maio de 1728, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 309.
- ¹³⁵ Brito e Rocha a Pinheiro, 20 de Setembro de 1733, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, pp. 360-361.
- ¹³⁶ Pereira e Silva a Francisco Pinheiro, 30 de Junho de 1726, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 3, p. 59.
- ¹³⁷ Consulta do Conselho Ultramarino de 27 de Outubro de 1735, in IHGB, Arq. 1.1.26, fl. 241v.
- ¹³⁸ Lima, Silva e Pereira a Pinheiro, agosto de 1736, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 3, pp. 613-614.

- ¹³⁹ Lima, Silva e Pereira a Pinheiro, 18 de Janeiro de 1738, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 3, p. 644.
- ¹⁴⁰ Jean Baptiste Nardi, *O Fumo no Brasil Colônia*, p. 21.
- ¹⁴¹ Jean Baptiste Nardi, *O Fumo Brasileiro no Período Colonial*, pp. 319-320.
- ¹⁴² Meira da Rocha a Francisco Pinheiro, 12 de Outubro de 1725, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 270.
- ¹⁴³ Meira da Rocha a Francisco Pinheiro, 10 de Maio de 1727, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 290.
- ¹⁴⁴ *Gazeta de Lisboa* de 28 de Agosto de 1721, in Manuel Lopes de Almeida (org). *Notícias Históricas de Portugal e Brasil (1715-1750)*, p. 64.
- ¹⁴⁵ Vahia Monteiro a Vasconcelos, 20 de Janeiro de 1728, ANRJ, cód. 87, vol. 3, fl. 126.
- ¹⁴⁶ Ricardo E. Rodriguez Moias, *Historia Social del Gaucho*, p. 146.
- ¹⁴⁷ Conde de Atouguia a Diogo de Mendonça, 12 de Outubro de 1751, in ABNRJ, vol. XXXL, pp. 12-13.
- ¹⁴⁸ Luís Álvares Preto a Pinheiro, 8 de Dezembro de 1723, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 2, p. 408.
- ¹⁴⁹ In Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 3, pp. 41, 53, 291, e no vol. 5, pp. 87 e 444.
- ¹⁵⁰ R. Lafuente Machaín, *Buenos Aires en el Siglo XVII*, p. 44.
- ¹⁵¹ Concolorcarvo, *El Lazarillo de Ciegos Caminantes*, p. 25.
- ¹⁵² Muzzi e Preto a Francisco Pinheiro, 28 de Fevereiro de 1726, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 3, p. 52.
- ¹⁵³ Consulta do Conselho Ultramarino de 14 de Abril de 1722, IHGB, Arq. 1.1.21, f. 80.
- ¹⁵⁴ Consulta do Conselho Ultramarino de 04 de Junho de 1723, in IHGB, Arq. 1.1.21, fl. 168v.
- ¹⁵⁵ Vasconcelos ao rei, 25 de Setembro de 1722, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 1, doc. 76.
- ¹⁵⁶ Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, parte I, tomo II, pp. 39-40.
- ¹⁵⁷ Meira da Rocha a Francisco Pinheiro, 12 de Outubro de 1725, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 269.
- ¹⁵⁸ Marques, Rosa e Santos a Pinheiro, 25 de Maio de 1726, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 281.
- ¹⁵⁹ Brito e Meira da Rocha a Pinheiro, 10 de Maio de 1727, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 293.
- ¹⁶⁰ Brito e Meira da Rocha a Pinheiro, 28 de Abril de 1731, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 337.
- ¹⁶¹ Brito e Meira da Rocha a Pinheiro, 28 de Abril de 1731, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 332.
- ¹⁶² Brito e Meira da Rocha a Pinheiro, 10 de Maio de 1732, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 354.
- ¹⁶³ Brito e Meira da Rocha a Pinheiro, 20 de Setembro de 1733, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 371.
- ¹⁶⁴ Meira da Rocha a Pinheiro, 5 de Junho de 1734, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 377.
- ¹⁶⁵ Meira da Rocha a Pinheiro, 12 de Fevereiro de 1735, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 382.
- ¹⁶⁶ Recibo do frete feito pelo capitão João da Costa Quintão, 4 de Junho de 1727, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 295.167
- ¹⁶⁷ Brito e Meira da Rocha a Beroardi, Medici e Pinheiro, 10 de Maio de 1727, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 296.
- ¹⁶⁸ Brito e Meira da Rocha a Pinheiro, 10 de Maio de 1732, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 354.

¹⁶⁰ Cleber Cristiano Prodanov, *A Vila Imperial de São Luis do Potosí na Crónica de Bartolomé Arzans de Orsúa y Vela*, pp. 94-99.

¹⁶¹ Valentín Abecía Baldivieso, *Mitayos de Potosí en una Economía Sumergida*, p. 177-179.

¹⁶² John Lynch, *La España del Siglo XVIII*, pp. 14-15.

¹⁶³ O conde de Atalaia ocupava então o posto de "mestre de campo general do exército", pelo qual tinha um lugar no Conselho de Guerra. Cf. António Caetano de Souza, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, vol. XI, p. 357

¹⁶⁴ Vasconcelos ao conde de Atalaia, 13 de Maio de 1732, in Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), *documentos avulsos*: II - 31, 30, 4, n.º 1.

¹⁶⁵ Vasconcelos ao rei, 17 de Fevereiro de 1734, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 3, doc. 276.

4.2. – OS PREJUÍZOS

4.2.1. – Os Ingleses, os Principais Concorrentes

Ao fim da Guerra da Sucessão Espanhola, a França teve que renunciar a vários privilégios comerciais que havia obtido por ocasião da ascensão de Filipe d'Anjou ao trono espanhol. Entre eles figurava o contrato do *aciento de negros*, uma das principais concessões feitas à Inglaterra por Filipe V para ser reconhecido como legítimo soberano da Espanha nos tratados de Utrecht¹. Esse contrato era muito cobiçado pelos comerciantes, especialmente pelos estrangeiros, pois possibilitava o acesso aos mercados da América espanhola, que abasteciam não só com escravos, mas também com grande quantidade de mercadorias².

A concessão do *aciento* foi feita à Companhia do Mar do Sul (*South Sea Company*), que também conseguiu assegurar o direito de introduzir víveres e roupas para o sustento dos escravos e abastecimento das feitorias, livres de qualquer direito alfandegário. Como os ingleses não possuíam colónias próximas ao Rio da Prata, ser-lhes-ia concedido um terreno em Buenos Aires onde instalariam os escravos recém-chegados do continente africano³.

Em 1715, o *Warwick*, primeiro navio do *aciento* inglês, chegou a Buenos Aires. Embora os agentes britânicos estivessem oficialmente engajados no comércio de escravos, o seu principal propósito era conseguir a venda de produtos manufacturados aos colonos espanhóis, pois o comércio negreiro servia como um meio de dar a aparência de legalidade ao contrabando desenvolvido pelos ingleses⁴. Segundo Studer, o tráfico de escravos não trazia grandes benefícios económicos aos agentes do *asiento*, que lucravam mais em contrabandear mercadorias, seja em

Buenos Aires, seja ao longo das rotas por onde eram conduzidos os escravos destinados ao Chile e ao Peru⁵.

John Burnet, cirurgião do *Wiltshire*, relatou que o capitão e os oficiais do navio em que viajou desde a Guiné trouxeram consigo considerável número de mercadorias, as quais, uma vez chegados ao Prata, trataram de vender aos espanhóis a bordo da própria embarcação e, durante a noite, na costa próxima a Buenos Aires. Do mesmo modo procedeu a tripulação de um navio de guerra que trouxe à cidade os agentes do *asiento*. Concluiu dizendo que era impossível calcular a quantidade das mercadorias vendidas e as quantias recebidas, sendo que os implicados no contrabando tinham mais medo de que representantes da companhia ficassem a saber das suas operações, que dos oficiais espanhóis encarregados de combater o contrabando⁶.

Assim, a perspectiva da obtenção de altos lucros com o contrabando logo despertou o interesse das autoridades espanholas em participar do mesmo. Vários navios entre 1716 e 1717 e, especialmente o *Kingston*, venderam suas cargas ilícitas mediante o pagamento de 25% dos lucros ao governador de Buenos Aires. Um contrato estabelecido entre o capitão Opie e o fiscal espanhol D. Francisco de Alcibar, permitiu ao capitão inglês efectuar um carregamento de mercadorias para Buenos Aires sob o pretexto de que se tratavam de provisões para a companhia⁷. O navio capitaneado por Opie, *The Carteret*, saiu da Inglaterra em direcção a Buenos Aires carregando mais de cem mil libras esterlinas em mercadorias destinadas ao contrabando⁸ e retornou levando dois milhões de pesos em moeda e sessenta mil pesos em couros⁹.

Mesmo os padres da Companhia de Jesus não deixaram de se envolver no comércio ilícito com os ingleses. No retorno a Londres, Opie levou dois jesuítas do Paraguai que levaram consigo 400.000 peças "de ocho" em ouro e prata¹⁰. De facto, não obstante a diferença de religião, os jesuítas não deixaram de se vincular economicamente aos ingleses do *asiento*, ajudando-os quando surgiam ordens de retaliação aos súbditos britânicos, em consequência de problemas diplomáticos entre as Coroas e facilitando-lhes a venda de escravos em Potosí através do Padre

Procurador. Os ingleses, por sua vez, ajudaram os jesuítas a efectuar a transferência de fundos para a Europa¹¹.

A permissão de levar roupas para os escravos e utensílios para as feitorias dos *asientistas*, favoreceu em muito a actividade dos contrabandistas. Subterfúgios, como o de esconder metais preciosos dentro de bolas de sebo destinadas à exportação¹² ou ainda atitudes violentas como a do capitão do navio *Duke of Cambridge*, que, sob a ameaça de bombardeio, não permitiu o embarque dos oficiais reais para a inspecção do seu navio¹³, faziam parte das várias técnicas utilizadas pelos contrabandistas.

Mas, se os ingleses se aproveitaram da feitoria do *asiento* de Buenos Aires para introduzir mercadorias contrabandeadas no Rio da Prata, procuravam protecção nas proximidades de Colónia quando surgia algum atrito com as autoridades espanholas ou mesmo em ocasiões em que as relações diplomáticas entre a Espanha e a Grã-Bretanha sofriam algum estremecimento. Para facilitar a sua acção contrabandista no Rio da Prata, os ingleses apoiaram decididamente a restituição de Colónia a Portugal, não só por meio da diplomacia em Utrecht, como também através dos seus agentes encarregados do *asiento* em Buenos Aires. Em 1718, o governador Manuel Gomes Barbosa escrevia ao vice-rei do Brasil que os ingleses se empenhavam em tentar manter os espanhóis em boas relações com os portugueses. Contudo, acatava as ordens recebidas no sentido de não mais lhe enviar cartas por intermédio dos britânicos¹⁴.

Embora os frequentes relatos da utilização de Sacramento pelos britânicos como um entreposto para o comércio com os súbditos espanhóis sugira a existência de um convívio pacífico entre portugueses e ingleses, houve diversos conflitos entre os comerciantes das duas nacionalidades. Se os ingleses eram bem-vindos no comércio indirecto com as colónias, agindo como os principais fornecedores de produtos manufacturados em Lisboa, o mesmo não pode ser dito quando passavam a comerciar directamente, já que todo o lucro dos comerciantes de Sacramento se concentrava na prática de recambiar as mercadorias europeias para os consumidores espanhóis. Quando os ingleses

começaram a comercializar directamente com os espanhóis, eliminaram a intermediação dos portugueses, alijando-os totalmente do comércio, pois os preços das suas mercadorias não tinham como competir com os preços das que vinham directamente da Inglaterra.

Contudo, a ambiguidade entre portugueses e britânicos, continuou viva em Sacramento. Aliados da Coroa portuguesa, fornecedores em Lisboa, mas concorrentes terríveis no contrabando com os espanhóis, os ingleses ainda tinham a confiança dos comerciantes portugueses que, por vezes, mandavam remessas de prata por meio dos seus navios, embora a preferência sempre fosse dada aos nacionais, especialmente às naus de guerra¹⁵. Por sua vez, unicamente interessados na lucratividade do seu comércio, os britânicos faziam-se de amigos de espanhóis e portugueses, negociando indiferentemente com uns e outros¹⁶. Situação parecida verificava-se então no Oriente, onde os ingleses de Bombaim vendiam provisões aos maratas e pólvora aos portugueses, "no prosseguimento da sua política de neutralidade estritamente ao serviço dos seus próprios interesses"¹⁷.

Os espanhóis tentaram aproveitar-se das diferenças entre portugueses e ingleses para impedir a devolução do território de Colónia a Portugal em 1715, quando o governador interino de Buenos Aires, Garcia Ros, avisou Filipe V dos prejuízos que os *asientistas* ingleses teriam com o restabelecimento de Sacramento, na medida em que não conseguiriam completar o carregamento dos seus navios com couros, pois a concorrência dos portugueses prejudicaria a produção de Buenos Aires¹⁸. Pensava que o prejuízo à companhia levaria a Inglaterra a reavaliar a sua posição de apoio a Portugal, "por prevalecer o interesse do comércio a qualquer outra razão de estado"¹⁹.

Entretanto enganara-se Garcia Ros, pois, para os ingleses o comércio de couros e escravos era apenas um complemento ao contrabando de manufacturas muito mais lucrativas²⁰. Com o objectivo de acabar com a convivência entre ingleses e portugueses, seu sucessor no governo de Buenos Aires, D. Bruno de Zabala, propôs a Filipe V que os navios de *permiso* e os do *asiento* passassem a utilizar o porto de Montevideu, a fim de evitar que

os navios espanhóis e ingleses se mantivessem nas imediações de Colónia²¹.

Na verdade, a proximidade de Sacramento foi muitas vezes providencial para os contrabandistas ingleses que negociavam em Buenos Aires. Em 24 de Março de 1726, um navio do *asiento* inglês, *Duke of Cambridge*, ancorou a uma légua do porto de Colónia. Segundo o seu capitão, Thomas King, o governador de Buenos Aires quisera forçar uma segunda visita dos fiscais ao seu navio, o que o mesmo tomou como uma atitude contra a sua honra e os privilégios concedidos pelo contrato de *asiento*. Por isso se viu obrigado a deixar precipitadamente o porto de Buenos Aires, com deliberação de protestar em Londres²².

Já a versão espanhola era de que o capitão se negara a deixar os oficiais espanhóis subirem a bordo para a inspecção do seu navio, ameaçando inclusive abrir fogo contra qualquer tentativa nesse sentido²³. Tal atitude do capitão levava a crer que o seu navio estava carregado com uma grande quantidade de contrabando e que, se fosse impedido de comerciar nas proximidades de Sacramento, poderia tomar a mesma atitude agressiva que tivera em Buenos Aires²⁴. Esse era um motivo bastante forte para que o governador Vasconcelos evitasse um desentendimento com os ingleses, oficialmente aliados de Portugal, mas que todos conheciam pelas suas insolências.

O capitão inglês alegava que lhe faltavam mantimentos para a viagem e por isso pediu a permissão de Vasconcelos para entrar no porto a fim de abastecer o seu navio. O governador concedeu-lhe permissão para comprar mantimentos a troco de dinheiro, mas não de mercadorias; porém, ao aportar, deveria sujeitar-se à guarda de um oficial e quatro soldados durante o tempo em que o seu navio estivesse atracado no porto de Colónia, ao mesmo tempo em que os oficiais da alfândega fariam um inventário do carregamento, a fim de que saísse do porto com a mesma quantidade de mercadorias com que havia entrado.

No dia 25, Thomas King dirigiu-se a Sacramento a fim de tentar um acordo com Vasconcelos. Alegava que queria voltar à Inglaterra, mas que "uma pouca fazenda que tinha lhe embaraçava esta resolução", por isso pedia a permissão do governador

para depositar na alfândega ou em alguma casa que alugasse, submetendo-se à fiscalização dos oficiais reais. Posteriormente, as mercadorias deveriam ser entregues à pessoa que o presidente do *asiento* mandasse vir de Buenos Aires. Contudo, a autorização para essa transacção foi negada por Vasconcelos, sob a alegação de que *"sendo as fazendas que metem os ingleses em Buenos Aires, causa de não terem maior saída as nossas, inteiramente lha refutel desculpando-me com as apertadas ordens, que têm os governadores da América e conquistados, a respeito dos navios estrangeiros"*.

Ao saber da tentativa dos ingleses de se refugiarem em Sacramento, o governador de Buenos Aires escreveu a Vasconcelos pedindo-lhe para não os auxiliar, pois eram contrabandistas e por isso não devia permitir a sua entrada no porto, nem dar-lhes viveres por ser contra o estipulado no artigo V do Tratado de Utrecht. Porém, Vasconcelos respondeu-lhe que: *"segundo as ordens de El Rei meu amo não se podia faltar à hospitalidade que é permitida às nações com quem o mesmo senhor se acha em paz"*²⁵.

Para impedir que os ingleses enviassem as suas mercadorias para Colónia que, segundo o governador, estava abarrotada de fazendas que dez navios tinham trazido de Lisboa, Vasconcelos mandou publicar um bando em que proibia às embarcações portuguesas a aproximação ao navio inglês e a ida das mesmas às ilhas para buscar lenha (desculpa frequente dos contrabandistas). Ordenou ainda que se patrulhasse a costa durante a noite até uma distância de dez léguas para evitar que as lanchas inglesas chegassem a terra.

Entretanto, as medidas tomadas pelo governador para impedir o contrabando inglês foram infrutíferas, pois José Meira da Rocha queixava-se a Francisco Pinheiro que a falta de negócios em Colónia devia-se à chegada do *Duke of Cambridge* que, próximo ao porto, mas fora do alcance dos canhões da fortaleza, pôs-se a vender as suas mercadorias às lanchas castelhanas que seguiam em direcção a Sacramento. Segundo Meira da Rocha, a ousadia dos ingleses era tanta que, se alguma lancha espanhola não se aproximasse do navio, mandavam um escafer em busca dos espanhóis para fazê-los subir a bordo. Mesmo se

algun espanhol já estivesse a negociar em qualquer loja de Colónia, lá chegavam os ingleses para fazê-lo saber dos preços com que vendiam as suas mercadorias, o que geralmente resultava no desajuste do negócio com os comerciantes portugueses, como também aconteceu com Rocha.

Tendo em conta os prejuízos, os comerciantes resolveram recorrer ao governador, que então lhes pediu que fizessem uma petição em nome de todos, a qual, para espanto de Rocha, resolveu enviar ao Conselho Ultramarino. Meira da Rocha queixava-se de que a única acção concreta tomada pelo governador contra os ingleses fora mandar chamar o capitão para um jantar no seu palácio²⁶! Os mercadores desejavam que o governador mandasse um bergantim para impedir a aproximação das lanchas espanholas do navio inglês, acto que seria justificado com a alegação de que os portugueses fretavam as lanchas espanholas a fim de comprar as mercadorias inglesas para depois revendê-las.

Segundo Meira da Rocha, o governador Vasconcelos não aceitou o pedido dos comerciantes, dizendo-lhes que, se queriam que os ingleses levassem as suas mercadorias a Colónia, lhes fizessem uma petição assinada por todos²⁷.

Nela, os mercadores pediam que o governador concedesse licença aos ingleses para desembarcar as suas mercadorias em Sacramento, permissão que já havia sido negada ao capitão inglês por Vasconcelos. O objectivo dos comerciantes era de que os ingleses descarregassem as suas mercadorias e as depositassem num lugar de onde não as pudessem retirar aos poucos, devendo reembarcá-las quando se fossem²⁸. Ora, Vasconcelos bem sabia que tal proposta não seria aceite pelos ingleses, já que o seu principal objectivo na região era o contrabando. Por isso resolveu mandar a petição para o Conselho Ultramarino, acção que em termos concretos não resultaria em nada, pois até a resposta chegar de Lisboa, há muito o navio inglês teria ido embora. Desiludido com a falta de atenção do governador, Rocha resolveu enviar, por meio de Pinheiro, uma carta ao rei, reclamando da atitude de Vasconcelos²⁹.

Por sua vez, o governador Vasconcelos defendeu a sua conduta perante o rei sob a argumentação de que não podia permitir

que os ingleses descarregassem as suas mercadorias em Colónia, tendo em vista a proibição da introdução de mercadorias estrangeiras nos portos do Brasil. Assegurava que tomara todas as precauções para impedir o comércio com os ingleses e que, se ele estivesse a ser praticado, os espanhóis não teriam feito repetidas visitas a Colónia, como fizeram durante o tempo em que o navio britânico ficara ancorado ao largo da povoação.

Queixava-se que os mercadores viviam das comissões das mercadorias vendidas e quando enfrentavam problemas no comércio, *"tudo lhes parece mal"*. Se as suas mercadorias não tinham a saída que esperavam, devia-se a que o mercado de Buenos Aires estava saturado com as cargas que, havia pouco, trouxeram vinte e um navios portugueses, sem contar com as que traziam os ingleses antes da sua expulsão da cidade. Afirmava ainda que as mesmas queixas que os comerciantes faziam dos ingleses, tinham feito anteriormente a cinco navios da Bahia que, para regressarem rapidamente a Salvador, tinham baixado os preços das mercadorias. Nessa ocasião teriam reclamado ao governador, dizendo-lhe que escreveriam ao rei para lhe pedir que impedisse a ida para Sacramento de todos os navios que não saíssem dos portos do Rio de Janeiro e Lisboa³⁰.

Como se vê no relato do governador, os comerciantes não deixavam de protestar cada vez que enfrentavam problemas com a venda de suas mercadorias, pouco se importando com as implicações políticas dos pedidos que remetiam às autoridades. Contudo, não deixavam de estar atentos às implicações da diplomacia nos seus negócios. Em Março de 1727, Francisco Pinheiro escrevia para Rocha e Brito sobre a notícia de uma possível guerra entre a Espanha e a Inglaterra³¹. Soubera que os ingleses tiveram ordem da Companhia do Mar do Sul de se retirar de Buenos Aires, a fim de evitar represálias, pois os espanhóis já haviam expulsado os ingleses de Cádiz e iniciavam o sítio a Gibraltar. Acreditando no fim do comércio directo entre a Inglaterra e o Prata, pedia-lhes que não se apressassem na venda das mercadorias, pois previa o aumento dos preços dos tecidos em Colónia como resultado do fim da concorrência inglesa³².

Em 20 de Setembro do mesmo ano, três navios ingleses do *asiento* ancoraram à vista de Colónia para escapar ao confisco dos bens ingleses ordenado pelo governador de Buenos Aires. Apoiando-se na tradicional aliança entre a Grã-Bretanha e Portugal, os ingleses pediram ao governador autorização para comprar os mantimentos necessários para o regresso a Londres. Vasconcelos permitiu a compra de víveres, mas impôs como condição que os comprassem a dinheiro e se sujeitassem às inspecções dos botes com os quais chegavam ao porto. Embora assegurasse à Coroa que tomara todas as precauções para evitar a entrada de mercadorias inglesas em Sacramento, Vasconcelos esperava que alguma queixa dos comerciantes chegasse a Lisboa. Por isso pedia ao rei permissão para castigar os mercadores a fim de *"suspender a irreverência de quererem intrrometer-se no lugar que ocupo"*³³.

Então, os comerciantes não tardaram a protestar. Em Maio de 1728, Meira da Rocha escrevia a Pinheiro que *"este governador em lugar de repreensão teve agradecimento, conservou os ingleses desde aquele tempo até agora de dois em 2 e de 3 em 3 navios com muita largueza, e banquetes, e aqui se acham até sabe Deus quando"*. Resolveu então recorrer à autoridade do vice-rei do Brasil, que respondeu mandando uma ordem para que o governador expulsasse os ingleses de Colónia. Vasconcelos não deixou de cumprir a ordem recebida, porém, segundo Rocha, os ingleses estabeleceram-se então a duas léguas da praça, de onde recebiam tudo que necessitavam por ordem do governador. Posteriormente chegaram outros dois navios, cuja tripulação, a sete léguas da praça, se dedicou a fazer o carregamento dos couros que segulam para Colónia. Depois, os navios atracaram no porto de Sacramento, onde contrataram algumas pessoas para buscar mais couros em Maldonado³⁴.

Ainda segundo Meira da Rocha, o governador sabia muito bem das actividades exercidas pelos ingleses, e mesmo que as queixas dos comerciantes fossem públicas, fazia-se de desentendido. Completava dizendo que, segundo certas pessoas, a atitude complacente de Vasconcelos estaria ligada a uma letra de câmbio no valor de 4.800 réis que os ingleses lhe assinaram em

Lisboa e que, para se livrar de tal acusação, o mesmo mandara tirar uma devassa. Terminava dizendo que, por via do Rio de Janeiro, Salvador e Londres, mandava uma petição ao rei, assinada por todos os mercadores da praça, na qual pediam atitudes contra os ingleses e a deposição do governador. Considerando as boas relações de Egneas Beroardi e Hieronimo Médici junto ao rei, encaminhara-lhes a petição, pedindo que somente a entregassem ao soberano, pois se a apresentassem ao Conselho Ultramarino, ele provavelmente a remeteria para o governador Vasconcelos³⁵.

Facto revelador da complexidade das relações entre portugueses e ingleses é que o requerimento contra os ingleses e o governador de Sacramento chegou a Lisboa via Londres, portanto a bordo de um navio inglês!

Contudo, para grande desgosto de Rocha, o requerimento que enviara a Lisboa, pedindo que se encaminhasse a D. João V, não foi apresentado ao monarca, pois, segundo o julgamento de Francisco Pinheiro, a sua apresentação podia mais prejudicar que auxiliar os seus negócios em Colónia. Beroardi era da mesma opinião, *"dizendo que se não apresentara por estar pouco decoroso"*.

Meira da Rocha queixou-se a Luís Álvares Preto do que considerou falta de apoio das autoridades e dos comerciantes de Lisboa, quando a verdade é que as medidas de retaliação que pedia contra os ingleses eram coisa muito mais séria do que supunha, envolvendo um intrincado jogo de interesses entre as potências europeias, os quais a própria diplomacia tinha dificuldades em resolver. Nas suas palavras: *"este governador viu que não levou nenhuma sofreada nos dentes, sabendo que nos havíamos queixado ficou muito contente, e mandou tomar casas nesta mesma praça para os ingleses, dando-lhes banquetes e fazendo as mais ridículas casquilhadas (sic) que se podiam ver"*. E da inobservância das ordens emitidas pelo vice-rei, queixava-se de que *"como são ordens cá do Brasil, são como hóstias sem serem sagradas"*³⁶.

Embora não resolvessem o problema, os protestos de Meira da Rocha puseram em alvoroço todas as autoridades coloniais,

não só na Bahia, mas também no Rio de Janeiro, onde o governador Vahia Monteiro foi pressionado pelos comerciantes sediados na cidade e ligados ao comércio platino. Em carta a Vasconcelos, Vahia Monteiro informou-lhe que também sofrera pressões semelhantes, quando ordenara o apresamento de um navio holandês, concluindo que *"é impossível tapar a boca ao povo quem tem o officio público"*³⁷. Não deixou, entretanto, de criticar o procedimento de Vasconcelos, afirmando-lhe que não deveria permitir que os ingleses demorassem mais de vinte e quatro horas para carregar os mantimentos necessários para a viagem, procurando evitar que entrassem em contacto com os moradores.

Apesar das ordens superiores, tudo indica que os ingleses continuaram a utilizar o porto da Colónia do Sacramento para a prática do contrabando, pois, em Junho de 1729, um jesuíta escrevia que: *"Embora não entre agora aqui nenhum barco inglês, por estarem cortadas as relações com esta nação até nova paz; contudo, desde a próxima colónia portuguesa, introduzem furtivamente alguns artigos e os ocultam: de sorte que não há muito, somente em artigos comerciais de contrabando, se lhes sequestraram [mercadorias] no valor de 300.000 pesos"*³⁸.

No Tratado de Sevilha, assinado em 9 de Novembro do mesmo ano, a Inglaterra e a Espanha acertaram as suas diferenças através da intermediação francesa, evitando por algum tempo a guerra que iria eclodir posteriormente, em 1739³⁹. Já no ano seguinte, Rocha informava da dificuldade da situação dos comerciantes em relação aos ingleses, pois, segundo ele, ao se verem favorecidos e amparados pelo governador Vasconcelos, deram notícia disso na Inglaterra, resultando na frequência da vinda deles a Sacramento, de onde negociavam com os comerciantes de Buenos Aires, *"sem licença nem lhe importar que a sua nação esteja em paz ou guerra com a espanhola"*⁴⁰. Acrescentava ainda que: *"os ditos ingleses são o açoitado do comércio desta praça, assim que eles chegaram cessou logo o comércio desta de maneira que ficamos parados em todo sem vendermos mais coisa alguma"*⁴¹.

Na realidade, a concorrência inglesa era directamente responsável pela situação do comércio na Colónia do Sacramento. O ano

de 1732 foi muito bom para os negócios e a razão principal dessa boa fase foi a ausência da concorrência inglesa. Sempre receando a chegada dos ingleses, Rocha escrevia: *"que não fizemos mais que dar saída [das mercadorias] à pressa, sempre com o medo da sua chegada"*⁴². Com a chegada dos navios do *asiento*, em Dezembro do mesmo ano, *"se suspendeu o comércio desta praça, de qualidade que se acha ao presente tudo parado, sem aparecer castelhano algum a procurar géneros"*⁴³.

As notícias sobre o ano de 1733 foram de que o comércio não andava muito bom, mas temia-se que a chegada dos ingleses o paralisasse totalmente⁴⁴. Entre Janeiro e Outubro de 1735, cerca de trinta embarcações com géneros destinados ao contrabando com os espanhóis seguiram para Sacramento. Entre eles foram quatro navios ingleses procedentes de Lisboa que, de acordo com a sua conveniência, navegavam com passaportes de uma ou de outra nacionalidade ou mesmo sob as duas bandeiras⁴⁵. Depois, com o início do cerco espanhol, o comércio sofreu bastante. Meira da Rocha queixava-se que *"pelo aperto dos castelhanos por mar e terra e neste particular não há mais remédio que esperar que Deus melhore e componha tudo ou faça o que melhor for servido"*⁴⁶.

Contudo, a quantidade de prata remetida por Brito e Rocha para Lisboa, nos anos em que se queixavam da dificuldade do comércio, parece-nos bastante elevada para acreditarmos cegamente nas suas queixas. Provavelmente pensavam ainda nas boas vendas do ano de 1732, quando os comerciantes portugueses estiveram livres da concorrência inglesa e senhores do contrabando na região platina. Porém, era difícil combater a presença dos ingleses no Prata, pois os mesmos não deixavam de se aproveitar das facilidades que o contrato de *asiento* lhes dava, nem das frequentes crises no relacionamento hispano-português. Durante o sítio espanhol a Sacramento, em 1736, continuavam tranquilamente o seu comércio e, apesar do conflito aberto na região, não hesitavam em aportar em Colónia antes de se dirigir a Buenos Aires⁴⁷.

A forte presença britânica no Rio da Prata representou um grande foco de tensão entre as autoridades coloniais portuguesas

e os mercadores de Colónia, pois tratava-se da difícil tarefa de conciliar interesses económicos que exigiam o fim da concorrência inglesa com interesses de ordem diplomática, já que Portugal dependia fortemente da aliança com a Inglaterra na Europa para poder fazer uma firme oposição à presença dos ingleses no Prata⁴⁸. Por isso, apesar das constantes queixas dos comerciantes luso-brasileiros, nunca se chegou a tomar nenhuma medida drástica contra os interesses britânicos, mesmo que isso representasse a paralisação do comércio português na região platina, como de facto aconteceu algumas vezes.

Se os ingleses recebiam o apoio do governador de Colónia, não deixaram de lhe prestar importantes favores, como impedir que os desertores portugueses se utilizassem dos navios do *asiento* para retornar à Europa⁴⁹, mas, sobretudo através do fornecimento de informações sobre os movimentos dos espanhóis⁵⁰. Em 1722, o presidente do *asiento* inglês em Buenos Aires, John Thruppe, avisou António Pedro de Vasconcelos de que o governador Zabala recebera ordens da Espanha para fortificar Montevideú⁵¹. É possível que Thruppe tenha servido às autoridades portuguesas noutras ocasiões, motivando o governador de Colónia a pedir ao rei que *"lhe mande agradecer as finezas que obrara pelos portugueses durante a sua assistência em Buenos Aires"*⁵².

Então, em Agosto de 1724, a Coroa autorizou o governador de Sacramento a efectuar gastos secretos, de entre os quais o pagamento a espões na capital da província do Rio da Prata. Tudo leva a crer que essa iniciativa não partiu de Lisboa, mas do próprio Vasconcelos, pois, em Fevereiro do ano anterior, o vice-rei escreveu ao governador do Rio de Janeiro sobre um "confidente inglês" que, de Buenos Aires, enviava informações ao governador de Sacramento⁵³.

Em 1735, quando o governador de Buenos Aires, D Miguel de Salcedo, iniciou os preparativos para sitiar a Colónia do Sacramento, ordenou a saída de todos os portugueses solteiros da cidade, que foram enviados ao interior da América espanhola. A mesma ordem foi dada aos ingleses, porém mais de trinta deles conseguiram burlar a vigilância dos espanhóis e refugiaram-se

em Colônia, onde se colocaram ao serviço do governador. Vasconcelos não deixou de aceitar a ajuda dos britânicos, os quais, em Outubro do mesmo ano, integrou à tripulação do bergantim d'El Rei, o qual foi armado com sete peças de artilharia, recebendo a missão de atrapalhar as comunicações espanholas entre Buenos Aires e a outra margem do Rio da Prata⁵⁴.

Um deles, William Kelly (mais conhecido como Guilherme Kelly), seria muito útil aos portugueses pela sua habilidade como marinheiro. Naturalizado português em Colônia⁵⁵ e convertido ao catolicismo no Rio de Janeiro, estabeleceu-se definitivamente em Sacramento, onde nasceram os onze filhos que teve com a sua esposa, nascida em Buenos Aires⁵⁶. Em recompensa aos serviços prestados durante a guerra de 1735-1737, recebeu da Coroa a patente de tenente de mar e guerra, em exercício na Colônia do Sacramento⁵⁷.

Contudo, a ambiguidade das relações entre portugueses e britânicos continuou viva, apesar da aparente tomada de partido dos últimos em favor dos primeiros. Entre as vítimas fatais do intenso bombardeamento a que os espanhóis submeteram a praça durante o sítio, contaram-se três ingleses que estavam presos no corpo da guarda⁵⁸. Simão Pereira de Sá comenta sobre a morte dos ingleses dizendo que *"estando no tronco com vários portugueses criminosos quatro ingleses por suspeitas de que desertavam com algumas notícias, que não convinham comunicadas, entrou uma bala de artilharia, e deixando ilesos aqueles, quebrou as pernas a estes, morrendo últimamente pelo partido que desejavam seguir"*⁵⁹.

Entre os despojos retirados do acampamento espanhol, tomado pelos portugueses em 6 de Outubro de 1736, encontraram-se vários documentos sobre a organização do inimigo, entre eles uma carta do governador Salcedo informando que duas naus inglesas do *asiento* que passariam a Montevideu a fim de carregar couros, levariam reforços de Buenos Aires à sua guarnição⁶⁰. Em resposta aos protestos do Coronel Luís de Abreu Prego, que comandava o bloqueio naval a Montevideu, de que os ingleses entravam no porto sem lhe dar satisfações, Vasconcelos fez-lhe ver a delicada situação das relações anglo-portuguesas no Rio da

Prata, dizendo-lhe que *"como a nação [inglesa] é um pouco soberba e os navios do asiento logram quase as mesmas honras que as naus de guerra, tenho sempre procurado haver-me com eles em forma que se mostrem agradecidos e não queixosos, para livrar a nossa corte de [ter que dar] satisfações"*⁶¹.

Desta forma, os ingleses não deixaram de utilizar o porto de Colônia para o contrabando, mesmo no meio do conflito aberto entre portugueses e espanhóis. Em Fevereiro de 1737, Vasconcelos informava à Coroa de que resistira aos apelos do comandante do navio inglês do *asiento*, o qual pretendia desembarcar a mercadoria que trazia de contrabando em Colônia, para desembarcar sem empecilhos em Buenos Aires os escravos que trazia. A fim de livrar-se dessa situação embaraçosa sem descontentar os ingleses, o governador sugeriu-lhe a utilização das ilhas próximas a Sacramento, com excepção da de São Gabriel, a qual havia guarnecido, para a prática do comércio ilícito⁶².

Em 1738, o governador de Buenos Aires avisava ao rei de que, ao tomar conhecimento através dos portugueses de que poderiam ser interceptados pelas fragatas espanholas, dois navios ingleses, o *Ásia* e o *Asiento*, refugiaram-se em Colônia, onde descarregaram o contrabando que traziam. Lá ficaram por vinte dias antes de seguir para a enseada de Barragã, e de nada valeram os seus protestos junto ao governador Vasconcelos, alegando que não podia impedir a permanência dos ingleses em Sacramento, *"por ser de nação tão aliada com os portugueses e pelo direito de hospitalidade"*⁶³.

A fraqueza de Portugal em fazer frente aos abusos dos ingleses não se verificou somente no Rio da Prata, mas em todo o lugar onde os súbditos das duas Coroas vizinhavam. No Estado da Índia, mesmo depois da perda da Província do Norte e o conseqüente fim das disputas fronteiriças com a colônia inglesa de Bombaim, continuaram os atritos com os ingleses e holandeses, acusados de prejudicar o comércio português no Oriente. Nas instruções ao seu sucessor, em 1750, o vice-rei, marquês de Alorna, deixou claro que pouca coisa pudera fazer contra os ingleses e holandeses:

"Agi em relação a estas duas nações com a prudência que é inevitável da parte de quem não tem qualquer força para repelir insultos ou violências, pois não é viável chegar ao ponto de provocar uma zanga aberta no presente estado das coisas. Referi o assunto a Sua Majestade, para que ele possa pedir qualquer satisfação que queira das Cortes em questão, e tomar a decisão que lhe pareça necessária⁶⁴".

4.2.2. – Um Centro de Descaminhos

Antes de concluirmos o nosso estudo sobre a actividade dos contrabandistas na Colónia do Sacramento, devemos salientar que o contrabando que obviamente interessava à Coroa portuguesa era o que defraudava os direitos espanhóis e não os próprios, como entretanto, não tardou a acontecer. Se, aquando da fundação de Sacramento em 1680, a reabertura do comércio com Buenos Aires só causava prejuízos à Espanha, a descoberta de minas de ouro no sertão brasileiro mudou a situação.

Em 1728, Luís Vahia Montelro, governador do Rio de Janeiro, alertou António Pedro de Vasconcelos de que os navios de registro de Buenos Aires tinham chegado a Espanha com um carregamento de ouro, que se supunha haver saído do Rio de Janeiro para Colónia, onde teria sido trocado por prata⁶⁵. Em 1732, Vahia Monteiro voltava a tratar do assunto, aconselhando Vasconcelos a *"não admitir ouro algum dos castelhanos nessa praça porque será abrir uma porta a grandes fraudes à arrecadação dos reais quintos do ouro, porque o levarão daqui para o trazer com a capa de ser castelhano e livrar os quintos⁶⁶".*

Segundo Maxwell, os principais responsáveis pelo contrabando do ouro de Minas Gerais para Buenos Aires e de Mato Grosso para as províncias espanholas próximas, eram as caravanas de mercadores que abasteciam as minas com produtos manufacturados, escravos, cavalos, mulas e gado vacum⁶⁷. Considerando que boa parte do gado que abastecia Minas Gerais

provinha dos campos do sul, onde a fronteira entre os domínios espanhóis e portugueses ainda estava indefinida, é de se supor que o contacto entre os condutores das tropas que seguiam para Minas e os espanhóis que viviam na região platina facilitasse esse tipo de contrabando.

De facto, a abertura do novo caminho que ligou São Paulo a Colónia inquietou o governador do Rio de Janeiro, que temia que a movimentação descontrolada favorecesse o contrabando de ouro para os domínios espanhóis. Em Fevereiro de 1732, Vahia Monteiro pedia maiores informações ao governador Vasconcelos sobre a notícia, que o mesmo lhe havia dado anteriormente, sobre um homem que chegara a Montevideu depois de oito meses de viagem, desde Minas Gerais, com muito ouro, onze escravos e duas escravas. Supunha que o mesmo se tratasse de António Pereira de Souza, amante de Beatriz Furtado de Mendonça, então desterrada em Sacramento. Segundo o governador do Rio, os contrabandistas poderiam utilizar o novo caminho aberto pelos paulistas para repetir com facilidade a viagem de António Pereira de Souza ou mesmo trocar o metal com os espanhóis que visitavam Laguna. Concluía dizendo que *"para este descaminho do ouro pela Laguna é que poderá unicamente servir o caminho que abriu o governador de São Paulo para aquela parte⁶⁸".*

Se o contrabando da prata espanhola era interessante aos portugueses, o desvio de uma parte da produção aurífera brasileira certamente não o era. Este não deixou de ser um argumento para Alexandre de Gusmão defender a entrega de Colónia à Coroa espanhola em troca de um equivalente. Nos seus "Reparos" sobre o novo método de cobrança do quinto do ouro em Minas Gerais, o mesmo alertava para saída ilegal de ouro brasileiro para Buenos Aires via Sacramento. Segundo ele, os contrabandistas trocavam com os espanhóis ouro por prata, que depois entrava livremente nos portos brasileiros como se fosse resultado do contrabando de tecidos. A transacção fazia-se sem se pagar o quinto da produção aurífera à Fazenda Real⁶⁹.

Efectivamente, como importante centro comercial no Atlântico sul, quase todo o tipo de transacção comercial ilícita passava por Colónia. Segundo Boxer, o contrabando de ouro com a

África Ocidental atingiu proporções de escândalo entre 1734 e 1735, quando foram descobertos os negócios de uma companhia clandestina responsável por esse comércio ilícito. A rede contrabandista tinha representantes influentes na Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Colônia do Sacramento, São Paulo e na Ilha de São Tomé, onde o próprio ouvidor estava entre os implicados⁷⁰.

Também se deve considerar que uma parte da prata que seguia para os portos brasileiros era usada para comprar manufacturas contrabandeadas, quer dos comissários, quer dos oficiais e marinheiros das frotas, originando uma grande rede de comércio ilícito, que usava o próprio sistema de frotas como cobertura e meio para exportar e remeter dinheiro⁷¹. Assim, a prata que entrava nos domínios portugueses, através do incentivo da Coroa ao contrabando com os espanhóis, acabava por lesar o seu patrocinador, na medida em que contribuía para alimentar o comércio ilícito com os estrangeiros em prejuízo das receitas alfandegárias.

Além dos metais preciosos, o comércio ilícito que defraudava os direitos da Fazenda Real portuguesa também incluiu a coirama, principal recurso económico da região platina. Se a compra de couros aos espanhóis não encontrava oposição da Coroa portuguesa quando era embarcada no porto de Colônia, onde se descontava o quinto do seu valor em favor do fisco, a compra e o embarque de couros efectuados fora das áreas de controle das autoridades lusitanas estavam terminantemente proibidos. A fim de evitar a entrada nos seus domínios de couros que haviam escapado à cobrança dos tributos reais, em 1734, o rei ordenou a Vasconcelos que registrasse e publicasse uma lei que proibia os navios portugueses de carregarem couros em Montevideú⁷².

Depois da reconstrução de Sacramento, em 1716, um dos principais extractores de couro na Colônia do Sacramento, senão o maior deles, era Cristóvão Pereira de Abreu. O seu grande conhecimento das campanhas da Banda Oriental possibilitava-lhe participar intensamente da exploração da riqueza pecuária e as suas boas relações com os Índios minuanos, que dominavam a bacia da Lagoa Mirim, serviram-lhe para mantê-los como fornecedores de montarias e gado vacum⁷³.

Cristóvão Pereira de Abreu foi o precursor dos futuros estancieros sul-rio-grandenses, cuja riqueza, antes do cercamento dos campos, estava mais ligada ao comércio de gado do que à posse de terras ou rebanhos⁷⁴. Para garantir os seus lucros, não hesitava em tentar burlar o fisco, pois, em 1723, alegando possuir um requerimento que lhe dava isenção de impostos, recusou-se a pagar o quinto dos 4.825 couros que embarcou para Lisboa. Porém, não conseguiu escapar da taxaço, pois o governador mandou remeter a conta do tributo a ser pago juntamente com a carga, para que a Coroa decidisse sobre esse assunto e pudesse cobrar-lhe o imposto devido⁷⁵. Como era previsível, a Coroa não deixou de realizar a cobrança e, embora Cristóvão Pereira recorresse por duas vezes, sempre se deu ganho de causa à Fazenda Real⁷⁶.

Cinco anos depois, Cristóvão Pereira de Abreu foi novamente apanhado em outra tentativa de burlar o fisco. Um dos guardas que cuidavam do gado destinado ao sustento da guarnição surpreendeu alguns homens ligados a Cristóvão Pereira e ao frei Sebastião Álvares enquanto vendiam couros a dois navios ingleses ancorados nas proximidades do rio Rosário. Ao ser avisado da infracção ao seu bando, que proibia o comércio com os ingleses, o governador mandou ao local um furriel com oito soldados para que prendessem todas as pessoas envolvidas no negócio ilícito.

O destacamento encontrou cento e vinte e dois couros escondidos num bosque, material este que o governador confiscou em nome da Fazenda Real, e prendeu os tripulantes das lanchas inglesas que se encontravam na praia. Contudo, logo Vasconcelos teve que libertar os presos, pois "*os capitães ingleses pediam as lanchas com a sua costumada braveza, dizendo [que] os haviam mandado a terra a fazer lenha de que necessitavam e não a outro fim*"⁷⁷. Porém, o governador não deixou de avisar os ingleses para que deixassem o Rio da Prata dentro de três dias, aproveitando a ocasião para negar a comunicação com terra, de dois navios carregados de escravos de Madagáscar.

Na devassa aberta sobre o caso, foi apurada a culpa de Cristóvão Pereira de Abreu e do frade carmelita Sebastião Álvares.

Contudo, Vasconcelos parecia confuso em relação à atitude que deveria tomar contra os contrabandistas, pois alegava que além de estar ausente, Pereira de Abreu tinha o hábito de Cristo que lhe dava o privilégio de não ser preso, a não ser em caso de flagrante delito. Quanto ao carmelita, fez escrever ao seu superior para que ele o castigasse.

O governador do Rio de Janeiro, Vahia Monteiro, não deixou de criticar a atitude de Vasconcelos escrevendo-lhe que *"tudo o que se entende com o frade do Carmo, se deve praticar com o frade da Ordem de Cristo, e assim no tirar da devassa devia vossa senhoria perguntar pelo caso sem o fazer pelas pessoa⁷⁸"*. Aconselhava por fim que expulsassem os dois de Sacramento como prejudiciais ao serviço de Sua Majestade. Porém, nem a opinião do governador do Rio nem a provisão real para que Vasconcelos expulsasse o frade e remetesse Cristóvão Pereira de Abreu preso para a Bahia ou o Rio de Janeiro pôde ser cumprida. O governador de Colónia limitou-se a informar à Coroa que o frade se encontrava no Rio Grande conduzindo um lote de mulas e cavalos com destino a Minas Gerais, enquanto Cristóvão Pereira vivia nas estâncias que os espanhóis possuíam na campanha⁷⁹. De facto, não era nada fácil para Vasconcelos exercer a sua autoridade contra uma pessoa com tantas ligações com os espanhóis e com grande conhecimento da campanha. Pouco depois, em 1731, houve um novo atrito entre Cristóvão Pereira e o governador Vasconcelos, que mandou prender um dos seus escravos⁸⁰.

O quotidiano das pessoas que se dedicavam ao comércio com os espanhóis era marcado pela tensão gerada principalmente pelo medo de serem surpreendidas pelas guardas espanholas durante a prática do contrabando. Outros factores responsáveis pelo clima tenso vivido pelos comerciantes eram os constantes atritos com os militares, que também controlavam o governo civil de Colónia, e a concorrência produzida pelos ingleses, que estavam autorizados a levar escravos a Buenos Aires e que não

perdiam a oportunidade de introduzir mercadorias de modo ilícito nos domínios espanhóis.

Apesar desses problemas, Sacramento constituía-se num dos mais rentáveis entrepostos comerciais portugueses. Além da possibilidade de trocar, com muita vantagem, produtos coloniais brasileiros e tecidos europeus por couros e prata, o comércio realizado em Colónia tinha a vantagem de ser geralmente feito à vista, ao contrário do que ocorria na restante América portuguesa, uma vez que o carácter ilícito das relações comerciais travadas entre portugueses e espanhóis na região platina impedia a criação de um eficiente sistema de crédito.

Porém, se a metrópole, num momento difícil, pensou que por meio da fundação de um entreposto no Rio da Prata conseguiria desviar em proveito próprio uma parte da produção das minas de Potosí, não esperava que, alguns anos após a criação da Colónia, com a descoberta de minas auríferas no interior do Brasil, ela também seria defraudada nos seus direitos pela saída ilegal de ouro para a América espanhola através da rede contrabandista fixada em Sacramento.

Esse problema, somado aos gastos com a manutenção de uma população que desde 1735 viveu em constante bloqueio, leva-nos a duvidar, se de facto, a Colónia do Sacramento conseguiu cumprir um dos seus principais objectivos iniciais, que era aumentar as rendas da Coroa portuguesa. Tudo indica que os maiores beneficiários com a fundação de Colónia foram os comerciantes particulares, pois em conta os elevados custos de manutenção, a insistência dos reis de Portugal em manter a posse de Sacramento com certeza se ligava antes às tentativas de expansão territorial e à necessidade de assegurar o prestígio da Coroa que em garantir a continuidade da rede de comércio ilícito entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro.

NOTAS

- ¹ Sobre as regras do contrato de *asiento* e particularmente sobre a participação dos franceses no mesmo, consultar: Georges Scelle, *La Traite Nègrière aux Indes de Castille*.
- ² Olga Pantaleão, *op. cit.*, p. 20.
- ³ Olga Pantaleão, *op. cit.*, p. 51.
- ⁴ George H. Nelson, "Contraband Trade under the Asiento. 1730-1739", in *The American Historical Review*, vol. LI, p. 57.
- ⁵ Elena F. S. Studer, *La Trata de Negros en el Rio de la Plata*, pp. 222-223.
- ⁶ Vera Lee Brown, "The South Sea Company and Contraband Trade", in *The American Historical Review*, tomo XXXI, pp. 670-672. Ver também Elena F. S. Studer, *op. cit.*, p. 203.
- ⁷ Vera Lee Brown, *op. cit.*, pp. 666-668.
- ⁸ Patrício Laules ao marquês de Grimaldi, 17 de Outubro de 1724, in ARC, 21 TI, doc. 12, fls. 85-86.
- ⁹ Gregório Funes, *op. cit.*, tomo 2, p. 249.
- ¹⁰ Vera Lee Brown, *op. cit.*, p. 669.
- ¹¹ M. Mõmer, *Actividades Políticas y Económicas de los Jesuítas en el Rio de la Plata*, pp. 125-126.
- ¹² Olga Pantaleão, *op. cit.*, p. 196.
- ¹³ Olga Pantaleão, *op. cit.*, p. 124.
- ¹⁴ Gomes Barbosa ao vice-rei, 12 de Abril de 1718, in *DH*, vol. LXXI, pp. 31-32.
- ¹⁵ Francisco Pinheiro a Meira da Rocha, Brito e Andrade, 19 de Junho de 1725, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 5, pp. 440-441.
- ¹⁶ Aníbal M. Riveros Tula, *op. cit.*, p. 177.
- ¹⁷ C. R. Boxer, *O Império Colonial Português*, p. 144.
- ¹⁸ Garcia Ros ao rei de Espanha, 7 de Dezembro de 1715, in *Campanha del Brasil*, pp. 454-455.
- ¹⁹ Parecer da junta formada para estudar o problema da cessão da Colônia do Sacramento aos portugueses, Madrid, 31 de Julho de 1716, in Pablo Pastells e F. Mateos, *Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay*, tomo VI, p. 71.
- ²⁰ Disso se queixavam José Mira da Rocha e Damião Nunes de Brito, dizendo que os "navios ingleses, os quais com o pretexto de negros, vêm carregadíssimos de fazendas, e principalmente de lã", Cf. Carta de Brito e Rocha a Pinheiro, 30 de Junho de 1731, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 341.
- ²¹ D. Bruno de Zabala ao rei de Espanha, 27 de Outubro de 1725, in Pablo Pastells e F. Mateos, *op. cit.*, tomo VII, pp. 523-524.
- ²² Vasconcelos ao vice-rei, 31 de Março de 1726, in J. da Costa Rego Monteiro, *op. cit.*, vol. 2, p. 75.
- ²³ Gregório Funes, *op. cit.*, tomo 2, p. 249.
- ²⁴ Frequentemente o tráfico de contrabando aparentou-se à pirataria, pois: "Se uma que outra vez [as autoridades] faziam alarde de exercer o seu direito praticando a visita aos navios, era somente uma ameaça ostensiva que, por outra parte, pouco respeitavam os contrabandistas, que eram vistos com um terror quase igual ao que infundiam os piratas, que por tanto tempo haviam sido o terror daquela parte do mundo". Woodbine Parish, *Buenos Aires y las Provincias del Rio de la Plata desde su Descubrimiento y Conquista por los Españoles*, p. 104.
- ²⁵ Vasconcelos ao vice-rei, 31 de Março de 1726, in Jonatbas C. Rego Monteiro, *op. cit.*, vol. 2, p. 76.
- ²⁶ Meira da Rocha a Pinheiro, 25 de Maio de 1726, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, pp. 274-275.
- ²⁷ Meira da Rocha ao rei, 29 de Maio de 1726, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, pp. 286-287.

- ²⁸ Petição dos mercadores estabelecidos na Colônia do Sacramento ao governador António Pedro de Vasconcelos, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 288.
- ²⁹ Meira da Rocha ao rei, 29 de Maio de 1726, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 286.
- ³⁰ Vasconcelos ao rei, 22 de Maio de 1726, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 169.
- ³¹ Filipe V ainda não se havia conformado com as concessões que fora obrigado a fazer nos Tratados de Utrecht, especialmente com a perda das possessões espanholas na Itália e com a cessão de privilégios comerciais e de Gibraltar à Inglaterra. As tensões acabaram por dar origem a um conflito que se estendeu de Janeiro de 1727 a Março de 1728. Contudo, as hostilidades limitaram-se ao Caribe e a Gibraltar. Cf. John Lynch, *op. cit.*, p. 121.
- ³² Pinheiro a Rocha e Brito, 8 de Março de 1727, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 5, pp. 450-451.
- ³³ Vasconcelos ao rei, 9 de Janeiro de 1728, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 2, doc. 192.
- ³⁴ Meira da Rocha a Pinheiro, 20 de Maio de 1728, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, pp. 305-306.
- ³⁵ Meira da Rocha a Pinheiro, 20 de Maio de 1728, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, pp. 305-306.
- ³⁶ Meira da Rocha a Luís Álvares Preto, 20 de Maio de 1728, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 311.
- ³⁷ Vahia Monteiro a Vasconcelos, 20 de Janeiro de 1728, ANRJ, cód. 87, vol. 3, 126v.
- ³⁸ Matias Strombel a um padre de Viena, 5 de Junho de 1729, in *RHGU*, tomo VII, pp. 263-267.
- ³⁹ Olga Pantaleão, *op. cit.*, p. 239.
- ⁴⁰ Meira da Rocha a Francisco Pinheiro, 15 de Maio de 1730, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 315.
- ⁴¹ Brito e Rocha a Francisco Pinheiro, 15 de Maio de 1730, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 326.
- ⁴² Brito e Rocha a Francisco Pinheiro, 10 de Maio de 1732, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 342.
- ⁴³ Brito e Rocha a Francisco Pinheiro, 31 de Janeiro de 1733, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 360.
- ⁴⁴ Brito e Rocha a Francisco Pinheiro, 20 de Setembro de 1733, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 4, p. 372.
- ⁴⁵ Corcino Medeiros dos Santos, *Relações Comerciais do Rio de Janeiro com Lisboa*, p. 82.
- ⁴⁶ Pinheiro a Meira da Rocha, 31 de Janeiro de 1736, in Luís Lisanti, *op. cit.*, vol. 5, p. 483.
- ⁴⁷ Simão Pereira de Sá, *op. cit.*, p. 94.
- ⁴⁸ Sobre as origens da influência inglesa em Portugal e no Brasil, consultar Alan K. Manchester, *Preeminência Inglesa no Brasil*.
- ⁴⁹ Vasconcelos ao rei, 9 de Fevereiro de 1723, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 1, doc. 97.
- ⁵⁰ Nos primeiros tempos do estabelecimento dos portugueses em Colônia, quando os soldados e moradores padeciam com a falta de auxílio do governo do Rio de Janeiro, os ingleses do *asiento* de Buenos Aires não deixaram de socorrer o governador Gomes Barbosa. Cf. Carta de Gomes Barbosa ao rei, 6 de Janeiro de 1718, in AHU, *Colônia do Sacramento*, cx. 1, doc. 38.
- ⁵¹ Consulta do Conselho Ultramarino de 08 de Junho de 1723, in IHGB, Arq. 1.1.21, fl. 174v.
- ⁵² Consulta do Conselho Ultramarino de 05 de Novembro de 1723, in IHGB, Arq. 1.1.21, fl. 248 v.
- ⁵³ Aníbal M. Riveros Tula, *op. cit.*, p. 163.

- ⁶⁴ "Notícia Prática..."; in *Revista Histórica*, tomo VII. nº 22, pp. 606-607.
- ⁶⁵ Simão Pereira de Sá, *op. cit.*, p. 86.
- ⁶⁶ Carlos G. Rheinganz, "Os últimos povoadores da Colónia do Sacramento", in *RIHRS*, nºs 113-116, p. 365. Rheinganz relaciona o baptismo de cinco britânicos convertidos em Sacramento: Pedro Pul (Pool), inglês, em 19/03/1740; João Medix (ou Medix?), escocês, em 13/06/1741; João Burrish, inglês, em 24/06/1741; Tomaz Glenhan, escocês, em 08/12/1742; André Barba(sic), irlandês, em 22/11/1743; sendo que o próprio governador Vasconcelos fora o padrinho dos dois últimos. Cf. Carlos G. Rheinganz, *op. cit.*, pp. 423-424.
- ⁶⁷ Carta do Secretário de Estado, António Guedes Pereira, a António Pedro de Vasconcelos, 30 de Maio de 1737, in *RIHRS*, nº 104, p. 398.
- ⁶⁸ "Notícia Prática...", *op. cit.*, p. 616.
- ⁶⁹ Simão Pereira de Sá, *op. cit.*, p. 86.
- ⁷⁰ Simão Pereira de Sá, *op. cit.*, pp. 117-123.
- ⁷¹ Vasconcelos ao coronel Luís de Abreu Prego, 8 de Novembro de 1736, in *RIHRS*, nº 99, p. 82.
- ⁷² Vasconcelos ao rei, 18 de Fevereiro de 1737, in *RIHRS*, nº 109-112, p. 67.
- ⁷³ "Nuevas comprobaciones del contrabando portugués por la Colonia, hasta Febrero de 1738", in *Campaña del Brasil*, vol. I, p. 529.
- ⁷⁴ Citado em C. R. Boxer, *O Império Colonial Português*, p. 145.
- ⁷⁵ Vahia Monteiro a Vasconcelos, 7 de Abril de 1728, in ANRJ, cód. 87, vol. 3, fl. 133v.
- ⁷⁶ Vahia Monteiro a Vasconcelos, 13 de Fevereiro de 1732, in ANRJ, cód. 83, vol. 4, fl. 84.
- ⁷⁷ Kenneth Maxwell, *A Devassa da Devassa*, p. 27.
- ⁷⁸ Vahia Monteiro a Vasconcelos, 13 de Fevereiro de 1732, in ANRJ, cód. 83, Vol. 4, fls. 83v-85.
- ⁷⁹ Reparos sobre a disposição da lei de 3 de Dezembro de 1750, a respeito do novo método da cobrança do quinto do ouro nas Minas Gerais, pelo qual se aboliu o da capitação. Lisboa, 19 de Dezembro de 1750", in Jaime Cortesão, *Obras Várias de Alexandre de Gusmão*, tomo 1, parte II, p. 316.
- ⁸⁰ C. R. Boxer, *A Idade de Ouro do Brasil*, p. 316.
- ⁸¹ Kenneth Maxwell, *op. cit.*, p. 27.
- ⁸² Vasconcelos ao rei, 2 de Novembro de 1714, in AHU, *Colónia do Sacramento*, Cx 3, doc. 214.
- ⁸³ Aurélio Porto, *op. cit.*, parte II, p. 113.
- ⁸⁴ Fernando H. Cardoso, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, p. 47.
- ⁸⁵ Vasconcelos ao rei, 19 de Fevereiro de 1723, in AHU, *Colónia do Sacramento*, Cx. 1, doc. 102.
- ⁸⁶ Carta do Conselho Ultramarino ao rei (1736), in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 3, doc. 326.
- ⁸⁷ Vasconcelos ao rei, 3 de Junho de 1728, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 2, doc. 195.
- ⁸⁸ Vahia Monteiro a Vasconcelos, 7 de Abril de 1728, in ANRJ, cód. 87, vol. 3, fls. 133-134.
- ⁸⁹ Vasconcelos ao rei, 10 de Julho de 1729, in AHU, *Colónia do Sacramento*, cx. 2, doc. 195.
- ⁹⁰ Aurélio Porto, *op. cit.*, p. 114.

CONCLUSÃO

Ao analisarmos a conturbada história da Colónia do Sacramento, num primeiro momento, somos levados a compará-la aos estabelecimentos portugueses no Oriente. Entretanto, apesar de apresentar algumas características em comum com as fortalezas construídas pelos lusitanos na Ásia, a Colónia do Sacramento inseria-se dentro de um projecto de alargamento dos domínios portugueses na América.

Embora um dos principais objectivos de D. Pedro II, ao ordenar uma fundação no Rio da Prata, fosse restaurar o comércio ilegal entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro, que drenava para o Brasil e a metrópole uma considerável parcela da prata extraída em Potosí, também pensava em anexar à América portuguesa um território que tinha um importante valor estratégico e económico. Além da possibilidade de incrementar a entrada de prata através do contrabando, contava-se explorar o gado chimarrão que abundava na Banda Oriental. A desconfiança de que os jesuítas exploravam minas nas proximidades das suas Missões foi outro incentivo económico que levou a Coroa portuguesa à acção em 1680. Por sua vez, o valor estratégico da Banda Oriental estava na existência de melhores portos naturais na margem norte do Rio da Prata que na margem sul, onde se situava Buenos Aires. O controle desses portos naturais, entre os quais a enseada de Colónia, poderia garantir o domínio do Rio da Prata, o que, por sua vez, levaria a dominar também os seus afluentes.

Antes de tentar estabelecer fronteiras com a fundação de Sacramento, Portugal procurava expandir as suas possessões na América, incorporando aos seus domínios um território que poderia possibilitar-lhes o controle de toda a bacia platina. A busca da criação de um gigantesco domínio territorial no Novo Mundo contrasta com o que ocorreu na Ásia, onde os reis de Portugal nunca pensaram em conseguir mais do que constava no título, adoptado por D. Manuel I em 1499, de “senhor da conquista e navegação e comércio...”.

Devido à tenaz oposição dos espanhóis, o ambicioso projecto de expansão dos portugueses rumo ao Rio da Prata não foi levado a efeito. A manutenção do bloqueio espanhol, garantida pelo regime de *status quo* sancionado pelo Tratado de Paris de 1737, criou uma nova situação na Colónia do Sacramento, que pode ser equiparada às experiências portuguesas no Oriente e no norte da África. A partir de então, Sacramento tornou-se uma praça-forte que controlava um território muito restrito e que devia a sua manutenção talvez mais a uma questão de prestígio que aos lucros do contrabando, já que os custos em manter o enclave revelaram-se bastante pesados para o governo do Rio de Janeiro, que arcava com a maior parte das despesas do estabelecimento platino.

Antes desse momento, a Colónia do Sacramento constituiu-se num dinâmico centro de povoamento, circunstância que não deve ser obscurecida pelo seu importante papel de centro comercial. À breve experiência de D. Manuel Lobo seguiu-se a administração corrupta de Cristóvão de Orneias de Abreu, que governou Colónia de 1683 a 1689. A substituição de Abreu por D. Francisco Naper de Lencastre em 1689 e de José de Herrera y Sotomayor por Augustin de Robles no governo de Buenos Aires em 1691, acabou não só com a tentativa de monopolizar o contrabando em proveito próprio de Orneias de Abreu, como também interrompeu toda a tentativa de comércio ilícito. É importante observar que o desenvolvimento do contrabando durante o governo de Abreu não representou um ganho importante para a Coroa, antes pelo contrário, pois a falta de interesse do governador em tratar de outros assuntos para além da manutenção do controle da rede

contrabandista colocou em risco a permanência dos portugueses nas margens do Rio da Prata. A falta de condições básicas originou uma deserção em massa entre os soldados, situação que levou D. Pedro II a pedir informações às autoridades coloniais sobre a possibilidade de abandonar a Colónia do Sacramento.

A fim de obter uma nova fonte de renda que garantisse a manutenção de Sacramento, Naper decidiu investir na caça das manadas de gado selvagem que abundavam na campanha, com o intento de alimentar a guarnição e dar início ao comércio de couros. A partir dos resultados conseguidos pela eficiente administração de Naper, que incentivou o povoamento com casais vindos do Rio de Janeiro e desenvolveu a agricultura e a extracção e exportação de couros, a Coroa portuguesa voltou a acreditar que a Colónia do Sacramento seria capaz de converter-se num centro cujo dinamismo económico poderia garantir a presença portuguesa na região platina. Encerraram-se então as discussões sobre o possível abandono da fortaleza, que passou a ser encarada como o germe de um núcleo colonizador que não só poderia manter-se a partir da exploração das riquezas locais, como também incrementar a receita da Coroa através dos impostos cobrados sobre a exportação de couros. Com a assinatura do Tratado de Aliança com a Espanha, em 1701, D. Pedro II pensou em dar prosseguimento ao projecto de ocupação da Banda Oriental através da construção de fortalezas em Montevideu e Maldonado, o que acabou por não acontecer porque Portugal mudou a sua política de alianças no decorrer da questão da sucessão espanhola.

O abandono de Colónia em 1705, frente às forças conjugadas de Buenos Aires e das Missões jesuíticas, não determinou o fim do projecto expansionista lusitano na Banda Oriental, somente o postergou até ao ano de 1716, quando a Espanha foi obrigada a devolver o território ocupado. Se, antes, a oposição à presença dos portugueses na região platina era maior entre os jesuítas das missões do Uruguai e as autoridades metropolitanas espanholas, que temiam as ambições expansionistas dos portugueses, agora ela também se manifestava entre os membros *cabildo* de Buenos Aires, que receavam a concorrência dos

lusitanos na exploração do gado chimarrão. Então, embora tenham sido os portugueses a iniciar o comércio de couros em larga escala no Rio da Prata, a partir do governo de Naper de Lencas-tre, os bonaerenses descobriram que poderiam auferir grandes lucros na exportação de couros depois de os franceses começarem a frequentar a região em consequência das concessões comerciais feitas à França, aquando da ascensão dos Bourbons ao trono espanhol.

Contudo, apesar da oposição dos portenhos, a Coroa espanhola não tinha como negar-se a cumprir o que fora estipulado no Tratado de Utrecht que, entre outras coisas, garantia a Portugal a restituição do território da Colónia do Sacramento. Com o retorno dos portugueses, retomou-se o processo colonizador que visava fazer de Sacramento um próspero centro comercial, agrícola e pecuário que garantiria a presença lusitana na região platina. Porém, o fracasso em fortificar Montevideú, arruinou o plano que visava ligar Colónia à América portuguesa, através da criação de uma série de fortalezas na faixa do litoral, entre Laguna e Sacramento

A instalação dos espanhóis em Montevideú, em 1724, criou graves problemas para a manutenção de Colónia, pois, a partir de então, eles não só passaram a controlar os canais de navegação que ligavam o porto de Sacramento ao Atlântico, como também aumentaram sua presença no interior do território, garantindo uma maior vigilância sobre o mesmo. Apesar do aumento da fiscalização do espaço da campanha, os portugueses continuaram a organizar caçadas ao gado selvagem através do suborno das autoridades espanholas, cujo dever era impedir-lhes o livre acesso ao interior da Banda Oriental. Na maioria das vezes, os caçadores contavam com o auxílio de gente que oficialmente era súbdita dos reis de Espanha, mas que procurava fugir ao monopólio que o *cabildo* de Buenos Aires pretendia impor à exploração do gado selvagem, a fim de aumentar os seus rendimentos.

Se, normalmente, a campanha era vista como um local perigoso, devido às incursões indígenas e às patrulhas espanholas, ela também podia ser encarada como um lugar de refúgio para as pessoas que procuravam fugir das tensões que dominavam o

pequeno núcleo urbano de Colónia, especialmente os soldados. A maior parte da população de Sacramento era constituída pelos militares que em geral tinham sido incorporados à força no exército colonial português. Então, na maioria das vezes, o alistamento fazia-se de maneira violenta, já que era comum que o governador do Rio de Janeiro enviasse à Colónia do Sacramento homens que chegavam ao Brasil sem passaportes, soldados indisciplinados da guarnição carioca e criminosos condenados ao degredo.

Ao alistamento compulsório seguia-se um quotidiano marcado pelas tensões originadas pela falta de recursos. Os fardamentos e os salários nunca chegavam nas datas certas, sendo comum, atrasos de meses e até de anos, situação que deixava os soldados na mão dos comerciantes, que lhes emprestavam dinheiro ou lhes vendiam alimentos e mercadorias a prazo. Por sua vez, a falta de um médico e a precariedade do atendimento numa enfermaria improvisada causavam uma contínua sensação de insegurança. Essas tensões quotidianas desencadeavam um processo de reacção, no qual a deserção foi o meio mais utilizado.

Muitos soldados não resistiam ao desconforto da vida militar e fugiam procurando refúgio entre os espanhóis da guarda de São João ou passavam a viver na campanha, onde se juntavam aos homens que se dedicavam à exploração do gado selvagem. Embora pareça que a maioria dos desertores efectivamente conseguiu escapar, alguns foram presos e, postos a grilhões, foram condenados a trabalhos forçados nas obras de fortificação. A tentativa de pôr fim à deserção foi uma das principais razões que levaram a Coroa portuguesa a desenvolver uma decidida política de povoamento no território da Colónia do Sacramento.

Para implementar a política de povoamento, em 1718, chegaram a Colónia sessenta casais vindos da província portuguesa de Trás-os-Montes. Essas pessoas deveriam desenvolver a agricultura numa terra cujo clima era muito parecido com o de Portugal e que portanto, alimentavam grandes expectativas entre os imigrantes e as autoridades metropolitanas de criar uma nova Lusitânia na região platina. Os chefes de família também deveriam contribuir para a defesa do território, incorporando-se aos regimentos de ordenança ou às tropas regulares, no serviço

das quais tinham direito a dedicar parte do seu tempo ao cultivo de um lote de terra, privilégio com que o soldado solteiro, geralmente recrutado à força, não podia contar.

Apesar dos elogios entusiasmados dos contemporâneos sobre o clima e a fertilidade das terras de Colônia, a exploração do gado selvagem atraiu mais a atenção dos povoadores do que o trabalho na agricultura. Foi preciso a actuação enérgica do governador António Pedro de Vasconcelos para que aumentassem os campos de cultivo nas proximidades de Sacramento, onde os mais abastados, geralmente oficiais militares e comerciantes, utilizavam a mão-de-obra escrava. Enquanto os escravos negros trabalhavam para os particulares, os índios, trazidos dos aldeamentos brasileiros, formalmente livres, mas mal pagos e com salários constantemente atrasados, labutavam nos serviços públicos, especialmente nas obras de fortificação.

Além do cuidado com a defesa, a busca do desenvolvimento da agricultura e da exploração das manadas de gado selvagem, a Coroa portuguesa e os governadores de Sacramento procuraram de todas as maneiras assegurar a continuidade do comércio ilícito com os habitantes de Buenos Aires. O estudo das vias de contrabando na Colônia do Sacramento revela a existência de um quotidiano tenso para as pessoas ligadas ao comércio ilegal. Tensões que se manifestavam principalmente em relação à ambiguidade das atitudes das autoridades coloniais espanholas, que tanto poderiam ser passíveis de suborno como de punir severamente todo o comércio com os portugueses, mas que, também, incluíam os atritos com os militares que dominavam a administração do povoado e a concorrência dos contrabandistas estrangeiros, entre os quais se destacavam os ingleses. O facto de Portugal frequentemente contar com a aliança da Inglaterra nas guerras europeias, tornava bastante embaraçosa a relação entre os representantes dessas duas nacionalidades no Rio da Prata, onde a concorrência de ambos pelo comércio com os espanhóis alimentava uma grande fonte de tensão.

O nosso estudo sobre o quotidiano na Colônia do Sacramento aponta para os mesmos resultados indicados por Fernando A. Novais, quando relacionou o sentimento dominante do

viver numa colônia com as sensações de instabilidade, precariedade e provisoriedade¹. Essas sensações eram, contudo, acentuadas na Colônia do Sacramento, não só devido ao medo de um ataque repentino, já que os moradores viviam próximos do inimigo em potencial e distantes das demais povoações portuguesas na América, mas também pelo medo de serem forçados a retirarem-se por uma ordem do próprio monarca, já que os termos do Tratado de Utrecht deixaram em aberto a possibilidade da troca de Sacramento por um território "equivalente".

Heroísmo e fidelidade, mas também tensão e medo foram sentimentos que marcaram a vida dos habitantes de Colônia, esse pequeno povoado onde a rede de tensões quotidianas não se restringia aos atritos entre classes dos moradores, mas incluía as dificuldades de relacionamento com os habitantes dos arredores: índios, gaúchos e, principalmente, com os espanhóis, inimigos tradicionais dos portugueses. Essas características do quotidiano em Sacramento faziam com que o povoado fosse um temido local de degredo, imagem que os raros períodos de paz e a fama de fertilidade da terra conseguiram apagar por alguns momentos.

¹ Fernando A. Novais. "Condições da Privacidade na Colônia", in Fernando A. Novais (dir.) e Laura de Mello e Souza (org.), *História da Vida Privada no Brasil*, vol. 1, pp. 31-32.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I - FONTES

A) FONTES MANUSCRITAS

1. COLÔNIA: ARCHIVO REGIONAL (ARC).

1.1 — Cópias dos documentos existentes no Archivo General de la Nación, em Buenos Aires:

“Orden de S. M. C. para impedir el comercio entre espanoles y portugueses. Aranjuez, 09 de Abril de 1722”. *21 T1, doc. 10, fls. 80-81*

“Carta de Patricio Laules al Marquês de Grimaldi sobre el contrabando praticado por los ingleses del Asiento en Buenos Aires. Madrid, 17 de Octubre de 1724”. *21 T1, doc. 12, fls. 85-86*

“Despacho dirigido al gobernador Zabala sobre un navio francês en la Colônia del Sacramento, Madrid, 30 de Mayo de 1728”. *21 T1, doc. 12, fls. 96-99.*

1.2. — Cópia do documento existente no Museo Archivo Histórico Nacional, em Montevideú:

Resposta da consulta feita pelo Cardeal da Motta ao Conde de Assumar sobre a formação de um Corpo de Dragões na Colônia do Sacramento e informações sobre os oficiais portugueses que poderiam ser enviados para a sua formação. Évora, 12 de Dezembro de 1736. *Reg. 304, 11.1. T1, doc. 2., fls. 3-17.*

1.3 — Cópia dos documentos existentes na Biblioteca e Arquivo Distrital de Évora, em Portugal:

"Condições q. Sauiã ter os Pouoadores da noua Colonia".
Reg. 217, 38, T5, doc. 2, fls. 16-18.

"Certificados referentes a los servicios y méritos funcionales de Caetano de Couto Vellozo, Escribano General de Hacienda y Secretario del Gobierno en la Colônia del Sacramento, otorgados por su Gobernador don António Pedro de Vasconcellos, entre 1724 y 1737". *Reg. 217, 38, T5, doc. 3, fls. 19-34*

"Sistema entre un Portuguez y un jenobes dentro de la colônia del Sacramento hablaron sobre el lamentable estado de ella y sus moradores: o qual se apanhó no abarracam.^o dos Cast.^{os} quando Se lhe foy queymar em o dia 4 de 8^{mo} de 1736 a.^a e dis na maneyra Seguinte". *Reg. 217, 38, T5, doc. 4, pp. 35-38.*

2 - LISBOA

2.1. - Arquivo Histórico Ultramarino (AHU).

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (ACL), CONSELHO ULTRAMARINO (CU), BRASIL - NOVA COLÓNIA DO SACRAMENTO (012):

Caixa 1 (1682-1723), documentos 1-121.
Caixa 2 (1724-1731), documentos 122-238.
Caixa 3 (1732-1737), documentos 239-337.

CONSELHO ULTRAMARINO, BRASIL - RIO DE JANEIRO, CASTRO E ALMEIDA:

Conselho Ultramarino de 26 de Maio de 1716, *cx. 17, doc. 3.516.*

Conselho Ultramarino de 24 de Janeiro de 1722, *cx 18, doc. 4.027-4.030.*

Requerimento de Beatriz Furtado de Mendonça, 1731, *cx. 30, doc. 7004-7005.*

Conselho Ultramarino de 19 de Fevereiro de 1732, *cx. 31, doc. 7.144-7.145.*

Representação dos povoadores da Colônia do Sacramento, *cx. 33, doc. 7.694-7.697.*

Conselho Ultramarino de 21 de Fevereiro de 1736, *cx. 39, doc. 9.061-9.062*

Documentos sobre o boticário João Pedro Freire, *cx. 45, doc. 10.612-10.636.*

CARTOGRAFIA

Planta e desenho da frontaria da igreja matriz da Colônia do Sacramento, por Pedro Francisco Soares. 1245-A.

Aiçado e planta da nova igreja da Colônia do Sacramento. 1245 (827).

Planta topográfica da Praça da Nova Colônia do Sacramento, pelo brigadeiro José da Silva Pais, 1736. 1246.

2.2 - Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

MANUSCRITOS DO BRASIL:

Carta de Manuel de Barros Guedes Madureira, capitão de Dragões, a Maninho de Mendonça, Rio de Janeiro, 11 de Março de 1737, *livro 1, fls. 108-109v.*

CHANCELARIA DE D. JOÃO V:

Provisão de 28 de Janeiro de 1736, *livro 131, fls. 45-46v.*

Carta patente de António Rodrigues Carneiro, 29 de Fevereiro de 1716, *livro 146, fls. 267v.-268.*

CONSELHO DE GUERRA:

Decreto de 13 de Fevereiro de 1719, *cx. 351, maço 78.*
Decreto de 3 de Março de 1721, *cx. 352, maço 80.*
Decreto de 13 de Julho de 1724, *cx. 352, maço 83.*

2.3. — Lisboa: Biblioteca Nacional (BNL)

COLEÇÃO POMBALINA:

Conselho Ultramarino de 25 de Agosto de 1718, *PBA 48, ffs. 364-369v.*

Ofícios que o conde de Oeiras passou, em Londres, ao duque de Newcastle sobre o território da Colónia do Sacramento, Maio de 1741, *PBA, 638, ffs. 500-501.*

3 - RIO DE JANEIRO: ARQUIVO NACIONAL (ANRJ).

Fundo 86 (Secretaria do Estado do Brasil):

Código 60 (Livros da Provedoria da Fazenda Real da Capitania do Rio de Janeiro): *vol. 12 (1710-1719), vol. 13 (1719-1721), vol. 14 (1721-1725), vol. 15 (1721-1724), vol. 16 (1726-1729), vol. 17 (1729-1730), vol. 18 (1730-1734), vol. 19 (1734-1736), vol. 20 (1735-1737).*

Código 83 (Correspondência dos governadores do Rio de Janeiro com diversas autoridades): *vol. 1 (1718-1725), vol. 2 (1725-1733), vol. 3 (1730-1732), vol. 4 (1730-1732), vol. 5 (1733-1736), vol. 6 (1736-1737), vol. 7 (1737-1738), vol. 8 (1737-1738), vol. 9 (1738-1739), vol. 10 (1739-1743), vol. 11 (1743-1749).*

Código 87 (Registro da correspondência dos governadores do Rio de Janeiro): *vol. 3 (1725-1729), vol. 4 (1727-1729), vol. 5 (1727-1730), vol. 6 (1729-1730), vol. 7 (1730-1732), vol. 8 (1732-1733), vol. 10 (1733-1734), vol. 11 (1734-1735), vol. 12 (1735-1736), vol. 13 (1736), vol. 14 (1736-1737), vol. 15 (1737-1739).*

Código 94 (Colónia do Sacramento, 1739-1777): *vol. 1 (1739-1759), vol. 2 (1739-1759), vol. 3 (1752-1777), vol. 4 (1748-1755), vol. 5 (1755-1776), vol. 6 (1760-1761), vol. 7 (1774-1777).*

3.2. — Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional (BNRJ).

"Carta que António Pedro de Vasconcelos, governador da Colónia do Sacramento, escreveu ao Conde de Atalaya em 13 de Maio de 1732". *Cód. 11-31. 30. 4, n.º 1.*

3.3. — Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Cópias extraídas do Arquivo do Conselho Ultramarino: *Arq. 1.1.21 (1721-1726), Arq. 1.1.25 (1718-1720), Arq. 1.1.26 (1726-1739).*

3.4. — Rio de Janeiro: Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército (AHEX).

"Mapa Geral de tudo o q. esta Praça da Nova Collonia do Sacram.º tem, Tanto da sua goarnição, e muniçoens como cazas, lavradores, e oficiais, feito em 24 de Outubro de 1722 Pello G.º An.º P.º de Vás.ºº, S - RS - 07.05.1627.

"Planta da Cidade da Nova Colónia do Sacramento no Rio da Prata, que serve para mostrar o novo Desenho da Fortificação que por ordem de S. Mag.º que D.º g.º se reedifica. Tirada por Pedro Gomes de Figueiredo Tenente de M.º de Campo G.º de Infantar.º e Engenheiro das Fortificações da mesma Praça em 6 de Mayo de 1732". *S-RS-07.02.1443.*

4. SÃO PAULO: INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS (JEB)
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

MANUSCRITOS DA COLEÇÃO LAMELA:

"Carta de Alexandre de Gusmão a Luís Garcia de Bivar, Governador da Colónia do Sacramento, a propósito do comércio clandestino praticado por portugueses ali e em Buenos Aires. Solicitava permissão para que o negociante lisboeta Feliciano Velho Oldemberg recebesse certa quantia. *Lisboa, 20 de Junho de 1749.* Alexandre de Gusmão. 3 p." *Cod. 136.5. A8.*

"Carta de Matias Coelho de Souza a Marco António de Azevedo Coutinho, Secretário do Reino, comunicando ter embarcado na fragata *Atalaia*, de acordo com o pedido de 26 de Março, munições e géneros para a Colónia do Sacramento. Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1743. Matias Coelho de Souza. 2 p. Original". *Cod. 16.1.A8.*

"Carta, em latim, do jesuíta Ladislau Oros à D. Maria Ana d'Áustria, Rainha de Portugal, na qual relata sua chegada e a de seus companheiros missionários à Colónia do Sacramento e o trabalho que vinha desenvolvendo. Buenos Aires, 1 de julho de 1749. Ladislau Oros S. J. 3 p. Original, (Anexo: tradução)." *Cod. 1.14, A8*

"Catálogo das ordens, que se expediram para a Ilha de Santa Catarina e Colónia do Sacramento, no ano de 1761, s.d., 17 pp., Original." *Cod. 6.2, A8.*

"Escrito, em francês, referente ao ataque desferido sob as ordens de D. Pedro de Cevallos, Governador de Buenos Aires, em 1762, contra a Colónia do Sacramento, quando foram rechaçados os portugueses. É discutido o Tratado de Paz, assinado em Paris, s.d (1763). 4 p." *Cod. 68.9.A8.*

"Parecer do Desembargador Manuel Lopes de Oliveira sobre consultas do Conselho Ultramarino, relativas à Colónia do Sacramento. Lisboa, 1º de Dezembro de 1694, 4 p." *Cod. 46.91. A8.*

"Traslado do Instrumento em Pública Forma do registro de duas atestações passadas por Francisco Vaz de Carvalho e Manuel dos Santos Pereira, a 20 de Maio de 1777, em favor de Joaquim Vicente dos Reis e de um "numeramento" passado na Colónia do Sacramento por José Soares de Figueiredo, a 21 de Março de 1774, nomeando Joaquim Vicente dos Reis para Alferes da Ordenança da Companhia do Capitão Manoel Gonçalves Machado. Lisboa, 3 de Setembro de 1798. Jozé de Almeida Roris. 11 p." *Cod. 19.14.A8.*

B) FONTES IMPRESSAS
(Documentos, Cronistas, Viajantes, Memorialistas)

Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid — Antecedentes do Tratado. Documentos Organizados e Anotados por Jaime Cortesão: tomos I e II, parte III, Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, 1950.

Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid — Obras Várias de Alexandre de Gusmão. Documentos Organizados e Anotados por Jaime Cortesão, tomo I, parte II, Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, 1950.

ALMEIDA, Manuel Lopes de (org.), *Notícias Históricas de Portugal e Brasil (1715-1750)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1961.

ANTONIL, André João, *Cultura e Opulência do Brasil [1711]*, (Col. *Reconquista do Brasil*, vol. 70), Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, EDUSP, 1982.

BARROS-LÉMEZ, Álvaro (comp.), *V Centenário en el Rio de la Plata: Pioneros, Adiantados, Caminantes, Fundadores*, 2ª ed., Montevideo, Monte Sexto, 1992.

CABRAL, Sebastião da Veiga, "Descrição Geográfica e Coleção Histórica do Continente da Nova Colónia da Cidade do Sacramento" [1713], in *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*, tomo XXIV, Montevideo, 1965.

Campaña del Brasil — Antecedentes Coloniales. Documentos referentes a la guerra de la independencia y emancipación política de la República Argentina y de otras secciones de América. Segunda série, dirigida por Carlos Corrêa Luna, (1535-1749) Buenos Aires, tomo I, Archivo General de la Nación, 1931.

"Cartas do Brigadeiro José da Silva Paes para Martinho de Mendonça de Proença e Pina, Governador de Minas Gerais (1735-1738)", in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, nº100, Porto Alegre, IV trim. de 1945, pp 279-303,

CÉSAR, Guilhermino (org.), *Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul (1605-1801)*, Porto Alegre, UFRGS, 1969.

CONCOLORCORVO, (Alonso Carrió de la Vandra), *El Lazarrillo de Ciegos Caminantes* [1773], Caracas, Biblioteca Ayacucho, vol. 114, 1985.

"Da relação da conquista de Colônia, pelo Dr. P. Pedro Pereira Fernandes de Mesquita, escripta em Buenos-Ayres em 1778", in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 31, Rio de Janeiro, 1º trim. de 1868, pp. 350-363.

Diversos documentos sobre a Colônia do Sacramento publicados por Jonathas da Costa Rego Monteiro no segundo volume da sua obra, *A Colônia do Sacramento (1680-1777)*, Porto Alegre, Globo, 1937.

Documentos avulsos sobre a Colônia do Sacramento publicados pelos *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, vol. I, Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro, 1977.

Documentos Históricos, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1928.

Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, São Paulo, Arquivo do Estado de São Paulo, 1895.

Documentos para la Historia del Virreinato del Rio de la Plata, vol. I, Buenos Aires, Compania Sul-Americana de Billetes de Banco, 1912.

"Documentos relativos à Colônia do Sacramento, Montevideo, Buenos-Ayres, e prisão de fabricantes de moeda falsa, etc", tomo 32, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1º trim. de 1869, pp. 5-174.

"Documentos sobre a Colônia do Sacramento", in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, nº99, Porto Alegre, III trim. de 1945, pp. 41-117.

"Documentos sobre a Colônia do Sacramento e a Expedição que a foi Socorrer em 1736", in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, n.º 109 a 112, Porto Alegre, I a IV trimestre de 1948, pp. 3-145.

"Documentos sobre a Colônia do Sacramento e o Rio Grande de São Pedro", in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, n.º 104, Porto Alegre, IV trim. de 1946, pp. 337-475.

"Documentos sobre o Rio-Grande de S. Pedro, S.ª Catharina e Colônia do Sacramento", in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. tomo 31, Rio de Janeiro, 1º trim. de 1868, pp. 265-363.

"El Rio de la Plata visto por viajeros alemanes del siglo XVIII, según cartas traducidas por Juan Mühn, S. J.", in *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*, tomo VII, Montevideo, 1930, pp. 229-325.

FERNÁNDEZ ROMERO, Joseph "Instrucción exacta, y útil de las Derrotas, y Navegacion, de ida y buelta, desde la gran Bahía de Cadiz, hasta la Boca del gran Rio de la Plata", [1730], in *Revista Histórica*, tomo XIX, n.º 85-87, Montevideo, 1959 pp. 621-649.

LEONARD, Irving A. (org), *Viajeros por la América Latina Colonial*, México, Fondo de Cultura Económica, 1992.

LISANTI, Luís (Org.), *Negócios Coloniais (Uma Correspondência Comercial do Século XVIII)*, Brasília, Ministério da Fazenda, 5 vols., São Paulo, Visão Editorial, 1973.

Manuscritos da Coleção De Angelis: Tratado de Madrid — Antecedentes: Colônia do Sacramento (1669-1749). Introdução, notas e sumários por Jaime Cortesão, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1954.

MILLAU, Francisco, *Descripción de la Provincia del Rio de la Plata* [1772], Buenos Aires, Espasa - Calpe, 1947.

MIRALES, José del, "História Militar do Brasil" [1762], *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. XXII, Rio de Janeiro, 1900.

MURATORI, Lodovico António, *Il Cristianesimo Felice nel Missioni del Padri della Compagnia di Gesù nel Paraguai*, Venezia, Giambatista Pasquall, 1743.

"Noticia e justificação do título e boa fé com que se obrou a Nova Colônia do Sacramento, nas terras da Capitania de São

Vicente, nas margens do Rio da Prata" [1681], vol LXVIII, *Revista de História*, São Paulo, vol LXVIII, 1977, pp 1-32.

"Noticia práctica del sitio de la Nueva Colônia del Sacramento y demás operaciones de los enemigos desde el mês de Septiembre hasta el 18 de Diciembre de 1735, siendo Gobernador de aquella Plaza António Pedro de Vasconcellos", in *Revista Histórica*, tomo VII, nº 22, Montevideo, 1916 pp. 604-616.

PITTA, Sebastião da Rocha, *História da América Portuguesa* [1730], São Paulo, W. M. Jackson Inc., 1958.

Regimento de D. Manuel Lobo (1678), in ALMEIDA, Luís Ferrand de, "Origens da Colônia do Sacramento". Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXIX, Coimbra, 1981, pp. 101-128.

"Regimento para o Exército quando estiver em Campanha, ou quando se achar aquartelado em algumas Praças, Villas, & Lugares deste Reyno, & de Castella", Lisboa, Oficina de António Pedrozo Galram, 1708.

"Registro — Das cartas do exmo. sr. Gomes Freyre de Andrade g^o. e Cap^o. Genl. das Minas G. do Rio de Janeiro para o sr. Martinho de Mendonça de Pina de Proença a cujo cargo está o Gov. das Minas na sua auzencia com tão bem do Exm.^o sr. Conde das Galveas V. Rey do Estado, e respostas às mesmas cartas de q^{as}, algumas se registrarão por minúta, e de outras, se registrarão só alguns capítulos..." in *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, vol II, anno XVI, 1911.

Relaçam das Festas que fez Luiz Graçia de Bivar Fidalgo da Caza de Sua Magestade, e Sargento Mayor de Batalha dos seus Exércitos, e Governador da Nova Colônia do Sacramento, Pela Feliz Aclamação do nosso Fidelíssimo Rey Dom Jozé o I, Lisboa, Oficina de Pedro Ferreira, 1753.

"Relación del Sitio, toma y desalojo de la Colônia nombrada del Sacramento, en que se hallavan los Portugueses desde el año 1680, en el Rio de la Plata a vista de las Islas de S. Gabriel", in *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*, tomo VI, nº 1, Montevideo, 1928, pp. 197-206.

RIBEIRO, Francisco, "Informação sobre a Colônia do Sacramento", in ALMEIDA, Luís Ferrand de, "Informação de Francisco Ribeiro sobre a Colônia do Sacramento", Separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XXII, Coimbra, 1955, pp. 64-78.

SÁ, Simão Pereira de, *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata* [1737], Porto Alegre, Arcano 17, 1993.

SEPP, António, *Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos* [1698], Tradução de A. Reymundo Schneider, Belo Horizonte, Itatiaia - São Paulo.

EDUSP, 1980, Col. *Reconquista do Brasil*, vol. 21.

SILVA, Silvestre Ferreira da, *Relação do Sítio da Nova Colônia do Sacramento*. Fac-simile da edição de 1748, Porto Alegre, Arcano 17, 1993.

SOUZA, António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* [1741]. Ed. revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, tomoVIII, Coimbra, Atlântida, 1951.

SOUZA, Francisco Ferreira de, "Descrição da viagem do Rio Grande", in *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*, vol. III, Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 1979, pp. 231-271.

TOLLER, William, "The History of a Voyage to the River of Plate & Buenos Aires from England" [1715], in *Revista Histórica*, tomo XXIII, nº 67-69, Montevideo, 1955, pp. 1-33.

VICENTE DO SALVADOR, *História do Brasil (1500-1627)*, (Col. *Reconquista do Brasil*, vol. 49), 7.^a Ed., Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, EDUSP, 1982.

VIEIRA, António, *Escritos Históricos e Políticos*, São Paulo, Martins Fontes, 1995.

II - BIBLIOGRAFIA

A) OBRAS DE REFERÊNCIA

(Legislação, Dicionários, Repertórios, Mapas e Plantas)

ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), "Inventário dos Documentos Relativos ao Brasil Existentes no Archivo de Marinha e Ultramar", in *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, vol. XXXIX, 1921; vol. XLVI, 1934; vol. L, 1936.

BLUTEAU, Raphael, *Vocabulário Portuguez e Latino, 9 vols.*, Coimbra, Colégio da Companhia de Jesus, 1712-1727.

"Coteção sumaria das próprias Leis, Cartas Regias, Avizos e ordens que se acham nos livros da Secretaria do Governo desta Capitania de Minas Geraes, deduzidas por ordem a títulos separados..." in *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano XVI, vol. I, 1911.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: Manuscritos dos séculos XVI ao XIX*, 2ª ed., S. Paulo, UNESP — Arquivo do Estado de S. Pauló, 1991.

LIPINER, Elías, *Terror e Língua: um Dicionário da Santa Inquisição*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999.

"Ordens Régias", in *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, Arquivo Municipal, Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria de Educação e Cultura - Departamento de Cultura.

PASTELLS, Pablo e MATEOS, F., *Historia de la Compañia de Jesus en la Provincia del Paraguay Según los Documentos Originales del Archivo General de Indias*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas - Instituto Santo Toribio de Mogrovejo, tomo VI (1715-1731), 1946; tomo VII (1731-1751), 1948.

SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, 1992, 8 vols.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.), *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Lisboa, Verbo, 1994.

"Tratado de Paz Celebrado em Utrecht a 6 de Fevereiro de 1715", in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 352, Jul./Set., Rio de Janeiro, 1986, pp. 929-947.

VAINFAS, Ronaldo (dir.), *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*, Rio de Janeiro, Objetiva, 2000.

B) ARTIGOS, LIVROS E TESES

ABECIA BALDIVIESO, Valentín, *Mitayos de Potosi en una Economía Sumergida*, Barcelona, HUROPE, 1988.

ALDEN, Dauril, *Royal Government in Colonial Brazil with Special Reference to the Administration of the Marquis of Lavradio*, Berkeley - Los Angeles, University of Califórnia Press, 1968.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de, *O Trato dos Videntes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

ALGRANTI, Leila Mezan, *Honradas e Devotas: Mulheres da Colônia*, Rio de Janeiro, José Olympio, Brasília, Edunb, 1993.

ALMEIDA, Aluísio de, "Os Caminhos do Sul e a Feira de Sorocaba", in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 186, Rio de Janeiro, 1946, pp. 96-173.

IDEM, *Vida e Morte do Tropeiro*, São Paulo, EDUSP, 1981.

ALMEIDA, André Ferrand de, *A Formação do Espaço Brasileiro e o Projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*, (Col. *Outras Margens*), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001.

ALMEIDA, Luís Ferrand de, *A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil (1493-1700)*, vol. I, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1957.

IDEM, *A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973.

IDEM, "A Colônia do Sacramento nos Princípios do Século XVIII (Uma Fonte Importante para seu Estudo)", Separata da *Revista Portuguesa de História*, tomo XVI, Coimbra, 1978, pp. 333-341, 1978.

IDEM, "Os Motins de Abrantes e Viséu (1708-1710)", in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXII, Coimbra, 1985, pp. 137-148.

IDEM, *Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madrid (1735-1750)*, Coimbra - Lisboa: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra - Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

IDEM, "Casais e Lavradores na Colônia do Sacramento (1680-1705)", in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXX, Coimbra, 1995, pp. 9-36.

IDEM, *Páginas Dispersas: Estudos de História Moderna de Portugal*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995.

ALVES, Odair Rodrigues, *Homens que Governaram São Paulo*, São Paulo, Nobel — EDUSP, 1986.

AMARAL, Augusto Ferreira do, *História de Mazagão*, (Biblioteca da Expansão Portuguesa, 12), Lisboa, Alfa, 1989.

AMED, Fernando J. e NEGREIROS, Plínio J. L. de Campos, *Historiados Tributos no Brasil*, São Paulo, Sinafresp, 2000.

ANES, Gonzalo, "El Antiguo Regimen: Los Borbones", in ARTOLA, Miguel (dir.), *Historia de España, Alfaguara*, Madrid, Alianza - Alfaguara, 1976, vol. IV.

ANÓNIMO, *Contribuições para a História da Guerra entre o Brasil e Buenos Aires [1834]*, Trad. de L. Brockmann, (Col. *Reconquista do Brasil*, vol. 24), Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, EDUSP, 1975).

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e, *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, (Biblioteca Popular Brasileira), Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1948, vol. 9.

ARAÚJO, Rubens Vidal, *Os Jesuítas dos Sete Povos*, 2ª ed., Porto Alegre, Vozes, 1992.

ARTIGAS MARIÑO, Heroides, *Colônia del Sacramento - Memórias de una Ciudad*, Montevideo, Prisma, 1986.

ARRUDA, José Jobson de A., *O Brasil no Comércio Colonial*, São Paulo, Ática, 1980.

ASSUNÇÃO, Fernando, "El Gaúcho". Apartado de la *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*, tomo XXIV, Montevideo, 1963.

IDEM, *La Colônia del Sacramento*, Montevideo, Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay, 1987.

AZAROLA GIL, Luis Enrique, *La Epopeya de Manuel Lobo* (seguida de una crónica de los sucesos desde 1680 hasta 1828 y de una recopilación de documentos), Madrid, Compañía Ibero-Americana de Publicaciones, 1931.

Idem, *Historia de la Colônia del Sacramento (1680-1828)*, Montevideo, Casa Barreiro y Ramos, 1940.

AZEVEDO, Aroldo de, "Vilas e Cidades do Brasil Colonial", in *Boletim da Universidade de São Paulo*, boletim n° 208, Geografia n° 11, São Paulo, USP, 1956.

BAKEWELL, Peter, "A Mineração na América Espanhola Colonial", in BETHELL, Leslie (org.), *História da América Latina - América Latina Colonial*, Trad. de Mary Amazonas Leite e Magda Lopes, vol. 2, São Paulo, EDUSP, Brasília: FUNAG, 1999.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz, *O Expansionismo Brasileiro e a Formação dos Estados na Bacia do Prata*, 2ª ed., São Paulo, Ensaio; Brasília: UnB, 1995.

BARRETO, Abeiliard, "A Expedição de Silva Pais e o Rio Grande de São Pedro", in *História Naval Brasileira*, vol. 2, tomo 2,

Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975, pp. 9-54.

BAUDOT, Georges, *La Vida Cotidiana en la América Española en Tiempos de Felipe II*, (Trad. de Stella Mastrangelo), 2ª ed. México, Pondo de Cultura Económica, 1992.

BAUZÁ, Francisco, *Historia de la Dominación Española en el Uruguay*, vol. I, 2ª ed., Montevideo, Casa Barreiro y Ramos, 1895.

BECKER, Ítala Irene Basile, "El índio y la Colonización: Charruas y Minuanes", *Pesquisas*, n° 37, São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, Antropologia, 1984.

BEBIANO, Rui, *D. João V, Poder e Espectáculo*, Aveiro, Estante, 1987.

IDEM, *A Pena de Marte: Escrita da Guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI-XVIII)*, Coimbra, Minerva, 2000.

BENASSAR, Bartolomé, *Histoire des Espagnols (VI-XX siècle)*, Paris, Robert Laffont, 1992.

BERMEJO DE LA RICA, António, *La Colonia del Sacramento*, Madrid, Católica Toledana, 1920.

BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa, (O Brasil na Balança do Império 1697-1808)*, vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista, *A Cidade e o Império: O Rio de Janeiro na Dinâmica Colonial Portuguesa - Séculos XVII e XVIII*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da FFLCH da Universidade de São Paulo, 1997.

IDEM, "As Câmaras Municipais no Império Português; O exemplo do Rio de Janeiro", in *Revista Brasileira de História*, n° 36, vol. 18, São Paulo, ANPUH - Humanitas, 1998, pp.251-280.

BLAJ, Ilana, "Agricultores e Comerciantes em São Paulo", in *Revista Brasileira de História*, n° 36, vol. 18, São Paulo, ANPUH - Humanitas, 1998, pp. 281-296.

IDEM, *A Trama das Tensões. O Processo de Mercantilização de São Paulo Colonial (1681/1721)*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da FFLCH da Universidade de São Paulo, 1995.

BLANCO ACEVEDO, Pablo, "El Gaúcho", in *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*, tomo V, n° 2, Montevideo, 1926, pp. 433-444.

IDEM, *El Gobierno Colonial en el Uruguay y los Origenes de la Nacionalidad*, 2 vols., 3ª ed., Montevideo, Ministério de Educación y Cultura, 1975.

BORREGO PLÁ, Maria Carmen, *Cartagena de Índias en el Siglo XVI*, Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos - Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1983.

BOXER, C R. e AZEVEDO, Carlos de, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses, em Mombaça*, Lisboa Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960.

BOXER, Charles Ralph, *Portuguese Society in the Tropics: The Municipal Councils of Goa, Macau, Bahia, and Luanda, 1510-1800*, Madison and Milwaukee, The University of Wisconsin Press, 1965.

IDEM, *A Idade de Ouro do Brasil (Dores do Crescimento de Uma Sociedade Colonial)*, (trad. de Nair de Lacerda), 2ª ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969.

IDEM, *Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*, (trad. de Olivério de Oliveira Pinto), São Paulo, Editora Nacional - EDUSP, 1973.

IDEM, *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica*, (trad. de Saúl Barata), Lisboa, L.Horizonte, 1977.

Idem, *O Império Colonial Português (1492-1825)*, (trad. de Inês Silva Duarte), (Col. *Lugar da História*, 14) Lisboa, Edições 70, 1981.

IDEM, *A Índia Portuguesa em Meados do Século XVII*, (trad. de Luís Manuel Nunes Barão), (Col. *Lugar da História*, 18), Lisboa, Edições 70, 1982.

IDEM, *A Igreja e a Expansão Ibérica*, trad. de Maria Lucena Barros e Sá Contreiras, (Col. *Lugar da História*, 18), Lisboa, Edições 70, 1989.

BRAUDEL, Fernand, "Du Potosí à Buenos Aires: Une Route Clandestine de l'Argent", in *Annales*, Paris, n° 4, Out. 1948, pp. 546-550.

BRADING, D. A., "A Espanha dos Bourbons e seu Império Americano", in BETHELL, Leslie (org.), *História da América Latina - América Latina Colonial*, vol. I (trad. de Maria Clara Cescato), São Paulo, EDUSP; Brasília, FUNAG, 1997, pp. 391-446.

BRITO STÍFANO, Rogelio, "El Relato del Viaje de William Toller al Rio de la Plata en 1715", in *Revista Histórica*, tomo XXIII, Montevideo, 1955, pp. 193-200.

BROWN, Vera Lee, "The South Sea Company and Contraband Trade", in *The American Historical Review*, vol. XXXI, New York, 1926, pp. 662-678.

IDEM, "Contraband Trade: A Factor in the Decline of Spain's Empire in América", in *Hispanic American Historical Review*, vol. VII, Durham, 1928, pp. 178-189.

BRUXEL, Arnaldo, *Os Trinta Povos Guaranis*, 2ª ed., Porto Alegre, EST - Nova Dimensão, 1987.

BURKE, Peter (Org.), *A Escrita da História*, (trad. de Magda Lopes), São Paulo, UNESP, 1991.

IDEM, *A Escola dos Annales. 1929-1989: A Revolução Francesa da Historiografia*. Trad. de Nilo Odália, São Paulo, UNESP, 1991.

CAETANO, Gerardo e RILLA, José, *Historia Contemporanea del Uruguay: De la Colonia al Mercosur*, Montevideo, Fin de Siglo, 1994.

CALDEIRA, Jorge, *A Nação Mercantilista: Ensaio sobre o Brasil*, São Paulo, Editora 34, 1999.

CALOGERAS, João Pandiá, "A Política Exterior do Império", in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo especial, Rio de Janeiro, 1927.

CANABRAVA, Alice Piffer, *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*, (Col. *Reconquista do Brasil*, vol. 82), Belo Horizonte, Itatiaia - São Paulo, EDUSP, 1984.

CANESSA DE SANGUINETTI, Marta, "La Importância de la Fundación de la Colonia del Sacramento en la Cuenca del Plata", in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, n° 7-12, série 104, Jul-Dez., 1986, pp. 161-170.

CAPISTRANO DE ABREU, João, "Sobre a Colônia do Sacramento", in SÁ, Simão Pereira de, *Historia Topographica e Belica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata*, Rio de Janeiro, Leuzinger, 1900.

IDEM, *Capítulos de História Colonial e Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*, Brasília, UnB, 1982.

CAPURRO, Fernando, "La Colônia del Sacramento". *Apartado de la Revista de la Sociedad "Amigos de la Arqueología"*, n° 2, Montevideo, 1928.

CÁRBIA, Rómolo, *Historia Eclesiástica del Rio de la Plata*, tomo II (1673-1810), Buenos Aires, Alfa y Omega, (1673-1810).

CARDOSO, Fernando Henrique, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1962.

CARITA, Rui, "A Colônia do Sacramento no Uruguai. Os Engenheiros Militares na Construção da Expansão dos Séculos XVII e XVIII", in *Revista Oceanos*, (Fortalezas da Expansão Portuguesa), n° 28, Lisboa, Out.-Dez. de 1996, pp. 81-94.

CARRO ALE, Alejandra, *La Colônia del Sacramento*, Colônia, Agrigento, 1996.

CARVALHO, Rómolo de, "Apontamentos sobre Martinho de Mendonça de Pina e de Proença (1693-1743)", Separata da *Revista Ocidente*, vol. LXI, Lisboa, 1963.

CASANOVA, Julián, *La Historia Social y los Historiadores*. Barcelona, Crítica, 1991.

CERTEAU, Michel de, *A Invenção do Cotidiano*, Petrópolis, Vozes, 1994.

CÉSAR, Guilhermino, *História do Rio Grande do Sul - Período Colonial*, Porto Alegre, Globo, 1970.

IDEM, *O Contrabando no Sul do Brasil*, Caxias do Sul: UCS, Porto Alegre, EST, 1978.

CHANTAL, Suzanne, *A Vida Quotidiana em Portugal ao Tempo do Terramoto*. Trad. de Álvaro Simões, (Col. *A Vida Quotidiana*, nº 23), Lisboa, Livros do Brasil, s/d.

CHAUNU, Pierre, *Sevilha e a América nos Séculos XVI e XVII*, Trad. de Janine Garcia, São Paulo, Difel, 1980.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças, *Perfeitos Negociantes: Mercadores das Minas Setecentistas*, (Selo Universidade, 87), São Paulo, Annablume, 1999.

CIDADE, F. de Paula, *Lutas ao Sul do Brasil com Espanhóis e seus Descendentes (1680-1828)*, Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1948.

COARACY, Vivaldo, *O Rio de Janeiro no Século 17*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1944.

IDEM, *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro, (Reconquista do Brasil, 2ª série, 132)*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

COATES, Timothy J, *Degredados e Órfãos: Colonização Dirigida pela Coroa no Império Português (1550-1755)*. Trad. de José Vieira de Lima, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998.

CONI, Emílio A., *El Gaucho*, Buenos Aires, Solar, 1986.

CORTESÃO, Armando, *Cartografia e Cartógrafos Portugueses dos Séculos XV e XVI*, vol. II, Lisboa, Seara Nova, 1935.

CORTESÃO, Jaime, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, parte I, tomos I (1695-1735) e II (1735-1753), Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, 1950.

IDEM, "O Território da Colônia do Sacramento e a Formação dos Estados Platines", in *Revista de História*, São Paulo, nº 17, Jan.-Mar., 1954, pp. 135-165.

IDEM, *História do Brasil nos Velhos Mapas*, tomo I, Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, 1957.

IDEM, "A Missão dos Padres Matemáticos no Brasil", in *Studia*, vol. I, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, Janeiro de 1958, pp. 123-150.

IDEM, *História da Expansão Portuguesa*. (Obras Completas, vol. 4), Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1993.

CORVISIER, André, *La France de Louis XIV*, Paris, Societé d'Édition d'Enseignement Supérieur, 1979.

COSTA, Emília Viotti da, "Primeiros Povoadores do Brasil: O Problema dos Degredados", in *Revista de História*, vol. XIII, nº 27, São Paulo, Jul.-Set., 1956, pp. 3-23.

COSTA, Fernando Dore, "Os Problemas do Recrutamento Militar no final do Século XVIII e as Questões da Construção do Estado e da Nação", in *Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, Lisboa, 4ª série, nº 130, vol. XXX, 1995 - 1º, pp. 121-155.

IDEM, "Condicionantes Sociais das Práticas de Recrutamento Militar (1640-1820)", in *Separata das Actas do VII Colóquio "O Recrutamento Militar em Portugal"*, Lisboa, Ramos, Afonso & Moita, Lda, 1996.

IDEM, "O Bom Uso das Paixões: Caminhos Militares na Mudança do Modo de Governar", *Análise Social*, in *Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, Lisboa, quarta série, nº 149, vol XXXIII, 1998 - 5º, pp. 969-1.017.

COSTA, Maria de Fátima, *História de um País Inexistente: O Pantanal entre os Séculos XVI e XVII*, São Paulo, Estação Liberdade - Kosmos, 1999.

DARAGNÈS RODERO, Ernesto (Org), *300 Años de Colônia - Ciclo Conmemorativo*, Montevideo, Universidad de la Republica, s/d.

DEL PRIORE, Mary, *Religião e Religiosidade no Brasil Colonial*, 2ª ed., São Paulo, Ática, 1995.

IDEM, "História do Cotidiano e da Vida Privada", in CAR-DOSO, Ciro F., VAINFAS, Ronaldo *et alii*, *Domínios da História*, Rio de Janeiro, Campus, 1997.

DESCOLA, Jean, *Historia de España*. Trad. de Consuelo Ber-gés, 2ª ed., Barcelona, Juventud, 1988.

DEYON, Pierre, *O Mercantilismo*. Trad. de Paulo de Salles Oliveira, 3ª ed., São Paulo, Perspectiva, 1992.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva, *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*, 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1995.

DIFRIERI, Horacio A, *Buenos Aires: Geohistoria de Una Metro-poli*, Buenos Aires, Universidad de Buenos Aires, 1981.

DOCCA, E. F. de Souza, *História do Rio Grande do Sul*, Rio de Janeiro, Organizações Simões, 1954.

DOMINGUES, Ângela, *Quando os Índios eram Vassalos: Colonização e Relações de Poder no Norte do Brasil na Segunda Metade do Século XVIII*. (Col. *Outras Margens*), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugue-ses, 2000.

DOMINGUES, Moacyr, *A Colônia do Sacramento e o Sul do Brasil*, Porto Alegre, Sulina-Instituto Estadual do Livro, 1973.

DONATO, Hernâni, "Paulistas nas Guerras do Sul", in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. LXX, São Paulo, 1973, pp. 153 - 506.

DURÁN MONTERO, Maria Antonia, *Lima en el Siglo XVII: Arquitectura, Urbanismo y Vida Cotidiana*, Sevilla, Diputación Pro-vincial de Sevilla, 1994.

ELLIOT, J. H., *España y su Mundo, 1500-1700*, Trad. de Angel Rivero Rodríguez e Xavier Gil Pujol, Madrid, Alianza Editorial, 1991.

IDEM, "A Espanha e a América nos Séculos XVI e XVII", in BETHELL, Leslie (org.), *História da América Latina - América Latina Colonial*, Trad. de Maria Clara Cescato, vol. I, São Paulo, EDUSP; Brasília: FUNAG, 1997, pp. 283-338.

ELLIS, Myriam, "O Sal no Brasil Colonial (Notas para sua História)", in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, vol. 178, São Paulo, Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, Jul.-Set. 1969, pp. 139-178.

ELLIS JÚNIOR, Alfredo, "O Ciclo do Muar", in *Revista de História*, vol. I, São Paulo, 1950 pp. 73-80.

ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico do, *O Rio Grande de São Pedro entre a Fé e a Razão (Introdução à História do Rio Grande do Sul)*, Porto Alegre, Martins Livreiro, 1999.

FARINHA, António Dias, *História de Mazagão Durante o Perío-do Filipino*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970.

FERNANDES, José Manuel, "Índia e Sul do Brasil: Planos do Urbanismo Português no Século XVIII", in CARITA, Helder e ARAÚJO, Renata, (coord.), *Universo Urbanístico Português, 1715-1822*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, pp. 243-254.

FERREIRA, Mário Clemente, *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional*, Lisboa, (Col. *Outras Margens*), Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

FERREIRA FILHO, Arthur, *História Geral do Rio Grande do Sul (1503-1964)*, 3ª ed. Porto Alegre, Globo, 1965.

FLEXOR, Maria Helena Ochi, "Núcleos urbanos planeados do século XVIII e a estratégia de civilização dos índios do Brasil", in SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz*, (*Histórias de Portugal*, 14) Lisboa, Estampa, 1995.

FLORES, Moacyr, *Colonialismo e Missões Jesuíticas*, 2ª ed., Porto Alegre, Nova Dimensão - EST, 1986.

FONSECA, Henrique Alexandre, *A Colônia do Sacramento*. Lisboa, Academia da Marinha, 1985.

FORTES, Amyr Borges, "O Primeiro Assalto à Colônia do Sacramento", in *Revista do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, II trim. de 1940, pp. 219-231.

FORTES, João Borges, "Cristóvão Pereira de Abreu", in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, III e IV trimestres de 1931, pp. 131-161.

IDEM, "Gomes Freire de Andrade", in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, nº 87, III e IV trimestres de 1942, pp. 97-115.

FOUCAULT, Michel, *Microfísica do Poder*, Trad. de Roberto Machado, 9ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1990.

FRANÇA, Eduardo D'Oliveira, *Portugal na Época da Restauração*, São Paulo, Hucitec, 1997.

FREITAS, Amadeu Fagundes Oliveira, *Geopolítica Bandeirante*. Porto Alegre, s/ed., 1975, 2 vols.

FUNES, Gregorio, *Ensayo de la Historia Civil del Paraguay, Buenos Aires y Tucumán*, 3ª ed., Buenos Aires, L. J. Rosso y Cia., 1911, tomo 2.

FURLONG, Guillermo, *Historia Social y Cultural del Rio de la Plata - El Trasplante Social*, Buenos Aires, TEA, 1969, vol. I.

FURTADO, Júnia Ferreira, *Homens de Negócio: A Interiorização da Metrópole e do Comércio nas Minas Setecentistas*, São Paulo, Hucitec, 1999.

GARAVAGLIA, Juan Carlos, "¿Existieron los Gaúchos?" in *Anuário IEHS*, Tandil, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, nº 2, 1987, pp. 42-52.

IDEM, "Producción Cerealera y producción Ganadera en la Campaña Porteña: 1700-1820", in SANTAMARÍA, Daniel et alii, *Estructuras Sociales y Mentalidades en América Latina (Siglos XVII y XVIII)*, Buenos Aires, Biblos, 1990, pp. 207-240.

IDEM, "El Pan de Cada Día: El Mercado del Trigo en Buenos Aires, 1700-1820", in *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. E. Ravignani"*, Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires, nº 4, tercera serie, II sem. de 1991, pp. 7-29.

GARCIA, Emanuel S. da Veiga, *O Comércio Ultramarino Espanhol no Prata*, São Paulo, Perspectiva, s/d.

IDEM, *As Duas Argentinas*, São Paulo, Ática, 1990 (Série Principios, 194).

GELMAN, Jorge, "¿Gaúchos o Campesinos?", *Anuário IEHS*, Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, nº 2, 1987, pp. 25-32.

IDEM, "Sobre esclavos, peones, gaúchos y campesinos: El trabajo y los trabajadores en una estancia colonial rioplatense", in SANTAMARÍA, Daniel et alii, *Estructuras Sociales y Mentalidades en América Latina (Siglos XVII y XVIII)*, Buenos Aires, Biblos, 1990, pp. 241-279.

GODINHO, Vitorino Magalhães, "Le Commerce Anglais et l'Amérique Espagnole au XVIII Siècle", in *Anuales*. Paris, nº 4, Out 1948, pp. 551-554.

GOES FILHO, Synesio Sampaio, *Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas (Um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil)*, São Paulo, Martins Fontes, 1999.

GOLIN, Tau, *A Guerra Guaraniítica*, Porto Alegre, Editora da Universidade, Passo Fundo, EDIUPF, 1998.

GONZÁLEZ LLANA, Manuel, *Historia de las Repúblicas de la Plata: Paraguay, Uruguay y Confederación Argentina (1512-1810)*, Madrid, José de Rojas, 1863.

GOULART José Alípio, *Tropas e Tropeiros na Formação do Brasil*, Rio de Janeiro, 1961.

IDEM, *Brasil do Boi e do Couro*, 2 vols. Rio de Janeiro, GRD, 1966.

GOUVEA, António Camões e MONTEIRO, Nuno G., "A Milícia", in MATTOSO, José (dir.) e HESPANHA, António Manuel, *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*, Lisboa, Estampa, 1993, vol. IV.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva, "Redes de Poder na América Portuguesa: O Caso dos Homens Bons do Rio de Janeiro, 1790-1822", in *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH - Humanitas, n° 36, vol. 18, 1998, pp. 297-330.

GUEDES, Max Justo, "As Primeiras Expedições de Reconhecimento da Costa Brasileira", in *Historia Naval Brasileira*, vol. I, tomo I, Rio de Janeiro, Ministério da Marinha, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975, pp. 179-245.

IDEM, "Segurança e Navegação nos Séculos XVI-XVIII: Navios Artilhados, Frotas e Comboios", in *Historia Naval Brasileira*, vol. II, tomo 2, Rio de Janeiro, Ministério da Marinha, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975, pp. 57-131.

GUTFREIND, Ieda, *A Historiografia Rio-Grandense*, Porto Alegre, Editora da Universidade, 1992.

GUTMAN, Margarita e HARDOY, Jorge Enrique, *Buenos Aires*, Madrid, MAPFRE, 1992.

HANSON, Cari. A., *Economia e Sociedade no Portugal Barroco (1668-1703)*, Trad. de Maria Helena Garcia, Lisboa, Dom Quixote, 1986.

HAUBERT, Maxime, *Índios e Jesuítas no Tempo das Missões*. Trad. de Marina Appenzeller, (Coleção *A Vida Cotidiana*) São Paulo, Círculo do Livro, s/d.

HELLER, Agnes, *O Cotidiano e a História*, Trad. de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder, 4ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

HERNANDEZ, José, *Martin Fierro*, 7ª ed., México, Editores Mexicanos Reunidos, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, "A Colônia do Sacramento e a Expansão no Extremo Sul", in HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.), *História Geral da Civilização Brasileira - Período Colonial*, vol. I, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1968.

IDEM, *O Extremo Oeste*, São Paulo, Brasiliense, 1986.

IDEM, *Monções*. 3ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1990.

IDEM, *Visão do Paraíso*, 5ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1992.

IDEM, *Caminhos e fronteiras*, 3ª ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

HOORNAERT, Eduardo, *A Igreja no Brasil-Colônia (1550-1800)*, (Col. *Tudo é História*, n° 45), 3ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1994.

JANOTTI, Aldo, "Historiografia Brasileira e Teoria da Fronteira Natural", in *Revista de História*, vol. LI, n° 101, São Paulo, Jan.-Mar., 1975, pp. 239-263.

IDEM, "Uma Questão Mai Posta: A Teoria das Fronteiras Naturais como Determinante da Invasão do Uruguai por D. João VI", in *Revista de História*, vol. LII, n° 103, Jul.-Set., São Paulo, 1975, pp. 315-341.

KEEGAN, John, *Uma História da Guerra*, (Trad. de Pedro Maia Soares), São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

KERN, Arno Alvarez, *Missões: Uma Utopia Política*. (Série *Documenta*, n° 14), Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.

KONETZKE, Richard, *América Latina - La Época Colonial*, (Trad. de Pedro Scaron), vol. 2, 24ª ed., Madrid, Siglo Veintiuno, 1993.

LAFUENTE MACHAIN, R., *Buenos Aires en el Siglo XVII*, Buenos Aires, Emecé, 1944.

LAGUARDA TRÍAS, Rolando A., "A Expedição de Sebastião Caboto", in *História Naval Brasileira*, vol. 1, tomo 1, Rio de Janeiro, Ministério da Marinha, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975, pp. 303-338.

IDEM, "A Viagem de Martim Afonso de Souza", in *História Naval Brasileira*, vol. 1, tomo 2, Rio de Janeiro, Ministério da Marinha, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975, pp. 349-399.

IDEM, "Cristóvão Jaques e as Armadas Guarda-Costa", in *História Naval Brasileira*, vol. 1, tomo 1, Rio de Janeiro, Ministério da Marinha, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975, vol I, pp. 249-299.

LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (org.), *História: Novos Problemas*. Trad. de Theo Santiago, 4ª ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1995.

LE GOFF, Jacques, "A História do Cotidiano", in DUBY, Georges et alii, *História e Nova História*, Trad. de Carlos da Veiga Ferreira, 3ª ed., Lisboa, Teorema, 1986.

LEFEBVRE, Henri, "Lê Quotidien", in CORTEAU, André et alii. *La Radicalité du Quotidien*, Québec V.L.B., 1987.

LEITE, Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. VI, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945.

IDEM, *Breve História da Companhia de Jesus no Brasil (1549-1760)*, Braga, A. I., s/d.

LEONZO, Nanci, *Defesa Militar e Controle Social na Capitania de São Paulo: As Milícias*, Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da FFLCH da Universidade de São Paulo, 1979.

IDEM, "As Instituições Militares", in SERRÃO, Joel e OLIVEIRA MARQUES, A. H. (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. VIII, Lisboa, Estampa, 1986, pp. 323-328.

LIMA, Ruy Cirne, *Pequena História Territorial do Brasil: Sesmarias e Terras Devolutas*, São Paulo, Arquivo do Estado, 1991.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, "O Comércio Atlântico e a Comunidade de Mercadores no Rio de Janeiro e em Charleston no Século XVIII", in *Revista de História*, vol. LI, nº 101, São Paulo, Jan.- Mar., 1975, pp. 49-86.

LÜDTKE, Alf (dir.), *Histoire du Quotidien*, Trad. de Olivier Mannoni, Paris, Maison des Sciences de l'Homme, 1994.

MACHADO, Carlos, *Historia de los Orientales*, vol I., Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 1982.

MACLEOD, Murdo J., "A Espanha e a América: O Comércio Atlântico, 1492-1720", in BETHELL, Leslie (org.), *História da América Latina - América Latina Colonial*, vol. I, (Trad. de Maria Clara Cescato), São Paulo, EDUSP, Brasília, FUNAG, 1997, pp 339-390.

MADERO, Guillermo, *Historia del Puerto de Buenos Aires*, Buenos Aires, Compañía Impresora Argentina, 1955.

MAESTRI FILHO, Mário José, *O Escravo no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: EST-Caxias do Sul, EDUCS, 1984.

IDEM, *O Escravo Gaúcho, Resistência e Trabalho*, (Col. *Síntese Universitária*, 31), Porto Alegre, UFRGS, 1993.

IDEM, "Jesuítas e Tupinambás: A catequese Impossível", in AZEVEDO, Francisca L. N. de e MONTEIRO, John Manuel (orgs.), *Confronto de Culturas: Conquista, Resistência, Transformação*, Rio de Janeiro, Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1997.

MAGALHÃES, Basílio de, *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Epasa, 1944.

MANCHESTER, Alan K., *Preeminência Inglesa no Brasil*, Trad. de Janaína Amado, São Paulo: Brasiliense, 1973.

MARIA, Isidoro de, *Montevideo Antigo: Tradiciones y Recuerdos*, 2 vol., Montevideo, Ministério de Educación y Cultura, 1976.

MATOS, Odilon Nogueira de, "De S. Paulo para o Viamão", in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. LXXXV, São Paulo, 1979, pp. 152-158.

MAURO, Frédéric, *Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670)*, 2 vols., Trad. de Manuela Barreto, Lisboa, Estampa, 1989.

IDEM, "Portugal e o Brasil: A Estrutura Política e Económica do Império, 1580-1750", in BETHELL, Leslie (org.), *História da América Latina - América Latina Colonial*, vol. 1, (Trad. de Maria Clara Cescato), São Paulo, EDUSP, Brasília: FUNAG, 1997, pp. 447-476.

MAXWELL, Kenneth, *A Devassa da Devassa - Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808*, (Trad. de João Maia), 3ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

MAYO, Carlos A., "Sobre peones, vagos y malentretidos: el dilema de la economía rural rioplatense durante la época colonial", in *Anuário IEHS*, nº 2, Tandil, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 1987, pp. 25-32.

IDEM, "¿Una Campaña sin Gaúchos?" in *Anuário IEHS*, nº 2, Tandil, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 1987, pp. 60-70.

MELLO, Alexandre e MELLO, Nilva R., *O Brasil e a Bacia do Prata*, São Paulo, Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1980.

MELLO, Evaldo Cabral de, *Olinda Restaurada: Guerra e Açúcar no Nordeste (1630-1654)*, Rio de Janeiro, Forense, 1975.

IDEM, *O Negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Topbooks, 1998.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de, "A Colônia do Sacramento e a Origem de sua Fundação", *Memória da 1ª Semana da História*, França, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Instituto de História e Serviço Social, 1979, pp. 297-314.

MERRIEN, Jean, *A Vida Quotidiana dos Marinheiros no Tempo do Rei-Sol*, Trad. de Virgínia Motta, (Col. *A Vida Quotidiana*, nº 35), Lisboa, Livros do Brasil, s/d.

MESQUITA, Zilá e BRANDÃO, Carlos R, (Org.), *Territórios do Cotidiano: Uma Introdução a Novos Olhares e Experiências*, Porto Alegre, UFRGS; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1995.

MILLOT, Júlio e BERTINO, Magdalena, *Historia Económica del Uruguay*, vol I, Montevideo, Fundación de Cultura Universitaria, 1991.

MONGRÉDIEN, Georges, *La Vie Quotidienne sous Louis XIV*, Paris, Hachette, 1950.

MONTEIRO, John Manuel, *Negros da Terra; Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego, *A Colônia do Sacramento (1680-1777)*, vol. I, Porto Alegre, Globo, 1937.

MOREIRA, Osmar e ODRIOZOLA, Miguel Ángel, *Colônia del Sacramento*, Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, s/d.

MÖRNER, Magnus, "Panorama de la Sociedad del Rio de la Plata durante la Primera Metad del Siglo XVIII", Trad. de Carolina Díaz-Trechuelo y Spínola, in *Estudios Americanos: Revista de Síntesis e Interpretación*, Sevilla, vol. XVII, nº 92-93, Mayo y Junio de 1959, pp. 203-216.

IDEM, "Os Jesuítas, as suas Missões Guarani e a Rivalidade Luso-Espanhola pela Banda Oriental, 1715-1737", Trad. de Kay Keighiey, in *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, tomo IX, 1960, pp. 141-175.

IDEM, *Actividades Políticas y Económicas de los Jesuítas en el Rio de la Plata - La Era de los Habsburgos*, Trad. de Dora D. de Halperin, Buenos Aires, Paidós, 1968.

IDEM, "A Economia e a Sociedade Rural da América do Sul Espanhola no Período Colonial", in BETHELL, Leslie (org.), *História da América Latina - América Latina Colonial*, vol. 2, (trad. de Mary Amazonas Leite e Magda Lopes), São Paulo, EDUSP, Brasília, FUNAG, 1999.

MOTT, Luiz, *Os Homossexuais: Os Esquecidos da História*, Porto Alegre, Secretaria Municipal de Cultura, Coordenação da Memória Cultural, 6 de Outubro de 1989.

NARDI, Jean Baptiste, *O Fumo no Brasil Colônia*, São Paulo, Brasiliense, 1987.

IDEM, *O Fumo Brasileiro no Período Colonial*, (Col. *Tudo é História*, nº 121), São Paulo, Brasiliense, 1996.

NELSON, George H, "Contraband Trade Under the Asiento, 1730-1739", in *The American Historical Review*. New York, vol. LI, 1946, pp. 55-67.

NEUMANN, Eduardo, *O Trabalho Guarani Missioneiro no Rio da Prata Colonial (1640-1750)*, Porto Alegre, Martins Livreiro, 1996, 156 p.

NORTON, Manuel Artur, *D. Pedro Miguel de Almeida Portugal*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1967.

NOVAIS, Fernando A., *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, 6ª ed., São Paulo, Hucitec, 1995.

IDEM, "Condições de Privacidade na Colônia", in NOVAIS, Fernando A. (dir.) e SOUZA, Lama de Mello e (org.), *História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa*, vol. I, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

NOVINSKY, Anita Waingort, *Inquisição: Inventário de Bens Confiscados a Cristãos Novos*, Lisboa, Imprensa Nacional, s/d.

IDEM, "A Igreja no Brasil Colonial: Agonias da Inquisição", in *Anais do Museu Paulista*, tomo XXXIII, São Paulo, USP, 1984, pp. 17-34.

OGG, David, *Europe of the Ancien Régime (1715-1786)*, (*Fontana History of Europe*), Glasgow, Fontana - Collins, 1977.

ONRUBIA Y RIVAS, José M., "La Cuestión de la Colônia del Sacramento desde su Iniciación", in *Congresso do Mundo Português*, vol. VIII, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários, 1940, pp. 155-180.

OSÓRIO, Helen, *Apropriação da Terra no Rio Grande de São Pedro e a Formação do Espaço Platino*. Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

IDEM, *Estancieiros, lavradores e Comerciantes na Constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Tese de Doutorado apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

PANTALEÃO, Olga, *A Penetração Comercial da Inglaterra na América Espanhola de 1713 a 1783*, São Paulo, s.e., 1946.

PARISH, Woodbine, *Buenos Aires y las Provincias del Rio de la Plata desde su Descubrimiento y Conquista por los Espanholes [1852]*, Trad. de Justo Maeso, Buenos Aires, Hachette, 1958.

PARKER, Geoffrey, "O Soldado", in VILLARI, Rosário (dir.), *O Homem Barroco*, (Col. *O Homem e a História*, 6), Trad. de Maria Jorge Vilar de Figueiredo, Lisboa, Editoria Presença, 1995, pp. 37-57.

PEARSON, M. N., *Os Portugueses na Índia*. (trad. de Ana Mafalda Telo), Lisboa, Teorema, s/d.

PEREGALLI, Enrique, *Recrutamento Militar no Brasil Colonial*, Campinas, UNICAMP, 1986.

PETRONE, Pasquale, *Aldeamentos Paulistas*, São Paulo, Edusp, 1995.

PIAZZA, Walter F., *O Brigadeiro da Silva Paes, Estruturador do Brasil Meridional*, Florianópolis, UFSC, 1988.

IDEM, (org.), *Anais da Segunda Semana dos Estudos Açorianos*, Florianópolis, UFSC, 1989.

IDEM, *A Epopeia Açórico-Madeirense (1748-1756)*, Florianópolis, Lunardelli-UFSC, 1992.

PIMENTEL, António Filipe, *Arquitectura e Poder: O Real Edifício de Mafra*, Coimbra, Instituto de História da Arte, Universidade de Coimbra, 1992.

PINTOS, Anibal Barrios, *Historia de los Pueblos Orientales*, Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 1968.

IDEM, "Poblamiento y Aspectos Económicos de la Banda Septentrional", in *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*, vol. I, Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1979, pp.180-215.

PORRO, N. R., ASTIZ, J. E e ROSPIDE, M. M., *Aspectos de la Vida Cotidiana en el Buenos Aires Virreinal*, 2 vols, Buenos Aires, Universidad de Buenos Aires, 1982.

PORTO, Aurélio, *História das Missões Orientais do Uruguai*, 2 vols., 2ª ed., Porto Alegre, Seibach, 1954.

PRADO JÚNIOR, Caio, *Formação do Brasil Contemporâneo*, 5ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1957.

IDEM, *História Económica do Brasil*, 32ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1985.

PRODANOV, Cleber Cristiano, *A Vila Imperial de São Luís do Potosí na Crônica de Bartolomé Arzans de Orsua y Vela*, Dissertação de mestrado apresentada à FFLCH da Universidade de São Paulo, 1991.

PUNTONI, Pedro, "A Arte da Guerra no Brasil, Tecnologia e Estratégia Militar na Expansão da Fronteira da América Portuguesa, 1550-1700", in *Novos Estudos*, São Paulo, nº 53, Março de 1999, pp. 189-204.

RAMOS, Fábio Pestana, "Os Problemas Enfrentados no Cotidiano das Navegações Portuguesas da Carreira da Índia: Fator de Abandono Gradual da Rota das Especiarias", in *Revista de História*, nº 137, São Paulo, 1997, pp. 75-94.

RAU, Virgínia e SILVA, Maria Fernanda Gomes da, *Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval Respeitantes ao Brasil*, vol. I, Coimbra, Universidade de Coimbra (Acta Universitatis Conimbricensis), 1956.

IDEM, "Dados sobre a Imigração Madeirense para o Brasil no Século XVIII", in *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Coimbra, 1964.

REICHEL, Heloísa J. e GUTFREIND, Ieda, *As Raízes Históricas do Mercosul: A Região Platina Colonial*, São Leopoldo, UNISINOS, 1996.

REGO, A. da Silva, *O Ultramar Português no Século XVIII*, 2ª ed., Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1970.

RESGATANDO SACRAMENTO, *Zero Hora*, (Caderno Especial), Porto Alegre, 18 e 25 de Set.; 02, 09, 16, 23, 30 de Out.; 07, 13 e 20 de Nov. 1993.

REVERBEL, Carlos, *O Gaúcho: Aspectos de Sua Formação no Rio Grande e no Prata*, Porto Alegre, L&PM, 1986.

RHEINGANZ, Carlos G., "Os Últimos Povoadores da Colônia do Sacramento", in *Revista do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul*, nº. 113-116, Porto Alegre, IHGRS, 1949, pp. 329-437.

RIVEROS TULA, Anibal M., "Historia de la Colônia del Sacramento, 1680-1830", in *Apartado de la Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*, tomo XXII, Montevideo, 1959.

RODRIGUES, José Honório, *O Continente do Rio Grande do Sul*, (Col. *Tudo é História*, nº 111), São Paulo, Brasiliense, 1986.

RODRÍGUEZ, Mário, "Dom Pedro of Braganza and Colônia do Sacramento, 1680-1705", in *Hispanic American Historical Review*, vol. XXXVIII, nº 2, Durham, May 1958, pp. 179-208.

RODRÍGUEZ MOLAS, Ricardo E., *Historia Social del Gaucho*, Buenos Aires, Marú, 1968.

ROSSA, Walter, *Cidades Indo-Portuguesas*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

RÖWER, Basílio, *Páginas da História Franciscana no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1957.

RUBERT, Arlindo, *História da Igreja no Rio Grande do Sul - Época Colonial (1626-1822)*, Porto Alegre, Edipucrs, 1994.

- IDEM, *A Igreja no Brasil*, vol. 2, Santa Maria, Palotti, s/d.
- RUBIO, Julián M., *Exploración y Conquista del Río de la Plata (Siglos XVI y XVII)*, Barcelona, Salvat, 1953.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R., *A World on the Move: The Portuguese in África, Ásia, and América, 1415-1808*, New York, St. Martin's Press, 1993.
- IDEM, "Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808", in *Revista Brasileira de História*, Trad. de Maria de Fátima Silva Gouvêa, ANPUH - Humanitas, n° 36, vol. 18, São Paulo 1998, pp. 188-249.
- SALGADO, Graça (coord.), *Fiscais e Meirinhos - A Administração no Brasil Colonial*, 2ª ed., Rio de Janeiro, (Arquivo Nacional - Nova Fronteira), 1990.
- SALVADOR, José Gonçalves, *Cristãos-Novos, Jesuítas e Inquisição*, São Paulo, Pioneira - EDUSP, 1969.
- IDEM, *Cristãos-Novos e o Comércio no Atlântico Meridional*. São Paulo, Pioneira - MEC, 1978.
- IDEM, *Os Magnatas do Tráfico Negreiro (Séculos XVI e XVIII)*, São Paulo, Pioneira - EDUSP, 1981.
- SANCHEZ QUELL, H., *Estructura y Función del Paraguay Colonial*, 6ª ed., Assunción, Comuneros, 1981.
- SANTOS, Corcino Medeiros dos, *Relações Comerciais do Rio de Janeiro com Lisboa (1763-1808)*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1980.
- IDEM, *Economia e Sociedade do Rio Grande do Sul (Século XVIII)*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1984.
- IDEM, *O Rio de Janeiro e a Conjuntura Atlântica*, Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1993.
- SCELLE, Georges. *La Traite Nègre aux Indes de Castille: Contrats et Traités d'Assiento*, 2 vols, Paris, J. B. Sirey, 1902.

SIERRA, Vicente D., *Historia de la Argentina*, vols. 1 e 2, Buenos Aires, Unión de Editores Latinos, 1957.

SIMONSEN, Roberto C., *História Económica do Brasil (1500-1820)*. (*Brasiliana*, vol 10), 8ª ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978.

SIQUEIRA, Sônia A. da, *A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial*, São Paulo, Ática, 1978.

IDEM, "Presença da Inquisição na Colônia do Sacramento", in *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*, vol. I, Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1979, pp. 105-124.

SOUZA, Laura Mello e, *Desclassificados do Ouro: A Pobreza Mineira no Século XVIII*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1990.

IDEM, "D. Pedro de Almeida Portugal e a revolta de 1720 em Vila Rica", in SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz*, (*Histórias de Portugal*, 14), Lisboa, Estampa, 1995.

IDEM, "Violências e práticas culturais no cotidiano de uma expedição contra quilombolas - Minas Gerais, 1769", in REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (Org.), *Liberdade por um Fio: História dos Quilombos no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

IDEM, "Formas Provisórias de Existência: A Vida Cotidiana nos Caminhos, nas Fronteiras e nas Fortificações", in NOVAIS, Fernando A. (dir.) e SOUZA, Laura de Mello e (org.), *História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa*, vol. I, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

SOUZA, Teotônio R. de, *Medieval Goa: A Socio-Economic History*, New Delhi, Concept Publishing Company, 1979.

STUDER, Elena F. S., *La Trata de Negros en el Río de la Plata*, Buenos Aires, Libros de Hispanoamérica, 1984.

SUBRAHMANYAM, Sanjay, *O Império Asiático Português, 1500-1700: Uma História Política e Económica*. Trad. de Paulo Jorge de Souza Pinto, Linda-a-Velha, Difel, s/d.

TAUNAY, Afonso de E., *História Geral das Bandeiras Paulistas*, vols. 4 e 8, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1946.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, "A História Militar e a Historiografia Contemporânea", in *A Defesa Nacional*, n° 768, Rio de Janeiro, Abr.-Maio-Jun. de 1995, pp. 83-96.

TORRE REVELLO, José, "Los Gobernadores de Buenos Aires (1617-1777)" in LEVENE, Ricardo (dir.), *Historia de la Nación Argentina*, vol. 3, 2ª ed., Buenos Aires, El Ateneo, 1939, pp. 327-370.

IDEM, "La Colônia del Sacramento", in LEVENE, Ricardo (dir.), *Historia de la Nación Argentina*, vol. 3, 2ª ed., Buenos Aires, El Ateneo, 1939, pp. 377-389.

IDEM, *Crônicas del Buenos Aires Colonial*, Buenos Aires, Bajei, 1943.

TORTEROLO, Leogardo Miguel, "La Colônia del Sacramento", in *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*, tomo IV, n° 2, Montevideo, 1925, pp. 353-372.

TREASURE, Geoffrey, *The Making of Modern Europe (1648-1780)*, London, Routledge, 1993.

VAINFAS, Ronaldo *et alii*, "História da Vida Privada: Dilemas, Paradigmas, Escalas", in *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, vol. 4, São Paulo, Nova Série, Jan.-Dez., 1996, pp. 9-122.

VEIGA, Eugénio de Andrade, *Os Párocos no Brasil no Período Colonial*, Salvador, Universidade Católica do Salvador, 1977.

VELLINHO, Moisés, *Capitania d'El Rei*, 2ª ed., Porto Alegre, Globo, 1970.

VIANA, Hélio, *História das Fronteiras do Brasil*, Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, s/d.

VILLALOBOS, R. Sérgio, *Comércio y Contrabando en el Rio de la Plata y Chile*, Buenos Aires, Editorial Universitária de Buenos Aires, 1965.

VILLEGAS, Juan de, "La Evangelización en Uruguay", in *Historia General de la Iglesia en América Latina - Cono Sur*, vol. 9, Salamanca, Sígueme - CEHILA, 1994.

VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO (José Feliciano Fernandes Pinheiros), in *Anais da Província de São Pedro*, (Série Documenta, 11), Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.

VOVELLE, Michel, *Ideologias e Mentalidades*, Trad. de Maria Júlia Goldwasser, São Paulo, Brasiliense, 1987.

IDEM, *A Mentalidade Revolucionária: Sociedade e Mentalidades na Revolução Francesa*, Trad. de Regina Louro, Lisboa, Salamandra, 1987.

IDEM, "L'Histoire et la Longue Durée", in Le GOFF, Jacques (dir.), *La Nouvelle Histoire*, Paris, Complexe, 1988.

WARREN, Harris Gaylord, *Paraguay: An Informal History*, Norman, University of Oklahoma Press, 1949.

WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José C. de, *Formação do Brasil Colonial*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994.

WILLIMAN, José Cláudio e PANIZZA PONS, Carlos, *Historia Uruguaya, (La Banda Oriental en la Lucha de los Impérios, 1503-1810)*, tomo I, Montevideo, Ediciones de La Banda Oriental, 1993.

WIZNITZER, Arnold, *Os Judeus no Brasil Colonial*, (trad. de Olívia Krähenbühl), São Paulo, Pioneira - EDUSP, 1996.

WOLFROMM, Jean-Didier, "Quarenta Anos de Vida Quotidiana", in LE GOFF, Jacques *et alii*, *A Nova História*, Lisboa, Edições 70, 1986.

ZELLER, Gaston, "Les Temps Modernes: De Louis XIV à 1789", in RENOUVIN, Pierre (dir.), *Histoire des Relations Internationales*, tomo III, 2ª parte, Paris, Hachette, 1955.

ZEMELLA, Mafalda P., *O Abastecimento da Capitânia das Minas Gerais no Século XVIII*, 2ª ed., São Paulo, Hucitec - EDUSP, 1990.

ZUM FELDE, Alberto, *Proceso Histórico del Uruguay*, 11ª ed., Montevideo, Arca, 1991.